

**[re]conhecer diferenças
construir resultados**

Setembro de 2004

edições UNESCO

Conselho Editorial

Jorge Werthein
Cecilia Braslavsky
Juan Carlos Tedesco
Adama Ouane
Célio da Cunha

Comitê para a Área de Desenvolvimento Social

Julio Jacobo Waiselfisz
Carlos Alberto Vieira
Marlova Jovchelovitch Noletto
Edna Roland

Assistente Editorial: Rachel Gontijo de Araújo

Apoio Técnico: Luiz Siveres

Revisão: Olga Maria Alves de Sousa e Cida Ribeiro

Diagramação: Paulo Selveira

Projeto Gráfico: Edson fogaça

© UNESCO, 2004

(Re)conhecer diferenças, construir resultados. Organizado por Edison José Corrêa, Eleonora Schettini Martins Cunha, Aysson Massote Carvalho. – Brasília: UNESCO, 2004.
576p.

ISBN: 85-7652-022-2

1. Educação Superior–Interação Social–Brasil 2. Universidades–Transformação Social–Brasil 3. Universidades–Pluralismo Cultural–Brasil 4. Extensão Universitária–Brasil I. Corrêa, Edison José II. Cunha, Eleonora Schettini Martins III. Carvalho, Aysson Massote IV. UNESCO

CDD 378



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.

70070-914 – Brasília – DF – Brasil

Tel.: (55 61) 21063500

Fax: (55 61) 322-4261

E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.



[re]conhecer diferenças construir resultados

Trabalhos apresentados no
2º Congresso Brasileiro de
Extensão Universitária



Colaboradores

Avaliação Institucional da Extensão Universitária

Fernando Setembrino Cruz Meirelles – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Flaviano Agostinho de Lima – Universidade de Sorocaba
Maria Auxiliadora Jacy – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Maria da Consolação Gomes de Castro – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria das Dores Pimentel Nogueira – Universidade Federal de Minas Gerais
Sônia Regina Mendes dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Comunicação

Ivone de Lourdes Oliveira – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Márcio Simeone Henriques – Universidade Federal de Minas Gerais
Sandra de Deus – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Therezinha Maria Novais de Oliveira – Universidade da Região de Joinville

Cultura

Andrea Ciacchi – Universidade Federal da Paraíba
Fabrício José Fernandino – Universidade Federal de Minas Gerais
José Leão da Cunha Filho – Universidade Católica de Brasília
Rosilene Martins – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Vera Lúcia de Souza e Lima – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Desenvolvimento Regional

Dimitri Fazito de A. Rezende – Universidade Federal de Minas Gerais
Herbe Xavier – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Lúcia Helena Ciccarini Nunes – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Roberto Nascimento Rodrigues – Universidade Federal de Minas Gerais
Virgínia da Costa Liebert Nina – Universidade São Marcos

Direitos Humanos

Adalva Maria Galindo – Universidade de Cuiabá
Adilson Moraes Seixas – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Edite da Penha Cunha – Universidade Federal de Minas Gerais
Eleonora Schettini Martins Cunha – Universidade Federal de Minas Gerais
Maria de Nazaré Tavares Zenaide – Universidade Federal da Paraíba
Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho – Universidade Federal de Ouro Preto

Educação

Carmem Elvira Flores Mendonza Prado – Universidade Federal de Minas Gerais
Cristina Gouveia – Universidade Federal de Minas Gerais
Edite Mafra – Universidade Federal de Minas Gerais
Eduardo Lyra – Universidade Federal de Alagoas
Elisia Terezinha Megaco de Afonseca – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Erondina Leal Barbosa – Centro Universitário do Sul de Minas
Gladys Rocha – Universidade Federal de Minas Gerais
Irlen Gonçalves – Universidade Fumec
Isabel Campos Araújo Pádua – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Isabel de Oliveira e Silva – Universidade Fumec
Juliana Gonzaga Jayme – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Leideana Galvao B. de Farias – Faculdade de Natal
Luciano Mendes de Faria Filho – Universidade Federal de Minas Gerais
Luiz Síveres – Universidade Católica de Brasília
Maria da Consolação Azevedo Oliveira – Centro Universitário UniBH
Meily Linhales – Universidade Federal de Minas Gerais
Paulo César Santos Ventura – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Rose Maria Belim Motter – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Sandra de Faria – Universidade Católica de Goiás
Sérgio Dias Cirino – Universidade Federal de Minas Gerais
Sílvia Maria de Contaldo – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Gestão da Extensão

Edison José Corrêa – Universidade Federal de Minas Gerais
Jacqueline Costa Azevedo – Centro Universitário Newton Paiva
João Maurício de Andrade Goulart – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Jorge Hamilton Sampaio – Universidade Metodista de Piracicaba
Maria de Fátima da Rocha Brekenfeld – Universidade Católica de Pernambuco
Vera Lúcia P. Carneiro Soares – Universidade da Amazônia

Meio Ambiente

Eugênio Batista Leite – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Gisele Brandão Machado de Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais
Jadergudson Pereira – Universidade Estadual de Santa Cruz
Janice Pereira de Araújo Carvalho – Universidade Estadual de Minas Gerais
José Angel Silva Delgado – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Oswaldo Campos Júnior – Centro Universitário São Camilo

Saúde

Alysson Massote Carvalho – Universidade Federal de Minas Gerais
Andréa Maria Duarte Vargas – Universidade Federal de Minas Gerais
Ari de Pinho Tavares – Universidade Federal de Minas Gerais
Cassandra Pereira França – Universidade Federal de Minas Gerais
Edison José Corrêa – Universidade Federal de Minas Gerais
Efigênia Ferreira e Ferreira – Universidade Federal de Minas Gerais
Emanuel Vítor Guimarães – Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais
Geraldo Cunha Cury – Universidade Federal de Minas Gerais
Izabel Friche Passos – Universidade Federal de Minas Gerais

Leandro Mallory Dinil – Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte
Lindalva Armond – Universidade Federal de Minas Gerais
Lúcia Horta Figueiredo Goulart – Universidade Federal de Minas Gerais
Mara Vasconcelos – Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Elice Nery Procópio – Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais
Marisa Maia Drumond – Universidade Federal de Minas Gerais
Natanael Atilas Aleva – Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações
Oswaldo França Neto – Universidade Federal de Minas Gerais
Paulo César de Carvalho Ribeiro – Universidade Federal de Minas Gerais
Paulo Sérgio Miranda – Universidade Federal de Minas Gerais
Rebeca Duarte – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cássia Lopes – Universidade Federal do Paraná
Zally Pinto Vasconcellos de Queiroz – Centro Universitário São Camilo

Tecnologia

Eugênio Daniel – Centro Universitário Claretiano
Jorge A. Onoda Pessanha – Universidade Cruzeiro do Sul
Marco Antônio Faria – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Patrícia Romero Soares Jota – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Sérgio Mauri Fabri – Universidade Tuiuti do Paraná
Targino de Araújo Filho – Universidade Federal de São Carlos

Trabalho

Antônio Moreira de Carvalho Neto – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Jacqueline Moreno Theodoro Silva – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Jáder dos Reis Sampaio – Universidade Federal de Minas Gerais
Luciane Pinho de Almeida – Universidade Católica Dom Bosco
Manuel Esteves – Universidade Salgado de Oliveira
Ricardo Augusto Alves de Carvalho – Universidade Federal de Minas Gerais
Valéria Heloísa Kemp – Universidade Federal de São João del-Rei

Revisores

Regina Maria de Moraes Miranda
Adelmar Pereira Damasceno
Luzia América Avelar dos Santos

Comissões Organizadoras do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

Geral

Edison José Corrêa – Universidade Federal de Minas Gerais
Jorge Hamilton Sampaio – Universidade Metodista de Piracicaba
Jorge Onoda Pessanha – Universidade Cruzeiro do Sul
Luiz Síveres – Universidade Católica de Brasília
Vera Maria Viter Ananias – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Neide Wood Almeida – Universidade do Estado de Minas Gerais
Janice Pereira de Araújo Carvalho – Universidade do Estado de Minas Gerais
Geraldo Antônio dos Reis – Universidade Estadual de Montes Claros

Valéria Heloísa Kemp – Universidade Federal de São João del-Rei
Edina E. Casali Meireles de Souza – Universidade Federal de Juiz de Fora
Maria das Dores Pimentel Nogueira – Universidade Federal de Minas Gerais
Maria da Consolação Gomes de Castro – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Jacqueline Costa Azevedo – Centro Universitário Newton Paiva
Maria Cecília Diniz Nogueira – Universidade Federal de Minas Gerais
Alysson Massote Carvalho – Universidade Federal de Minas Gerais
Ana Inês Sousa – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Linda Bernardes – Universidade Federal de São Paulo
João Maurício de A. Goulart – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Eleonora Schettini M. Cunha – Universidade Federal de Minas Gerais

Comunicação

Beatriz Lima – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Ceres Maria Pimenta Spínola – Universidade Federal de Minas Gerais
Marcelo Almeida – Centro Universitário Newton de Paiva
Otávio Ramos – Universidade Federal de Minas Gerais
Silvestre Random – Universidade do Estado de Minas Gerais

Cultura

Fabício Fernandino – Universidade Federal de Minas Gerais
Haroldo Marques – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Vicente Oliveira – Universidade do Estado de Minas Gerais
Valnei Pereira – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Infra-estrutura

Maria Célia Nogueira Lima – Coordenação de Assuntos Comunitários/Universidade Federal de Minas Gerais

Secretaria e Receptivo

Ana Márcia de Oliveira Fonseca – Universidade Federal de Minas Gerais
Ana Maria Jerônima de Lima – Universidade Federal de Minas Gerais
Antônio Augusto de Freitas – Universidade Federal de Minas Gerais
Camila Mendonça Carisio – Universidade Federal de Minas Gerais
Glorimar Pereira Rocha – Universidade Federal de Minas Gerais
Luiz Henrique Martins – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Tânia Miranda – Centro Universitário Newton Paiva

Comissão Científica

Alysson Massote Carvalho – Universidade Federal de Minas Gerais – Presidente
Mara Vasconcelos – Universidade Federal de Minas Gerais

Apoio/Patrocinadores

Copiadora Exata, Caixa de Assistência à Saúde da Universidade, Banco do Brasil, UNESCO, Fundep, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Telemig Faculdade Senac, Unisol, Coopmed

Sumário

Apresentação	13
Prefácio	17
Avaliação Institucional da Extensão Universitária	19
• Avaliação do processo didático-pedagógico do Internato Rural – IR: construção de um modelo para avaliação de experiências de integração universidade-serviço de saúde	19
• Contribuição para a avaliação institucional da extensão universitária: técnica quali-quantitativa	29
• A avaliação da extensão universitária na UERJ: resultados e desafios	37
• A construção de categorias e indicadores para avaliação institucional de cursos, projetos e atividades de extensão universitária	44
• Avaliação institucional da extensão na PUC Minas	53
• Avaliando o Programa de Bolsas de Extensão – PBEXT/UFGM	62
Comunicação	71
• Dicas de saúde pelo rádio	71
• Comunicação e mobilização para a cultura do Vale do Jequitinhonha	80
• Registro Urbano Audiovisual – RUA	87
• Comunicação cidadã: projeto de assessoria a entidades populares e instituições voltadas para projetos de mídias comunitárias	95
• Crítica de mídia e formação da cidadania	105
• Grupo de mídia	112
Cultura	121
• Educação patrimonial: revisitando Ouro Preto por meio da cantaria	121
• Tertúlia literária dialógica	129
• A exposição é o caminho: desafios e discussões na implantação da ação educativa em espaços de ciência	139
• Gerais de Minas: a expressão popular nas manifestações culturais do povo mineiro	146
• Percepção e cultura na periferia de Salvador: o bairro em imagens, uma experiência de ensino, extensão e pesquisa	154
• Teatro e rádio comunitária como instrumentos de mobilização social	162
Desenvolvimento Regional	171
• O espaço e sua memória: desafios para a ação acadêmica	171
• A formação de rede como estratégia de desenvolvimento comunitário	179
• Extensão Universitária na Amazônia: ações socioeducativas de arte e cultura nas comunidades ribeirinhas dos Municípios de Coari e Carauari – AM	186

• Programa de alfabetização e formação profissional no Vale do Jequitinhonha	193
• Programa Trilhas Potiguares	201
• Projeto UniCampo – uma experiência de extensão no Cariri paraibano	209
Direitos Humanos	219
• Acessibilidade e cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiências físicas	219
• Projeto Cortiço Vivo	227
• Rede de proteção às pessoas em situação de violência intrafamiliar: a experiência de Blumenau/SC	235
• Ações educativas e a construção da cidadania	242
• Programa Rede Universitários de Espaços Populares – Ruep Niterói e São Gonçalo	251
• Rede e Inclusão Social	260
Educação	271
• Educação e cultura no Riacho Fundo II	271
• Comunidades de aprendizagem	280
• Reminiscências: três encontros com a intergeracionalidade	289
• Inclusão socioeducacional no ensino de ciências integra alunos e coloca a célula ao alcance da mão	297
• Internato rural da Faculdade de Medicina da UFMG – 25 anos de integração docente-assistencial	305
• Elaborando uma proposta curricular para o ensino de Libras e Língua Portuguesa no ensino de surdos	314
Gestão da Extensão	323
• Extensão universitária: uma possibilidade de formação mais emancipadora na área da saúde ...	323
• As práticas curriculares da extensão universitária	332
• Cooperação internacional: a interface com a extensão universitária	340
• Do desejo do (re)conhecimento de diferenças à gestão de resultados: análise de uma proposta de política substantiva de extensão universitária	347
• Extensão universitária e suas mediações político-pedagógicas	356
• A experiência de autofinanciamento da extensão na Universidade Federal de Santa Catarina	363
Meio Ambiente	371
• Educação ambiental como instrumento de inserção social e geração de renda no Município de Esperança – PB	371
• Tecendo o tupé: a extensão universitária na construção da gestão ambiental de uma reserva de desenvolvimento sustentável amazônica	380
• Projeto Juá, você e o porco: rádio e teatro para uma agropecuária sustentável	389
• Educação ambiental e reciclagem de lixo um exercício de cidadania	399
• Projeto Manuelzão de Bem com a Vida – promoção de saúde e meio ambiente	406
• Programa Estação Ecológica/UFMG – a extensão, o ensino e a pesquisa integrados para a conservação de uma área	415

Saúde	423
• Mãos Amigas: ensino, pesquisa, extensão e intervenção em câncer de mama – resultados e avaliação	423
• Mudanças na atenção à saúde mental no Amazonas: projeto para subsidiar a implantação dos serviços residenciais terapêuticos	432
• Internato Rural de Farmácia da Faculdade de Farmácia	440
• Programa de extensão interdisciplinar da Universidade Federal de São Paulo no município de Cananéia – São Paulo	448
• Grupo CicloBrasil, parceria Udesc/UFSC, Santa Catarina, núcleo de extensão e pesquisa sobre o uso da bicicleta como meio de transporte	456
• Afetividade e sexualidade na adolescência – a experiência da construção de uma oficina	465
 Tecnologia	 473
• A ação de extensão universitária interdisciplinar e articulada com a comunidade rural: a nova experiência do Projeto Solo Planta	473
• Da fabricação de tijolos ecológicos à construção da cidadania coletiva	481
• Extensão universitária na Amazônia para acesso a serviços sociais: na comunidade ribeirinha de N. Sra. das Graças, em Manacapuru/AM	491
• Difusão do uso de plantas medicinais anti-helmínticas na produção de caprinos do sistema de produção da região de Patos/PB	498
• Papel das pré-incubadoras de empresas no desenvolvimento do empreendedorismo: o caso do Gene-Blumenau	507
• Aplicação de músculos artificiais pneumáticos em uma órtese para quadril	515
 Trabalho	 523
• Das hortas domésticas para a horta comunitária: um estudo de caso no bairro Jardim Oriente em Piracicaba, SP	523
• Organização comunitária como pressuposto para geração de renda no assentamento rural Cocal D'água Quente – Planaltina/GO	532
• Processo socioeducativo de organização comunitária para cidadania nas comunidades ribeirinhas do Município de Maués – Estado do Amazonas	541
• O programa de implantação de micros e pequenas agroindústrias no semi-árido paraibano: um instrumento de inclusão social	549
• Programa de incubadora tecnológica de economia solidária (empreendimentos solidários – ES) UFMG	559
• Trabalho, solidariedade e autonomia: a Associação de Catadores de Material Reciclável de São João del-Rei – Ascas	567

Apresentação

A Universidade Federal de Minas Gerais coordena, com a participação de outras universidades públicas, comunitárias e privadas, a realização do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, em Belo Horizonte, de 12 a 15 de setembro de 2004, aberto a docentes, discentes e técnico e administrativos das Instituições de Ensino Superior brasileiras e à comunidade em geral. O evento, organizado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, é iniciativa do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com o apoio do Fórum Nacional de Extensão das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias e do Fórum de Extensão das IES Brasileiras, que congrega instituições particulares.

O Congresso objetiva reforçar a interação social das instituições de ensino superior no Brasil, tendo como linha norteadora a metodologia dos trabalhos de extensão universitária, voltados para a redução das vulnerabilidades e a promoção da inclusão social. Pensar a universidade a partir dessa interação atende à necessidade premente do debate quanto à produção e difusão do conhecimento e retoma tema muito presente nas universidades, o do compromisso de buscar caminhos para a transformação social e o enfrentamento dos problemas que perpetuam as desigualdades e levam à vulnerabilidade e à exclusão de grandes parcelas da população brasileira.

O Congresso adotou como lema (Re)conhecer diferenças, construir resultados, o que espelha a complexidade e diversidade tanto das questões a serem abordadas como das organizações sociais – incluída a Universidade – que se propõem a um trabalho transformador, ou seja, de construir resultados.

A Unesco, tantas vezes presente no debate sobre a Universidade que o nosso século exige, alia-se a esse empreendimento, apoiando a organização e edição do presente livro, que incorpora, no título, o tema do congresso. Entre os trabalhos aprovados, os 66 melhores, 6 por área temática, foram selecionados para essa publicação. Embora sem expressar o quantitativo da produção universitária na extensão, trazem a dimensão da diversidade, da qualidade e da interação social.

Nesse sentido foi solicitada à comunidade acadêmica a apresentação de suas experiências, sob a forma de trabalhos completos, em áreas temáticas – de 790 trabalhos recebidos, 741 que atenderam estritamente às normas publicadas foram submetidos a pareceristas ad hoc, que aprovaram 653. De acordo com as áreas temáticas, os artigos ficaram assim distribuídos: Avaliação Institucional da Extensão Universitária – 12; Comunicação – 15; Cultura – 28; Desenvolvimento Regional – 30; Direitos Humanos – 68;

Educação – 183; Gestão da Extensão – 15; Meio Ambiente – 57; Saúde – 203; Tecnologia – 14; e Trabalho – 32.

Embora tenha sido adotado o recurso de organização dos trabalhos nessas 11 áreas, a leitura dos 66 integrantes desse livro leva à constatação da intensa abordagem interdisciplinar. Assim, área temática deve ser entendida como o tema desencadeador ou articulador da ação, com múltiplas interfaces. Essa questão era esperada, e desejada, porque interdisciplinaridade é uma das diretrizes colocadas, hoje, para a ação da extensão universitária. Outras diretrizes – o impacto social e a contribuição à transformação social, a relação dialógica com outros setores da sociedade e a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão – devem ser identificadas nos artigos.

Duas das áreas abordam a questão da Gestão da Extensão Universitária e a Avaliação Institucional. Esses temas remetem à necessária sistematização e institucionalização da extensão e à obrigatoria avaliação de todas as etapas das ações extensionistas. Os trabalhos nessas áreas relatam a experiência de algumas universidades – na organização geral da extensão – e de alguns programas específicos. Interfaces importantes são abordadas em alguns artigos: a articulação com o ensino, as mediações político-pedagógicas e a interface com a cooperação internacional.

Na área da Saúde – que somada à área de Educação recebeu cerca de 59% dos trabalhos – as contribuições versam essencialmente sobre a integração de projetos de extensão com a atenção à saúde, articulada ao Sistema Único de Saúde, com experiências de regiões diferentes do país.

Na Educação, além da interface do trabalho da universidade com o sistema de Ensino – especialmente o público – e organizações sociais, os processos de alfabetização e educação continuada são relatados em vários artigos.

As contribuições na área de Meio Ambiente focalizam a questão da educação ambiental: um dos artigos se refere a um programa de base regional, atingindo 55 municípios e a bacia do mais importante afluente do Rio São Francisco – o Rio das Velhas. São relatadas as experiências de gestão ambiental feita por universidades em duas reservas ecológicas, uma no Sudeste, outra na Região Amazônica. Inserção social, geração de renda e exercício de cidadania são questões também abordadas nos trabalhos da área de Meio Ambiente.

Tecnologia em Saúde, transferência tecnológica rural, tijolos ecológicos, incubadores de empresas, empreendedorismo e acesso a serviços sociais são temas abordados na área de Tecnologia.

A área de Trabalho é uma das que vêm, progressivamente, ampliando o número de projetos de extensão nas universidades brasileiras. Nesse livro, os artigos representativos se relacionam, principalmente, a questões de organização comunitária para geração de renda e de incubadoras tecnológicas de economia solidária, na vertente da autonomia.

Os artigos em Comunicação têm uma tônica: a assessoria a entidades populares, nos chamados projetos de mídia comunitária. As experiências relatadas vão do Vale do Jequitinhonha ao Norte e Sul do país.

Em Direitos Humanos, três dos trabalhos se referem a redes sociais. Todos perpassam a ação educativa, a construção da cidadania e da inclusão social. Aspectos focais são abordados em relação a pessoas portadoras de deficiências físicas e em situação de violência familiar.

Na área de Cultura, teatro, literatura e rádio são abordados como instrumentos de mobilização; a expressão popular nas manifestações culturais é captada e relatada em dois trabalhos. Educação patrimonial e correlação cultura e ciência são abordadas em dois outros.

O tema Desenvolvimento Regional, embora destacado como uma das áreas para a inscrição dos trabalhos, pode ser identificado em, praticamente, quase todos os artigos aqui publicados. Nessa seção específica, o Cariri, a Amazônia, o Jequitinhonha estão representados, bem como questões integrantes, como a alfabetização e a construção de redes sociais.

O conjunto de todos os trabalhos – os aqui publicados e os restantes que comporão os Anais, com trabalhos completos em versão eletrônica –, bem como uma visão geral da produção da extensão e localização de referências institucionais, pode ser pesquisado no endereço eletrônico <www.renex.org.br>.

Um desafio é lançado aos pesquisadores da extensão. A extensão universitária brasileira, ao apresentar, publicamente, suas experiências, cumpre uma etapa de democratização do conhecimento conceitual e processual que tem desenvolvido e de ampliação da missão da Universidade de interação social, com qualidade e pertinência. A partir dos trabalhos apresentados ao Congresso, da correlação com os setores de origem – universidades públicas, particulares e comunitárias –, com as regiões, com a participação por áreas temáticas, e outras variáveis, um estudo deverá ser feito para orientação prospectiva da política acadêmica e social de extensão.

Os Fóruns de Extensão e a comunidade universitária agradecem à Unesco o apoio, não só a essa publicação, mas à sua presença em importantes momentos de reflexão, como em sua participação durante o 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, contribuindo para o tema “o que a sociedade e o novo século esperam da universidade brasileira”.

Edison José Corrêa

Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais
Presidente do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária
Belo Horizonte – Campus da Universidade Federal de Minas Gerais
Setembro de 2004.

Prefácio

A realização do 2.o Congresso Brasileiro de Extensão coincide com um momento em que o Ministério da Educação está preparando, após muitos debates públicos, a sua proposta de reforma universitária para apresentar ao Congresso Nacional. Assim, se tornam oportunas algumas reflexões em torno do tema com vistas ao objetivo de oferecer subsídios para que a universidade de modo geral e, em especial, a universidade brasileira, possa reexaminar-se para se consolidar como instância capaz de operar a síntese entre o seu objeto central de produção de saberes e conhecimento e as necessidades sociais.

Como disse certa vez Celso Furtado, criticando a quase inexistência da atividade criadora nas escolas de ensino superior da região Nordeste, “o futuro da região refletirá em boa medida a forma como se comportem suas universidades”(1). Em outras palavras, esse pensador estava procurando ressaltar a importância da educação e a responsabilidade social da universidade. Sem dúvida, nenhuma região, nenhum país, consegue avançar sem o substrato do conhecimento. Não aquele conhecimento que é produzido e depositado nas bibliotecas e centros de documentação. Mas o conhecimento contextualizado, que circula e interage com a sociedade, de forma a penetrar e se tornar relevante em todas as camadas sociais. Nisso reside a importância da extensão universitária, sobretudo devido ao fato de a globalização ter colocado o conhecimento no ponto mais alto da hierarquia dos fatores que condicionam o progresso.

Por isso mesmo, a Declaração Mundial para a Educação Superior no século XXI, da UNESCO, aprovada em Paris, em outubro de 1998, deu destaque ao papel da extensão. Esse documento, que passou a ser uma referência mundial, sublinha que se deve tomar todas as medidas necessárias para reforçar o serviço de extensão, especialmente nas atividades que objetivam a eliminação da pobreza, do analfabetismo, fome e enfermidades. Observe-se, nessa passagem do plano de ação da Declaração Mundial, a preocupação da UNESCO com os excluídos. Sobre essa questão, não há mais necessidade de citar dados, pois a imprensa cuida disso quase que diariamente.

O que importa chamar a atenção nesta oportunidade, é que a reforma universitária que está em discussão no país não pode deixar de considerar o problema da exclusão. E não basta somente dizer que ele é importante. Torna-se necessário uma nova postura da comunidade acadêmica, uma verdadeira mudança de mentalidade eu diria, sem o que, será difícil manter e ampliar a credibilidade que ela conquistou ao longo da história. Para operar essa mudança, certamente que os serviços de extensão, pela experiência e conhecimento que possuem sobre a conjuntura e as circunstâncias da comunidade, terão um papel renovado a cumprir, qual seja, o

de alimentar o processo de reexame da universidade, condição indispensável para ampliar a sua relevância.

E quando falo em relevância, refiro-me tanto à dimensão científica quanto à social, pois ambas devem convergir para a missão maior e compartilhada que é a de ajudar o país a combater as desigualdades e a pobreza. No caso desta, há de se ter em mente que não se trata somente da pobreza econômica, quanto das demais que decorrem de se manter à margem dos avanços da educação e da ciência milhões de pessoas, impedindo que elas conheçam os seus direitos e se apropriem das condições mínimas para lutar pela sua cidadania.

Por último, quero enfatizar que, percorrendo, ainda que de forma lacônica, os diversos trabalhos que serão discutidos nesse Congresso, pude ver, com real otimismo, relatos de experiências e textos teóricos que apontam em direção a uma nova universidade. Estou seguro de que a generalização dessa tendência poderá retirar a universidade brasileira da encruzilhada, colocando-a em rotas que assegurem o pleno exercício de sua função ética, criadora e socialmente relevante.

Jorge Wertheim

Representante da UNESCO no Brasil

Avaliação Institucional da Extensão Universitária

- Avaliação do processo didático-pedagógico do Internato Rural – IR: construção de um modelo para avaliação de experiências de integração universidade-serviço de saúde

Geraldo da Cunha Cury, Professor Adjunto Doutor

Elza Machado de Melo, Professora Adjunta Doutora

Marcos Vinicius Polignano, Professor Adjunto Doutor

Antônio Alves Leite, Professor Adjunto Doutor

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

Atividade de integração docente-assistencial denominada Internato Rural é desenvolvida pelo DMPS/FM da UFMG (Faculdade de Medicina da UFMG) há vinte e seis anos, buscando construir um novo Sistema de Saúde que trate da promoção da saúde e da qualidade de vida. Constitui-se numa experiência ímpar em Educação Médica. Importante parte dessa história ficou e ainda permanece sem registro — aquela em que ocorreu um efetivo envolvimento com o movimento dos trabalhadores rurais e das comunidades de base. O resgate destas memórias foge ao escopo deste trabalho, mas não pode deixar de ser mencionado, pois produziu a inserção social necessária para guiar e dar durabilidade ao trabalho ora apresentado. O posicionamento frente à luta dos trabalhadores faz parte do leque de relações estabelecidas pelo Internato Rural, as quais são elementos essenciais na formação dos nossos alunos inseridos na construção do SUS, objeto principal desta atividade. Para avaliação de um programa de tamanho porte, foi elaborado o trabalho denominado “Avaliação do Processo Didático-

Pedagógico do Internato Rural – a Construção de um Modelo”. Foi feita avaliação do programa no aspecto quantitativo, realizando-se também a abordagem qualitativa. Os resultados foram analisados apontando uma avaliação positiva das várias etapas que constituem o Internato Rural.

Palavras-chave: integração docente-assistencial

Introdução e objetivos

Como decorrência do novo currículo médico implantado em meados da década de 70 na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (FM/UFMG), os Serviços de Saúde, particularmente os públicos, passaram a ser reconhecidos como parceiros da Universidade no direcionamento da Educação Médica.

O ápice deste processo é representado pela implantação do Internato Rural em 1978, uma das mais antigas experiências de integração docente-assistencial existente no país onde Sistema de Saúde torna-se um local privilegiado de trabalho. É importante recordar que a implantação do Internato Rural na região do Centro Regional de Saúde de Montes Claros foi possível porque, em 1974, um convênio celebrado entre o Governo Brasileiro e a United States Agency for International Development (USAID) liberou recursos num montante de quatro milhões de dólares, com os quais foi construída uma rede de Postos (180) e Centros de Saúde (55), sendo treinadas cerca de 580 pessoas para trabalhar nestes locais, os Agentes de Saúde. Esta região contava com 1.078.000 habitantes, dispersos por 128.816 km² (CAMPOS, 1980).

O Internato Rural, uma disciplina obrigatória, hoje denominada Internato em Saúde Coletiva, é desenvolvida em rodízios trimestrais sucessivos, atendendo, por trimestre, a 80 alunos do 11º período do curso de Graduação em Medicina da UFMG, com uma carga horária de 330 horas. Estes alunos organizam-se em duplas que são designadas para as cidades do interior do Estado, onde irão morar e trabalhar no período determinado. Para a implantação e pleno funcionamento do estágio curricular, a princípio, firmavam-se convênios tripartites — envolvendo a Secretaria de Estado da Saúde – SES, a UFMG e as Prefeituras Municipais. Com o advento do Sistema Único de Saúde – SUS e o processo de municipalização em curso, os convênios passaram a ser bipartites, sendo mantido o convênio UFMG/SES e realizados convênios entre a UFMG e as Prefeituras.

Trimestralmente, todos os alunos e supervisores do Internato Rural participam da Reunião Geral para avaliação da Disciplina, sendo regularmente convidados o diretor e o vice-diretor da Faculdade de Medicina, o Coordenador do Colegiado de curso Médico e os chefes de departamentos da Faculdade de Medicina. Em várias oportunidades compareceram também representantes dos Serviços Municipais e Estaduais de Saúde, das comunidades envolvidas nos trabalhos, bem como diretores e docentes de outras unidades da UFMG.

Além dessas reuniões gerais, todas as duplas apresentam um relatório ao final da disciplina no qual avaliam seu estágio, as condições de trabalho, as atividades desenvolvidas e a supervisão recebida em termos de periodicidade, qualidade e eficiência.

O Colegiado do curso Médico da UFMG reafirma a ementa curricular da disciplina: “Colocar o aluno em contato com a realidade de saúde local para a compreensão e transformação da mesma, através de atendimento ambulatorial, do reconhecimento dos determinantes do processo saúde-doença e da organização dos serviços de saúde” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Colegiado de curso de Medicina, 1993).

O Internato Rural tem sido objeto de dissertações de mestrado ou tese de doutoramento de docentes da disciplina (ALVES, 1996; BARBOSA, 1995) e apresentou demandas que influenciaram a realização de dissertações de mestrado e teses de doutoramento de outros docentes da Disciplina (CURY, 1985; CURY, 1992; PINHEIRO, 1985; MELO, 1999).

Apesar das inúmeras dificuldades vividas, ele representa o maior, mais permanente e sólido programa Docente-Assistencial da Universidade Brasileira.

É importante lembrar que o Projeto Manuelzão, reconhecido em nível da UFMG e de outras instituições como importante atividade de extensão da Universidade relacionada à questão meio ambiente e saúde, teve sua origem e tem importante inserção no Internato Rural, seja através dos docentes ou dos estagiários do IR que nele atuam.

Espaço concreto onde todas as questões referentes à saúde se apresentam e se fazem sentir; universo que se efetiva num território delimitado e acessível, perpassado por todas as relações e conteúdos que são próprios da vida humana em sociedade.

Constitui também um espaço trabalhado a partir das relações entre a Universidade, serviços de saúde, administrações municipais e população, englobando processo de ensino, produção de saber e aplicação do mesmo na solução de problemas, enfim, processos de aprendizado no seu mais pleno sentido, não poderia ser conhecido, total, ou parcialmente, se qualquer um destes aspectos for ignorado.

Durante o Internato Rural, os acadêmicos desenvolvem diversas ações: atendimento ambulatorial; atividades referentes ao meio ambiente e à organização do Sistema de Saúde e outras relacionadas à saúde pública tais como palestras e formação de grupos de hipertensos, de diabéticos, de gestantes e outros, e trabalhos em creches.

Apesar desta diversidade de atividades dos acadêmicos do Internato Rural, o atendimento ambulatorial é a que mais prevalece em quase todos os municípios, em detrimento das ações preventivas.

Esta constatação e outros importantes relatos sobre este programa de integração docente-assistencial levaram os profissionais envolvidos neste programa docente-assistencial, nacional e internacionalmente reconhecido, a realizar a presente avaliação. Esta se deu em duas etapas definidas: avaliação quantitativa e qualitativa, com a participação todos os atores envolvidos direta ou indiretamente no desenvolvimento da atividade.

Durante os dois períodos pretendeu-se construir instrumentos que permitam a avaliação quanto à:

- metodologia utilizada para o desenvolvimento do Programa;
- visão dos vários atores do processo (alunos, docentes, secretários de saúde municipais e conselheiros);

- participação e influência do docente em relação ao programa;
- impacto do Programa no aluno e no município.

Por se tratar de uma Disciplina que na verdade é um Programa de Integração Docente-Assistencial considerou-se para a avaliação da mesma o seguinte esquema:

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DOCENTE-ASSISTENCIAL		
Correntes de pensamento	Educação Médica	Modelo de Assistência à Saúde

Quanto ao marco conceitual, primeiramente, foram tratadas as principais correntes de pensamento e, em seguida, a forma como as mesmas se articulam ao presente trabalho, cujo objeto, o Internato Rural da Faculdade de Medicina/UFG, por suas características peculiares, exige um tipo determinado de abordagem, impondo então que se escolha entre as três possibilidades (positivismo, sociologia compreensiva e materialismo histórico) apresentadas a seguir, acrescidas dos desdobramentos, composições e reformulações necessárias, buscando-se, então, a mais fértil e mais capaz de dar conta das dimensões que ele comporta.

Além disso, em se tratando de um estágio curricular, concebido dentro dos marcos da Integração Docente-Assistencial, foram trabalhados elementos teóricos referentes à Formação Médica e aos Modelos de Atenção à Saúde.

Metodologia

É importante destacar que não foram encontrados modelos de avaliação de experiências deste porte, em toda a literatura consultada, ficando, portanto, a produção dos instrumentos com este objetivo sob a responsabilidade da equipe do trabalho.

Como primeiro passo foi realizada uma avaliação baseada em questionários semi-estruturados, elaborados pelos pesquisadores, envolvendo todos os participantes do processo. Iniciou-se com os alunos que se fizeram presentes na reunião de avaliação trimestral do estágio, o preenchimento de um questionário anônimo, aplicado por monitores e sem a presença dos docentes. Em seguida, os docentes, secretários e conselheiros municipais de saúde participaram do mesmo processo de avaliação, conduzido por pessoas treinadas para esta finalidade.

Resultados e discussão

Para se realizar a análise dos resultados foi fundamental a definição de determinados conceitos. Segundo Minayo (1998):

aos Conceitos mais importantes dentro de uma teoria denominamos categorias. O termo "categoria" possui uma conotação classificatória. Dentro de uma visão positivista: As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos (BARDIN, 1979, 117). "Para o marxismo as categorias não são entidades, são construídas através do desenvolvimento do conhecimento e da prática social".

A autora faz distinção entre categorias analíticas e categorias empíricas. Salienta que as categorias analíticas “podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais. Elas mesmas comportam vários graus de abstração, generalização e aproximação. As categorias empíricas são aquelas construídas com finalidade operacional, visando ao trabalho de campo (...) ou a partir do trabalho de campo. Elas têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica”.

A partir das respostas apresentadas pelos alunos, procurou-se avaliar o processo didático pedagógico do Internato Rural, considerando diferentes aspectos relacionados à Disciplina. Um total de 146 alunos (dentre 156) responderam ao questionário elaborado pela equipe do Internato Rural, sendo que 75 deles realizaram a disciplina no terceiro trimestre de 1998 e 71 no quarto trimestre de 1998.

Para análise, o questionário dos alunos foi reorganizado formando seis blocos contendo as questões relacionadas à disciplina; à formação médica; ao docente do IR; ao modelo de assistência à saúde em nível local; à relação do IR com a Prefeitura; à conjuntura político-social.

No segundo momento da pesquisa foi avaliado o teor qualitativo da Disciplina numa abordagem mais direcionada e aprofundada do impacto do Internato Rural sobre a formação dos alunos: a contribuição que traz para a aquisição de seus saberes e habilidades para o desenvolvimento de sua autonomia como profissionais prestes a se formar e, sobretudo, para a incorporação de uma nova concepção de saúde e de tomada de atitudes éticas e responsáveis, compatíveis com uma atuação respeitosa, criativa e inovadora.

A metodologia utilizada foi o instrumento Grupo Focal, uma técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas, mercadológicas e de opinião que envolve pessoas que ocupam os mesmos lugares sociais e vivendo experiências que se assemelham. Neste contexto, os participantes, ao serem levados a discutir sobre temas apresentados, explicitam seus consensos atingindo, desta forma, o objetivo que levou o pesquisador a utilizar esta estratégia.

As idéias e valores extraídos dos Grupos Focais não são produtos de uma reflexão consciente, mas de uma situação focalizada, onde, a partir de um roteiro previamente estabelecido, uma pessoa do grupo é capaz de ouvir de outra, o que ela própria sente, pensa ou diria, só que com outras palavras.

A partir deste conhecimento teórico, foram realizados seis grupos focais, envolvendo os estagiários que estavam em pleno desenvolvimento do Internato Rural, sendo dois na Capital e os outros quatro em municípios do interior do Estado, envolvendo todos os estagiários que estavam cumprindo o Internato Rural.

Após análises de todos estes grupos focais foram tirados consensos sobre a Disciplina e suas implicações: a fase que antecede o Internato Rural; a falta de continuidade das atividades; o papel do supervisor; o currículo de graduação; o envolvimento entre Internato Rural e política local; a relação estagiários com a população usuária e agentes de saúde; a concepção do estagiário sobre o Internato Rural e a inferência da atividade na vida pessoal e profissional do aluno; as críticas e as sugestões apontadas ao Internato Rural.

Conclusão

Com base no marco teórico estabeleceram-se as bases para a discussão inicial do tipo de avaliação a ser feita.

A questão da análise qualitativo x quantitativo, muito bem tratada por Minayo (1993), subsidiou o projeto no sentido de se determinar as características da avaliação a ser desenvolvida em duas etapas. Na primeira, a base foi o trabalho com relatórios detalhados relativos ao Internato Rural, preenchidos por todos os estagiários e questionários semi-estruturados aplicados aos vários atores do processo. A segunda etapa tem sido desenvolvida com a análise qualitativa propriamente dita, onde entre outras técnicas utilizadas, estão as de análise do discurso.

A elaboração dos questionários aplicados aos vários atores do processo e a remodelação e informatização do Relatório Final de Estágio do Internato Rural representaram os primeiros produtos da pesquisa, sendo a análise destes instrumentos a fonte básica dos dados produzidos.

O relato fornecido, anonimamente, pelos alunos, demonstrou que o IR oferece uma oportunidade ímpar de crescimento pessoal e profissional; de estabelecimento de parcerias com instituições e grupos organizados do município; de reuniões com lideranças; de realização de visitas domiciliares; de implantação de campanhas enfocando a nosologia prevalente; de apresentação de palestras sobre temas diversos (meio ambiente, saúde, DST e Aids, sexualidade, mulher, adolescente, criança, higiene, etc.); de avaliação do Sistema de Saúde local e proposição das mudanças cabíveis.

Os relatos dos outros atores do processo (Docentes do IR, Secretários e Conselheiros Municipais de Saúde), corroboram as impressões levantadas pelos discentes e fornecem as opiniões que nos levam à conclusão de que o Internato Rural é um local de praxis em que todos os envolvidos podem ser reconhecidos como sujeitos, capazes de agir e falar, donos de um saber e importantes nos processos de tomada de decisão a partir das relações estabelecidas na Disciplina, o que está de acordo com as conceituações teóricas de vários autores contemporâneos, entre as quais as apresentadas por Habermas, 1996.

A metodologia adotada permitiu, além das considerações sobre a Disciplina em questão, apontar caminhos a serem perseguidos e percorridos na construção de um novo modelo de desenvolvimento desta atividade didático-assistencial.

O método qualitativo confirmou a abordagem quantitativa que apontou a ótima imagem do Internato Rural junto aos alunos. Poder-se-ia dizer que o seu grau de aprovação é surpreendente — “O Internato Rural é fantástico”.

O IR está consolidado como programa, o seu método pedagógico é um sucesso e propicia uma experiência pessoal e profissional extraordinária para os alunos.

Uma conclusão desta natureza obrigaria os pesquisadores a reconhecer que o resultado da pesquisa é contraditório com as suas premissas teóricas, principalmente aquelas referentes a um certo fracasso da chamada Medicina Comunitária e ao que se chama de crise do Modelo de Atenção à Saúde.

Entretanto opta-se por um outro ângulo mais crítico de abordagem desta conclusão. Santos (1997) em Pela mão de Alice afirma que “Marx nos ensinou a ler o real existente

segundo uma hermenêutica da suspeição...”. Se a hermenêutica é o estudo da relação entre o sentido da obra e o seu contexto, a conclusão principal partirá da grande contradição que a pesquisa demonstrou, ou seja, o Internato de Saúde Coletiva tem predominância da clínica e da saúde individual. A saúde coletiva é marginal, eventual na prática dos alunos. Até a abordagem da Medicina Preventiva feita nos Grupos de Discussão é predominantemente conceitual, contraditando com a pedagogia do “aprender fazendo” preconizada pela Disciplina.

A saúde pública encontra-se, ainda, diante do “dilema preventivista”, expressão cunhada por Sergio Arouca há mais de vinte anos. Esta abordagem não implica em desconhecer a grande obra pedagógica que é o Internato Rural, ainda hoje referência nacional e internacional para o ensino médico. Não se pretende desconsiderar a importância da clínica, pelo contrário, partindo dela, principalmente do seu conteúdo de tecnologia leve, superar o dilema preventivista. O caminho escolhido apenas obriga os pesquisadores a penetrar no contexto da realização da Disciplina na atualidade, não só promovendo os ajustes citados, mas ousando transformar a sua prática e a dos alunos, isto é, localizando e superando as dificuldades estruturais e identificadas.

O Internato de Saúde Coletiva deveria oferecer para o aluno a possibilidade de adquirir conhecimentos e habilidades daquilo que se convencionou chamar cuidados primários. Estes implicam em pelo menos quatro tipos de atividades quais sejam, atividades curativas, preventivas, gerenciamento e planejamento e promoção de saúde. A pesquisa constatou, inequivocamente, a predominância das atividades curativas, ou seja a abordagem individual do paciente dentro do consultório. Entretanto, mesmo em relação à clínica, a vivência dos alunos é muito mais rica que a realizada no Hospital das Clínicas em estágios extra-curriculares ou mesmo nos ambulatórios periféricos. O Internato possibilita a realização da clínica por inteiro, recuperando as dimensões do acolhimento, da fala, da escuta, da responsabilização, do vínculo com o paciente e também da autonomização. Até então os acadêmicos conheciam a medicina de procedimentos, tecnologia-dura dependente, realizada em plantões hospitalares e mesmo em ambulatórios da região metropolitana de Belo Horizonte, prática que viabiliza o contato com o paciente no máximo uma vez, rompendo a possibilidade da responsabilização e do vínculo com os pacientes. A Disciplina permite o que se está chamando de clínica por inteiro porque as cidades sob responsabilidade dos alunos são, em geral, pequenas ou médias, o que permite a criação do vínculo com o paciente e o seu acompanhamento cotidiano.

Há de se ressaltar o fato, comprovado pela Pesquisa, que o currículo de graduação de medicina prepara bem os alunos para a prática clínica. Eles rapidamente adquirem segurança dentro do consultório e realizam com competência a abordagem individual do paciente. Além disto a possibilidade de realização da clínica por inteiro enfrentando problemas reais e estabelecendo vínculo com os pacientes é ao mesmo tempo gratificante e rica para seu aprendizado. Mesmo a tendência à especialização precoce não os faz rejeitar a ação curativa do cuidado primário, pelo contrário, os atrai para a medicina geral pelo menos durante o estágio.

Finalmente a ação curativa permite-lhes perceber a autonomização dos pacientes, ou seja, na medida em que seus clientes ganham “autonomia no seu modo de andar a vida”, o resultado e a eficácia da clínica passam a ser vivenciados no cotidiano do Internato Rural.

“A surpresa que eu tive em Internato é assim grau de resolução em nível ambulatorial. É muito grande, eu ponho aí em torno 80 a 90% atendimentos que nós conseguimos resolver a nível ambulatorial. Com uma simples consulta nem retorno.”

As atividades preventivas realizadas pelos alunos giram em torno de três ações mais freqüentes, educação para a saúde, grupos operativos e campanhas de vacinação.

As razões do predomínio da atividade curativa no Internato podem ser encontradas no currículo, muito centrado na clínica, ou nas próprias disciplinas do Departamento de Medicina Preventiva, que têm um enfoque essencialmente conceitual e não se preocupam em desenvolver, ao longo do curso, habilidades ligadas às atividades preventivas de gerenciamento/ planejamento e promoção de saúde. A realidade dos serviços onde a Disciplina atua também pode fornecer pistas que justifiquem a hegemonia da clínica. A municipalização do SUS é recente e as prefeituras ainda não absorveram as novas técnicas de gestão e realização dos chamados cuidados primários. Assim, realizar consultas e vacinar as crianças é o máximo de universalização alcançada pelo SUS. Eis o dilema preventivista de nossos dias. Não se formam profissionais aptos à plena realização dos cuidados primários e, ao mesmo tempo, não se encontram serviços que permitam ao aluno aprender fazendo atividades preventivas, de gerenciamento/ planejamento e promoção de saúde. Em um ponto permanece-se como há vinte anos, na implantação do Internato Rural: o movimento ainda é essencialmente contra-hegemônico. Portanto, é preciso mudar o Modelo de Atenção à Saúde.

Um redirecionamento baseado nesta avaliação passa pelo enfrentamento das tensões sofridas pela Disciplina resumidas numa só: a Tensão do Modelo já referida no quadro teórico desta pesquisa. A transformação da Disciplina vai exigir mais trabalho de investigação, apesar de já contar-se com informações que permitem sinalizar para algumas mudanças.

Um caminho seria dedicar atenção especial ao Programa de Saúde da Família – PSF, uma estratégia governamental de mudança do Modelo de Atenção. Para ele foi criado um Sistema de Informações – o Siab que facilita a utilização das ferramentas da epidemiologia em cuidados primários. O PSF valoriza a tecnologia leve, reativando práticas antigas da clínica, como as visitas domiciliares, agora partilhadas com toda a equipe de saúde e estimula ações coletivas como os Grupos Operativos e mesmo intervenções multissetoriais no meio ambiente, atividades de promoção da saúde. Além disto, o PSF está interferindo no mercado de trabalho e despertando interesse entre os estudantes.

Sabemos que na prática o PSF enfrenta dificuldades. O modelo hegemônico médico centrado define a conduta dos alunos, das equipes dos centros de saúde e até mesmo a postura da população.

Finalmente a experiência do Manuelzão tem sido muito rica na medida em que sua metodologia possibilita uma atuação real no meio ambiente, além de introduzir o saneamento básico na formação do aluno de medicina.

Portanto conclui-se que ajustes podem e devem ser feitos imediatamente na Disciplina, mas a sua transformação vai depender da continuidade de pesquisas que buscam criar e facilitar a introdução das novas tecnologias do cuidado primário nos locais onde o Internato Rural

atua e no próprio SUS. A integração maior com o PSF e uma melhor sistematização da experiência recém-adquirida pelo grupo do Internato Rural são os caminhos antevistos pelo presente trabalho como potencializador da experiência em curso.

Referências bibliográficas

AROUCA, A. S. S. *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*. 1975. 261 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. *Documentos do ensino médico*. Brasília: MEC/DAU, 1977. p. 61-93.

_____. _____. Comissão do Ensino Médico. *Ensino médico e instituições de saúde*. Brasília: MEC/DAU, 1974. (Documento; 2).

_____. _____. Secretaria Ensino Superior. *Programa de integração docente assistencial*. Brasília: Imprensa da Universidade de Goiás, 1981. 32 p.

_____. Ministério da Saúde. *Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial*. Brasília: MS, [s.d.].

CAMPOS, F. E. *Integração docente assistencial como prática da educação médica*. 1980. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CHAVES, M. Regionalização docente: assistencial e níveis de assistência. In: SEMINÁRIO SOBRE HOSPITAIS DE ENSINO, Rio de Janeiro, 1 ago. 1995. Anais. Rio de Janeiro: 1975.

CURY, G. C. *Estudo clínico epidemiológico da esquistossomose mansônica em Comercinho, MG*, 1974, 1981, 1988. 1992. 148 f. Tese (Doutorado em Medicina) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FLEXNER, A. *Medical education in United States and Canada: a report to the Carnegie Foundation for the advancement of teaching*. Boston: Merrymont Press, 1910. (Bulletin; 4).

FONSECA SOBRINHO, D. da. *Autoritarismo e política social: os programas de medicina simplificada no Brasil*. 1984. 261 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HABERMAS, J. *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: MIT Press, 1996.

_____. *Escritos sobre moralidad e eticidad*. Barcelona: Paidós, 1991.

_____. Sujeito e ética. *Kriterion*, v. 34, n. 88, p. 87-97, ago./dez. 1993.

_____. *Teoria de la acción comunicativa*. Madri: Tacurus, 1987b. 2V.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.

_____; _____. *O manifesto comunista*. 2. ed. São Paulo: Ched Editorial, 1980.

MARX, K. *Escritos econômicos filosóficos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Série os pensadores).

MELO, E. M. *Além do estado social: a teoria da ação comunicativa de Habermas*. 1995. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política/Fafich, Belo Horizonte.

_____. *Fundamentos para uma proposta democrática de saúde: a teoria da ação comunicativa de Habermas*. 1999. 247 f. Tese (Doutorado em Medicina Social) - Departamento de Medicina Social/FMRP/USP, São Paulo.

MENDES, E.V. *Uma agenda para a saúde*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MERHY, E. E. *A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência*. Belo Horizonte: DMPS/FCM/Unicamp, 1998. (Documento de trabalho).

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. 3. ed. São Paulo: Abrasco-Hucitec, 1998.

REZENDE, A. L. M. *Saúde: dialética do pensar e do fazer*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

RODRIGUEZ NETO, E. Integração docente-assistencial. *Saúde em Debate*, São Paulo, n. 11, p. 45-46, 1981.

SALGADO, J. A. Novos parâmetros de qualidade dos cursos médicos e na área de saúde. *Educación Médica y Salud*, Washington, v. 14, n. 3, p. 275-84, 1980.

SCHRAIBER, L. B. *Educação médica e capitalismo: um estudo das relações educação e prática médica na ordem social capitalista*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1989.

SOMARRIBA, M. M. G. *Community health and class society: the health programme of Norte de Minas, Brazil*. 1978. 257 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - School of Arts and Social Studies, University of Sussex, Brighton.

YAZLLE-ROCHA, J. S. A integração docente-assistencial na educação médica no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 198-206, set./dez. 1985.

- **Contribuição para a avaliação institucional da extensão universitária: técnica quali-quantitativa**

Ana Lúcia Caetano dos Santos, Graduanda em Estatística

Regina Serrão Lanzillotti, Professora Adjunta do curso de Estatística

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Resumo

Esta proposta diz respeito a uma forma alternativa de avaliação de projetos vinculados às áreas temáticas da Extensão Universitária da UERJ. Este estudo, de caráter quali-quantitativo, visa analisar os projetos de uma forma holística, identificando as áreas temáticas que detêm a maior probabilidade de ocorrência ou não de projetos que alcançaram os objetivos propostos. Nesta avaliação serão utilizadas as técnicas estatísticas: Análise Exploratória de Dados, Análise de Agrupamento, Tabela de Contingência e Modelo Loglinear. A Análise Exploratória de Dados serve para avaliar os atributos inerentes aos produtos e serviços que resultam na resposta às metas propostas. A Análise de Agrupamento permite agrupar os projetos segundo as áreas temáticas e seus respectivos retornos à comunidade, consubstanciados nos objetivos, classificando-os qualitativamente de acordo com o desempenho aferido pelos instrumentos construídos da avaliação. Esta classificação dos projetos é base para o desenvolvimento de etapas subsequentes, visando identificar as áreas temáticas com maior índice de projetos que atenderam as propostas formuladas no cadastramento, utilizando-se a Tabela de Contingência e o modelo Loglinear, que estabelece a distribuição esperada de ocorrência para associação dos atributos. A qualificação dos projetos em função do desempenho alcançado será uma informação de entrada para a distribuição de bolsas para universitários.

Palavras-chave: análise exploratória de dados, análise de agrupamento e modelo Loglinear

Introdução e objetivos

A Extensão Universitária prescinde de uma forma alternativa de avaliação dos projetos vinculados às áreas temáticas que agregam as linhas programáticas. Este fato levou à busca de uma técnica de avaliação que prestigie simultaneamente a integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, privilegiando os produtos, a realização de eventos, a divulgação técnico-científica e a educação continuada, não negligenciando os segmentos que contemplam o papel da Universidade junto à Comunidade. O Plano de Trabalho de Extensão Universitária avança na concepção de Extensão ao ampliar as formas por meio das quais ela se processaria, ou seja, cursos, serviços, difusão de trabalhos e pesquisa, projetos de ação comunitária ou cultural e outras. Indica que o compromisso social da Universidade se daria em direção às “populações de modo geral” e introduz dois elementos novos: a relação entre as atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo esta o componente pelo qual se faria o repensar das outras duas.

E, por último, registra a comunicação entre Universidade e Sociedade, não mais num sentido elitista de transmissão de conhecimento, mas no sentido de troca entre saberes acadêmicos e popular, que teria como resultado a produção de um conhecimento já confrontado com a realidade (NOGUEIRA, 2003). A Extensão Universitária tal qual processos educativos, culturais e científicos que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável viabilizam, a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (PRÓ-REITORES DA UERJ, 2000). O caráter multi, inter ou transdisciplinar e interprofissionais dificulta a análise simplificada, pois a modelagem impõe modelos multivariados. O levantamento do estado da arte mostrou que os ensaios trabalhados para a Avaliação da Extensão Universitária não conseguiram implementar a interação entre os atributos quantitativos e os qualitativos. O estudo é uma proposta do projeto final do curso de Estatística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, que busca um procedimento para avaliar projetos de forma holística, visando implementar o acompanhamento dos mesmos para o desenvolvimento, de acordo com as áreas temáticas, sem que haja fuga dos objetivos tomados como meta dentro dessas áreas. Esta modelagem tem como meta avaliar a probabilidade da ocorrência ou não do alcance dos objetivos propostos, agrupar os projetos de acordo com as características dos atributos e propiciar um método que auxilie na distribuição das bolsas de Extensão Universitária, privilegiando o empenho dos Coordenadores de Projetos e de Núcleos.

Metodologia

A Sub-Reitoria de Extensão e Cultura da UERJ – SR3 possui um cadastro dos projetos com as respectivas características de identificação, tipo, componentes da equipe, das parcerias constituídas e dos procedimentos implementados e de auto-avaliação. Os atributos inerentes aos produtos e serviços nos projetos permitem que se efetive a Análise Exploratória dos Dados, técnica que viabiliza reconhecer padrões e também auxiliar na construção dos grupos para a aplicação da Análise de Agrupamento (GENGRELLI, 1963). A Análise de Agrupamento tem como objetivo separar dados e constituir agregados, permitindo classificar e agrupar indivíduos de um conjunto em grupos homogêneos segundo características de interesse. Esta técnica também é utilizada para verificar a existência de homogeneidade em populações. No presente caso, estas correspondem aos projetos que tem similaridade quanto aos fatores qualitativos e quantitativos. No caso dos quantitativos, estes serão padronizados em desvios padrões para que se elimine a diferença de mensuração de cada variável envolvida. Nos atributos categóricos utilizam-se as variáveis Dummy, pois transformam adjetivos em valores numéricos. A caracterização da ausência de variabilidade nos grupos é estabelecida de acordo com uma distância calculada entre os valores atribuídos a cada variável, podendo-se optar pela Distância Euclidiana ou Distância de Mahalanobis. A Distância Euclidiana é uma métrica estatística utilizada para comparar os desvios individualizados e identificar o comportamento mais próximo entre eles, ou seja, a menor distância, sendo que as observações serão agregadas de acordo com estas distâncias. No caso da Distância de Mahalanobis, esta medida utiliza os desvios de cada valor observado para um único ponto, o centróide. Esta distância ressalta a

variabilidade por meio da matriz de covariância, agregando grupos de menor variância em contraposição aos de expressiva variabilidade. A análise destes grupos de projetos permitirá proceder à taxinomia, privilegiando os que alcançaram os objetivos propostos. A princípio, o estudo não estabelece o número de classificações, que podem ser aumentadas de acordo com a necessidade identificada na Análise de Agrupamento. A título de mostrar a aplicação desta modelagem foi utilizado o banco de dados/2001 da avaliação dos projetos da Sub-Reitoria de Extensão da UERJ – SR3/UERJ. Na etapa seguinte, utilizar-se-á a Tabela de Contingência, que relacionará os cruzamentos de áreas temáticas da Extensão com as classificações dos grupos de projetos obtidas na Análise de Agrupamento. Este tipo de tabela é construída levando-se em consideração os agrupamentos estabelecidos que foram classificados pelos produtos desenvolvidos e serviços prestados, estes estruturados nos objetivos propostos. Este modo de apresentação tabular serve como entrada para a aplicação da técnica de modelagem estatística do Modelo Loglinear (DOBSON, 1990), modelo que descreve padrões de associação entre variáveis categóricas. Com a aproximação Loglinear, modela-se contagem de celas em uma tabela de contingência em termos de associação entre variáveis. Nesta proposta, o Modelo Loglinear será desenvolvido para que seja determinado em quais áreas temáticas há maior incidência de projetos com objetivos não atingidos. Este procedimento tem por finalidade resumir as características mais importantes de um conjunto de dados, descrevendo-as da maneira mais simples possível, usando para isto a transformação de valores individuais em funções matemáticas com um número restrito de parâmetros. Também permite avaliar a distribuição esperada (probabilidade condicional) do cruzamento da gradação dos objetivos atingidos e das áreas temáticas e, ainda, estabelece a razão de chance da ocorrência dos eventos do perfil linha e do perfil coluna da Tabela de Contingência. Isto significa que tomada uma categoria como padrão, deve-se verificar qual a razão de chance das demais categorias terem o mesmo perfil. Se uma área temática é selecionada como referência, a razão de chance indica se outras áreas temáticas se comportam de maneira similar. Esta técnica de modelagem, baseada nas frequências observadas, deve ser validada por meio de Estatística Teste. Primeiramente, pensou-se em três classificações: Projetos que não atingiram os objetivos, Projetos que atingiram parcialmente os objetivos e Projetos que atingiram plenamente os objetivos. A seguir foi exemplificada uma Tabela de Contingência, destacando-se que no corpo da tabela estão as frequências dos projetos segundo classificações da pertinência da consecução dos objetivos a serem alcançados e a Área Temática em que são implementados. Consubstanciada na valoração dos atributos, identificar-se-á se existe uma interação significativa entre fatores qualitativos e quantitativos, transformando escalas de razão e intervalares em categóricas. A Análise de Agrupamento ressalta a homogeneidade intragrupo, isto é, aquele projeto que não alcançou o objetivo, não pode estar compartilhando dos grupos que atingiram ou estão atingindo suas metas. Os projetos estarão sendo avaliados sob a ótica de funções condicionais de razões de vantagens, ressaltando de forma simultânea a Classificação de Projetos em relação às Áreas Temáticas, utilizando-se a frequência de ocorrência dos projetos.

Tabela de contingência dos projetos segundo a classificação qualitativa e áreas temáticas

Correntes de pensamento	Áreas Temáticas							
	Comunicação	Cultura	Direitos Humanos	Educação	Meio Ambiente	Saúde	Tecnologia	Trabalho
Não Atingiu	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP
Atingiu Parcialmente	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP
Atingiu Totalmente	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP	FP

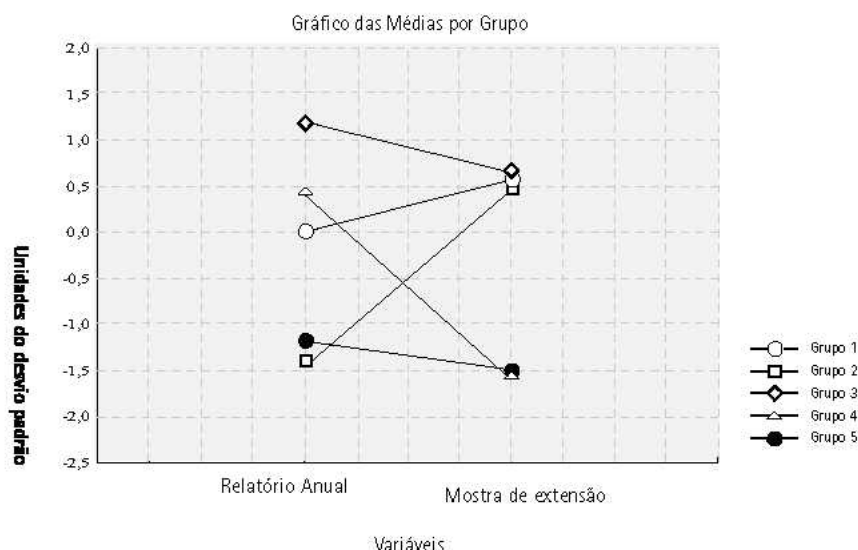
FP – Frequência de Projetos

No estudo, ao implementar uma Análise de Agrupamento, verificou-se, a priori, sob forma interativa, que os grupos seguem padrões hierárquicos, mostrando a avaliação dos projetos por meio dos atributos. Assim, cabe apontar projetos que estão abaixo, acima ou até mesmo sobre a linha de corte, esta identificada pelo centróide (ponto usado como referência para avaliar as distâncias dos valores inerentes às observações de cada atributo). Dentre aqueles que se encontram na parte superior da linha, deve-se avaliar a que distância está da mesma, pois esta posição mostra o quanto os projetos estão em ascensão. Os mais distantes positivamente serão considerados como aqueles que atingiram plenamente os objetivos, os que ficarem na região intermediária ou até mesmo sobre a linha de corte serão considerados como os que atingiram parcialmente os objetivos. Este critério também será usado no sentido inverso, os mais distantes no sentido negativo serão classificados como os que não atingiram os objetivos e, os que ficarem na intermediária negativa, não atingiram parcialmente. A segunda etapa do estudo é buscar um método para otimizar a distribuição de bolsas de Extensão, privilegiando os projetos que fazem parte dos grupos que atingiram os objetivos propostos de modo a incentivar a continuidade no desempenho, que são aqueles que se encontram acima da linha de corte natural média.

Resultados e discussão

A metodologia sugerida deverá identificar as áreas temáticas que têm maior probabilidade na ocorrência de projetos que não atingiram os objetivos propostos, segundo análise da razão de vantagens. Estes resultados serão observados na Tabela de Contingência com a utilização do Modelo Loglinear. Este diagnóstico não só deverá auxiliar o acompanhamento dos projetos, como também para proporcionar uma distribuição otimizada de bolsas de Extensão, visto que a quantidade de bolsas encontra-se em declínio. Os projetos que estiverem abaixo do corte padrão — posicionamento observado na formação de estratos na Análise de Agrupamento, ou seja, com a maioria dos atributos posicionados abaixo da média, não serão contemplados com bolsas para estagiários e deverá ser investigado que tipos de entraves estão afetando o

desempenho dos mesmos, cabendo aos Coordenadores de Núcleo de Extensão assessorar e providenciar a logística no sentido de que os projetos atinjam suas metas em tempo hábil para serem submetidos a novas avaliações. Como o banco de dados utilizado só era composto de dois atributos, a análise ficou mais simplificada, pois computou as notas atribuídas ao Relatório Anual e às atividades desenvolvidas na Mostra de Extensão, sendo estes valores padronizados estatisticamente (em unidade do desvio padrão) e serviram como entrada ao modelo hierárquico de agrupamento. Este procedimento mostrou com maior precisão que cinco grupos poderiam representar a tipologia de qualificação dos projetos, apesar de inicialmente ter sido pensado em apenas três grupos e ao tomar-se cinco grupos, as distâncias diminuíram, definindo grupos bem homogêneos.



Na visualização gráfica, no Grupo 1 estão os projetos que se posicionam sobre a média do Relatório Anual, mas acima da média em meio desvio padrão positivo da Mostra de Extensão e, portanto, foram classificados como “atingiu o objetivo”. No grupo 2 estão os projetos que apresentaram desempenho insatisfatório nos relatórios, mas na Mostra estão no mesmo nível dos classificados no Grupo 1, foram classificados como “atingiu os objetivos parcialmente”. O Grupo 3 corresponde aos projetos que buscam qualidade, assim são classificados como “atingiu os objetivos plenamente”. No grupo 4, estão os projetos que apresentaram um bom Relatório Anual, mas tiveram desempenho não satisfatório na Mostra de Extensão, foram classificados como “atingiu os objetivos parcialmente”. O último grupo, Grupo 5, afere os desempenhos insatisfatórios nos dois itens de avaliação, classificados como “não atingiu o objetivo”. A Análise de Agrupamento torna-se mais rica em detalhes se maior número de variáveis forem analisadas de forma simultânea. O quadro a seguir sumariza a distribuição dos

projetos segundo a classificação atingida na avaliação bivariada dos instrumentos de avaliação utilizados pela SR3/UERJ, no qual se observou uma concentração nos projetos que atingiram os objetivos, embora não plenamente (35,42%). Em seguida estão aqueles que atingiram os objetivos parcialmente (26,20%). Aproximadamente 25% dos projetos cadastrados atingiram os objetivos plenamente, embora 14,76% deles estejam precisando de incentivos e ou assessoramento.

Quadro de classificação dos projetos sob a ótica multivariada

Classificação	Grupos	Percentual de projetos
Atingiu os objetivos plenamente	3	23,62
Atingiu os objetivos	1	35,42
Atingiu os objetivos parcialmente	2/4	26,20
Não atingiu os objetivos	5	14,76

A distância positiva dos projetos em relação à linha de corte, linha centróide, favorecerá a classificação e a alocação dos estagiários que ficará vinculada à posição desta escala hierárquica, porém sem deixar de considerar a demanda solicitada e o contingente dos bolsistas que os projetos vem utilizando. “Onde falha o Plano Nacional de Extensão?” As metas não são alcançadas, apesar de todo o esforço do Fórum Nacional de Extensão. A adoção de indicadores quantitativos de extensão para a alocação de vagas e distribuição de recursos orçamentários internamente nas Universidades é frágil (NOGUEIRA, 2003). A avaliação não só indicará quais os projetos que deverão receber bolsa de Extensão, mas ainda identificará os projetos dentro das Áreas Temáticas que deverão ser acompanhados para obter melhor desempenho. Espera-se que esta alternativa de modelagem contribua para uma melhor integração dos projetos em diferentes Áreas Temáticas, constituindo assim, uma contribuição ao Plano de Extensão.

Conclusão

Esta proposta indicará que se identifiquem as Áreas Temáticas de maior probabilidade de terem projetos que não atingiram os objetivos, propiciando a recomendação de um acompanhamento mais amigável dos gestores de Núcleo e da Sub-Reitoria de Extensão. Atingir um consenso dos atributos que devem ser inseridos no processo de avaliação é uma tarefa de equipe que deve contar com a promoção de encontros entre os coordenadores dos Projetos, dos Núcleos e da Sub-Reitoria. Outra forma de otimização em função dos agrupamentos é propor agregação de projetos dentro dos Núcleos e até mesmo buscar parcerias com projetos de outras Unidades Acadêmicas, evitando o desestímulo das equipes e minimizando custos, sem perder o vínculo das Áreas Temáticas as quais estão filiados para que se possa desencadear o surgimento de Programas de Extensão visando ao desempenho e continuidade e principalmente à complementação entre Ensino e Pesquisa. Os gestores de Núcleo da Unidade Acadêmica ou da Sub-Reitoria devem acompanhar e efetuar avaliações contínuas, pois servem como

instrumentos de estímulo ao alcance das metas a serem alcançadas, porque se ocorrer a classificação “Atingiu parcialmente os objetivos”, denota que nem todos os atributos alcançaram níveis desejáveis pela avaliação. Os coordenadores de projetos mais experientes, que fazem parte do grupo que “Atingiu plenamente os objetivos”, poderão ser os disseminadores dos atributos que conduzirão à posição bem acima da linha de corte, e ainda contribuir na formação de novos gestores de Núcleos e de Projetos. A interação das Áreas Temáticas é um desafio muito grande para a Extensão Universitária; neste mister, será privilegiado o caráter multi, inter ou transdisciplinar e, interprofissional entre os participantes dos projetos de Extensão. Ressalta-se que para o bolsista o aprendizado torna-se cada vez mais interativo e facilitador da sua inserção no mercado de trabalho. A implementação desta proposta é o objeto do projeto final do curso de Estatística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Estatística. A colaboração que este estudo pretende não é só identificar as falhas, mas apontar os atributos, que devem ser perseguidos para melhorar o desempenho dos projetos. A agregação do Ensino e Pesquisa à Extensão incentiva a maturidade profissional do estagiário de Extensão, pois há uma troca de experiências interdisciplinares nas Unidades Acadêmicas com surgimento de novas linhas de Pesquisa originadas de Projetos de Extensão que levaram seus resultados a encontros técnico-científicos com propagação por meio de artigos em revistas especializadas. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de um conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. Avaliar a Extensão Universitária implica em processos complexos, porém essenciais como instrumento de auto-conhecimento e de indicação do caminho que oriente a instituição no cumprimento de sua missão social. Atividades extensionistas, nas atuais diretrizes curriculares, caracterizam-se por atividades complementares possíveis de serem agregadas ao currículo em seu conceito ampliado. Possibilita um processo contínuo de troca entre o saber erudito e o saber popular na construção de um novo paradigma. O caráter quali-quantitativo da modelagem permite avaliar holisticamente as atividades extensionistas.

Referências bibliográficas

APOSTILA de estatística multivariada. Disponível em: <[http:// www.geocities.com/jfm-pessa/multivariada.pdf](http://www.geocities.com/jfm-pessa/multivariada.pdf)>. Acesso em: 10 de jun. de 2002.

CASTRO, L. *Manual de normas e procedimentos do departamento de extensão*. Rio de Janeiro: UERJ, DEPEXT, 2002.

DOBSON, A. J. *An introduction to generalized linear models*. 2. ed. London: Chapman and Hall, 1990. 172 p.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, maio, 2000.

GENGRELLI, J. A. A Method for detecting subgroups in population and specifying their membership. *Journal of Psycology*, v. 5, p. 456-468, 1963.

MENDES, S. R., et al. Avaliação nacional da extensão universitária: Pressupostos, indicadores e aspectos metodológicos. In: IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EXTENSÃO. Embu das Artes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. *Plano Nacional de Extensão 1999-2001*. Disponível em: <[http:// www.mec.gov.br/sesu/planonaex.shtm](http://www.mec.gov.br/sesu/planonaex.shtm)>. Acesso em: 13 set. 2003.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: Proex/UFGM, 2000.

NOGUEIRA, M. D. P. Onde falha o plano de extensão. *Interagir Pensando a Extensão*, Rio de Janeiro: n. 4, p. 9-12, ago./dez. 2003.

PROJETO de avaliação das atividades de extensão da universidade federal da paraíba. Disponível em: <[http:// www.fisica.ufpb.br/cafis/bolsas/3avalext.htm](http://www.fisica.ufpb.br/cafis/bolsas/3avalext.htm)> Acesso em: 13 set. 2003.

RENEX. *Rede Nacional de Extensão*. Disponível em: <[http:// www.renex.org.br](http://www.renex.org.br)>. Acesso em: 19 set. 2002.

• A avaliação da extensão universitária na UERJ: resultados e desafios

Sonia Regina Mendes dos Santos, Professora Adjunta da Faculdade de Educação

Luciana M. Cerqueira Castro, Professora Adjunta do Instituto de Nutrição

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Resumo

Este trabalho apresenta uma síntese do percurso da metodologia de avaliação adotada pela UERJ, em especial, os seus objetivos e as principais etapas elaboradas e os primeiros resultados alcançados. A proposta de avaliação da extensão universitária na UERJ teve como pressuposto que ela não seria utilizada com o propósito de controle e fiscalização, mas que teria como objetivo fundamental fornecer subsídios que permitissem viabilizar o processo de tomada de decisões da Sub-reitoria de Extensão e Cultura, valorizando as ações bem sucedidas, e, muitas das vezes, apresentando alternativas que se revelassem necessárias, de forma a propiciar que os objetivos traçados para a extensão na UERJ pudessem ser alcançados. Para isso as propostas e os instrumentos de avaliação foram elaborados a partir da discussão com os participantes da extensão. Um aspecto importante foi manter em todo o processo de elaboração da proposta de avaliação as linhas básicas do Fórum Nacional de Extensão Universitária. Ao final, identificamos alguns desafios que se apresentam para a gestão da extensão universitária tais como a necessidade de se investir em financiamento da extensão; de estimular as parcerias e de fomentar a articulação ensino-pesquisa e extensão.

Palavras-chave: avaliação, extensão universitária, universidade

Sobre a construção do processo de avaliação na UERJ

A avaliação é um processo político. Tanto as políticas para o ensino superior, em especial para a extensão, quanto a avaliação não se dão em um vazio político. A avaliação, como processo de investigação, lida com ideologias, perspectivas sociais para a educação e interesses de grupos distintos, que confluem para um processo avaliativo e para a atuação de um grupo que tem o poder de planejar as políticas da avaliação e os meios como ela se desenvolverá. A avaliação também é uma técnica, caracterizada por uma elaboração própria, de acordo com as decisões políticas. Além disso, por meio dela as instituições podem responder como estão sendo aplicados os recursos e que resultados estão sendo alcançados.

É por essa via de entendimento que podemos pensar algumas possibilidades da avaliação da extensão na UERJ tornar-se mais do que um processo de aferição de situações, o que já vem sendo realizado, mas um processo crítico de análise das mudanças que ocorrem no âmbito da atividade extensionista na universidade, enfatizando uma perspectiva mais participativa entre os coordenadores das atividades extensionistas e o processo avaliativo. Um dos aspectos centrais no processo de construção da avaliação foi localizar de imediato as questões que pretendíamos

responder, quais sejam: “em que medida programas e projetos existentes se aproximam dos objetivos da extensão na UERJ? Quais os resultados obtidos pelos programas/projetos desenvolvidos na universidade? Que conceito, concepções e práticas nas atividades deveriam ser intensificadas? Que programas/projetos seriam incentivados? Quais deveriam ser redimensionados? Até que ponto as atividades extensionistas interferem no processo formativo dos alunos, na dinâmica de organização e funcionamento dos cursos de graduação e na constituição da autonomia econômica e social das populações envolvidas?” (MENDES e CASTRO, 2001, p. 12).

A resposta a tais questões não foi tarefa fácil, exigia que a avaliação da extensão universitária tivesse um caráter contínuo e adotasse uma forma mista de procedimentos de aferição das atividades desenvolvidas a partir das suas proposições realizadas no âmbito dos departamentos das unidades acadêmicas, seu planejamento, sua execução e resultados, de forma a permitir a realização de análises quantitativas e, principalmente, qualitativas.

As primeiras iniciativas da avaliação não pretendiam ser confundidas com procedimentos de mero controle e fiscalização, mas almejavam ser identificadas como uma atividade que buscava fornecer subsídios que permitissem confirmar decisões e ações bem sucedidas, introduzir outras que se revelassem necessárias, tendo como referência os objetivos da extensão na universidade quais sejam: as atividades de extensão devem dar especial atenção às oportunidades que oferecem aos estudantes, professores e técnicos para ação e reflexão em torno de questões da área de estudo a que se dedicam; estabelecer prioridades de acesso à Universidade de grupos dela excluídos; realizar transferência de tecnologia, produção e difusão do saber e contribuir na formulação e avaliação de políticas públicas (LÁZARO, 2000).

Um outro aspecto importante foi conceber uma proposta de avaliação na UERJ, atrelada às diretrizes gerais da política nacional de avaliação, definidas para a extensão através do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas.

De posse desses parâmetros, demos início à elaboração de uma proposta de avaliação pautada em três etapas de acordo com o fluxo de registro e acompanhamento das atividades extensionistas na UERJ. As etapas do processo que dão suporte para avaliação foram assim concebidas:

- a) a avaliação do projeto/programa no momento de sua proposição**, onde se avaliava a identidade com a natureza das ações extensionistas; a relevância social, econômica e política dos problemas abordados, em especial, as necessidades a que o projeto espera responder; a relevância acadêmica, ou seja, as possibilidades proclamadas de: articulação com a pesquisa e o ensino, os segmentos sociais envolvidos, a interação com órgãos públicos e privados; a possibilidade de disseminação de conhecimentos; a disponibilidade de recursos materiais, financeiros, técnicos e humanos, e a estrutura do projeto — seus níveis de autoridade e procedimentos — incluindo a promoção de mecanismos de avaliação; e por último, suas possibilidades de concretização;
- b) a avaliação da implementação** dos projetos/programas da extensão universitária na universidade que procura detectar as dificuldades encontradas no desenvolvimento do

projeto, a busca de soluções e gestão dos coordenadores sobre o projeto, as articulações desenvolvidas com o ensino e a pesquisa, a interação com os órgãos públicos e privados e outros segmentos organizados sociais envolvidos. A gestão do projeto nesse processo inclui a definição de critérios de acompanhamento e avaliação adotados, seus recursos materiais e humanos e as suas condições operacionais. Privilegiou-se como fonte principal dessas informações o resultado da avaliação realizada na Mostra de Extensão realizada anualmente na UERJ;

- c) **a avaliação dos efeitos**, onde se avalia em que medida o projeto alcança seus resultados, quais foram os seus efeitos previstos e não previstos. A avaliação dos resultados alcançados; apropriação, utilização e reprodução do conhecimento envolvido na atividade de extensão pelos parceiros. Procura captar, em suma, o efeito da interação resultante da ação da extensão nas atividades acadêmicas. A fonte principal de informação são os relatórios finais elaborados anualmente pelos coordenadores de projetos (MENDES e CASTRO, 2001).

Os três aspectos da avaliação se interligam, sendo que não há um privilegiar de um olhar sobre cada um deles sem considerar as relações postas com os demais momentos do processo. Realizar a avaliação sobre cada um desses momentos tem representado muito esforço, desde a elaboração de documentos até a preparação de equipes através do convite de avaliadores ad hoc, pois cada uma das etapas pressupõe uma série de implicações tanto de ordem conceitual como operacional, quanto a seleção das estratégias metodológicas e dos procedimentos técnicos que vão ser utilizados na coleta de dados e, ainda mais, pressupõe sistematicamente, a revisão de procedimentos e instrumentos de coleta de dados.

É preciso destacar que tivemos, como prática, o incentivo para que a avaliação inicial do projeto ocorresse dentro das próprias unidades acadêmicas, nos departamentos e órgãos colegiados e no Conselho Departamental de forma que a proposta seja aprovada quanto a pertinência do seu conteúdo. Ao ser encaminhada ao Departamento de Projetos de Extensão – Depext, este designava um avaliador, membro da Comissão de Assessoramento e Avaliação do Depext, que apreciaria o projeto sob os aspectos apontados anteriormente.

A comunicação dos resultados do processo avaliativo, de modo geral, se constituiu como momento privilegiado para o debate sobre o papel das atividades de extensão realizadas na universidade.

Desafios e questões enfrentadas

Definidas as etapas do processo avaliativo, seus principais procedimentos e instrumentos, uma das questões enfrentadas foi ampliar a discussão sobre as dimensões da avaliação adotada, de forma a mobilizar a comunidade acadêmica explicitando que permaneceriam as necessárias autonomia e liberdade de ação para a realização das atividades. Nessa perspectiva, não podemos ignorar que as referências mais significativas do processo de avaliação incidem sobre o planejamento da extensão na UERJ, sua gestão e os resultados do trabalho que se

desenvolvem, seus benefícios, que são atingidos direta ou indiretamente na forma de produtos e resultados.

Com o intuito de melhor esclarecer e sistematizar as unidades de análise que foram objeto da avaliação, organizamos o quadro a seguir:

Dimensões	Unidades de Análise	Avaliação Inicial Cadastro	Mostra de Extensão	Avaliação dos efeitos Relatório anual
Relevância	Relevância social	sim	Não	não
	Relevância acadêmica	sim	Não	não
Gestão	Estrutura do projeto	sim	Não	não
	Sistemática de avaliação do projeto	sim	Sim	sim
	Implementação do projeto/ Processo de gestão	não	Sim	sim
Resultados	Resultados obtidos/Produtos	não	Sim	sim

O quadro pretende demonstrar as categorias definidas para a avaliação. Um aspecto importante a ser observado na definição de tais categorias é o caráter permanente na análise do projeto desde seu momento inicial da proposição, durante a sua implementação até a apresentação dos seus relatórios.

Todo o processo de avaliação adota a forma mista de expressão de seus resultados utilizando-se de análises qualitativas e quantitativas. Não basta ao processo de avaliação definir as unidades de análise e os momentos em que elas serão avaliadas, é preciso estabelecer também formas de exprimir os resultados dos estudos e análise.

A análise e interpretação dos dados procurou estabelecer, em alguns momentos, uma classificação provisória e elementar dos programas e projetos existentes na universidade.

Mesmo ao se considerar a necessidade da avaliação contribuir com o processo decisório na UERJ, no que tange, em especial, à decisão sobre a alocação de bolsas para alunos que participam das atividades em extensão universitária, a sistematização de procedimentos que classificam os projetos mediante a atribuição de conceitos não tem se tornado a finalidade primordial de todo o trabalho desenvolvido. De certo, isso significa que os projetos existentes devem estar articulados aos objetivos institucionais e com os projetos acadêmicos e pedagógicos da instituição tendo como horizonte a formação humana para os desafios do nosso tempo, o desenvolvimento de conhecimentos e propostas de solução que se realizem na exata dimensão das necessidades e expectativas da sociedade.

O que encontramos

As considerações apresentadas nos comentários dizem respeito às avaliações realizadas nos anos de 2001 e 2002 na Mostra de extensão (avaliação de processo) e nos relatórios finais (avaliação dos efeitos).

As avaliações nos mostram, portanto, um avanço na formalização da pesquisa junto aos projetos, fato que os tem tornado mais consistentes teoricamente, mostrando também a incorporação da reflexão sobre seu fazer. Este fato reforça a tese de que a extensão não está somente centrada no ativismo, que tanto caracterizou suas atividades ao longo dos anos. Quanto à integração com o ensino formal, ainda temos muito que avançar. Apesar de nossos projetos já servirem de campo de prática para as disciplinas do currículo e terem, a partir de suas experiências, elaborado disciplinas eletivas, é possível perceber que a indissociabilidade é mais freqüente quando os coordenadores das propostas são também professores de disciplinas afins. Assim, ainda nos falta tornar as atividades de extensão mais orgânicas e integradas consistentemente na vida da unidade acadêmica. Esta desagregação passa também pelo fato de se ter tempos diferenciados. A idéia do ensino articulado à extensão baseia-se em atitudes de reflexão, análise, tomada de decisão, articulação com o outro, escuta atenta, parcerias. A lógica de organização de um currículo que contemple a extensão universitária não pode ser a que aí está, a qual o separa em caixinhas. Deve prever um tempo e um acontecer diferentes. Um tempo dos parceiros, um tempo dos contatos, um acontecer de revisitas às propostas (CASTRO, 2004, p. 159). As possibilidades de integração são grandes e podem ser profícuas, mas dependem de novas redefinições, aprendizagens e de novos tipos de gestões da extensão, da pesquisa e do ensino de nível superior (BOTOMÉ, 2001, p. 159).

Sabemos também que a dissociação entre as três funções está intimamente ligada à lógica que preside os projetos pedagógicos das Universidades, ou seja, alicerçados numa concepção de conhecimento decorrente de um paradigma de ciência e de mundo fragmentados, portanto a tarefa é mais ampla que a extensão, é da concepção dos currículos.

Outro ponto percebido, através das avaliações, foi que os projetos ainda não incorporaram de forma efetiva a avaliação de suas ações e dos seus alunos. Entendemos que a avaliação é uma oportunidade para se refazer os caminhos traçados para o projeto, em parceria com a equipe. Ela deve estar prevista em cada etapa de trabalho e permite que, ao final da atividade, se tenha a possibilidade de avaliar a proposta como um todo. É importante salientar que não havia, por parte da gerência da extensão, uma orientação de como se fazer avaliação e sim o estímulo para que cada proposta desenvolvesse um tipo de avaliação que fosse mais condizente com seu trabalho.

Percebeu-se também que as propostas desenvolveram como atividades do projeto algum tipo de produto, sendo a maioria a elaboração de artigos científicos e a realização de eventos. Outro fator importante a ser destacado foi a apresentação da proposta em eventos científicos. Estes fatos indicam que os projetos de extensão podem disseminar os conhecimentos produzidos por eles.

Em relação às parcerias, verificou-se que a maioria dos projetos desenvolvem suas atividades sem parceiros internos, de outros departamentos ou unidades. Estas dificuldades apontam para a necessidade de desenvolvimento de estratégias gerenciais para o fomento da articulação interna. Acreditamos que o fortalecimento das áreas temáticas, com coordenações específicas, pode trazer resultados nesta área. Quanto às parcerias externas à Universidade, verificamos que esta se dá, em sua maioria, com órgãos públicos. O fato de realizar tais atividades

com órgãos públicos, contudo, parece não significar que os projetos incorporem uma postura avaliativa em relação às políticas públicas ou tenham influência na sua elaboração ou reformulação. De um modo geral, a parceria conflui para a realização de ações identificadas como significativas para a formação do aluno e o desenvolvimento do projeto naquela área específica.

O processo avaliativo também detectou as dificuldades enfrentadas pelos coordenadores. Dentre elas, destaca-se sobremaneira o financiamento da extensão. Apesar da UERJ oferecer 420 bolsas de extensão, ter normatizado a alocação de carga horária dos professores em extensão (Sub-Reitoria de Extensão..., 2003), pontuar as atividades de extensão para obtenção de Bolsa do Prociência — modalidade de bolsa recebida por professores com 40 horas semanais e com produtividade reconhecida através da análise de seu currículo —, e ter conseguido possibilitar a participação de professores e técnicos em atividades científicas, não existe um financiamento específico e freqüente, em moeda, para a realização das atividades.

À guisa de conclusão

A extensão universitária, diferentemente do ensino e da pesquisa, pouco foi regulamentada pelos órgãos de governo, tanto no que diz respeito à normalização de suas práticas, quanto ao financiamento de suas atividades. “Este distanciamento imposto permitiu que ela se organizasse por dentro e pudesse se dedicar a construir uma relação mais próxima da sociedade” (CASTRO, 2004, p. 48), e, no caso da avaliação, desenhar seu próprio processo avaliativo. Porém o que se percebe é que ainda parece difícil conseguir ingressar de forma mais consistente nas arenas de decisão de assuntos relevantes. O distanciamento, se por um lado facilita o desenho de uma extensão que se deseja para cada universidade, por outro impõe uma tarefa árdua de construção de processos e assim de constantes adaptações e revisitas às propostas.

A avaliação é uma função da gestão universitária destinada a auxiliar o processo de decisão, visando a torná-lo o mais efetivo possível. No campo da extensão, o processo de avaliação também se constitui uma exigência contemporânea, ou seja, uma exigência no caminho de tentar alcançar a complexidade que é avaliar práticas e ações no campo da extensão.

Nesse sentido, a avaliação da extensão tem se constituído um campo de trabalho propício para a análise de processo de trabalho implementado pela extensão, os resultados alcançados com esse processo de trabalho e as repercussões das ações na comunidade interna e externa da universidade.

A avaliação exige, cada vez mais, a utilização de uma série de técnicas abrangentes adequadas ao que se vai avaliar, que permitam “dar voz” a todos os participantes do processo visando, principalmente, ao avanço no processo de análise, aprofundamento do conhecimento dado pelas informações coletadas e geração de novas questões.

No contexto atual, podemos apontar para algumas análises significativas; uma delas nos remete a aspectos que já foram introduzidos nos projetos, que, muitas das vezes, redirecionaram suas ações, em suma, reorganizaram-se em função da avaliação. Do outro lado, estamos cada vez mais cômicos de que a extensão universitária na UERJ realiza relevante produção de conhecimentos e se alicerça no conceito de teoria-prática, consciência/autoconsciência dos participantes, sendo importante instância formadora dos nossos discentes. Assim, há de se

considerar a extensão como uma das formas que a universidade tem de produzir, e de disseminar conhecimento, alicerçado principalmente na experiência. Nessa perspectiva, emerge a discussão da flexibilização curricular, onde a extensão não só suscita a criação e o desenvolvimento de novas áreas de conhecimento necessárias para a formação integral dos estudantes, mas reconhece o desafio de garantir como preocupação inicial o registro das atividades extensionistas no histórico escolar dos seus alunos, que de forma independente e autônoma participam dos inúmeros projetos extensionistas da UERJ. Os projetos que congregam tais preocupações são potencialmente os projetos que fazem com que a extensão reafirme seu lugar na universidade, uma Universidade que se quer sintonizada e comprometida com os problemas cruciais da sociedade.

Em suma, sabemos por nossa experiência que a avaliação que produz conhecimento apropriável pela comunidade, não o faz de forma descontextualizada. A avaliação da extensão não tem sentido se estiver desconectada do cenário que é hoje a extensão universitária, e que gera a própria necessidade de avaliação da função. Contudo, é de tal monta essa variação do ponto de vista da extensão universitária, que não se pode abordá-la como se fosse única, como uma possibilidade ímpar de pensá-la e vivê-la nas universidades públicas do país, mas há que se considerar as várias “extensões” existentes dentro de uma mesma universidade. Por todo esse percurso, a avaliação da extensão, na UERJ, tornou-se mais do que um processo de aferição de situações, pois caminha para um processo crítico de análise das mudanças que ocorrem no âmbito da atividade extensionista na universidade, o que não a isenta de enfrentar algumas questões de extrema importância para o seu processo de aprimoramento tais como: aprofundar a articulação entre as três funções da universidade a partir da extensão universitária, bem como instigar que cada projeto incorpore a dimensão avaliativa, de forma que possa apreender o aprimoramento da formação do aluno e o manejo do conhecimento pela sociedade.

Referências bibliográficas

BOTOMÉ, S.P. Extensão universitária: equívocos, exigências, prioridades e perspectivas para a universidade. In: FARIA, D.S. (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 159-175.

CASTRO, L.M.C. *A Universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores*: ainda existem utopias realistas. 2004. 185 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LÁZARO, A. *Marcos para a discussão da política de extensão na UERJ, gestão 2000-2003*. set, 2000. (Mimeografado).

MENDES, S. R.; CASTRO, L. M. C. A avaliação da extensão: dos documentos do Fórum Nacional de Pró-Reitores à Proposta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *Interagir: Pensando a Extensão*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-14, 2001.

SUB-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA. *Ordem de serviço 004/Sr-3/2003 de 21/08/2003*. Regulamenta a alocação de Carga Horária em Extensão e dá outras providências.

- **A construção de categorias e indicadores para avaliação institucional de cursos, projetos e atividades de extensão universitária**

Carmen Cecília de Campos Lavras, Doutora em Saúde Coletiva

Elisabete M. M. de Pádua, Doutora em Filosofia e História da Educação

Maria José Comparini Nogueira de Sá, Especialista em Planejamento em Saúde

Maria Teresa D. F. P. M. Porto, Especialista em Recursos Humanos e Planejamento em Saúde

Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas

Resumo

O artigo apresenta as principais categorias e critérios para indicadores que compõem a avaliação dos diferentes momentos do processo de formulação e implementação de atividades, cursos e projetos de extensão. Este conteúdo faz parte do Proex – Programa de Fomento e Avaliação da Extensão Universitária da PUC-Campinas, desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Estabeleceram-se preliminarmente categorias e critérios para indicadores de avaliação, os quais foram socializados e discutidos, em Seminário Interno, com todos os responsáveis pela Gestão da Extensão na Instituição. As categorias e critérios para indicadores identificados se constituem como referência para a construção de instrumentos de auto-avaliação institucional da Extensão Universitária.

Palavras-chave: extensão, avaliação, procedimentos metodológicos

Introdução e objetivos

A Extensão Universitária, entendida como prática acadêmica que expressa a interação Universidade-Sociedade por meio da articulação de atividades de ensino e pesquisa com demandas sociais mais abrangentes, tem, sistematicamente, se constituído em objeto de reflexão e discussão no âmbito da PUC-Campinas.

Em 2002, com a aprovação, pelo Conselho Universitário, da Política de Extensão da PUC-Campinas, foi formulado o Proex, entendido como um conjunto de iniciativas de caráter técnico e operacional, de apoio ao desenvolvimento e de avaliação permanente das atividades de extensão propostas pelas unidades acadêmicas e organismos da Universidade.

Tendo como um dos principais objetivos a implantação e o desenvolvimento deste processo avaliativo, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, durante o ano de 2003, buscou consolidar uma gestão compartilhada com os docentes responsáveis pelas atividades de Extensão e com as diferentes instâncias de gestão, entendendo que o referido Programa deve contemplar as seguintes dimensões: 1) acompanhamento e avaliação da política de Extensão, 2) acompanhamento e avaliação da gestão da Extensão e 3) acompanhamento e avaliação das atividades de Extensão, no caso, cursos, projetos e atividades como: conferências, palestras, oficinas, mini cursos, semanas comemorativas e outras.

Diante da necessidade de definição de diferentes procedimentos, métodos e instrumentos que contribuíssem para alcançar os objetivos propostos, foram desencadeadas ações de caráter acadêmico-administrativo que, embora de natureza diferenciada, puderam trazer subsídios para a consolidação do Programa.

No que se refere à dimensão “acompanhamento e avaliação das atividades de extensão”, em 2003 foram definidos e implementados formulários e roteiros específicos para apresentação das propostas de cursos e projetos de extensão; foram ainda definidos e implementados os procedimentos operacionais para tramitação e aprovação de cursos e projetos, estabelecendo-se o fluxograma hoje vigente.

Em 2004, o “I Seminário de Avaliação da Extensão Universitária”, realizado em 30/03/2004, constituiu-se em espaço de trabalho coletivo, para discussão das categorias e critérios para indicadores no processo de avaliação de cursos e projetos de extensão, apresentados pela Pró-Reitoria. Este Seminário contou com a participação das direções dos Centros Universitários, direções de Faculdades, coordenadores dos Núcleos de Pesquisa e Extensão dos Centros, professores representantes da extensão nos Núcleos de Pesquisa e Extensão, equipe da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, todos envolvidos diretamente com a gestão da Extensão, e demais professores interessados no tema.

Metodologia

1. Análise documental.
2. Levantamento e definição das instâncias de avaliação das propostas de cursos, projetos e atividades de extensão.
3. Levantamento e definição preliminar de categorias e critérios para indicadores de avaliação de cursos e projetos de extensão, como marco referencial para a construção de instrumentos de auto-avaliação institucional da Extensão.

Resultados e discussões

A análise documental buscou rever, no Estatuto e Regimento da PUC-Campinas, as atribuições das diferentes instâncias acadêmico-administrativas envolvidas com a Proext – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, no que se refere às atividades de extensão.

Assim, quanto ao levantamento e definição das instâncias de avaliação das propostas de atividades de extensão, foram identificados os seguintes momentos/instâncias do processo de formulação, tramitação e aprovação de cursos e projetos, que poderiam tornar-se objeto da avaliação institucional:

- elaboração da proposta;
- análise e parecer pela Direção da Faculdade/Órgãos Complementares/Setor a que a proposta se vincula;
- análise e parecer pela Coordenação do Conselho do Núcleo de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário/Órgão Complementar/Setor a que a proposta se vincula;

- análise e parecer da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários;
- análise e parecer da Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários do Conselho Universitário no caso de cursos;
- avaliação pela população-alvo/clientela das atividades de extensão;
- avaliação pelos coordenadores/responsáveis por atividades de extensão, após a realização do proposto.

Embora não tenha sido objeto desta etapa da avaliação, cabe destacar que os procedimentos, métodos e instrumentos de avaliação de outras atividades de extensão como o programas, prestação de serviços, eventos e representações institucionais também estão sendo desenvolvidos, levando-se em conta as categorias e critérios para indicadores, observadas as especificidades da modalidade de atividade.

A seguir foram definidas categorias e critérios para indicadores preliminares que poderiam se constituir como marco referencial na construção dos instrumentos de avaliação de cursos e projetos de extensão, conforme quadros a seguir:

Quadro 1

Categorias e critérios para indicadores preliminares na avaliação das diferentes instâncias, do processo de tramitação e oferecimento dos cursos de Extensão

Instâncias	Categorias	Crítérios para indicadores
Responsável pela elaboração da proposta do curso – auto-avaliação	Relevância Acadêmica	Se a proposta está elaborada segundo o formulário de encaminhamento; Se há clareza na formulação da proposta como um todo; Se há potencial para divulgação de conhecimentos /procedimentos/novas tecnologias na área de conhecimento (objetivos do curso).
	Viabilidade da Proposta	Se há identificação clara de público-alvo (clientela) Se há ou não necessidade de encaminhamento ao Comitê de Ética para parecer. Se houver esta necessidade, o parecer do Comitê de Ética deverá acompanhar a proposta do curso; Se os materiais estão devidamente quantificados

Quadro 1 (Cont.)

Instâncias	Categorias	Crítérios para indicadores
Direção da Faculdade ou Setor a que a proposta está vinculada	Relevância Acadêmica	Se a formulação da proposta está em consonância com as diretrizes do Projeto Pedagógico da Faculdade/Unidade Se há potencial para articulação com atividades de ensino e/ou pesquisa Se a proposta apresenta necessidade de deliberação sobre o parecer do Comitê de Ética Se há potencial para integração entre disciplinas dos cursos e/ou entre diferentes cursos do Centro e/ou Intercentros Se há potencial para ampliar a formação integral dos alunos de graduação
	Viabilidade da Proposta	Se há infra-estrutura já disponível na unidade (espaço físico/equipamentos) Se a Unidade dispõe dos recursos didático-pedagógicos exigidos pela proposta Se o público-alvo definido está de acordo com a proposta Se há identificação clara do tipo de divulgação (estratégia e materiais)
Coordenação/Conselho do Núcleo ou Coordenação do Setor a que a proposta está vinculada	Relevância Acadêmica	Se há potencial para o desenvolvimento de atividades interdisciplinares no Centro/Intercentro
	Relevância Social	Se aborda e/ou dissemina conhecimentos sobre questões sociais relevantes para a Universidade/Sociedade Se é relevante para o desenvolvimento de Campinas e Região
	Viabilidade da Proposta	Se está definida a estratégia de divulgação Se a proposta é relevante para o Centro Se há parecer da Coordenadoria de Ensino à Distância, quando for o caso
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários/Coordenadoria de cursos de Extensão	Relevância Acadêmica	Consonância com os objetivos do Plano Estratégico da Universidade e da Proext Se está em consonância com as diretrizes da Política de Extensão da Universidade Se poderá contribuir para formação acadêmica e cidadã dos participantes Se poderá contribuir com a disseminação do conhecimento produzido na Universidade
	Relevância Social	Se há interação com instituições/organismos da sociedade civil/Estado e/ou com movimentos sociais Se há interação com projetos eclesiais da Igreja de Campinas Se há interação com a Pastoral Universitária
	Viabilidade Institucional	Se o processo está devidamente instruído para ser encaminhado à orçamentação na área administrativa Se as propostas para divulgação estão definidas
Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários/CCE	Relevância Acadêmico-Social	Se é relevante para a formação acadêmica e/ou educação continuada Se contribui para a discussão de questões sociais relevantes para o desenvolvimento de Campinas e Região Se os objetivos apontam a possibilidade de integração com atividades de ensino e pesquisa Se está de acordo com as diretrizes da Política de Extensão da Universidade

Quadro 1 (Cont.)

Instâncias	Categorias	Crítérios para indicadores
Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários/CCE	Viabilidade Institucional	Se há aprovação da Unidade/Setor Se há aprovação da Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão Se há parecer da Coordenadoria de Ensino a Distância, quando for o caso Se há parecer do Comitê de Ética, quando for o caso Se há aprovação da Coordenadoria de cursos de Extensão Se há orçamento aprovado pela Pró-Reitoria de Administração
Clientela/Alunos do curso	Aspectos Acadêmicos	Se a formulação da proposta do curso estava clara Se o conteúdo das aulas foi avaliado como satisfatório Se o material de apoio foi apresentado como proposto Se o acesso a laboratórios e equipamentos foi adequado à proposta do curso Se o conteúdo trabalhado no curso agregou valor à atuação profissional Se recomendaria o curso para terceiros
	Aspectos da Infra-estrutura Organizacional	Se o material de divulgação foi adequado e suficiente Se a recepção aos alunos foi satisfatória Se o acesso ao local foi divulgado Se o espaço físico contemplou as necessidades do curso Se o número de alunos foi adequado aos objetivos do curso Se o número de equipamentos foi adequado aos objetivos do curso
	Relevância Social	Quanto ao impacto na formação acadêmica e/ou profissional Quanto à possibilidade de aplicação imediata no cotidiano da vida profissional Quanto à abordagem de questões sociais relevantes para o desenvolvimento de Campinas e Região Quanto à possibilidade de interação com ONG's e ONG's, movimentos sociais e outros
Coordenador/Professor Responsável após o desenvolvimento da proposta	Aspectos Acadêmicos	Se alcançou os objetivos especificados na proposta do curso Se o material de apoio foi elaborado de acordo com a proposta do curso Se o material de apoio foi adequadamente distribuído aos alunos Se a avaliação do curso foi realizada e encaminhada à Coordenadoria de cursos de Extensão pelos participantes Se o curso efetivamente possibilitou a disseminação de novos conhecimentos/tecnologias
	Aspectos Acadêmicos	Se o material de divulgação estava adequado ao público-alvo Se o material de divulgação foi adequadamente distribuído Se a recepção aos alunos foi satisfatória Se o espaço físico foi satisfatório Se os equipamentos foram adequados e suficientes para o curso

Quadro 2

Categorias e critérios para indicadores preliminares na avaliação das diferentes instâncias, do processo de formulação e tramitação de Projetos de Extensão

Instâncias	Categorias	Crítérios para indicadores
Coordenação do Projeto	Relevância Acadêmica	Se a proposta está formulada de acordo com os instrumentos propostos Se as formas de divulgação do Projeto estão previstas e quantificadas Se a proposta está em consonância com a concepção e diretrizes de extensão
	Viabilidade da Proposta:	Se há identificação clara de público-alvo Se há necessidade do parecer do Comitê de Ética (anexar o parecer ao projeto) Se os recursos humanos e financeiros estão descritos Se os agentes financiadores estão especificados Se o cronograma de atividades está adequado aos objetivos e metas do projeto
Direção da Faculdade ou Setor a que a proposta está vinculada	Relevância Acadêmica; Viabilidade Institucional	Se está em consonância com as diretrizes do Projeto Pedagógico da Faculdade/Unidade Se está articulado ou tem potencial para o desenvolvimento de atividades de ensino e/ou pesquisa Se o projeto tem potencial para desenvolver atividades interdisciplinares Se prevê envolvimento de alunos
	Aspectos da Infra-estrutura Organizacional	Se há disponibilidade de infra-estrutura na unidade Se os recursos elencados são adequados ou suficientes Se a divulgação proposta é relevante Se a divulgação proposta é adequada
Coordenação/Conselho do Núcleo ou Coordenação do Setor a que a proposta está vinculada	Relevância Acadêmica	Se há clareza de objetivos Se há articulação com atividades de ensino e pesquisa Se a proposta tem caráter interdisciplinar e potencial para o envolvimento de alunos da graduação e pós-graduação Se há previsão de publicação dos resultados
	Relevância Social	Se há proposição de ações voltadas para o desenvolvimento da região de Campinas, na perspectiva da produção de conhecimento da unidade/centro proponente.
	Viabilidade Institucional	Se os recursos elencados são adequados e suficientes Se os custos serão assumidos pelo Centro/Setor proponente Se a divulgação proposta no projeto é relevante para o Centro Se a parceria proposta está adequada à instituição

Instâncias	Categorias	Crítérios para indicadores
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários/Coordenação Geral de Projetos de Extensão	Relevância Acadêmica	Se há consonância com os objetivos do Plano Estratégico da Universidade e da Proext Se há consonância com as diretrizes da Política de Extensão Se apresenta contribuição para a formação acadêmica e cidadã dos participantes Se possibilita a construção de Metodologias de Ação à partir das experiências
	Relevância Social	Se aborda questões sociais relevantes, para o desenvolvimento da região de Campinas Se propõe interação com instituições ou organismos da sociedade civil ou do Estado e/ou com movimentos sociais Se propõe interação com projetos eclesiais da Igreja de Campinas e Pastoral Universitária
	Viabilidade Institucional	Se foi aprovado pelas várias instâncias de cunho acadêmico Se a proposta de financiamento é compatível e adequada às exigências do projeto Se há indicação adequada do estabelecimento de Termo Jurídico para efetivação de parcerias e convênios

Obs.: Encontra-se em processo de discussão o papel da Câmara de Extensão no processo de formulação e tramitação dos projetos de extensão

No que se refere a eventos/atividades de extensão, dada sua natureza, diversidade e oferecimento contínuo não se estabeleceu, institucionalmente, um fluxograma de aprovação; estas atividades têm sido oferecidas e aprovadas no âmbito dos cursos, Faculdades, Centros e demais setores, até no sentido da agilização em seu oferecimento.

Nesta perspectiva, a avaliação tem sido realizada pelo público-alvo/clientela, por iniciativa dos docentes responsáveis pelas atividades.

Neste momento, buscando sistematizar esta avaliação no âmbito de Proex, estamos propondo, pelo menos a partir das categorias já estabelecidas, alguns critérios para os indicadores preliminares, que possam subsidiar uma forma mais precisa de avaliarmos atividades tão diversas, como mostra o quadro 3:

Quadro 3

Categorias e indicadores preliminares para avaliação de eventos/atividades de extensão (conferências, palestras, oficinas, exposições de pôsteres, workshops, mini-cursos, semanas comemorativas, outros)

Instância	Categorias	Indicadores
Participantes (Público-alvo/Clientela)	Quanto às diretrizes da Política de Extensão da Universidade	Qual foi a contribuição para a integração Universidade-Sociedade Qual foi a contribuição para o desenvolvimento de parcerias com instituições públicas, privadas e movimentos sociais de Campinas e Região Se há possibilidade de interação com projetos eclesiais da Igreja de Campinas, quando for o caso
	Quanto aos objetivos do Evento/Atividade	Se os objetivos propostos foram atingidos
	Quanto à relevância acadêmica do evento/atividade	Qual a contribuição para a formação acadêmica/profissional Se há possibilidade de integração com as atividades de ensino e pesquisa
	Quanto à relevância social do evento/atividade	Se foram abordadas de questões sociais relevantes para o desenvolvimento de Campinas e Região Se foram abordadas de questões sociais relevantes para o desempenho docente/profissional dos participantes
	Quanto à infra-estrutura organizacional	Se o material de divulgação foi apropriado Se acesso ao local estava devidamente sinalizado Se a recepção aos participantes foi adequada Se o espaço físico foi adequado para a atividade proposta Se o material acadêmico de apoio foi devidamente distribuído
Comentários e Sugestões:		

Estes resultados mostram não só o esforço realizado para delimitar os indicadores possíveis de avaliação em cada momento do processo de formulação, aprovação e implementação de cursos e formulação e tramitação de projetos de extensão, mas a complexidade deste processo e as dificuldades para o estabelecimento de indicadores que possam, ao mesmo tempo, ter um caráter geral e contemplar as especificidades e diversidades próprias da Extensão Universitária.

Um passo significativo foi dado no momento da socialização e discussão da proposta apresentada pela Pró-Reitoria, no I Seminário de Avaliação da Extensão, uma vez que, os diferentes atores que compartilham a gestão da Extensão reconheceram as categorias e critérios para indicadores apresentados como válidos e, ainda, contribuíram para seu aprimoramento, acrescentando outros itens à proposta inicial, tanto no que se refere aos aspectos de infra-estrutura e viabilidade institucional, quanto no que se refere aos aspectos mais qualitativos e de mérito na apresentação das propostas. Esta legitimação por parte dos gestores foi importante, uma vez que a construção dos instrumentos que se tomarão referência para a implementação da avaliação institucional da extensão será a próxima etapa a ser desenvolvida pela Proex.

Outro aspecto a se destacar é que, a partir das definições dos fluxos para tramitação interna das propostas de cursos e projetos de extensão, foi possível identificar em quais momentos este

processo deveria ser avaliado, tanto no que se refere ao trabalho docente, quanto ao próprio processo de gestão da extensão.

O que também pudemos verificar é que a Universidade tem oferecido um grande número de Eventos/Atividades de extensão, muitos como desdobramento dos projetos de extensão, que só agora começam a ser devidamente mapeados.

Finalmente, cabe registrar que consideramos esses critérios para indicadores complementares aos indicadores quantitativos já existentes na instituição, bem como complementares aos indicadores hoje utilizados pelo MEC no processo de avaliação da Extensão nas IES.

Conclusão

A definição destas categorias e indicadores se constitui como marco referencial para a construção dos instrumentos de avaliação institucional da Extensão (questionários, formulários, roteiros de entrevistas, outros), que será a etapa seguinte deste processo.

Embora o mesmo deva ser continuamente desenvolvido e aprimorado, a presente etapa, sem dúvida, contribuiu para o fortalecimento da cultura de avaliação da Extensão na Universidade, em função da forma democrática e transparente como vem sendo desenvolvida; assim, na perspectiva da avaliação como aprimoramento, o processo de definição destas categorias e indicadores contribuiu também para o fortalecimento dos mecanismos de integração entre a Pró-Reitoria de Extensão e as demais instâncias gestoras da Extensão na Universidade.

Acreditamos, ainda, que os resultados deste processo possam contribuir com outras IES, no sentido da troca de experiências que possibilitem o aperfeiçoamento e consolidação dos programas de auto-avaliação institucional da Extensão.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *SINAES Sistema nacional de avaliação da educação superior*. Brasília: MEC/INEP/SESU, 2003.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIOS, Recife, 2001. A gestão da extensão e da ação comunitária. In: _____. *Anais*. Recife: 2001.

_____, Florianópolis, 2002. A gestão e a avaliação da extensão: um desafio para a comunidade acadêmica. In: _____. *Anais*. Florianópolis: 2002.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, João Pessoa, 2000. Avaliação nacional da extensão universitária: pressupostos, indicadores e aspectos metodológicos. In: _____. *Anais*. João Pessoa: 2000.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. *Estatuto e regimento*. Campinas: PUC-Campinas, 2001.

_____. *Política de extensão da PUC-Campinas*. Campinas: PUC-Campinas/Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, 2002.

_____. *Programa de fomento e avaliação da extensão universitária da PUC-Campinas*. Campinas: PUC-Campinas/Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, 2002.

_____. *Repensando a extensão universitária na PUC-Campinas*. Campinas: PUC-Campinas/Coordenadoria Geral de Extensão, 1998.

- **Avaliação institucional da extensão na PUC Minas**

Maria da Consolação Gomes de Castro, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas à Educação pela FAE/UFMG. Professora e Assessora da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas. Membro da Comissão Central de Avaliação Institucional da PUC Minas – Cocenai

Matilde de Souza, Doutora em Ciências Humanas. Professora da PUC Minas. Membro da Comissão Central de Avaliação Institucional da PUC Minas – Cocenai

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

Resumo

Considerando os atuais desafios enfrentados pelas Instituições de Ensino Superior do Brasil, o presente artigo pretende explicitar os princípios e a metodologia adotados pelo Programa Permanente de Avaliação Institucional da PUC Minas – Propav, enfocando especialmente a avaliação institucional da extensão universitária. O Propav pretende aferir a qualidade da prática educativa mediante adoção de quatro parâmetros que, no entendimento de seus formuladores, estruturam e articulam o trabalho com o conhecimento: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a articulação teoria/prática; a interdisciplinaridade e a transversalidade; a formação humanista. Este Programa tem sido desenvolvido por meio da metodologia participativa, portanto, obra coletiva e fundamentada no princípio da educação como bem público; na participação democrática da comunidade acadêmica e da sociedade no processo avaliativo. A avaliação da extensão centra-se no Projeto Pedagógico dos cursos como instrumento adequado para se aferir a qualidade da prática educativa e nos programas/projetos desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Extensão.

Palavras-chave: avaliação institucional, extensão universitária, processos de avaliação

Introdução e objetivos

“A abertura ao outro é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assentam-se em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino.”

(Boaventura de Souza Santos, Pela mão de Alice, p. 225)

A experiência de avaliação institucional que trazemos para reflexão encontra sua principal justificativa no desejo e na necessidade dos agentes em refletir sobre o seu fazer, a partir de objetivos propostos. Trata-se de um processo que tem como princípios norteadores o processo democrático, participativo e accountable, que sugere um sistema de mútua responsabilidade entre todos os que interagem para a realização do objetivo-fim da Instituição. Pretende-se, por meio do Propav, instituir um processo avaliativo que seja, ele mesmo, um recurso pedagógico, pois pretende-se um instrumento fundamental para o redirecionamento das atividades-fim da Universidade. Assim, concebe-se a avaliação como obra coletiva, desde sua proposição até a discussão de prioridades quanto à implementação de seus resultados, visando à correção de rumos ou adequação de procedimentos. Este é um dos princípios que tem orientado o Programa Permanente de Avaliação Institucional da PUC Minas (Propav).

Como bem lembra Dias Sobrinho (2000), a avaliação institucional vem adquirindo grande importância nas políticas universitárias. Muito embora se admita que a avaliação é mecanismo de regulação utilizado pelo Estado para controle da atividade educativa, também se compreende que ela pode ser rico espaço institucional de reflexão sobre a qualidade do trabalho com o conhecimento que se desenvolve na Universidade. Porém, para que essa reflexão se revele prática da liberdade acadêmica e não mecanismo de controle interno, o processo de avaliação deve ser participativo, democrático e educativo.

Breve contextualização da PUC Minas

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais tem hoje, aproximadamente, 43 mil alunos, distribuídos em 47 cursos de graduação oferecidos nos turnos matutino, vespertino e noturno; diversos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu; reúne quase 3.000 professores e cerca de 1.300 funcionários. Essa comunidade acadêmica está distribuída em quatro Campi, sendo um localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte e três em cidades do interior do Estado — Arcos, Poços de Caldas e Serro. O Campus de Belo Horizonte se organiza em cinco Unidades sediadas nos Bairros Coração Eucarístico, Barreiro e São Gabriel e nas cidades de Betim e Contagem, que compõem a Região Metropolitana. Esses números fazem da PUC Minas uma das cinco maiores universidades brasileiras, o que tem exigido, inclusive, uma revisão nos seus estatutos, no sentido de adequá-los à nova realidade da instituição, tanto do

ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, aí envolvida a discussão da dimensão organizacional e da dimensão política que uma revisão desse tipo requer.

Dentre as preocupações de natureza qualitativa que esse processo faz emergir, compreende-se que a garantia da qualidade das atividades-fim da Universidade (ensino, pesquisa e extensão) ocupa lugar de destaque. Ao lado dessa razão primordial, figuram as exigências da própria legislação e a necessidade expressa pela administração superior da Universidade de se produzir um processo de autoconhecimento desse novo perfil institucional, cujas mudanças precisavam ser mais bem conhecidas por parte dos responsáveis pela finalidade máxima da instituição, que é a formação de pessoas. Desse modo, e a partir de reflexão crítica quanto a processos anteriores de auto-avaliação, a PUC Minas lançou, em setembro de 2002, o Propav, objetivando produzir elementos para o autoconhecimento da Universidade por parte de todos que a integram.

A avaliação institucional na PUC Minas

Experiências anteriores de avaliação vivenciadas pela PUC Minas, sobretudo a avaliação realizada por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – Paiub nos anos 90, expressam claramente a compreensão da Universidade quanto ao caráter político de todo processo avaliativo, muito embora a dimensão técnica não possa ser descartada, ou simplesmente desconsiderada como aspecto relevante. A primeira avaliação institucional, implementada pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade, aconteceu no início dos anos 90 e produziu ressonâncias positivas, mas também gerou desconfortos, principalmente em decorrência da ainda pouco desenvolvida cultura de avaliação na Instituição.

Essas experiências permitiram evidenciar a importância de um instrumento avaliativo para a melhoria do desempenho acadêmico, a possibilidade de participação da comunidade na gestão universitária e a relevância de se informar adequadamente os atores da Instituição e o público externo a respeito de seus resultados. Finalizadas as etapas de avaliação do Paiub, a PUC Minas desenvolveu uma outra metodologia, que inovava no sentido de se pensar a avaliação como ponto de partida para a proposição de adequações nos projetos pedagógicos dos cursos em relação às Diretrizes Curriculares e às novas exigências e desafios do ensino superior. Havia, também, o propósito de se ampliar o diálogo interno quanto a prioridades para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Acertos e equívocos decorreram dessas experiências. Observando seus resultados, pode-se admitir que, apesar dos sobressaltos iniciais, o saldo positivo é bem mais expressivo, principalmente pelo fato de a experiência ter produzido amadurecimento, ter contribuído para o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e ter produzido o início de um percurso rumo à constituição de uma cultura institucional na qual a avaliação pode ser compreendida como aspecto primordial do fazer acadêmico e prática imprescindível para a produção de políticas institucionais.

O Propav nasce como fruto dessas reflexões e pode ser considerado resultante desse aprendizado institucional. Como política de avaliação, o Propav buscou se ancorar nos

ensinamentos anteriores, sustentar-se nos objetivos da própria Instituição, fundamentar-se numa percepção da prática educativa como exercício de liberdade e na formação de pessoas como o objetivo máximo daqueles atores que, independentemente do lugar que ocupam na hierarquia da Universidade, contribuem para a realização de seu objetivo fim. O Propav envolve alunos, professores, funcionários e gestores; engloba o ensino de graduação e de pós-graduação, a pesquisa, e a extensão, que se complementam para a formação integral do aluno, bem como as atividades de gestão.

A avaliação institucional da extensão universitária no contexto do Propav/PUC Minas

Considerando a avaliação como principal meio de reflexão e aperfeiçoamento de toda atividade humana que se realize, entende-se que em uma Instituição de Ensino Superior que se destina à formação profissional, a avaliação torna-se necessária em todas as dimensões a ela relacionadas e permite o desenvolvimento de mecanismos que propiciem que o processo se retroalimente.

Para pensar o processo de avaliação institucional da extensão universitária, necessário se faz entender o conceito de extensão que tem norteado os programas/projetos da Pró-Reitora de Extensão da PUC Minas. Conforme o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas em 1987, a extensão conceitua-se como: “um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e os demais segmentos da sociedade, trazendo para a universidade a pergunta sobre a relevância da produção e socialização do conhecimento”.

De acordo com Fórum, a extensão é uma das atividades-fim da universidade que objetiva disseminar o conhecimento desenvolvido por ela além de se tornar também, um momento de captação e sistematização de conhecimentos produzidos pela sociedade e que se caracteriza por uma intervenção na mesma. Nesse processo interativo, a extensão busca não só atender às necessidades locais e regionais como também propiciar ao ensino e à pesquisa subsídios para a produção do conhecimento considerando os desafios e problemas da realidade. Assim sendo, o desejável é que o ensino e a pesquisa estejam em consonância com as demandas e necessidades da sociedade, vinculando a prestação de serviços a uma filosofia de construção de sujeitos autônomos. Uma das formas de operacionalizar esta filosofia é propiciar ao acadêmico a possibilidade de vivenciar a relação ensino-aprendizagem a partir de relações interativas com os problemas advindos da sociedade. A matéria-prima oriunda desta relação precisa ser equacionada para além da sala de aula, mas também em seu interior, considerando-se o saber na sua construção inter, multi e transdisciplinar.

Em conformidade com as orientações fornecidas pelo Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, a extensão deve se pautar em valores educativos, observando-se sua integração com o ensino e a pesquisa buscando transferir o conhecimento e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional. As políticas de extensão devem cumprir os preceitos estabelecidos pela missão da universidade, considerando a importância social de suas ações no desenvolvimento da ordem

democrática e na promoção da cidadania. Ainda conforme o documento, é preciso que as ações de extensão mantenham uma articulação entre os setores público, o produtivo e o mercado de trabalho, contribuindo para que os alunos desenvolvam no processo ensino-aprendizagem o espírito crítico próprio de uma formação cidadã. A extensão deve se submeter de forma contínua a um processo avaliativo, permitindo-lhe verificar a efetividade de suas ações.

As IES Comunitárias, por meio do ForExt – Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, que a PUC Minas integra, confirmam estas diretrizes e consideram que, para se formular um conceito de extensão, deve-se orientar por uma filosofia educacional, intrinsecamente, definida em sua missão e contemplada nos projetos político-pedagógicos dos cursos. A Carta Internacional dos Direitos Humanos é o documento orientador das ações destas universidades que, à luz de princípios cristãos, buscam promover a dignidade da vida.

A PUC Minas, como uma universidade que se define de natureza confessional, filantrópica e comunitária, tem envidado esforços no sentido de traçar estratégias políticas para cumprir os preceitos estabelecidos em sua missão. A história da instituição tem demonstrado sua sensibilidade em aceitar os desafios da interação ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de construir um projeto societário que busque de forma efetiva concretizar uma pauta de inclusão.

Hoje vivemos um momento de questionamento e redefinição da extensão universitária. Questionam-se o lugar da extensão na universidade e o tratamento secundário que lhe tem sido dado nacionalmente. Interroga-se, ainda, sobre como efetivar a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Um esforço nacional tem sido feito no sentido de reconhecer a extensão como uma atividade-fim da universidade, buscando-se superar seu entendimento como atividade-meio, desintegrada dos projetos pedagógicos dos cursos, por não ser contemplada nos currículos, nas disciplinas, na pesquisa e no estágio. A institucionalização da extensão na estrutura dos cursos apresenta-se, portanto, como desafio a ser assumido pela comunidade universitária, promovendo o diálogo entre as disciplinas e entre a cultura científica e a cultura humanística. Diante do exposto, acredita-se que a avaliação institucional da extensão pode ser um importante instrumento para a abertura e/ou ampliação de um diálogo que busque a concretização desse processo e enfrentamento dos desafios próprios das atividades de extensão no âmbito universitário.

A extensão universitária da PUC Minas atualmente se organiza por meio de seis linhas de atuação: Fortalecimento dos Programas da Saúde, Programa sociocomunitário, Programa socioeducativo, Programa sociocultural, Programa socioambiental, e Programa sociotecnológico. Por meio dessas linhas de atuação, pretende-se promover o diálogo entre universalidade e singularidade, preferencialmente de forma multi, inter e transdisciplinar, o que supõe intensa cooperação entre docentes e discentes de diferentes cursos e áreas do conhecimento, favorecendo o intercâmbio, a re-elaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade e suas alternativas de transformação e o aprendizado da cidadania, base para a formação e auto-educação do ser humano.

A metodologia de avaliação institucional da extensão

A avaliação da extensão universitária está inserida na avaliação proposta pelo Propav e integrada com as demais áreas do trabalho acadêmico. Está sendo gestada pela subcomissão de avaliação da extensão, órgão integrante da Cocenai, composta por cinco professores e tem como objetivos: abranger todas as ações da extensão desenvolvidas pela PUC Minas; demonstrar, consolidar e contribuir para aprimorar a qualidade da produção acadêmica desenvolvida na extensão; identificar o perfil da extensão universitária na PUC Minas, nas dimensões de política de gestão, programas e infra-estrutura; analisar comparativamente as mudanças ocorridas considerando o perfil da extensão universitária nas demais IES do Brasil e subsidiar o Programa Permanente de Avaliação Institucional e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional com informações para a elaboração e desenvolvimento de políticas de extensão. A subcomissão de avaliação da extensão tem como tarefa a elaboração, aplicação e análise de instrumentos de coleta de dados em três modalidades: formulário para registro das informações sobre a base normativa proposta pelo Propav; quadro diagnóstico dos indicadores de infra-estrutura e política de gestão; questionários de avaliação da extensão na perspectiva dos gestores, coordenadores de programas e projetos, discentes e comunidades envolvidas nas ações de extensão.

As atividades de avaliação previstas pela subcomissão são as seguintes:

- a) realização de um diagnóstico global da extensão — mapeamento dos Programas/Projetos/Atividades; pessoas envolvidas; nº de beneficiados diretamente nos diversos projetos; número de cursos e eventos promovidos; parcerias e dados sobre a Coordenação de Estágio Integrado;
- b) auto-avaliação da política e práticas de extensão – Instrumento I, a ser aplicado ao Pró-Reitor de Extensão, assessores, coordenadores de extensão dos Campi, considerando as seguintes dimensões: dimensão I – Política de Gestão da Extensão, incluindo a Política de extensão na PUC Minas; a integração entre as ações de extensão, ensino e pesquisa; a concepção de extensão; dimensão II – Infra estrutura: recursos humanos e materiais, incluindo a estrutura organizacional da extensão; o sistema de acompanhamento e avaliação; o financiamento da extensão e recursos materiais; dimensão III – Relação entre Universidade e sociedade; dimensão IV – Documentação, produção científica e divulgação.

É importante destacar que estes processos estão sendo elaborados pela Subcomissão de Avaliação Institucional da Extensão para posterior discussão e aprimoramento na Cocenai e só serão implementados após aprovação pela mesma e pela Pró-Reitoria de Extensão.

Mediante avaliação da graduação (docentes e discentes), realizada no ano de 2003, pode-se perceber que os acadêmicos em sua maioria (77,7%) responderam não conhecer ou não participar de projetos/atividades de extensão, apenas 6,8% afirmaram participar de projetos de extensão promovidos pela PUC Minas e a maioria considera que faltam estímulos e

conhecimentos para se integrarem em projetos de extensão. Quanto aos docentes, percebe-se pelos dados coletados que menos de 20% dos professores utilizam atividades de extensão como recurso pedagógico e 21,4% participam ou coordenam atividades de extensão promovidas pela Proex. Observa-se também que as atividades de extensão não são contempladas nos projetos pedagógicos dos cursos. No Censo da Extensão, realizado no segundo semestre de 2003, com os cursos da Unidade Coração Eucarístico (cerca de 40 cursos), ficou evidente o desconhecimento e as dificuldades em identificar a natureza extensionista de algum projeto ou atividade desenvolvida pelos cursos. A maioria dos projetos de extensão hoje existentes na PUC Minas são promovidos ou demandados pela Proex, a partir de demandas da sociedade. Está em pauta na PUC Minas a discussão sobre o pouco estímulo até hoje dado à extensão universitária, que não dispõe de orçamento próprio para o desenvolvimento de suas atividades, a não validação de créditos para participação em atividades de extensão e a dificuldade de se conseguir horas de dedicação para os professores que desejam desenvolver projetos de extensão. Boa parte dos projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento são custeados por Instituições Financiadoras ou por parcerias de cooperação mútua.

Após a implementação do Propav e o empenho das Pró-Reitorias de Graduação, Extensão e Pós-Graduação e Pesquisa, este quadro vem sendo alterado significativamente: a maioria das comissões internas da Universidade tem integrantes da Proex, dentre elas merece destaque a comissão de análise de projetos político-pedagógicos, coordenada pela Prograd, na qual a Proex tem uma representação que analisa e discute com a comissão de elaboração do PPP e com as demais Pró-Reitorias as possibilidades e viabilidade de incorporar ações de extensão a partir do campo de atuação do profissional que se quer formar. O atual desafio da Proex, da Prograd e da Proppg é discutir com os cursos a incorporação de ações da extensão nos projetos político- pedagógicos, a partir da articulação ensino, pesquisa e extensão.

Considerações finais

Acredita-se que a inclusão da extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação importante da Universidade constitui um avanço na medida em que propicia a valorização e institucionalização da extensão no cenário interno e externo à PUC Minas.

Esta proposta de avaliação da extensão tem como finalidade a definição e consolidação de uma Política de Extensão da PUC Minas e a construção de processos e metodologias que fortaleçam a extensão no interior dos cursos, mediante projetos político-pedagógicos, e possibilitem o cumprimento da missão da Universidade juntamente com o ensino e a pesquisa, que visa à formação humanista, ou formação do sujeito em sentido lato, cuidando do desenvolvimento integral do ser humano de modo a garantir sua inclusão na sociedade por meio do exercício da cidadania.

A dimensão pedagógica do Propav encontra-se no fato de que a avaliação do trabalho com o conhecimento se ancora na auto-reflexão dos agentes a respeito de suas atividades, tendo em vista as intenções que as regem; nas atividades de capacitação realizadas com diversos agentes; na abertura do diálogo institucional para a discussão da proposta e da metodologia da

avaliação, momento no qual a dimensão pedagógica aparece imbricada com a participação democrática. A dimensão democrática envolve a abertura de possibilidade para que os agentes manifestem suas opiniões e participem, em diversos momentos, de atividades que visam produzir reflexões coletivas sobre a própria avaliação. O diálogo institucional tem sido estimulado por meio da realização de diversas reuniões nas várias Unidades e Campi da PUC Minas, envolvendo alunos, professores e funcionários. Esse envolvimento tem garantido a observância da participação e engajamento desses atores no processo da avaliação. Segundo opiniões coletadas junto a professores, alunos e coordenadores de curso, o Propav revela o desejo, por parte da comunidade acadêmica, quanto à abertura de espaços plurais de diálogo interno, além de propiciador da avaliação como aspecto relevante da cultura institucional.

Espera-se que os resultados sejam divulgados e discutidos com a comunidade acadêmica e que esta possa participar quanto às futuras decisões a respeito das prioridades institucionais.

É possível perceber que, apesar dos obstáculos que poderão ser encontrados, como, por exemplo, garantir a permanência de um programa de avaliação e obter resultados satisfatórios na avaliação das diversas atividades-fim da PUC Minas, a política do Propav orienta-se pela troca permanente de experiências e de sugestões, de ajustes e adequações, para construir, conjuntamente, a Universidade que todos queremos. (LEITE et al., 2004)

A Cocenai e a subcomissão de avaliação institucional pretendem no segundo semestre de 2004, realizar a avaliação institucional da extensão universitária, o que com certeza contribuirá para a redefinição e refinamento dos projetos e atividades de extensão na PUC Minas. O processo, depois de validado pela Cocenai, será realizado envolvendo a gestão da Proex, os coordenadores de extensão dos Campi/Unidades Acadêmicas, os coordenadores e demais membros (professores e acadêmicos) dos projetos/programas de extensão e a comunidade ou os atores sociais envolvidos nas ações de extensão universitária.

Referências bibliográficas

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO, Curitiba, 1999. Do pessimismo da razão ao otimismo da vontade: referências para a construção de projetos pedagógicos nas IES brasileiras. In: _____. *Anais*. Curitiba, FORGRAD, 1999.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS, Recife, 2001. A gestão da extensão e da ação comunitária, VIII. In: _____. *Anais*. Recife: 2001.

LEITE, E.; MARTINS, M. I.; SOUZA, M. Programa permanente de avaliação institucional da PUC Minas: um processo de construção e participação coletivas. 2004. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO, Belo Horizonte, 2004. *Anais*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.

IX ENCONTRO NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA. Florianópolis, 2002. A gestão e a avaliação da extensão: um desafio para a comunidade acadêmica. In:

_____. *Anais*. Florianópolis: 2002.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. *A graduação da PUC Minas: reflexões para o estabelecimento de nova política acadêmico – administrativa/Prograd*, Belo Horizonte, abr. de 2002.

_____. *Documento-base para discussão da política de extensão da PUC Minas*. Belo Horizonte: PUC Minas, nov. 2003.

_____. *Programa permanente de avaliação institucional*. Belo Horizonte: PUC-Minas/Pró-Reitoria de Graduação, 2002.

_____. *Projeto pedagógico: construção e avaliação*. Belo Horizonte: PUC-Minas/Pró-Reitoria de Graduação, 2002. Disponível em: <http://www.pucminas.br/restrito/downloads/projeto_pedagogico_construcao_avaliacao>.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira*. Brasília: SINAES/Comissão especial de avaliação, set. 2003.

- **Avaliando o Programa de Bolsas de Extensão – PBEXT/UFMG**

Marília Guimarães, Mestre em Psicologia Social

Edite Cunha, Mestranda em Ciência Política

Maria das Dores Nogueira, Mestre em Educação

Marcos Roberto Gonzaga, Graduando em Estatística

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

A Pró-Reitoria de Extensão/UFMG tem priorizado a sistematização das ações de extensão desenvolvidas pela Universidade, assim como a implementação de sistema de acompanhamento e avaliação dessas, por parte dos seus coordenadores e alunos bolsistas. O objetivo desse trabalho é apresentar a metodologia utilizada e os resultados dessa avaliação que têm possibilitado a revisão de procedimentos institucionais e a proposição de novas diretrizes e estratégias para a extensão. As ações de extensão avaliadas nesse trabalho referem-se aos programas/projetos contemplados no Programa de Bolsas de Extensão – PBEXT, no ano de 2002. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário estruturado auto-aplicável. Os resultados da avaliação permitiram concluir que tanto os coordenadores quanto os alunos bolsistas tiveram uma percepção positiva do alcance dos programas/projetos, da contribuição desses para o seu desenvolvimento pessoal e acadêmico, bem como do envolvimento e atuação de ambos no desenvolvimento dos programas/projetos; que essas ações de extensão têm gerado benefícios para a comunidade público-alvo; possibilitado a relação dialógica entre a universidade e a sociedade; contribuído para a intersetorialidade entre unidades, departamentos e setores da UFMG; viabilizado a articulação entre diferentes áreas do conhecimento e materializado a integração da extensão com o ensino e a pesquisa.

Palavras-chave: avaliação, programas, extensão

Introdução e objetivos

“A extensão é processo educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa de forma indissociável, e tem por objetivo ampliar a relação entre universidade e sociedade” (Proposta de Regimento Geral da UFMG, art. 56). Expressa o compromisso social da universidade em promover ações integradas voltadas para a garantia dos valores democráticos, da igualdade e do desenvolvimento social.

A Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, como integrante do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, é signatária do Plano Nacional de Extensão, que sistematiza a Política de Extensão para as universidades públicas brasileiras. Por isso adota como princípios básicos norteadores das ações de extensão a relação dialógica com a comunidade externa, a atuação social deliberada e de impacto, a interdisciplinaridade e a articulação

da extensão com o ensino e a pesquisa.

Esse Plano relaciona, como um dos objetivos da extensão, tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade, tendo como meta a implementação de um programa de avaliação de extensão nas Instituições de Ensino Superior. Assim, a UFMG, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, tem priorizado a sistematização das ações de extensão desenvolvidas pela Universidade, tendo como um de seus objetivos implementar sistema de acompanhamento e avaliação dessas ações, buscando uma apreensão mais ampla e acurada da percepção dos programas/projetos, por parte dos seus coordenadores e alunos bolsistas, por meio de dados anualmente coletados em questionário.

O objetivo desse trabalho é apresentar a metodologia utilizada e os resultados da avaliação de ações de extensão, que têm possibilitado a revisão de procedimentos institucionais e a proposição de novas diretrizes e estratégias para a extensão. Dentre elas destacam-se: a busca da articulação de projetos em programas; o fortalecimento dos cursos e eventos como ações educadoras; a prestação de serviços institucionalizada como atividade de extensão legítima e enriquecedora do ponto de vista acadêmico e indutora do desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural.

As ações de extensão avaliadas nesse trabalho referem-se aos programas/projetos contemplados no Programa de Bolsas de Extensão – PBEXT, no ano de 2002. O PBEXT é um importante instrumento de fomento às ações de extensão, inclusive como mecanismo de articulação de projetos e atividades, bem como de valorização dessas. As bolsas são concedidas a partir de julgamento e seleção pela Câmara de Extensão, de programas e projetos que respondem a Edital, publicado ao final do ano letivo, concorrendo para o ano letivo seguinte. O Programa é apoiado com dotação orçamentária da UFMG e as bolsas de extensão, desde o ano de 1999, passaram a ter seu valor equiparado ao das bolsas de graduação e pesquisa. O PBEXT busca a valorização do bolsista exigindo dos coordenadores dos programas/projetos a definição e execução de um plano didático que oriente sua formação. Busca, ainda, o fortalecimento da vivência acadêmica e social do bolsista e a integração curricular dessa atividade em um processo de flexibilização curricular.

No presente trabalho foram aplicadas técnicas estatísticas para análise de um banco de dados construído a partir dos questionários respondidos. A metodologia específica, adotada no cruzamento de variáveis, está baseada na teoria de Estatísticas Não Paramétricas (estatísticas baseadas em amostras das quais não se sabe o tipo de distribuição de probabilidade às quais elas pertencem), partindo do pressuposto que se tem um banco de dados constituído basicamente por variáveis categóricas. Neste contexto, a partir de dados disponíveis numa tabela de contingência (matriz de cruzamento de duas ou mais variáveis), foi calculado o Coeficiente de Kappa (SPRENT, 2001), muito utilizado para verificar a concordância entre as opiniões de duas pessoas referentes ao mesmo assunto.

Metodologia

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário estruturado auto-aplicável, composto de dois formulários: o primeiro respondido pelos coordenadores e, o segundo, pelos bolsistas dos programas/projetos contemplados com bolsas de extensão no ano de 2002. O questionário apresentava perguntas com alternativas de respostas previamente indicadas (fechadas) e questões abertas.

O primeiro formulário, respondido pelos coordenadores, era dividido em quatro partes. A primeira parte tratou de questões relativas ao programa/projeto, abrangendo: a identificação do mesmo, bem como da coordenação e equipe; sua caracterização, contemplando questões relativas às parcerias, à participação dos alunos, ao plano pedagógico dos alunos, à participação da comunidade, à articulação com o ensino e pesquisa e à interdisciplinaridade; o sistema de avaliação do programa/projeto e dos alunos bolsistas; as outras ações de extensão promovidas e os resultados alcançados. A segunda parte foi composta de questões referentes ao conhecimento da política de extensão por parte do coordenador. A terceira parte tratou de questões relativas a auto-avaliação do coordenador e, a quarta parte, referiu-se a questões sobre o desempenho e envolvimento dos bolsistas nos programas/projetos e as contribuições da participação deles para aquisição de novos conhecimentos e sua formação.

O segundo formulário tratou da avaliação do programa/projeto realizada pelo bolsista, abrangendo as contribuições que sua participação no mesmo trouxe para ele, abrangendo questões sobre o plano pedagógico, bem como a avaliação da atuação do coordenador e dos resultados das ações desenvolvidas.

Em ambos os formulários, buscou-se apreender as críticas e sugestões dos coordenadores e alunos bolsistas relativas ao programa/projeto, bem como à gestão da política de extensão na UFMG.

A amostra da avaliação abrangeu 111 programas/projetos de extensão apoiados pelo PBEXT no ano de 2002 e 374 alunos bolsistas de extensão participantes dos mesmos. Observa-se que o número total de programas/projetos contemplados com bolsas de extensão foi de 175, mas obteve-se retorno de 111 avaliações, o que corresponde a uma amostra significativa de 63,43%. Observa-se, ainda, que o número total de bolsistas (374) refere-se ao somatório do número dos alunos que responderam ao questionário, mas não foram avaliados pelos coordenadores (44), aqueles que foram avaliados pelos coordenadores, mas não fizeram a sua avaliação (32), e aqueles que foram avaliados pelos coordenadores e fizeram a sua avaliação (298). Isso significa que nem todos os bolsistas foram avaliados pelos coordenadores ou fizeram a sua avaliação do programa/projeto e auto-avaliação. No entanto, esse quantitativo de 298 bolsistas foi considerado amostra significativa, não comprometendo, assim, a avaliação.

Outra observação necessária diz respeito à diferença entre o número de bolsas e o de bolsistas, o que pode ser explicado pelo fato de que uma mesma bolsa destinou-se a mais de um bolsista em diferentes meses, o que ocorreu devido a substituições ou desistência de bolsistas durante o período de vigência da bolsa. Registra-se, ainda, que o número de bolsistas por programa/projeto é bastante diversificado, uma vez que o número de bolsas por cada um desses

varia de uma a 26 bolsas concedidas.

A aplicação de metodologias estatísticas mostrou-se um instrumento relevante na construção e utilização dos bancos de dados para responder a questões pertinentes para a avaliação em geral. Os bancos de dados foram construídos por meio do software – SPSS 11.1.

O primeiro banco de dados se refere à tabulação do formulário 1 do questionário de avaliação respondido pelo coordenador. Já o segundo banco de dados contém a tabulação da avaliação individual dos bolsistas pelo coordenador, que corresponde à parte 4 do formulário 1. Finalmente, o terceiro banco de dados contém a tabulação do formulário 2 do questionário, que se refere à avaliação realizada pelo aluno bolsista.

Resultados e discussão

Os dados, em geral, apontaram para uma avaliação positiva dos resultados dos programas/projetos com o alcance total dos seus objetivos gerais (62%). Em relação aos objetivos específicos observou-se uma menor incidência de realização (50%). Identificou-se que 62% dos programas/projetos atingiram o público que pretendia, destacando, como os principais benefícios obtidos pela comunidade/público-alvo, a aquisição de conhecimentos; a ampliação da participação, organização e mobilização; a melhoria da qualidade dos serviços; a melhoria da qualidade de vida; o crescimento cultural e educacional; e a articulação educação-cultura-cidadania.

Segundo a opinião dos coordenadores, a participação do bolsista no programa/projeto trouxe grande contribuição para o desenvolvimento, tanto pessoal quanto acadêmico, do mesmo (93%). Nesse último aspecto, constatou-se que a grande maioria dos bolsistas adquiriu novos conhecimentos; teve oportunidade de confrontar a formação acadêmica com a prática; de vivenciar práticas político-sociais e de desenvolver ações multidisciplinares. A comparação entre a opinião dos coordenadores e a dos bolsistas, relativa às contribuições dos programas/projetos para o desenvolvimento acadêmico desses alunos, mostrou que, em geral, existe concordância entre essas opiniões (com nível de significância de 95%). Entretanto, identificou-se que em dois dos sete itens analisados, a saber, aquisição de novos conhecimentos e confronto entre a formação acadêmica com a prática, houve apenas uma concordância parcial.

Observou-se que, em sua grande maioria (95%), os programas/projetos contribuíram para o desenvolvimento dos coordenadores, sendo destacado, por estes, a possibilidade de promoverem a articulação entre extensão e pesquisa e/ou ensino; de serem autores ou co-autores de publicações ou outros produtos acadêmicos; o reconhecimento da carga horária dedicada como atividade acadêmica; e a valorização das ações de extensão na Gratificação de Estímulo à Docência – GED.

Segundo os coordenadores, todos os bolsistas tiveram conhecimento do Plano Pedagógico que deveriam cumprir no desenvolvimento do programa/projeto. No entanto, 5% dos alunos registraram não ter conhecido o Plano. Os coordenadores mostram, ainda, que o cumprimento integral desse plano só foi alcançado por 70% dos alunos, principalmente devido à insuficiência de tempo, à falta de recursos e às limitações impostas pela instituição atendida.

Verificou-se que, em todos os programas/projetos, houve algum tipo de participação da

comunidade, seja no seu desenvolvimento e avaliação (40%) ou em todas as fases do processo (26%). Na sua grande maioria (70%), os programas/projetos tiveram parceiros externos, sendo, principalmente, instituições públicas (54%) e privadas (26%) e, em menor número, organizações não-governamentais (15%), destacando-se a participação dos parceiros no financiamento das ações.

A grande maioria dos programas/projetos (87%) integrou diferentes áreas do conhecimento, seja nas atividades que desenvolveram, seja pela existência de equipe multidisciplinar. É importante ressaltar a significativa incidência de parceiros internos compartilhando a coordenação (43%) e o desenvolvimento dos programas/projetos (14%).

Em geral os programas/projetos ou estavam ligados a uma disciplina (56%) e/ou geraram créditos (57%), por meio da própria disciplina ou de estágio. Alguns chegaram a gerar uma disciplina (26%). Outros foram incorporados como componente curricular (41%), na sua grande maioria, como atividade acadêmica ou disciplina/estágio. Pouco mais da metade articulou pesquisa e extensão, seja realizando pesquisa ou por terem sido gerados a partir de uma pesquisa.

Os programas/projetos contaram, além dos alunos bolsistas de extensão (64%), com a participação de vários outros alunos bolsistas e não bolsistas de diversos cursos de graduação e pós-graduação. A maioria dos alunos era da graduação (93%), sendo eles bolsistas ou não.

A avaliação mista, ou seja, quantitativa e qualitativa, foi o tipo mais utilizado pelos coordenadores para avaliar tanto os programas/projetos (62%), quanto os bolsistas (55%). Comparando-se os tipos de avaliação dos programas/projetos com os tipos de avaliação dos bolsistas, verificou-se que aquela exclusivamente qualitativa foi mais freqüente para avaliar os alunos.

Os instrumentos utilizados pelos coordenadores para a realização da avaliação dos programas/projetos foram múltiplos, com destaque para reuniões, observações e relatórios. Na avaliação dos bolsistas, os principais instrumentos foram as reuniões, o atendimento ao público-alvo, a produção de textos, relatórios e outros, a auto-avaliação e, em menor incidência, o trabalho final.

A periodicidade das avaliações dos programas/projetos diferiram de projeto para projeto bem como em um mesmo programa/projeto, mas, em sua maioria, foram semestrais (45%) ou anuais (40%). A periodicidade da avaliação dos alunos, em geral, foi menor, sendo realizada, além de semestralmente (41%), a cada mês (43%) ou semana (38%).

Os programas/projetos foram avaliados por vários sujeitos, com destaque para os coordenadores (85%), para os bolsistas (83%), os professores (62%) e os usuários (53%). Quanto aos alunos, os principais avaliadores foram os professores (82%), os próprios alunos (60%) e os coordenadores de campo (53%). A comunidade externa também foi ouvida em relação a alguns programas/projetos (26%) e na avaliação dos bolsistas (19%). Destaca-se a importância da consideração, por parte da coordenação, da opinião dos diversos sujeitos envolvidos, sobre os programas/projetos.

Os objetivos apresentados pelos coordenadores para a avaliação dos programas/projetos foram múltiplos, abrangendo a reorganização das ações (94%) e a revisão de planejamento e/ou

redimensionamento das metas (74%). Os principais objetivos da avaliação dos bolsistas foram dimensionar a contribuição do projeto para o seu desenvolvimento (86%), a sua orientação (82%), a reorganização das atividades (85%) e a revisão do plano pedagógico (63%). Observou-se que os objetivos se referiram àqueles voltados para o próprio aluno e aos relacionados com as atividades que esses desenvolveram.

Os coordenadores, em geral, fizeram uma avaliação positiva e convergente dos bolsistas de extensão, em relação aos aspectos: integração com o grupo, responsabilidade, interesse, desempenho acadêmico global nas atividades do projeto, capacidade de organização e gerenciamento da rotina, grau de envolvimento com o projeto, empenho, disponibilidade, iniciativa, pontualidade e assiduidade. A avaliação da atuação dos coordenadores pelos alunos bolsistas também foi bastante positiva, destacando-se o incentivo à autonomia do bolsista (93%), a orientação do seu trabalho (91%), ser fonte de aprendizado para o bolsista (88%), a divisão da responsabilidade do projeto com os bolsistas (86%) e o estímulo à troca de experiências e saberes entre os integrantes do programa/projeto (86%).

Os dados apontaram que 59% dos coordenadores dos programas/projetos já leram algum documento sobre o Plano Nacional de Extensão; 58%, sobre a política de extensão da UFMG; 37% sobre a política de extensão da Unidade. O nível de informações dos coordenadores dos programas/projetos no que se referiu aos documentos básicos da política de extensão (tanto no nível nacional quanto na UFMG e na sua Unidade), bem como ao Sistema de Informações de Extensão – SiexBrasil, ficou abaixo das expectativas da Pró-Reitoria de Extensão. Esses dados apontam para a necessidade de a Proex fortalecer estratégias de divulgação da política de extensão na UFMG, bem como de apoiar os Centros de Extensão – Cenexs na definição e implementação da política de extensão das unidades.

Quanto às ações de extensão desenvolvidas nos programas/projetos, identificou-se que, dentre os eventos, destacaram-se os seminários (19%) e as exposições (15%); entre os cursos, a maioria foi de iniciação (38%); entre as prestações de serviço, 24% foram consultorias e, cerca de 18%, assistência ambulatorial à saúde; entre as publicações e produtos acadêmicos, sobressaíram os relatórios técnicos (40%), pôsteres (13%) e comunicação em anais (10%). Observou-se uma grande discrepância no que se refere à quantidade de publicações e/ou produtos acadêmicos entre os programas/projetos.

Conclusões

A metodologia utilizada para a avaliação dos programas/projetos do PBEXT mostrou-se adequada aos objetivos propostos, contudo, necessitando do aperfeiçoamento e da adoção de outros instrumentos e ou estratégias que possibilitem a apreensão da complexidade que envolve o cumprimento das diretrizes de extensão pelas ações desenvolvidas, assim como a facilitação do preenchimento do questionário pelos coordenadores e bolsistas dos programas/projetos, bem como da tabulação dos dados. Uma das possibilidades, já em discussão, é a disponibilização e preenchimento on-line do questionário, em interação com o SiexBrasil, de modo que os dados já identificados por este Sistema pudessem migrar automaticamente para o instrumento de cole-

ta de dados. O preenchimento do questionário on-line poderia viabilizar a tabulação automática dos dados, otimizando, assim, a estrutura hoje disponibilizada para esse processo e reduzindo o tempo gasto no mesmo.

O questionário de coleta de dados viabilizou a avaliação dos programas/projetos em vários dos aspectos pretendidos, entretanto, apresentou alguns problemas que evidenciaram a necessidade de seu aperfeiçoamento: grande incidência de respostas inadequadas em algumas questões; reclamações relativas ao tamanho do questionário; perguntas mal formuladas; o uso de termos que pressupunham um nivelamento conceitual, o que não correspondeu à realidade; existência de questões que trouxeram pouca contribuição para a avaliação pretendida dos programas/projetos. A partir da identificação desses problemas, foram feitas as alterações no instrumento: redução do questionário mediante exclusão daquelas questões que trouxeram pouca contribuição para a avaliação pretendida dos programas/projetos; reformulação e reestruturação de algumas questões que apresentaram problemas de entendimento devido à sua formulação; explicitação de certos conceitos nos quais foram detectados problemas de interpretação; sistematização, definição e inserção de novas variáveis a partir da categorização das respostas às questões abertas; padronização de questões nos dois formulários (coordenadores e bolsistas) visando possibilitar uma análise comparativa da percepção dos coordenadores e dos alunos bolsistas sobre o programa/projeto.

Em relação ao tratamento dos dados, observou-se que o fato de terem sido criados três bancos de dados restringiu a análise comparativa entre a opinião dos coordenadores e dos bolsistas sobre um maior número de questões. No sentido de aprofundar a análise, por meio da identificação do nível de concordância entre coordenadores e alunos, foi proposta a tabulação das informações em um único banco de dados.

Os resultados da avaliação permitiram concluir que tanto os coordenadores quanto os alunos bolsistas tiveram uma percepção positiva do alcance dos programas/projetos, da contribuição desses para o seu desenvolvimento pessoal e acadêmico, bem como do envolvimento e atuação de ambos no desenvolvimento dos programas/projetos.

A análise dos dados permitiu tirar algumas conclusões relativas ao PBEXT. As ações desenvolvidas por esse Programa têm gerado benefícios para a comunidade/público-alvo; possibilitado a relação dialógica entre a universidade e a sociedade; contribuído para a interseccionalidade entre unidades, departamentos e setores da UFMG; viabilizado a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, ainda que não configurada enquanto ação interdisciplinar; materializado a integração da extensão com o ensino e a pesquisa, ainda que não no estágio de interação desejável pela Proex.

A avaliação dos programas/projetos, uma vez que possibilitou a apreensão mais ampla e acurada dos indicadores que refletem o cumprimento das diretrizes das ações de extensão que norteiam a análise de mérito dos mesmos, contribuiu para o processo de seleção do PBEXT/2003 realizada pela Câmara de Extensão para concessão das bolsas de extensão. Tem, ainda, possibilitado a revisão de procedimentos institucionais e a proposição de novas diretrizes e estratégias de gestão da extensão. Além disso, essa avaliação vem se constituindo, também,

como contribuição para a avaliação da Extensão na UFMG.

Referências bibliográficas

AGUILLAR, M. J.; ANDER-EGG, E. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARANGO, H. G. *Bioestatística: teórica e computacional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BELLONI, I. *O compromisso da avaliação*. Brasília: UnB, 1997.

CARZOLA, I. M. *Educação estatística*. Disponível em: <<http://www.socioestatistica.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2003.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Avaliação nacional da extensão universitária*. Brasília: MEC/Sesu, UFPR, UESC, 2001. (Coleção universitária; 3).

_____. *Plano nacional de extensão universitária*. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção universitária; 1).

MENDES, S. R. *Avaliação em extensão universitária*. Rio de Janeiro: 1998. (Mimeografado).

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas; documentos básicos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Belo Horizonte: UFMG/ Proex, 2001.

SIEGEL, S. *Estatística não paramétrica para as ciências do comportamento ed.* São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

TRIOLA, M. F. *Introdução à estatística*. 7.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999.

URIBE, V. M. Q. *Evaluación de proyectos sociales: construcción de indicadores*. Colombia: Fundación FES, 2000.

Comunicação

- Dicas de saúde pelo rádio

Maria Cristina Soares Figueiredo Trezza, Doutora em Enfermagem.

Professora Adjunta IV do Departamento de Enfermagem. Líder do Grupo de Pesquisa Procuidado Fátima Maria de Melo Brito, Enfermeira. Técnica do Departamento de Enfermagem. Membro do Procuidado e Coordenadora do projeto

Regina Maria dos Santos, Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta IV do Departamento de Enfermagem. Membro do Procuidado e Orientadora do projeto

Evilânia Carla de Godoi Bezerra, Monitora do projeto. Aluna do 3º ano do curso de Graduação em Enfermagem. Membro do Procuidado. Relatora do trabalho

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Resumo

Trata-se do relato da experiência de implantar um sistema de educação para a saúde através de dicas de saúde pelo rádio. Seu objetivo é divulgar informações que contribuam para: promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde; prevenção de acidentes domésticos; prevenção e detecção precoce de doenças; cuidado de saúde de mulheres, crianças, idosos, adultos e pessoas deficientes em casa. É realizado em parceria com a Radio Difusora de Alagoas AM 960, que veicula diariamente quatro dicas, distribuídas nos três turnos, elaboradas pelos alunos e professores do Grupo de Pesquisa Procuidado do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal Alagoas. Segue-se a seguinte metodologia: durante a semana elaboram-se, individualmente ou em dupla, as dicas, que são avaliadas na reunião semanal do Procuidado, para serem gravadas e divulgadas na semana seguinte. O projeto está acordado para durar um

ano, sendo garantido espaço para participação dos ouvintes através de cartas ou e-mails. Até o momento, passados já sete meses, foram divulgadas 504 dicas. A Rádio tem recebido cartas e, eventualmente, os ouvintes participam ao vivo, com perguntas e elogios à iniciativa. Os temas das cartas e telefonemas estão sendo arquivados para estudos e pesquisas. O resultado final será a publicação de um livro intitulado “Dicas de saúde pelo Rádio”.

Palavras-chave: educação em saúde, comunicação, enfermagem

Introdução e objetivos

Este trabalho é o relato da experiência de implantar um sistema de educação para a saúde, de alcance estadual, que representasse uma contribuição do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas – UFAL para a melhoria das condições de saúde da população alagoana.

A idéia de realizá-lo surgiu da compreensão da Universidade como um espaço de estudo, investigação e produção de conhecimento, com a responsabilidade de, dentro do seu compromisso social, divulgar os resultados dos seus esforços para atender às necessidades da sociedade onde está inserida ou, como diz Luckesi, plantada numa realidade concreta, na qual terá suas raízes, para que possa criticamente identificar e estudar seus reais e significativos problemas e desafios (LUCKESI, 1998, p. 42), ao que acrescentamos a responsabilidade de, a partir dos conhecimentos produzidos e reproduzidos nas diversas áreas do saber, oferecer à população, no mínimo, informações que lhe possibilite viver melhor.

O projeto é, ainda, uma contribuição para desfazer a imagem da universidade como um espaço de privilegiados, fechado em si mesmo, local de produção de um saber esotérico (acessível somente aos especialistas) e anônimo (quantitativo e formalizado)... Em tais condições, o cidadão perde o direito ao conhecimento, face ao enfraquecimento da responsabilidade e da solidariedade dos espaços de produção do saber (MORIN, 2000, p. 18-19).

Foi com este espírito que nasceu o projeto, levar para fora dos muros da instituição um trabalho de fácil acesso e compreensão, que contribui para elevar a qualidade de saúde das pessoas. Foi uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Procuidado, pertencente ao Departamento de Enfermagem da UFAL, sob a liderança da Professora Dra. Maria Cristina Soares Figueiredo Trezza, o qual tem como propósito buscar alternativas que ampliem as possibilidades da(o) enfermeira(o) cuidar de sua clientela.

Talvez se possa questionar a realização deste projeto por um grupo de pesquisa, porém, a decisão de realizá-lo se construiu a partir do sentido de que a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão é uma meta a se perseguir, abrindo espaço para a elaboração de dicas com base em resultados de pesquisas ao mesmo tempo em que se abre espaço para a divulgação dos resultados obtidos pelo próprio grupo, fazendo assim um movimento dialético entre saber produzido, saber popular e saber reproduzido a partir de outros centros de produção de saberes.

Por outro lado, justifica-se a escolha do investimento em educação para a saúde com base na premissa de que uma das funções que compõe a natureza do trabalho da enfermagem é

EDUCAR, sendo esta função desempenhada tanto na vertente de formar profissionais, mantendo-os constantemente atualizados, como na vertente de proporcionar educação para a saúde das pessoas.

Este projeto está sustentado na função educativa para a saúde, entendendo-se Educação para a saúde como uma educação baseada no diálogo, ou seja, na troca de saberes (...) um intercâmbio entre o saber científico e o popular em que cada um deles tem muito a ensinar e aprender (VASCONCELOS, 1997, p. 20). Melo vai mais além, traduzindo o compromisso social dos profissionais com a causa da educação em saúde, quando reconhece que

entender a educação em saúde como um compromisso de consciência traduz o compromisso dos profissionais com o SUS, com o PSE, com a profissão e consigo próprio como cidadão que atingiu um ponto destacável no processo educativo e sente o dever de aplicar seus conhecimentos em benefício de uma população que carece de informações para poder viver melhor. (MELO, 2003, p. 16)

Daí a idéia de disponibilizar conhecimentos sobre como cuidar da saúde das pessoas, veiculando dicas de saúde pelo rádio, considerando que este é um instrumento de comunicação amplamente difundido, sendo hábito entre a população alagoana acompanhar sua programação diuturnamente. A escolha do rádio como caminho de difusão de conhecimentos foi fortalecida pela observação de que em qualquer espaço social há um rádio ligado, além de informações dos profissionais de saúde sobre a carência de recursos para desenvolver programas de educação em saúde, principalmente nos municípios do interior do Estado, como comprovou Melo: Percebi a escassez de ações educativas (...) assim como a produção de material educativo voltado para a informação da população em geral, priorizando os aspectos preventivos bem como a adoção de hábitos saudáveis de vida (MELO, 2003, p. 6). Essa percepção é referendada pelos sujeitos da sua pesquisa que resumidamente declararam: “as condições são precárias porque não dispomos de materiais didáticos nem apoio técnico”.

Assim, foi objetivo deste projeto: divulgar informações que contribuam para a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde das pessoas; prevenção de acidentes domésticos; prevenção e detecção precoce de doenças; cuidado de saúde de mulheres, crianças, adultos, idosos e pessoas doentes ou deficientes que permanecem no domicílio.

Metodologia

Para executar o projeto foi adotada a seguinte metodologia: inicialmente os alunos e professores componentes do Procuidado elaboraram um conjunto de setenta dicas de saúde sobre temas diversificados, escritas em linguagem de fácil compreensão, imprimidas e gravadas em disquete. Com este material, buscou-se a direção da Radio Difusora de Alagoas – AM a quem foi submetida a proposta. Foi escolhida uma rádio do tipo AM porque grande parte do seu público-alvo é composto por pessoas que o grupo pretendia atingir, ou seja, o maior número possível de pessoas de todas as classes sociais, sendo dirigido principalmente àquelas que não tivessem fácil acesso às informações sobre como cuidar da própria saúde e das pessoas ao seu redor.

A proposta foi aceita e foram tomadas as seguintes decisões: a) seriam veiculadas quatro dicas por dia, sendo duas pela manhã, uma pela tarde e uma pela noite, com a intenção de alcançar o público masculino principalmente à noite. b) as dicas seriam veiculadas de segunda a sexta-feira, com duração de um minuto cada uma, para que acompanhassem o ritmo do programa onde seriam inseridas; c) a gravação das dicas seria feita pelos locutores da rádio, em vez das autoras, como era desejo do grupo; d) os ouvintes poderiam comunicar-se com a rádio por carta ou e-mail, expondo suas dúvidas, as quais seriam encaminhadas ao grupo que responderia diretamente ao ouvinte ou transformaria a resposta numa nova dica.

Por outro lado, o grupo também adotou uma metodologia para elaboração das dicas. Ficou decidido na reunião do Procuidado que cada um dos trinta e cinco componentes do grupo receberia dois disquetes e entregaria semanalmente quatro dicas, o que corresponde às dicas de um dia. A monitora se encarregaria de reunir as dicas da semana e levar ao grupo para avaliação e aprovação. Em seguida as dicas seriam levadas à rádio para gravação. Esta metodologia está sendo cumprida tendo produzido resultados satisfatórios.

Uma questão a ser revista pelos participantes é que nem sempre todos os participantes entregam as 4 dicas semanalmente. Isso não permite a composição da reserva técnica com diversidade suficiente para assegurar o mesmo número de dicas para cada grupo humano ou para cada objetivo a ser alcançado.

Resultados e discussão

O projeto cuja experiência de implantação é objeto deste trabalho está em andamento. Foi iniciado em novembro de 2003, estando previsto para acabar em outubro de 2004. Este prazo deverá ser estendido até março de 2005, em função dos trâmites burocráticos e administrativos na própria Pró-Reitoria de Extensão da UFAL. Até o momento foram veiculadas 504 dicas, havendo nos estúdios da Rádio Difusora uma reserva de 180 dicas em disquete, prontas para serem gravadas. Esta reserva, que foi composta a partir da decisão de cada participante elaborar 4 dicas por semana, destina-se a garantir a veiculação da cota diária sem interrupção. Foi desta forma que os participantes do Procuidado puderam descansar durante as férias escolares. Uma contagem parcial revela a seguinte distribuição das dicas veiculadas:

Tabela 1

Distribuição das dicas segundo os objetivos do Projeto. Maceió, 2004

OBJETIVOS DO PROJETO	F	%
1. Promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde	172	34
2. Prevenção de acidentes domésticos	20	4
3. Prevenção e detecção precoce de doenças	180	36
4. Cuidado da saúde das pessoas	132	26
Total	504	100

Os dados da Tabela 1 evidenciam que houve predomínio de dicas direcionadas ao objetivo prevenção e detecção precoce de doenças. Este resultado deve-se ao fato de que houve um profundo respeito pela iniciativa dos participantes do Procuidado, os quais escolheram livremente os temas de suas dicas. Um dos fatores determinantes dessas escolhas foi a experiência de cada um, ao longo da vida profissional ou da vivência estudantil. Por outro lado, a liberdade de criação das dicas veio ao encontro do desejo da emissora de rádio quando solicitava que as dicas fossem bastante variadas, a fim de que o maior número possível de ouvintes fosse contemplado.

Esses dados revelam que os participantes do grupo têm uma preocupação predominante com a prevenção e detecção precoce de doenças, expressa pela elaboração livre de dicas sobre sinais e sintomas de doenças como diabete, hipertensão arterial, hanseníase, entre outras, além de terem elaborado dicas com sinais e sintomas de câncer, recomendações para execução do exame das mamas tanto para mulheres como para homens. Neste grupo de dicas aparecem também cuidados sobre como cuidar do corpo, da alimentação, do vestuário, do trabalho e do repouso, significando a difusão de hábitos saudáveis de vida, os quais deverão ser adotados pelos adultos em geral e por aqueles que se apresentam como susceptíveis das doenças crônicas degenerativas mais comuns, conforme o perfil epidemiológico do estado. Ainda nesse grupo se encontram as dicas de como evitar as parasitoses e doenças veiculadas pela água, como é o caso do cólera, das diarreias, da leishmaniose, entre outras:

16. Quando você apresentar uma mancha ou alguma parte de seu corpo dormente, sem sensibilidade deverá procurar com presteza um médico de pele. Esses sintomas podem ser de uma doença chamada de hanseníase, que é tratável e tem cura.
11. O sal a ser diminuído da comida de uma pessoa que tem pressão alta não é só aquele que a gente usa para temperar os alimentos. Existem outras formas pela qual se pode ingerir muito sal e, às vezes, nem percebemos. Isto é, comendo alimentos tipo mortadelas, lingüiça, charque, ou colocando caldos prontos de galinha, carne e legumes na comida. Portanto é necessário não comer também essas coisas. De preferência cozinhar sem sal e só colocá-lo no momento que se está alimentando, o correspondente à quantidade de uma tampa de uma caneta BIC, nas 24 horas.
186. Os diabéticos têm que prestar muita atenção e cuidado quando forem cortar as unhas. As mesmas devem ser cortadas em linha reta e nunca as deixe muito curtas; não retire as cutículas e os cantos das unhas; não use canivete, lâmina de barbear (gilete) ou faca para cortar as unhas, e informe à pessoa que cuida dos seus pés para seguir estes cuidados.
17. Sinais ou manchas que comecem a se modificar, escurecer, aumentar de tamanho, em qualquer parte do corpo, como por exemplo na gengiva, solado do pé, unhas e outros lugares da pele, devem ser vistos imediatamente por um médico de pele. Isso pode se tratar de um problema sério de pele que, quanto mais cedo for diagnosticado e tratado, mais chances terá a pessoa de se curar.
18. A rouquidão prolongada (mais de um mês), às vezes acompanhada de tosse e irritação da garganta, que não cedem com as medidas comuns, deve ser avaliada por um médico,

principalmente se a pessoa for fumante e gostar de beber com frequência. Isso é um sinal de alerta do corpo avisando que alguma coisa muito séria poderá estar acontecendo e que, se diagnosticada e tratada com prontidão, poderá ser detida e curada.

35. Você sabia que homem também está sujeito a ter câncer de mama e que para prevenção deverá fazer também o auto-exame das mamas no 1º dia de cada mês? A escolha desse dia é para manutenção da periodicidade, ou seja, para que o homem se habitue e memorize essa prática mensal. Aí vai outra dica, essa técnica de escolher o 1º dia de cada mês também funciona com as mulheres que estão na menopausa.
247. Você sabia que o câncer de mama atinge um número muito alto de mulheres? No entanto, quanto mais cedo for descoberto, maiores são as chances de cura. O auto-exame, que é feito pela própria mulher, é uma forma de detectar o câncer e se prevenir; ele deve ser feito uma vez por mês, após a menstruação e as que não menstruam devem fazer no primeiro dia de cada mês. Então, fique diante do espelho e procure alterações nas mamas, feridas e quando estiver no banho ou deitada procure caroços nas mamas e axilas. Caso seja encontrado algo de diferente procure um serviço de saúde para esclarecer dúvidas e fazer um exame detalhado.
206. O cólera é uma doença intestinal aguda que provoca uma grave diarreia e desidratação. Pode ser adquirida através de água contaminada, alimentos mal lavados e crus, e através de mãos sujas. Por isso, ferva a água por 5 minutos; lave bem as mãos antes de cada refeição e depois de ir ao banheiro; cozinhe bem os alimentos e não os deixe expostos às moscas e insetos.

Sobre a elaboração das dicas, deve-se destacar o caráter de intimidade que se procurou dar à linguagem, o aspecto de leveza, simplicidade e humor, em algumas delas. O grupo pensa que desta forma haverá mais disposição das pessoas em acatar as informações que são veiculadas, uma vez que se aproximam do seu jeito mesmo de falar:

9. A tabelinha usada por uma mulher para evitar a gravidez não serve para outra mulher, mesmo que seja sua mãe, filha ou irmã. O período perigoso para uma mulher engravidar é diferente para cada mulher e calculado pelo profissional de saúde de modo individual, com base nos seus ciclos menstruais. Assim, não use a tabela de sua amiga, algumas vezes pode dar certo, porém, um dia, mais cedo do que você pensa, a casa pode cair.
8. Tem gente que diz usar a pílula anticoncepcional como método para evitar a gravidez, mas só toma a mesma no dia que vai ter relação ou no dia seguinte. Quem faz assim, mais cedo ou mais tarde poderá surpreender-se com uma gravidez, como já tivemos oportunidade de receber mulheres no pré-natal, cujos maridos eram caminhoneiros e que só tomavam a pílula quando o marido estava em casa. A pílula anticoncepcional, para ter efeito, deve ser tomada todos os dias de acordo com a prescrição médica, até acabar a cartela e de preferência na mesma hora, como por exemplo antes da sua novela preferida.

Tabela 2

Distribuição das dicas segundo as pessoas a quem se dirige. Maceió, 2004

PESSOAS A QUEM SE DIRIGE	F	%
Mulheres	95	19
Crianças	72	14
Adultos	276	55
Idosos	16	03
Pessoas doentes em domicílio	42	08
Pessoas deficientes em domicílio	03	01
Total	504	100

A Tabela 2 mostra que o grupo de Adultos foi o mais beneficiado, uma vez que 55% das dicas foram dirigidas a eles. Neste raciocínio, fica evidente que os participantes do projeto estão numa fase de cuidados com este grupo humano, correspondendo à fase do curso de graduação em que os alunos aprendem métodos de intervenção de enfermagem dirigidos aos adultos, embora os idosos estejam incluídos neste momento de aprendizagem. Isso também demonstra o compasso entre a produção das dicas e o grau de conhecimento e amadurecimento dos seus autores, significando a expressão concreta do “aprender e divulgar o que aprendeu”. As mulheres foram contempladas com 19% das dicas, embora muitas das classificadas como dicas para adultos servissem tanto para homens como para as mulheres, como foi o caso das dicas para dormir melhor, para melhorar a digestão, para aliviar o estresse, entre outras:

71. Para quem tem dificuldade de “começar a dormir”, sugerimos experimentar as seguintes coisas: tomar um banho morno que é relaxante; vestir uma roupa leve e folgada no verão e roupas que aqueçam nas noites de frio; esticar os lençóis, mudar de travesseiro, caso o seu não esteja lhe agradando, tanto na altura quanto na “fofura”; evitar deitar com o estômago muito cheio, substituindo a última refeição por um copo de leite morno, um chazinho de camomila ou de laranja; permitir-se um boa “espreguiçada; ter por perto um livro que não trate de aventuras, mas que lhe traga harmonia e paz; uma lâmpada no quarto de baixa intensidade, pode ser necessária para algumas pessoas. Transforme isso num ritual de sono, isto é, aquilo que é feito todos os dias. Nosso corpo adora esse tipo de rotina, funciona como um condicionamento. Se ainda assim, o sono não chegar, a “rezoterapia” é outro grande tratamento. Rezar o terço para os católicos, ou outras orações, funcionam como um “mantra” (som repetitivo que acalma e conduz o pensamento), facilitando um sono relaxante. Dizem-nos as pessoas sábias que o caminho de nossa cura é descobrir as razões, o porquê as coisas acontecem com a gente. Nesse caso, descobrindo o que está contribuindo para a gente não dormir. Aceitar essas razões e depois tentar ir fazendo aos poucos alguma coisa para melhorá-las. É saudável, por fim, dormir antes do dia acabar e acordar com o sol, pegando carona com sua força e energia. ISSO É TUDO DE BOM!

33. O orégano é um tipo de tempero pouco utilizado na cozinha das mulheres nordestinas, no entanto é rico em antioxidantes capazes de retardar o envelhecimento e prevenir os males do coração, segundo a nutricionista Ana Vlândia Moreira da Universidade de SP, além de conferir um ótimo sabor aos alimentos. Basta você se lembrar de uma pizza onde esse condimento é muito utilizado. Portanto comece a experimentar, principalmente quem estiver acima da faixa dos 40 anos e os hipertensos, que precisam ser criativos no sentido de melhorar o sabor dos alimentos.
22. Você sabia que a caminhada e a dança, de forma orientada, ajudam a controlar o estresse e a ansiedade, além de ajudarem no tratamento de determinadas doenças como hipertensão e diabetes? Hoje em Maceió, existem grupos de pessoas que se reúnem semanalmente para praticarem as “Danças Circulares”, como por exemplo a ciranda, muito apropriadas para esses casos, agradáveis de se dançar e ideais para se fazer muitos amigos.

Por fim, os dados mostraram que a produção de dicas dirigidas aos deficientes e idosos ainda é muito pequena, devendo agora ser alvo da atenção dos autores.

Conclusão

O Objetivo deste trabalho foi relatar a experiência de implantar um sistema de educação para a saúde de alcance estadual que representasse uma contribuição do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, para a melhoria das condições de saúde da população alagoana. Os dados apresentados mostraram que este objetivo foi alcançado.

O projeto “Dicas de Saúde pelo Rádio” está em andamento, tendo encontrado um ambiente bastante favorável na Rádio Difusora de Alagoas AM. Está sendo um trabalho muito gratificante, uma vez que foi possível manter um constante diálogo com a emissora, fazendo os ajustes que foram necessários para deixar as dicas com a linguagem acessível e de fácil entendimento. Na medida em que chegaram cartas e telefonemas, as dicas foram sendo aperfeiçoadas, algumas desmembradas, de forma que tivessem o melhor aproveitamento possível pelo público ouvinte.

Os dados permitiram concluir que a tônica das 504 dicas produzidas até o momento foi a prevenção e detecção de doenças, sendo a maioria delas dirigidas aos adultos, sobre diversos temas, com enfoque educativo, referendando o que diz Stotz: “... o educador, o sujeito da ação, utiliza-se de crenças e valores da comunidade com relação a certa informação sobre saúde, bem como discute suas implicações práticas; a eficácia deste enfoque é que o usuário tenha uma compreensão verdadeira de sua situação” (STOTZ, 1993, p. 14-19).

Outra questão que o trabalho permite comentar é o valor simbólico desta experiência, considerando que a veiculação de dicas de saúde pelo rádio não é a única estratégia de educar para a saúde, porém, é uma estratégia de longo alcance, tornando acessíveis informações que os próprios profissionais de saúde reconhecem que é difícil difundir, haja vista os poucos recursos disponibilizados para este fim e o enfoque predominantemente curativo que é emprestado às ações de saúde, no âmbito das instituições.

Este projeto não tem financiamento direto. Os custos com a produção das dicas são arcados pelos componentes do Procuidado, havendo a parceria com a Rádio Difusora que recebe as dicas e as divulga em sua programação, sem nenhum tipo de remuneração, em nome do seu compromisso com a sociedade, cumprindo com isso parte do seu papel.

Assim, este projeto, pelos resultados que apresenta até o momento, pode ser considerado bem sucedido pelo volume de informações veiculadas, pelo intercâmbio entre a Enfermagem, a Comunicação Social e a Educação das populações para a saúde, por ser uma estratégia que articula e concretiza a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao mesmo tempo mostra uma outra forma de aprender e ensinar, possível de ser adotada pelos cursos de graduação, construindo, além de interessantes conteúdos de aprendizagem, uma forma prazerosa de construir laços de amizade e compromisso com a profissão, com a educação e com a sociedade.

Por fim, o projeto vem sendo um sucesso pela oportunidade de aprendizagem que propicia ao grupo de alunos e professores envolvidos na tarefa de levar informações para os lugares dos mais próximos aos mais distantes do estado de Alagoas e suas circunvizinhanças, na perspectiva de que

... a tarefa da educação criativa seria a de buscar o equilíbrio entre a valorização do prazer e uma ação cooperativa e voluntária. Aprendendo a conviver, sabendo de que maneira ajudar aos demais, organizando-se em ações voluntárias para atender uma causa justa, o aluno estará aprendendo a dar voz ativa, ainda que simbólica, a seus sonhos e a seus devaneios. (FREUD, in ANTUNES, 2002, p. 12)

Referências bibliográficas

- ANTUNES, C. *Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LUCKESI, C. et al. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 10.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- MELO, G. *Entendimento e prática de ações educativas de profissionais de equipes do programa saúde da família do município de São Sebastião: detectando dificuldades*. 2003. 28 f. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Saúde da Família) - Universidade de Ciências da Saúde, Maceió.
- MORIN, E. *A cabeça bem feita*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- STOTZ, E. N. Enfoques sobre educação em saúde. In: VALLA, V. S. *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1993.
- VASCONCELOS, E. M. A medicina como deseducadora. In: *EDUCAÇÃO popular nos serviços de saúde*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

- **Comunicação e mobilização para a cultura do Vale do Jequitinhonha**

Márcio Simeone Henriques, Professor do Departamento de Comunicação Social
Emanuela de Avelar São Pedro, Relações Públicas. Graduanda em Jornalismo

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

Descreve o projeto de extensão “Suporte de Comunicação para o 22º Festivale”, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha e do Departamento de Comunicação Social. A elaboração do Plano de Comunicação para este evento se deu de forma coletiva, considerando o conhecimento técnico da Universidade e o confronto com a realidade do Vale do Jequitinhonha, a partir da participação de pessoas da região. O Plano previu atividades de divulgação prévia e posterior ao evento e uma Assessoria de Comunicação em Medina, cidade que sediou o evento no período de sua realização. Jovens da região participaram de oficinas de rádio e jornalismo, sendo capacitados para a participação, junto à equipe da UFMG, do dia a dia da Assessoria. A comunicação para mobilização social garantiu a qualificação de recursos humanos locais e a multiplicação do conhecimento da Universidade dentro daquela comunidade, no que se refere à comunicação. A experiência aliou a prática da extensão a atividades de ensino e pesquisa, ultrapassando a vida acadêmica com a permanência de certos valores pela vida do profissional cidadão.

Palavras-chave: comunicação popular; cultura, suporte de comunicação

Introdução e objetivos

Este relato apresenta o trabalho de extensão universitária de Suporte de Comunicação para o 22º Festivale – Festival de Música Popular do Vale do Jequitinhonha e traz uma reflexão sobre o impacto de atividades dessa natureza na vida acadêmica e profissional dos alunos de Graduação em Comunicação Social da UFMG.

A atividade foi realizada a partir de uma demanda da organização do evento, possível pelo contato e atuação que a Universidade já possui na região através do Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha. Esse Programa existe desde 1996 e trabalha em torno de um eixo de desenvolvimento regional e de ações interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão. O Festivale é o maior evento deste gênero na região, reunindo não apenas a música, mas manifestações culturais diversificadas como teatro, dança, artesanato, folclore e poesia. Organizado pela Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha – Fecaje, o Festivale ocorre anualmente, desde 1980, sendo cada edição em uma cidade diferente, e objetiva repensar a cultura popular do Vale através da luta e garantia de políticas públicas de resgate, preservação de seus aspectos artísticos, culturais, ambientais e do patrimônio histórico. Em sua 22ª edição, realizada de 21 a 27 de julho de 2003, o evento foi sediado no município de Medina, situado a 672 km de Belo Horizonte, na microrregião do Médio Jequitinhonha.

As atividades do projeto de extensão ocorreram no primeiro semestre letivo de 2003 (de abril a agosto), dentro da atividade didática do curso de Comunicação Social denominada “Laboratório de Comunicação para Mobilização Social”, coordenado por um professor do Departamento de Comunicação Social (Márcio Simeone). Fizeram parte deste trabalho cinco alunos de Comunicação (Renata Antunes, Daniela Vilaça, Helena Câmara, Thiago Oliveira, Emanuela São Pedro), sendo que um deles exerceu a função de monitoria (Emanuela São Pedro), um aluno de Ciências Sociais (Clesiane Pereira) e um servidor técnico da UFMG (Gilberto Corrêa).

Para o suporte, foi elaborado um Plano de Comunicação, que não se limitou a prever ações típicas de uma assessoria de comunicação, mas desdobrou-se em atividades prévias específicas, com o objetivo de preparar uma equipe local. O plano produzido foi apresentado à Fecaje e as ações aprovadas foram submetidas a um planejamento mais minucioso. Assim, foram realizadas duas viagens a Medina: de 5 a 8 de junho e de 19 a 28 de julho. A primeira viagem teve como objetivo a efetivação de um planejamento conjunto in loco e a realização de oficinas preparatórias de rádio e jornalismo para jovens da região, de maneira que pudessem executar o trabalho de suporte em conjunto com a equipe da UFMG, durante o evento. A segunda compreendeu o período de realização do Festival e a implantação do trabalho de Assessoria em Medina.

O objetivo imediato deste trabalho foi o de reforçar e profissionalizar o trabalho de mobilização e de divulgação do evento em três momentos: antes, durante e após a sua realização, buscando firmar e consolidar as marcas e lembranças do Festival na região do Vale do Jequitinhonha e, de modo mais amplo, no Estado de Minas Gerais. O trabalho foi realizado segundo os seguintes objetivos específicos: (a) concentrar uma divulgação eficiente no próprio Vale; (b) mobilizar e incentivar a participação de pessoas da região nas atividades previstas; (c) divulgar o Festival em Minas Gerais, com foco em Belo Horizonte, como forma de atingir amigos e nascidos no Vale, que moram na capital; (d) criar um fluxo de informações durante o evento que permitisse o envolvimento constante dos moradores e visitantes de Medina no clima do Festival; (e) dar retorno à sociedade, após o evento, sobre as contribuições sociais, econômicas e culturais do Festival; (f) envolver a mídia, bem como os demais públicos deste evento, numa relação diferenciada com a cultura popular do Vale do Jequitinhonha. Do ponto de vista acadêmico, o trabalho teve o objetivo de envolver os alunos em atividade direta com a comunidade, ressaltando a relevância de um trabalho de extensão que os coloca em contato com as reais questões sociais do Vale e de seu rico movimento cultural.

Metodologia

O trabalho foi norteado pelos princípios e valores de extensão universitária adotados pelo Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha e, também, pelos estudos e orientações metodológicas que vêm sendo construídos por meio de ações articuladas de ensino, pesquisa e extensão do Programa “Comunicação para Mobilização Social – Mobiliza”, do Departamento de Comunicação Social.

As diretrizes de extensão adotadas possuem ligação com o Plano Nacional de Extensão Universitária, de 1998, e se concretizam no Vale do Jequitinhonha, através da filosofia de trabalho do Programa Pólo. Deve-se destacar, especialmente, a efetiva participação das pessoas da região nos trabalhos onde a Universidade é parceira, a interdisciplinariedade e a interinstitucionalidade dos projetos e a articulação de atividades de extensão com o ensino e a pesquisa. O Programa Pólo parte do pressuposto de que a universidade não é detentora de um conhecimento acabado e que deve construí-lo coletivamente com a participação das comunidades, entendidas como sujeitos do processo. Para isso, conta com a parceria com órgãos públicos e privados, sociedade civil organizada e do próprio povo do Vale. O conhecimento é produzido a partir da absorção das necessidades e dos valores culturais locais, trabalhando com a interação entre o saber acadêmico e o saber local e garantindo, dessa forma, a produção de um conhecimento acessível, apropriado por todos. Um processo que se dá pela interação constante entre o conhecimento técnico e o popular será legitimado por aqueles aos quais os resultados irão beneficiar diretamente. Esses sujeitos se vêem também como donos daquele processo e garantem a sua continuidade e permanência, já que possuem a capacitação e as possibilidades para isso. A Universidade, após cumprido seu papel, pode se retirar, desfazendo vínculos de dependência e assistencialismo. Isso tem contribuído para o fortalecimento de ações sustentáveis, que têm sua permanência longe do vínculo paternalista que pode ser gerado com a instituição de ensino. Para dentro da própria instituição, traça-se uma visão integrada do social, somando à vida acadêmica o conhecimento recolhido no confronto com a realidade. A universidade assume seu compromisso público de estar ligada a questões sociais e regiões de maior carência como é a do Vale do Jequitinhonha, fazendo com que a população usufrua os resultados produzidos pela atividade acadêmica.

A comunicação para mobilização social é descrita por Henriques et al. (2002) como uma comunicação participativa que inclui a perspectiva do outro, permitindo uma ação transformadora. Surge da necessidade de repensar a produção e distribuição do conhecimento a partir dos processos comunicativos, dando oportunidade a todos de alcançá-lo. É uma vertente democrática e pedagógica que alia a comunicação e a educação não só nos âmbitos de uma comunicação que veicula mensagens educativas ou se propõe uma leitura crítica da mídia, mas também de uma comunicação popular onde as pessoas são, além de receptoras, produtoras e emissoras das mensagens. Este processo, a um só tempo comunicativo e pedagógico, depende, como afirma Peruzzo (1999), de uma participação direta da comunidade nos processos comunicativos (mensagens, produção, planejamento e gestão dos meios de comunicação) e de estabelecer uma visão das pessoas como sujeito do processo de conhecimento. Assim, deve-se estar ciente da necessidade de uma comunicação voltada para a aprendizagem, para a educação e para a democratização das informações, a partir de vias horizontais de interlocução. A relação com a comunidade deve evitar ao máximo o paternalismo, o assistencialismo e a simples transferência de saber. Os agentes extensionistas devem estar prontos para adaptar e aprender junto com a comunidade, dentro dela, trabalhando com elementos que valorizem as identidades e raízes culturais, sem impor técnicas ou instrumentos para os quais não exista uma base ou

preparo ou seja necessário acompanhamento permanente. Busca-se encontrar formas de adaptar as ferramentas de comunicação e seus usos à realidade da comunidade, bem como de possibilitar a educação desta para o uso das tecnologias em seu próprio benefício, construindo em conjunto as formas próprias para sua utilização (FREDERICO et al. 2004). A comunicação para mobilização social vem possibilitar o diálogo dos saberes exercendo uma função de cidadania, na medida em que as pessoas envolvidas desenvolvem seu conhecimento e mudam seu modo de ver e relacionar-se com a sociedade e o próprio sistema de comunicação de massa.

A metodologia de extensão, como se pode ver, complementa a de comunicação para mobilização social, fazendo com que a base do trabalho seja o estabelecimento de uma relação dialógica e interativa entre o popular e o acadêmico, a Universidade e a sociedade. Com isso, vale ainda a referência ao pensamento de Freire (1992) que fala da produção de conhecimento a partir de sua problematização, exigindo a co-participação e a reciprocidade entre aqueles que ensinam e, ao mesmo tempo, aprendem.

Resultados e discussão

Os resultados práticos do Suporte de Comunicação para o 22º Festivale foram:

- realização de oficinas preparatórias de jornalismo e rádio a nove jovens da região do Vale do Jequitinhonha para capacitá-los e incorporá-los no trabalho com a equipe UFMG da Assessoria de Comunicação, realizada durante o evento;
- produção de quatro peças radiofônicas para divulgação prévia do evento, com a participação de artistas do Vale do Jequitinhonha, garantindo a identidade com a região; e distribuição, com um mês de antecedência, dessas peças para veiculação em rádios locais (comunitárias ou não) e carros-de-som do Vale do Jequitinhonha;
- realização de um coquetel de imprensa em Belo Horizonte com distribuição de press-kits, participação de artistas, autoridades do Vale do Jequitinhonha, organizadores do Festivale. Contou com a presença de três veículos de comunicação de abrangência estadual;
- produção de quatro pautas específicas para determinados programas de televisão, de acordo com seus formatos (TV Araçuaí, TV UFMG, Globo Horizonte da TV Globo e Brasil das Geraís da Redeminas);
- produção de dois releases para imprensa local e regional, enviados a jornais impressos, rádios e televisões, para pautar os veículos na cobertura do evento. Trouxeram informações sobre o Festivale, seu histórico, sua importância e a programação da 22ª edição;
- montagem de uma Assessoria de Comunicação na cidade de Medina, durante a realização do Festivale, com um trabalho constante de assessoria de imprensa. Foram produzidos boletim impresso diário (“Festivale Hoje”), um panfleto de programação diária do evento (“Passa Lá”) e boletins radiofônicos diários. O boletim impresso, além da circulação local, foi enviado à imprensa em geral. Os boletins radiofônicos diários, com duração de 5 a 10 minutos, foram repassados gratuitamente por telefone (audioconferência) a nove rádios do Vale do Jequitinhonha (Medina FM, Líder FM de Araçuaí, Santa Cruz

de Jequitinhonha, Mania FM de Itinga, Cultura de Turmalina, Líder de Carbonita, Aranãs de Capelinha, Pontal de Itaobim, Alternativa FM de Rubim) e à rádio Inconfidência, com abrangência em Belo Horizonte, para veiculação em suas programações. O trabalho da Assessoria foi realizado por cinco alunos de comunicação e um técnico da UFMG, além de sete alunos das oficinas preparatórias;

- aplicação de uma pesquisa durante o Festival a seus participantes, que teve como objetivos identificar a procedência do público do evento, os movimentos culturais representados, os meios de convocação mais eficientes e a receptividade em relação ao jornal “Festival Hoje” e ao panfleto “Passa Lá”;
- produção de um release após o evento, enviado a todos os meios de comunicação envolvidos na divulgação prévia, fazendo um balanço do Festival para a economia e para a cultura da região;
- produção de cartas de agradecimento;
- produção de clipping com o saldo de divulgação do evento em quatro jornais impressos de circulação estadual e nacional (O Tempo, Hoje em Dia, Estado de Minas e Diário da Tarde), três rádios com abrangência na capital mineira (Inconfidência, Itatiaia e Santê Rádio Comunitária); quatro programas de televisão sendo um de abrangência local (Jornal da TV Grande Minas, afiliada da TV Globo) e os demais, de abrangência estadual (Programas Agenda, Brasil das Gerais e Arrumação, da Redeminas).

O Suporte de Comunicação para o 22º Festival foi a inserção da UFMG numa das culturas populares de maior expressão nacional, com repercussão dentro e fora do país. No que diz respeito à construção da imagem do Vale, foi uma contribuição positiva na medida em que focou riquezas culturais da região, dissociando-a da imagem que se tem ligada apenas à miséria e pobreza. Respondeu às demandas regionais de um movimento cultural desarticulado que busca se refazer, retomando os valores de uma cultura emancipatória e cidadã. Estabeleceu-se com um fluxo ordenado, transparente e eficiente de comunicação, gerando uma nova interface entre o Festival e determinados segmentos: associações culturais, órgãos públicos e privados, financiadores, mídia local e regional, sociedade em geral. Representou a articulação direta entre a instituição de ensino e o órgão responsável pelo Festival – a Fecaje, entidade local que pôde apropriar-se de um conhecimento e de uma experiência construída em parceria.

As atividades do Suporte foram realizadas coletivamente com os organizadores do evento e pessoas ligadas ao movimento cultural do Vale do Jequitinhonha. As oficinas preparatórias para os jovens da região foi uma forma de construir conhecimento com o saber local, adicionar ao trabalho acadêmico a vivência e a realidade do Vale, incentivar a democratização da comunicação, multiplicar o conhecimento adquirido na Universidade e preparar quadros, criando condições para a atuação de pessoas do local nos próximos festivais. Foram escolhidos, preferencialmente, jovens que já atuavam de alguma forma em meios de comunicação para promover a capacitação profissional e deixar na região iniciativas de ações sustentáveis. O trabalho realizado evidenciou a necessidade de outras ações mais efetivas no âmbito da comunicação,

envolvendo a capacitação para lidar com os seus instrumentos. Esses jovens, inicialmente incluídos na produção e veiculação de peças de comunicação, podem, no futuro, participar também de forma mais efetiva nos processos de planejamento e gestão dessas atividades. Cabe ressaltar que o projeto aqui descrito representa apenas uma inserção pontual num processo que demanda um prazo mais longo e uma atividade mais contínua, mas que desde já sinaliza uma experiência promissora a ser repetida em outras ocasiões.

No relacionamento com a mídia, foi a primeira vez que o Festival manteve um contato constante e direto no sentido de autá-la e recebê-la profissionalmente. Foi, sem dúvida, o primeiro passo para o estabelecimento de vínculos mais fortes e prósperos com esse público, contribuindo para a formação de uma imagem da região mais condizente com sua realidade. Foram avaliadas como positivas a realização do coquetel para imprensa e de todo o trabalho de assessoria, constatados a partir do clipping, que reuniu matérias publicadas a partir de mídia espontânea num bom número de veículos de comunicação com abrangência satisfatória.

O resultado da pesquisa aplicada durante o evento aponta que o público do Festival é, em sua maioria, do próprio Vale do Jequitinhonha, composto por pessoas ligadas diretamente à cultura popular e que já têm o costume de participar deste evento. Sua divulgação ocorre principalmente através de contatos pessoais, dada a pouca exploração de estratégias de comunicação até o momento. Um investimento maior em planos de comunicação que coordenem melhor a divulgação e o fluxo de informações em torno do evento potencializará essa participação e, conseqüentemente, a repercussão do Festival e da cultura popular da região. Sobre o jornal “Festival Hoje” e o panfleto “Passa Lá”, notou-se grande aceitação e sucesso entre o público a que foi dirigido. Do total de entrevistados na pesquisa, 91,5% afirmaram já terem lido as duas publicações. Ao final do evento, muitas pessoas compareceram à Assessoria de Comunicação para obter edições anteriores do jornal, dando a ele um significado histórico de registro da memória.

Todo o trabalho do Suporte de Comunicação para o 22º Festival foi documentado e reunido numa caixa onde também estavam exemplares de todas as peças produzidas (radiofônicas, jornalísticas), material que compôs a Assessoria de Comunicação (pré-produção, mailings), clipping e avaliação de todas as atividades. Essa caixa e todos os seus documentos foram entregues à Fecaje.

Conclusões

O trabalho de extensão aqui descrito foi, na verdade, a prática do ensino universitário, ocorrido fora das dimensões da sala de aula, a partir de uma vivência real, sempre contando com a orientação acadêmica e o respaldo da Universidade. Foi a possibilidade de treinar alunos a lidar com situações reais adversas e muitas vezes imprevistas, com um tempo para reflexão e espaço para criação. Como define o documento de Avaliação Nacional da Extensão Universitária (2001), a relação entre o ensino e a extensão supõe transformações no processo pedagógico, pois professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização do saber acadêmico. Situações em que o educar e o educando participam de uma situação dialógica entre si e com a comunidade.

O Suporte de Comunicação para o 22º Festival é um bom exemplo de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão. A partir desta vivência, quatro alunos resolveram trabalhar com o projeto experimental de conclusão do curso em Relações Públicas “Rede de Comunicação no Movimento Cultural do Vale do Jequitinhonha” (FREDERICO et al., 2004). Este projeto foi uma pesquisa/diagnóstico sobre a situação do movimento cultural desta região, aprofundando na descrição e problematização das relações que existem entre os públicos deste movimento. Dessa forma, foram estudadas as relações que especialistas, financiadores, gestores, agentes e mídia estabelecem entre si e com a causa de uma cultura popular engajada e emancipatória, inicialmente praticada no Vale do Jequitinhonha. Foram problematizados o papel desenvolvido pelo Festival, seu significado e sua função, compondo um quadro crítico de um movimento desarticulado, que tem ação pontual apenas no Festival, e um descomprometimento com discussões políticas, sociais e culturais. Foi um trabalho de pesquisa, iniciado a partir de uma atividade de ensino e extensão, que traçou ações a partir dos pontos negativos e potencialidades do movimento cultural do Vale do Jequitinhonha. A partir disso foi elaborado, por esses alunos, um Plano de Ação que busca formatar uma rede de ativos no movimento cultural e articular os sujeitos envolvidos em torno da causa de uma cultura emancipatória.

A extensão é, portanto, o espaço, dentro do ensino público universitário, de construção do aluno cidadão e, mais tarde, do profissional cidadão. É a oportunidade que se tem de vivenciar situações orientadas da realidade profissional, problematizando-a e refletindo e, assim, aprendendo. O aluno que passou por essa experiência acadêmica possui um diferencial porque já teve contato e preparo com situações que não serão mais novas em sua vida profissional. Além disso, possuirá grande sensibilidade para lidar com questões sociais, estará sempre aberto a considerar o outro sem invadi-lo ou manipulá-lo no desempenho de sua profissão. Os valores apreendidos na extensão universitária acompanharão o aluno e, mais tarde, o profissional, comprovando que essas atividades não se encerram no ambiente acadêmico, mas repercutem por toda a vida. Saber ouvir, respeitar os diversos saberes e poder construir com a junção de cada um deles de forma participativa são alguns dos valores que os alunos de Comunicação Social podem levar para a vida profissional a partir da experiência de extensão universitária.

Referências bibliográficas

DEMO, P. *Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FREDERICO, R. A. et al. *Rede de comunicação no movimento cultural do Vale do Jequitinhonha*. 2004. 210 f. (Projeto experimental; conclusão do curso de Comunicação Social/Relações Públicas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FREIRE, P. *Comunicação ou extensão?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HENRIQUES, M. S. et al. (Org). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Pará de Minas: Gênesis, 2002.

MATURANA, H. et al. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação comunitária e educação para cidadania. *Comunicação & Informação*, Goiânia, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, v. 2, n. 2, p. 205-228, jul./dez. 1999.

_____. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PLANO nacional de extensão universitária. In: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001. *Anais*. Ilhéus: Editus, 2001. 65 p. (Coleção Extensão Universitária; 1).

SERRANO, R. M. S. M. et al. Avaliação nacional da extensão universitária. In: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001. *Anais*. Brasília: MEC/Sesu, UFPR, UESC, 2001. 98 p. (Coleção Extensão Universitária; 3).

SUPORTE de comunicação para o 22º Festival. Curso de Comunicação Social da UFMG. Relatório. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

- **Registro Urbano Audiovisual – RUA**

Mateus Guerra de Almeida, Graduando do curso de Belas Artes

Regina Helena Alves da Silva, Diretora do Centro Cultural. Professora Doutora do Departamento de História

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

O Registro Urbano Audiovisual é um projeto do Centro Cultural UFMG, que visa refletir sobre as formas de percepção e representação da cidade, através da produção de imagens em vários formatos. O projeto tem como objetivo a pesquisa sobre a linguagem audiovisual e suas possibilidades de representação da realidade urbana. O resultado é a produção de vídeos elaborados pelo núcleo permanente do projeto. O RUA também pretende elaborar vídeos que tenham como referência a cidade e o olhar de seus habitantes, a partir de oficinas realizadas com a população, tratada como interlocutora da universidade no processo de produção de conhecimento. Com isso, busca a democratização do processo de comunicação.

Palavras-chave: hipercentro, linguagem audiovisual, cultura urbana

Introdução e objetivos

O RUA – Registro Urbano Audiovisual é um projeto de extensão do Centro Cultural UFMG que faz parte do Laboratório de Imagem e Som — programa que abriga o Cineclube UFMG e o Concreto Sonoro, programa de rádio sobre temas culturais e o RUA.

O RUA é um projeto que visa à reflexão sobre as formas de percepção e representação da cidade mediante a produção de imagens em vários formatos. Os trabalhos do RUA se iniciaram em fevereiro de 2003, com a participação de alunos bolsistas da graduação dos cursos Belas Artes e História. Após um ano, o resultado foi a produção de vídeos elaborados pelos alunos ou através de oficinas.

Propomos pensar a cidade hoje como um fenômeno dinâmico no tempo e múltipla em seu espaço. As configurações do poder e as estratégias governamentais que vêm sendo desenvolvidas não conseguem impedir que os cidadãos façam uso político e recriem a cidade que tem sido vista como um espaço de segregação. Portanto, as respostas às inquietações que têm surgido nos tempos atuais devem ser construídas a partir da percepção de como os cidadãos atuam e se apropriam do ambiente urbano e como organizam suas experiências.

Ao contrário de algumas visões de conjunto sobre o significado da vida na cidade, buscaremos a diversidade de manifestações que a cidade engendra, os vários tipos de cultura e a segregação intercultural, social e política.

Nesse sentido, nosso trabalho enfoca a diversidade e a criatividade político-cultural urbanas, pois são as experiências coletivas que conformam a história das práticas sociais, os hábitos perceptivos e a disposição pragmático-imaginativa dos receptores.

Diante do que tem sido chamado de era da informação e da disseminação de bens simbólicos transnacionais através do consumo dos produtos gerados pelos meios audiovisuais, os lugares emergem atualmente como o domínio de práticas político-culturais e de manifestações que transitam entre o local e o global, o nacional e o transnacional, as heranças fragmentadas das antigas culturas populares e a onipresença da cultura de massa. Neste novo cenário, em que se destacam os processos globalizados de consumo no qual se reestruturam as antigas comunidades de pertencimento, os códigos que nos unificam ou que, pelo menos, permitem o reconhecimento das identidades individuais e coletivas, devem ser vistos como pactos móveis de leitura dos bens e das mensagens, situados no tecido polifônico das cidades.

Escolhemos as ruas da região do hipercentro da cidade de Belo Horizonte como um lugar favorável à apreensão das diferentes maneiras pelas quais os habitantes da cidade se apropriam dos espaços de uso comum para fins diversos, e consideramos que seu significado é dado pela multiplicidade de usos efetivos que dela se fazem.

Metodologia

Partimos da noção de que os espaços urbanos já se encontram tão distendidos e fragmentados que hoje seria impossível apreendê-los exclusivamente pelo contado direto. Não existe a possibilidade hoje da rua, como fora outrora, ser vista como o interior de uma casa, um local atrativo e aconchegante. Espaço privilegiado do encontro com o desconhecido, a rua se

transformou numa artéria funcional — como inicialmente projetada — cujo papel não é promover a apropriação coletiva da cidade, mas facilitar o deslocamento cada vez mais rápido dos automóveis. Se, antes, ela agasalhava as festas urbanas, estimulava o contato entre estranhos, hoje, mais do que nunca, a rua desfavorece o surgimento do coletivo urbano, do cotidiano partilhado. Hoje a rua projeta a imagem de lugar da guerra e do medo.

Hoje assistimos ao esvaziamento e desertificação de algumas áreas urbanas que estão se deteriorando (como as áreas centrais de algumas cidades) e ao que é denominado “falência do espaço público urbano” como um local privilegiado de sociabilidade. A idéia de insegurança como situação inalterável mostra ruas e centros urbanos como espaços desligados da vida social necessária à sua revitalização, como refúgio para camadas mais ou menos subterrâneas da cidade (os moradores de rua) que proliferam e fazem proliferar a vigilância forçada.

Pensar a cidade, a partir do espaço público, nos permite acessá-la para além do mero plano urbanístico, onde as funções e os usos já seriam pré-determinados, e entendê-la enquanto um espaço que é constantemente alimentado com doses maciças de atividades — políticas, sociais, econômicas e culturais.

Nesse caso, a rua é tomada como um espaço de produção de “mensagens” que marcam muros, portões, caixas de força; e/ou como lugar instituidor de trajetos; e/ou, como um conjunto de regras que regem os habitantes da cidade. Assim, a rua se constitui em um veículo gerador de experiências interativas e de novas formas de sociabilidade. Aqui utilizamos as noções de “experiência” e de “comunicação” que possuem um sentido convergente: traduzem a idéia de transmissão e de partilha de uma mensagem.

Resultados e discussão

No caso das oficinas, a população foi considerada como interlocutora da academia no processo de produção de conhecimento. Nesse sentido, o projeto proporcionou o acesso às formas de produção audiovisual, seguindo os princípios de democratização da comunicação e de apropriação do conhecimento produzido na universidade pela sociedade. Com as oficinas, o projeto também buscou formar uma percepção crítica sobre a linguagem audiovisual, explorando todas as etapas do processo de produção e contribuindo para um maior domínio da realidade contemporânea, amplamente compreendida pela produção audiovisual, principalmente da grande mídia eletrônica.

Os vídeos produzidos pelo RUA têm como objeto a cidade, sobre a qual o imaginário da pós-modernidade é construído em uma profusão de representações oriundas dos discursos sobrepostos sobre seus lugares, da memória coletiva, das identidades históricas construídas, da diversidade cultural e social, da materialidade significada na arquitetura e nas intervenções físicas no espaço urbano.

Foram realizadas experimentações audiovisuais em diálogo com linguagens características da contemporaneidade, como a internet e a edição ao vivo, típica da televisão. Utilizando as novas mídias, o projeto conciliou animações e grafismos produzidos a partir de recursos de informática com imagens geradas por câmeras digitais. O RUA busca pesquisar e mesclar

as linguagens do vídeo, do documentário, da televisão, da internet e da leitura da cidade, a exemplo do grafite, sinalização de trânsito, arquitetura e todos os signos que compõem a identidade do meio urbano.

Essa hibridez é perfeitamente compreendida pela linguagem do audiovisual que permite conciliar textos, sons, imagens, grafismos em um único conceito. No caso do RUA, a pesquisa e elaboração conceitual e teórica se deu em interação com a produção. Os vídeos, resultantes do trabalho interno do projeto passaram, por uma discussão e definição dos temas que seriam abordados. O segundo passo era um roteiro de trabalho, elaborado com as possíveis fontes a serem entrevistadas ou pesquisadas. Em seguida, eram feitas entrevistas e registradas as imagens. O discurso ganhava forma com a edição, preparada a partir do material disponível e considerando as possíveis intervenções gráficas — criadas e manipuladas com recursos de informática — e sonoras, como trilha e samplers.

As oficinas seguiram o mesmo princípio do núcleo permanente: os vídeos foram pensados durante a produção, com as discussões conceituais exemplificadas pelo trabalho realizado. Apesar de amplamente difundida como fonte de informação, os produtos audiovisuais são pouco conhecidos no que concerne a suas possibilidades e formas de criação.

As vinhetas e vídeos institucionais foram elaborados em conjunto com os integrantes dos demais projetos. O conceito foi discutido considerando-se a estética do RUA, a identidade visual do Centro Cultural e as características do produto a ser divulgado.

Através do trabalho elaborado pelo RUA, mostrou-se fecunda a interdisciplinaridade da história com as artes plásticas na criação audiovisual. Os produtos gerados refletiram, tanto estética quanto discursivamente, as questões conceituais relativas à percepção da cidade, sua significação historicamente construída, as leituras possíveis de sua realidade.

Foram produzidos pelo projeto RUA:

1. Vídeo d.ver.cidade

O d.ver.cidade foi o primeiro vídeo do RUA, finalizado em março de 2003. O vídeo foi produzido na ocasião do lançamento do D-ver.Cidade Cultural: rede de agentes culturais juvenis, que constitui o resultado e a continuação do projeto de Formação de Agentes Culturais Juvenis, realizado pela Faculdade de Educação em parceria com o Centro Cultural UFMG. O vídeo apresenta as possibilidades culturais da periferia de Belo Horizonte, através da perspectiva dos jovens integrantes do projeto e de membros das comunidades que atuam como agentes culturais. O vídeo apresenta, também, o impacto do projeto na vida dos agentes e o potencial social de atividades culturais em comunidades de baixa renda. O d.ver.cidade possui cerca de dez minutos de duração. O vídeo já foi exibido para divulgar o projeto Formação de Agentes Culturais Juvenis, assim como em cursos e palestras para discutir o papel e potencial do jovem em comunidades de baixa renda.

2. Oficina mostra plural

Em parceria com a prefeitura de Belo Horizonte, o RUA ministrou uma oficina para estudantes e professores de escolas públicas da cidade, com o objetivo de elaborar o vídeo

institucional da 8ª Mostra Plural. A Mostra, realizada em outubro de 2003, é um evento anual que reúne cerca de 12 mil pessoas e 80 escolas municipais, que apresentam o trabalho realizado ao longo do ano durante um dia no Parque Municipal, no centro de Belo Horizonte. O vídeo institucional do evento, com duração de cerca de 8 minutos, foi produzido por sete alunos da oficina, com a supervisão e edição dos integrantes do RUA.

3. Vídeo Relé

Em maio de 2003, o RUA elaborou relé, uma instalação de vídeo durante o 10º Encontro Nacional da Anpur – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. O conceito da instalação foi a tensão e as fronteiras entre o racional e o irracional, o previsível e o imprevisível, o que é planejado para a cidade e os infinitos possíveis da realidade urbana. Para refletir sobre as formas de perceber e atuar no meio urbano em relé, Belo Horizonte foi tomada como objeto do vídeo e de fotografias, assim como ponto de partida para as reflexões textuais acerca do planejamento urbano.

4. Série mudo

De agosto de 2003 a fevereiro de 2004, o RUA produziu o mudo: uma série de programas experimentais de TV, que trabalham sobre temáticas urbanas. O conceito do mudo envolve a idéia de oferecer um espaço de fala e manifestação para a população de Belo Horizonte.

Os programas, com duração de 3 minutos, exploram as imagens e ruídos da cidade, além de depoimentos. O mudo apresenta um formato que trabalha a linguagem do documentário associada à estética da internet. Além da veiculação na TV, as séries do mudo servirão de substrato para vídeo performance, no formato de Live Images.

A primeira série do mudo, com 6 programas, tem como tema o hipercentro de Belo Horizonte. Os programas trabalham sobre elementos característicos dessa área: camelôs, táxis-lotação, grupos de dança de rua, o lixo, os sons da cidade, os cinemas de rua que deixaram de existir.

A segunda série do mudo, com 3 programas, é o resultado de oficinas ministradas pelo RUA a grupos de professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, integrantes do projeto Horizontes da Cidadania. Os programas têm a seleção de temas e direção dos professores, com o apoio técnico da equipe do RUA. Tratam sobre: o idoso cidadão, a revitalização da Praça 7 de Setembro e a legalização da prostituição.

5. Oficina experimental de letramento digital

A oficina de letramento digital, que usa o vídeo como suporte, foi ministrada nos dias 20 e 27 de agosto e 12 e 19 de novembro de 2003 para professores da Rede Municipal de Ensino pelos integrantes do RUA – Registro Urbano Audiovisual.

O objetivo da oficina era explicitar aos professores as possíveis utilizações didáticas do vídeo, além de proporcionar uma visão crítica sobre a linguagem audiovisual, atualmente de extrema importância na transmissão de conhecimento com a televisão e o cinema. O trabalho

apresentou o processo de produção em vídeo em todas as suas etapas, desde a escolha do tema a ser abordado até a finalização gráfica, passando pelo roteiro, filmagem e entrevistas, decupagem, montagem e edição.

A oficina teve carga horária de 16 horas para cada uma das três turmas de professores, em três turnos: manhã, tarde e noite. O trabalho, essencialmente prático, resultou na produção de uma série do mudo. Foram debatidas, durante a produção, as questões teóricas e as possibilidades de construção de discurso utilizando os recursos audiovisuais, como textos, sons, imagens e efeitos gráficos.

O cronograma da oficina foi dividido em quatro dias. No primeiro módulo, foram feitas as apresentações pessoais e dos vídeos produzidos pelo RUA, incluindo um programa mudo que serviu de modelo para o trabalho. Foram discutidos os recursos e escolhas da linguagem do mudo, considerando as possibilidades audiovisuais. Em seguida, os professores participantes da oficina debateram e definiram os temas a serem abordados e foi elaborado um roteiro de questões que norteariam as entrevistas e a captação de imagens. Ainda, no primeiro dia, foi feito um exercício de sensibilização com o equipamento de filmagem.

No segundo dia, os participantes da oficina se dividiram em dois grupos: um se ocupou de fazer imagens relativas ao assunto e o outro se dedicou às entrevistas com pessoas do centro da cidade. Em seguida os professores iniciaram a decupagem das entrevistas — seleção dos trechos a serem disponibilizados para a montagem na ilha digital.

No terceiro dia, finalizou-se a decupagem das entrevistas e imagens e iniciou-se a edição, sempre com os participantes da oficina dirigindo o processo e os integrantes do RUA manipulando a ilha de edição.

A edição terminou no quarto dia, com a inserção dos efeitos gráficos, textos e imagens relacionadas às entrevistas. O desenvolvimento e aproveitamento da oficina foram distintos nos três diferentes turnos. A turma da manhã foi participativa e atuou efetivamente na direção e produção do programa que tem como tema os idosos. O cronograma proposto foi cumprido.

No turno da tarde, o interesse também foi grande e o cronograma foi igualmente cumprido, com a produção de um programa sobre a revitalização da Praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte.

No turno da noite, o trabalho foi mais lento devido à dificuldade em se definir um tema considerando as restrições para filmagem e entrevistas à noite no hipercentro de Belo Horizonte. No segundo dia, definiu-se como assunto a prostituição, o debate em torno de sua legalização e a moralidade envolvida. Foram tentadas entrevistas pelo telefone com as profissionais do sexo, mas não houve sucesso. No terceiro, dia decidiu-se entrevistar pessoas na rua e no próprio Centro Cultural UFMG, sobre o assunto. Iniciou-se a decupagem, finalizada no quarto dia, quando também foi feita a grande maioria da edição. No entanto, o trabalho não terminou com a direção dos participantes da oficina. A deficiência apresentada na turma da noite deveu-se, principalmente, ao cansaço dos integrantes do RUA, após ministrarem os dois primeiros turnos e dos professores participantes, depois de um dia de trabalho.

Conclusões

A abordagem deste projeto conduz a um encontro de especial subjetividade com a cidade, onde podemos olhá-la como cidade vivida, interiorizada e projetada por grupos sociais que a habitam e, com suas relações de uso, não só a percorrem como também intervêm nas formas de circulação e nos sentidos determinados de fluxos criando outros e redirecionando-os. Neste trabalho levamos em conta os modos sociais de produção de sentidos próprios da cidade.

Neste projeto tomamos a rua como espaço privilegiado de resgate da experiência da diversidade, possibilitando a presença do forasteiro, o encontro entre desconhecidos, a troca entre diferentes, o reconhecimento do semelhante, a multiplicidade de usos e olhares. Este é o espaço que se opõe àquele do domínio privado da casa. Não se trata aqui da rua espaço destinado ao fluxo, mas a rua que se transforma em moradia, em itinerário de posição, em local de protesto, passeata e fruição em dia de festa. É a rua vitrine, palco, lugar de trabalho e ponto de encontro. Não se trata da rua em sua materialidade, mas sim da experiência da rua, da rua viva em sua experiência.

Nas ruas ocorrem inúmeros eventos. Nesse trabalho, alguns desses eventos são apresentados a partir da indicação de seus possíveis encadeamentos e relações, referenciando-os no tempo e no espaço. Tudo o que acontece nas ruas é imediatamente compreensível, ainda que nem sempre se apresente em uma sequência de fatos lineares e transparentes. Muito do que se passa na rua foge à familiaridade.

A rua se torna, com frequência, o lugar da novidade, do inesperado. Para isso, contribui o fato de ser a rua o lugar por excelência do outro. Estamos falando aqui do estranho — o outro na sua forma mais radical — e também do outro concebido como aquele com quem mantemos relações sociais. A rua é o lugar onde se dá o social também como espetáculo. Um espetáculo que permite assumir certas identidades, desempenhar determinados papéis e, até certo ponto, escolher os enredos dos quais se participa. É o palco por excelência do social. Os diferentes contextos (calçadas, esquinas, janelas, muros, etc.) podem ser recortados como palcos ou platéias. Quer dizer, o que se vê e de onde se vê.

Temos assim uma interação entre a topologia do espaço, os trajetos desenhados pelo percurso dos usuários da cidade e os signos que vão sendo inscritos nos suportes urbanos. Pensamos assim em uma escrita da cidade enquanto um conjunto de textos que atuam na vida dos cidadãos. E, finalmente, na constituição de um “diálogo público” onde o espaço físico é preenchido por um vocabulário que se declina a partir de diferentes ‘lugares’ e de variadas práticas. Como essas práticas são relacionais, pois se desenvolvem sob um espaço comum, sua interpretação depende do contexto no qual se inscrevem. Igualmente, elas são orientadas segundo a localização; todavia, ao mesmo tempo em que esses lugares modificam o sentido das práticas, eles são simultaneamente transformados por elas.

Assim, a rua pode ser vista como lugar do encontro e da comunicação, lugar da cena pública onde se desenrolam a diversidade, os conflitos, as práticas e os imaginários sociais compartilhados, as possibilidades de diálogos. Algumas dessas ruas se constituem em espaços públicos que congregam toda a carga simbólica da imagem de uma cidade e de suas formas de sociabilidade.

Referências bibliográficas

- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CARR, S. et al. *Public space*. New York: Cambridge University Press, 1992.
- CERTEAU, H. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GOMES, P. C. da C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GUATTARI, F. *Caosmos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- JACOBS, J. *Vida e morte das grandes cidades americanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACQUES, F. Consensus et conflit: une réévaluation. In: PARRET, H. (Org.). *La communauté en paroles: communication, consensus, rupture*. Liège: Mardaga, 1991.
- MAGNANI, J. G. C. *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*. Disponível em: <www.aguaaforte.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2000.
- ORLANDI, E. P. (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: [s.n.], 2001.
- RODRIGUES, A. *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Presença, 1994.
- SANTOS, M. Das modas ao modo: trajetórias da geografia humana. *Revista Sexta-Feira*, n. 3, out. 98.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SARLO, B. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- SENNET, R. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- _____. *La ville à vue d'oeil*. Paris: Plon, 1992.

- **Comunicação cidadã: projeto de assessoria a entidades populares e instituições voltadas para projetos de mídias comunitárias**

Valdir de Castro Oliveira, Professor Titular do Departamento de Comunicação Social.
Coordenador do Promic

Gilmar José dos Santos, Professor Assistente do Departamento de Comunicação Social.
Coordenador do Projeto Comunicação Cidadã

Zuza do Valle Nacif, Aluno do curso de Graduação em Comunicação Social e bolsista do projeto

Rúbia Guimarães Piancastelli, Aluna do curso de Graduação em Comunicação Social

Sara Abreu da Mata Machado, Aluna do curso de Graduação em Comunicação Social

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

A comunicação é um fator-chave de sucesso para qualquer organização atingir os seus objetivos. Portanto, as ações comunicacionais devem ser desenvolvidas em nível estratégico, baseadas em um planejamento consistente. O projeto tem como objetivo assessorar entidades voltadas para a promoção da cidadania a desenvolver projetos de comunicação para mobilização social e para a divulgação de seus produtos. Metodologicamente, reuniões, visitas e pesquisas embasam uma análise dos problemas de comunicação das entidades, fundamentando um diagnóstico. Em seguida, as entidades são assessoradas na formulação de planos de comunicação – definição de objetivos, metas e ações táticas. O Comunicação Cidadã não produz peças de comunicação, mas atua também intermediando as demandas específicas das entidades parceiras por serviços de comunicação a terceiros. Os principais resultados alcançados foram a formalização de parcerias com quatro entidades, cinco em processo de captação e um projeto concluído. Os projetos já formalizados estão em fase de análise e, dado o tempo de existência do projeto, nenhum plano de comunicação foi executado. Então, nota-se uma sensibilização dessas entidades para a importância estratégica da comunicação e uma mudança de postura em relação a tal atividade.

Palavras-chave: comunicação, cidadania, assessoria de comunicação

Introdução

O Programa de Apoio e Capacitação de Mídias Comunitárias – Promic é um projeto de extensão vinculado ao Departamento de Comunicação Social da UFMG que conta com mais três projetos, além do Comunicação Cidadã: “Mídia em pauta”, “Literatura nas ondas do rádio” e “UFMG Repórter”.

O projeto Comunicação Cidadã teve início em março de 2004 e nasceu a partir da demanda de entidades voltadas para a promoção da cidadania, que viam na comunicação um recurso para lhes auxiliar na consecução de seus objetivos. Segundo diagnóstico feito pelas

próprias entidades, a área da comunicação estaria defasada em suas instituições, sendo necessário um auxílio que permitisse solucionar os problemas apresentados nessa área.

Dentro dessa perspectiva, o Comunicação Cidadã visa a atender as instituições voltadas para a promoção da cidadania que tenham identificado a necessidade de aperfeiçoar e melhorar sua capacidade de planejamento, difusão de informações, mobilização e melhoria das peças comunicacionais com as quais trabalham ou são instadas a trabalhar.

Partiu-se do princípio que são entidades que enfatizam a luta pela melhoria das condições de vida da população a que assistem e promovem ações de cunho solidário e voltadas para o interesse coletivo.

Assim, além de atuar na formação e na capacitação de comunicadores populares, o Projeto pretende atuar na assessoria de ONG's ou organizações populares e instituições que, direta ou indiretamente, buscam formas de mobilização dos seus públicos na perspectiva da cidadania e de ações sociais solidárias, utilizando a comunicação como um recurso pedagógico ou de divulgação.

O Comunicação Cidadã é composto por um grupo de cinco alunos de Comunicação, orientados pelo Prof. Gilmar José dos Santos. O objetivo principal é assessorar as entidades parceiras a traçar planos de comunicação estratégica — desde a realização de diagnósticos para delimitar os problemas de comunicação que dificultam o alcance dos seus objetivos, até a proposição de ações de comunicação, visando a solucionar os problemas encontrados, sendo sua execução, quando necessária, encaminhada a parceiros que possam competentemente realizá-la.

Objetivos

Objetivo geral

Assessorar entidades voltadas para a promoção da cidadania a desenvolver projetos de comunicação para mobilização social e para a divulgação de seus produtos.

Objetivos específicos

- despertar nas entidades assistidas a necessidade de se investir de modo mais eficiente nos processos comunicacionais;
- contribuir para o planejamento e o desenvolvimento de atividades comunicacionais das entidades parceiras;
- melhorar os instrumentos comunicacionais utilizados pelas entidades parceiras;
- montar oficinas de comunicação com a finalidade de capacitar comunicadores populares para promover ações comunicacionais, que atendam à demanda da entidade parceira;
- promover oficinas de planejamento de comunicação (análise, diagnóstico, planejamento e avaliação);
- promover diagnósticos sobre os públicos e os problemas apresentados, na área de comunicação, das entidades envolvidas;
- avaliar a atuação das entidades assistidas, através de pesquisas com o público e outras ferramentas;

- assessorar os trabalhos de comunicação interna nas instituições;
- permitir que tais entidades atinjam um nível de competência no planejamento dos seus processos comunicacionais, utilizando a comunicação como fator estratégico para a promoção da cidadania;
- utilizar o conhecimento produzido dentro na Universidade para gerar impacto positivo junto à comunidade extramuros, via entidades parceiras;
- criar uma aproximação entre as entidades parceiras e a universidade;
- melhorar os processos de aprendizado dos alunos envolvidos permitindo-lhes aplicar as teorias aprendidas no curso e aprofundá-las através de aplicações práticas.

Metodologia

A partir de reuniões, visitas e pesquisas junto às entidades, é feita uma análise dos problemas de comunicação destas, que embasam um diagnóstico. Em seguida, os integrantes do Comunicação Cidadã assessoram as entidades a traçar planos de comunicação estratégica, orientando-as 1) na definição dos objetivos 2) estabelecendo metas e 3) propondo ações táticas. O Comunicação Cidadã não produz peças de comunicação, mas atua também intermediando as demandas específicas das entidades parceiras por serviços de comunicação junto a prestadores de serviços.

Os projetos de parceria são captados pelos coordenadores, que explicam os objetivos do Comunicação Cidadã oralmente e/ou através de uma carta de apresentação. A partir da captação das demandas, os coordenadores reúnem-se com os alunos e são definidas as formas mais adequadas de se obterem as informações relativas à potencial entidade parceira. Reuniões com os seus dirigentes, visitas in loco e pesquisas junto aos seus integrantes e público-alvo são os métodos mais empregados, geralmente envolvendo os estagiários. Esses contatos preliminares têm como objetivo permitir aos estagiários conhecer a realidade de cada instituição, através de um atendimento planejado e direcionado às demandas específicas. As reuniões para tal fim são realizadas tanto na universidade quanto na sede da instituição, promovendo um intercâmbio entre essas duas realidades.

Um rigoroso trabalho de registro de informações é realizado, visando a sistematizar o trabalho de análise situacional da entidade parceira:

- todo contato com as entidades é registrado em relatórios de visita, para controle e organização, tanto por parte do projeto quanto da instituição parceira;
- as entrevistas gravadas são transcritas e arquivadas, o mesmo ocorrendo com os questionários estruturados. Além disso, são registrados o nome, a profissão, a idade, o cargo etc. de todos os entrevistados;
- é elaborado um organograma simplificado da entidade, com a lista dos principais dirigentes e responsáveis pelos contatos com o Comunicação Cidadã;
- são registradas quaisquer observações decorrentes de reuniões com os parceiros ou visitas in loco;

- é realizada leitura, discussão e arquivamento de material apresentado pelas entidades, bem como análise de peças comunicacionais e da comunicação interna.

As observações de cada reunião são discutidas em sala pelos alunos e professores, no intuito de traçarem um diagnóstico que possa servir de base para o planejamento de ações comunicacionais do parceiro atendido.

Todas as decisões e soluções são tomadas em conjunto com o parceiro, pois entende-se a comunicação como um fator-chave de sucesso, instituinte de um processo estratégico que não se restringe apenas aos meios de comunicação, mas que vai além, chegando à comunicação interpessoal. Assim, pretende-se apresentar projetos e planos que devam ser seguidos e entendidos pelos componentes da entidade. Os processos são conduzidos de tal modo que eles percebam seus problemas e encontrem soluções para os mesmos, pois dessa maneira, eles é que implantarão as ações e/ou modificações em seus projetos de comunicação interna e externa, avaliando a melhor forma de implantá-los.

Durante esse curto tempo de existência do projeto já foram desenvolvidas ações tais como oficinas e seminários (oficinas de rádio, de mídias comunitárias, de comunicação interna, de jornalismo e seminários sobre controle social) que possibilitam a capacitação de comunicadores populares e o uso consciente e crítico das várias formas de se comunicar. Isso requer a análise do melhor meio de conduzir cada etapa do processo, a melhor maneira de se desenvolver cada oficina e o seu conteúdo, bem como toda sua organização, divulgação, coordenação e análise dos resultados obtidos com as mesmas.

Ao término de cada etapa é realizada, juntamente com os componentes da instituição e com os órgãos envolvidos, uma avaliação da eficácia dos métodos utilizados e os resultados obtidos. Assim, a própria entidade torna-se capaz de avaliar suas ações não apenas de comunicação, mas em todas as suas áreas de atuação.

O Comunicação Cidadã se disponibiliza para discutir não apenas problemas de comunicação, mas todos os problemas apresentados pela entidade ou percebidos em visitas/reuniões, que de alguma forma se instituem como obstáculo para que ela possa atingir o fim a que se propõe. Para tanto, buscam-se parcerias que possam resolver tais problemas, o que permite a introdução de um novo olhar na entidade, permitindo o seu aprimoramento e sua preparação para uma melhor execução de seus projetos.

Resultados e discussões

O Comunicação Cidadã tem formalizadas parcerias com quatro entidades, cinco em processo de captação e um projeto concluído.

Como projeto concluído, o Comunicação Cidadã estabeleceu parceria com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais para a promoção de um curso sobre Comunicação, Mobilização Social e Cidadania que contou com 50 participantes entre estudantes, profissionais da comunicação e líderes comunitários.

A seguir são apresentados três casos de parceiros atendidos cujas parcerias já foram

formalizadas e dois em andamento, ilustrando melhor o trabalho desenvolvido pelo Comunicação Cidadã.

Conselho Municipal de Saúde de Brumadinho

E-mail: consaude@brumanet.com.br – Tel: 35713020 – R: 232

Parceiro atendido desde 27 de abril de 2004

O Conselho Municipal de Saúde de Brumadinho é um órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde – SUS, criado em 1991, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Saúde. Consubstancia a participação da sociedade organizada na administração da Saúde, propiciando o controle social.

É um órgão deliberativo que deve propor, planejar e fiscalizar as ações da Secretaria Municipal de Saúde. É livre para promover campanhas e é dotado de regimento interno que organiza suas comissões permanentes (fiscalização, executiva e comunicação) e reuniões.

O conselho visa abranger aproximadamente 50 localidades do município, o que representa uma população (cerca de 26 mil habitantes) muito dispersa e heterogênea.

A forma fixa de manter relacionamento com a comunidade se dá através de reuniões ordinárias, que são abertas, porém voltadas para o encontro com os conselheiros.

O Conselho Municipal de saúde de Brumadinho solicitou a parceria com o Comunicação Cidadã, pois percebia que não possuía o apoio da população que representava. Assim, pretendia desenvolver ações que dessem visibilidade ao conselho e apoio popular, para que ele pudesse contar com o respaldo da comunidade nas pressões diante da Secretaria Municipal de Saúde da cidade.

Durante os encontros realizados percebeu-se que havia problemas de comunicação interna, externa e de outras naturezas, como cultural, administrativa, pessoal, organizacional etc.

Diagnóstico

Frágil relação com a população — público que representa. Há pouca participação social nas reuniões do Conselho; os conselheiros têm pouco contato com a população que deveriam representar e sabem pouco de suas necessidades. Há poucas formas de diálogo com os moradores, que muitas vezes não entendem a função do Conselho. A maioria das pessoas que participam apenas levam problemas, como a dificuldade em conseguir consultas, e não propostas. Muitos ainda vêem o Conselho como pessoas que ficam se reunindo, sem decidir ou fazer algo de concreto. Com isso, o órgão deixa a desejar em sua função propositiva, havendo poucas propostas de políticas públicas, já que os conselheiros possuem pouco contato com as bases e a população, de um modo geral, não reconhece o Conselho como um instrumento social do qual podem participar para obter resultados na área da saúde. Não existem ações estruturadas e planejadas para socializar as informações dentro do conselho. A relação do Conselho com a Secretaria Municipal de Saúde é precária, ficando muitas vezes apenas no plano informal, sem nenhum registro ou ação efetiva. As ações comunicacionais são todas elas informais. Muitos

conselheiros não sabem ao certo a real função do Conselho e a maioria de seus componentes o percebe como um órgão cuja obrigação é apenas a de fiscalizar, o que se confirma em suas ações.

Resultados esperados

Decidiu-se, juntamente com o Conselho, que seria necessário desenvolver, em um primeiro momento, ações de comunicação interna paralelas às de comunicação externa. As ações de comunicação interna teriam o objetivo de possibilitar que os conselheiros tomassem consciência da real função do órgão que constituem e analisar se o Conselho cumpre sua função social.

Para as ações de comunicação externa, seriam realizadas oficinas que capacitassem pessoas para a execução de spots radiofônicos, tendo em vista que a rádio comunitária foi detectada como o meio de maior identificação da população na cidade. Outras ações de comunicação externa também serão realizadas, como o desenvolvimento de um jornal do Conselho e outras ações, das quais se está ocupando no momento.

Com as ações de comunicação interna pretende-se conscientizar os conselheiros do papel que cabe ao Conselho desempenhar dentro desta comunidade específica, contribuindo para que eles sejam membros ativos da mesma, principalmente no que diz respeito à saúde. Nos seminários que serão realizados pretende-se capacitá-los para que eles possam indicar a melhor maneira de estabelecer a comunicação interna, propiciando uma maior circulação de informação dentro do Conselho. O intuito é fazê-los perceber que são capazes de atingir os objetivos traçados por eles para atender não apenas os deveres do Conselho, como também os anseios, na área de saúde, da população em questão. Será necessário encontrar um meio adequado de estabelecer um canal de comunicação eficaz entre os conselheiros e a população que representam.

Com as ações de comunicação externa pretende-se mostrar à população que não adianta reclamar, pois o Conselho tem a “cara” da população. Assim, as pessoas têm de saber qual a verdadeira função do Conselho para, além de cobrar mais ação — o que servirá também como estímulo para os conselheiros que se sentirão cobrados, saber de quem realmente se deve cobrar ou para quem se deve sugerir alguma ação. Aqui, deve-se indicar à população a melhor forma de se comunicar com os conselheiros, que devem estar preparados para isso.

Cedefes

Centro de Documentação Eloy Ferreira

Parceiro atendido desde 20 de abril de 2004

O objetivo do Cedefes é promover a informação, a formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais.

O nome escolhido para o Centro, fundado em 1985, é uma homenagem a Eloy Ferreira da Silva, trabalhador rural e sindicalista, assassinado em 16 de dezembro de 1984, no Vale do São Francisco, Minas Gerais.

A documentação do órgão é construída com um sentido básico de educação e formação social e política dos trabalhadores rurais, povos indígenas, grupos e organizações populares e sujeitos escolares como alunos e professores das escolas de todos os níveis, sobretudo da região de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité e Betim.

Ao longo dos anos, o Cedefes veio priorizando dois temas centrais: a questão da terra e a questão indígena, sobretudo em Minas Gerais. A questão agrária vem se agravando no Brasil a cada ano e hoje, certamente, os movimentos sociais do campo são um dos mais importantes focos de resistência à avalanche de dominação econômica e à apatia política que caracterizam a conjuntura nacional e global. A questão indígena foi se constituindo aos poucos na entidade, que hoje tem já uma tradição de trabalho nessa área, sendo o único centro de documentação voltado para o resgate, registro e preservação da história dos povos indígenas, em Minas Gerais.

Recentemente, o Cedefes começou a desenvolver atividades mais específicas na área da educação, entendidas como atividades de formação, discussão e conscientização das pessoas do povo, crianças, jovens e adultos, em experiências que facilitem o aprendizado de um modo de convivência mais democrático e justo, em que as pessoas sejam mais atentas e respeitadas consigo e com os outros. Também faz parte de uma história mais recente do centro uma aproximação maior a temas relativos aos afrobrasileiros.

O Cedefes conta com uma biblioteca (revistas, jornais, livros e textos dos movimentos sociais e entidades), hemeroteca (recortes e classificação de materiais jornalísticos desde 1985 e manutenção de arquivos da mídia eletrônica, desde 1999), mapoteca, coleção de cartazes, serviços de orientação e consulta em sua sede e empréstimos de partes do acervo.

Há ainda a produção de uma revista, um site e um folder.

O Cedefes trabalha com um público diversificado e heterogêneo. Com o trabalho do Comunicação Cidadã, a entidade pretende melhorar seus produtos de comunicação e desenvolver ações que possibilitem uma maior utilização de seu acervo por parte da população e, com maior visibilidade, obter apoio financeiro para melhor execução de seus projetos.

Diagnóstico

O público a que o Cedefes se dirige é muito amplo e diversificado. Abrange várias lideranças de movimentos sociais em Minas Gerais — estudantes e professores do ensino médio e universitário, militantes ligados aos temas sociais — principalmente os que têm como preocupação a questão do índio e da terra no estado. Dessa maneira, os produtos de comunicação da entidade se dirigem a diferentes públicos. Porém, não se tem controle de qual público é atingido com cada ação.

Os produtos comunicacionais não se apresentam em conformidade com os objetivos da entidade, que já detectou isso.

A identidade visual mostra-se confusa, apagada e muitas vezes fora da proposta do parceiro em questão.

Resultados esperados

Pretende-se determinar qual a melhor ação comunicacional para cada público que o Cedefes pretende atingir. A partir daí, será estabelecida uma parceria com a CRIA, empresa júnior do curso de Comunicação Social da UFMG, para uma reformulação da identidade visual da entidade e de suas peças de comunicação.

Após a realização de uma campanha de divulgação da entidade, espera-se um incremento significativo no uso de seu acervo. Portanto, busca-se estabelecer novas parcerias para o Cedefes, como por exemplo com a comissão estadual que está reformulando o complexo da praça da Liberdade na cidade de Belo Horizonte. Essa comissão pretende dar suporte para que todas as entidades que, de certo modo, guardem a memória de Minas Gerais, possam se transferir para o complexo da praça, oferecendo condições mais adequadas para o desenvolvimento de seu trabalho. Isso daria maior visibilidade ao projeto, bem como facilitaria a obtenção de recursos para financiar as mudanças em seus produtos de comunicação. Os contatos para a parceria já se iniciaram, tendo despertado grande interesse na comissão de reformulação da praça.

CEI

Centro de Ecologia Integral

Parceiro atendido desde 18 de maio de 2004

Rua Bernardo Guimarães, 3101 - Salas 204 a 207 - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG
Brasil. CEP 30140-083, Telefone: (31) 3275-3602 , E-mail: ceimg@uai.com.br

O Centro de Ecologia Integral – CEI é uma organização não-governamental, sem fins econômicos, que tem como principal finalidade trabalhar por uma cultura de paz e pela ecologia integral, apoiando e desenvolvendo ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, da sociedade e do meio ambiente, através de atividades que promovam a ecologia pessoal, a ecologia social e a ecologia ambiental.

A ecologia pessoal visa à saúde física, emocional, mental e espiritual do ser humano como estratégia fundamental para o desenvolvimento da paz e da ecologia integral.

A ecologia social busca a integração do ser humano com a sociedade, o exercício da cidadania, da participação e dos direitos humanos, a justiça social, a simplicidade voluntária e o conforto essencial, a escala humana, a cultura de paz e não-violência, a ética da diversidade, os valores universais, a inclusividade, a multi e a transdisciplinariedade.

A ecologia ambiental objetiva a integração do ser humano com a natureza facilitando o processo de transformação no sentido da redução do consumo e do desperdício, do incentivo à reutilização e à reciclagem dos recursos naturais, bem como da preservação e defesa do meio ambiente e de sociedades sustentáveis.

O Comunicação Cidadã atende a uma demanda pontual do CEI, que é a radiofoniação da revista Ecologia Integral, produzida pela entidade para ser distribuída para aproximadamente 100 rádios comunitárias espalhadas não apenas em Minas Gerais, mas por todo o Brasil. Através de outros dois subprojetos do Promic — UFMG Repórter e Literatura nas ondas do

rádio — o Comunicação Cidadã estudará a melhor forma de tal ação ser executada, assim como a formação de um núcleo específico para tender a esta demanda.

O CEI ocupará somente quinze minutos de uma fita K7 que será distribuída via Correio. Será realizado um estudo para se determinar a melhor maneira de se preencher o restante da fita. Dentre as alternativas consideradas estão o desenvolvimento de um novo programa, a distribuição dos contos adaptados para o rádio pela Literatura nas ondas do rádio ou a distribuição de programas de radiojornalismo produzidos pelo UFMG Repórter.

Parcerias em andamento

Conselho Comunitário de Segurança Pública de Brumadinho cuja parceria visa dar suporte ao planejamento da comunicação e possibilitar maior visibilidade do Conselho junto à comunidade.

Artebom – Associação dos Artesãos de Bom Despacho demanda em fase de captação, que visa ao desenvolvimento de ações de comunicação externa divulgando o trabalho dos artesãos dessa cidade mineira e organizando seminários que possam capacitá-los para a plena execução de suas atividades. Com essa demanda pretende-se estabelecer parcerias com a Escola de Belas Artes da UFMG, para um aprimoramento da arte produzida, e com a UFMG Consultoria Jr., empresa júnior do curso de Administração da UFMG, para atender às necessidades administrativas. Esse projeto tem potencial para ser estendido a outras entidades da cidade, como a Cooperativa das Costureiras de Bom Despacho.

Conclusão

O pouco tempo de existência do projeto não permite uma avaliação dos impactos gerados nas instituições atendidas e nos públicos que elas atendem. No entanto, percebe-se em todas elas uma nova percepção do papel estratégico da comunicação para atingir os seus objetivos. Elas percebem a importância de se investir de forma sistemática e planejada em comunicação para facilitar o cumprimento de sua função social.

Embora ainda não haja resultados quanto à contribuição da comunicação sobre o impacto dessas instituições na sociedade, há expectativa de que essa relação seja positiva. Para tanto, todos os projetos incluirão uma fase de avaliação que permitirá quantificar diversas variáveis de desempenho das ações promovidas tais como: participação popular nos projetos das entidades, contribuição das instituições para a causa que elas defendem, o nível de conhecimento que o público-alvo tem da instituição e o apoio que ela recebe da sociedade.

Dessa forma, a comunicação estará contribuindo para a formação de cidadãos ativos que contribuam não apenas dentro da instituição da qual fazem parte, como também em outras instâncias sociais que forem solicitados. Isso permite a criação de uma dinâmica social em que os cidadãos tenham um papel ativo na transformação de sua realidade.

Referências bibliográficas

- BAITELLO JR., N. A cultura do ouvir. In: ZAREMBA, L.; BENTES, I. *Rádio nova: constelações da radiofonia contemporânea*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, Publique, 1999. p. 53-69.
- BAPTISTA, P. R. T. *Nas ondas do rádio: um estudo da construção do enquadre pessoal*. 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte.
- BIANCO, N. R. Del; MOREIRA, S. V. *Rádio no Brasil: tendências e perspectivas*. Rio de Janeiro, Eduerj, UnB, 1999.
- BLOIS, M. M. O rádio no Brasil: reserva e ocupação dos canais educativos em FM. *Revista Comunicação*, n. 33, p. 12-15.
- COELHO NETO, A. *Rádio comunitária não é crime: direito de antena; o espectro eletromagnético como um bem difuso*. São Paulo: Ícone, 2002.
- COGO, D. M. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- COSTA, M. T. P. da. *A justiça em ondas médias: o programa Gil Gomes*. Campinas: Unicamp, 1992.
- COULON, A. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ESCHENBACH, J. *Radiodifusión para la innovación*. Quito, Equador: Ciespal, 1978. (Coleção Intiyan).
- MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARCUSCHI, L. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).
- MARTINS, F. *Senhores ouvintes, no ar... a cidade e o rádio*. Belo Horizonte: C/Artes, 1999.
- OLIVEIRA, V. de C. *O mimetismo da realidade nos discursos da comunicação para o desenvolvimento rural: a experiência da Rádio Guarani de Belo Horizonte*. 1984. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia; Campus de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.
- _____. Rádios comunitárias, esfera pública e cidadania. In: CONGRESSO DA COMPÔS, Recife, 2003. *Anais*. Recife: Compôs, 2003.
- PAIVA, V. A. A mensagem radiofônica: o acontecimento (re) significado. In: MOUILLAUD, M.; DAYRELL, S. P. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 551-572.
- SENAC. *A vida com a TV: o poder da televisão no cotidiano*. São Paulo: Senac, 2002.
- SILVEIRA, P. F. *Rádios comunitárias*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- TYS, H. Rádio no Brasil. *Revista Comunicação: teoria e prática*. Rio de Janeiro, a. 7, n. 25, p. 3-12, 1978.
- ZUMTHOR, P. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

• Crítica de mídia e formação da cidadania

Valdir de Castro Oliveira, Doutor em Ciências da Comunicação e Coordenador do projeto

Fernanda Aguiar de Araújo, Estudante de Comunicação Social e bolsista do projeto

Thaís de Almeida Maia, Estudante de Comunicação Social e bolsista do projeto

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

Este artigo discute a importância de um programa de crítica de mídia, intitulado Mídia em Pauta, produzido por estudantes e professores do Departamento de Comunicação Social na TV Comunitária de Belo Horizonte, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG. O programa é produzido semanalmente e veiculado três vezes por semana. O objetivo principal do projeto é propiciar e levar ao telespectador do canal informações críticas sobre o funcionamento da mídia e sua importância no contexto social, cultural e político brasileiro como pressuposto para o desenvolvimento da cidadania. O projeto conta com a participação de 29 alunos e professores do curso/Departamento de Comunicação Social, além de contar com a participação indireta da população através de técnicas de interação, como enquetes realizadas nas ruas e correspondências eletrônicas. No ano de 2004 já foram produzidos 20 programas semanais. Somados aos 48 programas produzidos no ano de 2003, esse número passa para 68. Até o final do ano a expectativa é de que sejam produzidos mais 26 programas. O projeto é de extrema importância para a formação cidadã não só dos telespectadores, mas também dos alunos nele envolvidos enquanto um projeto de extensão.

Palavras-chave: mídias comunitárias, televisão, cidadania

Introdução e objetivos

O contexto desse projeto é o campo das mídias comunitárias, objeto de pesquisa e de práticas do Promic. Segundo John Downing (2002) este campo é voltado para um enfoque alternativo aos conteúdos e às formas de organização da mídia convencional, principalmente daquela que se caracteriza como comercial. Para Downing, essa mídia tende a ser de pequena escala e democrática em sua gestão, além de permitir uma interação maior entre produtores e receptores. Mas para que isso ocorra, segundo o autor, é necessário que a mídia comunitária se conscientize de seu papel e abra espaços para novos formatos de programas, independente de gerar ou não lucros para os veículos que a constituem, como o rádio e a televisão comunitários.

Foi nessa perspectiva que o subprojeto Mídia em Pauta foi desenvolvido na TV Comunitária de Belo Horizonte cujo compromisso com o público manifesta-se através de temas e assuntos que fazem parte da agenda pública e, principalmente, da agenda popular. Embora não se dirija a uma audiência específica e geograficamente delimitada por comunidades ou bairros de Belo Horizonte, a TV Comunitária tem como prática auscultar a sociedade civil organizada

— como entidades e associações comunitárias — atendendo seus pedidos para enfocar temas e formatos de programação, além de estabelecer parcerias com entidades voltadas com a promoção da cidadania na cidade, como a parceria mantida com o Promic da UFMG.

E o que justifica um programa como o Mídia em Pauta? A primeira, como apontou Sérgio Costa, tem a ver com a centralidade conferida aos meios de comunicação de massa que interferem no cotidiano social e demandam do cidadão uma interpretação cada vez mais crítica acerca da estética e dos conteúdos por eles transmitidos. É por esta razão que os instrumentos de comunicação (rádio, tv, impresso, internet) são disputados por aqueles que querem “moldar as preferências” das massas que os vêem, escutam ou lêem.

A segunda tem a ver com as formas organizativas da mídia no Brasil cuja principal característica é o monopólio da mídia por parte de algumas empresas, gerando, em consequência, também o monopólio da fala.

É contra este tipo de situação que surge a TV Comunitária de Belo Horizonte e a busca de parcerias com entidades culturais para viabilizar formas alternativas de mídia no espaço público brasileiro. Apesar de modesta contribuição, a resposta do Promic à solicitação da TV Comunitária foi a produção do programa Mídia em Pauta, como uma atividade de extensão do curso/Departamento de Comunicação Social, objeto de avaliação desse trabalho.

O Mídia em Pauta é um programa semanal de crítica de mídia, produzido por estudantes e professores do curso/Departamento de Comunicação Social da UFMG. Ele é exibido na TV Comunitária, canal 13, de Belo Horizonte (Net e Way TV). Trata-se de um subprojeto do Promic – Programa de Apoio, Melhoria e Capacitação das Mídias Comunitárias, programa de extensão da universidade coordenado pelo professor Valdir de Castro Oliveira e dirigido pelas respectivas bolsistas, Fernanda Aguilár e Thaís Maia.

Os temas discutidos são os mais variados possíveis dentro do universo da mídia — impressos, rádio, TV e internet — assim como o relacionamento desta com a comunidade. O Mídia em Pauta configura-se como um espaço de debate entre especialistas, profissionais da área e estudantes acerca de um recorte temático.

No atual formato, participam do programa dois convidados — especialistas e estudiosos do tema — e um estudante de Comunicação Social da UFMG, que faz parte da equipe de voluntários do programa. A discussão é mediada por uma das bolsistas, também aluna do curso. Precedendo a gravação do programa, os estudantes envolvidos, com a supervisão do professor, participam primeiramente da discussão coletiva da pauta e, para participar como entrevistador, o estudante deve, obrigatoriamente, ter participado da elaboração da pauta e pesquisado o assunto do programa em que ele estará presente. Durante o programa, cabe a ele levantar questões para os convidados e intervir no debate, além de acrescentar dados, curiosidades e informações adicionais ao assunto.

Quanto ao apresentador e condutor do programa, a função principal é a de mediar e direcionar as perguntas para os convidados, tornando a discussão mais clara e mais didática para o telespectador. Este apresentador também faz a abertura e introduz cenas externas feitas pelos alunos que participam da produção do programa. O apresentador também é responsável por

aproveitar ganchos nas falas dos convidados e estimular o debate com o objetivo de criar um clima de proximidade com o telespectador, incentivando a interatividade e levando-o à reflexão.

Cabe aos convidados dar sua opinião a respeito do tema discutido e, em seguida, serem argüídos pelos entrevistadores.

Em oito de junho de 2004, o programa estreou um novo formato, com três blocos de nove minutos e intervalos de um minuto e 30 segundos entre eles. O tempo total do programa é de 30 minutos. O antigo formato era composto por dois blocos de 14 minutos e um intervalo de dois minutos entre eles.

O primeiro bloco possui um caráter introdutório e geral a respeito do tema. Seus nove minutos são distribuídos da seguinte maneira:

	Tempo Estimado	Definição
Abertura	40 segundos	Texto falado pelo mediador em que apresenta o tema e os participantes.
Externa 1	Máximo 1min 20s	Nota coberta: matéria sobre o assunto feita com imagens e texto narrado em off. Seu caráter deve ser ilustrativo e introdutório.
Debate	7 minutos	Jogo de questionamentos e opiniões entre os participantes.

O segundo bloco é o espaço para opiniões e questionamentos da população. Com base nas perguntas e idéias das pessoas nas ruas da cidade, o tema deve ser aprofundado. Seus nove minutos são distribuídos da seguinte maneira:

	Tempo Estimado	Definição
O Povo Pergunta	20 segundos	A pergunta é feita diretamente por uma pessoa que está em algum ponto da cidade. Os dois convidados respondem.
O Povo Fala	Máximo 1 minuto	Opinião das pessoas nas ruas da cidade sobre o tema proposto.
Debate	7min 40s	Jogo de questionamentos e opiniões entre os participantes.

O terceiro bloco possui um caráter conclusivo. Seus nove minutos são distribuídos da seguinte maneira:

	Tempo Estimado	Definição
Externa 3	Máximo de 1min	Pode ser de dois tipos: - opinião da semana: fala de especialista ou envolvido no tema abordado. - resultado de pesquisa com internautas sobre o tema discutido.
Debate	7min 30s	Jogo de questionamentos e opiniões entre os participantes.
Encerramento	30 segundos	O mediador agradece a presença dos participantes e se despede do público.

O programa é veiculado pela TVC, TV Comunitária de Belo Horizonte — canal 13 Net e 13 WAY TV. A TVC é uma emissora gerida e mantida por diversas entidades representativas da sociedade civil e tem como principal objetivo a luta pela democratização da informação. Com uma programação extremamente ampla e voltada para o desenvolvimento de nossa sociedade, a TVC destaca-se hoje no cenário nacional como grande referência para as TVs Comunitárias de todo país.

A TVC está no ar há seis anos, sob a direção geral de Edivaldo Farias, que é hoje também vice-presidente da Associação Nacional de TVs Comunitárias, o que significa um importante reconhecimento do trabalho que vem sendo realizado em Belo Horizonte no campo das TVs comunitárias. Trabalhando em parceria com importantes organismos, como o Sinttel, Sindieletrô, Unicentro Newton Paiva, Universidade Federal de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte, a TVC vem garantindo a construção de um canal democrático e de grande importância para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da mídia em nossa sociedade. As parcerias institucionais permitem à TVC desenvolver um perfil singular e obter um avanço significativo em meio a um sistema de comunicação permanentemente em crise. Hoje a TVC é, sem dúvida, um dos principais canais de comunicação para a população de Belo Horizonte.

Como a mídia é um elemento presente na vida de todas as pessoas, independentemente de classe social, sexo ou idade, o Mídia em Pauta destina-se a elas. A maior parte de nosso público é formada por lideranças comunitárias, políticos, redes de educação públicas, profissionais da mídia, professores e estudantes universitários e telespectadores isolados, como pessoas interessadas nos temas abordados. Apesar de não termos o número de telespectadores que assistem ao nosso programa, estudos mostram que existe um público potencial de aproximadamente 600 mil pessoas, em sua maioria formadores de opinião pertencentes às classes A e B. O público de TV a cabo em Belo Horizonte é estimado hoje em aproximadamente 140 mil assinantes, sendo que 120 mil pertencem à operadora NET e 20 mil pertencem à operadora WAY TV. É nesse universo de telespectadores que o programa está inserido.

Tendo em vista o grande espaço que as mídias ocupam no cotidiano das pessoas, acreditamos que fazer crítica a elas é algo relevante. Pretendemos despertar nas pessoas o senso crítico e a consciência da necessidade de uma leitura questionadora das informações, a fim de que elas não sejam meras receptoras passivas. Para nós, o termo crítica, ao contrário de sua conotação pejorativa, significa uma análise aprofundada dos lados positivo e negativo do que está sendo veiculado. Não buscamos ser unilaterais em nossas análises, nem queremos julgar ou condenar a mídia, mas compreendê-la. Com isso podemos reconhecer criticamente seus erros e acertos.

O Mídia em Pauta tem como objetivo principal proporcionar ao telespectador uma leitura crítica da mídia através de discussões aprofundadas. Não faz parte do caráter do programa fornecer conclusões prontas ao público. Buscamos oferecer-lhe os diversos pontos de vista acerca do tema discutido, a fim de estimulá-lo a refletir. Acreditamos que, dessa forma, ele poderá formar sua própria opinião. Assim atingimos nosso objetivo final, que é fortalecer esse espaço fundamental para o avanço da democracia dos meios de comunicação no Brasil, que constitui uma das maiores conquistas de nossa sociedade, além de promover o desenvolvimento da consciência cidadã.

Metodologia

O projeto conta com a participação direta na produção de alunos do curso de Comunicação Social da UFMG e dos professores do Departamento de Comunicação Social que ajudam na avaliação do programa, bem como participam do debate. Conta também com a participação indireta da população através de técnicas de interação, como enquetes realizadas nas ruas, que tecnicamente denominamos como “Povo Fala” e correspondências eletrônicas através do nosso e-mail: midiaempauta@bol.com.br.

A equipe central do Mídia em Pauta é formada pelas duas bolsistas, Fernanda Aguilar e Thaís Maia, o professor Valdir de Castro Oliveira e 27 estudantes voluntários do curso de Comunicação Social da UFMG que estão divididos nos seguintes núcleos: núcleo de arquivo, núcleo de avaliação, núcleo de criação, núcleo de divulgação, núcleo de estúdio, núcleo de pauta, núcleo de produção de externa, núcleo de roteiro e núcleo de direção.

O núcleo de arquivo é formado pelas duas bolsistas. Sua finalidade é catalogar todo o material impresso utilizado na realização do programa, tais como pautas, roteiros, clippings, releases, peças gráficas e modelos de documentos. Também é feito o arquivo semanal do programa em vídeo (VHS). O núcleo de avaliação é formado pelas bolsistas, alunos pauteiros do programa a ser avaliado e um(a) professor(a) da área de TV. A avaliação é feita semanalmente. Após assistir ao programa, os integrantes debatem os pontos negativos e positivos do mesmo, a fim de analisar o trabalho desenvolvido e promover melhorias.

O núcleo de criação é formado por oito voluntários da área de publicidade. Dentre suas atividades estão a elaboração e manutenção do site do programa e criação de todas as peças gráficas (cartões de visita, banner, folder, etc.).

O núcleo de divulgação é formado por quatro voluntários das áreas de publicidade, relações públicas e jornalismo. Sua finalidade é desenvolver estratégias de divulgação do

programa. Dentre suas atividades estão a elaboração e o envio de releases para a imprensa, para os convidados e para a comunidade acadêmica. O núcleo também é responsável pelo anúncio do programa em jornais impressos e revistas locais.

O núcleo de estúdio é formado obrigatoriamente pelas bolsistas, três voluntários e o diretor de imagem. Dois dos voluntários devem ter elaborado a pauta da semana, sendo que um participará do debate e o outro permanecerá no estúdio, contribuindo para o bom andamento da gravação. O terceiro voluntário deverá ficar na sala de corte, junto ao editor e ao diretor de imagem, dando suporte à equipe do estúdio.

O núcleo de pauta é formado por toda a equipe de voluntários. Sua finalidade é produzir a pauta semanal que norteará o programa. O tema da pauta é definido na reunião de pauta, que ocorre todas as quartas-feiras às 11h10min e da qual participam todos os voluntários, as bolsistas e o professor coordenador do projeto. Uma vez definido o tema, são determinados três pauteiros, que elaborarão a pauta da semana com base no material recortado de diversos veículos de comunicação e em estudos mais aprofundados.

O núcleo de produção de externas é formado pelas bolsistas e quatro voluntários. Sua finalidade é produzir as externas que serão inseridas nos blocos do programa. Dentre suas atividades estão a produção (fazer contatos, reservar equipamentos e visitar locações), a elaboração do roteiro de filmagem e do texto para o off, a filmagem e o acompanhamento da edição.

O núcleo de direção também é formado apenas pelas bolsistas. Sua finalidade é coordenar e integrar todos os núcleos, bem como realizar a direção geral do programa e de todas as suas atividades.

Resultados e discussão

No ano de 2004 já foram produzidos vinte programas semanais que discutiram os mais variados temas possíveis dentro de sua proposta: a crítica de mídia. Os temas discutidos no programa entre janeiro e maio deste ano foram os seguintes: Mídias Femininas, Mídia e Consumismo, A Guerra Publicitária nos Comerciais de Cerveja, Mídia e Racismo, As Perspectivas do Cinema Brasileiro para 2004, Sexo e Erotismo na Mídia, Mídias Infantis, Software Livre e a Inclusão Digital, Mídia e Terrorismo, A Polêmica gerada pelo filme “A Paixão de Cristo”, A Cobertura Midiática do Aniversário de 40 Anos do Golpe Militar Brasileiro, O Fenômeno Reality Shows, A Violência na Mídia, O Relacionamento do Governo Lula com a Mídia, O Merchandising Social, O MST na Mídia, A Qualidade Jornalística, o Fotojornalismo, A Construção de Ídolos e Mitos pela Mídia e o Filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, de Glauber Rocha.

Dentre as vinte produções de 2004, podemos incluir também a produção de mais de 30 externas para o programa, o que contou com a participação dos técnicos do curso de Comunicação, como cinegrafistas e editores. Participaram também dessas externas várias vozes da nossa sociedade civil, que deram sua opinião e levantaram questionamentos.

Dentre os ganhos obtidos com esses resultados, podemos citar o enorme aprendizado dos alunos envolvidos no projeto. Durante todo esse tempo, eles desenvolveram suas habilidades

técnicas e intelectuais, exigidas pela própria dinâmica de produção do programa. Além disso, podemos citar também o desenvolvimento de uma visão crítica do próprio objeto de trabalho desses futuros profissionais da mídia e o desenvolvimento de uma formação humana e cidadã a partir da consciência da responsabilidade de se trabalhar diretamente com a comunicação e o público.

Indo além do espaço da produção, o programa contribuiu para a consolidação dos objetivos das TVs Comunitárias, que é o desenvolvimento democrático da mídia em nossa sociedade onde estejam presentes a pluralidade dos discursos sociais e não apenas o discurso comercial que tem predominado na programação da mídia aberta convencional. Foi assim que pudemos ouvir nas ruas e expressar no Mídia em Pauta as opiniões das pessoas sobre vários temas, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as fotos de tortura dos prisioneiros de guerra iraquianos divulgadas posteriormente pela mídia, o filme “A Paixão de Cristo”, de Mel Gibson, as telenovelas, o cinema de Glauber Rocha, dentre vários outros.

A discussão aprofundada destes temas em um canal de TV Comunitária, como é o caso do Canal Treze de Belo Horizonte, é também uma forma e uma oportunidade de colocar professores da UFMG, profissionais da mídia e lideranças comunitárias em contato direto com o cidadão/telespectador contribuindo assim para a melhoria da qualidade de programação da televisão.

Conclusões

Duas conclusões básicas podemos tirar do Mídia em Pauta. Por um lado, o fato inquestionável sobre a importância que tem para o aprendizado dos estudantes. Semanalmente eles recebem uma carga de aprendizado teórica, pois a cada semana são levantados temas a serem discutidos no espaço do programa, obrigando-os a pesquisar e a atualizar o assunto. Simultaneamente, é assegurado a eles também o aprendizado técnico, pois participam de todo o processo de produção de um programa semanal, o que inclui o manuseio de equipamentos, como câmeras digitais e ilhas de edição, a dinâmica de produção, como agendamento de convidados, elaboração de pautas e roteiros, dentre outros.

Além disso, é importante ressaltar o caráter inédito desse programa. O Mídia em Pauta, além de ser um dos poucos programas de crítica de mídia produzidos nacionalmente, é o único a ser produzido essencialmente por estudantes e professores de Comunicação Social preocupados com o fato de que a formação crítica do futuro profissional não pode ocorrer apenas nos limites da sala de aula, mas também através do compromisso com a realidade que, no caso deste subprojeto, acontece junto com a TV Comunitária, uma entidade criada por várias entidades da sociedade civil com o claro compromisso de democratização da comunicação na vida social.

Por outro lado, podemos concluir também que o mídia em pauta tem grande importância para o público da TV comunitária, pois o tipo de crítica feita contribui para que os telespectadores recebam, semanalmente, análises aprofundadas sobre os principais temas veiculados pela mídia nacional e regional, contribuindo assim para que sejam receptores mais críticos dos produtos midiáticos.

Dessa forma o subprojeto Mídia em Pauta tanto contribui para a formação cidadã do estudante quanto para o desenvolvimento crítico do público da TV Comunitária de Belo Horizonte.

Referências bibliográficas

- COGO, D. M. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- DOWNING, J. D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2002.
- FREDERICO, M. E. *História da comunicação: rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- OLIVEIRA, V. de C. Mídias comunitárias, esfera pública e cidadania. In: CONGRESSO DA COMPÔS, Recife, 2003. *Anais*. Recife: Compôs, 2003.
- NOVAES, A. (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1991. p. 123-139.
- SENAC. *A vida com a TV: o poder da televisão no cotidiano*. São Paulo: Senac, 2002.

• Grupo de mídia

Anamaria Brasil de Miranda, Acadêmica do curso de Psicologia
Daniela Parisotti da Silveira Pilla, Acadêmica do curso de Psicologia
Clarissa Galecki Andrade, Acadêmica do curso de Psicologia
Helenara Silveira Fagundes, Mestre em Serviço Social. Professora do curso de Serviço Social
Rosemarie Gärtner Tschiedel, Mestre em Psicologia Social. Professora do curso de Psicologia

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UniSinos

Resumo

Esta intervenção ocorre com crianças e adolescentes participantes do Projeto de Extensão Sapecca – Serviço de Atenção, Pesquisa e Estudos Com Crianças e Adolescentes – da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UniSinos, que desenvolve um trabalho socioeducativo com um grupo de crianças e adolescentes da Vila Brás, que se localiza-se na periferia de São Leopoldo. O Objetivo desse trabalho é problematizar como a mídia produz subjetividade nas crianças e adolescentes e de que maneira ela atravessa suas vidas e da comunidade, buscando desenvolver o senso crítico e aumento da bagagem cultural. Tem como meta a construção de um jornal comunitário. O trabalho é em grupo onde são realizados debates escolhidos pelo grupo, pelos estagiários e seus supervisores. É um grupo aberto em número de participantes. Observamos o crescimento da violência que atravessa as atividades do grupo. Nele se desenvolvem “pequenos” movimentos instituintes, quando os participantes rompem com a idéia cristalizada da violência na comunidade. O grupo foi se apropriando dos problemas na Vila, tais como: mau atendimento no posto de saúde, lixo nas ruas, falta de espaços de lazer. Mediante a redação de reporta-

gens, relacionadas a estes temas, o grupo pode (re)significar esta violência. O grupo de Mídia contribui para o entendimento crítico das relações sociais construídas historicamente pelo homem. Foi um meio para outras possibilidades de intervenção, de reflexão e problematização do exercício cotidiano da cidadania, atingindo a subjetividade e o senso crítico.

Palavras-chave: comunicação comunitária, crianças e adolescentes, mídia

Introdução e objetivos

Este projeto surge da fusão de dois projetos, um realizado no Sapecca – Serviço de Atenção e Pesquisa com Crianças e Adolescentes no segundo semestre de 2003, onde foi desenvolvido um “grupo de vídeo” e, outro, o projeto de intervenção sobre rádio comunitária. Esse projeto também nasceu devido à necessidade de integrar as diversas disciplinas que compõem o Sapecca (Serviço Social, Psicologia, Educação Física, Filosofia, etc.) para trabalhar com as crianças e adolescentes aspectos fundamentais como o desenvolvimento do senso crítico, o aumento da bagagem de cultura e o trabalho em grupo. Portanto, esta intervenção, “grupo de mídia”, é realizada com crianças e adolescentes participantes do Sapecca, com o objetivo de problematizar a mídia e averiguar o modo como esta vem produzindo subjetividade na Vila Brás. O grupo tem como meta a construção de um jornal comunitário. Faz-se necessário esclarecer o que chamaremos de “mídia”, com esse termo, referimo-nos a todos os programas e anúncios publicitários que utilizam os meios de comunicação áudio e/ou visuais como, por exemplo, revistas, jornais, outdoors e a televisão.

Esclarecemos, também, que o fenômeno da produção de subjetividade é, ao mesmo tempo, individual e coletivo: o fenômeno acontece em massa, mas depende de cada um de nós aceitarmos ou não com passividade o que a mídia expõe.

Processos de subjetivação, segundo Baremlitt (2002), são processos que constituem o sujeito, estes são constantes e produzidos durante todo o desenvolvimento humano. São próprios de cada momento histórico e social, lugar e conjunturas.

Temos como objetivo geral problematizar como a mídia produz a subjetividade das crianças e dos adolescentes e de que maneira ela vem atravessando as vidas dos participantes do Sapecca e da comunidade da Vila Brás, buscando o desenvolvimento do senso crítico, aumento da bagagem de cultura e vivência em grupo, oportunizando, assim, o usufruto de uma manifestação centrada no ser humano, buscando a valorização do mesmo enquanto cidadão consciente e reflexivo. Os objetivos específicos são: criar canais criativos e críticos que possibilitem o conhecimento frente ao mundo; possibilitar um espaço de reflexão, problematização e conscientização de valores já cristalizados pela nossa sociedade; resgatar raízes, história, valores, cultura e identidade dos integrantes do Sapecca mediante de rodas informais de conversas; fortalecer a convivência em grupo com atividades dirigidas ao mesmo, desenvolvendo propriedade de solucionar seus próprios problemas através de um espírito comunitário; possibilitar a criação de um meio de comunicação e integração da comunidade, mediante a da construção de um jornal comunitário.

Metodologia

A intervenção é desenvolvida em grupo, aberto em número de crianças e adolescentes e, nos encontros, participam cerca de 15 integrantes com idades de 10 a 18 anos, semanalmente no turno inverso ao escolar, no espaço da Associação de Moradores da Vila Brás. Também são realizadas visitas à UniSinos ou a outros locais para a realização de atividades. A metodologia é participativa, contando com a coordenação de estagiários curriculares e extra-curriculares da Universidade. Os temas são propostos, a partir do que expressam as crianças e adolescentes, vinculados ao objetivo deste grupo, e são escolhidos pelo grupo e pelos estagiários junto aos seus supervisores. Estes são trabalhados por meio de recursos e técnicas como: colagem, construção de painéis e objetos com sucata, escrita e desenho, o uso de equipamentos como: gravador, máquina fotográfica.

Esta intervenção é uma pesquisa-intervenção, já que acreditamos que pesquisador e campo de pesquisa se criam ao mesmo tempo. “As práticas produzem os objetos assim como também produzem políticas de subjetivação” (BARROS, 1994). A intervenção se dá em processo, o momento de pesquisa é o momento de produção teórica assim como o momento de intervenção. A pesquisa-intervenção busca um movimento contínuo de ação crítica do cotidiano que produza novos sentidos que se encontram cristalizados.

Desta forma, a análise de implicação se torna fundamental. A análise de implicação é a reação da equipe interventora no contato, e/ou antes deste, com o objeto de análise. Portanto, são realizadas reuniões de discussão e planejamento das intervenções, semanalmente, bem como de supervisão.

Resultados e discussão

Na nossa sociedade, cada vez mais estamos nos deparando e sofrendo crises de identidade. Há uma busca constante de padrões os quais são reforçados pela mídia. A manifestação deste tipo de funcionamento psíquico está atrelada à heteronomia do pensar, sentir e agir, constituindo conjunção global psicológica caracterizada pelo desrespeito à individualidade. Percebe-se hoje a massificação do indivíduo, tornando-se cada vez mais difícil constatar autonomia e diferenças individuais. Segundo Rolnik (1996), “está acontecendo uma verdadeira revolução no modo de produção do desejo. As pessoas deixam de se conceber como unidades autônomas. Por outro lado, passam a ter que dedicar muito de seu tempo e de seu dinheiro a tentar administrar esse processo: mal conseguem administrar de um lado e, de outro já se desarrumaram inteiramente”. Rolnik (s.d.) nos mostra que, hoje, temos melhor memória visual do que auditiva. Temos um maior repertório de opções, mas não de territórios. Diversidade cultural e ao mesmo tempo homogeneização. O mecanismo de influência não é feito pela opressão, mas pela incitação do desejo (sedução). A imagem é a realidade. A virtualidade nos fala, nos pensa. A TV induz a estados que se aproximam de estados hipnóticos, favorecendo a indução de suas mensagens (não é à toa que pessoas dormem na frente da televisão). Coelho (1999) diz que há uma realidade social em que se pode reconhecer um crescente interesse dos meios de comunicação em incluir o pensamento psicanalítico entre as novas “tecnologias”

usadas para interpretar e analisar fatos cotidianos e comportamentos de uma maneira geral. É preciso registrar também que há, em algum nível, a preocupação da mídia em divulgar e ajudar a construir novas tentativas de padronizar, através desta “tecnologia”, regras ou normas de comportamento que possam servir de referência em um contexto social caracterizado pela grande velocidade de transformação nas esferas éticas e morais. No entanto, o conhecimento psicanalítico vem sendo utilizado em outro contexto que não a prática clínica; é a mídia que usa a psicanálise e os psicanalistas como mais um campo de informação a ser diluído em seu caldeirão de signos, imagens e mensagens.

Os espaços do mercado, da publicidade e da mídia falam “a mim”, falam dos nossos sonhos, das nossas ilusões, da nossa sexualidade, das possibilidades mais desejadas como a de encontrar a beleza ideal e a juventude eterna. Segundo Czermak e Neves (2001), “desejo é pura intensidade nômade à procura de uma linguagem. Para que possa se expressar é justamente essa intensidade que será captada pela mídia e investida de um certo significado; assim, sentimos que viver, ter prazer é possuir um certo tipo de corpo, fazer determinados esportes”. As autoras especificam: “ao captar a intensidade movediça e mutante da formação do desejo no social, a mídia consegue criar uma linguagem, onde o desejo se concretiza e acontece. No entanto, o que não se percebe é que, neste momento, o desejo, enquanto potência ativa de criação, vincula-se a uma intensidade homogeneizadora de sentidos que, por sua vez, anula o caráter ativo da possibilidade de produções singulares no social que, certamente, daria “vazão” a uma multiplicidade de singularidades revolucionárias que se oporia à igualdade e individualidade capitalísticas”. Acompanhamos, através das diversas intervenções do Projeto junto a crianças e adolescentes, o quanto a mídia está presente em seu cotidiano e com poucos espaços de reflexão a respeito do que é veiculado. Os meios de comunicação estão mais preocupados com a audiência do que com o conteúdo, pois quanto maior for a audiência, maior o custo da publicidade (já que são elas que sustentam as emissoras). A TV e o computador produzem um confinamento interativo. E sabe-se que aquilo que se torna público, constante, repetitivo e isento de ponderação crítica e de impunidade adquire valor de verdade, de autoridade, de permissividade. Vivemos numa realidade que é atravessada pelo sistema capitalista, e um dos dispositivos utilizados para reforçar este sistema é a mídia, que está claramente a serviço deste, o que acaba por produzir a exclusão social de uma maioria (em termos numéricos). A televisão produz subjetividades, entra nos lares e exhibe valores éticos e consumistas. Sabemos que muitos meios de comunicação têm uma vocação educativa, e tanto faz o formato do programa, a linguagem audiovisual adotada, seja jornalismo, novela, filme, ficção, show de auditório, mini-série, desenho ou programa infantil, pouco importa os meios, pois, no fim, todo conteúdo midiático, de alguma forma, será assimilado como educação. Ou seja, tudo que a mídia eletrônica emite é capaz de interferir, ensinar, modificar, inseminar, contaminar e encantar corações e mentes. “Os que assistem aos programas de entretenimento podem não ter a intenção de aprender, mas aprendem, e acabam sendo manipulados” (FORMIGA, 2003).

Fischer (2001) explica que “quando assistimos à TV, esses olhares dos outros também nos olham, mobilizam-nos, justamente porque é possível enxergar ali muito do que somos (ou

do que não somos), do que negamos ou daquilo em que acreditamos, ou ainda do que aprendemos a desejar ou a rejeitar, ou simplesmente a apreciar. Em poucas palavras: em maior ou menor grau, nós sempre estamos um pouco naquelas imagens”.

Umas das provas mais extravagantes de como os jornalistas das grandes empresas de comunicação são limitados no sentido ético, intelectual, ou em ambos, é sua incapacidade de mostrar a realidade ao povo. Desta forma, a mídia produz alienação através da difusão de um ideal de comodidade, o que tem como consequência a passividade das pessoas frente à situação de calamidade social. Ignora-se o estado crítico da enorme diferença entre as classes.

Como se observa, a mídia se tornou o crivo da verdade, e não um meio que possibilite ao indivíduo refletir e fazer seus próprios julgamentos diante da realidade. Isso não é preocupante? Não parece que está tudo pronto, acabado e que ninguém mais precise pensar? A imprensa tem cumprido seu papel de zelar pela liberdade?

As leis de imprensa deveriam ter um único e exclusivo objetivo: regular as relações da sociedade com a mídia de notícias, ou seja, assegurar os direitos constitucionais dos cidadãos e das instituições no campo da informação pública.

A partir destas considerações, questionamos sobre o conteúdo do que a mídia divulga: a banalização da violência, o incentivo à discriminação racial, sexual e econômica e a falta de democratização dos meios de comunicação, entendendo esta como uma intervenção em busca da cidadania.

A Comunicação Comunitária cuida de temas que não têm espaço em outros meios: a cultura, as festas, a saúde, a segurança da comunidade, que é o lugar onde as pessoas vivem, constroem relações de sangue e de espírito e suas subjetividades.

A comunidade, tendo seu veículo, faz sua própria comunicação; comunicação não formal, mas concreta e real. Assim, todos podem falar, dialogar no plano público, produzir consensos para a resolução das dificuldades individuais e coletivas. Diminuir a criminalidade, aumentando a solidariedade social, a segurança coletiva, a cidadania, a democracia, concretizando-se a liberdade de expressão.

Estas considerações foram as norteadoras da construção da nossa intervenção do grupo de mídia na Vila Brás e, no decorrer dos encontros, foi possível observar mudanças no processo do grupo. Nos encontros iniciais foi possível observar a demanda que havia em trabalhar a violência na Vila Brás, uma violência que atravessa as atividades do grupo. Esta violência estava tão explicitada que era possível observar atos violentos entre os integrantes do grupo. Nas discussões esta demanda foi explicitada através das explicações de para quê servia cada meio de comunicação. Por exemplo: “o telefone serve para denunciar quando dá ‘bolo’ na vizinhança”, ou “para chamar a ambulância quando tem alguém doente”, ou ainda, “para xingar sem ser pego”. “O jornal serve para dar notícia”; perguntamos “notícia de quê?”. Eles respondem: “notícia de quando alguém morre, e de quem matou”, mas outro argumenta: “se tu disser quem que matou, tu vai ser o próximo a morrer”. Esses relatos surgiram espontaneamente; e eles mostram como a comunidade está inserida num cotidiano de violência e de lei do silêncio. A questão das drogas também aparece nas discussões quando um dos meninos

relata não gostar de filmes com violência e drogas. Refere-se às drogas como sendo “cocaína, cachimbo, tirar provavelmente maconha e armas”. Ele se posiciona contra, mas vemos que o assunto, desde cedo, já é de conhecimento deles. No processo grupal foi possível desenvolver “pequenos” movimentos instituintes, no momento em que as crianças e adolescentes começam a romper com a idéia já cristalizada da violência, não negando este fato, mas mostrando que há mais do que violência na Vila. O grupo está se apropriando dos problemas da comunidade, tais com: mal atendimento no posto de saúde, lixo nas ruas, falta de espaços de lazer. E estes problemas também não deixam de ser violentos com a população. Porém, mediante a redação de reportagens relacionadas a estes temas para a construção do jornal, parece que o grupo pode simbolizar e ressignificar esta violência e não precisou ser tão explícita como nos primeiros encontros. Na formação do grupo, os coordenadores tinham a idéia de que o grupo seria de discussão, porém não supria a demanda de movimento corporal que as crianças e adolescentes demonstraram. Os coordenadores pareciam desorganizados perante esta situação, o que assim constituía um grupo desorganizado. Foi possível perceber o quanto um grupo se constitui num processo, pois ocorrido este fato foi necessário rever as estratégias de intervenção. O grupo é formado pelos coordenadores, que são alunos estagiários e pelas crianças e adolescentes. Através das relações estabelecidas naquele local com aquelas pessoas é que se deu o processo grupal. Em um dos encontros foi possível exemplificar o que estamos tentando expressar. A coordenação do grupo preparou determinada atividade, mas, ao chegar na associação de moradores, o local estava sendo ocupado por outras pessoas para uma reunião. Ficamos decepcionados com o ocorrido, mas o encontro foi realizado em outra parte do mesmo local. Assim, o que aconteceu foi que toda a atividade deste dia se constituiu deste processo de desânimo. As crianças não se interessaram pela atividade e muitas até foram embora. Esta passagem demonstra também a nossa análise de implicação, pois com o ocorrido nós não estávamos mais implicados naquele encontro o que fez com que o grupo como um todo se processasse de forma que nos pareceu “desimplicada”. O grupo demonstrou momentos de auto-análise: após efetuar uma atividade de reportagem no posto de saúde, quando cada participante tinha uma tarefa, alguns elaboraram as perguntas para a entrevista, outros tiraram fotos, outros entrevistaram e assim por diante. Eles voltaram para a associação de moradores e discutiram sobre a atividade. Perceberam como cada tarefa era relevante sem ordem de importância, ou seja, todos no grupo foram fundamentais para realização das tarefas. Estes momentos podem ter proporcionado alguns movimentos autogestivos no grupo. Quando o grupo já se mostrou mais apropriado da proposta da construção do jornal, este se organizou sem a intervenção dos coordenadores. No início de cada atividade é realizada uma roda para esclarecer como será a atividade de cada dia. Esta roda era feita quando os coordenadores do grupo chegavam. Porém, a partir de certos encontros, quando chegávamos ao local, a roda já estava formada.

Conclusão

As populações mais humildes e desprovidas, geralmente, não são atingidas pelas formas convencionais do ensino oficial. Acontece que elas são a maioria e por isso são as maiores interessadas em criar um mundo onde tenham lugar. O grupo de mídia é um dos instrumentos nessa educação para as massas. A proposta de formação de um grupo de mídia ensinou valores e características essenciais que podem contribuir para o entendimento crítico das relações sociais construídas historicamente pelo homem a partir de ações concretas. É um meio para outras possibilidades de intervenção, de reflexão e problematização do exercício cotidiano da cidadania podendo fazer ligação com diversos temas, proporcionando debates em rodas informais de conversas, atingindo a subjetividade e o senso crítico. Assim, a democratização dos meios de comunicação é indispensável para a democratização da sociedade, pois hoje não é suficiente falar em liberdade de expressão e manifestação, se isto não for acompanhado do direito de expressar opiniões através dos meios de massa.

É verdade que a democratização da comunicação passa pelo esforço de revisão das atuais normas de concessão de rádio e televisão comerciais, mas também, e superiormente, em construir a possibilidade de que toda população tenha acesso ao fazer, às rádios comunitárias, às TV's populares, aos jornais de bairro; tenha direito a democratizar o falar.

Diversificar as fontes de informação, multiplicar os meios de comunicação dentro da sociedade, contribui para torná-la mais complexa, mais rica, mais independente e mais democrática. O papel básico da comunicação comunitária é o de articuladora dessas vidas privadas com a história e o meio onde elas são vividas, dando-lhes sentido e dimensão, aproximando o mundo distante ao cotidiano das pessoas e da comunidade. É uma poderosa ferramenta em mãos de uma comunidade que assume a tarefa de ver e contar, de refletir coletivamente sobre o seu cotidiano, de favorecer sua identidade cultural para reconhecer sua força e seu valor. O ideal seria que cada vila, cada bairro tivesse sua rádio comunitária, seu jornal, sua TV popular — não apenas para “falar para fora”, mas também para facilitar a percepção da vida em seu entorno, para ampliar o intercâmbio de pontos de vida e de experiências entre todos os agentes sociais envolvidos neste processo, para a recuperação da própria história, testemunha e documento dos momentos cruciais da vida daquele bairro, daquela vila, daquela comunidade. Assim, esta intervenção de comunicação comunitária através do Projeto de Extensão Sapecca, torna-se fundamental para a criação de uma rede de comunicação local que seja capaz de gerar um fluxo de informações educativas e integradoras, o que auxilia as crianças e adolescentes no processo de conquista da cidadania e redescoberta da identidade local.

Referências bibliográficas

- BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. [s.l.]: Cidade Instituto Félix Guatarri, 2002.
- BARROS, R. B. *Grupos: a afirmação de um simulacro*. São Paulo: PUC-SP, 1994.
- COELHO, N. E. *A Imagem da imagem: questões sobre as relações entre psicanálise e mídia*. Caracas: [s.n.], 1999. Disponível em: <<http://www.geocities.com/HotSprings/Villa/3170/Nelson.htm>>.
- CZERMAK, R.; NEVES, R. A. *Comunicação & controle social*. 4.ed. Petrópolis: [s.n.], 2001
- FEILITZEN, C. Von. *A criança e a violência na mídia*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FISCHER, R. M. B. Mídia e produção de sujeito: o privado em praça pública. *Cadernos de História*, Uberlândia (MG): v. 1, n. 10, p. 9-20, 2002.
- FORMIGA, L. C. D. *A influência da mídia: a sedução de Pocotó*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://www.ajornada.hpg2.ig.com.br/colunistas/formiga/lcdf-0027.htm>>.
- KLEIN, N. A identidade da marca em um planeta vendido. *Folha de S.Paulo*, São Paulo: Jornal de Resenhas, 11 maio 2002.
- PROJETO: serviço de atenção, pesquisa e estudos com crianças e adolescentes – Sapecca. [1996]
- ROLNIK, S. *A produção do desejo na era da mídia: anotações de um cartógrafo*. São Paulo: Vozes, 1996, v. 1, 328 p.

Cultura

- **Educação patrimonial: revisitando Ouro Preto por meio da cantaria**

Fabiano Gomes da Silva (1), Licenciado e Bacharelado em História

Heloisa Oliveira (1), Graduada em Engenharia de Minas

Antônio Netto Júnior (1), Graduando em História

Simone Monteiro Silvestre Fernandes (2), Especialista

Carlos Alberto Pereira (1), Doutor

(1) Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

(2) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – 13ª Sub-Regional

Resumo

A cidade de Ouro Preto possui um dos mais belos conjuntos arquitetônicos do Barroco no mundo, mas que vem sofrendo com a ausência de políticas nas áreas de conservação e preservação desse patrimônio cultural da humanidade. Buscando contribuir para preservação deste acervo, a Escola de Cantaria de Ouro Preto resolveu montar um programa de educação patrimonial, denominado Revisitando Ouro Preto por meio da cantaria, que tem por objetivo o estabelecimento de novas relações de apropriação dos monumentos e lugares históricos por parte das crianças e adolescentes. Desenvolver uma relação de pertencimento entre as novas gerações e o patrimônio que lhes foi legado, que elas se reconheçam e reconheçam naquele patrimônio um pedaço de suas histórias e de seus descendentes, estabelecendo novos lugares e suportes para a memória, mas de forma prazerosa e lúdica. O Revisitando Ouro Preto por meio da cantaria trabalha com as crianças do Ensino Fundamental do município, sendo que em 2003 conseguiu atender mais ou menos 1000 crianças em um ano de atividades, além de oferecer aos professores e escolas das redes públicas e privadas um importante suporte na área de educação patrimonial.

Palavras-chave: educação patrimonial, cantaria, Ouro Preto-MG

Introdução

Ouro Preto, antiga Vila Rica, é reconhecida como modelo de espaço urbano e arquitetura da ocupação do interior do país no período colonial, caracterizada pelo somatório de arruaamentos, edificações e equipamentos urbanos dos séculos XVIII, XIX e XX. Em relação ao núcleo urbano surgido e erguido durante o período colonial, o sítio natural e as características da atividade mineradora condicionaram o traço característico do seu desenho urbano. A sua configuração, orgânica e linear, é fruto do agrupamento dos diversos arraiais surgidos em função da descoberta do ouro em 1698, que deu origem, em 1711, à antiga Vila Rica de Albuquerque e que, em 1720, tornou-se a capital da Capitania das Minas Gerais. A ligação dos arraiais se consolidou a partir do segundo quartel do século XVIII, por meio de intervenções urbanas significativas, promovidas pelo governo Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela (1735-1763). Nesse período foram construídos chafarizes e pontes, foi implantado o centro administrativo, hoje praça Tiradentes, delimitado pela construção do Palácio dos Governadores e posteriormente pela antiga Casa de Câmara e Cadeia. O novo núcleo unificou os seus dois mais importantes arraiais, Antônio Dias e Pilar, elevando Vila Rica a condição de um dos principais núcleos Setecentista de extração do ouro e propiciando importantes inovações na arquitetura, na pintura e na escultura.

Tempos áureos foram aqueles. Já em nosso tempo, a cidade de Ouro Preto tem constantemente aparecido no noticiário da imprensa nacional e internacional. Pena que tal atenção não seja para veicular boas informações sobre a cidade, mas para dar conta do descompromisso das autoridades na manutenção de um dos maiores conjuntos de obras do barroco no mundo. O episódio mereceu a atenção da Unesco que ameaçou cassar o título de Patrimônio Histórico da Humanidade da cidade, caso não fossem desenvolvidas determinadas ações para sua preservação.

As críticas às autoridades são várias: inexistência de um Plano Diretor que possa controlar a ocupação da área urbana, detendo as invasões de áreas de reconhecido valor histórico, como o local das ruínas da primeira residência dos Governadores em Vila Rica, o antigo Palácio dos Governadores; ausência de um efetivo controle do tráfego de automóveis na área central, local de maior concentração de imóveis históricos tombados; falhas na proteção das obras sacras mantidas nas diversas igrejas da cidade; entre outros assuntos mais específicos.

Acreditamos que as críticas apresentadas são pertinentes, mas duvidamos que a simples sanção de leis e normas punitivas possa, no dia-a-dia, construir condições para a preservação e manutenção desse conjunto. A nossa dúvida nasce da percepção de que os significados dos bens que compõem esse patrimônio cultural têm andado longe da experiência de vida de uma considerável parcela da população, particularmente as crianças e os jovens.

Não é difícil encontrar as marcas das “intervenções” das crianças e jovens em monumentos próximos às escolas, quase sempre rabiscados com “corretivos” e várias espécies de tintas, quando elas não explodem bombas nos tubos de água de algum chafariz. É recorrente: faz-se o trabalho de restauro e dias depois já são perceptíveis as marcas nos monumentos. A exemplo temos a Ponte Marília de Dirceu que passou por um demorado processo de restauro e, tão logo entregue à comunidade, não tardaram essas “intervenções”.

Dessa forma, torna-se difícil a manutenção e preservação de qualquer bem histórico, seja ele material ou imaterial, quando não há por parte da comunidade sensibilidade sobre a importância da valorização e entendimento dos sinais e registros do passado em suas vidas. É preciso desenvolver uma relação de pertencimento entre as novas gerações e o patrimônio que lhes foi legado, que elas se reconheçam e reconheçam naquele patrimônio um pedaço de suas histórias e de seus ascendentes, estabelecendo novos lugares e suportes para a memória, mas de forma prazerosa e lúdica.

É movida por essas preocupações que a Escola de Cantaria decidiu montar um programa de educação patrimonial voltado para as séries iniciais do Ensino Fundamental, especificamente a quarta série.

Com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFOP, Fapemig – Fundação de Amparo a Pesquisa em Minas Gerais, Alcan Alumínio do Brasil e do IPHAN/13ª Sub-Regional II, criamos o programa, denominado Revisitando Ouro Preto por meio da Cantaria, que objetiva estimular a apropriação e o uso do patrimônio cultural da cidade sob novo olhar, um olhar sensibilizado pela beleza e técnica da cantaria mineira. Encontrada nas edificações coloniais brasileiras, usada nos elementos arquitetônicos ou em partes mais nobres das construções setecentistas, a cantaria, entendida por pedra lavrada ou simplesmente aparelhada em formas geométricas para construção de edifícios e, em geral, para qualquer construção, foi amplamente utilizada em Ouro Preto. Também empregada como ornamento, a origem do termo deu-se em função do trabalho com rochas para construção dos cantos das casas, e o ofício é desenvolvido pelo chamado “canteiro”, que é, na realidade, “o escultor da pedra” (VILLELA, 2003; SILVA, 2003).

O programa visa não só a preparar os professores para trabalharem os conteúdos da história regional, memória, preservação e patrimônio cultural, organizando material que sirva de suporte em sala de aula e estimulando o trabalho interdisciplinar, como também despertar, desenvolver e fomentar nos educandos da cidade atitudes de respeito, valorização e preservação do Patrimônio Cultural de Ouro Preto.

Aqui, o conceito de patrimônio cultural é usado na sua acepção mais ampla, confluindo para suas fronteiras o patrimônio material e o imaterial (HORTA, 1999; RANGEL, 2002; LEMOS, 1982); buscando fomentar novos olhares para o patrimônio edificado, destacando o trabalho esculpido na rocha, seja na esteatita (pedra-sabão), no quartzito (itacolomito) ou no quartzo clorita-xisto; levando para a realidade da criança ou adolescente um leque de informações que lhes possibilitem identificar a qualidade dos materiais usados nos elementos artísticos, a trabalhabilidade de cada uma, as ferramentas usadas, a maneira de extração da rocha nos morros da cidade, além da própria localização e identificação desses bens no conjunto urbano e paisagístico.

No entanto, não nos restringimos ao edificado, ao material e monumentalizado. Almeja-se manter inteligíveis as relações originais que permitam o trabalho manual do artesão, a exploração dos modos de fazer artesanal, diferenciando-os de outras formas de produção, como a industrial. Valorizar o *savoir-faire* dos canteiros, “quer enquanto atividades únicas e insubstituíveis na produção de certos bens, quer enquanto repositório de saberes tradicionais que tendem a desaparecer com a morte dos artesãos que a elas se dedicam” (MANIQUE, 1994, p. 84).

Na intercalação desses dois momentos, permite-se o contato com a obra e a técnica de produção da mesma, no seu ambiente de confecção. A interdisciplinaridade desse conteúdo acaba abrindo uma variada gama de opções pedagógicas ao professor da Educação Básica, podendo ser trabalhado como tema transversal no Ensino Fundamental (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998) ou por meio de projetos ou módulos no Ensino Médio (STARLING e SANTANA, 2002).

A interdisciplinaridade está presente inclusive na organização da Escola de Cantaria, pois conta com profissionais das áreas de História, Engenharia Civil, Engenharia Geológica, Engenharia de Minas, mestre e oficiais canteiros. A Escola de Cantaria se dedica à pesquisa histórica e de materiais, à formação de novos canteiros, ao trabalho de restauro e à conservação, com o programa de Educação Patrimonial, criando um espaço de auxílio para bolsistas, pesquisadores e professores interessados no tema. É o conhecer para preservar sendo levado a cabo por profissionais preocupados em construir, com os professores, alternativas destinadas à alfabetização patrimonial dos nossos jovens cidadãos.

Metodologia

O público alvo desse programa é formado pelos alunos das escolas do Ensino Fundamental das redes pública e privada, em específico os alunos da quarta série da cidade, com a duração de seis meses. Seguindo as sugestões de metodologias específicas para a área (HORTA, 1999; STARLING, 2002, p. 112), montamos uma que contemplasse a especificidade de um público que tropeça em monumentos e que pode, no seu cotidiano, ter acesso ao objeto cultural, fonte primária de múltiplos sentidos e significados. A seguir, as etapas:

Etapas	Recursos/Atividade	Objetivos
Contato	- Apresentação do tema Cantaria por meio de curtas palestras, ferramentas e banners (contendo imagens de monumentos que privilegiem a cantaria em relação ao monumento). - Dividir a sala em dois grupos sem critérios de gênero, para realizar jogos de identificação dos objetos representados nas imagens, formular perguntas sobre a cantaria e o patrimônio, premiando de forma diferenciada os dois grupos.	- Trabalhar o tema Cantaria e a importância do patrimônio cultural. - Desenvolver a capacidade de identificação visual do tema e dos objetos contidos nos banners. - Estimular um ambiente saudável de competição, sem distinção de gênero e sem o estigma de vencedores e vencidos.

Etapas	Recursos/Atividade	Objetivos
Estimulação	- Visita orientada pelos bolsistas e oficiais canteiros à Oficina da Escola de Cantaria. - Noções básicas de segurança, apresentação dos tipos de ferramentas usadas e de rochas existentes na região. - É hora de brincar: cada criança recebe óculos de proteção, uma ferramenta e, em grupos de cinco, escolhem um tipo de rocha para esculpirem o que bem entenderem, tudo sob orientação de um bolsista ou oficial para cada grupo.	- Fixação das informações. - Vivenciar o contato com os materiais, ferramentas e a prática do ofício. - Aprender a se relacionar com as formas tradicionais de saber e fazer. - Valorização do trabalho do artesão. - Trabalhar em conjunto com a equipe.
Percepção	- Realizar um passeio, previamente estabelecido, em determinadas ruas do centro histórico ou em locais próximos da escola ou do bairro, que contemple a cantaria. - Explorar os locais visitados, complementando informações e/ou levantando questionamentos a respeito das condições de preservação do patrimônio.	- Identificação dos objetos, sua função e significado no espaço urbano. - Desenvolvimento da percepção visual e simbólica da cantaria nos bens. - Reapropriação desses locais, enquanto espaços de fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva
Apropriação	- Propor a elaboração de um roteiro da cantaria em Ouro Preto, segundo os critérios definidos pela turma. Pode-se, como alternativa ao roteiro, apresentar textos literários, colagens, pinturas, desenhos, música, escultura, peça teatral e vídeos. - Divulgação dos trabalhos das escolas para a comunidade, e a realização de um evento para premiação das turmas que participaram.	- Envolvimento afetivo com o uso, conservação e preservação do patrimônio cultural apropriado. - Desenvolvimento da capacidade de auto-expressão. - Envolvimento dos pais e comunidade no processo de valorização do bem cultural. - Envolvimento da comunidade no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural local, estabelecendo um efeito multiplicador da ação.

Inicialmente buscamos sensibilizar os professores e coordenadores pedagógicos das escolas participantes. Apresentamos o projeto e entregamos o material didático produzido pela Escola de Cantaria, para suporte das ações educativas a serem desenvolvidas. Ainda propomos ao docente uma visita didático-pedagógica, à oficina da Escola de Cantaria — Projeto de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, localizada no Campus da UFOP, para que ele vivencie todas as etapas do programa, apresentando críticas e sugestões ao projeto. O objetivo dessa etapa é trabalhar o tema e a importância do patrimônio cultural local, preparando o professor, para trabalhar os conteúdos de história regional, memória, preservação e patrimônio cultural, organizando material que sirva de suporte em sala de aula e estimulando o trabalho interdisciplinar e a construção de conhecimentos específicos desses conteúdos.

E só após o trabalho de sensibilização dos professores é que começamos a trabalhar com os alunos, desenvolvendo as atividades relacionadas no quadro anterior, exceto o passeio nas ruas do centro histórico ou a locais próximo à escola, pois essa etapa fica sob a responsabilidade dos professores.

Resultados

Os resultados foram bem animadores. Em 2003 reunimos oito escolas no primeiro semestre e mais oito no segundo, totalizando 16 escolas atendidas em um ano de trabalho e, aproximadamente, 1000 alunos. Algumas escolas já incluíram o programa na agenda escolar e os professores conseguiram realizar um interessante trabalho multidisciplinar, criando espaços para conteúdos das áreas de História, Geografia e Língua Portuguesa nas atividades propostas.

Tivemos certos problemas na ampliação do programa no segundo semestre, principalmente por dificuldades financeiras para subsidiar maior apoio ao deslocamento dos alunos das escolas até a oficina da Escola de Cantaria. Acrescentamos, ainda, os problemas de infraestrutura existentes em algumas unidades de ensino da rede pública e o desinteresse de determinados professores em trabalharem, juntamente com os nossos bolsistas, no desenvolvimento do tema em sala de aula, problema esse não circunscrito apenas às escolas públicas, mas estendível ao setor privado. E para nossa surpresa e satisfação, as escolas da periferia da cidade apresentaram um maior envolvimento em relação às do centro, maior disposição em participarem das atividades e professores mais participativos.

Quanto à receptividade e participação dos alunos, destacamos a curiosidade bem peculiar da idade, capaz de nos surpreender pela complexidade das informações inquiridas. Quando eram questionadas, buscavam sempre se reportar ao leque de suas experiências ou às de seus pais e parentes próximos. Citavam com entusiasmo o fato de seus pais terem trabalhado em pedreiras da cidade ou em profissões relacionadas à manutenção ou restauração de imóveis como pedreiros, carpinteiros, engenheiros.

Parece-nos que a visita à oficina da Escola de Cantaria foi a etapa que mais despertou o interesse das crianças. Perguntavam tudo. Gostavam principalmente quando o mestre canteiro as ajudava a picar a rocha escolhida por eles. Esta etapa exigiu uma preocupação redobrada com a segurança das crianças, principalmente em relação ao tamanho dos grupos, já que não se pode flexibilizar muito quanto ao tamanho dos grupos, sob o risco de se perder o controle dos mesmos.

Na etapa de envolvimento afetivo com o uso, conservação e preservação do patrimônio cultural apropriado, as crianças criaram roteiros dos monumentos da cidade, destacando no espaço urbano os imóveis e monumentos que elas consideravam mais significativos, nomeando e estabelecendo legenda para facilitar o trabalho do leitor. Nota-se, também, uma preocupação em evidenciar no roteiro, o bairro onde se localiza a escola deles, recorrendo, inclusive, ao uso de orientações geográficas na identificação.

Em algumas escolas optou-se por outras formas de expressão como poemas, pinturas, desenhos, peças teatrais, músicas e outros. O resultado acabou contemplando as expectativas, já que as turmas diversificaram os meios utilizados para expressarem o conteúdo trabalhado.

Ocorreram apresentações teatrais nas escolas, elaboração de roteiros e de poemas a respeito da valorização do patrimônio cultural e da cantaria. Como as normas de apresentação desse trabalho não permitem a inclusão de fotos, nos limitaremos à apresentação de dois poemas, como a seguir:

Cantaria <i>Alunos da Professora Rosileia A. C. Carvalho</i> <i>Escola Padre Carmelo Augusto Teixeira</i>	
<i>A cantaria é uma obra</i> <i>Linda de se ver</i> <i>Preste atenção minha gente</i> <i>Agora vamos descrever</i> <i>Que lindo, que lindo!</i> <i>O chafariz eu posso ver,</i> <i>É uma obra</i> <i>Que nunca vou esquecer.</i> <i>Cantaria, cantaria</i> <i>Que pedra posso levar</i> <i>A pedra quartzito</i> <i>Ou a rocha do mar</i> <i>Na riqueza da cantaria</i> <i>Temos um mestre, que alegria!</i> <i>Oh! Cantaria! Seu Juca o mestre da arte à fantasia</i> <i>Encanto de moradores e turistas,</i> <i>No canto da pedra faz da arte a melodia</i>	<i>Ah! Filho querido!</i> <i>Descobriu no próprio pai um artista,</i> <i>Hoje encanta o mais fino turista</i> <i>Com a arte que Ouro Preto havia perdido.</i> <i>Ao longe se houve o som</i> <i>Das mãos humildes a tocar</i> <i>Ainda sou pequeno, mas que bom!</i> <i>A cantaria já sei valorizar</i> <i>Somos apenas alunos</i> <i>De uma escola municipal,</i> <i>Já seguindo nossos rumos</i> <i>Pra cidade patrimonial.</i> <i>Queremos sempre preservar</i> <i>o que os mestres nos deixar</i> <i>Para isso, temos que nos conscientizar.</i> <i>O que é nosso não pode acabar</i> <i>Foi feito com mãos abençoadas</i> <i>Para o mundo encantar.</i>

Um dos resultados mais importante desse programa foi o súbito interesse das crianças pelo ofício. Como consequência, será iniciada uma oficina de cantaria dirigida às crianças a partir de 10 anos, privilegiando os participantes do projeto Revisitando Ouro Preto em 2003, tendo como principal objetivo despertar, desenvolver e fomentar nos educandos ações que visem à melhoria no desempenho escolar, à busca de novos conhecimentos e ao surgimento de atitudes de cidadania, além de se utilizar o aprendizado artístico/artesanal como meio de expressão e conhecimento, permitindo aos educandos atuarem socialmente e de maneira construtiva na configuração de sua realidade.

Conclusão

A atuação da Escola de Cantaria tem sido extremamente importante para a comunidade local devido à formação de artífices preparados para a manutenção/restauração do patrimônio histórico de Ouro Preto, ao trabalho de pesquisa histórica e de materiais e ao desenvolvimento de atividades de preservação e conscientização das novas gerações. O seu programa de educação patrimonial, Revisitando Ouro Preto por meio da cantaria, tem proporcionado aos professores e estudantes atendidos uma nova forma de perceber e abordar a cidade, principalmente pela valorização de temáticas como bens integrados (cantaria), trabalho manual, ofícios e técnicas coloniais.

Uma questão que nos tem tirado o sono é a construção de um método adequado para avaliar todo o processo do programa. Tem sido extremamente difícil estabelecer critérios para avaliar apropriações de experiências, valores e posturas do aluno frente ao seu cotidiano. Quanto a isso não fechamos questão, pois estamos apostando nas soluções lançadas pelos professores e as sugestionadas nos trabalhos desenvolvidos pelos alunos. O resultado tem mostrado ser uma estratégia interessante.

É provável que os melhores frutos desse trabalho nas escolas, com essa faixa etária, não sejam perceptíveis em intervalo de tempo tão curto como um ano e meio. É preciso que os lugares e espaços re-apropriados pelas crianças durante o programa sejam continuamente trabalhados pelo corpo docente da escola, pois educação patrimonial não pode ser encarada como uma mercadoria que se destina a um determinado público e com prazo de validade. Mas deve sim, ser encarada como um processo permanente e ininterrupto, inclusive lançando mão dos mais diversos recursos didáticos e paradidáticos para manutenção desse processo.

Referências bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos (Temas Transversais)*. 1998.

HORTA, M. de L. P. et al. *Guia básico de educação patrimonial*. Petrópolis: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

LEMONS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MANIQUE, A. P.; PROENÇA, M. C. *Didática da história: patrimônio e história local*. Lisboa: Texto, 1994. p. 86.

ORIÁ, R. Memória e ensino de história. In. BITTENCOURT, C. *O saber histórico na sala de aula*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 128-148.

RANGEL, M. M. Educação patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: MINAS GERAIS. Secretária de Estado da Educação. *Reflexão e contribuições para a educação patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. p. 15-36. (Lições de Minas, 23).

SILVA, F. G. da. O caminho das pedras: canteiros de Vila Rica no século XVIII, a partir de inventários post-mortem e testamentos. In: XI SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFOP, Ouro Preto, 2003. *Anais*. Ouro Preto: UFOP, 2003. 1 CD-ROM.

STARLING, M. B. de L.; SANTANA, S. de C. P. Metodologia de projetos: patrimônio cultural no currículo do ensino médio. In: MINAS GERAIS. Secretária de Estado da Educação. *Reflexão e contribuições para a educação patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. p. 15-36. (Lições de Minas, 23).

VASQUES, C. M. *Para preservar*. Brasília: IPHAN, 1994.

VILLELA, C. M. *Crerios para seleção de rochas na restauração da cantaria*. Ouro Preto, MG. Dissertação (Mestrado) - Escola de Minas/UFOP, 2003.

• Tertúlia literária dialógica

Roseli Rodrigues de Mello, Professora Doutora. Pós-Doutorado em Sociologia e Educação/Centro de Investigação Social e Educativa – Crea, da Universidade de Barcelona/Espanha

Thaís Helena Batel, Graduanda em Licenciatura em Pedagogia

Adriana Marcela Bogado, Mestranda em Ciências Sociais

Tiago Hori, Mestrando em Genética e Evolução

Universidade Federal de São Carlos/Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa
– Niasse/DME/DEP

Resumo

A Tertúlia Literária Dialógica é uma atividade cultural e educativa desenvolvida a partir da leitura de clássicos da Literatura Universal. É gratuita, aberta a todas as pessoas de diferentes coletivos sociais e culturais, incluindo pessoas recém-alfabetizadas. O objetivo é promover espaços de diálogo igualitário e de transformação (pessoal e do entorno social mais próximo). Sua metodologia baseia-se na aprendizagem dialógica. O projeto é desenvolvido pelo Niasse/UFSCar por meio de parcerias com instituições ou projetos educacionais, culturais ou sociais. Em encontros semanais, a partir de obra literária escolhida em comum acordo, cada pessoa destaca trechos do texto lido para comentá-los com o grupo. Desde que iniciamos o projeto, atuamos junto a estudantes do ensino médio de escola pública e de curso pré-vestibular para população carente. Atualmente atuamos junto a homens e mulheres de uma turma de Educação de Jovens e Adultos e de duas turmas da Universidade da Terceira Idade. Os principais resultados são o acesso a obras literárias, a aprendizagem instrumental com sentido e o princípio de unidade na diferença. Frente à experiência desenvolvida desde 2002, conclui-se que a Tertúlia assume uma função social transformadora, já que democratiza a literatura como fonte de diálogo e a interação entre diferentes pessoas e conhecimentos.

Palavras-chave: aprendizagem dialógica, transformação, democratização

Introdução e objetivos

A Tertúlia Literária Dialógica é uma atividade cultural e educativa que está sendo desenvolvida em vários países, em diferentes tipos de entidades, como escolas de pessoas adultas, associações de pais, grupos de mulheres, entidades culturais e educativas, como forma de superação da exclusão social pelo diálogo. Não apresenta nenhum obstáculo social ou cultural para a participação, pois é uma atividade gratuita, aberta a todas as pessoas, de diferentes coletivos sociais e culturais, inclusive às pessoas que recém aprenderam a ler (MELLO, 2003).

Consiste na leitura dos clássicos da literatura universal e é baseada no diálogo. Não se pretende descobrir nem analisar aquilo que o autor ou autora de uma determinada obra quer

dizer em seus textos, mas sim promover uma reflexão a partir das diferentes e possíveis interpretações que derivam de um mesmo texto.

Frente às práticas de exclusão social e cultural e, nelas, a de exclusão escolar, a crença a respeito de que tipo de texto cada pessoa pode ou não pode ler, mitifica a prática de leitura tornando-a prática distintiva. A escolarização e a especialidade passam a esconder e a sustentar discriminação por classe social, idade, grupo cultural, sexo (MELLO, 2003).

A Tertúlia Literária Dialógica surgiu em 1978, na Escola de Educação de Pessoas Adultas de La Verneda de Sant-Martí, em Barcelona, Espanha. Foi criada por educadores e participantes. Atualmente é difundida pela Confederação de Federações e Associações de Participantes em Educação e Cultura Democrática de Pessoas Adultas (Confapea), da Espanha, por meio do projeto “Mil y Una Tertulias Literarias Dialógicas por Todo el Mundo”.

No Brasil, as Tertúlias Literárias Dialógicas são divulgadas e desenvolvidas pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa – Niase, da Universidade Federal de São Carlos. Este Núcleo é composto por pessoas de diferentes áreas de conhecimento (professores universitários, alunas e alunos de doutorado, de mestrado e de graduação da Universidade Federal de São Carlos e de outras instituições).

O Niase foi criado a partir e com base nos estudos realizados junto ao Centro de Investigação Social e Educativa – Crea, da Universidade de Barcelona/Espanha (MELLO, 2002a). No Niase, são desenvolvidas ações de pesquisa, ensino e extensão considerando-se diferentes práticas sociais e educativas, com o objetivo de contribuir para a superação da exclusão social, cultural e educacional.

Na extensão universitária, as ações do Niase se dão por meio do Programa de Extensão “Democratização do conhecimento e do acesso à escolarização”, da Universidade Federal de São Carlos. A Tertúlia Literária Dialógica é um dos projetos desenvolvidos pelo Niase, no programa de extensão e na linha de pesquisa “aprendizagem dialógica e ações comunicativas”, do diretório de grupo do CNPq.

O Niase divulgou o projeto e iniciou o primeiro grupo de Tertúlia na cidade de São Carlos/SP e, desde então, o projeto vem sendo desenvolvido, por meio de parcerias, em diferentes instituições.

Com relação a esse projeto, prevêem-se os seguintes objetivos (MELLO, 2002b):

1. Promover o encontro de pessoas distintas entre si (diferentes gerações, regiões de origem, descendências, etc.) com obras da literatura clássica, internacional ou nacional.
2. Promover o diálogo e a reflexão entre diferentes pessoas em torno das obras lidas e dos temas que elas suscitam.
3. Estimular o acesso a diferentes conhecimentos e modos de vida, como ampliação da solidariedade e da possibilidade de convívio entre as pessoas.
4. Explicitar a existência da inteligência cultural como capacidade de se aprender diferentes coisas ao longo de toda a vida.
5. Auxiliar na criação de sentido para a leitura como atividade cultural, de direito de todos.

Metodologia

Na origem das Tertúlias, na Escola de Educação de Pessoas Adultas de La Verneda de Sant Martí, em Barcelona/Espanha, pessoas que estavam aprendendo a ler e a escrever, ou que se firmavam neste processo, aceitaram o desafio de quebrar um muro cultural, colocado pelo discurso dominante a respeito de que a literatura Universal só pode ser lida e entendida por quem teve longa formação acadêmica. Passaram a se encontrar semanalmente com autores e autoras como Kafka, Proust, Machado, Youcernart, etc.

Seguindo o que ali se começava a construir, enquanto concepção de educação, a dinâmica foi sendo estabelecida a partir dos princípios da aprendizagem dialógica (FLECHA, 1997). A aprendizagem dialógica é um conceito elaborado pelo Centro de Investigação Social e Educativa (Crea), da Universidade de Barcelona, com base nas contribuições de Paulo Freire, para a Educação, e de Habermas para a Sociologia. Implica sete princípios que são indissociáveis: diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental, criação de sentido, solidariedade e igualdade de diferenças.

O diálogo igualitário implica que em uma Tertúlia são respeitadas todas as falas igualmente; o que não se aceita é que nenhuma pessoa queira impor a sua idéia como válida. Pressupõe que o encontro se dá entre sujeitos capazes de linguagem e ação. Assim, as diferentes manifestações são consideradas em função da validade dos argumentos, e não da posição de poder de uns sobre os outros. A relação é estabelecida em torno do que cada pessoa pode trazer à discussão e à aprendizagem de determinado tema — o que não implica o questionamento de conhecimentos estabelecidos, como aconteceria numa perspectiva construtivista, mas de considerar argumentos que se apóiam não apenas no mundo objetivo, como também no mundo social e no mundo subjetivo (como construção de intersubjetividades) (MELLO, 2002a).

O princípio de diálogo igualitário é possível porque está apoiado em outro: o de inteligência cultural. Entende-se que ao longo de nossa vida aprendemos muitas coisas e de maneiras muito diversas. Todas as pessoas têm uma inteligência cultural, ou seja, têm as mesmas capacidades para participar de um diálogo igualitário, ainda que cada uma possa demonstrá-las em ambientes distintos (FLECHA, 1997). Esta inteligência se desenvolve segundo os contextos de inserção das pessoas, permitindo, portanto, reformulações constantes a partir das novas inserções e interações (MELLO, 2003).

Vivendo o processo de diálogo igualitário, com base na inteligência cultural, as pessoas vão podendo viver transformações pessoais quanto à sua auto-imagem e à maneira de se colocarem no mundo, produzindo transformações nas relações estabelecidas em seu entorno imediato e podendo chegar a se engajar em movimentos mais amplos, pela transformação social e cultural. Realiza-se, desta maneira, o princípio de transformação, constitutivo da aprendizagem dialógica.

A aprendizagem instrumental é outro princípio envolvido. O acesso a um conhecimento sistematizado em conteúdos e habilidades acadêmicos não é desprezado. Flecha (1997) esclarece que: “o dialógico não se opõe ao instrumental, mas sim à colonização tecnocrática da aprendizagem. É dizer, evita que os objetivos e procedimentos sejam decididos à margem das

peessoas, protegendo-se atrás de razões de tipo técnico que escondem os interesses excludores de umas minorias” (p. 33).

Como esclarece um participante da Tertúlia da Escola de La Verneda de Sant-Martí:

O diálogo possibilita também que aprendamos conhecimentos mais acadêmicos e instrumentais, já que quando lemos e comentamos uma obra também nos interessamos pelo que acontecia na época em que foi escrita, a qual movimento literário pertence, quais são suas características. Tudo isso é pesquisado por quem quer, perguntando-se a familiares, procurando-se em enciclopédias, na internet... e depois é exposto ao grupo. (CONFAPEA, 1999)

Deste processo, de acordo com Flecha (1997) surge a criação de sentido, como possibilidade de sonhar e agir, dando sentido à própria existência. Ao se unirem, no processo de aprendizagem, conhecimentos vindos das instituições que estruturam a sociedade moderna (escola, ciência, literatura, etc.) e vindos do mundo da vida, proporciona-se um enriquecimento mútuo a esses dois âmbitos da vida. Permite-se a integração do cognitivo, do ético, do estético e do afetivo, superando-se a sensação de desilusão e fragmentação trazidas pela crescente necessidade de se mover e de escolher na atual sociedade, sob a pressão dos muitos riscos que temos que enfrentar. Uma criação de sentido que se dá em torno da vida coletiva, embora beneficie diretamente a vida pessoal.

A solidariedade encontra-se nas Tertúlias Literárias Dialógicas já de partida, na solidariedade de condutores da atividade com as pessoas em situação de exclusão, priorizando sempre a sua participação. Isto se garante desde a gratuidade da atividade, até o apoio a que pessoas que têm vergonha possam expor suas idéias e serem respeitadas nesta exposição. Não se busca impor a própria verdade, mas promover a aprendizagem conjunta entre todos. Destas relações de respeito e solidariedade nos encontros, vão nascendo ações de solidariedade com a comunidade mais ampla.

Por fim, a aprendizagem dialógica supõe e cultiva a igualdade de diferenças, como “o mesmo direito de cada pessoa de viver de forma diferente” (FLECHA, 1997, p. 42). Tal proposição supera tanto a concepção homogeneizante de igualdade, como a concepção relativista de diferença — “quando se expõe a diferença separada da igualdade, geram-se desigualdades” (FLECHA, *ibid.*, p. 42). As pessoas têm garantido o igual direito a expor suas idéias e argumentar, não se pretendendo uma homogeneização de opiniões e pontos de vista, mas o conhecimento de diferentes perspectivas e a potencialização de processos reflexivos.

A partir de tais princípios, educadores e participantes foram, na escola de La Verneda de Sant-Martí, desenvolvendo e aperfeiçoando a dinâmica da atividade. Flecha (1997) assim sintetiza tal dinâmica:

A tertúlia literária se reúne em sessão semanal de duas horas. Decide-se conjuntamente o livro e a parte a comentar em cada próxima reunião. Todas as pessoas lêem, reflexionam e conversam com familiares e amigos durante a semana. Cada uma traz um fragmento eleito para ler em voz alta

e explicar por quê lhe há resultado especialmente significativo. O diálogo se vai construindo a partir dessas contribuições. Os debates entre diferentes opiniões se resolvem apenas através de argumentos. Se todo o grupo chega a um acordo, ele se estabelece como a interpretação provisoriamente verdadeira. Caso não se chegue a um consenso, cada pessoa ou subgrupo mantém sua própria postura; não há ninguém que, por sua posição de poder, explique a concepção certa e a errônea (p. 17-18).

Tanto a dinâmica como elementos de estabilidade da atividade devem ser respeitados para se garantir a efetiva participação e a aprendizagem dialógica. Como elementos de estabilidade são ressaltados: a) que se garanta que a Tertúlia ocorra sempre no mesmo horário e local e b) que mantenha sua duração de duas horas. É importante que os participantes possam nela entrar e dela sair quando necessitem ou desejem, sabendo que a atividade ali estará quando a ela quiserem retornar. Também é importante que não seja interrompida durante sua realização, e nem cancelada para o desenvolvimento de outra atividade.

Tais elementos foram sendo indicados pelos participantes da Tertúlia de La Verneda, ao longo dos anos de seu desenvolvimento, como fatores de respeito às pessoas que freqüentam atividades educacionais e culturais, e foram estendidos a todas as outras atividades da escola. Mais tarde, foram confirmados como elemento-chave de participação na educação de pessoas adultas, em pesquisa ampla desenvolvida pelo Crea (1996) em toda a Catalunha.

Aqui no Brasil, o Niase oferece e coordena a Tertúlia Literária Dialógica desde 2002. Neste período, desenvolveu e vem desenvolvendo a Tertúlia em diferentes instituições, e aperfeiçoando as características da oferta, com base nos princípios, dinâmica e elementos de estabilidade já descritos, para que se efetive como atividade transformadora.

Enquanto metodologia de aproximação e de relacionamento com as instituições parceiras, ao ser procurado, o Niase explica os princípios, a dinâmica e a necessidade de garantia de estabilidade da Tertúlia, a um responsável da instituição requerente. Depois, em comum acordo com o responsável da instituição, organiza e realiza a divulgação da atividade junto aos participantes, explicando-lhes a origem, a finalidade e a dinâmica do trabalho e realizando uma pequena demonstração da atividade. Em diálogo com os participantes e responsáveis da instituição, é escolhido o dia, o local e o horário da atividade. A condução é então assumida por um membro do Niase e apoiada por outro.

A formalização do projeto junto aos parceiros tem sido feita por meio de solicitação por escrito e assinatura de compromisso, por parte do parceiro, de que as condições de estabilidade da atividade serão por ele garantidas. Tal formalização tem sido realizada semestralmente.

Desenvolvimento, resultados e discussão: Tertúlias Literárias Dialógicas no Brasil

O primeiro grupo de Tertúlia Literária Dialógica, no Brasil, funcionou de setembro de 2002 a junho de 2003 na Biblioteca Comunitária da UFSCar. Este grupo estava formado por professores, alunos de graduação e pós-graduação da UFSCar e pessoas da cidade. Reunia-se uma vez por semana e teve, como função principal, a formação de condutores da atividade em outras instituições. Neste grupo, foram lidos e debatidos os livros “Germinal”, de Emile Zola,

e “A casa de Bernarda Alba”, de García Lorca. Essa Tertúlia foi extinta em junho de 2003, por decisão do grupo, já que sua função de formação de condutores fora realizada e que se configurou como uma Tertúlia de pessoas da universidade e que não sofrem nenhum tipo de exclusão social ou educativa — para o que se destina o trabalho com as Tertúlias Literárias Dialógicas. Pode-se dizer que a decisão do grupo foi pautada no contraste que se vivia entre esta Tertúlia e a que fora criada, concomitantemente a ela, no ano de 2002, junto à Universidade da Terceira Idade – Uati, da Fundação Educacional de São Carlos – FESC, da Prefeitura Municipal de São Carlos, onde a atividade cumpria sua função.

Desde outubro de 2002, a Tertúlia Literária Dialógica se efetivou na Uati, junto a homens e mulheres de diferentes idades, ascendências, grupos sociais e graus de escolaridade, que se juntaram ao movimento internacional em dois grupos de Tertúlia Literária Dialógica (ver BENTO et. al. 2003a).

Primeiro nasceu a turma da manhã que, desde outubro de 2002, reúne-se na sala de leitura da Uati, às quintas-feiras, das 8h às 10 horas, com pelo menos dois membros do Niase, para ler e discutir as obras da literatura clássica universal. Neste tempo, foram escolhidos, lidos e compartilhados os livros: “Memórias de Adriano”, de Margaret Youcenar; “Os Sertões”, de Euclides da Cunha. Atualmente, estão iniciando a leitura de “A Divina Comédia” de Dante Alighieri.

A segunda turma da Uati iniciou suas atividades em abril de 2003, por requisição de pessoas que não podiam frequentar a turma da manhã. Ela funciona das 14h às 16h, também às quintas-feiras. Desde seu início, foram lidas as seguintes obras: “Madame Bovary”, de Gustave Flaubert, “A Metamorfose”, de Franz Kafka e, atualmente, lê-se “No caminho de Swann”, de Marcel Proust.

Os participantes destas duas turmas de Tertúlia têm sido parceiros incondicionais no trabalho desenvolvido pelo Niase. São homens e mulheres que têm nos acompanhado em várias ocasiões e espaços de solidariedade com outros coletivos. A divulgação das Tertúlias em outras instituições, por exemplo, tem sido sempre feita em conjunto entre participantes da Uati e membros do Niase.

Uma das atividades marcantes que pudemos vivenciar com as turmas da Uati foi um espaço de comunicação, em tempo real, com participantes de Tertúlias de Barcelona/Espanha, por meio de uma videoconferência realizada nas dependências da UFSCar, em 14 de maio de 2003. Funcionários da UFSCar e pessoas do grupo de Tertúlia dedicaram um mês na preparação do evento (BENTO et. al, 2003b).

Foi também por meio da Uati, que teve início o terceiro grupo de Tertúlia da cidade. No mês de outubro de 2003, uma das participantes da Tertúlia da Uati comentou que sua filha, bibliotecária da escola estadual de ensino médio — EEEB “Esterina Placco” — estava interessada em oferecer a atividade aos estudantes da escola. Assim, decidimos entrar em contato com ela para contar um pouco sobre o projeto. Da primeira reunião informativa, que foi realizada na biblioteca da escola, participaram a bibliotecária e a vice-diretora da escola, participantes da Uati, a coordenadora e uma das moderadoras do projeto. Nessa reunião, foi combinada

a difusão do projeto entre os alunos do Ensino Médio e os participantes da Tertúlia da Uati, do período da manhã, fizeram uma demonstração da atividade, comentando sua experiência de leitura na Tertúlia. A demonstração foi realizada com o livro “Memórias de Adriano” de Marguerite Yourcenar.

A Tertúlia na Escola “Esterina Placco” foi desenvolvida de dezembro de 2003 a março de 2004, às quintas-feiras, das 16h às 18h. Os alunos participantes decidiram, por consenso, que o primeiro livro a ser lido seria “A revolução dos bichos”, de Orson Wells. Neste período, além da condutora e da pessoa de apoio do Niasse, participou na animação do grupo um senhor da Universidade da Terceira Idade, que se ofereceu para acompanhar-nos. A atividade foi suspensa em março de 2003, frente à troca de direção da escola.

Uma quarta Tertúlia foi também iniciada com a ajuda dos participantes da Uati, no final de 2003. O projeto desenvolvido pelo Núcleo UFSCar-Escola, curso Pré-vestibular, solicitou a atividade ao Niasse e, na primeira semana de novembro, foi feita a divulgação por pessoas do grupo e participantes da Tertúlia da Uati, do período da manhã, com o livro “Memórias de Adriano”, de Marguerite Yourcenar. Estiveram presentes aproximadamente 50 estudantes do cursinho nesta divulgação. A Tertúlia do Cursinho, que contou com quinze participantes, durou de novembro de 2003 a março de 2004, funcionando aos sábados, das 13h às 15h, nas dependências da UFSCar. Como as demais, foi conduzida por dois membros do Niasse — um como condutor e outro como apoio. O livro escolhido para ler foi “Primeiras Estórias”, de Guimarães Rosa.

Neste momento, junho de 2004, nasce mais um grupo de Tertúlia Literária Dialógica, junto a uma turma de Educação de Jovens e Adultos, na cidade de São Carlos. Homens e mulheres que realizam o equivalente às séries iniciais do ensino fundamental, começam a se reunir para escolher o livro a ler. Dos grupos com os quais trabalhamos, entendemos que este será o nosso maior desafio, já que estamos diante de pessoas que vivem e sofrem, em maior amplitude e profundidade, processos de exclusão social e cultural. cremos, no entanto, que os princípios do diálogo igualitário nos guiarão na interlocução com essas pessoas, como tem acontecido com os demais grupos.

Como principais resultados do trabalho desenvolvido pelo Niasse no projeto “Tertúlias Literárias Dialógicas” podemos indicar a participação de muitas pessoas nos grupos citados, vivenciando os princípios da aprendizagem dialógica. Vários depoimentos de participantes ilustram esta vivência.

Sobre o diálogo igualitário, destacamos duas falas:

- “A riqueza da literatura é a imaginação” – comentava uma participante ao se referir às possibilidades interpretativas que a atividade oferece. O que é reafirmado por outra participante:
- “Aqui não é preciso chegar a um consenso nas interpretações que se fazem sobre a leitura”.
Sobre a transformação, vale ressaltar os seguintes depoimentos:
- “O autor considera que os fatos não influem sobre as crenças. Mas existem fatos que são possibilidades de mudança de crenças, e isto é aprender” – comentário de uma participante sobre o livro “No caminho de Swann”.

- “Se não fosse a Tertúlia, eu nunca iria ler um livro como este” – relato de uma participante da Tertúlia quando fala sobre o livro “Os Sertões”.

Quanto à dimensão instrumental da educação, a leitura de “Os Sertões” pelos participantes da Uati foi prova intensa deste princípio. A leitura de textos de história, a retirada do filme de mesmo nome, as informações trazidas sobre o autor, tudo por iniciativa própria, estimulada pelos condutores, foram constituindo um aprofundamento tão grande de conhecimento que possibilitou a ultrapassagem de mitos em torno do livro, do autor e do contexto tratado:

- “Ele primeiro escrevia normal e depois trocava tudo por palavras mais rebuscadas” – participante.
- “Isto que ele fala sobre os mulatos não há teoria que sustente. É pura ignorância e preconceito” – participante.
- “A vida inteira eu pensei que o Estado de São Paulo tivesse sido invadido pelos nordestinos. No livro eu vi que, muito antes, os paulistas invadiram o nordeste para roubar as suas riquezas” – participante.

Enquanto criação de sentido, damos como exemplos:

- “Rotina escraviza ou as pessoas se deixam escravizar por ela, as tecnologias tiram a gente da rotina” – participante se referindo à videoconferência entre Uati e a Espanha.
- “O hábito pega a gente pelos pés, braços, coração” – participante referindo-se ao livro “No caminho de Swann”.

Frente à leitura de “Memórias de Adriano”, muitos foram os momentos de criação de sentido no diálogo. Falou-se sobre vida e morte, a renúncia da velhice para se preparar para a morte; a morte versus o processo de Crisálida (como pessoa se esconde para esperar a morte); o mistério de estar aqui no mundo; comunicação não mais em vida (questão de religião). Batel & Bogado (2003) assim sintetizaram o interesse pelo tema:

“O tema despertou distintos sentimentos nas/os participantes, a maneira como vivemos a morte das pessoas que amamos, e a proximidade da morte vivida por uma ou outra pessoa do grupo em algum momento da vida. A morte está presente em qualquer fase da vida e não só na velhice. Por isso, é preciso recriar o sentido tanto da idade como da morte, a idade pode ser registro da vida, de experiências, de conhecimentos; enquanto que a morte pode ser um momento de reavaliação da vida das pessoas. No diálogo, surgem alternativas, outras formas de encarar o tema, a valorização dos sonhos e dos projetos como motores da vida”.

Os livros “Madame Bovary” e “Memórias de Adriano” inspiraram muitas reflexões sobre solidariedade e, no caso, a solidariedade necessária entre as mulheres e para com elas, para que se possa transformar a sua situação de desvantagem social. Sobre tal debate Guerios et al. (2003) afirmam: “Ao fazer sua reflexão sobre as palavras do autor, a participante disse que ‘a vida das mulheres é demasiado limitada’ não por incompetência própria, mas por falta de tempo para crescer. Criar filhos exige muito. Somos cobradas por não dar atenção suficiente à família ou, em não optando pela maternidade, por não sermos completas na plenitude do ser. As próprias mulheres são as maiores críticas (‘se eu agisse assim, também poderia ser grande na

vida — ter preferido a carreira a filhos’), ao invés de colaborarem com o crescimento da outra, dando apoio à criação de seus filhos”.

Por fim, a igualdade de diferenças, como entendimento de que todas as pessoas das Tertúlias são iguais e diferentes, e isto implica o direito de todas a viver e a pensar de maneira diferente, se exercita em relação às emoções e a situações. Os fatos produzem reações distintas nas pessoas. As emoções são distintas de um para outro, mas todos somos iguais na humanidade. Uma participante da Tertúlia do cursinho relatava em um encontro: “Perceber que as pessoas respeitam as diferenças diminui meu medo de falar sobre o livro.”

O princípio de inteligência cultural é o que permite que os outros se estabeleçam. Cada um dos depoimentos anteriores é exemplo, também, deste princípio: aprendemos reportados a contextos e nas interações e, estando em constante interação, sempre estamos nos transformando. A partir da aprendizagem dialógica, pretendemos fazer da Tertúlia um contexto de interação positivo e transformador.

Como produto e divulgação do trabalho, no decorrer de 2003, o grupo envolvido no trabalho de Tertúlias apresentou três comunicações orais e um painel em Congressos acadêmicos e publicou quatro artigos sobre a atividade. São eles: dois trabalhos apresentados no I Congresso Regional de Pessoas Adultas (I Crepa), sendo um deles de autoria de duas participantes da Tertúlia juntamente com um membro do Niase, e outro apresentado no II Encontro sobre Prática de Leitura, Gênero e Exclusão. 14º Congresso de Leitura realizado em Campinas.

Conclusões

Como podemos ver, conforme consta da proposta da atividade, por meio de sua metodologia consegue-se que pessoas, que muitas vezes nunca leram um livro, desfrutem de obras da literatura clássica. Por meio dos princípios da Aprendizagem Dialógica promove-se, ainda, acesso ao conhecimento histórico, literário e sociológico, de diferentes culturas (no caso do Brasil, diversidade advinda das descendências e das migrações internas).

Ao estimular o acesso à literatura como direito de todas as pessoas, independente de idade, grau de escolaridade, profissão, etc., ajuda-se a democratizar uma atividade cultural que muitas vezes é vista como atividade de propriedade de determinado estrato social, profissional ou escolar.

Por fim, vale ressaltar o espaço de aprendizagem que as Tertúlias Literárias Dialógicas constituem para os estudantes de doutorado, mestrado e graduação dos cursos da UFSCar e para professor da universidade, que compõem o Niase. O aprendizado de estabelecimento de diálogo igualitário entre pessoas com diferentes origens favorece o exercício dos princípios teóricos que o projeto envolve e que são a base de todos os projetos do Niase. Estamos envolvidas e envolvidos em processos de estudos conjuntos, tomada de decisão em processo de democracia deliberativa e ação social e produção de conhecimentos acadêmicos que só são enriquecidos pelo que aprendemos com tantos homens e mulheres, meninas e meninos com quem compartilhamos palavras nos grupos de Tertúlia.

Referências bibliográficas

BATEL, T.; BOGADO, A. *Tertúlia literária dialógica: superando o preconceito pela idade*. In: I CONGRESSO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PESSOAS ADULTAS – I CREPA, São Carlos, nov. 2003. Anais. São Carlos: UFSCar-Prefeitura Municipal de São Carlos, 2003. CD-ROM.

BENTO, P.; BRAGA, M.; RODRIGUES, E. As tecnologias de informação como espaços de diálogo e aprendizagem – videoconferência In: I CONGRESSO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PESSOAS ADULTAS - I CREPA, São Carlos, nov. 2003. *Anais*. São Carlos: UFSCar-Prefeitura Municipal de São Carlos, 2003. CD-ROM.

____ et al. *Tertúlia literária dialógica: prática de leitura e descolonização do mundo da vida..* In: II ENCONTRO SOBRE PRÁTICA DE LEITURA, GÊNERO E EXCLUSÃO e 14º CONGRESSO DE LEITURA. Campinas: jul. 2003. *Anais*. Campinas: [s.n.], 2003. CD-ROM.

CONFAPEA. *Tertulias literarias dialógicas*. Barcelona: Espanha, 1999. (Mimeografado).

CENTRE DE RECERCA SOCIAL I EDUCATIVA. *Participación y no participación en la formación de personas adultas en Catalunya*. Barcelona: UNESCO-CIDE, Generalitat de Catalunya, 1996.

FLECHA, R. *Compartiendo palabras: el aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo*. Barcelona: Paidós, 1997.

GUERIOS, S.; MARINI, F.; SARTORI, R. *Tertúlia literária dialógica: vozes de mulheres*. In: I CONGRESSO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PESSOAS ADULTAS - I CREPA, São Carlos, nov. 2003. *Anais*. São Carlos: UFSCar-Prefeitura Municipal de São Carlos, 2003. CD-ROM.

MELLO, R. *Comunidades de aprendizagem: contribuições para a construção de alternativas para uma relação mais dialógica entre a escola e grupos de periferia urbana*. 2002. Relatório (Pós-Doutorado) – Centro de Investigação Social e Educativa – Crea, Universidade de Barcelona.

MELLO, R. Projeto de extensão: tertúlias literárias dialógicas. In: MELLO, R. *Programa de extensão: democratização do conhecimento e da escolarização*. São Carlos: Pró-Reitoria de Extensão, Universidade Federal de São Carlos, 2002.

MELLO, R. *Tertúlia literária dialógica: espaço de aprendizagem dialógica*. Revista *Contrapontos: Revista de Educação da Universidade do Vale do Itajaí*, v. 3, n. 3, p. 449-457, set./dez. 2003.

- **A exposição é o caminho: desafios e discussões na implantação da ação educativa em espaços de ciência**

Rita de Cássia Marques, Doutora em História. Coordenadora do Projeto Memória e Cultura Médica de Minas Gerais. Professora da Escola de Enfermagem

André Vieira Guimarães, Graduando em História

Lizziane Melo Barros, Graduando em História

Luis Gustavo Molinari Mundin, Graduando em História

Luiz Fernando Silva Ferreira, Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais – Faculdade de Medicina

Resumo

O Projeto Memória e Cultura Médica de Minas Gerais vem se ocupando desde 1998 da organização do acervo e da revitalização do espaço do Centro de Memória da Medicina da Faculdade de Medicina da UFMG. Nesse período foi implantada uma biblioteca para pesquisa de história da medicina e revitalização do espaço museal com organização de exposições temporárias e, recentemente, foi inaugurada uma exposição permanente com uma proposta de Ação Educativa e de exposição itinerante. Há uma interação do público com o acervo. As peças foram identificadas, pesquisadas quanto ao funcionamento e disponibilizadas para o público. Os equipamentos são tocados, experimentados e desvendados. Realização de uma gincana para os participantes de visita monitorada. Uma proximidade dos educandos com os objetos, exclusivos da prática médica, aguça a curiosidade, facilita a compreensão de conceitos e práticas da medicina, como da ciência em geral. Por meio das peças do museu, aspectos da história da medicina, assim como da biologia e da física podem ser aprendidos de forma divertida. Usando seu espaço interativamente, o museu potencializa a capacidade de ser um espaço de aprendizagem e não somente um local de visita.

Palavras-chave: ação educativa, museu, difusão científica

Introdução e objetivos

O Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais – Cememor foi criado em 1977, com a finalidade de funcionar como museu e laboratório de ensino e pesquisa. Ao longo de mais de 25 anos de existência, o Cememor tem recolhido um importante e vasto acervo que documenta aspectos diversos relacionados à prática e ao conhecimento científico na área da saúde. A diversidade do acervo contempla materiais divididos entre: documentos de arquivos institucionais e privados, livros, fotos e quadros, objetos tridimensionais (especialmente equipamentos e instrumentos médico-hospitalares). Entretanto, por falta de pessoal especializado e insuficiência de financiamento, o acervo que foi sendo recolhido ao longo desse período,

não recebeu tratamento e acondicionamento adequados. Essa situação colocava em risco a conservação do acervo sob sua guarda, além de dificultar sua disponibilização para o público e o exercício de sua função de transmissor e difusor do conhecimento científico no campo da saúde. Isso contrariava duas das principais diretrizes que nortearam a criação do Cememor, quais sejam, a preservação e a difusão da memória científica da saúde. Com a implantação do projeto Memória e Cultura Médica em Minas Gerais, no ano de 1998, foi possível viabilizar uma série de medidas para o tratamento desse acervo, tais como: higienização, classificação, recuperação e a organização com vistas à sua disponibilização para os pesquisadores e consultantes que demandam o Cememor. O projeto, desde sua implantação, contou com o apoio da Faculdade de Medicina da UFMG; recebeu auxílio financeiro da Fundação de Amparo a Pesquisa em Minas Gerais (Fapemig) nos anos de 2000 e 2001; da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG – Proex desde 2001 e, a partir de 2004, também do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Em 2001, o Cememor passou a integrar a Rede de Museus, Centros e Espaços de Ciência e Tecnologia da UFMG, uma iniciativa da Proex que visa a articular metodologicamente as diversas experiências em curso nos espaços de ciência existentes na UFMG, possibilitando a oferta de ambientes interativos de ciência e cultura e a formação de recursos humanos. Com os auxílios recebidos, iniciou-se no Cememor o trabalho de organização do seu acervo. Inicialmente a preocupação maior foi com o material bibliográfico. O Cememor sempre foi ponto de reunião de pesquisadores da história da medicina de Minas Gerais e, em fins de 2001, foi elaborado um projeto propondo um novo circuito de exposição para uma das salas do museu — a antiga sala denominada “Museu de Tecnologia da Medicina”. A temática escolhida para a montagem dessa nova exposição privilegiou a História da Medicina, partindo dos cuidados dispensados ao corpo doente desde os primórdios da civilização, a percepção das doenças e as práticas curativas, até o desenvolvimento de uma medicina científica e suas especialidades, cujo enfoque está voltado para os séculos XIX e XX. Essa exposição, intitulada Medicina e História: Um olhar sobre o acervo do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais, foi aberta ao público no segundo semestre de 2003 e contou com o auxílio da Profa. Fernanda Borges e de quatro estagiários da Faculdade de Arquitetura da UFMG. A equipe interdisciplinar, que se formou para conceber a exposição, trabalhou com a concepção de museu como um espaço de educação não formal, de lazer e cultura. Esse novo circuito de exposição tem como objetivo contribuir com a difusão científica e a aprendizagem, despertando o interesse e a vocação de novos pesquisadores. Assim, durante este ano de 2004, vem sendo desenvolvido um trabalho voltado para a montagem de atividades de exploração da exposição — Ação Educativa — direcionada aos alunos do ensino fundamental e médio, de escolas da rede pública e particular da cidade de Belo Horizonte. A demanda externa por atividades dessa natureza é bastante expressiva, tomando-se como exemplo as experiências de sucesso desenvolvidas pelo Museu de Morfologia do Instituto de Ciências Biológicas – ICB da UFMG, pelo Observatório da Serra da Piedade e pelo Museu de História Natural da UFMG. Além disso, a capacidade de atendimento ao público ainda está aquém das solicitações, existindo uma demanda não-atendida bastante significativa, haja vista o crescimento da população

estudantil. Sabemos que no país existem diversos acervos que documentam a história e a evolução da ciência. Porém, de nada servirão se não forem objeto de tratamento e organização e se não estiverem disponibilizados para o público. A informação só existe na presença de um receptor, só adquire sentido numa relação dialógica. Da mesma forma, qualquer artefato só se transforma em testemunho quando apresentado/reconhecido como tal. Se não comunicam nada e não são reconhecidos pela população, objetos, práticas e idéias perdem seu caráter de patrimônio, de herança cultural a ser preservada, investigada e transformada. Entre os objetivos dessa visita-orientada está: a consolidação dos conhecimentos apreendidos, estimulando a curiosidade e o espírito de investigação; a difusão da memória e o patrimônio da história e da cultura médica de Minas Gerais; ampliar o atendimento ao público interno e externo à UFMG; integrar o Cememor, de modo mais efetivo, nas atividades extensionistas da Rede de Museus da UFMG; organizar mostras com o material do acervo em exposições provisórias e itinerantes. Este projeto também vem contribuindo para a melhoria dos recursos humanos que atendem aos museus da UFMG, ao se ocupar da preparação dos bolsistas que servem ao espaço.

Metodologia

A atividade pedagógica vem sendo elaborada dentro de uma perspectiva interacionista, onde o museu se consolida como um espaço de comunicação e aprendizagem. Essa metodologia visa a integrar visitante/museu numa relação dialógica, contrapondo-se à idéia de um museu contemplativo, no qual o visitante é colocado como agente passivo no processo de construção do conhecimento. Desenvolvida de forma efetiva desde a década de 1980, a idéia de “aprender fazendo” consolidou-se como uma necessidade pedagógica a ser desenvolvida em espaços de ciência. Nos museus essa perspectiva se refletiu nas chamadas exposições *push button*. Este tipo de exposição caracterizava-se por uma interação mecânica, na qual os visitantes acionam dispositivos do tipo “girar manivelas” ou apertar botões, obtendo respostas relacionadas aos elementos expostos. Entretanto, esta interatividade revelou-se ineficiente por não proporcionar um envolvimento efetivo entre o visitante e os aparatos em questão. Constatou-se que este simples “apertar de botões” na verdade limitava as possibilidades de interpretação do conhecimento exposto, ao gerar apenas um tipo de resposta quando do acionamento do mecanismo. A interatividade, por si só, era tida como sinônimo de êxito e qualidade na comunicação com o visitante. Isto porque no modelo *push button*, o conhecimento era dado para o visitante de forma ágil e compacta. No entanto, a interatividade deve estar intrinsecamente ligada a uma prática pedagógica bem definida que considere as especificidades do espaço e da educação não formal. Tendo a interatividade como princípio, procedeu-se um minucioso estudo das peças expostas, procurando por informações sobre sua história e funcionamento. Realizou-se ampla pesquisa em catálogos antigos de equipamentos, que foi enriquecida pela contribuição de alguns ex-professores da Faculdade de Medicina que se prontificaram a falar sobre os equipamentos. Os módulos pensados para a organização da exposição foram assim definidos: história geral da medicina, anatomia, bacteriologia, cirurgia, radiologia, sala de estudos, oftalmologia e odontologia. Para o desenvolvimento da Ação Educativa foram distribuídas entre os educandos,

fichas para anotações, as denominadas “fichas de médicos”(nome, idade, escola e pistas) e “ficha de resposta”(dividida para as respostas dos módulos), prancheta, lápis e borracha. Interagindo com o acervo exposto o visitante deixa de ser um mero visitante e torna-se um educando, pois ao entrar em contato com as peças, aprende sobre seu funcionamento, seu porquê e seu período histórico. O desafio proposto aos educandos parte da distribuição de pistas pelos diversos módulos, levando-os a interagir com as peças. A compreensão dos módulos permite descobrir a resposta das pistas do desafio espalhadas pela exposição. Ao fim da visita, os pontos são somados e os vencedores aclamados. A primeira atividade da visita foi desenvolvida em torno do painel pintado por Jarbas Juárez e que traça um panorama histórico das práticas de tratamento e cura das doenças desde a pré-história até a medicina atual. A decomposição das cenas do quadro é o mote para a visita: 14 gravuras, com situações características de várias fases da história da medicina, foram distribuídas aos visitantes para que as relacionassem às cenas retratadas no painel. A proposta da atividade é fazer com que o aluno perceba que o cuidado com o corpo está relacionado com um contexto histórico. Para o segundo módulo, que trata da anatomia e bacteriologia como base para a cirurgia, duas atividades foram desenvolvidas: uma em torno do microscópio e outra sobre os diversos instrumentos cirúrgicos. Na atividade do microscópio, lâminas foram selecionadas e entregues para a observação do grupo. Após um tempo de observação, gravuras com imagens de estruturas microscópicas foram distribuídas para que os alunos as identificassem e as relacionassem com a imagem vista do microscópio e anotassem as conclusões na ficha de resposta. Ao lado da mesa de cirurgia, os educandos recebem fotos de equipamentos e instrumentos utilizados em várias profissões. É pedido aos mesmos que identifiquem aqueles objetos que se relacionam com a prática cirúrgica. As respostas devem ser anotadas na ficha de resposta. No módulo raio X, foram colocadas várias chapas de raio-X com diferentes doenças ou traumas para que os alunos tentassem identificar o diagnóstico. Cada grupo escolhe uma chapa que contém pistas para ajudar os alunos. As pistas ficarão no módulo da sala de estudos e os educandos, por meio de um representante, têm um tempo para achar as pistas e identificar as chapas. Após a “brincadeira-diagnóstico” discute-se o impacto da descoberta do raio X na medicina, relacionando-a aos recentes avanços na área de diagnóstico por imagem. O módulo da oftalmologia foi contemplado com a atividade “Caixa de Lentes” — uma caixa histórica com o acervo das lentes utilizadas nas consultas oftalmológicas na metade do século XX. Com a apresentação e disponibilização do conteúdo da caixa, o visitante pode interagir com o material e dessa forma, experimentar como era realizado o exame para determinar o tipo de lentes que o paciente deveria usar. A técnica da época é mostrada ao mesmo tempo em que se explica o processo, que parte do mesmo princípio, mas que foi modernizado pela tecnologia. Duas deficiências visuais — miopia e hipermetropia — são explicadas com o recurso de gravuras que reproduzem as imagens vistas por um míope e um hipermetrope. O último módulo a ser trabalhado é o do consultório odontológico. Nesse módulo é trabalhado o ‘jogo das diferenças’, onde os alunos devem descobrir as diferenças entre as imagens que reproduzem cenas da prática odontológica em tempos históricos diversos. Com isso busca-se a compreensão da odontologia como uma prática de cuidado do corpo, relacionando seus métodos

com a história. Com essa atividade finda-se a proposta da Ação, restando a correção das respostas pelos monitores e a declaração do grupo vencedor. Assim, a elaboração das atividades de Ação Educativa desenvolvida no Cememor buscou desenvolver atividades de interação que proporcionassem, além da participação do educando, a possibilidade de construir um conhecimento processual que integre as questões científicas a um contexto histórico e cultural.

Resultados e discussão

A montagem da atividade de Ação Educativa contou com a colaboração do Professor Dr. Luis Carlos Villalta, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, que tem orientado a elaboração do trabalho de exploração pedagógica a ser apresentado a escolas e educadores e desenvolvido com os grupos de visitantes. Para tanto, têm sido realizadas reuniões periódicas entre toda a equipe envolvida com o projeto, no sentido de estabelecer e explorar as diretrizes definidas para essa atividade. A Ação Educativa, desenvolvida no museu do Cememor, foi pensada a partir da definição de um público-alvo, privilegiando-se os estudantes do ensino fundamental e médio. O objetivo é trabalhar o desenvolvimento do conhecimento na área da saúde, que exerce um impacto científico, tecnológico, social e cultural na formação de nossos jovens, funcionando como instrumento complementar de inclusão social, atendendo, ainda, aos professores da rede pública e particular, em um processo de educação permanente. O envolvimento dos professores no processo de educação não formal é fundamental para o sucesso da aprendizagem nestes espaços. Entendendo que museus e centros de ciências têm importante papel no processo de democratização cultural, a Ação Educativa visa a estabelecer uma comunicação dinâmica/interativa com o público. A atividade proposta sugere que o estudante desenvolva por si, a partir da interação com a exposição, o conhecimento. Assim, antes de conhecer a exposição, o educando é questionado sobre quais são suas expectativas em relação à visita e quais conhecimentos sobre o tema eles trazem, a priori, que deverão ser trabalhados pelos monitores durante a visita. A atividade apresenta várias dinâmicas para cada módulo da exposição, organizando-se como uma gincana. Consideramos o desafio como uma forma metodológica adequada para despertarmos nos jovens o interesse pela ciência médica e seu desenvolvimento. As atividades apresentadas propõem que os educandos percebam as mudanças verificadas nos objetos, práticas, processos e teorias relacionados ao cuidados com o corpo. Procedendo desta forma, eles mesmos percebem essas mudanças. Além disso, é pretendido que eles percebam como o olhar sobre as doenças e as práticas de cura varia ao longo do tempo. Após a elaboração da atividade, foi realizada uma visita-piloto com a participação de duas turmas do ensino médio do Colégio Técnico da UFMG – Coltec. Essa experiência serviu para avaliar as atividades propostas pela Ação Educativa, o comportamento dos alunos diante da dinâmica, a compreensão dos processos enfocados e as informações adquiridas/transformadas após as atividades. As visitas-piloto são um termômetro importante para que se observem os temas de interesses despertados pela exposição, informações processadas pelos estudantes, dificuldades e falhas que, por ventura, não tinham sido percebidas, possibilitando os ajustes dos eventuais problemas. A experiência realizada no

último mês de maio/2004 apontou aspectos importantes: por um lado, a metodologia baseada no desafio foi bem sucedida, haja vista o grande interesse e participação pela totalidade dos alunos; por outro, constatou-se a necessidade da criação de um novo espaço no qual os grupos possam ser recebidos, divididos e instruídos sobre a atividade a ser realizada, além da necessidade da redução do número de participantes de cada grupo para que o aproveitamento da visita seja mais eficaz. Estas impressões sobre a visita-piloto foram coletadas pelos monitores durante a visita e debatidas em reunião posterior. Foi também pedido aos alunos que fizessem uma avaliação apontando suas impressões sobre a visita que tem auxiliado na reformulação da atividade. Uma proposta para o desenvolvimento futuro é a confecção de cartilhas destinadas aos professores, que possam contribuir para ampliar e aprofundar aspectos trabalhados na exposição, como por exemplo: desenvolvimento da biologia; aspectos das ciências físicas e químicas presentes no conhecimento e na prática médica; descobertas tecnológicas relacionadas à medicina, entre outros. Além da visita-piloto e atendendo ao objetivo de organizar mostras itinerantes, parte da exposição foi apresentada ao público num evento externo ao espaço do Cememor. O evento “Público e Museus” aconteceu no Observatório Astronômico da UFMG, na Serra da Piedade (Caeté-MG), no dia 22 de maio de 2003. O Cememor levou para o local a mostra “As lentes na medicina” composta basicamente por peças dos módulos de bacteriologia e oftalmologia da sua exposição permanente. Aproveitando o fato do evento acontecer num observatório, cuja maior atração são as grandes lentes para ver o universo, o Cememor compareceu com uma caixa de lentes, usadas em exames de vista da primeira metade do século XX e um microscópio. As pequenas lentes foram disponibilizadas ao público que pôde manipulá-las e melhor entender como elas funcionam e para que servem. Com a ajuda das peças do museu, conceitos como miopia e hipermetropia e o funcionamento de um microscópio puderam ser explicados. O contato com as lentes simplifica a compreensão dos conceitos por qualquer tipo de público, desde o infantil até o de idosos e de deficientes físicos, como um grupo de surdos-mudos que puderam ver a diferença da imagem formada por lentes côncavas e convexas e de como se dá o mecanismo da visão. A nosso ver, a implantação das atividades da Ação Educativa fortalece o papel do Cememor como espaço de divulgação científica, ampliando as atividades extensionistas desenvolvidas pela UFMG e incentivando a prática da educação não formal junto ao público do ensino médio e fundamental.

Conclusões

A consolidação dos espaços de ciência é fator fundamental no processo de democratização do saber científico. Explorar o potencial de aprendizagem nesses ambientes é atividade indispensável para a difusão do conhecimento. Isto porque o acesso a essas fontes de conhecimento, guardadas nesses locais, não poderiam ser exploradas em sua totalidade nos espaços exíguos das salas de aula. Acreditamos que a prática de visitas aos museus ajuda na formação da cidadania dos estudantes, trazendo discussões sobre questões atuais relacionadas à prática e à ética científicas, como a produção de transgênicos ou a clonagem. As Ações Educativas, em museus e espaços de ciência, devem atuar como facilitadoras do processo de aprendizagem,

despertando a curiosidade e o interesse dos estudantes pelas questões atreladas ao conhecimento científico. O silêncio dos documentos textuais e tridimensionais guardados nos arquivos do Cememor, e agora disponíveis em exposição permanente e itinerante, podem e devem conviver com as perguntas curiosas de estudantes do ensino fundamental e médio e do público em geral. No meio das investigações que a exposição necessariamente suscita, risos, brincadeiras e diversão também devem fazer existir. Os caminhos da aprendizagem são diversificados, cabe aos organizadores das exposições perceberem as facetas que privilegiem o papel do visitante na produção do conhecimento. No caso do Cememor, a exposição visa a estabelecer um diálogo com o público. Diálogo esse, espera-se, que seja promissor e renove-se a cada nova turma que visite a exposição e a cada novo arranjo do material a ser exposto. Desta forma, o local da guarda da memória da medicina vitaliza-se ao estabelecer o fluxo permanente de comunicação com o público. A exposição é o caminho.

Referências bibliográficas

- BLOM, P. *Ter e manter*: uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CRESTANA, S. et al. *Educação para a ciência*: curso para treinamento em centros e museus de ciência. São Paulo: Livraria da Física, 2001.
- CRESTANA, S.; CASTRO, M. G. de; PEREIRA, G. R. de M. (Orgs.). *Centros e museus de ciência*: visões e experiências; subsídios para um programa de popularização da ciência. São Paulo: Saraiva, Estação da Ciência, 1998.
- GOUVÊA, G.; MARANDINO, M.; LEAL, M. C. (Org.). *Educação e museu*: a construção social do caráter educativo nos museus de ciência. Rio de Janeiro: Access, 2003.
- FIGUEIREDO, B. G. *Exposição medicina e história*: um olhar sobre o acervo do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais. Belo Horizonte: 7 nov. 2003 (folder).
- MOURÃO, R. *A nova realidade do museu*. Ouro Preto: Minc-IPHAM, 1994.
- SANTOS, M. C. T. M. *Repensando a ação cultural e educativa dos museus*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.
- VALDÉS, J. F. (Org.). *Como hacer un museo de ciencia*. México: [s.n.] 1998.

- **Gerais de Minas: a expressão popular nas manifestações culturais do povo mineiro**

Gustavo Pereira Côrtes, Mestre em Educação. Professor do Departamento de Educação Física. Coordenador do Projeto de Extensão Escola de Dança e Ritmo Sarandeiros

Alex Fernandes Magalhães, Mestrando em Psicologia Social. Professor do Departamento de Educação Física. Subcoordenador do Projeto

Mariana Camilo de Oliveira, Ex-Bolsista de extensão. Graduada em Psicologia

Daniela Gomes, Bolsista de extensão. Graduada em Terapia Ocupacional

Ana Paula da Silva, Bolsista de extensão. Graduada em Educação Física

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Resumo

O Grupo Sarandeiros, companhia de dança especializada no estudo, releitura e divulgação das tradições brasileiras, apresenta sua mais recente pesquisa para elaboração do espetáculo denominado Gerais de Minas. Neste novo projeto, o grupo investe no estudo das tradições de Minas Gerais, os aspectos históricos, geográficos e culturais constituintes do povo mineiro. Consiste também em um trabalho que servirá como fonte de pesquisa para o enriquecimento das atividades pedagógicas voltadas para o folclore nas escolas de Belo Horizonte e de Minas Gerais, por meio da elaboração de uma cartilha pedagógica. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, a pesquisa participante e a pesquisa documental de 04 festas existentes no Estado de Minas Gerais: Festa de Nossa Senhora do Rosário, no Serro, Festa do Rosário de Dores do Indaiá, Festival de Folclore de Jequitibá e Festa dos Reis em Alto Belo. Reconhecido internacionalmente pelo seu trabalho, os Sarandeiros traduzem em Gerais de Minas um olhar sobre as festas, folguedos e manifestações populares do Estado, buscando verificar, a partir de tais elementos, aspectos que designem uma possível identidade cultural mineira ou mineiridade.

Palavras-chave: cultura, folclore e mineiridade

Introdução e objetivos

O Grupo Sarandeiros, companhia de dança que trabalha conjuntamente ao projeto de extensão Escola de Dança e Ritmo da UFMG, tem se constituído como espaço de aprendizagem, trocas e construção de novos conhecimentos em um trabalho de reconhecida pesquisa e divulgação das tradições folclóricas nacionais, com diversos espetáculos artísticos, oficinas e artigos publicados e apresentados no Brasil e no exterior. Fazem parte do repertório dos Sarandeiros, cinco espetáculos elaborados a partir de estudos da diversificada cultura nacional nos últimos sete anos de existência do trabalho. Há dois anos, o Grupo Sarandeiros vem estudando, pesquisando e buscando elementos cênicos para construir um espetáculo inspirado nas tradições mineiras. Investigar a cultura de um povo de forma artística e traduzir esta expressão em dança

e música sempre foi o intuito dos Sarandeiros na elaboração de seus shows. A análise que será feita a seguir buscou perseguir uma resposta a discussões, por vezes acaloradas, da presença de um caráter mineiro, de um mineirismo, ou para ser atual, de uma mineiridade implícita e característica do povo mineiro. Desta maneira, a pesquisa do Sarandeiros procura investigar em algumas manifestações folclóricas existentes no Estado, as origens, os usos e costumes existentes nas músicas, folguedos e danças que fazem parte da expressão cultural mineira e que tradicionalmente são representativos de um significado na postulação de uma identidade cultural do povo mineiro.

O Estado de Minas Gerais apresenta, segundo Martins 1991, 46 Micro-regiões e 10 unidades culturais:

1. Vale do Jequitinhonha – (Cidades pólos – Diamantina – Araçuaí)
2. Região Norte (Cidade pólo – Montes Claros)
3. Região da Zona da Mata (Cidade pólo – Juiz de Fora)
4. Centro e metalúrgica (Cidades pólos – Belo Horizonte – Curvelo)
5. Triângulo (Cidades pólos – Uberaba – Uberlândia)
6. Grande Sertão – (Cidade pólo – Unaí)
7. Campo das Vertentes (Cidades pólos – São João del-Rei – Tiradentes)
8. Sul (Cidades pólos – Varginha – Poços de Caldas)
9. Nordeste (Cidade pólo – Governador Valadares – Nanuque)
10. Oeste (Cidades pólos – Bom Despacho – Dolores do Indaia)

Esta distribuição não encontra unanimidade na bibliografia sobre o assunto. No site da Secretaria de Turismo do Estado de Minas (disponível em <[http:// www.descubraminas.com.br](http://www.descubraminas.com.br)>) encontramos outra distribuição das regiões culturais, que divide o Estado em 06 regiões culturais, a saber: São Francisco, Mineração, Café, Zona da Mata, Triângulo Mineiro e Nordeste, a mesma utilizada pelo Atlas de festas populares do Estado de Minas Gerais, do Instituto de Geociência Aplicada – IGA, do Governo do Estado de Minas Gerais, de autoria da Professora Deolinda Alice dos Santos. No site Artesanato Mineiro (disponível em <[http:// www.artesanatomineiro.com/html/regioes.html](http://www.artesanatomineiro.com/html/regioes.html)>), entretanto, também encontramos outro estudo, com a divisão de Minas Gerais em 11 regiões culturais. Estas diferenças entre os estudos demonstram que os limites culturais são difíceis de serem demarcados, em comparação a critérios convencionais, como regiões políticas, econômicas, físicas naturais, geográficas ou sócio-históricas. A despeito do intuito didático de tais delimitações, deve-se fazer a ressalva de que talvez se trate de uma tentativa de circunscrever algo relativamente idelimitável. Além disso, aspectos culturais transcendem as fronteiras políticas do Estado. A incorporação de tantos elementos faz de Minas, portanto, uma espécie de celeiro cultural. Nota-se marcadamente, na pretensa cultura mineira, influências oriundas de diferentes povos, o que proporcionou muitos tipos de “mineiridades”, dotando o Estado de manifestações únicas e típicas, e uma extrema diversidade entre as suas próprias regiões.

Para compreendermos as manifestações culturais existentes em Minas Gerais, e pela própria impossibilidade de se definir as regiões culturais do Estado, buscaremos pistas históricas na formação do povo mineiro e na origem das tradições regionais. Segundo Dias, 1971, existe certo consenso entre estudiosos de que o caráter regional e cultural do povo de Minas formou-se no período agudo da mineração. Sabe-se que não existe caráter regional que seja imutável, intocado pelos processos de mudança. Entretanto, pode-se dizer que alguns fatores contribuíram para manter, até os dias atuais, a presença de uma noção, ainda que frágil, de cultura mineira. Um dos argumentos ressaltados é o fator geográfico que, em Minas Gerais, legou aos habitantes da antiga província um isolamento natural. Avessos aos processos colonizadores do litoral, nos quais as cidades se mostravam abertas ao mundo pelo mar, as montanhas mineiras tornaram os municípios verdadeiros anfiteatros, fazendo do mineiro um tipo notadamente retraído e interiorano. Sabe-se, contudo, que os fatores geográficos não podem ser tomados isoladamente e, por si, não determinam exclusivamente os fenômenos da cultura.

Destaca-se também na história de Minas Gerais uma forte influência na intenção de formação do Brasil como nação. Estima-se que a colonização e a descoberta do ouro e dos diamantes trouxeram para as terras mineiras cerca de meio milhão de pessoas, em uma das maiores migrações registradas na história do país. As quantidades de minérios e de ouro extraídas entre 1700 e 1800 foram superiores a tudo o que havia sido produzido anteriormente no mundo, incluindo as minas do Rei Salomão. De acordo com Júnior, 1971, pode-se dizer que o início do processo de construção de uma nação brasileira se deu a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais, já que muitas pessoas, de todas as procedências e de todas as partes da colônia, vieram para cá em busca de desenvolvimento e riqueza. Essa situação gerou muitos conflitos de ordem social e política, reivindicações e protestos em relação à dominação portuguesa, além de lutas pela independência e pela consolidação da pátria brasileira, dentre os quais destaca-se o famoso levante colonial, a Inconfidência Mineira (feitas, certamente, as ressalvas quanto ao caráter elitista da mesma). A hipótese parece pretensiosa, mas relativamente plausível. Por outro lado, a noção de unidade da pátria brasileira também é questionável. De qualquer maneira, daremos continuidade à explanação dos argumentos históricos que concorrem para uma idéia de mineiridade.

Dentro do contexto mencionado, a exploração do ouro na região mudou drasticamente o panorama cultural, social e econômico da antiga província. Contingentes demográficos numerosos e diversificados, vindos de todas as partes da colônia, foram atraídos para as Minas Gerais dando ao país o seu primeiro surto migratório. Não eram mais os portos litorâneos ou os poucos arraiais isolados e usados apenas como pouso que chamavam a atenção do explorador, mas sim as riquezas do novo eldorado. Vindos de todas as regiões do país, os exploradores em busca do ouro traziam, para as terras mineiras, a atividade produtiva das mais distintas partes da colônia. Do Rio de Janeiro, que era o principal porto de saída do ouro, chegavam as mercadorias estrangeiras e mais escravos africanos; de São Paulo, saíam novas levas de bandeirantes em busca de minerais preciosos; do extremo Sul, os tropeiros gaúchos, fornecedores de carne bovina e de muares usados no transporte; do Nordeste, os fazendeiros, trazendo da Bahia e de Pernambuco o gado e os produtos agrícolas; de mais longe ainda, os curraleiros

do Maranhão, do Piauí e do Pará. Desta maneira, as áreas de mineração em Minas Gerais foram ponto de confluência de pessoas provenientes de diferentes partes da colônia e da África, que, atraídos pelas riquezas do novo eldorado, possibilitaram o desenvolvimento de uma cultura marcada pela diversidade e pela constituição do tipo mestiço, tido por alguns, nas devidas proporções, como “verdadeiramente” brasileiro.

Segundo Arruda, 1999, foi também inegável a contribuição dos imigrantes portugueses, cujo legado trouxeram do Portugal agrário, de aldeias pequenas e pobres, sem qualquer mediação com a vida urbana. Trouxeram consigo valores tradicionais de festas em louvor a santos, do culto à vida doméstica e do apego ao patriarcalismo, implantando-os em terras mineiras. O conceito da tradicional família mineira estaria ligada a esses aspectos patriarcais e na defesa das mulheres de aventureiros que se atiravam no solo das Minas. O autor postula, assim, que graças ao ouro das terras mineiras ocorreu o milagre da integração brasileira num evidente contraste com o que se passava no lado hispânico do continente, pulverizado em dezenas de nações.

Outro fator preponderante na formação cultural do Estado mineiro foi a presença da Igreja Católica. De acordo com Dias, 1971, em Minas Gerais o catolicismo assumiu a forma contra-reformista que, apoiada na pompa e na ostentação, pregava a elevação do espírito a Deus. Diversas manifestações culturais existentes atualmente nas terras mineiras surgiram no embate entre a religião e o poder do ouro. As maiores heranças desta época são as riquíssimas igrejas e esculturas talhadas em ouro e pedras preciosas, dedicadas ao encontro do espírito com o divino, e as festas existentes no Estado que homenageiam santos padroeiros. Impregnado de elementos riquíssimos, o ritualismo marcava todas as manifestações comunitárias. Pode-se verificar, por exemplo, por meio do pagamento de promessas, cantigas, danças, músicas, orações, levantamento de mastro para homenagear os santos padroeiros e os belos cortejos com as suas características próprias. Temos em vista, enfim, que a história consiste também em releituras do passado e apenas a elas temos acesso.

No trabalho de pesquisa e na elaboração do espetáculo Gerais de Minas, o grupo visa agregar elementos que contribuem para a noção do povo mineiro, relacionando os diversos aspectos sociais, políticos, geográficos e econômicos (cujas determinações têm seus limites) com as manifestações culturais existentes atualmente no Estado. Apesar das representações cristalizadas sobre o folclore como algo distante, passado ou gasto, buscamos neste trabalho abordar as tradições do Estado, com o intuito de retratar sua dinamicidade, atualidade e relevância no contexto sociocultural, como algo que se presentifica e dá sentido às manifestações populares.

O trabalho dos Sarandeiros apresenta como objetivos principais:

- construir um espetáculo que possa se inspirar, recriar e expressar, por meio da dança e da música folclórica, aspectos da cultura mineira;
- buscar formas de compreensão de uma possível identidade cultural mineira que possam auxiliar na utilização do folclore e da cultura popular do Estado de Minas Gerais como instrumentos pedagógicos;
- verificar, em pesquisas de campo, novos elementos existentes em festas, danças e músicas do Estado de Minas Gerais, buscando divulgar este trabalho de forma artística e bibliográfica;

- instrumentalizar professores, por meio de conteúdos do folclore mineiro (dentre danças, cantigas, brincadeiras, lendas, etc.) como forma de auxiliar no processo de transmissão desses saberes na escola;
- atuar como Grupo de Projeção Folclórica representativo do Estado de Minas Gerais, que valoriza as tradições de seu Estado, com intuito de divulgar as manifestações populares existentes no Estado;
- abrir discussões na comunidade escolar sobre a suposta identidade mineira, por meio da apresentação do espetáculo Gerais de Minas, elaboração de uma cartilha pedagógica sobre este assunto e palestras sobre as festas pesquisadas.

Metodologia

A partir de Gil, 1988, o trabalho metodológico da pesquisa incluirá:

- pesquisas bibliográficas sobre o contexto histórico e cultural do Estado de Minas Gerais e a análise de obras e artigos que investigam a cultura mineira;
- pesquisas participantes junto a algumas festas do Estado, em especial: Festa de Nossa Senhora do Rosário, no Serro, Festa do Rosário de Dores do Indaiá, Festival de Folclore de Jequitibá e Festa dos Reis em Alto Belo (Bocaiúva), em entrevistas com pesquisadores ligados à área em reuniões da Comissão Mineira de Folclore;
- pesquisa documental mediante a utilização de filmes, documentários e apresentações folclóricas de danças, músicas e folguedos de vários grupos e pessoas ligadas à pesquisa das manifestações do Estado, em especial: Grupo de Catira Pedro Pedrinho de Martinho Campos, Grupos de Congado de Belo Horizonte, Grupos de Catopês de Milho Verde, Festa do Divino de Diamantina, Grupo de Marujos de Rio Branco, Cavallhada de Morro Vermelho e de Mateus Leme, Grupos de Caiapós de Poços de Caldas e Oliveira, Grupo de Congo dos Arturos de Contagem entre outros;
- a coleta de dados do trabalho incluirá análise de entrevistas semi-estruturadas com capitães de guardas, mestres de folias e responsáveis pelas manifestações pesquisadas, e a análise das fitas, documentários, músicas e danças coletadas nas festas observadas.

Resultados e discussão

Além da sugestividade própria da presença de cidades históricas no Estado, Minas Gerais ostenta a fisionomia de um estado dançante e musical. As serestas, modinhas de viola, festas de reis, do Rosário, do divino e os “causos” em volta da fogueira evocam uma idéia de um espírito festeiro do povo mineiro. Trata-se de um elemento de tradição e da cultura peculiar que ali se moldou ao longo dos séculos XVIII e XIX. A religião, por exemplo, constitui para o mineiro um componente essencial na consolidação de uma cultura característica e identitária do Estado.

A pesquisa, in loco, das manifestações do Estado e o estudo bibliográfico destas expressões folclóricas possibilitam observar dois aspectos intrínsecos da cultura mineira relacionados a expressões teológicas distintas. O primeiro, de caráter marcadamente religioso

católico, se refere as manifestações do Congado, em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Segundo o Atlas de festas populares de Minas Gerais, existem no Estado 326 Festas do Rosário, presentes em diversas regiões do Estado. No período da mineração, estas festas eram conhecidas como festas de escravos e remontam à história de Chico Rei, personagem mítico e considerado primeiro rei dos negros escravos em Minas Gerais. Segundo Martins, 1991, Chico Rei teria sido o Rei Ganga Zumba Galanga, Rei do pequeno reino africano Congo dos Quicuios, trazido como escravo para Vila Rica juntamente com grande parte de sua corte, no princípio do século XVIII, e que, de acordo com estórias locais, teria se tornado muito rico com a exploração de uma mina abandonada e libertado vários escravos, criando a primeira irmandade dos negros livres de Vila Rica. Desta forma, a origem da festa no Brasil em homenagem a Nossa Senhora do Rosário estaria ligada à figura deste personagem, pois teria sido considerado um milagre da santa a sua liberdade. Para pagar promessa para Nossa Senhora, Chico Rei teria organizado a primeira festa dos negros no Estado, ocorrida na Igreja de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário de Alto Cruz, na antiga Vila Rica, em 1747. As festividades do Congado, nome genérico dado aos diversos grupos vinculadas ao culto do santo de devoção, aparecem então sob forma de reprodução simbólica da história tribal, com a coroação dos reis do Congo, a representação das lutas entre as monarquias negras contra o colono escravizador, as trocas de embaixadas, etc. De Vila Rica, a tradição festiva africana se disseminou por todo o território das Minas Gerais.

De acordo com Côrtes, 2000, as festas realizadas em agosto, setembro e outubro são promovidas pelas Irmandades e compõem-se de duas partes: a litúrgica, de conteúdo católico, incluindo missas e outros ofícios religiosos; e a folclórica, constituída pela subida do mastro, espetáculos pirotécnicos, números musicais e a presença dos reinados e suas guardas. Essas guardas, por vezes chamadas de batalhões, são unidades religiosas ou grupos autônomos, com denominação particular e estandarte próprio, cujos aspectos rítmicos, indumentárias, movimentos e cantos são distinguidos entre oito grupos: o Candombe, o Moçambique, o Congo, os Marujos, os Catopés, os Cavaleiros de São Jorge, o Vilão, e os Caboclos, também conhecidos como tapuios, botocudos, caiapós, tupiniquins, penachos. A maioria dos estudiosos dá ao papel da Irmandade e da Festa de Nossa Senhora do Rosário um importante elemento na integração do negro junto à sociedade brasileira. Agrupado em torno de uma devoção, o povo escravo procurou manter sua dignidade e aspirava sua valorização como ser humano dotado de conhecimentos, que merecia ser tratado com dignidade.

Um segundo aspecto referente à cultura de Minas seria a designação de Caipira, adjetivo normalmente associado ao povo mineiro. Segundo Cascudo, 1988, caipira é o nome que designa o habitante do campo, equivalente a aldeão e camponês em Portugal. Símbolo das principais manifestações relacionadas às caipiradas, ou reuniões de caipiras em festas votivas, as Folias de Reis, segundo o Atlas da Secretaria de Geociências de Minas Gerais, estão presentes em 336 cidades do Estado, e constituem uma tradição portuguesa que perdura até os dias de hoje. Já foram registrados mais de 220 grupos na confederação das Folias de Reis do Estado, presentes nas festas natalinas existentes no Estado. Nestas festas são comuns danças como o Calango, o Lundu, o Carneiro, o Batuque, o Pastoril, as Pastorinhas entre outras, que

buscam homenagear o nascimento de Cristo. Por vezes, estas danças também são apresentadas em festas de padroeiros ou de forma notadamente profana, em agradecimento à natureza por boas colheitas.

As pesquisas realizadas e as produções artísticas do Grupo Sarandeiros oportunizam aos seus integrantes diversas atuações, como músicos, bailarinos, figurinos e pesquisas para a realização dos espetáculos da companhia. Tal fato contribui de forma acadêmica e profissional, para uma maior aquisição de conhecimentos de forma prática pelos integrantes do projeto. Neste sentido, a elaboração de um espetáculo inspirado nas manifestações populares do povo mineiro promove a possibilidade de reflexão acerca de tais conteúdos entre bolsistas e demais integrantes do projeto.

Conclusões

Reconhecer diferenças e construir resultados, tema do II Congresso Brasileiro de Extensão, expressa, de maneira clara, a intenção da Escola de Dança e Ritmos Sarandeiros, que se trata de um grande projeto de extensão na UFMG, que busca o estudo e a compreensão das manifestações culturais populares do Brasil, especialmente relacionadas à dança e a música. Além de representar o Brasil, Minas Gerais e a UFMG em eventos nacionais e mundiais, o trabalho da Escola de dança e ritmo, por meio das apresentações e shows elaborados pelo Grupo Sarandeiros, tem produzido articulações notáveis entre o trabalho dos bolsistas e as atividades de ensino e pesquisa realizados pelo projeto, com a realização de simpósios, cursos, oficinas, palestras e artigos inspirados no trabalho do grupo. Nos últimos 5 anos, o Sarandeiros vem trabalhando, de forma sistematizada, com a elaboração de cartilhas e espetáculos inspirados na cultura do Brasil. Este ano, o grupo decidiu trabalhar de forma regionalizada na elaboração e na pesquisa das tradições do Estado mineiro, com o intuito de realizar uma releitura e divulgar aspectos de Minas e das manifestações populares do Estado para serem apresentadas em diversos eventos culturais do país e do exterior.

Em agosto próximo, o grupo enviará as cartilhas deste estudo para mais de 500 escolas do Estado de Minas Gerais, com o apoio do Sinepe e do Sesc/MG, buscando auxiliar professores e alunos nas atividades pedagógicas relacionadas ao mês do Folclore. Além disso, estreará o espetáculo “Gerais de Minas” nos dias 24 e 25 de agosto, para mais de 6000 alunos e professores, no teatro Minascentro. Em setembro, de 01 a 20, o Grupo Sarandeiros levará este espetáculo para ser apresentado no Fórum Mundial de Cultura em Barcelona, Espanha, divulgando aspectos intrínsecos da cultura mineira no maior e mais importante fórum mundial de discussão e reconhecimento das diferenças culturais entre os povos, em um grande evento com a participação de mais de 100 países em atividades culturais diversas.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, M. A. N. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CAIPIRA. In: CASCUDO, C. L. *Dicionário do folclore brasileiro*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 176-177.
- CÔRTEZ, G. P. *Dança, Brasil!* Festas e danças populares. Belo Horizonte: Leitura, 2000.
- DIAS, F. C. A. *A imagem de Minas: ensaios de sociologia regional*. Belo Horizonte: UFMG, 1971. p. 11 a 73.
- GIL, A. C. Como classificar pesquisas? In: _____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1998.
- JÚNIOR, A. A. *A capitania das Minas Gerais*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
- MARTINS, S. *Folclore em Minas Gerais*. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 1991.
- MINAS GERAIS. In: ALENCAR, H. de. *Dicionário de literatura portuguesa brasileira e galega*. Lisboa: Figueirinhas, 1960.
- MINAS GERAIS. Instituto de Geociências Aplicadas. *Atlas de festas populares de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IGA/Fapemig, 1998.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Cultura. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br>>.

- **Percepção e cultura na periferia de Salvador: o bairro em imagens, uma experiência de ensino, extensão e pesquisa**

Marcelo Sousa Brito, Estudante do curso de Bacharelado em Direção Teatral. Monitor da disciplina GEO 458. Bolsista de extensão

Angelo Serpa, Professor Adjunto Doutor do Departamento de Mestrado de Geografia da UFBA. Pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Professor coordenador da disciplina GEO 458

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Resumo

Com esta atividade de extensão universitária, pretendeu-se trabalhar a percepção da identidade de bairros periféricos em Salvador, com base na realização de entrevistas filmadas com moradores das áreas pesquisadas. Pretendeu-se, sobretudo, avaliar como os bairros são vividos e sentidos pelos moradores, identificando-se os referenciais arquitetônicos e urbanísticos e as manifestações culturais mais relevantes. Trabalha-se a percepção da identidade dos bairros estudados, a partir da noção de intersubjetividade e de transubjetividade das imagens e representações, entendendo o “bairro” como um espaço social, reflexo e condição do/para o surgimento de um sistema de relações. Segue-se a ordem/sucessão “meu” (representação individual), “nosso” (representação coletiva, específica para cada grupo — formal ou informal) e “o” bairro (representação coletiva de nível superior). Nas entrevistas com os moradores é dada especial atenção às festas e comemorações e aos possíveis processos de auto-gestão do espaço urbano deflagrados nas comunidades estudadas. Até aqui já são dois vídeos concluídos e editados, nos bairros de Plataforma e da Ribeira e um em fase de filmagens no bairro do Curuzu. O andamento das atividades mostra a possibilidade de se trabalhar relações de interdisciplinaridade entre as diferentes instâncias e agentes, no processo de construção de uma metodologia pedagógica que concilie o ensino, a pesquisa e a extensão.

Palavras-chave: bairro, espaços vividos, vídeo-documentário

Introdução e objetivos

Com esta atividade de extensão universitária, pretendeu-se trabalhar a percepção da identidade de bairros periféricos em Salvador, com base na realização de entrevistas filmadas com moradores das áreas pesquisadas. As representações individuais dos moradores entrevistados constituíram a base para a “construção” de uma representação coletiva para cada bairro, a partir da identificação das redes de relações interpessoais, agrupando-se as representações em níveis diferenciados até se chegar a uma representação “síntese” dos bairros.

Pretendeu-se, sobretudo, avaliar como os bairros são vividos e sentidos pelos moradores; identificar os referenciais arquitetônicos e urbanísticos consolidados na percepção dos

habitantes; identificar as manifestações artísticas e culturais mais relevantes; resgatar a história oral dos bairros; identificar processos de autogestão do espaço urbano, deflagrados por iniciativa dos moradores.

Buscou-se um diálogo interdisciplinar entre a universidade e as representações populares de bairros da periferia de Salvador, já que trabalhos assim podem subsidiar um planejamento urbano baseado nos mecanismos de autogestão e participação, entendendo os bairros como espaços de vivência e áreas prioritárias de intervenção.

A organização de um banco de imagens audiovisuais com a edição de uma série de vídeos didáticos insere-se nas atividades do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação, que vem atuando nos bairros desde 1997 em parceria com a Ampla – Associação de Moradores de Plataforma, a Amai – Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe, e a Amac – Associação de Moradores e Amigos do Curuzu. A idéia é retornar às comunidades os resultados das pesquisas, com a organização de debates em escolas públicas e nas associações de moradores, a partir da exibição do material audiovisual editado.

O projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação articula diferentes variáveis — transporte público, comércio e serviços, espaço livre público e identidade cultural — na escala do bairro, priorizando o estudo de bairros carentes e periféricos em Salvador. As variáveis são trabalhadas de modo específico nos diferentes subprojetos e estão sendo levantadas em campo com auxílio de entrevistas e aplicação de questionários. Levantamentos cartográficos, fotográficos, bem como o levantamento de informações estatísticas e de dados históricos junto aos órgãos públicos, arquivos e bibliotecas são também parte integrante da metodologia aplicada para obtenção de dados secundários.

Subdividido em diferentes sub-projetos, o grupo de pesquisa já dispõe de um acervo de dados considerável, a ser disponibilizado em breve para consulta, por meio de um CD-ROM, com um sistema de informações geo-referenciadas para os bairros pesquisados, de uma coleção de vídeos-documentário e de uma web-page interativa.

Como fator positivo principal destaca-se a repercussão do trabalho de pesquisa nas comunidades estudadas, em especial nos bairros de Plataforma e Pirajá, onde os levantamentos subsidiaram intervenções-piloto em parceria com os moradores. Exemplos disso são as duas praças projetadas e implantadas em Plataforma e Pirajá, o plantio de 200 mudas de árvores frutíferas nos quintais de Pirajá, com a colaboração de estudantes da Escola Estadual Alberto Santos Dumont, e a montagem de espetáculos teatrais que resgatem a história e a identidade de Plataforma com jovens do bairro (com o apoio da DKA-Austria).

Novas pesquisas estão sendo desenvolvidas nos bairros de Plataforma, Ribeira, Curuzu e São Tomé de Paripe, com o objetivo de instrumentalizar conceitos e procedimentos da fenomenologia e da geografia humanística e da percepção, visando à qualificação dos levantamentos realizados nos primeiros anos de pesquisa nas áreas-estudo e sua possível aplicação no processo de planejamento.

São as seguintes as metas dos trabalhos desenvolvidos pela equipe do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação:

- desenvolvimento de novas metodologias de planejamento e gestão participativos a partir da aplicação de métodos e conceitos da geografia humanística e da percepção em bairros da periferia de Salvador;
- digitalização dos mapas cognitivos individuais dos entrevistados para cada bairro;
- cruzamento das informações e elaboração das cartas cognitivas coletivas para cada bairro pesquisado, seguindo a ordem/sucessão descrita nos procedimentos metodológicos;
- elaboração/digitalização das cartas de percursos para cada bairro pesquisado;
- elaboração de cartas temáticas para cada bairro, a partir das cartas cognitivas, das cartas de percursos e das cartas de comércio e serviços, transportes e espaços públicos originadas de pesquisas anteriores;
- construção de um banco de dados digital para disponibilização via CD-ROM e web-page do Projeto Espaço Livre;
- realização das filmagens relativas aos diferentes bairros;
- edição dos vídeos;
- organização de mostras e de debates do material audiovisual nas associações de moradores e escolas;
- organização de uma mostra final do conjunto de vídeos para a comunidade acadêmica.

Metodologia

Parte-se do pressuposto de que a percepção humana, as experiências pessoais e as características culturais das periferias urbanas devem servir de ponto de partida para um planejamento “humanístico” da cidade. Noções e conceitos importantes para o desenvolvimento dos trabalhos, como “espaço vivido”, “intencionalidade” e “lugar” remetem ao campo da geografia humanística e da percepção e da fenomenologia. Um olhar fenomenológico sobre o espaço urbano evidencia que o bairro corresponde para o indivíduo a um espaço sentido e vivido. Assim, o “bairro” é tratado aqui como “lugar”, já que é no lugar que os impactos das intervenções urbanas se concretizam e se fazem sentir. Daí a inegável importância da aplicação dos conceitos/instrumentos da fenomenologia e da geografia humanística e da percepção aos estudos de impacto das intervenções no espaço urbano.

Os procedimentos metodológicos buscam conciliar as técnicas de campo extraídas da obra de Lynch (1990), e os conceitos e teorias desenvolvidos no âmbito da geografia humanística e da percepção, bem como da fenomenologia. Trabalha-se a percepção da identidade dos bairros estudados, a partir da noção de intersubjetividade (HUSSERL, 2000a e b) e de transubjetividade das imagens e representações (BACHELARD, 1998), entendendo o “bairro” como um espaço social, reflexo e condição do/para o surgimento de um sistema de relações. Com base na realização de entrevistas com moradores das áreas pesquisadas, busca-se explicitar o entendimento e a imagem que se tem do bairro enquanto construção mental.

Assim, a partir das representações individuais dos moradores, uma representação coletiva é “construída” para cada bairro pesquisado, a partir da identificação das redes de relações interpessoais, agrupando-se as representações em níveis diferenciados até se chegar a uma

representação coletiva “síntese” do bairro. Segue-se a ordem/sucessão proposta por Tuan (1983), “meu” (representação individual), “nosso” (representação coletiva de nível intermediário, específica para cada grupo — formal ou informal) e “o” bairro (representação coletiva de nível superior).

Nas entrevistas com os moradores é dada também especial atenção às festas e comemorações e aos possíveis processos de auto-gestão do espaço urbano deflagrados nas comunidades estudadas. As manifestações culturais dos bairros são analisadas sob a ótica do conflito global/local, expresso, principalmente, na cooptação/folclorização destas manifestações pelo marketing turístico. Concluídas as análises das entrevistas e a confecção das cartas temáticas para os bairros estudados, desenvolve-se uma pesquisa de campo complementar, com um universo amostral restrito, constituído de “informantes-chave”, selecionados como “porta-vozes” dos diferentes grupos e organizações identificados nos bairros. Os informantes-chave são convidados a reproduzir, in loco, alguns dos percursos (modo a pé) indicados por eles na primeira entrevista. As entrevistas são registradas em vídeo, embasando a produção/edição de vídeos-documentário educativos.

Resultados e discussão

Oferecida pelo Departamento de Geografia desde o primeiro semestre de 2003 como disciplina optativa do Programa UFBA em Campo – Atividade Curricular em Comunidade, “O Bairro em Imagens” (GEO 458) contou, desde o início dos trabalhos, com a participação de estudantes de diferentes cursos da universidade: Geografia, Arquitetura, Psicologia, Ciências Sociais, Letras, Comunicação, Produção Cultural, Museologia e Geologia. Até aqui já são dois vídeos concluídos e editados, nos bairros de Plataforma (no Subúrbio Ferroviário de Salvador) e da Ribeira (na Península de Itapagipe), e um em fase de filmagens no bairro do Curuzu (no miolo de Salvador).

Os estudantes são avaliados processualmente a partir da sua capacidade de estabelecer um diálogo com as diferentes representações populares dos bairros, da elaboração de relatórios parciais mensais e de um relatório final. A repercussão junto às comunidades é avaliada a partir da exibição do material filmado e editado nas sedes das associações de moradores. O vídeo número um da série, concluído ao final do primeiro semestre de 2003, “Plataforma: um alicerce para a vida”, foi exibido na sede da Ampla, para um público de mais de cem pessoas, entre moradores, estudantes e professores e diretores das escolas públicas do bairro. Todas as escolas públicas receberam uma cópia do vídeo editado. Na ocasião, foram entregues também cópias do vídeo editado para os representantes da Pró-Reitoria de Extensão – Proex da UFBA. O vídeo conta a história do bairro de Plataforma, a partir dos depoimentos de seus moradores.

O segundo vídeo da série, “Ribeira: Uma Comunidade em Rede”, editado ao final do segundo semestre de 2003, será em breve exibido no bairro, para os moradores, professores e diretores das escolas públicas. Depois da conclusão do terceiro vídeo da série, no bairro do Curuzu, em fase de realização das filmagens, pretende-se dedicar o segundo semestre de 2004 ao trabalho junto aos professores de Geografia e História das escolas públicas dos bairros

pesquisados, embasando-os para utilização dos vídeos em sala de aula. Pretende-se que os vídeos realizados sirvam de subsídio didático para as aulas de Geografia e História das escolas públicas existentes nos bairros pesquisados.

Relato do primeiro grupo de estudantes (Ana Caroline Menezes – Psicologia, Leonardo Brasileiro – Arquitetura, Luís Almeida – Geografia, Moacir Borges – Geografia, Valfrido Moraes Neto – Ciências Sociais, Vanina Miranda da Cruz – Psicologia, monitorados por Marcelo Sousa Brito – Direção Teatral):

Ao nos matricularmos na ACC Bairro em Imagens, esperávamos nos relacionar com a concepção e produção de vídeos que teriam como tema a identidade dos bairros de Plataforma e Ribeira, além de interagir com essas comunidades.

Infelizmente, devido à greve dos professores e aos reduzidos recursos, abandonamos a idéia de trabalhar nos dois bairros no mesmo semestre, partindo somente para Plataforma. Também não foi possível mostrar o material semi-editado para as pessoas entrevistadas como era previsto. Embora esse material bruto tenha sido mostrado, em outubro, no Salão Interativo da Semana de Mobilização Científica da Universidade Católica de Salvador e discutido com os alunos e professores presentes e mostrado também no Convescote, o encontro das ACCs que aconteceu recentemente.

Antes da ida ao bairro, recebemos a visita de Márcia Freitas Cordeiro e Suely dos Santos Coelho que, em 2001, haviam feito duas pesquisas: A Percepção do Bairro Através dos Diferentes Meios de Transporte e Bairro e Identidade Cultural na Periferia de Salvador. Essas pesquisas fazem parte do Projeto Espaço Livre que, com a orientação do professor Angelo Serpa, desde 1997, vem realizando trabalhos em parceria com comunidades de baixa renda. Com base nesses trabalhos, selecionamos os entrevistados e fizemos o roteiro da entrevista que seria realizada com eles.

A amostragem foi baseada num critério espacial. Havia a preocupação de incluir pessoas residentes em diferentes subáreas, para que houvesse uma representatividade de toda sua extensão física, além da diversidade de perfis, de idade e de gênero. Quanto ao roteiro, pretendia-se que as pessoas avaliassem seu dia-a-dia no bairro, sua cultura, sua história...

Na primeira visita à Plataforma, fomos à Ampla – Associação de Moradores de Plataforma – conhecemos alguns de seus membros, percorremos o bairro e vimos “O Buraco do Lixo”, um vídeo feito pela associação em parceria com o Projeto Espaço Livre, que mostra o trabalho de um grupo de jovens atores sediado na Ampla. Também vimos uma peça do grupo, A Cantora Careca, que foi apresentada em sua sede e posteriormente na Aliança Francesa.

Na etapa das entrevistas, primeiro marcávamos com os selecionados e num outro momento nos revezávamos para filmar as entrevistas propriamente ditas. Para chegarmos aos entrevistados, mesmo tendo algumas informações antecedentes não foi simples. Alguns dos entrevistados nas

pesquisas anteriores não puderam ser localizados. Isso, no entanto, possibilitou a abertura para a inserção de pessoas novas a serem entrevistadas. Nesse processo, foi fundamental a ajuda de Luis, que além de aluno inscrito na ACC é morador e professor de geografia do bairro, possuindo uma boa rede de relações o que facilitava, em diversos momentos, a busca das pessoas selecionadas ou a substituição destas por outro morador.

Nas entrevistas, pedíamos que a pessoa escolhesse um lugar ou percorresse um caminho que tivesse alguma representação afetiva pra ela. Conseguimos entrevistar nove pessoas: Gil Carlos (filho de santo, dançarino de dança afro), Ana Cira (agente social e professora), Dom Aldeida (professora aposentada), Sara (agente social), Carlos Alberto (pescador), Iatiara (estudante universitária), Andrews (estudante e técnico em informática), Antônia Garcia (mestre em Geografia) e Mondrongo (professor de capoeira). É importante salientar que o trabalho de edição ainda está em andamento, provavelmente só no semestre que vem essa fita será mostrada à comunidade.

Relato do segundo grupo de estudantes (Ana Luiza Gama – Psicologia, André Gama – Psicologia, Carol Menezes – Psicologia, Elisângela Sousa – Geografia, Fernanda Beatriz Silva – Psicologia, Georgia Sales – Produção Cultural, Marilu Santana – Geografia, Tiago da Arcela – Psicologia, Valfrido Moraes Neto – Ciências Sociais, monitorados por Marcelo Sousa Brito – Direção Teatral):

Depois da experiência com o bairro de Plataforma, a ACC GEO-458, O Bairro em Imagens, partiu rumo a Ribeira para descobrir como se constroem as relações entre seus moradores e de que maneira cada um deles percebe o bairro onde mora.

Como é de costume, antes de irmos a campo, participamos de discussões coordenadas pelo professor-coordenador Angelo Serpa, nos dando com isso uma base teórica que nos possibilitou uma melhor compreensão das características geográficas do lugar.

Houve também uma sessão do vídeo realizado em Plataforma onde os novos “accistas” puderam reconhecer a natureza do trabalho, além de todos poderem sugerir novos rumos para a construção do novo vídeo.

A primeira visita ao bairro se deu no dia da tradicional Segunda-Feira Gorda da Ribeira, quando foi possível termos uma primeira impressão do bairro.

A primeira moradora entrevistada, D. Terezinha nos deu algumas informações sobre a Ribeira, suscitando dúvidas com relação aos limites do bairro. Foi a partir destas questões que discutimos, então, a dimensão da Ribeira dentro de Itapagipe. Como estas informações variavam de morador

para morador, resolvemos que o mais importante seria justamente deixar visível o bairro que existe em cada um dos moradores. Em seguida, mais confiantes com relação a isto, demos continuidade às entrevistas com os outros moradores.

Com a leitura dos relatórios das pesquisas anteriores e a identificação dos moradores, fomos localizá-los para uma primeira conversa onde definiríamos junto com eles como seria o desenrolar da entrevista: onde, como, quando... Em seguida partimos para as entrevistas propriamente ditas. Nessas, nos preocupamos com a percepção do morador com relação ao seu bairro, abordando assuntos como: limites, atividades culturais, serviços e comércio, cotidiano, relação entre os vizinhos...

Além de filmarmos a entrevista propriamente dita, também nos ocupamos de conseguir imagens dos lugares do bairro mencionados pelos entrevistados. Acreditamos que isso é importante na construção do vídeo, pois torna o produto final mais atraente para os que o assistem. Além disso, as imagens revelam os espaços do bairro que são importantes para o entrevistado, que fazem parte da sua história, que o identificam, que lhe dizem respeito.

Com as entrevistas realizadas, iniciamos o processo de análise e seleção das imagens. E, por fim, faremos a produção do vídeo.

Uma das dificuldades encontradas pela turma foi em relação aos nomes das ruas, pois muitas delas estavam com os nomes alterados. Outra dificuldade foi que alguns moradores entrevistados anteriormente haviam mudado do bairro. Esta barreira acabou nos impulsionando a outras discussões e a descobrir novos moradores que se encaixavam dentro das características dos outros entrevistados, o que nos fez conhecer melhor o bairro, pois tivemos mais tempo para circular em outras áreas e conhecer outras pessoas que nos ajudaram a identificar os novos entrevistados.

Conclusões

O andamento das atividades da disciplina “O Bairro em Imagens” mostra a possibilidade de trabalhar relações de interdisciplinaridade entre as diferentes instâncias e agentes, no processo de construção de uma metodologia pedagógica que concilie o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao mesmo tempo, o resgate da história oral dos bairros populares de Salvador, das diferentes visões de mundo e de “espaços vividos” mostra que há muitos bairros, muitas Plataformas e Ribeiras, muitos Curuzus...

Descobre-se que os bairros são culturas transversais, que abarcam muitas e múltiplas subculturas, “jovem”, “negra”, “capoeirista”, “afro-brasileira” ou “bairrista”; o outro lado da moeda traz para dentro dos bairros o mundo e suas subculturas: “turística”, “patrimonialista” ou “conservacionista”. Descobre-se também a possibilidade de um conhecimento transversal, derivado e, sobretudo, “processual”; algo que nasce do diálogo entre o conhecimento popular e o acadêmico, buscando algo às vezes concreto, às vezes abstrato, a “identidade” dos bairros, sua

cultura e história. Algo às vezes múltiplo, apontando muitos caminhos e possibilidades de troca (s). Algo em construção...

Construir a geografia do mundo a partir da geografia dos bairros?

Viver o mundo no bairro, pensando o bairro no mundo.

Princípio de partida: deixar a lente da câmera captar múltiplas representações e significados, sem filtrá-los nem roubar-lhes a luz. Captar acontecimentos, construindo processos identitários.

Referências bibliográficas

- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 242 p.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253 p. (Obras Escolhidas; 1).
- CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- FISCHER, T. (Org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 208 p.
- HUSSERL, E. *A idéia da fenomenologia*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2000.
- _____. *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. São Paulo: Ed. Res, 2000.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990. 207 p.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. 142 p.
- SERPA, A. *Urbana baianidade, baiana urbanidade*. Salvador: UFBA, 1998. 182 p.
- SERPA, A. (Org.). *Fala, periferia: uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano*. Salvador: UFBA, 2001. 318 p.
- SERPA, F. *Rascunho digital, diálogos com Felipe Serpa*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- SOUZA, M. J. L. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 140-172, 1989.
- TUAN, Y. F. *Topofilia, um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difusão Editorial, 1980. 288 p.
- TUAN, Y. F. *Espaço e lugar*. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

- **Teatro e rádio comunitária como instrumentos de mobilização social**

Miracy Barbosa de Sousa Gustin, Professora Doutora da Faculdade de Direito

Fernando Limoeiro, Professor e Dramaturgo - Teatro Universitário

Elaine Cristina de Abreu Coelho, Graduanda em Direito. Bolsista da Vertente teatral Trupe “A Torto e a Direito”/Programa Pólos de Cidadania

Frederico Menezes Breyner, Graduando em Direito. Bolsista do Núcleo de Mediação do Conjunto Felicidade/Programa Pólos de Cidadania

Rodrigo Barbosa Pithon, Graduando em Direito. Bolsista da Vertente teatral Trupe “A Torto e a Direito”/Programa Pólos de Cidadania

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Faculdade de Direito – Programa Pólos de Cidadania

Resumo

O Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito, em parceria com o Teatro Universitário e a Pró-Reitoria de Extensão, pertencentes à UFMG, e o Conselho Popular de Direitos Humanos e Moradores do Felicidade (COPODHEMFE), no intuito de fomentar o debate reflexivo nas comunidades parceiras acerca de suas demandas, implementou os seguintes projetos: a Trupe “A Torto e a Direito” e o programa “Boa pergunta” na Rádio Felicidade 96,1FM. Enquanto a primeira constrói uma esquete com dramaturgia específica de teatro de rua a ser apresentada nas comunidades, o programa “Boa Pergunta” apresenta entrevistas com especialistas nos temas provenientes das demandas nelas detectadas.

Durante e após a exibição do espetáculo, observa-se que a população, sensibilizada com o tema abordado, torna-se mais susceptível à elaboração psicossocial de seus conflitos cotidianos. Já o programa “Boa Pergunta” possui caráter esclarecedor, uma vez que discute aqueles temas sob a óptica de um especialista.

Dessa forma, tendo como escopo basilar os temas-problemas das referidas comunidades, detectados por meio da metodologia de pesquisa-ação do Programa Pólos, a Trupe “A Torto e a Direito” e o programa “Boa Pergunta” propõem intervenções socioculturais que promovem diálogo dentro da comunidade e dessa com o Pólos de Cidadania.

Palavras-chave: mobilização, cultura, debate reflexivo

Introdução e objetivos

Vertente Teatral – Trupe “A Torto e a Direito”

O Programa Pólos de Cidadania, projeto interdisciplinar e interinstitucional de pesquisa e extensão da Faculdade de Direito da UFMG, desenvolve, desde 1998, em parceria com o Teatro Universitário e a Pró-Reitoria de Extensão sua vertente teatral: a Trupe A Torto e a Direito.

A Trupe estréia, com sua primeira formação, em 1998, com o espetáculo “Frango com quiabo e angu de carço”, cujo tema era a violência nos morros e a batalha de uma mãe de família em busca de justiça. Atuou também junto à Associação dos Catadores de Papel – Asmare na confecção da esquete “A catação da liberdade” — espetáculo comemorativo dos dez anos da instituição. Com a peça “Ele é ruim, mas é bom”, a Trupe percorreu Belo Horizonte e cidades vizinhas. Este espetáculo de rua enfocou o cotidiano de uma família brasileira que, assombrada pela violência doméstica, vê suas relações corroídas pelo desrespeito e incompreensão. A peça, para além de um relato criativo e irônico acerca da violência doméstica, é também uma tentativa crítica de denunciar a responsabilidade que os diversos segmentos e instituições de nossa sociedade possuem tanto na compreensão das situações que envolvem a violência, como na busca conjunta e solidária por soluções. A peça trouxe também como tema central as mazelas da vida dos moradores de rua, bem como sua luta por sobrevivência e dignidade em meio à selvageria e individualismo das grandes cidades. A montagem da Trupe do espetáculo “Em terra de urubu, quem cuida do lixo é rei” estreou em Brasília, no 1º Encontro Nacional dos Catadores de Material Reciclável, em junho de 2001. Percorreu o Brasil, apresentando-se principalmente junto a associações e cooperativas de catadores de material reciclável em formação. A temática da peça era a organização popular: catadores de material reciclável explorados pela figura do Atravessador de material organizam-se, num processo de reconhecimento de sua condição de sujeito de direitos que culmina com a formação de uma Cooperativa de catadores.

O objetivo é fomentar e criar mobilização social e cultural por meio do jogo dramático e lúdico. Dessa forma, a comunidade pode ver a própria realidade refletida no espetáculo, por ângulos multiformes e extracotidianos, o que possibilita uma visão multiangular dos problemas que, no dia a dia, podem passar despercebidas. A linguagem do teatro, então, oferece uma abertura para novos olhares sobre a realidade vivenciada no cotidiano dos sujeitos que compartilham uma cultura, ao mesmo tempo em que são produtores da mesma. Assim, cenas do cotidiano se desenrolam sobre um palco e cenários estranhos e, ao mesmo tempo, familiares aos sujeitos espectadores. Há uma visão distanciada e crítica, ao mesmo tempo em que a cena pode lhes ser bem familiar. Contudo, as possibilidades que o teatro abre são muitas. No presente projeto apostamos, sobretudo, na aprendizagem social que envolve fatores emocionais e intelectuais de forma integrada. É uma abertura, uma sensibilização para temas que as políticas propagandistas ou as retóricas moralistas e distantes dos conflitos humanos não conseguem atingir. Apostamos nas problematizações e soluções humanas.

Rádio Comunitária – Programa “Boa Pergunta”

O Programa Pólos de Cidadania tem como objetivo promover os direitos fundamentais, assim como a inclusão social e a emancipação da comunidade, além de atuar para garantir a todos a possibilidade de exercício da cidadania.

Para isso, trabalha em duas frentes, o Núcleo de Mediação e Cidadania, onde são atendidos membros da comunidade e suas demandas individuais, com o objetivo de solucionar

conflitos por meio da mediação na qual as próprias partes chegam a uma solução consensual, evitando-se a provocação do poder Judiciário, já que o mesmo apresenta um custo alto (principalmente para as comunidades carentes) e grande morosidade; e o Grupo de Expansão, que atua junto à comunidade organizada, sempre em contato direto com as manifestações e fóruns de deliberação da comunidade (assembléias de associação de bairro, reunião de colegiado das escolas, reuniões de grupos produtivos, etc.), procurando detectar e coletivizar as demandas, mobilizando toda a comunidade em torno delas. Porém, as duas frentes não são estáticas, podendo a equipe de atendimento verificar um potencial coletivo em uma demanda individual, assim como, por meio de uma demanda coletiva, pode o grupo de expansão detectar demandas individuais e encaminhá-las ao Núcleo de Atendimento.

Para este artigo destacaremos a atuação do Programa Pólos no Conjunto Jardim Felicidade, situado na Região Norte de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, onde as equipes de atendimento e expansão do Núcleo de Mediação e Cidadania, ali estabelecido, realizam o Programa de Rádio “Boa Pergunta” transmitido ao vivo pela Rádio Felicidade 96,1FM, aos sábados das 12 às 13 horas.

Possibilitar o exercício da cidadania e promover a emancipação da comunidade, para que ela própria consiga se organizar e agir para efetivar seus direitos requer um trabalho de conscientização coletiva, com fins de criar um “senso de comunidade”, fazendo do direito de um, o direito de todos; e, uma vez verificada a violação de qualquer direito, coletivo ou individual, seja desencadeada uma mobilização eficaz gerando uma ação coesa e consciente da comunidade, para garantir a restauração ou implementação de tal direito.

Sendo assim, agir no sentido de viabilizar o exercício da cidadania significa defender o próprio Estado Democrático de Direito e suas instituições, já que uma consequência desse paradigma estatal é a crescente organização da sociedade civil (sociedade civil organizada), o que é incentivado pelo Programa Pólos de Cidadania, constituindo-se em um meio eficaz de participação da comunidade nas decisões do ente estatal.

Com relação à conscientização, vale ressaltar aqui que essa não significa simplesmente mostrar à comunidade quais são seus direitos. Isso seria duvidar da capacidade da própria comunidade em perceber suas carências e os motivos de seus sofrimentos, angústias e conflitos.

A comunidade tem consciência de quais de seus direitos são violados, seja por ação ou omissão, principalmente quando se trata de direitos fundamentais garantidores de uma existência digna e realizadores do princípio da dignidade da pessoa humana. Sendo assim, a conscientização deve ser tomada no sentido de informar à comunidade quais são os canais e as formas mais eficientes para reivindicar seus direitos.

As equipes de atendimento e de expansão procuram trabalhar no sentido de realizar tal conscientização, sendo o melhor exemplo desta atuação a função que tem o grupo de expansão em atuar como ponte entre a comunidade e o poder público, fazendo com que essa possa exigir do mesmo o atendimento de suas demandas, o que já compete originariamente ao poder público.

O Programa de Rádio “Boa Pergunta” busca realizar esses objetivos (conscientização, mobilização e senso de comunidade), pois trata, em entrevista com especialistas, de

assuntos oriundos da própria comunidade, detectados de acordo com a metodologia do Programa Pólos.

O Programa de Rádio cumpre eficazmente tais objetivos, uma vez que, por meio da exposição do tema e do debate com o entrevistado especialista, conscientiza e mobiliza a comunidade em torno de suas demandas, atingindo-a em grande parte.

Ao mesmo tempo em que a informa sobre ações que serão implementadas por algum grupo da comunidade e/ou sobre eventos a serem realizados, o programa convida toda comunidade a participar dessas ações, mostrando que construir cidadania cabe a todos.

O desenvolvimento do senso de comunidade é um desdobramento desses dois objetivos, pois, ao se divulgar as ações e os eventos realizados na comunidade, e, em seguida, chamar seus moradores para uma efetiva participação, esses se sentirão pertencentes àquela comunidade, vendo, nesses problemas, objetos de tais ações, seus próprios problemas, o que resulta em sua participação, que é um significativo impulso no sentido de satisfazer suas demandas.

Metodologia

A metodologia utilizada para a pesquisa da demanda do tema-problema a ser abordado, assim como para o trabalho com a comunidade após a apresentação da peça — que se dá por meio da discussão incitada pela mesma — é a pesquisa-ação postulada por Michel Thiollent.

Assim como ela é utilizada por todos os outros programas vinculados ao Pólos, esta metodologia é reestruturada e adequada às necessidades prático-teóricas das ações implementadas pela Trupe e pelo programa “Boa Pergunta” da Rádio comunitária Felicidade. Tem característica inovadora pelo inter-relacionamento permanente entre atividades de atuação concreta e de pesquisa. A metodologia qualitativa de Thiollent visa a formas de, em parceria com comunidades em situação de exclusão social, buscar a promoção e garantias de Direitos Fundamentais e de Cidadania. Atribui-se à pesquisa-ação, uma valorização à permanente interação e busca de compreensão entre pesquisadores e membros das situações investigadas. Trata-se de uma linha de pesquisa que prioriza o contato com problemas coletivos e, ela própria, realiza-se por meio da ação coletiva, quando prioriza ações, discussões e decisões de equipe, utilizando o controle metodológico da intersubjetividade e da interdisciplinaridade. Visa a ações que rendam modificações concretas na realidade social, evitando reformas conjunturalmente emergenciais e assistencialistas. Tudo se realiza de forma cooperativa e participativa, e isso se refere tanto às relações entre os membros do Programa quanto às relações entre estes e os demais atores sociais e institucionais envolvidos na pesquisa-ação.

A concepção de atuação deste método ao qual se é proposto é resultante de diagnósticos fundados em estratégias de pesquisa especificamente desenvolvidas para a identificação, análise e explicitação de variáveis já existentes nas comunidades e em suas organizações.

A metodologia de pesquisa-ação adotada sustenta-se a partir de uma conexão da teoria com a prática social estruturada nos conceitos de cidadania e emancipação. Entenda-se que, nesse tipo específico de pesquisa, o objeto de investigação constitui-se de uma “situação social” determinada, onde interagem pessoas, organismos sociais, normas e critérios específicos e

problemas de naturezas diversas. As finalidades de investigação são tanto teóricas quanto práticas: o aumento de conhecimento das situações deverá permitir o equacionamento de problemas comunitários reais e a ampliação das capacidades de transformação dos contextos ou de condutas. São procedimentos primordiais dessa linha de investigação: a “observação”, a “escuta”, a “compreensão” e a “intervenção”, que poderão ser realizados por meio de ações diversificadas.

Assim sendo, quando são detectados os temas-problemas, os quais serão escolhidos para se trabalhar com o teatro, a demanda é colhida em cada comunidade, sendo reconhecida nos problemas locais. A pesquisa-ação considera as populações em questão como parceiras (como previamente fora considerado), e não como um objeto sobre o qual se incidirá um trabalho, possibilitando que esta influa sobre os rumos das ações. Trata-se de um diálogo entre pesquisadores e comunidade. O teatro irá atuar então como uma forma de sensibilizar a comunidade daquilo que o pesquisador, em parceria com esta, levantou como demanda a ser discutida e elaborada, para enfim, criar soluções que mobilizem em direção a uma responsabilização social em torno do tema. No entanto, mesmo que o reconhecimento da demanda se dê em contextos particulares, o teatro tenta transpor os limites físicos, tendendo a universalizar o tema. Ainda assim, consideram-se as particularidades das comunidades, quando estas se apropriam daquilo que o teatro pode sensibilizar.

A pesquisa-ação, então, destina-se à descrição e análise de situações concretas que demandem ações ou intervenções no sentido de explicitar problemas, necessidades e demandas, de forma a possibilitar sua discussão. São ações problematizantes e problematizadoras que, para sua realização, exigem investigações concretas nas áreas delimitadas para realização da ação. Os pesquisadores têm papéis múltiplos, ou seja, são sujeitos que devem estar dispostos a “conhecer”, “dialogar” e a “responder” ou “fazer”, utilizando-se de procedimentos comunicativos e interativos próprios das atividades de pesquisa-ação. Enfim, considera-se que o teatro pode ser um dos instrumentos para a pesquisa e intervenção comunitária quando, ao mesmo tempo em que trabalha com a comunidade a partir de uma demanda desta, também age como um catalisador de mudanças e observador. Contudo, a transformação social é sempre a meta da pesquisa-ação, e o teatro é mais um caminho criativo para uma aprendizagem que vise a mudanças.

O Programa “Boa Pergunta”, por sua vez, pertence a este processo de aprendizagem, estimulado pela pesquisa-ação, enquanto um instrumento esclarecedor para temas-problemas que surgem no cotidiano da comunidade.

Técnicas e procedimentos metodológicos utilizados especificamente na construção do teatro e no programa “Boa Pergunta” da Rádio Comunitária Felicidade

Dentre as técnicas usadas pela Trupe A Torto e a Direito, figuram:

- teatro popular de mobilização de Augusto Boal – Teatro do Oprimido;
- teatro épico-didático de Bertolt Brecht;
- teatro popular nordestino, tais como; altos de natal, bumba meu boi, mamulengo (teatro popular de bonecos).

Todos os textos e montagens são uma fusão e adaptação destas linguagens adequadas à demanda de cada proposta cênica.

Assim, os textos são criados a partir das pesquisas e demandas das frentes de cidadania atuantes na comunidade. Feita a pesquisa, é escolhido o tema a ser abordado e, então, criado o texto dramatúrgico de forma coletiva, envolvendo estudantes de diversas áreas, tais como Direito, Psicologia, Filosofia e Teatro, dentre outros possíveis, demonstrando o caráter interdisciplinar do grupo em consonância com a metodologia básica do “Pólos”. O aspecto estético é coordenado, principalmente, pelo professor teatrólogo Fernando Limoeiro. Depois do texto construído é feita uma leitura dramática para os integrantes do programa Pólos. Desta forma, verifica-se, por meio da avaliação crítica dos referidos membros do programa, se o texto contempla com clareza, criatividade e objetividade ao tema proposto pela pesquisa. A partir daí, dá-se início à segunda etapa que é a montagem, criação de cenários e figurinos e preparação dos atores. Após 3 meses de ensaio, o texto novamente é submetido a uma avaliação do Pólos antes de ser apresentado ao público. Então é marcada uma estréia no lugar onde a frente de cidadania é atuante, seguido de um debate com a comunidade. Os espetáculos são fundamentados em técnicas de teatro popular de rua, objetivando levar o teatro ao povo. Todas as montagens podem ser mostradas em ruas, praças, salões paroquiais, associações de bairro ou quaisquer espaços comunitários que se adaptam à proposta. Vale ressaltar que a apresentação das montagens da Trupe é feita essencialmente nas comunidades parceiras do Programa Pólos, e, na medida em que são solicitadas, as suas esquetes também são exibidas em outras comunidades e/ou instituições.

O Programa de Rádio “Boa Pergunta” apresenta entrevistas com especialistas nos assuntos trabalhados. O entrevistado é escolhido pelos membros das equipes de atendimento e expansão de acordo com o tema.

O tema é escolhido de acordo com a metodologia da pesquisa-ação, onde as demandas são detectadas dentro da própria comunidade, por meio de sugestões encaminhadas ao Núcleo, de reuniões da comunidade com participação do grupo de expansão (por exemplo: assembléias de associação de bairro, reuniões de colegiado de escolas da comunidade, reuniões de grupos produtivos, de comitês de proteção ao meio ambiente, Nudec’s – Núcleo de Defesa Civil, de grupos de ação social presentes na comunidade, etc. ou de atendimento individual realizado no Núcleo de Mediação.

O Programa de Rádio é aberto à comunidade, em todas as suas fases, podendo sua população participar desde a escolha do tema (por meio dos mecanismos descritos anteriormente) até a própria realização do programa, por meio de intervenções ao vivo, por telefone, quando encaminham questões e suscitam debates com o entrevistado e entrevistadores.

Resultados e discussão

Vertente Teatral – Trupe “A Torto e a Direito”

Como já explicitado, um dos principais objetivos da Trupe “A Torto e a Direito” é suscitar o debate acerca dos conflitos vivenciados pelas comunidades parceiras. Tal discussão é

facilitada pela linguagem usada pelo teatro, qual seja a representação lúdica da realidade. Ou seja, a população vê de forma distanciada e ao mesmo tempo familiar e multiangular seus conflitos cotidianos, que, em geral, são vistos de forma não crítica. Essa atuação engendraria mobilização social. Dentre as montagens e apresentações do Teatro vale ressaltar sua atuação nos municípios do Médio Vale do Jequitinhonha:

Um dos Projetos do Programa Pólos de Cidadania atua junto aos municípios do Médio Vale do Jequitinhonha, para promoção dos direitos da criança e do adolescente, por meio da geração de renda e diminuição da prostituição infantil. A pesquisa realizada pelo projeto detectou que entre os maiores problemas da região figuravam a exploração sexual, a violência intrafamiliar e o alcoolismo.

A partir dessa pesquisa, o teatro elaborou um texto a ser apresentado aos Conselheiros Tutelares e aos Conselheiros de Direito da Criança e do Adolescente de 13 municípios do Médio Vale. A primeira apresentação aconteceu em Araçuai, durante um ciclo de debates, acerca dos temas-problemas detectados, promovidos pelo Programa Pólos. Após a apresentação, houve uma discussão iniciada pelos atores do teatro, que foi prosseguida pelos pesquisadores-extensionistas do projeto do Médio Vale. Ao longo da discussão, foram utilizadas imagens de momentos da peça. Os espectadores que, diariamente, estavam em contato com a realidade representada, de forma lúdica, na montagem teatral, puderam ver-se distanciadamente, ao mesmo tempo que se identificavam com os personagens do texto. O que possibilitou um debate reflexivo, aberto e profundo sobre a condição vivenciada por eles.

A vertente teatral do Programa Pólos reconhece a importância de sua ação pelos seguintes resultados:

- fomentação e criação de mobilização social e cultural por meio do jogo dramático e lúdico nas comunidades onde o Pólos atua;
- difusão do programa dentro das comunidades, dando-lhe maior notoriedade;
- incentivo ao interesse da comunidade pelo teatro como expressão artística;
- observação da apropriação da peça pela comunidade;

Rádio Comunitária – Programa “Boa Pergunta”

O Programa de Rádio gera grande movimentação na comunidade, pois na medida em que informa quais são os meios mais eficazes e quais são as melhores formas de deliberação sobre os seus direitos, possibilita posterior reivindicação dos mesmos. Assim a comunidade se sente mais segura e mais consolidada (devido também ao senso de comunidade), vislumbrando concretamente uma possibilidade de que seus direitos sejam implementados.

Essa movimentação transparece na crescente organização da comunidade em torno de suas demandas e participação da mesma nas decisões políticas do poder público, pois depois do debate feito no Programa de Rádio, da participação do Grupo de Expansão na detecção dos temas, a deliberação sobre seus direitos e a reivindicação dos mesmos são vistas como algo que realmente pode surtir efeito e transformar a sociedade em que vivem, o que os torna também agentes da transformação social que tanto necessitam.

Um exemplo concreto se deu em relação ao problema de geração de renda em comunidades carentes, que apesar de ser um problema de âmbito nacional, possui suas especificidades locais, que foram detectadas no Conjunto Jardim Felicidade. Tal demanda foi levada como tema ao Programa Boa Pergunta, que contou como entrevistado com o Deputado Estadual André Quintão, que discorreu sobre ações do Poder Público para estimular a geração de renda. Além de discorrer sobre o tema proposto, informou à comunidade acerca da “Comissão Popular de Iniciativa de Leis”, na qual qualquer associação representativa regularmente registrada pode apresentar projetos de lei ou temas a serem tratados nas normas, desde que de competência legislativa estadual.

Além disso, houve intensa participação da população que fez várias intervenções por telefone, durante o programa, questionando, pedindo esclarecimentos, criticando e até mesmo reivindicando ações mais efetivas do Poder Público.

Efetivadas as ações que trabalharam o tema da geração de renda (o que não se resumiu ao Programa de Rádio), verificou-se um aumento na procura e conseqüente fortalecimento dos grupos produtivos da comunidade (majoritariamente artesanato e bijouterias), que contaram sempre com a participação do Grupo de Expansão do Programa Pólos em suas reuniões, auxiliando também em sua organização.

Conclusões

A mobilização social é fator fundamental para a emancipação de grupos sociais negligenciados pelo Estado, uma vez que a criação de uma identidade em toda a comunidade (senso de identidade coletiva), promove a noção de responsabilidade social. O morador-cidadão se conscientiza de que os problemas enfrentados por qualquer morador da comunidade, mesmo que não o afete diretamente, devem ser resolvidos em conjunto, para que toda a comunidade esteja protegida e o interesse coletivo seja preservado. Dessa forma, vêem nas associações uma forma eficaz de exigir do Estado os seus direitos.

Uma forma de promoção de mobilização dentro das comunidades é o debate reflexivo acerca dos problemas vivenciados por sua população. O teatro de rua, na medida em que trata das questões vivenciadas pelas comunidades onde é apresentado, com personagens de perfis baseados na realidade da população local, engendra o debate acerca da problemática abordada. Um dos fundamentos da Trupe não é apontar a saída, mas levantar a questão para que a comunidade reflita sobre os seus temas-problema e encontre a saída mais adequada para eles, considerando as especificidades da realidade na qual estão inseridos.

A experiência do Programa de Rádio “Boa Pergunta” permite averiguar que a criação de canais e fóruns de informação, discussão e esclarecimentos de questões pertinentes à comunidade influenciam diretamente a mobilização social e a conseqüente participação de seus membros na vida da mesma. Quanto mais sólidos e eficientes esses “meios”, mais a população se interessa pela participação direta. Uma vez que o Programa “Boa Pergunta” se consolidou como canal de informação, mobilização e discussão, sendo que por meio dele a comunidade consegue obter informações que auxiliam na luta pela realização da cidadania e acesso a

direitos, a mesma enxerga em suas ações uma finalidade concreta, ou seja, algo que realmente pode melhorar sua vida coletiva, assim como propiciar um crescimento individual de seus membros, fazendo com que os mesmos verifiquem, no direito do próximo, o reflexo de seu próprio direito.

Referências bibliográficas

BOAL, A. *200 exercícios e jogos*: para ator e o não. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

BORNHERM, G. *Brecht: a estética do teatro*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BROOK, P. *A porta aberta*: reflexões sobre a interpretação e o teatro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUSTIN, M. B. S.; DIAS, M. T. F. *Curso de iniciação à pesquisa jurídica e à elaboração de projetos de pesquisa*: orientações básicas. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Direito /Niepe, 2000.

GUSTIN, M. *Repensando a inserção da universidade na sociedade brasileira atual*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

MACIEL, M. I. E. *A pesquisa-ação e Habermas*: o novo paradigma. Belo Horizonte: UNA.

RIZZO, E. *Ator e estranhamento*: Brecht e Stanislavski, segundo Kusnet. Brasília: Senac, 2001.

SANTOS, B. *Um discurso sobre as ciências*. Porto Alegre: Apontamento, [s.d.]

SPOLIN, V. *Jogos teatrais*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

THIOLLENT, M. *Metodologia de pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1995.

Desenvolvimento regional

- **O espaço e sua memória: desafios para a ação acadêmica**

Andrea Ciacchi, Doutor em Estudos Ibéricos pela Universidade de Bolonha. Professor Adjunto de Antropologia na UFPB. Coordenador de Extensão Cultural na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB

Resumo

Este trabalho procura refletir aspectos teóricos e metodológicos da ação extensionista em comunidades de pescadores artesanais, questionando a participação das universidades em projetos de desenvolvimento sustentado formulados por sujeitos institucionais externos à Universidade. Os dados para a reflexão provêm de experiências de campo no distrito de Barra de Camaratuba, Município de Mataraca, litoral Norte da Paraíba. Julgamos que a ação extensionista não possa ser cooptada acriticamente e sem questionamentos em programas que não contemplem a dimensão participativa por parte das comunidades envolvidas, sob pena de não avaliarmos os impactos negativos, que são muito mais intensos e dramáticos do que a ideologia do desenvolvimentismo oficial (de direita ou de esquerda) quer acreditar.

Palavras-chave: pesca artesanal, desenvolvimento sustentado, turismo e carnicultura

Introdução e objetivos

Pretendo aqui tecer algumas reflexões sobre a viabilidade das técnicas de leitura da memória popular como elementos dinamizadores da articulação entre pesquisa acadêmica e extensão universitária. A memória social e individual registrada nas narrativas e nos depoimentos colhidos em campo pode revelar-se um caminho enriquecedor para uma velha questão: como

promover o reencontro das atividades de pesquisa e de extensão realizadas na universidade? O tema, em nova roupagem, remete para a necessidade de pensar a ação acadêmica, nas suas mais diversas vertentes, como motor da inclusão social. Nessa perspectiva, o saber popular, fixado dinamicamente na memória das comunidades e dos sujeitos sociais, revela-se um veículo que circula numa via de mão dupla: alimenta o conhecimento acadêmico e fortalece as ações voltadas para a transformação crítica da realidade. Além de considerações de ordem metodológica, faz-se menção a um conjunto de problemas que se agitam à margem de uma pesquisa desenvolvida numa comunidade de pescadores artesanais no litoral Norte da Paraíba, Barra do Camaratuba, no Município de Mataraca.

Metodologia

De fato, estamos nos reportando à realidade dos moradores de Barra do Camaratuba, protagonistas de um diálogo travado desde 1999 com alunos de graduação e, mais recentemente, de doutorado da UFPB. É necessário, antes, “atualizar” o quadro. Se, anteriormente, relatamos as narrativas de homens e mulheres cada vez mais espremidos entre o conjunto tradicional de sociabilidades comunitárias (nas esferas da vida econômica, social e cultural) e o avanço de formas cada vez mais agressivas de modelos de desenvolvimento, nos últimos meses a situação parece ter se agravado. Por um lado, a “vocação” turística do Município de Mataraca (quer dizer, do seu único distrito litorâneo, justamente o da Barra do Camaratuba) se acentuou e tem ocupado a média e as ações dos poderes públicos (a própria Administração Municipal e o órgão estadual de fomento ao turismo – a PbTur). Disso decorreu não só a ampliação da maior pousada do local, pertencente a um empresário de João Pessoa, ligado a uma das mais influentes famílias do poder político paraibano, a família Burity, mas também a venda de outras pousadas menores que saíram das mãos de moradores locais para serem adquiridas por empresários “de fora”, além da recentíssima construção de uma boite, no centro da comunidade, a poucos metros da igreja e da ca   ara dos pescadores. Processo paralelo a esse tem sido o da intensificação de construção, reforma e ampliação de residências situadas à beira da praia, e pertencentes a famílias de João Pessoa, Natal e Recife. Ainda com relação ao fortalecimento da afirmação do “produto” turístico Barra do Camaratuba, a Administração Municipal tem, entre outras ações, interferido pesadamente nas festas comunitárias, sobretudo no carnaval e no período junino, provocando a cada vez maior marginalização dos espaços do lazer tradicional, como aconteceu, notadamente, na festa de São Pedro e na realização da brincadeira do coco.

Por outro lado, num outro quadrante, existe a situação gerada pela construção de um viveiro para a criação de camarão, na margem do Rio Camaratuba, com significativas repercussões sobre a situação do mangue e a vida dos moradores que têm nesse espaço uma fonte de renda e de sustento e uma referência biográfica e social.

Resumindo (pois temos por objetivo maior, aqui, refletir sobre a ação dos pesquisadores nesse contexto), parece estar se agravando um quadro caracterizado, basicamente, por um recuo severo da disponibilidade social dos espaços que permitem a manutenção e o desenvolvimento aut  nomo dos modos de vida dos moradores da Barra. Estes têm construído as coordenadas dos

seus modos de vida no eixo da cultura pesqueira e no horizonte compartilhado de laços comunitários cimentados por várias manifestações da cultura popular. Nessa perspectiva, os espaços da comunidade têm representado outros tantos cenários de uma sociabilidade que vai do econômico ao material, do religioso ao musical. A intercomunicabilidade entre trabalho e lazer, esferas unificadas pelas narrativas agregadas e aliadas à memória, já não é impermeável às mudanças rápidas que se desenvolvem entre a praia e os coqueiros, entre o mangue e o rio. O turismo veio, muito recentemente, a oferecer alternativas de emprego e renda que se colocam em conflito com as práticas tradicionais — tanto nas técnicas e na organização da pesca como no campo da vida cultural. A brincadeira do coco, especificamente, ainda que aparentemente incentivada pela Administração Municipal (que vê nela uma tradução rítmica e pitoresca da natureza exuberante habitada pelos que cantam e dançam “na pancada do ganzá”), denuncia sintomas de decadência que provêm de um conjunto mais amplo de práticas sociais. Assim, as vozes dos pescadores da Barra constroem a narrativa nostálgica de um passado que agora parece ter urgência de reconstruir-se como presente e como futuro, em forma de resistência.

Resultados e discussão

Mas, agora, chegou a hora de ouvir os pescadores da Barra do Camaratuba. O que eles narram nas suas memórias? Quem são os protagonistas das suas narrativas?

O tempo e o espaço. Melhor: um certo espaço num certo tempo. Melhor ainda: o seu espaço ao longo do tempo. Nesse espaço há um passado e um presente, freqüentemente contrapostos. Um passado de fartura, um presente de penúria. Um passado de penúria, um presente de fartura. Antigamente, pescava-se mais — ou não. Antigamente, comia-se mais e melhor — ou não. Mas hoje em dia, com certeza, não se dança mais, não se brinca mais, não se vê mais o mar, não se sente mais a sua brisa, não se encontram mais os caranguejos no mangue, não se conversa mais com os mais velhos, ou com os mais jovens. O passado mítico — ou mitificado — é o tempo da cultura, o tempo das relações: entre os homens, entre os homens e o mar, entre os homens e o mangue.

Já o presente não se narra: se observa e se descreve. O presente é observado por cada pescador, por cada homem e mulher, mas também está “sob a mira” de homens e mulheres “estranhos”, que chegam, invadem, dividem, interditam, cercam, fragmentam. Fragmentam-se os espaços e a experiência do trabalho e do lazer, fragmenta-se a continuidade entre trabalho e lazer. Estilhaça-se a comunidade: aqui a praia, aqui as nossas casas, ali as pousadas, a boite do sobrinho de Burity, aqui a casa de farinha, aqui a igreja e a caiçara, ali o bar, ali o trio elétrico. Aqui o mangue, ali o viveiro de camarão.

Ouçamos seu Antônio Caboco sobre a implantação do viveiro:

E tudo isso já tá devorado. E era os lugares onde a gente pescava e pegava o alimento... vê a nossa situação... Tou com 52 anos, nunca tive vontade de sair daqui mas agora tá me dando vontade. Porque eu sei que a tristeza vai ser grande quando terminar essa nação... com essa floresta que a gente tem aí... Tenho certeza, porque vai ficar mais quente e o alimento se acaba. Que primeiro

eles botam uma química que o caranguejo come todo ele, que é pra num fazer furo no varal dos viveiro. [...] Pra você ver: qual é a continuidade disso daqui pra frente? Acaba com o caranguejo, acaba com tudo. [...] A maioria da gente daqui depende do mangue. Nós todos aqui, olhe... pra dizer a verdade: todos. Depende do mangue. Só quem num depende do mangue é o turista. [...] Essa área dos índios aí eles num podem entrar, que é área indígena, eles num podem entrar ainda. [...] Mas aqui a continuidade é... fazer mermo... Pregaram essa cerca aí, que aí a manga a gente tirava à vontade... Chegava ali, olhe, parava uma bicicletinha, pegava uma vasilha, botava na cabeça, chegava ali, pegava a manga. Eles já, o que é que fizeram? O dono da propriedade, que o engenheiro diz que é o dono, né? Que tá com essa cerca aí. Botou seis cintas de arame. E mandou amarrar a mangueira e ficou a ruma de manga aí, apodreceu. Quer dizer: num tá ficando cada vez pior pra nossa comunidade? Cada vez mais pior, não melhor! Piora! [...] Os homens diz que entraram. Têm medo de ninguém. E nós, pobres, vamos fazer o quê? É deixar eles tomar conta de tudo que a gente num tem poder. O poder tá na mão deles. [...] Porque aqui... pode ficar sabe quem? Os rico. O pobre num pode ficar. Porque o pobre só procura ficar onde temos alimento dele se alimentar. [...] Vai ter emprego? Agora, eu mermo já sei da história de todos, dela toda. Isso num precisa ninguém me contar [...]. Que eu já tenho andado, conheço da história... sou analfabeto mas num sou tão bobo! Se ele fizer cinqüenta viveiro ele dá cinco emprego. E o resto? Seiscentos e poucas pessoas, quase setecentos pessoas vai ficar como? [...] Aí, acaba o mangue, acaba a várzea, acaba tudo! Aí diz: “Preserva a natureza!” Quer dizer: como é que vai preservar a natureza... se um cabra desse tá devorando tudo?

E acabar com tudo não é processo que se dê apenas no eixo da escassez material. É ainda Antônio Caboco que fala da ocupação dos terrenos à beira da praia para a construção de pousadas e casas de veraneio:

Quando num tinha isso aqui [a pousada na frente da sua casa], isso aqui era um campo, olhe... era uma delícia. Rapaz, isso aqui acabou com essa praia. [...] A praia fechou... acabou... Isso aqui era pra ser o quê? Era uma praça, num era? Era pra ser uma praça, aí acabaram com tudo aí... aí acabou. Acabou o paladar da gente daqui da praia. [...] Os terreno tá tudo vendido, que tão fechando tudo. [...] Aí vai fazer uma muralha, né? Aí, quem quiser atravessar...

E por aí vai, por aí vai... como diria o narrador. Outros depoimentos, outras narrativas ratificam uma situação de inconciliabilidade entre os projetos de “desenvolvimento sustentado” e as expectativas e necessidades da comunidade, expressas na experiência da memória. Nesse sentido, aliás, e parafraseando Catherine e Raphaël Larrere, parece-nos sensato dizer que assim como “a paisagem não é um lugar, mas um olhar sobre um lugar”, a memória não é a emergência do tempo, mas um olhar sobre o tempo. As narrativas dos moradores da Barra do Camaratuba que dialogaram com os nossos pesquisadores revelam uma poderosa articulação entre o passado, o presente e o futuro da comunidade, e uma nítida consciência dos elementos desestabilizadores da tradição.

Ora, o que fazer com essas narrativas, o que fazer com os resultados das nossas pesquisas? Tenho em mente, é claro, as preocupações e os alertas de Alba Zaluar para que não nos tornemos, mais ou menos ingenuamente, “pesquisadores-agentes políticos”. Mas ainda acredito, ainda acreditamos na indissociabilidade entre a pesquisa e uma dimensão política, global, de questionamento e transformação da realidade. Ao recusarmos o enfoque naturalístico e meramente sociográfico, prestamos atenção aos problemas científicos, morais, políticos e relacionais colocados pelo diálogo antropológico ao longo da pesquisa: do problema inicial que lhe dá origem até a comunicação e a utilização dos seus resultados, numa concepção explícita da pesquisa como um diálogo aberto, cuja finalidade de transformação da realidade se realiza já no próprio processo da pesquisa, e depois, uma vez que os registros se tornam, por assim dizer, patrimônio compartilhado na comunidade acadêmica.

Por isso, gostaria agora de deslocar a nossa discussão para a interface que a pesquisa pode estabelecer com a extensão universitária, recorrendo à experiência desenvolvida na UFPB. A nossa universidade, e especialmente por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária (Prac), tem sido cada vez mais freqüentemente procurada por parceiros institucionais (Prefeituras, Governo do Estado, Sebrae, entre outros) com vistas à definição, planejamento e implementação de políticas voltadas para o tal de “desenvolvimento sustentado”. Nesse quadro, o turismo e a carcinocultura têm representado destaque, por terem sido apresentados como alternativas ideais para a geração de emprego e renda junto às comunidades carentes do Estado. Por outro lado, é sempre bom lembrar, a ação da universidade pública caracteriza-se (ou deveria se caracterizar) por uma autonomia conceitual e operacional que transcende a necessidade institucional de firmar parcerias com vistas à resolução dos problemas sociais.

Ora, se o norte das nossas ações está representado pela meta da “inclusão social”, é porque reconhecemos uma realidade de “exclusão social”. Nesse embate entre exclusão e inclusão, combatemos ou pretendemos combater, ou temos por missão combater a exclusão social (que se dá, como é claro para todos, em várias formas, muitas das quais cuidadosamente ocultadas), e, por outro lado, buscamos, ou pretendemos buscar, ou temos por missão buscar as formas mais efetivas de promover a inclusão social.

Ora, a exclusão não tem causas “naturais”: ela é resultado de práticas sociais que assentam na história e, por outro lado, em modelos de desenvolvimento que vêm de longe, mas que se reproduzem na atualidade, são postos e repostos por vários sujeitos sociais. Esses sujeitos, salvo raríssimas exceções, situam-se, na atualidade, nas camadas econômicas e políticas dotadas de hegemonia.

Contudo, iniciativas como os “pactos”, as parcerias para o “desenvolvimento sustentado”, ou outras do mesmo gênero ou estilo, não distinguem entre sujeitos econômicos, políticos e sociais dotados de hegemonia (prefeitos, gestores de políticas públicas, empresários etc.) e sujeitos que (devido, justamente, aos efeitos dos processos de exclusão social) apenas vivem na subalternidade política, econômica e social.

Cabe, assim, nessa perspectiva, questionarmo-nos se os participantes “espontâneos” dos pactos estão dispostos a olhar para esse impasse, para esse desequilíbrio, para essa assimetria.

Ou seja: esses pactos são, de fato, entre iguais, sem direção, ou há um plano, um projeto norteador? Há quem dê um rumo à espontaneidade?

Diante dessa indistinção entre hegemônicos e subalternos, nos pactos, resultado da indistinção, da “invisibilidade” da distinção entre hegemônicos e subalternos na própria sociedade, em geral, e em cada comunidade, em particular, como avaliar os critérios de “escolha” dos parceiros, dos participantes, dos “compactuantes”?

Procuremos, agora, verticalizar os questionamentos e as preocupações, nos aproximando da ação do Pacto da Zona da Mata da Paraíba, estimulado pelo Sebrae/Pb, com a participação, entre muitos outros sujeitos, da Universidade Federal da Paraíba, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. A própria existência do Pacto da Zona da Mata remete para uma realidade que demanda mudanças, empreendimentos, projetos, ousadia. Para a Zona da Mata da Paraíba, e mais especificamente para os Municípios possuidores de áreas litorâneas, o turismo e a carcinocultura são, ao mesmo tempo, uma vocação, uma necessidade e uma saída. Aliás, na opinião da professora Tânia Bacellar, encarregada pelo Governo Federal de realizar estudos voltados para a recriação e remodelação da Sudene, o turismo e a aquíicultura são duas das principais “cadeias produtivas” para o desenvolvimento sustentado da região.

Mas o turismo dos Municípios litorâneos volta-se, justamente, salvo exceções também raríssimas, para o litoral. Para as praias. Ora, em alguns Municípios do litoral paraibano ainda se registra a presença, nas praias e em comunidades à beira-mar, de populações tradicionais (a noção de “população tradicional”, gerada pelos desenvolvimentos recentes — e paralelos — da antropologia e da etno-ecologia, está hoje também reconhecida em nível governamental, como, por exemplo, no Ministério do Meio Ambiente, desde a gestão de Sarney Filho).

A história recente da Paraíba, atestada por pesquisas realizadas na UFPB e até mesmo pela simples e distraída observação de cada um de nós, mostra o volume e o alcance dos processos de expulsão de moradores de comunidades tradicionais, em nome do desenvolvimento — sustentado? — da carcinocultura, do turismo e da construção de moradias de lazer. Os exemplos mais contundentes vêm da Grande João Pessoa (praias de Tambaú e da Penha), Cabedelo, Jacumã, Forte Velho, Lucena, Santa Rita etc., além da própria área de Barra do Camaratuba, no Município de Mataraca.

Este processo, que tem conseqüências dramáticas, não tem sido questionado pelos órgãos públicos que, muitas vezes, são protagonistas ou estão por trás dessas ações, fornecendo respaldo político-ideológico, financiamento ou ausência estratégica.

Nem mesmo a “nova” noção de “desenvolvimento sustentado” tem ensejado uma revisão crítica dos processos de ocupação (econômica, territorial e cultural) do litoral da Paraíba. As comunidades tradicionais do litoral paraibano são, basicamente, compostas por pescadores artesanais ou pescadores-agricultores, possuidores de sistemas próprios de manejo sustentado dos recursos naturais (mar, rios, mangues, matas etc.), baseados, entre outras considerações mais, digamos, etno-ecológicas, em relações de trabalho também peculiares: de tipo familiar, de compadrio ou comunitárias. A esse sistema econômico-social associa-se um sistema de valores que, basicamente, envolve traços culturais e religiosos. Os dois sistemas (o

econômico-social e o cultural-religioso) assentam, como é óbvio e como, sobretudo, são evidências mais do que significativa os registros de memória que as nossas pesquisas têm conseguido levantar, numa série de modalidades de apropriação e uso dos espaços sociais, como os que mencionamos na primeira parte da nossa exposição.

As comunidades que foram afetadas pelos processos supramencionados apresentaram, sem exceções, uma desestruturação acentuada dos dois sistemas de valores. Além disso, os pescadores artesanais (diferentemente dos agricultores, por um lado, e dos pescadores assalariados da pesca industrial, por outro) não possuem, tradicionalmente, vínculos associativos ou sindicais que lhes dêem força, coesão, margem de negociação ou resistência. Por constituírem, a princípio, a categoria de trabalhadores menos afetada pelas regras e determinações do sistema capitalista (não há, entre eles, por exemplo, relação de compra e venda da força de trabalho e de assalariamento), eles são também, paradoxalmente, os mais desprotegidos e indefesos diante daquelas regras e determinações. Mal comparando, algo parecido com o efeito de simples gripes sobre os grupos indígenas nos momentos dos primeiros contatos. Assim, é muito difícil que os pescadores sejam ouvidos no contexto da formulação, planejamento e implementação dessas políticas. Aliás, como ficou claro nas reuniões do Pacto da Zona da Mata, nem sequer foram chamados: Mataraca, por exemplo, só se fez presente por intermédio de empresários de João Pessoa ou de representantes da Prefeitura. Talvez valesse lembrar que as ciências sociais brasileiras, desde os anos oitenta, já se dotaram, por meio do conceito de “etnodesenvolvimento”, de uma ferramenta teórica e metodológica relevante, que, ao sublinhar a necessidade de um “desenvolvimento participante, jamais tecnocrático, abrindo-se à participação das populações em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação”, conecta, sem descontos, a prática da pesquisa à questão ética que essa mesma prática levanta a todo instante em cada uma das suas etapas.

Nessa perspectiva, lembramos que, se existem, como sustenta ainda Antonio Carlos Diegues, “vários olhares na construção das paisagens: o olhar das populações urbanas ou as elites, marcado pela noção do estético [...]; o olhar dos cientistas, que vêem nela um conjunto de habitats, e o olhar das populações locais”, avaliado e narrado nas memórias e registrados nas nossas pesquisas, é possível que haja pelo menos mais dois: o olhar dos gestores das políticas públicas, interligados com os processos de dominação ideológica, econômica e política, que vê nessas “paisagens” o campo disponível para a atuação de práticas de desenvolvimento que se sustentam à revelia das comunidades locais; e um quinto olhar, o compartilhado entre comunidades e universidade, por meio do uso eticamente legítimo das evidências antropológicas. Não me parece difícil, de fato, imaginar um papel relevante para uma ação universitária que reconheça, por exemplo, que “a diversidade cultural, considerada condição para a manutenção da diversidade biológica, somente persistirá se as comunidades tradicionais continuarem a ter acesso aos recursos naturais de seu território e não forem expulsas, seja pela especulação imobiliária [...]” seja por projetos de turismo ou de carcinocultura, por exemplo.

Conclusões

É é isso que estamos tentando fazer na Universidade Federal da Paraíba. A nossa participação nos Pactos e nos vários Fóruns tem provocado viva irritação entre os “nossos parceiros”. É inútil relatar que temos sido acusados de “arcaicos”, “atrasados”, “tradicionalistas”, ou, com o epíteto da moda, “radicais”.

Temos procurado, concretamente, levar para esses espaços as vozes, a memória e as narrativas registradas no tempo e no espaço da pesquisa. Agora, fixadas e ampliadas e transformadas em outros códigos (a escrita, o caderno de campo, o relatório, o artigo, o livro), alimentam e retroalimentam o conhecimento acadêmico, a formação de jovens pesquisadores, mas também as outras ações da universidade, no eixo da extensão universitária. Assim, alimentam e retroalimentam uma nova visão das políticas públicas para o turismo e o desenvolvimento sustentado, um “contra discurso” do desenvolvimento que terá de levar em conta os direitos das comunidades tradicionais, as opiniões e as expectativas de desenvolvimento das comunidades e dos moradores dos espaços ambicionados por turistas e empresários.

Educação ambiental, manejo sustentado dos recursos naturais, eco turismo, identidade cultural, cultura popular são discursos que se escondem por trás de práticas sociais, engendradas em relações de dominação que aqueles discursos, no seu viés ideológico, procuram ocultar, “naturalizando a cultura “primitiva”, “tradicional”. Cabe, finalmente, à aliança entre pesquisa e extensão, como práticas indissociáveis de uma universidade voltada para a transformação crítica da realidade, pronunciar e concretizar esse contra discurso.

Referências bibliográficas

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O movimento dos conceitos na antropologia. In: UNESP. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Unesp, 2000.

CIACCHI, A. Entre o mar e a cidade: conflitos, memória e trabalho em comunidades litorâneas do Nordeste. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 57, p. 137-145, 1999.

_____. A história somos nós: reflexões sobre histórias de vida, autobiografia, cultura popular, narradores e pesquisadores. *Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 13, p. 223-237, set. 1997.

_____. et al. Entre o mar e o canavial: memória e narrativas em Barra do Camaratuba. Engenho *Revista de Cultura*. João Pessoa, n. 03, 2002. Disponível em: <http://www.funesc.com.br/engenho3/textos/lite_x08.htm>.

DIEGUES, A. C. Conceitos e definições. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: MMA, 2001

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: ETNOCONSERVAÇÃO: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO R. C. L. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

- **A formação de rede como estratégia de desenvolvimento comunitário**

Rebeca dos Santos Duarte Rosa, Mestre em Enfermagem

Érlia Esteves Benevides, Socióloga

Renata Mascarenhas Bernardes, Acadêmica Enfermagem – PUC Minas

Joice Batista Maciel, Acadêmica de Enfermagem – PUC Minas

Graziela Cançado, Acadêmica de Enfermagem – PUC Minas

Resumo

O Jardim Felicidade, segunda área de maior vulnerabilidade social de Belo Horizonte, é foco de ação de diversas instituições que agem isoladamente sem conseguir atender as demandas da população na promoção do desenvolvimento humano e social. Este trabalho objetiva descrever a experiência de formação de rede para o desenvolvimento comunitário a partir da coleta de informações sobre o bairro; identificação das instituições atuantes na comunidade; estabelecimento de prioridades de ação e potencialidades das entidades envolvidas. Para o desenvolvimento do trabalho seguiram-se os passos da pesquisa participante de Le Bortef. Foram identificadas 24 instituições atuando em diversas áreas. Para formação da rede foram criados 5 fóruns: Saúde; Educação, cultura e lazer; Hábitat Urbano e Meio Ambiente; Apoio ao Desenvolvimento Familiar e Social; Geração de Renda. Tais fóruns promoveram ações concretas como curso de capacitação para atores da comunidade, implantação do programa Alfabetização Solidária para adultos e reivindicações para orçamento participativo. Por meio destas ações conseguiu-se montar uma rede de desenvolvimento daquela região. A partir deste projeto de extensão foram realizadas ações dentro da realidade vivenciada pelos atores, descobrindo junto com estes o “patrimônio e o pertencer” de cada um, proporcionando uma vida com dignidade e justiça social.

Palavras-chave: formação de rede, desenvolvimento comunitário, rede social

Introdução

O Conjunto Jardim Felicidade localizado na Regional Norte de Belo Horizonte é considerado a segunda área de maior vulnerabilidade social de Belo Horizonte. Nesta área vive atualmente cerca de vinte mil pessoas cuja renda per capita é inferior a meio salário mínimo (CDM/AVSI). Tal comunidade é foco de ação de diversos projetos e programas desenvolvidos por instituições comunitárias, públicas, ONGs e religiosas, atuando na prestação de serviços à população. No entanto, apesar dos diversos esforços cada uma vem agindo de forma própria e independente das demais, sem, contudo, conseguir atender eficazmente as demandas da população na promoção do desenvolvimento humano e social dessa comunidade. As ações de saúde, educação e preservação do meio ambiente, realizadas pelos órgãos governamentais, não conseguem contemplar satisfatoriamente as necessidades locais devido a vários motivos,

dentre eles: a imensa demanda característica deste tipo de população; a dificuldade de adaptação ao novo modelo assistencial que está sendo implantado, bem como, por realizarem ações que em pouco consideram os processos sociais vigentes. No que diz respeito à saúde, Machado, Porto (2003) ressaltam que: “os princípios de construção do SUS desenvolveram-se à luz dessa visão: qualidade de vida e saúde da população não se limita apenas ao sistema de saúde em si, mas depende de como a sociedade se organiza e prioriza suas necessidades. É preciso universalizar a Saúde, descentralizar as ações e abrir a gestão do sistema à participação popular”. Assim como na saúde, outros setores da sociedade deveriam seguir esta mesma premissa, buscando fortalecer os atores nela envolvidos. Procurando ampliar ainda mais o alcance de suas ações e aglutinar recursos para acelerar o processo de desenvolvimento da comunidade, a Associação de Voluntários para o Serviço Internacional – AVSI representada no Brasil pela Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana – CDM lançou a proposta que convocava as várias instituições e atores presentes a se articularem em uma rede de apoio ao desenvolvimento da comunidade. A formação de redes de apoio ao desenvolvimento comunitário deve ser visto como algo dinâmico, que traduza a integração de diferentes atores em ações frente às necessidades comuns, implicando sempre num processo de negociação na busca de atender interesses coletivos a partir das diversas possibilidades e necessidades destes corpos heterogêneos, minimizando a descontinuidade das ações que, muitas vezes, deixam este grupo vulnerável, permitindo assim uma maior flexibilidade e durabilidade das propostas, uma vez que todo o contexto foi discutido com a comunidade, que estabeleceu prioridades, e potencialidades para a resolução dos mesmos (MACHADO, PORTO, 2003). A realização das atividades, a partir desta proposta, passa a contar com a participação de alunos e professora da Escola de Enfermagem da PUC Minas que desenvolvem um projeto de extensão vinculado a disciplina de Educação para Saúde que teve início em 2001, tem a duração de três anos e encontra-se em fase de finalização. A extensão, uma das atividades-fim da universidade, foi definida como “um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e os demais segmentos da sociedade” (BRASIL, 2001). A PUC Minas fundamenta suas ações acadêmicas na visão humanista do homem como um fim em si mesmo. Esse fundamento se traduz em princípios que norteiam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entende-se que os saberes internamente produzidos devem pôr-se a serviço da dignidade da pessoa humana. A extensão universitária consubstancia esses fundamentos nos seguintes princípios: igualdade — de valor dos seres humanos e garantia de igualdade de direitos entre eles; liberdade — de criação, de expressão do pensamento e de produção de conhecimento; autonomia — capacidade de formular leis, em contexto de liberdade, e se reger por elas; pluralidade — expressão da igualdade e diferença entre os homens, iguais porque humanos e diferentes porque singulares; solidariedade — adesão à causa do outro, fundada no respeito mútuo e na interlocução entre sujeitos da sociedade; justiça — orientada pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças. A justiça implica a obrigação de agir quando se tem consciência da injustiça; ética — capacidade de ver em cada ato humano uma dimensão universal, objetivando uma conduta íntegra e um

discernimento cuidadoso para com todos os seres. É a noção de responsabilidade de cada indivíduo por todos os outros (CASTRO, 2003). Assim, a pessoa como ponto de partida — este é o princípio que norteia as atividades neste projeto. Ou seja, ajudar para que as pessoas possam desempenhar seus talentos e responsabilizarem-se por suas próprias vidas, realizando com suas próprias forças aquilo que são capazes de fazer e dando suporte nos casos onde elas precisam de apoio para retornar com dignidade o seu desenvolvimento humano e social (LINTON, 1996). Portanto, como Freire (1987) afirmava, o “fazer com” as pessoas da comunidade e fortalecer as instituições e atores locais é a nossa proposta.

Objetivos

Descrever a experiência para formação de rede visando ao desenvolvimento regional mediante coleta de informações sobre o bairro, caracterizando seus problemas e seus potenciais; identificação das instituições atuantes nos diversos setores na comunidade, evidenciando aquelas que atuam na área da saúde; descortinando a proposta de criação de uma rede que potencialize as ações destas instituições em prol das pessoas assistidas; e estabelecendo prioridades e potencialidades das entidades envolvidas.

Metodologia

Cenário do estudo: todas as atividades foram realizadas no bairro Conjunto Jardim Felicidade, foco da nossa ação sendo o espaço físico disponibilizado pelas instituições integrantes do programa. Público-alvo: representantes das entidades e instituições atuantes no bairro. Foram utilizados os princípios da Pesquisa Participante para o desenvolvimento deste trabalho seguindo os princípios de Le Bortef (1987). Inicialmente foi realizada uma pesquisa qualitativa com os moradores do bairro, entrevistas com representantes de entidades locais e encontros com pessoas da comunidade abordando diversos temas. Após a devolução dos dados coletados para a comunidade, foi proposta a realização de um trabalho em rede com os atores envolvidos na comunidade. Foram promovidos, então, encontros com os representantes das principais entidades e movimentos locais para debater os temas estudados na pesquisa, estabelecendo as necessidades prioritárias a serem atendidas, bem como a forma de resolução das mesmas. Foi feito, então, o planejamento conjunto das ações a serem promovidas pela equipe em cada um dos Fóruns formados. Vários públicos foram beneficiados a partir da criação desta rede, desde crianças desnutridas e suas famílias, adultos buscando alfabetização, atores atuantes na saúde da comunidade, jovens em atividades de lazer e cultura e as famílias no seu contexto geral.

Resultados

Seguindo as etapas proposta por Le Bortef (1987) para realização da Pesquisa Participante, cuja primeira fase é a montagem institucional e metodológica da pesquisa na qual ocorre a discussão do projeto com a população, delimitação da região a ser estudada e organização do processo, foi realizada uma pesquisa qualitativa ao longo do ano de 2001, quando foram contatadas 20 instituições que indicaram seus representantes para a discussão de temas

ligados a suas áreas de atuação. Os principais temas identificados, foco de ação destas entidades eram saúde, meio ambiente, geração de trabalho e renda e educação, organização comunitária, história local, cultura, esportes e lazer. A segunda fase desta metodologia é o estudo preliminar e provisório da região e da população envolvida que inclui a identificação da estrutura social da população, o conhecimento do ponto de vista dos indivíduos e dos grupos das regiões envolvidas além do recenseamento dos dados socioeconômicos e tecnológico. Nesta fase foram discutidos aspectos importantes, dificuldades e possibilidades do bairro. Foi realizada a construção do mapa falado das entidades, onde os próprios moradores identificavam áreas de risco, áreas de ação de cada entidade sendo a partir daí, cadastrados os serviços por área. A partir desta exposição, foi proposta para as lideranças a realização de um trabalho em rede. Tal proposta foi aceita por vários atores que passaram a atuar buscando aumentar e fortalecer as parcerias entre as entidades, grupos e movimentos locais mediante troca de experiência sobre as formas de atuação de cada um destes. Passaram a ser realizados, então, encontros com os representantes, por área de atuação, nos quais foram estabelecidas as necessidades prioritárias de ação sendo formados cinco fóruns, a saber: Saúde; Educação, cultura e lazer; Hábitat Urbano e Meio Ambiente; Apoio ao Desenvolvimento Familiar e Social; Geração de Renda. Na saúde foram identificadas nove instituições atuantes no bairro, participantes da rede. Destas, uma era entidade religiosa, duas prestadoras de serviços da rede pública, duas organizações não governamentais (ONG) e as demais associações comunitárias. Posteriormente, foi realizado o Fórum da Saúde, no qual cada representante expôs o objetivo da instituição a qual representava, bem como a forma de atuação da mesma, ressaltando facilidades e entraves encontrados para realização dos trabalhos. Ao final, cada representante apresentou os recursos e potenciais disponíveis em sua entidade, indicando as ações que poderiam contribuir para melhoria das condições de vida no bairro, dentro da proposta da rede. Simultaneamente, os outros fóruns caminharam da mesma forma, contando com a participação de entidades e parcerias específicas relacionadas aos temas. Na terceira fase, que consta da análise crítica dos problemas que a população considera prioritários e que seus membros desejam estudar e resolver ficou estabelecida, como prioridade na área da saúde, a partir das discussões com as lideranças, a atenção à criança tendo em vista que no bairro foram cadastradas pelas diversas entidades cerca de 2.000 crianças menores de 5 anos, muitas delas desnutridas. Esta discussão explicitou a necessidade da implantação de um curso de capacitação para “agentes (atores) de saúde” atuantes na região, já que as dificuldades enfrentadas pelos diversos grupos eram comuns e a necessidade de aprimoramento do tema era essencial a todos os grupos, passando assim, a ser implantada a quarta fase que implica na programação e aplicação de um plano de ação, incluindo atividades educacionais que contribuam para a solução dos problemas encontrados. Iniciou-se, a partir daí, o planejamento conjunto do curso, sendo que cada entidade disponibilizava algo para sua realização, desde o espaço físico até os instrutores para abordagem de temas pré-definidos. Atualmente, 84 atores de saúde das diversas entidades encontram-se em capacitação, foi realizado um mutirão no qual foram pesadas aproximadamente 1.500 crianças e identificadas cerca de 170 em diferentes graus de desnutrição. Tais crianças estão sendo

acompanhadas de forma potencial pela rede, onde as entidades complementam a assistência prestada a elas com sistema de referência e contra-referência. Na área da educação foi implantado o Programa Alfabetização Solidária para jovens e adultos do bairro, que já atendeu aproximadamente 130 pessoas. Em relação ao Hábítat Urbano e Meio Ambiente foi feita uma parceria com o projeto Manuelzão, que realiza atividades educativas com a comunidade. Para os fóruns de Apoio ao Desenvolvimento Familiar e Social e o de Geração de Renda foram elaboradas propostas para serem apresentadas durante a discussão do orçamento participativo, mecanismo utilizado pela Prefeitura Municipal para estabelecer as prioridades na aplicação de verbas na comunidade. Tais fóruns de discussão vêm acontecendo periodicamente com os representantes das entidades, nos quais são reavaliados todos os processos e discutido os próximos passos a serem implantados. Todas as ações tinham como princípios do método os seguintes pontos: centralidade na pessoa humana: isto é, realizar projetos de desenvolvimento tendo como ponto central a pessoa, o que significa antes de mais nada, compartilhar com ela as necessidades, o sentido da vida e comover-se pelo seu destino pessoal; isso seria abstrato se ela não fosse vista nas suas relações primárias — a família — e secundárias — a comunidade local, a sociedade local, partir do positivo: considerando que cada pessoa, cada comunidade, mesmo que pobre, representa uma riqueza e possui um patrimônio. Este princípio de método visa valorizar e fortalecer aquilo que as pessoas têm construído, a sua história, as relações existentes, o conjunto de experiências que constituem o seu patrimônio de vida. Fazer “com” — Fazer Junto: seguindo os princípios de Paulo Freire (1987) que afirma que para se promover uma educação transformadora deve-se partir do relacionamento com as pessoas às quais o projeto se destina e construir na medida em que os passos amadurecem com estas. Desenvolvimento dos corpos intermediários e subsidiariedade: ou seja, favorecer e desenvolver as possibilidades de agregação, isto é, reconhecer, valorizar e favorecer a constituição de corpos sociais intermediários e de um tecido social rico de participação e de co-responsabilidade. Parceria: a parceria deriva da aplicação da subsidiariedade. Ter como ponto de partida um sujeito existente, que envolve nas ações as administrações locais, as forças sociais, as instituições internacionais, na cooperação, segundo os respectivos papéis, para responder à necessidade com a qual se depara. A utilização deste método de trabalho permitiu a participação de vários cursos da universidade, promovendo integração entre os alunos/professores/comunidade, proporcionando uma visão integral da realidade na qual a comunidade assistida estava inserida. Na área da saúde houve uma intensa participação da Enfermagem, curso de origens dessas autoras. A inserção da Enfermagem neste contexto se deu desde o início quando acompanhou todas as discussões, promovendo a troca de experiências e despertando as instituições para os potenciais nelas existentes. Esta ação culminou com a coordenação do curso de capacitação no qual a saúde é discutida sob nova ótica, dentro da realidade vivenciada pelos atores, descobrindo junto com estes o “patrimônio e o pertencer” de cada um para a efetiva promoção da saúde.

Considerações finais

A formação de redes sociais vem se firmando cada vez mais como uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Por meio dessas entidades, instituições e movimentos vem se fortificando, criando um sistema de referência e contra referência em relação às suas ações. No decorrer da implantação deste trabalho, várias outras instituições aderiram à proposta e “caíram” na rede. Somou-se à rede da saúde, as entidades ligadas à educação, potencializando, assim, o binômio saúde-educação. A participação dos alunos ocorreu desde o início do processo, sendo que estes desenvolveram ações efetivas em todas as fases, subsidiando um conhecimento de planejamento e gerenciamento de todo o processo, bem como a possibilidade de desenvolvimento de habilidades relativas à educação popular em saúde complementando a formação deste, de forma criativa, com ação-reflexão-ação — criação. Todo o processo de supervisão deste projeto de extensão se deu mediante a realização de reuniões semanais que compunham um grupo de estudo sobre a educação popular, a programação das atividades e a confecção de material didático a ser utilizado nos encontros. A elaboração/construção de material didático utilizado durante as atividades serviu como instrumento de capacitação de novos monitores, com objetivo de dar continuidade às ações ali implementadas. Tal projeto possibilitou a discussão da saúde numa nova ótica, que Fernandes (2003) expressa como sendo o “conceito de pessoa. [...] a pessoa se expressa nas relações a que pertence (família, comunidade, trabalho, amizades) por meio de suas necessidades e recursos (patrimônio)”. Assim, as ações foram construídas dentro da realidade vivenciada pelos atores, descobrindo junto com estes o “patrimônio e o pertencer” de cada um para a efetiva promoção da saúde, com uma visão ampliada do seu conceito, segundo o qual esta passa a ser entendida como possibilidade de vida digna. Novos desafios vêm surgindo com a implementação do trabalho, dentre eles destacam-se: a necessidade de oferta de cursos que possibilitem a geração de renda dos atores daquela comunidade e a implantação de cursos de pré-vestibular comunitário para adultos e adolescentes que terminaram o segundo grau. Tais desafios justificam a necessidade da manutenção de projetos de extensão como este, pois, além de possibilitar a integração ensino/pesquisa/extensão, permite a promoção do desenvolvimento comunitário gerando benefícios para sociedade, sendo este o propósito da PUC Minas que, desde a sua fundação, “priorizou a criação de mecanismos de prática profissional, orientados segundo a ética cristã e padrões de qualidade destinados a atender com competência e dignidade, as pessoas excluídas dos benefícios da sociedade” (CASTRO, 2003), visando à formação de profissionais cidadãos dentro da sua realidade social, buscando instrumentalizar os alunos para intervir nesta realidade, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população, compreendendo a educação como algo que ultrapassa o conhecimento teórico-científico, mas que englobe a humanização e solidariedade, ampliando os seus horizontes para além dos muros da universidade (ROSA, 2001). As ações desenvolvidas pela equipe da Enfermagem vêm reforçar a importância das atividades de extensão como uma estratégia de ensino, vinculando a formação acadêmica com o fazer cotidiano no enfrentamento dos desafios que surgem a partir dos trabalhos comunitários. Tais atividades proporcionaram a capacitação dos alunos enquanto educadores populares criativos e pró-ativos em relação às

atividades desenvolvidas. Proporcionaram, ainda, a promoção de uma coesão dos atores enquanto grupo, lutando por um objetivo comum, elevando a qualidade de vida daquela população e subsidiando a construção de um processo de desenvolvimento humano e social, no qual talentos individuais puderam ser colocados em prática para si mesmos e em apoio ao outro, proporcionando, assim, a vida com dignidade e justiça social.

Referências bibliográficas

CASTRO, M. C. G. (Org.). *Documento-base para a construção da política de extensão*. Belo Horizonte: PUC Minas, Pró-Reitoria de Extensão, 2003.

CDM/AVSI. *Diagnóstico sócio-comunitário do conjunto Jardim Felicidade*. Belo Horizonte, 2001. (Mimeografado).

FERNANDES, B. S. Saúde, patrimônio e pertencer. *Passos: Revista Internacional de Comunhão e Libertação*. São Paulo: Sociedade Litterae Communions, a. 27, n. 41, jul. 2003.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, Brasília, out./nov. 2001. *Anais*. Brasília: MEC, 2001.

FREIRE, P. *Como trabalhar com o povo: pastoral de juventude setor pastoral*, Vila Prudente. São Paulo: [s.n.], mai. 1982.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LE BORTEF, G. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas In: BRANDÃO, C. R. *Repensando a pesquisa participante*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 51-81.

LINTON, R. *O homem: uma introdução à antropologia*. 10.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 96-107.

MACHADO, J. M. H.; PORTO, M. F. S. Promoção da saúde e intersetorialidade: a experiência da vigilância em saúde do trabalhador na construção de redes. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3 jul./set. 2003, p. 121-130.

ROSA, R. S. D. *Projeto agentes do cuidar*. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem PUC Minas, ago. 2001. (Mimeografado).

- **Extensão universitária na Amazônia: ações socioeducativas de arte e cultura nas comunidades ribeirinhas dos Municípios de Coari e Carauari – AM**

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Sociologia. Doutora em Política Científica e Tecnológica. Coordenadora do Grupo Inter-Ação/DSS/UFAM

Célia Oliveira de Carvalho, Assistente Social. Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia

Elane Cristina Lima da Silva, Assistente Social. Pós-graduanda em População e Desenvolvimento Regional

Maria Auxiliadora, Assistente Social, especialista em Gestão e Organização das Políticas Sociais. Mestranda em Ciências Florestais e Ambientais

Janaína Silva de Souza, Acadêmica do curso de Serviço Social da UFAM

Resumo

Neste trabalho relata-se a experiência de extensão universitária empreendida no Projeto Estudo das Condições de Vida e das Formas de Uso dos Recursos nas Comunidades Ribeirinhas e na Sede dos Municípios de Coari e Carauari – AM, financiado pela Petrobras e realizado pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia – Grupo Inter-Ação, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. O objetivo deste trabalho será relatar o evento de mobilização comunitária intitulado “A arte de ser cidadão”, realizado nas comunidades ribeirinhas e nas sedes dos Municípios de Coari e Carauari/AM. Este visou identificar as relações comunitárias no uso dos recursos locais, as condições de vida e de acesso aos serviços sociais, a mobilização dos comunitários em busca de soluções para as problemáticas locais, cuja meta foi a produção de subsídios para as políticas públicas na região. A metodologia do evento pautou-se pelo desenvolvimento de um conjunto de ações socioeducativas de arte e cultura. O resultado consolidou os propósitos didático-pedagógicos de: produção coletiva de conhecimentos, formação de competência técnica para atuar na região, capacitação dos comunitários, implementação de campo de extensão e estágio universitário.

Palavras-chave: extensão, políticas públicas, atividades socioeducativas

Introdução e objetivos

Na atualidade, os discursos inerentes à Amazônia ressaltam o enorme potencial da região, seja como celeiro inesgotável de possibilidades de exploração de seus recursos naturais — por sua diversidade sociocultural representada nas suas mais variadas etnias e segmentos populacionais (índios, caboclos, pescadores, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros e outros) — seja pela grandeza de seu território, sua localização estratégica, a abundância de seus mananciais, entre outros. Paralelamente a esse universo de riqueza e abundância emerge uma Amazônia

oprimida por sucessivos planos e projetos econômicos, voltados a desenvolver e integrar a região, que tem tratado historicamente as populações locais e os espaços de forma homogênea, renegando as suas especificidades, ocasionando o agravamento das questões sociais na região, sobretudo no que diz respeito às condições de acesso a bens e serviços sociais para os segmentos empobrecidos da população. Portanto, na região amazônica complexos desafios se apresentam para o desenvolvimento de projetos de extensão universitária, tais como: 1) a diversidade socio-cultural das populações locais, sejam nativas ou migrantes; 2) a variabilidade de problemáticas, lutas políticas pelo ordenamento territorial (reforma agrária, reforma aquática, demarcação de terras indígenas, Unidades de Conservação, entre outras); 3) a precariedade e/ou ausência de acesso aos bens e serviços sociais (saúde, educação, assistência social e técnica, entre outras) para os segmentos empobrecidos da população; 4) os marcos geopolíticos regionais, a complexa logística para deslocamento na hinterlândia amazônica. Nesse espaço de conflitos e contradições, a instrumentalização e a organização sociopolítica dos agentes sociais locais tem se tornado na atualidade uma importante estratégia de defesa dos interesses desses grupos, como instrumento de luta e como possibilidade de acesso e conquista de direitos sociais básicos. Partindo dessa perspectiva, os trabalhos de extensão desenvolvidos pelo Grupo Inter-Ação visam à criação de canais de participação para os segmentos envolvidos, desencadeados a partir do desenvolvimento de ações socioeducativas de apoio à organização e gestão comunitária que possibilita arregimentação de forças sociais. Tendo em vista que a organização social é apoiada pelo Grupo como um instrumento potencializador de conquista de cidadania mediante participação e construção coletiva de alternativas e mecanismo de acesso a bens e serviços sociais. Deste modo, a experiência de extensão universitária em comunidades isoladas e junto às populações tradicionais na Amazônia, realizada pelo Grupo Inter-Ação, tem propiciado a consolidação de um campo de extensão, pesquisa e estágio importante no processo de formação e capacitação profissional, instituindo espaços de diálogo, sobretudo, na perspectiva de interdisciplinaridade e por meio do reconhecimento e respeito às diversas formas do saber (tradicional & técnico). O trabalho de extensão realizado junto a essas populações privilegia a interlocução entre os diversos atores sociais envolvidos (universidade e agentes locais), com o intuito de estimular a participação, a cooperação e a consolidação do compromisso destes na construção e condução da transformação da realidade local em direção a superação da exclusão social pela melhoria da qualidade de vida via construção da cidadania. O trabalho foi inaugurado pelo desenvolvimento da pesquisa-ação na qual buscou-se conhecer a realidade a partir da identificação da problemática e das potencialidades locais, bem como as necessidades e interesses dos agentes sociais. Os conhecimentos produzidos e a confiança conquistada junto às comunidades permitiram estruturar as bases para a realização de ações socioeducativas no evento “A arte de Ser Cidadão” com as populações das comunidades ribeirinhas de Coari e Carauari. A referida experiência foi seqüenciada em duas fases: a primeira já concluída (realizada entre abril/2003 e fevereiro/2004) abrangeu o desenvolvimento da pesquisa-ação; a segunda implementada a partir de maio/2004 envolveu ações de extensão marcadas por ações afirmativas de cidadania. Os Municípios nos quais as ações estão sendo implementadas estão assim caracterizados: o Município de Coari

está localizado à margem direita do Lago de Coari, dista de Manaus, capital do Estado do Amazonas, 363 km em linha reta e 463 km por via fluvial. Em relação aos aspectos demográficos, a população do Município, segundo o Censo/2000/IBGE, corresponde a 67.087 habitantes, sendo 39.474 (59%) na zona urbana e 27.613 (41%) na zona rural; o Município de Carauari localiza-se ao Norte do Município de Juruá (Caitaú), ao sul do Município de Itamarati, a Leste de Tefé e a Oeste de Jutai. Sua área territorial é de 25.723,8 km², com população de aproximadamente 23.421 habitantes, sendo 16.876 na zona urbana e 6.545 na zona rural (IBGE/2000).

Metodologia

O delineamento claro e preciso do instrumental técnico e dos procedimentos metodológicos é essencial para a explicitar como se procedeu a efetivação dos objetivos definidos no trabalho. O instrumental técnico-operativo constitui-se num conjunto articulado de instrumentos e técnicas compatíveis para a viabilização e a operacionalização das atividades de extensão. Assim, ao falarmos em instrumental não nos referimos ao instrumento ou à técnica, mas a ambos de uma forma organicamente articulada. Todavia, cabe aos técnicos, docentes e discentes utilizarem sua criatividade para dar direção no uso dos instrumentais. No trabalho junto às populações locais a metodologia, de caráter participativo, permitiu articular ações socioeducativas de arte e cultura no apoio a gestão comunitária e a discussão sobre o acesso a bens e serviços sociais essenciais. Essa modalidade de metodologia criou condições favoráveis para que os comunitários pudessem “produzir e dirigir os usos de seu saber a respeito de si próprias (...) Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele” (BRANDÃO, 1990, p. 10-11). A adoção da arte e cultura como elementos para o desenvolvimento de ações socioeducativas junto aos agentes locais foi identificada neste trabalho como fator preponderante para consecução dos propósitos didático-pedagógicos da equipe, partindo de uma perspectiva de extensão ativa e participativa, numa associação fecunda entre práticas investigativas e interventivas enriquecidas pelo diálogo interdisciplinar. A realização dessas atividades deu-se em conformidade com a metodologia de trabalho definida, que institui, mediante atividades pedagógicas de intervenção um importante espaço de troca, haja vista que as mesmas não se configuram somente como repasse de informações, mas como um processo dinâmico de produção de conhecimentos de forma coletiva mediante a identificação das necessidades e potencialidades, para o estabelecimento de estratégias e mecanismos de superação e transformação do contexto local, possibilitando assim a apreensão de novas nuances dessa mesma realidade. As ações socioeducativas realizadas nos Municípios de Coari e Carauari foram definidas a partir das demandas apresentadas pelos agentes locais no levantamento socioeconômico, político, cultural e ambiental que correspondeu ao primeiro momento da pesquisa-ação. Para isso buscou-se realizar um evento em Coari e Carauari, ocorrendo em dois espaços socioculturais distintos — nos bairros da sede e nas comunidades ribeirinhas dos mesmos Municípios. O evento realizado nos bairros da sede do Município intitulou-se: A arte de ser cidadão. A escolha dos bairros deu-se mediante a realidade de extrema carência socioeconômica e total ausência de

infra-estrutura e de saneamento existente nessas áreas, ocasionando o agravamento da problemática ambiental e da saúde coletiva, haja vista que os mesmos encontram-se localizados em áreas alagadiças, nas proximidades de Igarapés. A realização do evento na sede do Município tinha por objetivo propiciar uma ampla reflexão com os moradores locais sobre a problemática da realidade vivenciada (social, econômica, política, ambiental e cultural), discutindo principalmente questões como o acesso a bens e serviços sociais como preceito de cidadania. Para isso foram desenvolvidas diversas atividades durante o evento, com conteúdo direcionado e específico às diferentes faixas etárias do público-alvo (crianças, jovens e adultos).

Resultados e discussão

Para a realização das atividades do evento “A arte de ser cidadão” houve o apoio do poder público local, por intermédio das Secretarias Municipais e da própria população, de forma que as atividades do evento visaram propiciar um processo de discussão e interação entre os diversos segmentos da sociedade local, mediante cursos, palestras e oficinas que aconteceram de forma simultânea e articulada, nas quais foram debatidas, principalmente, as problemáticas e as potencialidades locais. Deste modo, as atividades permitiram iniciar um processo de mobilização, participação, organização política e fortalecimento da comunidade na luta por seus direitos e busca de recursos. Dentre as atividades realizadas destaca-se: atividades com as crianças (05 a 11 anos) — mediante desenvolvimento de atividades lúdicas foram trabalhadas as seguintes temáticas: saúde, higiene pessoal/coletiva, meio ambiente/resíduos sólidos (lixo). Tais atividades tinham por meta a ampliação das bases de conhecimento sobre a realidade local, a partir dos saberes e da percepção das crianças; atividades com os adolescentes (12 a 16 anos) — aplicação de técnicas de abordagem grupal para discutir questões sobre saúde, sexualidade e meio ambiente. Novamente constituiu-se como meta a disseminação de agentes multiplicadores, suscitando uma reflexão sobre as condições de vida dos mesmos; atividades com os adultos — dentre as atividades dimensionadas para o público adulto realizou-se atividades de caráter socioeducativo para: a) fomento ao debate e troca de conhecimentos e informações sobre a especificidade da realidade local e; b) atividades que além do potencial socioeducativo pudessem configurar-se como alternativas geradoras de trabalho e renda para as famílias locais — problemática esta detectada como uma das principais demandas existentes na área. Partindo desse entendimento, foram oferecidos os seguintes cursos: Oficinas de artesanato: mediante de cursos de confecção de bijuterias e de embalagem de presentes, a partir do aproveitamento e uso de recursos naturais locais (sementes, resíduos de madeira/pó de serragem), e materiais descartáveis (caixinhas de papelão, folhas de revistas); cursos de saúde, meio ambiente e cidadania: teve por objetivo propiciar uma reflexão crítico-pedagógica sobre direitos e deveres como prerrogativa da consolidação da cidadania e como possibilidade de acesso a bens e serviços sociais essenciais (saúde, educação, energia), assim como contribuir na formação de agentes promotores e sensíveis à mudança de atitudes, interesses e valores na sociedade, via participação, bem como a formação de agentes multiplicadores. Além das atividades realizadas na sede dos Municípios, buscou-se estabelecer uma programação voltada às demandas e áreas

de interesse específico das comunidades, consolidando na realização da I Oficina de Organização Comunitária. Como já fora ressaltado anteriormente, a escolha da temática a ser discutida levou em consideração as demandas postas pelos comunitários, que indicaram a necessidade de se capacitarem para organização comunitária por perceberem que os problemas vivenciados muitas vezes poderiam ser solucionados via mobilização da comunidade e mediante o desejo de se organizarem formando e/ou fortalecendo a associação comunitária existente. Ao longo dos trabalhos desenvolvidos durante a oficina buscou-se trabalhar a concepção de organização comunitária a partir do conhecimento e entendimento dos grupos sobre esta temática, assim como estabelecer uma dinâmica de incorporar novos saberes, a fim de propiciar a reflexão sobre a importância da participação e da organização sociopolítica como mecanismo de defesa de interesses coletivos e como possibilidade de acesso a bens e serviços sociais. Para além das atividades previstas para os adultos na comunidade, realizou-se um trabalho socioeducativo com os adolescentes, com técnicas de abordagem grupal (dinâmicas de grupo) relativas ao papel que exercem no âmbito de seu grupo doméstico. Foram desenvolvidas atividades com as crianças objetivando trabalhar o tema proposto, com um enfoque diferenciado e voltado ao público infantil sobre o uso dos recursos naturais e a percepção sobre a realidade local. A divisão do trabalho do grupo doméstico nas atividades produtivas está condicionada, principalmente — não exclusivamente — pela distribuição de papéis na família e do número de membros pertencentes à unidade doméstica-familiar. Fato que aponta para as diferenças funcionais da condição feminina ou masculina junto às famílias. Os homens se engajam de forma diferente no controle dos recursos materiais na família e na comunidade, nos espaços de intercâmbio sociocultural, ou seja, em relação ao exercício do poder, da autonomia e da gestão das atividades, na dinâmica que se efetiva no interior da unidade produtiva e da face que os grupos domésticos apresentam no exterior. As atividades realizadas proporcionaram a capacitação para geração de emprego e renda para os participantes das atividades. Predomina uma certa controvérsia entre os autores sobre a criação de novas oportunidades de emprego nos Municípios da região e, principalmente, no meio rural. Tais possibilidades aparecem como criação de novas oportunidades para a força de trabalho em atividades produtivas e a geração de empregos na utilização de rejeitos, sementes, cascas e produtos locais com a incorporação de valor aos produtos beneficiados. A questão da geração do emprego não pode ser debatida fora da consideração das relações de produção locais, das alternativas locais, dos saberes e das habilidades dos agentes sociais, daí que as atividades formativas oferecidas no trabalho foram centradas nos saberes locais e nos recursos naturais existentes. No caso da pequena produção, novos empregos se geram pela criação de novas atividades relativas ao beneficiamento da produção, da confecção de artesanato ou da necessidade de mão-de-obra especializada para operar equipamentos. Enquanto para o produtor de grande e médio porte o acesso a energia pode gerar a troca de equipamentos mais modernos e a substituição de mão-de-obra, gerando desemprego no campo. A experiência em foco possibilitou ao Grupo Inter-Ação consolidar um campo de extensão, pesquisa e estágio profissional dos acadêmicos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e da Faculdade privada Uninorte, com vistas a instrumentalização dos

agentes sociais envolvidos na busca de alternativas e de acesso a bens e serviços sociais e na formulação de subsídios para as políticas públicas na região. É de suma importância ressaltar que, especialmente no meio rural, a limitação na viabilização de políticas públicas (precariedade ou ausência de serviços) contribui para o agravamento da condição de carência e de empobrecimento dos comunitários ribeirinhos. Este quadro pode ser alterado por meio de programas integrados que tratem das questões sociais, econômicas e ecológicas que visem, acima de tudo, a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem ao longo dos rios da Amazônia, proporcionando às comunidades alternativas de produção de renda. O compromisso básico, implícito nesta proposta, é de atuar em conjunto com os agentes locais, em busca do desenvolvimento social dos Municípios, na busca de soluções viáveis e coerentes às necessidades existentes. Outrossim, busca-se, também, a divulgação das informações sobre as referidas populações, suas necessidades, objetivos e interesses, junto à comunidade acadêmica, aos agentes e aos órgãos envolvidos. A reprodução social destas populações mesmo em face da extensa pobreza material se edifica sobre a rica trama do ordenamento sociocultural da gestão participativa comunitária. No que diz respeito à dependência de recursos naturais disponíveis localmente, a convivência com os habitantes locais, a proximidade da floresta os torna usuários e aprendizes e, ao mesmo tempo, mestres, pois adaptam formas novas de uso na coleta, no cultivo, na produção. Estes agentes configuram-se como aprendizes habilidosos que também ensinam suscitando benefícios aos demais comunitários em termos de aprendizagem de técnicas novas. Neste contexto particular, a relação homem-natureza, mediada pela cultura, representa a própria síntese do conhecimento que a sociedade humana assimila sobre o seu meio e sobre suas inter-relações com ele. O envolvimento e a transformação de homens e mulheres, bem como da natureza circundante, frente a frente às exigências do seu próprio desenvolvimento expressa uma fecunda relação. Portanto, a relação que os agentes sociais estabelecem no plano da realidade específica, na relação homem-natureza e na produção dos bens materiais, são tramas de relações extremamente complexas no interior da sociedade e de seus próprios grupos. A vinculação de suas vidas e atividades produtivas com as esferas externas ao seu contexto demarcam vínculos que imprimem ritmos diferentes dos tradicionais à relação com a natureza e no interior do grupo. Morán (1990) destaca que ao longo da existência histórica “as populações indígenas e caboclas da Amazônia têm-se adaptado ao meio ambiente físico amazônico e às forças externas da sociedade colonial e nacional. Os graus de adaptação ao meio ambiente amazônico que cada uma tem atingido num momento dado varia, em função das forças históricas, sociais e político-econômicas que os têm influenciado. O manejo de algumas sociedades estará menos acoplado ao ambiente físico do que ao ambiente econômico da sociedade brasileira, enquanto que outras terão práticas sofisticadas de manejo ambiental desenvolvidas gradativamente” (p. 26). A história das teorias que abordam a relação do homem com a natureza no mundo ocidental tem seguido três tendências básicas: 1) a ênfase ao papel determinante do meio ambiente sobre o desenvolvimento da sociedade; 2) a ênfase no papel dominante da dimensão cultural sobre o ambiente físico; 3) o entendimento de que a predominância de um elemento ou outro não está pré-determinada, depende de cada situação particular e complexa.

Conclusões

Ao longo da história pode-se perceber que a orientação das políticas públicas impostas à região amazônica esteve quase sempre associada a interesses econômicos de grupos hegemônicos nacionais e internacionais, visando atender à crescente demanda por matéria-prima do mercado mundial e a inseri-la no contexto e circuito do capital. Tal orientação das políticas impôs às populações locais profundas alterações no modo de vida e nas formas de organização sociopolítico e cultural. Partindo desse entendimento, o trabalho junto a esses grupos sociais, por meio da extensão universitária, deve ser compreendido como um processo dinâmico de aprendizado, orientado por princípios metodológicos participativos de estímulo à cooperação, ao compromisso ético-político e à solidariedade entre os envolvidos. Tendo em vista que esses grupos sociais, de modo propositivo, têm buscado criar estratégias de organização, o apoio a estas iniciativas pode contribuir com os esforços para o estabelecimento de novos mecanismos de enfrentamento e alternativas de defesa dos interesses coletivos e de direitos sociais frente às necessidades vigentes. As atividades realizadas no decorrer do projeto tiveram por objetivo a ampliação das bases de conhecimento sobre a realidade socioeconômica, política, cultural e ambiental das populações estudadas visando produzir subsídios, mediante instrumentalização e capacitação dos grupos, na busca por soluções às necessidades e demandas sentidas.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. 8.ed. [s.l.]: Brasileira, 1990.

CHAVES, M. do P. S. R. et al. *Estudo das condições de vida e uso dos recursos locais pelas populações ribeirinhas nos municípios de Coari e Carauari* – AM. 2004. Relatório (Pós-Doutorado) – Departamento de Serviço Social. Grupo de Pesquisa Inter-Ação – Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Manaus.

MORÁN, E. F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

THIOLLENT, M. A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária. In: *METODOLOGIA e experiências em projetos de extensão*. Niterói: [s.n.], 2000.

- **Programa de alfabetização e formação profissional no Vale do Jequitinhonha**

Maria das Dores Pimentel Nogueira, Pró-Reitora Adjunta de Extensão. Mestre em Educação – FaE/UFMG

Gladys Rocha, Professora da Faculdade de Educação FaE. Doutora em Educação – FaE/UFMG

Roberto Nascimento Rodrigues, Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Cedeplar. PHD em Demografia pela Australian National University

Resumo

O Programa de Alfabetização e Formação Profissional no Vale do Jequitinhonha tem como objetivos: (a) contribuir para a formação de alfabetizadores de jovens e adultos e diagnosticar particularidades dos contextos em que os alunos estão inseridos, sobretudo disponibilizar material didático para o trabalho nessa modalidade e (b) elaborar diagnósticos de perspectivas de desenvolvimento regional. Esta proposta de trabalho, vinculada ao Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, constitui, assim, mais uma ação comprometida com o desenvolvimento regional de Municípios carentes do Estado de Minas Gerais, contextos no quais a Universidade Federal de Minas Gerais vem atuando desde 1997. Em relação à alfabetização, leitura e escrita, considera-se os pressupostos do letramento e suas relações com a alfabetização. Em relação ao diagnóstico, um dos eixos estruturadores é a apreensão de percepções de sujeitos das comunidades investigadas. Pretende-se contribuir para a formação de alfabetizadores mediante divulgação e discussão de materiais didáticos e de práticas pedagógicas; elaborar e publicar um diagnóstico regional que possa subsidiar o desenho de potencialidades regionais de inserção de jovens e adultos em atividades produtivas.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, alfabetização, geração de emprego e renda

Introdução e objetivos

A Universidade Federal de Minas Gerais, como instituição pública comprometida com os problemas da maioria da população, e não apenas com aqueles que têm acesso direto a seus cursos de graduação e pós-graduação, tem grande tradição na extensão universitária. Nesse contexto, o Programa de Alfabetização e Formação Profissional no Vale do Jequitinhonha – PAFP integra uma ação mais ampla e consolidada na região Nordeste do Estado de Minas Gerais, o Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, por meio do qual a Universidade reafirma sua presença em uma das regiões mais carentes do Estado de Minas Gerais. O Programa iniciou suas atividades em 1997 e consolidou-se como promotor e indutor de ações de desenvolvimento regional no Vale. Sua área de atuação tem como eixo a bacia do Rio Jequitinhonha e abrange as regiões do Alto, Médio e Baixo Vale do Jequitinhonha. As ações integram-se nas áreas de Educação, Desenvolvimento Regional e Geração de Ocupação e Renda, Saúde, Meio Ambiente e Cultura.

A UFMG tem, com esse Programa, a oportunidade de ampliar e aprofundar sua atuação consolidando sua presença na região mediante efetiva contribuição para a construção de projeto de desenvolvimento regional.

Atuar nessa região é uma decisão política da instituição em função de seu compromisso social como universidade pública empenhada na busca de soluções para os problemas da maioria da população. Como decorrência disso coloca-se a necessidade de ampliar as possibilidades de a população participar ativamente da busca de superação de formas de exclusão e de marginalização que a mantém, muitas vezes, alheia ao exercício de seus direitos.

O Programa busca apreender a realidade em sua totalidade. A interdisciplinaridade ocorre com a realização de atividades acadêmicas que integram diferentes áreas do conhecimento. Procura-se superar a visão compartimentada da realidade ao tornar possível a atuação conjunta de alunos, professores e técnicos de áreas distintas sobre uma mesma realidade. O espaço de aprendizagem é ampliado da sala de aula tradicional para uma perspectiva mais abrangente, considerando, como possibilidade de conhecimento, todo espaço onde se realiza o processo histórico e social.

O Pólo Jequitinhonha não procura substituir os legítimos sujeitos do processo, a sociedade regional, valorizada, consciente de sua força. Busca, sim, subsidiar algumas destas comunidades com o conhecimento e as técnicas que a Universidade detém.

Para possibilitar a integração e articulação das várias ações e vertentes que compõem o Programa, o Pólo Jequitinhonha conta com uma Coordenação Executiva. Uma das atribuições dessa Coordenação é promover e garantir fluidez e interdisciplinaridade que possibilitem uma contribuição efetiva na busca do desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. A Coordenação Executiva cuida, também, de promover uma discussão e construção conjunta entre a equipe da UFMG e a população do Vale.

Em consonância com a concepção específica do Programa, mas sem perder de vista sua inserção no Pólo Jequitinhonha, foram estabelecidos alguns objetivos centrais, ou gerais, secundados por um conjunto de objetivos específicos. Sucintamente, eles podem ser descritos da seguinte forma:

- atender a demandas de alfabetização de pessoas jovens e adultas de comunidades rurais e/ou urbanas do Município de Araçuaí, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itinga, Jenipapo de Minas e Novo Cruzeiro, todos integrantes do Estado de Minas Gerais e pertencentes ao Vale do Jequitinhonha, mediante socialização de materiais didáticos adequados ao público e às especificidades do processo de alfabetização;
- contribuir para a composição de um quadro de profissionais com compreensão mais ampla da alfabetização e de suas particularidades tendo em vista o aluno da educação de jovens e adultos (EJA);
- elaborar um diagnóstico socioeconômico da área de estudo, e do seu entorno, capaz de subsidiar o desenho de planos municipais de alfabetização que contemplem, além da EJA, educação continuada visando à qualificação profissional, tendo em vista as possibilidades concretas de inserção da população em atividades produtivas regionais e locais;

- com base nos resultados anteriores, estabelecer as diretrizes para uma segunda etapa do Programa, centrado, a um só tempo, na ampliação das atividades de EJA nos Municípios atendidos e a outros Municípios da região e na implementação de educação continuada. Essa formação continuada estará direcionada para a continuidade do processo de alfabetização e ampliação de habilidades de leitura e de escrita e para a qualificação profissional, visando à inserção dessa população em atividades produtivas locais e regionais;
- constituir uma referência para os esforços no campo da alfabetização, leitura e escrita de jovens e adultos, por meio da produção e divulgação de materiais didáticos;
- realizar seminário de discussão de planos municipais de alfabetização, com vistas a seu aprimoramento, com base nas sugestões das comunidades locais, assim como objetivando a aplicação da metodologia a outros universos territoriais;
- realizar reuniões periódicas com Prefeitos Municipais, Secretários de Educação e Planejamento e profissionais da área da educação para discutir o Programa, informar sobre o andamento das atividades e envolvê-los na avaliação e redimensionamento da proposta.

Metodologia

Orienta esta proposta de trabalho a concepção de que o processo de alfabetização deve constituir-se visando ao letramento. Tendo em vista o caráter polissêmico que têm assumido esses termos, cabe destacar o que se está entendendo por alfabetização e por letramento. A alfabetização é concebida, aqui, como a apropriação das habilidades iniciais de leitura e de escrita, a aquisição da “tecnologia da leitura e da escrita”. O letramento, por sua vez, é entendido como o “estado de uma pessoa que sabe fazer uso da leitura e da escrita como práticas sociais mediadas pelo por quê, para quê, como e em que situações essas práticas se constituem” (SOARES, 1998). O letramento diz respeito à interação que o sujeito estabelece com a leitura e com a escrita tanto do ponto de vista do acesso que ele tem a essas práticas sociais quanto ao modo como a interação ocorre — ao que o sujeito faz com a leitura e com a escrita e ao que essas práticas “fazem” com ele.

Assim, pode-se dizer que há profundas relações entre alfabetização e letramento já que não se deve perder de vista, no trabalho em torno da apropriação da alfabetização que, o ler e o escrever constituem práticas sociais cujas dimensões, significados, objetivos, regularidades e particularidades devem ser considerados no fazer pedagógico.

Há que se observar, no entanto, que sem desconsiderar as expectativas do sujeito aluno da EJA, a finalidade não é, por um lado, mitificar o poder da escrita atribuindo a ela um falso poder na transformação das condições objetivas de vida do sujeito ou estabelecendo relações simplistas entre alfabetização e cidadania. Também não é, por outro lado, buscar no conceito de letramento um modo de justificar o processo de exclusão, a partir da argumentação de que, embora não saiba ler e escrever, o sujeito tem seus modos de lidar com isso e, portanto, esse processo não traria maiores prejuízos. É importante considerar, nesse caso, que o indivíduo tem direito de acesso a esse conhecimento e que o objetivo é, sem superdimensionar as possibili-

dades decorrentes da apropriação desse conhecimento, criar condições para que o sujeito tenha, na leitura ou na escrita mediada pelo outro, não a possibilidade de interação com o texto escrito, mas uma opção.

Não se pode perder de vista, como afirma Ginzburg (1987) que “não há neutralidade nem inocência nos instrumentos lingüístico-conceituais colocados à disposição dos indivíduos”. Aliás, há que se destacar que o próprio acesso a esse instrumento é muito circunscrito, como já foi mencionado, às condições materiais de existência do sujeito. Condições que restringem o conjunto de eventos de letramento (aqui denominado contexto de letramento) ao qual o sujeito tem acesso e que acabam por ter papel significativo no modo por meio do qual ele interage e se comporta em dado evento de letramento, assim como no modo como “pratica” a leitura e a escrita. [O termo eventos de letramento é aqui entendido com o sentido que lhe é atribuído por Heath (1982, p. 93), citada por Soares (2003), como as situações em que a língua escrita constitui-se, para o sujeito, na interação, quer se trate de uma interação autônoma, individual, em que o sujeito interage com o texto escrito, quer se trate de uma interação mediada, em que o (s) sujeito(s) participe(m) de uma interação oral mediada por um texto escrito].

Por outro lado, o Programa proposto é parte integrante da política de desenvolvimento socioeconômico do Vale, o que demanda a articulação dos principais atores, e seus projetos, em torno de uma linha comum de trabalho. Busca-se, também, criar novas bases, de forma a dar mais fôlego a essas ações e, assim, gerar maior eficiência. Daí a preocupação em conceber um Programa que traga, intrinsecamente, a perspectiva de continuidade não apenas no que diz respeito à sua aplicabilidade em outras áreas ou regiões, mas também no que se refere à efetiva inserção da população alfabetizada e/ou em processo de alfabetização em atividades produtivas que lhes permitam, a um só tempo, sedimentar e aplicar os conhecimentos adquiridos, e garantir a mobilidade social que a educação enseja. Um passo importante nessa direção constitui-se na inserção dessa população em atividades de educação continuada, visando a uma qualificação profissional adequada à realidade regional e local.

A qualificação profissional por si mesma não é um passaporte seguro para o emprego, mas é sua pré-condição cada vez mais obrigatória. O desafio aqui é o da constituição de bases sólidas para a elaboração de um programa de qualificação profissional como direito, isto é, universal, gratuito, de qualidade e formador de uma cidadania crítica. O programa de qualificação profissional deverá estar integrado ao da educação básica de jovens e adultos para potenciar as condições técnico-formais de acesso ao emprego e sucesso no trabalho. Também deverá se pautar num conhecimento mais científico dos diferentes atributos do mercado de trabalho no Vale e seu entorno, de modo a maximizar oportunidades de emprego.

Para isso, faz-se necessário elaborar, para a área de abrangência dos Municípios contemplados no Programa, e seu entorno, um diagnóstico socioeconômico concebido com base na interação e percepção dos diversos segmentos que compõem a população da região, procurando implementar uma abordagem que busca integrar metodologias quantitativas e qualitativas. Uma das motivações para a implementação de abordagem que busca integrar essas duas metodologias no âmbito do desenvolvimento do Programa enraíza-se na necessidade de

descrever a realidade do Vale do Jequitinhonha e dos determinantes dos seus diversos processos e fluxos migratórios a partir de uma integração de aspectos macro e micro desta realidade.

Os aspectos macro, focalizados com base em dados secundários, determinam a interação da economia do Vale com a economia mineira e brasileira, assim como determinam as instituições de dominação e controle do Vale que bloqueiam o processo de desenvolvimento da região. Os aspectos micro, cuja avaliação ancora-se em dados primários, de cunho qualitativo, referem-se às estratégias de vida das famílias, que englobam aspectos demográficos (migração, fecundidade e mortalidade), a produção agrícola familiar, e as perspectivas dos indivíduos atuarem como agentes sociais de transformação da realidade, individualmente ou em entidades como os sindicatos, associações de classe e as comunidades de base. Entrevistas em profundidade, estruturadas e semi-estruturadas, grupos focais, e fóruns de discussão, são alguns exemplos de fontes de dados de natureza qualitativa a serem explorados na execução do Programa.

Pode-se afirmar que a inserção e investimento da Universidade nesse Programa representam não apenas uma forma de democratização do ensino, mas, também, de ampliação e/ou afirmação de seu compromisso social, do ponto de vista da formação docente e da produção de materiais didáticos, da constituição de oportunidades de alfabetização de jovens e adultos, área na qual desde 1985 a UFMG vem atuando — nos últimos quatro anos, além da atuação em Belo Horizonte, também em turmas das zonas rural e urbana de Município do Vale do Jequitinhonha —, e da perspectiva de proposição e implementação de educação continuada, no âmbito da qualificação profissional, com base no perfil produtivo regional e local. Essa assertiva baseia-se, por um lado, na importância de sujeitos envolvidos com a área de educação refletirem sobre aspectos inerentes à apropriação da leitura e da escrita no contexto da sala de aula, sobretudo no campo da educação de jovens e adultos em que as oportunidades de formação são restritas; e, por outro lado, no papel e o significado do domínio de habilidades de leitura e de escrita e da constituição de oportunidades de “ensino” para pessoas que foram excluídas do processo regular de escolarização,

É preciso observar, também, o significado, para os Municípios envolvidos, da ampliação das possibilidades de atuação de seus alfabetizadores, visto que essa constitui uma área, ainda no atual momento histórico, pouco contemplada pela maioria dos cursos de formação de professores e os constantes fracassos na alfabetização remetem, entre outras variáveis, à necessidade de romper com a visão muito recorrente nesse campo, notadamente quando se trata de público de EJA, de que qualquer sujeito, desde que imbuído de boa vontade, é capaz de ensinar a outro, as habilidades necessárias ao exercício das práticas de leitura e de escrita.

O trabalho com alfabetização, leitura e escrita em educação de jovens e adultos coloca a necessidade de uma abordagem teórico-metodológica que problematize a prática de ensino da leitura e da escrita e as especificidades da EJA. Nessa perspectiva, as atividades a serem desenvolvidas na/atraves da linguagem (oral ou escrita) terão, como eixo norteador, a importância de conceber os adultos sem ou com pouca escolarização como sujeitos cognoscentes, social e historicamente constituídos, com recursos e estratégias próprias para interagir na sociedade letrada. Sociedade na e/a partir da qual o analfabetismo ainda é freqüentemente interpretado

como expressão de uma dificuldade, de um problema ou mesmo de preguiça por parte do sujeito analfabeto e não como decorrência de suas condições materiais de existência, que acabam por circunscrever tanto o acesso à aprendizagem do ler e do escrever – eminentemente escolar –, quanto o acesso aos diferentes portadores de textos em que a leitura e a escrita circulam.

Essa premissa indicia a importância da produção de material didático que possa contribuir, tanto nos Municípios envolvidos quanto em outros contextos, para a construção e ampliação de práticas de alfabetização em EJA, já que a transposição didática não só de atividades e/ou textos próprios da alfabetização infantil constitui, entre outras, uma questão relevante no que diz respeito à permanência do aluno em turmas de EJA. Acrescente-se a essa questão a dificuldade de construção de um fazer docente que considere as práticas sociais que se constituem em torno da leitura e da escrita numa sociedade letrada – seus diferentes usos, portadores, funções, significados, finalidades...

Como se trata de um Programa ainda em construção, alguns dos propósitos evidenciados a seguir, dadas as condições objetivas de trabalho, foram redimensionados. Entretanto, tendo em vista suas finalidades e eixo estruturador, a produção e socialização de material didático, elaboração de diagnóstico e socialização das atividades desenvolvidas mediante seminários e reuniões, expressos nos objetivos, permanecem como núcleos centrais da proposta:

A produção de material didático para jovens e adultos justifica-se na medida em que, além de quantitativamente pouco expressiva, seja ainda mais restrita no âmbito da alfabetização. Observe-se, também, que os didáticos para alfabetização em EJA raramente contemplam os pressupostos do letramento e/ou dirigem-se a leitores-alunos inseridos em contextos urbanos ou rurais onde o acesso ao material impresso é restrito. O escasso material de qualidade atualmente disponível tem caráter eminentemente de grandes centros urbanos. Finalmente, há que se acrescentar o caráter multiplicador que pode vir a ter esse “material de referência” quando socializado em contextos inicialmente não integrantes desta proposta.

A socialização desse material constituirá atividades de formação na medida em que, referenciado nas necessidades locais e em observações de aulas, o produto será socializado a partir de interlocuções com os alfabetizadores.

Será feito um delineamento das potencialidades da região, de pontos de estrangulamento que dificultam a exploração de tais potencialidades, as condições de vida da população, e as formas específicas de organização da sociedade no Vale, com vistas à elaboração de diagnósticos e perspectivas de desenvolvimento regional. Esses diagnósticos serão cotejados não apenas por meio da leitura e análise de dados globais, secundários, mas também, e principalmente, com base na percepção dos próprios moradores da região. Com isso, busca-se adequar ações e planejamento, visando ao desenvolvimento regional, de dentro da região, e com a participação da população da região, em todas as etapas desse processo, isto é, desde a concepção e gestão até a efetiva integração nas atividades indutoras de desenvolvimento local. Isso certamente passa pelo investimento na formação de recursos humanos da região, tanto no contexto da alfabetização quanto no plano da gestão administrativa, o que exige a integração da pesquisa, ensino e extensão, exatamente os desafios inovadores de participação interativa da UFMG

no âmbito do Programa. Estrategicamente, a idéia é gerar condições para que se possa aproveitar o patrimônio humano e institucional do Vale, para somar forças e, assim, criar um ambiente técnico, educacional e logístico, que opere de forma articulada, para facilitar a indução à atividade econômica formal. É assim que se pretende garantir renda a quem dela necessita, pois se acredita que o desenvolvimento econômico de uma cidade só adquire sentido se ele incorporar, em seus vários circuitos, a capacidade produtiva de toda a população.

Serão realizados estudos com a finalidade de identificar os contextos de letramento disponíveis nas comunidades, visando tanto à sua inter-relação com o fazer docente bem como à sua ampliação, já que não se pode negligenciar o fato de que há estrita relação entre o tipo de letramento de um indivíduo ou de um grupo e o contexto de letramento, ou seja, o conjunto de eventos de letramento a que se tem acesso. Há, nessa perspectiva que se considerar, simultaneamente, tanto a necessidade de garantia de acesso ao direito de apropriação ao ler e ao escrever quanto ao que ler e ao que escrever.

A execução do Programa envolve a participação efetiva dos coordenadores, bem como de estagiários da graduação e da pós-graduação da Universidade, além de bolsistas locais.

Resultados esperados

Pretende-se, além da ampliação das possibilidades de atuação dos alfabetizadores, a socialização do trabalho desenvolvido nos Municípios, a disponibilização, ao longo e/ou ao final do processo, dos seguintes produtos:

- relatório qualitativo com diagnóstico dos conhecimentos prévios do grupo de alunos dos seis Municípios em relação à leitura e à escrita;
- construção de um perfil do aluno da EJA das turmas, evidenciando convergências nas trajetórias, condições de vida, entre outros;
- identificação, por amostragem, dos contextos de letramento em que os sujeitos estão inseridos;
- elaboração, teste, publicação e divulgação de material didático para EJA;
- elaboração e publicação de diagnóstico regional para subsidiar o desenho de planos de alfabetização municipal que contemplem, além da EJA, educação continuada baseada em qualificação profissional, levando-se em consideração as potencialidades econômicas regionais e locais que permitam a inserção de jovens e adultos em atividades produtivas;
- realização de seminário de discussão das propostas dos planos municipais de alfabetização.

A proposta específica de avaliação do Programa de Alfabetização e Formação Profissional no Vale do Jequitinhonha é eminentemente processual, já que tanto durante a produção do diagnóstico quanto do acompanhamento e orientação de atividades docentes com foco em alfabetização e letramento, os dados obtidos serão constantemente utilizados visando ao aprimoramento do movimento empreendido nesses procedimentos. O mesmo se pode dizer em relação ao material didático, que além de produzido para e com sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem será utilizado e discutido, visando à sua ampliação/adequação.

Referências bibliográficas

BRASIL. Secretaria do Estado de Planejamento. *Perfil sócio-econômico*. Belo Horizonte: Seplan, v. 1-10, 1994.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. O novo mapa da indústria brasileira: aglomerações industriais relevantes. In: VII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, Belo Horizonte, 1995. *Anais*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1995.

FERREIRA, M. S. Rede de Cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista. In: UFMG. *Nova economia*. Belo Horizonte: UFMG/Face/Cedeplar, IX Prêmio Minas de Economia, 1996.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, N.º III de M. *Vale do Jequitinhonha: transformações estruturais e intensificação do êxodo no pós-guerra*. 1992. Dissertação (Mestrado) - Cedeplar/Face/UFMG, Belo Horizonte

SOARES, M.. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. *Letramento e escolarização*. Belo Horizonte: 2003. (Mimeografado).

VALLES, M. S. *Técnicas cualitativas de investigación social*. Madrid: Síntesis, 2000.

- **Programa Trilhas Potiguaras**

Rita de Cássia da Conceição Gomes, Coordenadora do Programa. Doutora

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Resumo

Trata-se de um trabalho desenvolvido em seis Municípios do Rio Grande do Norte que tem por objetivo desenvolver atividades junto às parcelas mais carentes da população. Tem como missão propor novas formas de aplicação do conhecimento gerado na universidade, tendo por base os princípios da participação, da ética e da cidadania. O Programa Trilhas associa o máximo de qualificação acadêmica com o máximo de compromisso social. As ações propostas buscam estabelecer uma rica interlocução entre universidade e sociedade, resultando em fecundo e infundável processo de mudanças recíprocas e de sociabilidades, que privilegia o diálogo entre os diferentes saberes na luta constante pela conquista de uma vida digna em todos os aspectos do desenvolvimento humano. Este trabalho já foi desenvolvido em outros Municípios cujos resultados foram bastante satisfatórios, nas diversas áreas como: educação, saúde, meio ambiente, cooperativismo dentre outros. As atividades são realizadas sob a coordenação de um professor e a participação de alunos dos diversos cursos da UFRN. As atividades desenvolvidas são: oficinas, atividades de lazer e cultura, palestras, minicursos, treinamentos. Embora o trabalho ainda esteja em andamento, alguns resultados devem ser destacados: formação de bibliotecas, elaboração de diagnósticos etc. Podemos concluir que atividades dessa natureza são fundamentais no processo de construção da cidadania.

Palavras-chave: educação, cidadania, desenvolvimento humano

Introdução e objetivos

O Programa Trilhas Potiguaras foi criado com o sentido de estabelecer a discussão, romper com preconceitos estabelecidos e se inserir de forma definitiva nos estudos para a formulação de alternativas viáveis para os mais urgentes problemas da região em que se insere. Dessa maneira, “à luz do somatório de experiências vivenciadas, acumuladas ou desejadas pelas comunidades”, no âmbito dos mais diversos prismas do conhecimento, foi tecido um processo de intercâmbio acadêmico-científico e social, envolvendo, de um lado a comunidade acadêmica e de outro as próprias comunidades.

Nos seus oito anos de atuação no Rio Grande do Norte, o Programa tem buscado caminhos que permitam uma maior interface entre pesquisa, ensino e sociedade, por meio do fortalecimento de sua dimensão propositiva, incremento de sua inserção social e aumento de sua articulação no espaço local e global.

Um dos princípios necessários à renovação da universidade é a qualidade da formação profissional, tanto no que diz respeito ao conteúdo específico de cada curso (qualidade formal),

quanto ao envolvimento crítico com os problemas da sociedade (qualidade social). Nesse sentido, o Programa tem reafirmado sua participação no processo de retomada do conhecimento crítico e participativo sobre os desafios que se apresentam, ao experimentar novas formas de construção do conhecimento, orientadas pela reflexão-ação-recriação, possibilitando a reforma do pensamento e a construção de novas interações, democráticas e horizontais, entre a universidade e os diversos atores da sociedade, seus parceiros.

Tendo como referencial os princípios da participação, da ética e da cidadania, são objetivos da proposta:

Gerais

Colaborar com o processo de formação para a cidadania, associando o máximo de qualificação acadêmica com o máximo de compromisso social dos professores e alunos envolvidos, mediante efetiva interação entre o saber acadêmico, o saber da tradição e o saber popular.

Integrar ações de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de uma efetiva interação com os diversos atores sociais envolvidos nas comunidades, no sentido de promover o empoderamento dos mesmos para a superação da sua condição de exclusão.

Específicos

Oportunizar uma profunda compreensão da realidade existente, por meio de pesquisas de campo, diagnósticos e levantamentos; para o desenvolvimento de novas perspectivas locais.

Incentivar o desenvolvimento de práticas profissionais de forma cooperativa e interdisciplinar em situações concretas de demandas da população. Oportunizar o acesso ao conhecimento e à informação a grupos populacionais que se encontram alijados do processo de participação e controle social.

Apoiar, acompanhar e assessorar projetos comunitários em desenvolvimento que se coadunem com os princípios e objetivos do Programa.

Promover desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e de resgate da memória local.

Possibilitar a troca de saberes e a reflexão conjunta entre as Universidades e a comunidade de modo que todas as iniciativas realizadas se constituam num processo pedagógico de formação de agentes multiplicadores das ações desenvolvidas pelo Programa.

Metodologia

A proposta desenvolver-se-á em duas fases distintas. No primeiro momento são definidos os Municípios de atuação, selecionados os alunos, formadas e capacitadas as equipes. Esta etapa já foi iniciada desde o mês de maio e encontra-se na etapa de capacitação dos alunos, quando são parametrizados os conceitos (ética, cidadania, participação, desenvolvimento, etc.), discutidos os princípios e socializada a metodologia das ações do Programa Trilhas Potiguaras. São oferecidas, ainda, oficinas em diversas áreas, como metodologias participativas, registro, fotografia e documentação, introdução à Educação Ambiental, Cooperativismo, Lazer, Técnicas de Dinâmicas de Grupo, entre outros.

No segundo momento, os procedimentos técnicos metodológicos operam uma dialógica entre os aspectos teóricos e práticos das ações, tomando-se como referencial a pedagogia da problematização, da pesquisa-ação e a pedagogia de projetos, já adotados no desenvolvimento do Programa Trilhas Potiguaras, de acordo com esquema representado.

Para tanto, é imprescindível a realização de um diagnóstico participativo, interativo, que possibilite captar a percepção, vontades, desejos, limitações e possibilidades, dos diversos atores da comunidade, de maneira que as ações desenvolvidas lhes permitam transformar-se e desenvolver sua auto-estima e suas potencialidades, apropriando-se de instrumentos de emancipação para ser um sujeito ativo no enfrentamento da sua realidade de vida.

O diagnóstico interativo definirá e orientará as possibilidades de trabalho e conseqüentemente a elaboração dos Projetos específicos, respeitando-se, sempre o princípio da interação, da não-diretividade e o da construção coletiva com os sujeitos envolvidos.

Este movimento exige o questionamento crítico, a reflexão e a disponibilidade de recomeçar, pois o conhecimento real só se constrói pelo trabalho crítico/reflexivo sobre as práticas e na (re)construção permanente do processo.

O pensamento integrado, inter-relacionado, contextualizado e global substitui o pensar/fazer fragmentado, como forma de desenvolver as habilidades técnicas, investigativas pedagógicas e políticas, para o trabalho inter, transdisciplinar e multiprofissional.

O processo avaliativo é visto como estratégia de (re)construção do projeto, e acompanha todos os momentos de construção, desenvolvimento, aplicação e sistematização de resultados das atividades, em um movimento contínuo de criação, experimentação e repactuação do Programa face aos seus resultados e impacto na comunidade, nas organizações sociais e na academia.

São alvos da avaliação a forma como o projeto se desenvolve, a eficiência dos métodos e procedimentos empregados, a eficácia dos métodos e procedimentos utilizados, as transformações sociais e impactos gerados pelas atividades e o retorno da ação no Município à academia e a influência na formação cidadã do aluno.

Metas, atividades e produtos esperados

As ações, contidas nos diferentes enfoques temáticos, materializam-se por meio de projetos específicos, aos quais poderão ser agregados outros, identificados como necessários no decorrer das atividades. Estão orientadas de forma que levem em consideração a questão da promoção social, procurando inserir políticas direcionadas ao desenvolvimento social da juventude, de acordo com contexto sociocultural e ambiental em que se realizam, de forma que estimulem a organização social e a participação; proporcionem a educação ambiental, a educação em saúde, possibilite a inovação tecnológica, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população.

As atividades apresentadas consubstanciam-se nas ações já desenvolvidas pelo Programa Trilhas Potiguaras e leva em consideração a visita já feita pelos coordenadores aos municípios-alvo. Entretanto, faz-se necessário entender o Programa como uma atividade de extensão, e como tal, com limites e possibilidades.

Agregando diferentes atores sociais com disposição para experimentar e inovar, nas proposições e nas relações; “aposta” nos valores defendidos, principalmente, na solidariedade, na inteligência humana e no potencial dos jovens (atores e sujeitos da ação).

META 1

Implementação e continuidade do Programa Trilhas Potiguaras em seis Municípios do Rio Grande do Norte no período de seis meses.

Ações: contato com as Prefeituras Municipais envolvidas; viagem precursora dos coordenadores aos Municípios.

Objetivos: levantar as condições de infra-estrutura do Município para receber a equipe, estabelecer contato inicial com gestores e lideranças, identificar o interlocutor local e levantar as demandas iniciais e áreas possíveis de intervenção.

Viagem precursora das equipes aos Municípios

Objetivos: realizar o diagnóstico participativo no Município, discutir e negociar com a comunidade o(s) problema(s) a ser(em) trabalhado(s), fazer o reconhecimento e definir as áreas mais prováveis de intervenção.

Elaboração do plano de ação para o Município

Objetivos: investigar teoricamente os determinantes do(s) problema(s) escolhido(s), elaborar hipóteses de solução e planejar a intervenção.

Grandes trilhas

Objetivos: aplicar e avaliar as atividades planejadas, planejar os retornos, socializar os resultados.

Retornos

Objetivos: acompanhar, monitorar e avaliar as atividades nos Municípios, (re)pactuar e socializar os resultados.

Atividades e produtos esperados

Fatores sociais, como a necessidade de garantir a própria sobrevivência ou complementação do orçamento familiar, bem como outros aspectos, de caráter cultural, como a questão da herança ou manutenção da terra no campo, tornam a tarefa de erradicação do trabalho infantil um exercício de continuidade e imaginação, longe de soluções radicais e imediatas. A pobreza é, pois, o principal fator que leva a população infanto-juvenil ao trabalho, o que resulta não só no impedimento aos estudos, como também o comprometimento da sua saúde.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA foi criado para regulamentar as conquistas em favor da infância e da juventude, introduzidas na Carta Constitucional de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 68, introduz a figura do trabalho educativo, o qual regula o trabalho em

entidades governamentais e não-governamentais que articulam no trabalho sociopedagógico três componentes: educação, trabalho e geração de renda, podendo a componente educação, nesse trinômio, ser substituído pela educação informal, complementando o ensino formal oferecido na escola regular.

As ações aqui propostas consistem na capacitação de adolescentes com idade entre 14 e 17 anos, e integram atividades nas áreas de Saúde, Educação, Meio Ambiente, Arte, Cultura e Lazer, Comunicação Popular e Geração de Emprego e Renda. É um trabalho que envolve casa, escola e comunidade; que visa promover impactos sociais, pela transformação dos sujeitos e inclusão social, produção, inovação e transferência de conhecimentos.

Partindo da realidade local e necessidades mais prementes, o projeto pretende buscar soluções simples e adaptadas, a partir dos recursos disponíveis nas próprias comunidades. O desenvolvimento social é a base de todo o trabalho, procurando contextualizar o público em seu meio e fornecer os instrumentos adequados para que possa interagir com ele de forma consciente e construtiva.

Os adolescentes serão estimulados por meio de atividades educativas, em que se discutem conceitos e valores sobre o meio ambiente, qualidade de vida e cidadania, a promover mudanças qualitativas no seu dia a dia, de forma que atuem também como agentes multiplicadores das ações e dos conhecimentos adquiridos, produzindo material de comunicação e repassando os novos conhecimentos aos alunos das escolas públicas e à comunidade, num processo que envolve trabalho e educação.

As atividades desenvolver-se-ão por meio de oficinas, minicursos, seminários, apresentações artístico-culturais (teatro, música, dança), onde se pretende trabalhar o conceito de cidadania provocando a reflexão e a discussão acerca desse tema, facilitando o processo de percepção dos envolvidos enquanto portadores dos direitos que integram esse conceito.

As atividades esportivas e de lazer pretendem levar os participantes, independente de gênero e faixa etária, portadores ou não de necessidades especiais, a adotarem atitudes de respeito mútuo, dignidade, cooperação e solidariedade, possibilitando a integração entre diversos grupos sociais. Incluem técnicas de jogos coletivos, organização de rua de lazer, organização de eventos, e técnicas teatrais (teatro de rua, teatro do oprimido) e etc.

Orientações sobre educação para a saúde e prevenção também são previstas e podem enfocar: higiene e saneamento ambiental, saúde da criança, saúde da mulher, saúde bucal, controle epidemiológico, assistência simplificada, drogas, sexualidade, controle de hipertensos e diabéticos, entre outros.

As atividades de Educação Ambiental visam sensibilizar a comunidade para a mudança de atitudes e comportamentos em relação às questões ambientais e proporcionar aos participantes um conhecimento acerca da problemática ambiental e a importância de se buscar soluções corretas e criativas, que promovam a ocupação e a renda, num trabalho articulado entre as escolas e a comunidade. A partir desse minicurso os grupos estarão aptos a investir em atividades baseadas na trilogia “reduzir, reutilizar, reciclar”. Incluem-se aí oficinas sobre noções básicas de educação ambiental, reciclagem, compostagem, incentivo à produção de húmus, etc.

META 2

Implantação de um projeto de dinamização de bibliotecas e incentivo à leitura, que contribua para o processo de educação permanente nos Municípios.

Atividades e produtos esperados

As ações visam à capacitação, principalmente, de jovens, idosos e portadores de necessidades especiais para o desenvolvimento de atividades que permitam utilizar a leitura como instrumento de conquista da cidadania e inclusão social, mediante acesso aos bens culturais.

As atividades estão voltadas para a disseminação do conhecimento, proporcionando a criação de espaços que incentivem a ludicidade, a socialização e a ampliação de horizontes culturais. A partir da vivência dos participantes, resgate de sua identidade, cultura e história de vida, serão construídos textos nos quais se trabalhará a leitura, a escrita, a formação textual e aspectos gramaticais, abrindo caminho para a compreensão de novas propostas educacionais.

O desenvolvimento de oficinas de contação de história, orientações sobre organização e uso do espaço de bibliotecas, criação dos espaços destinados a leitura, a difusão da linguagem LIBRAS (para surdosmudos), dentre outras.

O uso da informática também será incentivado, de modo a preparar o monitor para utilizar a informática como instrumento de inclusão social, inclusive como ferramenta para produzir veículos de informação e comunicação nos Municípios.

META 3

Incentivo à criação de espaços culturais e de lazer que oportunizem o resgate e preservação da cultura e memória local.

Atividades e produtos esperados

A arte e a cultura serão trabalhadas como atividade lúdica e de motivação, servindo como instrumento pedagógico e de inclusão social. Considerando as várias dimensões da prática pedagógica utilizada, há que perseguir um resgate da identidade cultural nessas comunidades, buscando uma formação integral dos homens e mulheres.

Essa busca de aproximar as comunidades do universo atual em que se encontram, os processos comunicacionais e a cultura de massa, será feita com base em leituras e análises de textos, vídeos e letras de música e também mediante pesquisas e catalogação de material elaborado, até então, pelas comunidades de maneira que tudo o que for produzido seja apresentado por meio de eventos, impressos, fotografias e demais formas de comunicação.

Procurando estabelecer parcerias com atividades culturais existentes nas comunidades de origem dos participantes podem ser oferecidas oficinas de música, dança, pintura, teatro, folclore, etc., buscando fazer um resgate da cultura e tradição das comunidades.

Haverão de ser trabalhados os vários conceitos de cultura, de forma a viabilizar reflexões e discussões sobre o tema e a comunicação de massa; a identificação de focos de produção

cultural; o resgate da identidade cultural e tradição local; de forma a promover a integração dos grupos culturais locais e difundir a sua produção.

Resultados e discussão

A atual edição do Programa Trilhas Potiguaras encontra-se em andamento, no entanto, como já posta anteriormente, desde 1996 que este Programa vem sendo realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

No período compreendido entre 1996 e 2002, o Programa Trilhas Potiguaras atuou em 58 Municípios do Rio Grande do Norte. De perfil socioeconômico e ambiental extremamente diversificados e distribuídos em todas as regiões do Estado, apresentam, cada um suas especificidades e características. Desde Monte das Gameleiras, localizado na região da Borborema Potiguar, com apenas 2.541 habitantes e 93 km², a São Gonçalo do Amarante, com seus 69.435 habitantes e 261 km² (IBGE, 2000).

As ações desenvolvidas nos diversos Municípios foram estruturadas a partir das realidades sociais, culturais e ambientais das localidades e procuraram aplicar metodologias que contribuíssem para o amadurecimento e consolidação da participação política dos moradores nos processos de planejamento e intervenção em sua comunidade, buscando a construção solidária do saber e o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Inúmeras atividades foram desenvolvidas nas áreas de Educação, Arte e Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Organização Comunitária e Cidadania, Transferência de Tecnologia e Geração de Emprego e Renda. Os resultados obtidos nas comunidades são muitos e diversificados: criação de associação de moradores, grupos de jovens e cooperativas; formação de multiplicadores em educação ambiental, implementação de hortas comunitárias, criação e revitalização de bibliotecas, capacitação de professores em diversas áreas (pedagogia de projeto, educação inclusiva, etc.), incentivo à reciclagem, reutilização e redução de resíduos sólidos, criação de grupos artísticos e culturais, programas de desenvolvimento turístico, campanhas e projetos, controle de hipertensos e diabéticos, incentivo ao pré-natal e aleitamento materno, apoio às atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, orientações sobre o uso de fitoterápicos, alimentação alternativa, prevenção à gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. A realização de diversas campanhas: de combate à dengue, de higiene bucal e fluoretação e de conservação dos recursos naturais tem surtido efeitos positivos nas comunidades. A utilização de tecnologias limpas e adaptadas à região, como a reciclagem, compostagem, produção de húmus e secagem de frutas com energia solar têm despertado nas populações interagentes uma consciência crítica a respeito da relação entre a sociedade e a natureza.

Além disso, os trabalhos desenvolvidos nas comunidades têm suscitado um sem-número de trabalhos acadêmicos e científicos, apresentados nos mais diversos fóruns. O próprio programa tem gerado trabalhos de final de curso dos alunos que integram as equipes, bem como tem sido objeto de estudo de dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

O trabalho conjunto entre a UFRN e os Municípios — sob a forma de parceria — ultrapassa os limites institucionais, otimizando recursos materiais, financeiros e humanos. Constitui-se em processo de ampliação da mobilização e da participação, assegurando maior inserção da UFRN na dinâmica das transformações sociais. O Programa tem contribuído na formulação, implantação e acompanhamento de políticas públicas que promovem o desenvolvimento regional e, principalmente, dos Municípios em que atua.

Estiveram envolvidos nas ações, entre 1996 e 2003, cerca de 1.500 alunos, de graduação e pós-graduação, que participaram de forma voluntária e 100 servidores, entre professores e técnicos de nível superior. Nas comunidades, aproximadamente 100 mil pessoas foram beneficiadas diretamente pelas ações, de grupos sociais diversificados, variando em gênero, faixa etária, formação e qualificação: crianças e adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres, professores, profissionais de saúde, portadores de necessidades especiais, gestores municipais, lideranças e membros de associações comunitárias, membros de Conselhos Municipais, pescadores, produtores rurais, artesãos, operários de fábricas, funcionários públicos, etc.

Conclusões

Embora o trabalho ainda não tenha sido totalmente concluído, devemos afirmar que a experiência do Programa Trilhas Potiguaras têm se destacado na atuação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, uma vez que tem implementado diversas ações de suma importância no âmbito dos Municípios nos quais o Programa já se desenvolveu.

Por outro lado, o Programa Trilhas tem se transformado num espaço importante de participação voluntária dos estudantes dos diversos cursos da UFRN, principalmente para aqueles alunos cujos cursos não apresentam em sua grade curricular disciplinas ou estágios que possibilitem o contato com a sociedade, de forma mais direta e atuante.

Outro aspecto bastante relevante diz respeito à própria interação de professores e alunos das diversas áreas da Universidade, pois, como sabemos, ainda existe uma separação interna muito grande no ambiente estudantil universitário brasileiro, fruto de uma política de especialização implementada pelo Estado brasileiro durante o período militar.

Referências bibliográficas

FALCÃO, E. F; ANDRADE, J. M. T. *Metodologia para a mobilização coletiva e individual (Met-MOCI)*. João Pessoa, PB: Agente/ Universitária, 2003.

FELIPE, J. L. A.; CARVALHO, E. A. de. *Economia Rio Grande do Norte: estudo geo-histórico e econômico; ensino médio*. João Pessoa, PB: Grafset, 2002.

GOMES, R. de C. da C. *Fragmentação e gestão do Rio Grande do Norte*. 1998. Tese (Doutorado) - Rio Claro.

THIOLLENT, M. et al. (Org.). *Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas*. Rio de Janeiro: 2003.

_____ et al. (Org.). *Metodologia e experiências em projetos de extensão*. Niterói: EDUFF, 2000.

- **Projeto UniCampo – uma experiência de extensão no Cariri paraibano**

Fernanda de Lourdes Almeida Leal, Mestre em Comunicação e Semiótica

Márcio de Matos Caniello, Doutor em Sociologia

Jean-Phillipe Tonneau, Doutor em Geografia Agrária, Université Paris X (Cirad)

Josafá Paulino de Lima, Bacharel em Sociologia (Cead)

Alexandre Eduardo Araújo, Doutorando em Engenharia Agrícola

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Resumo

Através de um Curso de Extensão em Desenvolvimento Local Sustentável, o Projeto UniCampo – iniciativa da UFCG – iniciou sua experiência piloto na cidade de Sumé – PB, com 30 jovens camponeses oriundos de 20 municípios do cariri paraibano entre os meses de setembro e dezembro de 2003. Como principal objetivo buscou desenvolver e resgatar, através de um processo pedagógico, o “capital cultural” dos atores envolvidos, estimulando o potencial criativo, reflexivo, técnico e organizativo destes sujeitos. O processo foi conduzido a partir da problematização de sete questões-motivo, que nortearam os encontros: Quem somos? O que temos? Como usamos o que temos? Como potencializar o uso do que temos? Qual é o nosso projeto? Como nos organizarmos para implementar o projeto? O que fazer para colocarmos o projeto em prática? Além destas questões foi utilizado um instrumento denominado Teste de Associação ou Evocação de Palavras. Constatação da capacidade coletiva de produção de conhecimentos e produtos (cordel, papel reciclado, xilogravura e jogo do cariri) como mostra da potencialidade e viabilidade de um projeto de desenvolvimento sustentável. Os resultados obtidos possibilitaram a continuidade da experiência, que já se encontra em curso desde maio do corrente ano.

Palavra-chave: Universidade Camponesa, desenvolvimento sustentável, educação

Introdução e objetivos

O Projeto UniCampo — pela Universidade Camponesa tem como compromisso primordial contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, promovendo uma agricultura familiar autônoma através do cultivo de um “capital cultural” que articule, por um lado, o resgate do ethos camponês entendido como base da identidade, fonte da auto-estima e vetor da autodeterminação dos agricultores familiares (Cf. CANIELLO, 1991), e, por outro lado, uma formação voltada para as necessidades e interesses desses atores sociais. Este processo deve ser construído por intermédio da difusão e crítica da informação sobre a produção técnico-científica, as políticas públicas e as ações devotadas ao fomento da agricultura familiar e por meio do debate sobre processos produtivos, de gestão e organização social apropriados às suas peculiaridades culturais, sociais, políticas, econômicas e ambientais.

A experiência piloto do Projeto UniCampo foi implementada no Campus Avançado da UFCG nas dependências Escola Agrotécnica de Ensino Fundamental de Sumé, município situado no “centro geográfico” do Cariri paraibano, através do oferecimento de um Curso de Extensão em Desenvolvimento Local Sustentável para 30 alunos oriundos de 20 municípios da micro-região.

A escolha do Cariri paraibano como locus da primeira ação do Projeto UniCampo deveu-se a vários fatores. Em primeiro lugar porque esta microrregião está encravada em plena “diagonal seca”, onde se observam os menores índices de precipitação pluviométrica do semi-árido brasileiro (Cf. COHEN & DUQUE, 2001, p. 48); em segundo lugar, porque “os produtores agropecuários ainda representam os principais atores econômicos do Cariri, apesar da crise do setor”, congregando 70% da população economicamente ativa, com forte presença de agricultores familiares (Cf. BAZIN, 2003, p. 19); em terceiro lugar, porque a microrregião tem baixos índices de desenvolvimento econômico e humano, com destacada carência no setor educacional (Cf. BAZIN, 2003, p. 48-52); em quarto lugar, porque a Escola Agrotécnica de Sumé, cuja experiência educacional é extremamente interessante (Cf. CANIELLO, 2001: p. 23-25), tem uma excelente infra-estrutura para comportar o campus avançado.

O Público-alvo foi composto por jovens camponeses com capacidade de liderança, vontade de progredir através dos estudos, com potencial de disseminação dos conhecimentos adquiridos e que tenham como opção de vida permanecer na região e trabalhar por seu desenvolvimento sustentável.

Durante 10 fins de semanas, entre 27 de setembro e 7 de dezembro de 2003, 30 educandos participaram de um curso de extensão de 120 horas/aula, cujo currículo consistiu de três módulos de formação, um módulo de síntese e três oficinas.

O módulo de formação humanística foi centrado na definição da identidade camponesa a partir de quatro perspectivas: arqueológica (a revolução agrícola — ou neolítica — como origem da civilização moderna), antropológica (o campesinato como um modo de vida), histórica (a formação do campesinato brasileiro e o povoamento do Cariri) e sociológica (os camponeses e seus dilemas frente ao capitalismo e à “modernidade”).

O módulo de formação técnica tratou fundamentalmente dos recursos do Cariri paraibano, seus usos e potencialidades (com a elaboração participativa de um zoneamento agro-ecológico) e da questão camponesa em face do desenvolvimento sustentável e das políticas públicas.

O módulo de formação social abordou temáticas como associativismo, cooperativismo e ação coletiva; o papel das lideranças para o desenvolvimento sustentável; a modernização e as tecnologias adaptadas ao Cariri (com um dia de campo dedicado à observação de experiências bem sucedidas).

Além dos conteúdos curriculares, foram promovidas oficinas de cordel, papel reciclado e xilogravura para que fossem estimuladas atividades que desenvolvessem o potencial artístico-cultural dos educandos, com três objetivos: estimular a ação criativa como estratégia pedagógica e meio de resgatar a identidade e a auto-estima; produzir materiais didáticos desenvolvidos interativamente, como o “jogo do cariri”, forma lúdica de produção de conhecimento local, que se destina a fixar e difundir os conhecimentos adquiridos para além dos processos presenciais; e demonstrar a potencialidade econômica da produção cultural (emprego e renda) no âmbito da “pluriatividade”, que deve caracterizar o desenvolvimento local sustentável.

O módulo de síntese resultou na conclusão de que o desenvolvimento do Cariri deverá ser fundamentado, por um lado, no resgate da identidade camponesa e, por outro, no fomento a atividades econômicas essencialmente agrícolas, sendo que a função produtiva comercial não deverá ser única: a produção para o autoconsumo, o artesanato, a gestão e conservação do meio ambiente, a preservação dos valores culturais e sociais são também tarefas do camponês caririense. Neste sentido foram definidas as seguintes diretrizes para os projetos de desenvolvimento local sustentável:

1. resgate e afirmação da identidade camponesa através da capacitação de professores do ensino básico (replicação do curso de extensão);
2. fomento à economia camponesa através do desenvolvimento de projetos baseados na produção agropecuária familiar, propiciando segurança alimentar ao homem do campo e às populações marginalizadas das cidades;
3. fomento à cultura camponesa através do desenvolvimento de projetos em turismo, artesanato e outras produções artísticas.

Articulação e mobilização coletiva para consecução de objetivos e acesso a tecnologias apropriadas (formação de associações, cooperativas de crédito, bancos de sementes, consórcios etc).

Em resumo, o principal objetivo do Projeto UniCampo — que finalizou seu primeiro curso de extensão em dezembro de 2003 e encontra-se na realização do seu segundo ciclo desde maio deste ano — é construir um processo pedagógico destinado a desenvolver o “capital cultural” dos atores sociais engajados na agricultura familiar no semi-árido brasileiro — especialmente a juventude rural —, estimulando o potencial reflexivo, criativo, técnico e organizativo desses sujeitos, de maneira que eles possam responder ativamente às suas necessidades

políticas, técnicas e institucionais para o desenvolvimento sustentável, interferindo especialmente na definição e implementação de políticas públicas.

Para atingir este objetivo, propõe-se a:

1. oferecer uma formação básica em Humanidades como estratégia para a construção de uma visão crítica da realidade e de um instrumental de pesquisa social aplicada;
2. desenvolver a capacitação em tecnologias apropriadas, articulando o saber local e as inovações científicas;
3. desenvolver capacidades organizativas e de gestão (gerenciamento da unidade produtiva familiar, associativismo, cooperativismo e questões de organização social e mobilização política);
4. estimular a construção de projetos de desenvolvimento local e apoiar sua implementação;
5. promover a interação entre os atores sociais envolvidos na agricultura familiar e a comunidade técnico-científica;
6. constituir-se num fórum permanente de reflexão participativa, interativa e crítica sobre os processos de desenvolvimento no Brasil e as políticas públicas a eles relacionadas;
7. constituir-se num meio de difusão de conhecimento técnico-científico, das políticas públicas e de ações voltadas para o desenvolvimento local sustentável no Brasil.

Metodologia

Antes de nos determos mais especificamente sobre a metodologia do Projeto, parece-nos necessário discutir a concepção política e pedagógica que orientou a condução do Curso de Extensão.

Como uma proposta mobilizadora calcada na recuperação e no cultivo das potencialidades do ethos camponês e na promoção de sua interação com o saber técnico-científico universitário, o Projeto UniCampo buscou uma perspectiva político-pedagógica criativa, inovadora e filosoficamente revolucionária. Neste sentido, o pensamento de Paulo Freire mostrou-se como o que melhor responde a essas necessidades, principalmente porque sua pedagogia se apresenta não como um “manual ortopédico” sobre “como ensinar”, mas como um processo pedagógico, cuja preocupação epistemológica fundamental consiste em saber “o que significa conhecer” (SILVA, 1999), respeitando as particularidades daqueles envolvidos nesse processo e enxergando a educação como meio indispensável à “mudança de uma sociedade de oprimidos para uma sociedade de iguais” (GADOTTI, 1979, p. 10).

Como um modelo diferente das metodologias tradicionais que consistem ainda hoje em limitar o pedagógico à sala de aula e à relação hierarquizada de poder/saber entre professor e aluno, o método de Paulo Freire faz nascer um pensamento pedagógico que conduz o educador a engajar-se social, cultural e politicamente na luta pela transformação de estruturas que sejam consideradas opressivas pelos sujeitos nelas inseridos (Cf. GADOTTI, 1979, p. 10).

Assim, no que diz respeito ao modo como o conhecimento é construído, salienta-se a necessária atenção ao “capital cultural” existente, o qual é continuamente produzido no espaço

pedagógico. O conhecimento, nessa perspectiva, não “aparece” importado de uma fonte universitária, cujo veículo seria o professor, mas produz-se continuamente como resultado da interface entre o saber já consolidado, que é re-significado a cada encontro pedagógico, e o saber que se produz.

Sob essa perspectiva, o professor deve “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1999, p. 52). É a substituição de um modelo fundamentado na “educação bancária” por uma metodologia alternativa denominada de “educação problematizadora” (Cf. FREIRE, 1975), modelo que se pauta numa perspectiva fenomenológica, para a qual não se separa, no processo de conhecimento, o ato de conhecer daquilo que se conhece, estando implicado nesse ato a presentificação do mundo para a consciência, que, para Freire, não é nunca um ato isolado e individual, mas intercomunicativo e intersubjetivo. Na perspectiva da educação problematizadora, o mundo não é simplesmente “comunicado”, mas educador e educandos produzem, através do diálogo, um conhecimento do mundo (SILVA, 1999).

Quanto aos conteúdos curriculares, Freire desenvolveu uma importante premissa: o conceito de temas significativos ou temas geradores, que vão se constituir como a base dos conteúdos programáticos, para a elaboração dos quais não se dispensa o papel dos especialistas, mas o currículo é sempre fruto de uma pesquisa da experiência dos próprios educandos, que participam ativamente desse processo.

Nessa perspectiva, a condução do Projeto foi orientada por 7 questões-motivo que foram responsáveis pela movimentação de todo o processo pedagógico:

1. *quem somos?* (Reflexões sobre identidade camponesa, identidade local, campesinato e capitalismo);
2. o que temos? (Levantamento dos recursos disponíveis da região para o seu desenvolvimento);
3. como usamos o que temos? (Capacidades e problemas no uso dos recursos disponíveis);
4. como potencializar o uso do que temos? (Articulando-se os “saberes e fazeres” locais e o saber técnico-científico definir rotas para o desenvolvimento local sustentável);
5. qual é o nosso projeto? (Formulação participativa de projetos de desenvolvimento local sustentável);
6. como nos organizamos para implementar o projeto? (Capacitação em ação coletiva);
7. o que fazer para colocarmos o projeto em prática? (Formação de comitês gestores para a implementação dos projetos).

Estas questões foram perseguidas em todos os módulos e, a partir delas, pôde-se visualizar os resultados do processo. A sistematização dos mesmos obedeceu a um olhar mais qualitativo, não obstante tenha sido aplicado no início e no final do curso um teste de associação ou evocação de palavras proposto por Tura (1998), que possibilitou visualizar de modo muito expressivo as mudanças de posição dos sujeitos antes e depois do Curso de Extensão.

Todo o processo foi documentado através de relatório produzido pela equipe pedagógica, fotografias, gravações em vídeo e fita cassete. Esse material possibilitou ampliar o alcance da experiência, principalmente porque dele resultou a elaboração de diversos materiais de divulgação da mesma.

É conveniente ressaltar, finalmente, que o cerne de todo esse movimento, que ganhou corpo no Projeto UniCampo, parte do pressuposto de que o Curso de Extensão teve como proposta metodológica “escutar” os mais diversos sujeitos envolvidos no processo para, a partir dessa “escuta”, traçar, de modo mais sintonizado com essa produção, seus caminhos.

Resultados e discussão

Os trabalhos desenvolvidos ao longo da experiência do Projeto Unicampo convenceram os participantes de que, malgrado suas extremas vulnerabilidades ambientais, sociais, políticas e econômicas, o Cariri paraibano, como tantas outras paragens da região semi-árida mais populosa do Mundo, é um lugar prenhe de possibilidades de existência digna para os camponeses. Com efeito, os trabalhos demonstraram a capacidade coletiva de produção de conhecimentos e para melhor se identificar estas potencialidades e valorizá-las num projeto de desenvolvimento sustentável.

Depois de dez finais de semana de formação pode-se considerar que os educandos modificaram profundamente a sua visão em relação às perspectivas de desenvolvimento sustentável, valorizando a força da sua identidade, as potencialidades dos recursos naturais e das experiências locais, percebendo o local como centro do processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, são elucidativos os resultados obtidos através da aplicação do “teste de associação de palavras” (Cf. TURA, 1998) realizado por ocasião da abertura e do módulo de síntese, que tinha como questão a seguinte pergunta: Quais as três primeiras palavras que lhe vêm à cabeça quando você pensa no Cariri? As respostas dadas nos dois momentos demonstram uma significativa modificação de perspectiva em relação à vida na região: enquanto na primeira dinâmica de grupo predominaram evocações negativas (71%), tendo como palavras mais citadas “seca” (17 evocações) e “dificuldades” (9 evocações), no segundo momento, a situação se inverte (70% das evocações são positivas), com a prevalência de termos como “persistência” (6 evocações), “esperança” (5 evocações) e “cultura” (5 evocações). Mais do que simplesmente significar a evocação de “novas palavras”, essa emergência aponta indícios de mudanças de perspectivas em relação ao Cariri não só como lugar, mas como espaço de produção de identidade. Aliás, tais mudanças foram sendo maturadas ao longo do Curso e constatadas através dos comentários, textos e posições adotadas pelos educandos durante os encontros.

Além dessa constatação dos resultados acima apontada, vale ressaltar um depoimento emblemático de uma das alunas na solenidade de encerramento, registrado no vídeo produzido sobre a experiência. Levantando-se da mesa redonda em que era uma das expositoras, Auricélia concluiu sua intervenção dizendo entre lágrimas: “Se eu nascesse dez vezes, dez vezes eu queria nascer caririzeira”.

Nesta fala percebe-se que a auto-estima e a identificação com o lugar foram resultados expressivos. Este fato provocou importante reflexão sobre a necessidade de processos que estimulem e impliquem os sujeitos envolvidos. Esta parece ser uma importante questão quando se pensa no papel que este curso de extensão teve: por intermédio das discussões e dos artigos produzidos nas oficinas (cordel, papel reciclado, xilogravura), observou-se a construção e/ou o resgate de uma identidade camponesa ou caririzeira, que funcionou como um importante mecanismo para que houvesse o desejo, por parte dos educandos, de continuidade do curso.

Entretanto, por mais bem sucedida que a experiência piloto se nos afigure algumas lacunas precisam ser observadas na continuidade do processo. É necessário que os educandos da turma pioneira adquiram as técnicas, metodologias e práticas necessárias para que eles mesmos tornem-se o que denominamos coletivamente de agentes de desenvolvimento sustentável, movimento capaz de fazer com que eles se tornem sujeitos operacionais e ativos de suas histórias individuais e coletivas. Pois, durante as sessões de avaliação, os educandos expressaram o sentimento de obrigação diante dos compromissos que doravante têm em suas comunidades. Manifestaram também o desejo de desenvolver ações de educação nas escolas e nas comunidades, ações de desenvolvimento sustentável e de convivência com a seca, ações de promoção do artesanato.

Diante destas novas necessidades foram identificados três desafios a enfrentar:

- acompanhar e monitorar os educandos no desempenho de suas novas tarefas de agentes de desenvolvimento sustentável;
- replicar o curso de extensão, uma vez que a experiência piloto suscitou um apelo muito forte;
- elaborar um projeto de curso superior pautado pelas necessidades e características dos camponeses do semi-árido, consolidando o propósito de fundação de uma universidade camponesa no Brasil.

O último desafio, mais ambicioso em seu propósito, delineia-se como meta em longo prazo. Não obstante sua ambição, acreditamos que o seu êxito será consequência do trabalho atual, que deverá iluminar os caminhos pelos quais percorrerá a Universidade Camponesa no Brasil.

Conclusão

O projeto UniCampo já mostrou os seus efeitos. Enquanto experiência-piloto gerou um potencial criador e pleno de iniciativas em seus educandos. Estes, como sujeitos ativos de suas histórias, desejam e solicitam a continuidade dessa experiência que revela uma forte tendência de se consolidar como uma iniciativa que extrapola o nível da extensão e tende a caracterizar-se cada vez mais como uma fórmula nova e original de fomentar a educação.

Foram rápidas as suas consequências. As reflexões e os constantes debates da equipe pioneira concluiu que se faz necessária a utilização de novas e potentes ferramentas que garantam a continuidade da experiência. Tais reflexões continuam perseguindo a originalidade:

pena-se num modelo educativo que seja condizente com a realidade de seus potenciais educandos. Neste sentido, nenhum dos modelos vigentes parece responder a esta realidade específica. E, assim, criar a partir de uma experiência bem sucedida parece ser a saída.

Perseguindo os princípios já delineados pelo Projeto Unicampo, as experiências multiplicadoras poderão se efetivar de maneira singular em cada cidade ou região na qual o Projeto se instale. Esta parece ser uma oportunidade ímpar de fazer eclodir, em diversos lugares e em momentos sincrônicos, a partir da atual experiência deste Curso de Extensão, a Universidade Camponesa no Brasil.

Neste sentido, já está em curso o segundo ciclo do Curso de Extensão em Desenvolvimento Local Sustentável, que dá prosseguimento à experiência realizada ano passado, com uma ampliação em termos do número de alunos, bem como a sua representatividade — a experiência atual conta com 35 alunos, sendo que alguns deles são assentados da reforma agrária.

Evidentemente ainda não podemos avaliar quais serão os resultados dessa segunda experiência, embora, como dissemos, o desenvolvimento do primeiro módulo aponte para perspectivas bastante alentadoras. Seja como for, o processo de construção da Universidade Camponesa no Brasil nos parece irreversível e, como participantes da iniciativa pioneira, sentimos-nos responsáveis pelo desafio de sua consolidação. Para tal consolidação ressalta-se o importante papel da extensão universitária, pois graças a essa possibilidade de estreitar laços com a sociedade está sendo possível, no caso especial deste projeto, abrir um veio de comunicação com aqueles a quem mais interessa a construção de um processo educativo no qual eles possam opinar em sua feitura. Via extensão, Universidade e camponeses começam a desenhar no semi-árido paraibano um formato novo de ensino superior, até então inusitado neste cenário.

Referências bibliográficas

BAZIN, F. *Plano de desenvolvimento sustentável do Cariri paraibano*. Campinas: MDA/FAO, 2003. 71 p.

CANIELLO, M. de M. De sertanejo a retirante: os dilemas da identidade camponesa em A Bagaceira. In: ENCONTRO DE CIENTISTAS SOCIAIS DO NORDESTE: Recife, 1991. *Anais*. MODERNIDADE E POBREZA: AS CIÊNCIAS SOCIAIS DOS ANOS 90. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1991. p. 301-316.

CMARA, H.. O “território” do Cariri ocidental paraibano: relatório de pesquisa;Projeto Dom Hélder Câmara. In: ENCONTRO DE CIENTISTAS SOCIAIS DO NORDESTE, 5, Recife, 1991. *Anais*. MODERNIDADE E POBREZA: AS CIÊNCIAS SOCIAIS DOS ANOS 90. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1991. 45 p.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 13.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 87 p.

GADOTTI, M. *Educação e mudança*. 14.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 93 p.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 106 p.

TURA, L. F. R. AIDS e estudantes: a estrutura das representações sociais. In: JODELET, D.; MADEIRA, M. (Org.). *AIDS e representações sociais: a busca dos sentidos*. Natal: EDUFRN, 1998. p. 53-82.

Direitos humanos

- **Acessibilidade e cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiências físicas**

Andreia Lopes Muniz Corrêa, Bolsista PET/Arq.

Juliana Duarte de Melo, Bolsista PET/Arq.

Leonardo Salazar Bittencout, Arquiteto/PHD

Miguel Correia de Moraes, Bolsista PET/Arq.

Raquel Faião Rodrigues, Bolsista PET/Arq.

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Resumo

Segundo dados do IBGE, no ano de 2000, 23,06% da população brasileira era composta por pessoas idosas ou portadoras de algum tipo de deficiência física. Essa significativa parcela da população encontra-se impedida de exercer plenamente sua cidadania, na medida em que encontra sérias dificuldades para se locomover no ambiente construído, tanto dos edifícios como do espaço urbano. Esse trabalho tem como objetivo realizar diagnóstico da situação atual do Campus A. C. Simões da UFAL, bem como elaborar propostas para adequações arquitetônicas dos diversos edifícios do mesmo. Foram realizadas entrevistas com os usuários do Campus portadores de diversos tipos de deficiência a fim de identificar as principais barreiras arquitetônicas existentes. A seguir, foi realizado um exaustivo levantamento arquitetônico das vias de acesso e dos edifícios existentes no Campus, assinalando-se as principais barreiras encontradas. No momento, o trabalho encontra-se em fase de elaboração das propostas arquitetônicas. O resultado não deve se constituir em experiência restrita ao problema de acessibilidade no âmbito da UFAL. Pretende-se que o mesmo se constitua em um exemplo que a

Universidade deve proporcionar à sociedade como um todo, na qualidade de instituição formadora de opinião cujas ações apresentam forte efeito multiplicador dentro do ambiente social onde se insere.

Palavras-chave: acessibilidade, arquitetura e urbanismo, inclusão social

Introdução e objetivos

Segundo a Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050, 1994), promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, nos meios de transporte e de comunicação. Isto constitui um direito universal resultante de conquistas sociais importantes, que reforçam o conceito de cidadania.

Um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos seus usuários. No entanto, a maioria das cidades é construída e modificada desconsiderando vários dos diversos tipos humanos que habitam estes ambientes construídos.

A dificuldade de acesso, ao contrário do que muitos imaginam, não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas. Existem aqueles que possuem mobilidade reduzida temporária, gerada por fatores como idade, gravidez, deficiência auditiva ou visual.

Os portadores de deficiência física são chamados, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, de ambulatoriais, podendo ser classificados como parciais ou totais. Os parciais são aqueles que se movimentam com dificuldade ou insegurança, usando ou não aparelhos ortopédicos e próteses. Dentre esses, se encontram os hemiplégicos, amputados, pessoas com insuficiência cardíaca ou respiratória, aquelas que levam cargas pesadas ou volumosas, os que levam criança pequena nos braços, engessados ou com vendas, convalescentes de doenças ou intervenções cirúrgicas, anciãos e pessoas afetadas por doenças ou malformações que os impeçam de caminhar normalmente.

Os portadores ambulatoriais totais são aqueles que utilizam, temporariamente ou não, cadeiras de rodas e incluem paraplégicos, tetraplégicos, hemiplégicos, amputados, e pessoas afetadas fortemente por doenças e malformações que as impossibilitam de andar.

Existem ainda os deficientes sensoriais, entre os quais se enquadram os deficientes visuais e auditivos. Todos possuem necessidades específicas que, quando não supridas, limitam a execução de suas atividades, seus fluxos de convívio e sua qualidade de vida.

Segundo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2000 o Brasil possuía 8,56% da população composta de idosos, a perspectiva de vida era de 65 anos, e 14,5% da população era composta de portadores de deficiência permanente. Somando essas duas parcelas, chega-se à conclusão que aproximadamente 23% da população brasileira encontra-se neste grupo de pessoas com sérias dificuldades de locomoção. Sem contar as pessoas portadoras de diversos tipos de deficiência sensorial, deficiência física temporária, os obesos e pessoas de estatura fora da média.

Estes dados vêm demonstrar o impacto social decorrente de iniciativas que visem à promoção da acessibilidade ao espaço habitado no território brasileiro. Como resultado desse alcance social e da consolidação dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, surge primeiramente a Lei nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99, que estabeleceu os preceitos fundamentais e os princípios de igualdade e não discriminação entre os cidadãos brasileiros. Mais recentemente, surgiu a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre prioridade de atendimento e outras providências às pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Posteriormente, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas formulou normas específicas para acessibilidade, fundamentadas nos referidos instrumentos jurídicos, que vêm apoiar a execução de projetos que objetivem a realização de intervenções arquitetônicas urbanísticas e nos meios de transportes, por parte dos diferentes agentes políticos da sociedade. Estas normas são:

- NBR 9050:1994 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos;
- NBR 13994:2000 – Elevadores de passageiros – Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência;
- NBR 14020:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem de longo percurso;
- NBR 14021:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem metropolitano;
- NBR 14022:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trolebus, para atendimento urbano e intermunicipal;
- NBR 14273:1999 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência no transporte aéreo comercial;

Apesar da legislação existente e do conjunto de normas disponíveis, observa-se que a maioria dos Estados brasileiros não atende às necessidades da acessibilidade de maneira eficaz. O Estado de Alagoas pertence a esta maioria. Poucas são as edificações acessíveis existentes.

Ainda que muito necessite ser feito para que pessoas com deficiência tenham seus direitos plenamente respeitados pela sociedade brasileira, são visíveis, nos dias atuais, o aumento da participação social dos mesmos. Nomeadamente no Estado de Alagoas, um número cada vez maior de pessoas com deficiência está na escola e realizando com êxito seus estudos, apesar dos dados recolhidos pelo Censo 2000 apontarem que entre aqueles que apresentam deficiências severas, 25% ainda está excluído do processo de escolarização. Tal fato está gerando uma situação nova: o número crescente de candidatos com algum tipo de deficiência concorrendo às vagas oferecidas pela Universidade Federal de Alagoas. No processo seletivo, realizado no ano

de 2002, foram, pelo menos, 15 surdos e 1 cego inscritos. Esses, infelizmente, não tiveram os seus direitos assegurados e necessitaram recorrer ao Ministério Público para que tal ocorresse. Os entraves enfrentados por estes candidatos estavam situados, em primeiro lugar, no desconhecimento em relação à sua individualidade, que por sua vez acabou por criar vários obstáculos para que eles pudessem concorrer em situação de igualdade com os demais candidatos. Quase sempre a plena acessibilidade esteve comprometida. Ou seja, entraves ou obstáculos limitaram ou impediram o acesso à informação ou aos espaços onde a mesma se encontrava. Em se tratando dos surdos, a Linguagem Brasileira de Sinais – Libras não foi reconhecida como sendo a sua primeira língua e o uso do intérprete foi vetado.

Assim, para que tais situações não se repitam, urge que a Universidade esteja preparada para incluir alunos surdos, cegos, ou com outro tipo de deficiência, buscando, como Guimarães (2002) aponta, a transformação das atitudes, do comportamento, da administração, do atendimento e da organização físico-espacial do espaço arquitetônico e urbano.

Nesse contexto, esse projeto de extensão, ora em andamento, tem como objetivo realizar um diagnóstico sobre a situação do Campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, e propor soluções para resolver os problemas encontrados no referido Campus, tanto nos acessos externos (ruas, calçadas e estacionamentos) quanto no âmbito das edificações.

Pretende, assim, contribuir para viabilizar o direito constitucional de acessibilidade aos usuários do Campus e contribuir para a inclusão social de uma parcela significativamente grande da população brasileira. Acredita-se que a UFAL, na qualidade de instituição de ensino superior, deve ser um agente inclusivo da sociedade e considerá-la sem discriminação ou segregação de qualquer natureza. E, mais importante, objetiva proporcionar um importante efeito multiplicador desse tipo de ação, tanto no âmbito das instituições públicas, como no seio da comunidade alagoana em geral. Para fomentar esse efeito multiplicador, foi previsto um curso de capacitação com o objetivo de oferecer treinamento e atualização, na área de acessibilidade, para profissionais e professores de instituições de ensino superior em Alagoas. O curso tem por finalidade incluir, no ensino de graduação dos cursos ligados à construção civil, a preocupação com os aspectos relacionados à acessibilidade.

Metodologia

O trabalho está dividido em dois tipos de ação. O primeiro tipo, consiste na elaboração de propostas arquitetônicas para intervenção no Campus A. C. Simões.

O segundo é constituído por treinamento técnico, tendo como público-alvo profissionais e professores envolvidos no ensino de projetos arquitetônicos nos cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Estado de Alagoas.

As ações previstas, com as respectivas metodologias, estão abaixo discriminadas.

Intervenção no Campus A. C. Simões

A primeira parte dessa ação consistiu na elaboração de um diagnóstico da situação atual. Foi realizado mediante entrevistas com usuários portadores de deficiências físicas, registro

fotográfico das barreiras encontradas e levantamentos arquitetônicos e técnicos, apoiados na literatura existente sobre o assunto.

A fim de promover a capacitação preliminar dos envolvidos no projeto, foi realizada uma revisão bibliográfica da legislação em vigor, particularmente as Leis Federais nº 7.853/89, regulamentadas pelo Decreto nº 3.298/99, a nº 10.048/00 e a nº 10.098/00, bem como a Portaria Ministerial do MEC nº 1679/99. Foram ainda consultadas as normas técnicas que fixam os padrões de medidas para tornar uma edificação acessível. Visando ampliar essa capacitação técnica da equipe envolvida, os membros do projeto participaram também de cursos e eventos específicos sobre o tema, realizados em Recife-PE.

A segunda etapa consistiu na realização do levantamento arquitetônico atual, tanto dos prédios da Universidade Federal de Alagoas, quanto dos equipamentos urbanos que estão situados no Campus A. C. Simões. Esse levantamento serve de base para a identificação da real situação das condições de acessibilidade na instituição e do que seria necessário para adaptá-la às condições adequadas, considerando os custos dessas intervenções.

A terceira etapa, ora em andamento, se constitui na elaboração de propostas arquitetônicas para tornar acessíveis os prédios existentes e suas vias de acesso com seus mobiliários urbanos.

Essas etapas estão sendo desenvolvidas por doze bolsistas do grupo PET Arquitetura, coordenados pelo Prof. Leonardo Bittencourt.

Capacitação de profissionais e professores de projeto arquitetônico nos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Alagoas

Um fato, freqüentemente constatado pelos arquitetos, consiste na dificuldade de adaptar um ambiente já construído a fim de torná-lo acessível aos portadores de deficiência. Caso a intenção de se produzirem espaços adequados estivesse presente desde o início da concepção arquitetônica e fosse aplicada nas etapas iniciais da concepção do projeto, esses problemas seriam mais facilmente resolvidos, tanto no que se refere à arquitetura quanto ao fator financeiro, que se apresenta como um dos principais impasses nas universidades públicas. A partir deste fato realizou-se uma pesquisa para constatar como o assunto acessibilidade no espaço construído vem sendo abordado nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil no Estado de Alagoas. Com a pesquisa, verificou-se que cerca de 70% dos professores de projeto arquitetônico e urbanístico desconhecem a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, bem como as normas da ABNT para acessibilidade.

Isso ressalta a necessidade de realização do curso “Acessibilidade nos Espaços Habitados”, destinado a professores envolvidos no ensino das disciplinas relacionadas ao projeto arquitetônico e ao desenho urbano, a fim de que os conteúdos relativos à acessibilidade no espaço habitado sejam devidamente considerados nessas disciplinas.

A partir desse treinamento, pretendeu-se que os assuntos ministrados passassem a ser incluídos como parte das matérias dos cursos de graduação dos profissionais responsáveis pela construção do espaço habitado, com reflexos positivos no ensino e pesquisas relacionadas ao tema.

Resultados e discussões

As entrevistas feitas forneceram informações detalhadas sobre as necessidades de portadores dos diversos tipos de deficiência, permanente ou temporária, além de uma visão crítica de alguns pontos das normas técnicas existentes, que talvez necessitem ser revistos.

As visitas preliminares realizadas nos edifícios do Campus A. C. Simões da UFAL constataram a falta de adequação da totalidade dos edifícios e do mobiliário urbano do Campus às normas de acessibilidade vigentes.

Observou-se que as calçadas do Campus A. C. Simões não são contínuas e estão degradadas pela ação do tempo e a presença de vegetação, dificultando bastante a locomoção entre os diversos prédios. Os equipamentos urbanos tais como telefones públicos, grelhas, postes de iluminação e energia, não atendem às especificações previstas nas normas da ABNT sobre acessibilidade. A construção aleatória de rampas não se tem mostrado uma medida válida, pois aproximadamente 80% dos casos analisados não obedecem às regras estabelecidas pela NBR 9050 relativa à construção de rampas.

O acesso aos blocos é outro grande entrave. Cerca de 60% dos blocos não possuem calçadas nem rampas de acesso e mesmo os que possuem encontram-se em estado de degradação. Detectou-se ainda a ausência de sinalização indicativa da localização como, por exemplo, a utilização de piso tátil. Todos os blocos com dois pavimentos não possibilitam o acesso dos cadeirantes ao pavimento superior, embora estejam localizadas, nesse pavimento, salas de aula e laboratórios de acesso obrigatório a todos os estudantes de graduação e pós-graduação. As escadas e poucas rampas existentes não possuem corrimãos adequados às normas vigentes, dificultando os acessos dos usuários com mobilidades reduzidas. Aproximadamente 70% das portas encontram-se com medidas inferiores às estabelecidas em norma, dificultando a passagem dos deficientes, principalmente quando se trata de cadeirantes. Outro problema grave são os banheiros, dos quais aproximadamente 65% não possuem equipamentos e distribuição adequada destes, para manobras e aproximação dos deficientes já citados.

O auditório principal da Universidade, localizado na Reitoria do Campus A. C. Simões possui sérios problemas de acessibilidade: não possuem assentos e corredores adequados e espaços para cadeira de rodas. Apenas o auditório da Biblioteca Central possui acesso adequado. No entanto, o acesso ao palco para palestrante portador de deficiência não está previsto.

Os resultados encontrados e a deficiência na formação dos professores e profissionais da área em questão reforçaram a necessidade da realização do curso de capacitação “Acessibilidade nos Espaços Habitados”. O curso foi realizado nos dias 18 e 19 de dezembro de 2003, tendo duração de 20 horas. Essa ação foi desenvolvida em parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Alagoas – Crea-AL, que manifestou seu interesse de continuar atuando nesse sentido. O curso teve como palestrantes:

- Adriana Romeiro de Almeida Prado – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – Cepam-SP;
- Ângela Carneiro Cunha – Crea-PE;

- Ângela Rúbia Ferreira – Departamento de Planejamento e Projetos de Trânsito de Recife – CTTU;
- Elcio Eustáquio Rizzi – Coordenador Nacional do Programa de Acessibilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Maria Elizabeth Lopes – Universidade de São Paulo-SP;
- Raquel Faião Rodrigues – bolsista do PET Arquitetura da UFAL.

Além do curso propriamente dito, foi disponibilizado material didático aos participantes do curso para utilização em suas atividades profissionais ou em cursos ministrados. Cópias desse material foram distribuídas para as bibliotecas do Crea-AL, UFAL, Centro de Estudo Superior de Maceió – Cesmac, Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado – DEHA e Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas – Adefal.

A seguir, o conteúdo do curso realizado:

- conceitos de acessibilidade e definição de rotas acessíveis;
- desenho universal;
- vivência dos problemas mais frequentes;
- leis sobre acessibilidade: Federais, Estaduais e Municipais (Instrumentos para a utilização das Normas Brasileiras);
- Normas Brasileiras (NBR 9050 e outras sobre acessibilidade em edificações, transportes e comunicação);
- materiais e equipamentos disponíveis no mercado (disponibilizando os catálogos, mostruários e contatos);
- exemplos de soluções integradas, aplicada em edificações existentes.

O curso despertou grande interesse nos técnicos de órgãos públicos e privados que trabalham com legislação, construções e intervenções urbanas, a exemplo do Crea, Serveal, IAB, Prefeituras Municipais e construtoras. O curso foi estendido a discentes das Escolas de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil de Alagoas, constituindo um total de 102 participantes.

Apesar da grande participação, o número de professores e profissionais capacitados pelo curso ainda foi reduzido, tendo em vista o quadro crítico em que se apresentam os espaços construídos no Estado. Os estudantes surpreenderam no número de inscrições e no grau de envolvimento durante o curso. Isso sugere que a preocupação com o tema proposto vem crescendo e que as futuras gerações de profissionais e professores da área tendem a estar mais aptas a construir uma cidade mais acessível.

Etapas concluídas

- Preparação de material didático para o curso destinado a profissionais e professores de projeto arquitetônico.
- Realização de curso para profissionais e professores de projeto arquitetônico.

- Levantamento arquitetônico do Campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas.
- Elaboração e sistematização do diagnóstico do Campus A. C. Simões.

Etapas a concluir

- Elaboração de propostas arquitetônicas para proporcionar acessibilidade nos prédios estudados, assim como nos espaços externos.
- Elaboração de relatório final e prestação de contas.

Conclusão

Observa-se que há um grande interesse por parte da comunidade acadêmica na elaboração e realização deste projeto. Por meio desta reação percebe-se que a preocupação com as necessidades humanas não tem se restringido aos que são limitados pelas barreiras físicas. Essa atitude apresenta um sentido bastante promissor, uma vez que uma parte significativa das dificuldades para elaborar propostas de mudanças no espaço coletivo é maior quando a sociedade que ocupa esse espaço não está consciente da importância de torná-lo acessível a todos os cidadãos.

Durante o desenvolvimento desse projeto de extensão, pretendeu-se enfatizar que as questões ligadas à acessibilidade se constituem em respostas sociais e humanas capazes de ultrapassar normas e números. Os espaços e os usuários fazem parte de uma prioridade que o arquiteto precisa relacionar de forma sensata, justa e plural.

Espera-se estar tratando e divulgando a acessibilidade ao ambiente construído como um importante meio de inclusão social, o qual temos o dever de construir e preservar, oferecendo desta forma condições de inclusão social mais adequadas àqueles a quem o espaço estabelece restrições, o que significa mais respeito social para 23% da população brasileira.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: 1994. *Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano*. Rio de Janeiro: ABNT, 2001. 56 p.

_____. NBR 13994: 2000. *Elevadores de passageiros*: elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. Rio de Janeiro: ABNT, 2001. 15 p.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 dez. 2000.

BRASIL. MEC. Portaria Ministerial nº 1679 de 2 de dezembro de 1999. *Diário Oficial da União*, Brasília, 03 dez. 1999.

GUIMARÃES, M. P. *A eliminação de barreiras possibilita aos portadores de deficiência agirem na sociedade*. São Paulo: CVI-BH, 2002.

- **Projeto Cortiço Vivo**

Andrea Felix de Carvalho Noguchi, Aluna de Graduação (1)

Patrícia Lemos Nogueira Cobra, Aluna de Graduação (1)

Natália Felix de Carvalho Noguchi, Psicóloga e aluna de Pós-Graduação (2)

(1) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo – USP

(2) Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo – USP

Resumo

O Projeto Cortiço Vivo foi uma proposta de intervenção cuja origem se deu a partir de uma disciplina optativa ministrada pela Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Teve por objetivo propor a requalificação de um cortiço vertical localizado na área central de São Paulo. Para tanto, alunos de diversas faculdades de universidades públicas e privadas buscaram desenvolver o trabalho em uma semana de imersão no edifício, em que se montou um pequeno escritório no andar térreo, aproximando os estudantes da comunidade. Com as atividades desenvolvidas em cinco frentes de trabalho que se complementavam – Arquitetura, Jurídico, Financeiro, Social e Comunicação – pôde-se compreender melhor a realidade do local, as demandas e desenvolver projeto de requalificação do edifício, além de pensar alternativas de financiamento para os moradores e trabalhar outras questões, como a reciclagem do lixo e o fortalecimento da comunidade. Esses trabalhos culminaram com o encaminhamento do projeto arquitetônico à Secretaria de Habitação do Município e com a formação do Grupo Cortiço Vivo, que dá continuidade às atividades em todas as frentes de trabalho existentes desde a semana de imersão.

Palavras-chave: cortiço, intervenção, interdisciplinaridade

Introdução e objetivos

A proposta de intervenção a que denominamos Projeto Cortiço Vivo teve origem em 2002, a partir de uma disciplina optativa oferecida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em que alunos de graduação, sob orientação da Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio, iniciaram um projeto visando à requalificação de um cortiço vertical situado na área central de São Paulo.

O local onde foi realizada a intervenção teve sua construção iniciada entre o final da década de 70 e início de 80. Em meados dos anos 80, o prédio inacabado, que possuía apenas a estrutura, atraiu os primeiros invasores, que finalizaram, por conta própria, a construção do edifício. Dessa forma, eles mesmos se organizaram, dividiram os espaços e construíram de forma rudimentar as instalações elétrica e hidráulica. O prédio se caracterizou, então, por unidades habitacionais variadas, com tamanhos, cômodos e materiais de construção diversos.

No primeiro contato com o edifício, correspondente ainda à disciplina optativa, foi realizado um levantamento físico e uma breve pesquisa socioeconômica. Ao final dessa disciplina, o interesse pelo prédio permaneceu. Entretanto, os alunos sentiram a forte necessidade da participação dos moradores, assim como de estudantes e profissionais de outras áreas que contribuíssem para a elaboração dos projetos de requalificação do edifício e para o conhecimento daquela realidade.

Nessa mesma época, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, organização não governamental, e a Unificação da Luta dos Cortiços – ULC, movimento de moradia, realizaram uma operação destinada a garantir a segurança dos moradores e a regulamentar a situação desses. Seguindo as recomendações da Subprefeitura da Sé, 29 das 72 famílias que moravam no local saíram do prédio, sendo indenizadas, enquanto as 43 restantes, entraram com uma ação de Usucapião Coletivo Urbano na justiça.

Ao final de 2003, os alunos da FAU-USP propuseram uma ação interventiva que consistia em uma semana de imersão no prédio, com estudantes e profissionais de diversas áreas de conhecimento, à qual denominaram Projeto Cortiço Vivo. Essa ação teve como base o Laboratório de Projeto Integrado e Participativo para Requalificação de Cortiço, experiência de extensão universitária realizada em 1999.

O trabalho da semana tinha como intenção elaborar um esquema de projeto de intervenção física para o prédio, integrar estudantes, moradores e profissionais, compreender a lógica jurídica para regularizar a situação do prédio, refletir sobre a qualidade de vida dos moradores, suas condições culturais e sociais.

Foi dada ênfase também para o fato de ser um projeto de extensão universitária com objetivo participativo, no qual o trabalho fosse realizado em conjunto por moradores e participantes. A idéia de uma semana de imersão, com a montagem de um miniescritório no andar térreo do prédio, foi justamente para facilitar a interação com a comunidade e entre as frentes de atuação.

Além disso, a peculiaridade desse projeto é a interdisciplinaridade. Estudantes e profissionais de diversas áreas do conhecimento trabalharam em conjunto, visando a uma intervenção que melhor atendesse às necessidades da população.

Metodologia

Para a realização desse trabalho, a proposta foi divulgada em diversas instituições de ensino superior, sendo o grupo final formado por estudantes e profissionais de Arquitetura, Ciências Sociais, Jornalismo, Artes Plásticas, Cinema, Psicologia, Direito e Educação, de diversas universidades, públicas e privadas.

Os participantes se dividiram nas frentes de trabalho descritas a seguir.

Arquitetura: a Frente de Trabalho de Arquitetura tinha como objetivo elaborar um estudo preliminar para requalificação física do prédio. Para tanto, mostrava-se necessário compreender melhor a estrutura do edifício, bem como as condições em que a construção se encontrava, pois até o momento não havia sido obtida nenhuma planta da Prefeitura nem de estrutura que pudessem nos balizar no trabalho.

O grupo de Arquitetura se subdividiu em outros grupos menores para poder realizar o levantamento físico do prédio. Cada subgrupo era responsável pelo levantamento de um ou mais apartamentos, registrando as medidas destes, a localização dos caixilhos, dos pontos de água e luz, a situação das paredes (em que se avaliava se ela deveria ser demolida, se só necessitava de algum reparo ou se estava em bom estado). Dessa forma, pôde-se reconhecer a divisão dos espaços do prédio entre as famílias, definir limites e dimensões dos apartamentos existentes e os cômodos que abrigavam, além das prumadas de hidráulica e elétrica.

Os desenhos obtidos foram digitalizados para servir de base ao estudo preliminar, que pretendia sugerir uma redivisão dos espaços e rever as instalações, buscando melhores condições de habitabilidade no local.

Paralelamente ao levantamento físico, foi sendo realizado um questionário sobre os aparelhos elétricos existentes em cada apartamento, para ser utilizado no novo cálculo das instalações elétricas.

Para dar prosseguimento ao trabalho, foi convocada uma assembléia com os moradores, que decidiram pela redivisão dos apartamentos em tamanhos iguais, independente do número de pessoas na família. A partir desta decisão e utilizando os dados obtidos pela Frente de Trabalho Social, a frente de trabalho de Arquitetura pôde desenvolver duas propostas de reforma e requalificação do edifício, que foram apresentadas em reuniões com os moradores em que se podia explicar as intervenções individualmente, utilizando-se de desenhos e modelos, a fim de facilitar a compreensão do espaço sugerido. Dessa maneira, os moradores puderam opinar e sugerir mudanças que julgavam necessárias. Com as duas propostas de divisão dos apartamentos definidas, pôde-se esboçar um projeto de hidráulica, definindo as prumadas de água fria e esgoto, além da passagem da fiação elétrica.

Social: a semana de trabalho teve início com a realização de dinâmicas de grupos para facilitar o entrosamento entre participantes do projeto e moradores do prédio, iniciar um contato e incentivar o envolvimento ativo dos moradores na elaboração das atividades que seriam realizadas.

A Frente de Trabalho Social tinha por intenção fazer um levantamento socioeconômico da população residente e compreender a realidade dessa. Para isso, foi aplicado um questionário do qual faziam parte perguntas sobre características das famílias (renda, idade, escolarização, emprego, etc.), histórico do prédio e dos moradores (tempo de moradia, Estado ou País de origem), relação com o prédio (participação em movimentos de moradia, realização de mutirões, participação em assembléias), questões relacionadas aos apartamentos atuais (como o mais utilizado) e sugestões para a reforma (tamanho dos cômodos, construção de espaços coletivos, utilização dos espaços vazios, sugestões de atividades a serem desenvolvidas). Os dados dos questionários foram tabulados e analisados durante a semana, e transmitidos aos moradores em forma de duas apresentações. Detectadas algumas demandas, foram realizadas dinâmicas de grupo com os moradores para trabalhar a migração, os riscos apresentados pelo prédio — para as quais contamos com a presença de professores da Faculdade de Educação e da Faculdade de Saúde Pública da USP, e a percepção do espaço habitacional resultante do projeto da frente de trabalho da Arquitetura.

Também foram realizadas dinâmicas para refletir sobre como as pessoas se sentiam morando naquele prédio, suas expectativas, dificuldades, decepções, enfatizando a potencialidade das relações existentes entre os moradores, visando fortalecer o sentimento de grupo e comunidade entre eles.

Um dos pedidos feitos constantemente pelos moradores era de um espaço onde as crianças pudessem brincar. Isso fez com que a Frente de Trabalho Social reestruturasse suas atividades para que fosse também reservado um espaço para realização de atividades lúdicas com as crianças, por se tratar de um período de férias. Dessa forma, foi feito um trabalho de conscientização a respeito do lixo e da coleta seletiva e uma atividade de criação de brinquedos a partir de sucata, além de uma atividade de contar histórias e brincadeiras tradicionais como barra manteiga, corre-cotia, entre outras.

Financeiro: a Frente de Trabalho Financeiro tinha como objetivo orçar parcialmente as propostas de Arquitetura e estudar possibilidades de financiamento de acordo com a renda dos moradores. Para isso, foram feitos contatos com representantes de ONGs e Acessorias Técnicas.

Jurídico: a parte jurídica relacionada ao prédio está sob os cuidados do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Ao formar essa frente de trabalho, tínhamos como objetivo compreender, junto aos advogados, a situação jurídica do prédio. Para isso, os processos foram lidos e eram realizados grupos de estudos sobre a legislação vigente no que se refere à habitação popular. Também foram chamados profissionais como Nabil Bonduki para fazer uma palestra sobre Zeis – Zona Especial de Interesse Social, para que pudessemos aumentar as possibilidades de ação em relação ao prédio.

Comunicação: a Frente de Trabalho de Comunicação tinha como objetivos registrar o trabalho realizado e cuidar da assessoria de imprensa. As atividades foram filmadas, fotografadas e registradas em fita cassete para a realização de um documentário sobre a semana. Foram realizadas entrevistas com os moradores para que contassem um pouco sobre suas histórias e a história do prédio.

Quanto à assessoria de imprensa, essa foi necessária pelo fato de ter ocorrido a divulgação do trabalho pelo Jornal da USP, Rádio USP, Jornal O Estado de S.Paulo e TV Futura.

Ao final de cada dia, eram realizadas reuniões gerais para que os grupos se inteirassem sobre as atividades e para discussão de como prosseguir. Eram também realizadas reuniões com os moradores para que opinassem sobre nossa presença no prédio e discutissem as demandas por nós detectadas.

As atividades, sob coordenação e supervisão de professores, também eram acompanhadas por profissionais das mais diversas instituições – ONGs, associações e movimentos de moradia. Foram programadas, durante a semana, palestras que discutiam temas de interesse geral.

Para encerrar a semana, foi programado um evento para que os participantes do projeto apresentassem os resultados do trabalho realizado. Nesse, estavam presentes, além dos moradores e professores, o Reitor da USP, Adolpho José Melfi, o então Secretário Municipal da Habitação, Paulo Teixeira e o Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Ricardo Toledo Silva.

Resultados

Um dos objetivos do Projeto Cortiço Vivo era traçar um perfil socioeconômico dos moradores do prédio no qual foi realizada a intervenção. Com base nos resultados obtidos, foi detectado que a população é constituída por 168 moradores, sendo 101 adultos e 67 crianças. Eles se distribuem em 43 apartamentos, de área variando de menos de 10 m² a mais de 78 m², havendo, em média, três moradores por apartamento — porém, o apartamento com mais pessoas abriga 10 moradores e não é o de maiores dimensões. A grande maioria dessa população chegou no prédio há mais de sete anos, sendo que cinco das famílias está lá há quatorze anos.

Trata-se de uma população em sua maioria migrante, sendo que 61% dos moradores são procedentes das regiões Norte e Nordeste, sendo possível colocar como hipótese uma busca por melhores condições de vida, em um movimento migratório característico dos anos 80. Das famílias entrevistadas, 38% moravam nessa mesma região antes de ir para o prédio em questão. Das restantes, a maioria morava na periferia de São Paulo, carente de toda a infra-estrutura disponível no centro da cidade.

O bairro do Bom Retiro absorve 72% dos moradores do prédio que exercem alguma atividade remunerada, sendo que 37% das atividades profissionais estão relacionadas ao principal ramo de atividade no bairro: confecção. Relacionado ao trabalho, foi também constatado que, dos adultos que trabalham, 62% vão a pé, não tendo nenhum gasto com meio de transporte.

Podemos pensar, a partir desses dados, que a população, por viver no Bom Retiro há muito tempo, já utiliza a infra-estrutura local de forma intensa. Os moradores enumeraram as vantagens de morar nessa região comercial e abastecida pela rede de transporte local — proximidade do metrô Tiradentes e ponto de ônibus no mesmo quarteirão. Além disso, foi constatado que 92% das crianças estudam em escolas do Bom Retiro e vão a pé à aula.

Com relação às instituições públicas relacionadas à saúde, 81% dos moradores utilizam o posto de saúde localizado no Bom Retiro, sendo o posto de saúde da Barra Funda uma alternativa também bastante utilizada.

A apresentação desses dados é de extrema importância para balizar o interesse dos moradores na legalização dos apartamentos: são pessoas que possuem uma forte ligação com o bairro, desenvolvendo nele todas as suas atividades. A remoção das famílias implicaria na busca por uma habitação na região central, que não exigisse um gasto extra com transporte para escolas e trabalho. Todas essas informações devem ser consideradas, dada a provável necessidade da saída dos moradores para realizar as reformas de revitalização do edifício.

No que se refere à relação que os moradores têm com o prédio, o interesse da comunidade fica evidente no histórico de trabalhos realizados em mutirão: 67% dos moradores sabem o que é e participam frequentemente. A limpeza do prédio realizada periodicamente é uma das atividades desenvolvida pela população em mutirões — 86% das famílias participam ativamente. A mesma porcentagem de famílias participa das assembléias convocadas pela Associação de Moradores.

O Projeto Cortiço Vivo também teve como preocupação detectar que demandas existiam, por parte dos moradores, com relação aos espaços coletivos do prédio. Prioridades e

interesses da comunidade enumeradas a partir da análise dos dados recolhidos foram consideradas, e em alguns casos priorizadas, na elaboração dos projetos. Por exemplo, a construção de espaços coletivos no edifício é entendida como uma necessidade para 88% das famílias, sendo o uso preferencial desses espaços um centro comunitário, uma creche e uma biblioteca — um espaço adequado para as reuniões e para o lazer das crianças.

No que diz respeito à estrutura física do prédio, 52% dos moradores entrevistados não acha o prédio seguro, apontando como principais problemas as redes elétrica e hidráulica. A presença de fiação exposta em todo o edifício faz com que o risco de incêndio seja constante. Trata-se de uma constatação considerada grave, já que o prédio não possui infra-estrutura para esse tipo de situação — extintores, portas corta-fogo, escada de incêndio, ventilação adequada e, nem sequer, caixa d'água.

Outra discussão constantemente levantada se refere à divisão da conta de luz, que atualmente é conjunta. Há muito tempo a conta é demasiadamente cara devido às constantes fugas de energia ocasionadas pelo mau dimensionamento da fiação e pelas conexões precárias realizadas pelos próprios moradores com fita isolante. Os moradores, como forma temporária de organização, pagam uma taxa correspondente a uma espécie de condomínio, utilizada para o pagamento desta conta. Porém, um dos pedidos mais frequentes é a colocação de relógios individuais. Para a reforma do prédio, após uma dinâmica de grupo para que os moradores refletissem a respeito do espaço de moradia, foi realizada uma assembléia em que eles decidiram por uma nova divisão dos apartamentos em áreas iguais, independentemente do número de moradores de cada apartamento. A discussão, após gerar muita polêmica, auxiliou a Frente de Trabalho de Arquitetura a elaborar os projetos.

Um dos itens do questionário realizado tratava, inclusive, da discussão sobre cada um dos cômodos do apartamento. Foi perguntado aos moradores que cômodo era, por eles, mais utilizado. Ao obter como dado o fato de que a sala e o quarto são preferencialmente ocupados pelos moradores, pudemos pensar a elaboração dos projetos, priorizando esses cômodos.

Também para auxiliar a confecção dos projetos, foi pedido que imaginassem como gostariam que fosse o novo apartamento com relação a tamanho de cômodos. Verificou-se que a maioria dos moradores prefere que a sala seja maior que o quarto e a cozinha. No caso dos quartos, a maioria optou que o quarto do casal fosse maior que o das crianças. Isso pode ser justificado pelo fato de que os adultos responderam ao questionário ou porque, em algumas famílias, é no quarto do casal que dormem as crianças mais novas.

Todo esse trabalho de análise dos questionários e realização de dinâmicas de grupo tinha como finalidade detectar demandas e elaborar projetos que melhor atendessem às necessidades da população. Toda essa análise culminou com as duas propostas de reforma apresentadas aos moradores.

É importante também apresentar como resultado o fortalecimento do vínculo entre moradores e participantes do projeto. Como forma de agradecimento ao trabalho realizado, estes organizaram, para o final da semana de intervenção, um churrasco de encerramento, a primeira festa com a participação de todos na história do prédio.

Conclusão

A primeira conclusão à qual os participantes do Projeto Cortiço Vivo chegaram foi de que uma semana é pouco tempo para a intervenção desejada. Formou-se então o Grupo Cortiço Vivo, por pessoas que desejavam dar continuidade ao trabalho realizado. O grupo permaneceu subdividido em frentes de trabalho e realiza reuniões quinzenais para discutir as atividades.

Com relação à reforma e à situação legal do prédio, estão sendo realizadas reuniões com a Secretaria Municipal de Habitação. Foi entregue aos representantes dessa Secretaria um texto com a análise dos aspectos socioeconômicos dos moradores e as sugestões de intervenção por parte dos estudantes. Foi também elaborada uma proposta de orçamento incluindo as reformas das redes elétrica, hidráulica e estrutural, assim como a redivisão dos apartamentos, com base no estudo preliminar desenvolvido durante a semana, que foi revisado. Além desse orçamento completo, foi realizado um orçamento de reforma emergencial, que busca eliminar o que pode oferecer riscos imediatos à população, segundo laudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, recuperando a estrutura, redimensionando as fiações elétricas, impermeabilizando a cobertura e colocando os caixilhos de maneira adequada.

A Frente de Trabalho Financeiro está agindo juntamente com as Frentes Arquitetura e Jurídica, fazendo os orçamentos já apresentados à Secretaria Municipal de Habitação. Com o grupo Jurídico, estão sendo realizados estudos de possíveis financiamentos, entretanto a questão fundiária que envolve o imóvel é um problema a ser resolvido em qualquer um deles.

A Frente de Trabalho Jurídica continua em contato com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e acompanhando os processos nos quais o prédio está envolvido. Atualmente o grupo realiza uma discussão a respeito da regularização fundiária do edifício, estudando basicamente duas propostas a Usucapião e a Desapropriação. Após o encaminhamento do pedido à Regional da Sé, o lote do edifício foi incluído no Plano Diretor Regional da Sé como uma Zeis.

A Frente de Trabalho de Comunicação elaborou um folder para divulgação do trabalho, financiado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Há também o projeto, em andamento, de um site informativo e da elaboração de um documentário sobre a semana de intervenção.

A Frente de Trabalho Social, após detectar as mais diferentes demandas, pensou algumas formas de continuidade, as quais já se encontram em andamento: catálogo com instituições de saúde e educação: a demanda por esse tipo de instituição gerou, no grupo, a vontade de visitar centros de saúde, escolas de profissionalização e todo o tipo de serviço oferecido gratuitamente e que a população do prédio pudesse usufruir. Foi realizada uma reunião com os moradores para apresentar o catálogo, a ser constantemente atualizado; alfabetização de adultos: em vista do fato de que muitos moradores não têm o primeiro grau completo, será aberta uma sala, a partir de agosto, de alfabetização de adultos, em parceria com projetos da Prefeitura. A sala cedida fica em uma escola ao lado do prédio e a turma será formada por moradores do bairro. As aulas serão quatro vezes por semana, à noite; grupo de estudos para pré-vestibulandos: devido ao fato de que muitos dos jovens trabalham e estudam, pensamos um projeto em que um grupo de estudantes de cursinho pré-vestibular pudesse auxiliar os moradores que tivessem vontade

de estudar para prestar vestibular. Deste, fazem parte alunos de segundo e terceiro colegial ou que já tenham finalizado os estudos e são trabalhados temas sugeridos pelos próprios alunos. Os grupos são realizados aos domingos, pela manhã; atividades lúdicas com as crianças: dando continuidade ao que já tinha sido feito na semana, o Grupo Cortiço Vivo está realizando atividades quinzenais com as crianças do prédio e região. No primeiro semestre, houve Oficina de Contar Histórias, Parangolé, Relaxamento e Artes Plásticas. Para o encerramento do semestre está sendo programada uma festa sugerida pelas próprias crianças; biblioteca: a partir da doação de armários e livros, está sendo montada uma biblioteca no andar térreo do prédio, que ficará aos cuidados de moradores que aceitem receber treinamento para essa atividade.

Existe uma preocupação, por parte da Frente de Trabalho Social, de detectar constantemente a demanda dos moradores. Para o segundo semestre, conforme sugestão, estão sendo pensadas a montagem de uma brinquedoteca no andar térreo e de uma equipe de reforço escolar para alunos de primeira série ao colegial. Além disso, estão sendo programadas atividades a respeito da alimentação e reaproveitamento de recursos, palestras sobre riscos ambientais, treinamento para situação de incêndio, oficinas de gerenciamento e liderança e grupos de discussão sobre sexualidade.

Referências bibliográficas

BLEGER, J. *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 137.

QUINTINO, I. P. Oficina de criatividade para a terceira idade: resgate e reapropriação da história pessoal. In: ACONSELHAMENTO psicológico centrado na pessoa: novos desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 335-344.

SAMPAIO, M. R. A. de; PEREIRA, P. C. X. *Profissionais da cidade: reunião de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 2000. 255 p.

SANTOS, A. L. T. dos (Org.). *Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço*. São Paulo: FAUUSP, 2002. 210 p.

SCHMIDT, M. L. S.; OSTRONOFF, V. H. Oficinas de criatividade: elementos para a explicitação de propostas teórico-práticas. In: ACONSELHAMENTO psicológico centrado na pessoa: novos desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

- **Rede de proteção às pessoas em situação de violência intrafamiliar: a experiência de Blumenau/SC**

Maria Salete da Silva, Assistente Social - CRESS 0851/12ª Região. Mestre em Sociologia Política
Universidade Regional de Blumenau – Departamento de Serviço Social

Resumo

O Projeto Assistência Sociojurídica atende usuários do Núcleo de Prática Jurídica – Furb que buscam acesso gratuito à justiça. A violência intrafamiliar é um fenômeno recorrente na Instituição. Em 2003 foram cadastrados 155 usuários, a maioria mulheres em busca de apoio e orientação (80%) e 41% apresentaram, com maior incidência, violência física, verbal e psicológica. Uma dificuldade da equipe refere-se à articulação da rede de proteção social para garantir a atenção às famílias. Dada a fragmentação da rede, a equipe propôs, em 2003, a formação do Grupo de Trabalho Rede de Proteção às Pessoas em Situação de Violência Intrafamiliar, com o objetivo de promover debate sobre a rede de serviços necessários ao atendimento de pessoas em situação de violência intrafamiliar com vistas à formação de uma rede de proteção. Metodologia: Inicialmente fez-se o levantamento das Instituições que atendem esse público. Em seguida, organizou-se um ciclo de apresentação destas e, por último, passou-se à definição das suas atribuições. O GT reúne-se mensalmente e é coordenado por uma comissão. Principais resultados e conclusões: mobilizou-se cerca de 40 instituições, embora a participação nas reuniões seja flutuante. A elaboração das atribuições será concluída em julho próximo e, após, será estabelecido o protocolo de atenção.

Palavras-chave: rede; violência intrafamiliar; proteção social

Introdução e objetivos

O Projeto Assistência Sociojurídica – PASJ, extensão do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau – Furb, teve início em março de 1998, quando houve a inserção de quatro alunas do curso de Serviço Social no Núcleo de Prática Jurídica para desenvolver estágio curricular obrigatório. Posteriormente, a experiência deu origem ao Projeto de extensão, o qual foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão pelo parecer nº 052/2002, sendo financiado pelo Departamento de Serviço Social, Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias e Centro de Ciências Jurídicas. O Projeto inclui subprojetos voltados ao atendimento da população que procura o Núcleo de Prática Jurídica da Furb para acessar gratuitamente à justiça. Em 2004 a equipe compõe-se de 9 alunas do curso de Serviço Social, sendo 3 bolsistas de extensão e 6 que realizam estágio curricular obrigatório, as quais atuam em conjunto com professores e alunos dos cursos de Direito e Psicologia. São realizadas abordagens individuais e coletivas. A abordagem individual ocorre no Subprojeto Plantão Social, envolvendo os usuários e seus familiares. Neste espaço faz-se a escuta qualificada dos usuários,

a análise e reflexão sobre as necessidades sociais expressas, bem como a orientação sobre direitos sociais e a rede de serviços. Este atendimento pode ser prestado individualmente, pelo Serviço Social ou em conjunto com os acadêmicos do curso de Direito, o que denominamos de atendimento compartilhado. A abordagem coletiva inclui os Subprojetos Informação, Oficinas de Cidadania e Seminários Temáticos. Por meio do Subprojeto Informação ocorre a intervenção educativa na sala de espera, enquanto a população aguarda o atendimento. São discutidos temas relacionados às demandas apresentadas pela população usuária e, no decorrer do primeiro semestre de 2004, abordamos a violência contra a mulher, emprego e desemprego, direitos do idoso, da criança e do adolescente. O Subprojeto Oficinas de Cidadania é executado em parceria com a comunidade e com outras instituições, tais como a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Centro de Educação de Jovens e Adultos e Organizações Não Governamentais que atendem crianças e adolescentes. A meta é atender grupos comunitários ou de usuários já constituídos. As Oficinas versam sobre os temas: família, prevenção ao uso de álcool e violência intrafamiliar. Com relação às demandas mais frequentes da população recebida no PASJ, em 2003, podemos citar: separação ou dissolução de união estável (32,5%); conflitos familiares (18,2%), sejam conjugais ou entre gerações; solicitação de pensão de alimentos (16%), tanto para crianças quanto para idosos em condição de vulnerabilidade social; guarda de filhos (11,4%); necessidade de informação sobre direitos sociais e políticas públicas (6,8%) e regularização de visita (4,5%). Com relação ao fenômeno da violência intrafamiliar, observamos que 41% dos usuários declararam viver em situação de violência, sendo que 53,1% registraram o Boletim de Ocorrência. O principal motivo que ocasionou o não registro, segundo os usuários, foi o fato de não se tratar de violência física, ou seja, os usuários não recorreram à Delegacia porque não apresentavam “marcas visíveis”, desestimulando-os de fazerem a denúncia. Quanto às expressões da violência, encontramos: física, verbal e psicológica com 53 registros. Em 51,5% das situações de violência, esta estava associada ao uso de substância psicoativa, merecendo destaque o álcool, com 66,6% de frequência.

Além da intervenção realizada pela equipe de Serviço Social, Direito e Psicologia no Núcleo de Prática Jurídica, a população que vive em situação de violência apresenta necessidades diversas, cuja satisfação depende da rede de serviços, a qual envolve o conjunto das instituições governamentais e não governamentais executoras das políticas sociais, em especial, de saúde, de assistência social e de segurança pública. Em Blumenau várias instituições desenvolvem ações voltadas às pessoas em situação de violência intrafamiliar, no entanto, a inexistência de um protocolo de atendimento a estas pessoas (exceto no que tange à violência sexual) tem dificultado a atuação articulada dos diferentes programas. Como consequência, observa-se a fragmentação das ações e o baixo impacto destas no combate à violência. A partir da experiência com famílias em situação de violência intrafamiliar atendidas no Projeto Assistência Sociojurídica, a equipe de Serviço Social, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Blumenau – Semas, propôs a criação de um Grupo de Trabalho – GT, que trouxesse à discussão a temática da violência intrafamiliar e a necessidade de articulação da rede de serviços. Desse modo, criou-se o GT em 7 de agosto de 2003, com o objetivo de

promover o debate sobre a rede de serviços necessária ao atendimento de pessoas em situação de violência intrafamiliar com vistas à formação de uma rede de proteção.

Metodologia

Para a implantação do GT, partimos do pressuposto de que alguns serviços deveriam funcionar como portas de entrada, já que as pessoas em situação de violência são atendidas, emergencialmente, em diversas instituições como Polícia Militar, Polícia Civil, Hospitais, Unidades de Saúde da rede básica, Programas de Assistência Social, sem, no entanto, obter respostas para o conjunto das suas necessidades e sem que os diversos serviços trabalhem de forma articulada para ultrapassar o nível imediato. Em face disso, propusemos a discussão em torno da composição da rede de proteção em etapas que possibilitassem a identificação das portas de entrada para, posteriormente, constituir a rede propriamente dita. Assim, a proposta metodológica foi estabelecida contemplando quatro etapas: 1ª - mobilização e sensibilização das instituições para a composição da rede; 2ª - reconhecimento dos programas sociais destinados ao atendimento de pessoas em situação de violência intrafamiliar, bem como suas potencialidades e fragilidades; 3ª - elaboração das atribuições das instituições componentes da rede de proteção; 4ª - elaboração do protocolo de atenção às pessoas em situação de violência intrafamiliar. Inicialmente houve o mapeamento e a posterior mobilização de Organizações Governamentais e Não Governamentais para o primeiro encontro. A questão norteadora em torno da qual o grupo realizou o primeiro debate foi “Qual a rede de serviços necessária à atenção às pessoas em situação de violência intrafamiliar?” A discussão foi realizada em pequenos grupos, com apresentação das conclusões à plenária. Na ocasião, o GT definiu a realização de encontros mensais com vistas à: a) sensibilização dos/as profissionais das diferentes políticas para a composição da rede; b) troca de conhecimento entre as instituições e, c) identificação das fragilidades e potencialidades de cada uma delas. Na sequência, foram realizados 7 encontros nos quais houve a apresentação dos programas sociais destinados ao atendimento das pessoas que vivem em situação de violência intrafamiliar, considerando: os objetivos; a metodologia e o fluxo de atendimento; os critérios e as dificuldades. Concluída esta etapa, o GT deu início à elaboração das atribuições de cada instituição/programa no que se refere ao atendimento, cuja conclusão está prevista para julho de 2004, quando se iniciará a elaboração do Protocolo de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Intrafamiliar.

Resultado e discussão

A 1ª etapa do trabalho resultou na localização e mobilização de cerca de 40 instituições e/ou programas interessados na discussão do tema, as quais se engajaram no GT, embora a frequência às reuniões tenha oscilado entre 15 a 20 participantes; na identificação de uma lista de instituições cujos serviços destinavam-se ao atendimento emergencial às pessoas em situação de violência intrafamiliar, sendo citadas: a Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente; Conselhos Tutelares; Polícia Militar; Instituto Médico Legal; Secretaria Municipal de Assistência Social, em especial a Casa Abrigo para Mulheres em Situação de

Risco de Vida e o Centro de Apoio às Famílias em Situação de Violência; a Secretaria Municipal de Saúde e o Serviço Judiciário da Furb, sendo, ainda, listadas outras instituições que deveriam atuar no âmbito da prevenção; criação de um grupo de debate on-line. Todas as informações e relatórios das reuniões são acessados pelos componentes do GT.

Na 2ª etapa, processo que se estendeu entre setembro de 2003 e março de 2004, organizamos a apresentação das instituições: Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente; Conselho Tutelar; Polícia Militar; Secretaria de Saúde do Município; Secretaria de Assistência Social (política de gênero); Secretaria Municipal de Educação; Juizado da Infância e Juventude (Setor de Serviço Social); Projeto Assistência Sociojurídica/Furb; Fórum de Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar e as Organizações Não Governamentais Surya e Diretriz. O debate concentrou-se, fundamentalmente, nas dificuldades relativas à prestação dos serviços, destacando-se a insuficiência de recursos humanos e financeiros para o atendimento da crescente demanda. Durante a realização da 2ª etapa promovemos uma primeira avaliação e destacamos como relevantes: 1 - aspectos positivos do GT: está possibilitando o conhecimento entre as instituições; há envolvimento de profissionais de várias áreas no GT; a iniciativa da FURB em propor a formação do grupo; a criação de espaço para debater o fenômeno da violência intrafamiliar; 2 - aspectos negativos: ausência de instituições implicadas na questão da violência; carência de profissionais nas instituições, tais como delegacias e hospitais; atendimento fragmentado e isolamento das ações; resistência de algumas instituições em aceitar críticas, assumindo posturas de permanente justificação das suas ações; 3 - propostas: envolver representantes de escolas no GT; retomar o contato com as instituições que não compareceram às reuniões; investir na capacitação permanente da rede; elaborar cartilha sobre a rede; aproveitar mais a produção acadêmica sobre a violência; envolver outros cursos da Universidade no GT.

A 3ª etapa de trabalho do GT teve início em abril de 2004 e consiste na elaboração das atribuições das instituições identificadas como de atendimento emergencial, sendo elas o Conselho Tutelar; os Programas Casa Abrigo para Mulheres em Risco de Vida e o Centro de Apoio às Famílias em Situação de Violência Doméstica e Intrafamiliar, ambos da Política de Assistência Social; os serviços da Secretaria Municipal de Saúde, estes com suas atribuições já definidas; a Polícia Militar; a Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente; o Instituto Médico Legal e os Hospitais, cujas atribuições serão definidas em junho e julho e, a partir de então, terá início a 4ª etapa de trabalho do GT, da qual resultará o Protocolo de Atenção e a redefinição do papel do GT, que acreditamos deverá empreender ações de capacitação para os/as profissionais que compõem a Rede, além da proposição de pesquisa para avaliar, com mais profundidade, os avanços e as dificuldades da atuação em rede.

Conclusões

A origem da preocupação com a formação de redes, segundo Miotto (2000), situa-se em dois fatores básicos: de um lado as áreas se sentem cada vez mais impotentes para responder às demandas e, de outro, as respostas setorializadas e especializadas mostram-se com baixo impacto

na realidade, cada vez com maior grau de complexidade. Desse modo, a idéia do trabalho com redes está fundada na preocupação com a redução de custos, na tentativa de racionalizar o uso de recursos, via de regra, escassos, e com vistas à requalificação dos serviços.

A preocupação com a redução dos custos dos programas sociais poderá conduzir a uma supervalorização da rede primária, composta de familiares, amigos e vizinhos, a partir de apelos de ordem moral, sobrecarregando-a de responsabilidades, sem a contrapartida do Estado. A rede primária não pode ser vista como substituta do sistema de proteção social, composto pelo aparato do Estado e demais instituições, responsável pelas políticas sociais e pela garantia dos direitos de cidadania. O cumprimento das atribuições de cuidado e proteção por parte da rede primária depende, sobretudo, das condições objetivas disponíveis, por exemplo, as políticas sociais, a conjuntura econômica. É preciso, também, observar as profundas mudanças que afetam a família, dentre as quais destacamos o aumento do número de idosos, as separações conjugais, as famílias recombinadas, o aumento de famílias monoparentais, etc.; as alterações no espaço urbano, tais como a mobilidade das famílias, que gera fragilidade nas relações comunitárias e de vizinhança e o empobrecimento que tem atingido um número cada vez maior de pessoas, mesmo aquelas inseridas no mercado formal de trabalho. Estes fatores têm ocasionado aumento significativo na procura por serviços sociais ofertados pelas redes secundárias, formadas a partir das instituições. Ressaltamos que, em 2003, a renda per capita da população usuária do Projeto Assistência Sociojurídica variava entre zero e meio salário mínimo (42,6%) e entre meio e um salário mínimo (34,3%). Apenas 28,6% estavam empregados no setor formal; 34,3% estavam desempregados; 10,1% viviam de trabalho informal e 8,9% eram mulheres que se declararam “do lar”, portanto, não exerciam atividade remunerada. Desse modo, trata-se de um segmento da população que não dispõe de outros recursos, a não ser aqueles oferecidos pelas políticas sociais. Para esta população, a rede secundária é vital, se considerarmos que tem como finalidades “prestar apoio real e duradouro a um indivíduo ou a uma família” (MIOTO, 2000, p. 55), coletivizar os problemas e concretizar um processo de participação e de construção de ações coletivas. Assim, a intervenção em rede coloca-se como alternativa “quando a rede de referência do sujeito demonstra impossibilidade de desenvolver suas tarefas de cuidado ou de lidar com expressões particulares de sofrimento de seus membros” (MIOTO, 2000, p. 56), situação presente nas famílias que vivem em situação de violência e, neste caso específico dos usuários do PASJ, agravada pelas condições precárias de existência.

A intervenção em rede é, ainda, uma alternativa possível para romper com modelos assistenciais cristalizados, marcados por valores conservadores, que tutelam a população e negam seus direitos, ao invés de atuarem na direção do fortalecimento da identidade e da autonomia. Mostra-se também como caminho para superar atuações fragmentadas e que se sobrepõem, em especial, quando se trata da atenção às famílias com doença mental, problemas afetivos, isolamento e solidão, dependência química, violência doméstica, abuso e maltrato de crianças e adolescentes e situações de exclusão (MIOTO, 2000), decorrentes da própria seletividade inerente às instituições. Sabemos que estas se organizam a partir de critérios

como público-alvo, tipo de serviço, área de abrangência etc., sendo que este caráter seletivo atua como filtro que reconhece e responde algumas demandas, enquanto que outras permanecem sem respostas, embora existam e causem repercussões da vida dos usuários. A presença dos mecanismos de seletividade, área de abrangência, definição do público-alvo, tipo de serviço prestado, critérios de acesso, entre outros, se reflete no atendimento parcelado, contemplando apenas parte das necessidades vividas pela população, exigindo desta um permanente trânsito entre os vários serviços em busca da efetivação de seus direitos de cidadania. Diante destas condições de vulnerabilidade, a constituição de redes é fundamental, pois “indivíduos sozinhos não têm condições de se fortalecer” (FALEIROS, 1997, p. 24), sejam estes indivíduos os profissionais inseridos nas instituições ou os usuários dos serviços. A rede é uma articulação de atores em torno (...) de uma questão ao mesmo tempo política, social, profundamente complexa e processualmente dialética. (...) Na intervenção em redes, o profissional não se vê nem impotente nem onipotente, mas como um sujeito inserido nas relações sociais para fortalecer, a partir das questões históricas do sujeito e das suas relações particulares, as relações destes mesmos sujeitos para ampliação de seu poder, saber, e de seus capitais (FALEIROS, 1997, p. 25).

A constituição de redes sociais implica em uma nova forma de olhar e agir, exigindo responsabilidade coletiva das instituições governamentais e não governamentais, com vistas a proteção da população em situação de vulnerabilidade. Para a constituição de redes são necessários alguns pressupostos, dentre os quais citamos: disposição para compartilhar conhecimentos; flexibilidade e humildade para reavaliar as ações; criatividade para construir e propor novos caminhos; esforço para compreender a realidade social como totalidade; investimento em qualificação profissional dos sujeitos envolvidos na prestação de serviços; capacidade de comunicação entre os atores institucionais; compromisso e interesse comum em contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade vividas pela população. Enfim, segundo Türck, a constituição de redes exige: “flexibilidade para aprender, disponibilidade para compartilhar e qualificação para executar” (TÜRCK, 2002, p. 32).

A metodologia dos trabalhos em rede é construída coletivamente, pois as pessoas e/ou recursos sociais se reúnem em face de objetivos e interesses comuns e, a partir destes, “buscam formas, jeitos para encontrar soluções ou construir novas alternativas de sobrevivência ou de convívio”, bem como respostas coletivas para demandas sociais que emergem no contexto social (Türck, 2002, p. 32-33). Cada participante da Rede é responsável pela sua construção, assim como pela discussão da rede no interior da sua instituição, funcionando como elemento facilitador e disseminador do processo. A partir da experiência vivida em Blumenau, foi possível observar que existem dificuldades de várias naturezas para a composição da rede de Proteção, desde a insuficiência de recursos humanos e financeiros por parte das instituições, o não reconhecimento da violência intrafamiliar como um fenômeno merecedor de respostas por meio de políticas públicas, a fragilidade no processo de discussão da rede no interior das instituições que compõem o GT, até a cultura de resistência de algumas instituições em reavaliar suas competências, expor suas fragilidades e de se envolver nos debates travados nos espaços

públicos, pois consideram suas responsabilidades eminentemente técnicas, não reconhecendo a sua dimensão política.

Por último, o investimento em qualificação, o debate contínuo e a avaliação das redes constituem condições para a sua existência, pois como afirma Türck, o maior desafio na organização das redes “não é apenas construí-las, é mantê-las vivas” (TÜRCK, 2002, p. 60).

Referências bibliográficas

DOSSIÊ violência contra a mulher. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/dossies/html/body_vi-glossario.html>. Acesso em: 11 ago. 2003.

FALEIROS, V. de P. *Estratégias em serviço social*. São Paulo: Cortez, 1997. 208 p.

MIOTO, R. C. T. O trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. *Revista Katálisis*, Florianópolis: v. 5, n. 1, p. 51-58, jan./jun. 2002.

PROJETO ASSISTÊNCIA SÓCIO-JURÍDICA. *Relatório*. Blumenau: Departamento de Serviço Social/FURB, 2002. (Mimeografado).

_____._____, 2003. (Mimeografado).

SILVA, M. S. da S. A esfera pública e a formação da agenda pública. *Revista Ensino e Pesquisa*, União da Vitória/PR: v. 1, n. 1, p. 119-127, mar. 2002.

TÜRCK, M. da G. M. G. *Rede interna e rede social: o desafio permanente na teia das relações sociais*. 2.ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002. 64 p.

- **Ações educativas e a construção da cidadania**

Leonardo Avritzer, Doutor em Ciência Política

Edite da Penha Cunha, Assistente social. Mestranda em Ciência Política

Eleonora Schettini Martins Cunha, Assistente social. Mestra em Ciência Política

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

Este trabalho apresenta algumas reflexões acerca do “Projeto de Assessoria ao OP/SP, de capacitação dos delegados(as) e conselheiros(as) do OP e de realização de uma pesquisa do perfil dos participantes do OP”, desenvolvido pelo Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento da Política de Assistência Social, em conjunto com a equipe de formação da Coordenadoria do Orçamento Participativo – COP, da cidade de São Paulo, que tem como objetivo desenvolver ações educativas junto aos delegados e conselheiros do OP. Ao longo dos três anos que vem sendo realizado, construiu-se uma metodologia de trabalho relacionada tanto diretamente às ações educativas, quanto à assessoria para a equipe da COP. Essa metodologia teve como fundamento básico a efetiva participação dos sujeitos na construção da proposta de trabalho, na sua execução e avaliação. Seus principais resultados expressam-se não só no número significativo de pessoas que participaram das ações educativas, 1.100 delegados, mas também na construção da autonomia da equipe da COP, que hoje executa seu próprio programa de formação, tendo o Núcleo como assessor.

Palavras-chave: orçamento participativo, programa de formação, assessoria

Introdução e objetivos

A implementação de instituições híbridas, que Avritzer e Pereira (2002) assim as identificam por haver a partilha de poder entre sociedade e Estado, como os conselhos de políticas e os orçamentos participativos, que viabilizaram a participação popular na definição e no controle sobre as políticas públicas, representa um grande avanço nas relações entre sociedade e Estado no Brasil. Movimentos sociais, que afirmaram sua autonomia frente ao Estado durante o processo de redemocratização, aliaram suas lutas específicas por direitos sociais a reivindicações por ampliação da participação política para além do processo eleitoral. Surgem “novos personagens”, organizações e movimentos que mobilizaram as classes populares, sujeitos dispostos a atuar no novo cenário que se descortinava.

A Constituição de 1988 inseriu em seu texto o direito da população à participação na elaboração e controle das ações de governo, especialmente os art. 194, 198, 204, 206 e 227, sendo que as leis que regulamentaram os artigos referentes à seguridade, saúde, assistência social, criança e adolescente, dentre outros, estabeleceram a implantação de conselhos como mecanismos que viabilizariam a participação popular, tendo como referência experiências

anteriores na área da saúde. A partir das determinações legais, são criados os diversos conselhos de políticas, sendo que só no âmbito municipal foram registrados mais de 25 mil em todo o Brasil, no ano de 1999.

Em pesquisa recente realizada junto aos principais conselhos do Município de Curitiba, Fuks et al. (2003) identificam que os conselheiros reconhecem o impacto positivo desta participação, ainda que percebida de forma diferenciada conforme os segmentos neles representados. Por outro lado, sua pesquisa aponta para a reprodução das desigualdades no que diz respeito à posse de recursos de cultura política presentes na sociedade brasileira para o interior do próprio conselho. Esta desigualdade é identificada por vários autores que analisam as experiências de institucionalização da participação, mas é também percebida pelos próprios atores, que a traduzem em recorrentes demandas por capacitação, de modo que venham a participar dos processos deliberativos em condições mais iguais.

A necessidade de avançar na efetivação de processos de gestão de políticas democráticas participativos fez com que alguns governos estaduais e municipais percebessem a necessidade de aumentar o investimento na capacidade crítica, política e operacional tanto de agentes das administrações quanto de delegados e conselheiros, visando a uma atuação qualificada nos novos espaços de participação. Algumas demandas por capacitação têm chegado ao Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento da Política de Assistência Social - Nupass nos últimos quatro anos, levando o Núcleo a desenvolver diversas ações de extensão que visam ao fortalecimento de experiências de democracia participativa, articulando a pesquisa e o ensino com as demandas, interesses e necessidades da sociedade, promovendo a interação entre o saber acadêmico e o saber popular, inclusive propiciando a produção de novos conhecimentos, resultantes da interação entre teoria e prática.

Dentre as ações de extensão desenvolvidas, situa-se uma parceria com a Prefeitura de São Paulo para o processo de capacitação de gestores, delegados e conselheiros do Orçamento Participativo – OP daquele Município. Neste documento, é apresentada a sistematização do processo de capacitação dos delegados do OP de São Paulo, realizado em 2002, os pressupostos que o nortearam, bem como os métodos, técnicas e conteúdos utilizados para assessoria da equipe de formação da COP em 2003.

Metodologia

A função socioinstitucional básica da Universidade é a educativa, função que tem perpassado as principais ações de extensão do Nupass. Educação é aqui compreendida de modo mais amplo que o processo de ensino formal, pois diz respeito aos processos pelos quais os grupos sociais criam e recriam suas formas sociais, produzindo e reproduzindo o saber desses grupos. Há, portanto, vários modelos de educação, formais e informais, que envolvem saberes produzidos e transmitidos pelo sistema formal de ensino e por meio do convívio social, todos envolvendo situações de aprendizagem, ou seja, processos de aprender-e-ensinar. A educação, e conseqüentemente, o saber, existem por toda parte, e essa constatação gerou diversas experiências de educação popular no Brasil, oriundas de atividades de extensão

universitária, que ganharam maior visibilidade especialmente com Paulo Freire, na década de 1960.

Pode-se, assim, falar em saber científico e saber popular. O saber científico (ou acadêmico) é aquele feito tradicionalmente na Universidade, produzido de forma objetiva e científica, que deve ser testado, comprovado e reconhecido pelos seus pares. O saber popular é gestado no cotidiano, expressa a compreensão e o modo de vida de determinada classe social, ou seja, é fruto da reflexão sobre as experiências de vida dessas classes, decorrente de sua práxis aqui entendida como “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1974: p. 40). Ambos os saberes são frutos de momentos históricos e, portanto, não são permanentes ou duradouros, são transformados e transformam. O saber, portanto, não é único nem universal, é produzido no cotidiano e na ciência, de forma articulada e complementar.

A ação educativa, portanto, é entendida como um processo político-pedagógico que tem como premissas alguns princípios ético-pedagógicos baseados no protagonismo dos cidadãos e na construção de sua autonomia e emancipação. Nesse sentido, o conhecimento popular sobre a realidade da cidade, seus problemas e possíveis soluções indicam que o processo pedagógico deve ser entendido como um intercâmbio de saberes e conhecimentos entre facilitadores e participantes, cujas experiências, muitas vezes distintas, certamente são complementares.

Essa atividade de extensão universitária apresenta-se como a possibilidade de socialização do saber produzido na Universidade, que possibilita a troca com outros saberes, socialmente produzidos. As atividades de capacitação dos delegados e dos conselheiros do OP de São Paulo foram pensadas nessa perspectiva, a partir da compreensão de que a função educativa deve se dar por meio de uma relação pedagógica baseada na participação dos sujeitos envolvidos, no intuito de que construam conhecimento crítico sobre sua realidade e estabeleçam estratégias coletivas de intervenção na mesma, com o objetivo de alcançar a emancipação humana.

A partir desses pressupostos, deu-se o planejamento participativo das ações, originando um projeto comum, compartilhado pelos que demandaram a ação e pela equipe do Núcleo. No caso da capacitação para os delegados e conselheiros do OP de São Paulo, o processo interativo entre a Coordenadoria do Orçamento Participativo – COP e o Nupass resultou num projeto comum, que atendia às necessidades da Coordenadoria e à missão acadêmico-social da universidade. Esse processo de planejamento participativo permitiu conhecer os atores, seus interesses e necessidades, bem como as transformações que almejavam. Neste caso específico, o planejamento foi realizado mediante reuniões entre as equipes de São Paulo e da universidade, bem como de um Seminário, do qual participaram as equipes da COP, do Instituto Pólis e do Departamento de Ciência Política-UFMG, quando foram discutidas e definidas as bases do processo de capacitação.

O processo de planejamento pode ser descrito em duas fases. Uma primeira, na qual foi feita a identificação da demanda, ou seja, as expectativas dos demandantes, o levantamento de dados e informações relacionados ao tema da capacitação (Município de São Paulo, ciclos do OP de 2001 e 2002), as características do público-alvo, as possibilidades de atuação e parcerias, a identificação dos objetivos para adequar métodos e técnicas. Numa segunda fase, preparatória,

foi feita a definição do quadro de referência que sustentou o projeto, considerando os diversos aspectos que foram identificados na fase anterior; a definição do instrumento pedagógico (curso), a preparação do material didático e pedagógico adequado ao público-alvo, a preparação de plano de ação.

A opção metodológica associa princípios e instrumentos, ética e procedimentos. Nesse sentido, a opção metodológica está baseada na abordagem crítica e construtivista, pois resgata conhecimentos e saberes, possibilita a construção de novos saberes a partir da interação dos diversos atores sociais, da diversidade e da pluralidade de atores e idéias, que enriquecem o processo pedagógico. A metodologia, portanto, é essencialmente participativa, indo contra a prática de transferência de saber, que pressupõe alguém saber e outro não saber, que deve receber e aplicar o que aprende. Princípios metodológicos participativos estimulam a cooperação, o comprometimento, a solidariedade entre os participantes, estimulando-os a estarem conectados entre si, com capacidade de reflexão e de tomar decisões por si mesmos.

O texto e o material pedagógico utilizados sintetizaram as informações produzidas a partir dos estudos realizados e foram apresentados em linguagem compatível com os sujeitos das ações educativas, ou seja, considerando quem faz/fala, assunto, destinatário, interação, contexto, pressupostos assumidos, canal utilizado, etc. A produção desse material possibilitou a formação e a exposição de pontos de vistas diversos, numa relação dialógica com os leitores, possibilitando a interação texto-usuário. Esse material foi utilizado como base para reflexões e discussões que perpassaram as atividades desenvolvidas, e elas foram fonte permanente de sua revisão.

Os conteúdos abordados no texto e no material, para reflexão nas ações educativas, foram trabalhados de forma contextualizada, ou seja, situados no tempo e no espaço. Foram eles: Democracia representativa e participativa; Cidadania; Espaços público e privado; Participação; Governo autoritário e sua relação com a desigualdade e as carências urbanas; Formação e organização da sociedade civil no Brasil: associações, movimentos sociais, movimento constituinte e novas formas de participação; Constituição de 1988 — princípio da participação, novos direitos e nova forma de gestão das políticas sociais; Poderes Executivo e Legislativo (funções e competências); Orçamento: privado, público e participativo; Ciclo do OP de São Paulo; Papel e as funções de novos atores no processo de deliberação pública e no controle público.

No primeiro ano do projeto, as ações educativas foram executadas sob a responsabilidade direta do Nupass, com o apoio da equipe da Prefeitura, abordando os temas descritos anteriormente, a partir das dimensões descritas a seguir, que possibilitaram aos facilitadores fazerem das informações algo que mediam a ação educativa e o estabelecimento de uma relação de conjugação entre a ação e a reflexão.

1 - Sensibilização - dimensão em que os participantes entraram em contato com o tema, por meio de construções teóricas, traduzidas em linguagem apropriada, tratando de aspectos da realidade relacionados com a temática. Nesta dimensão também são resgatados os conhecimentos produzidos e acumulados pelos grupos. Para concretizar esta dimensão, foram utilizadas técnicas de apresentação dos participantes resgatando aspectos cognitivos de sua vida, peça de

teatro abordando a temática (“Em terra de urubu, quem cuida do lixo é rei”, adaptada para o Orçamento Participativo), texto de apoio, apresentação do processo do OP de São Paulo (2001 - 2002), bem como a situação da execução do mesmo e apresentação de experiência bem-sucedida de participação no OP.

2 - *Problematização* - dimensão que provocou a reflexão dos participantes acerca do tema, mediante mobilização de informações, experiências, idéias e conhecimentos, procurando desenvolver sua capacidade de raciocinar por si mesmos e de relacionar, deduzir e sintetizar. Foram utilizados roteiros de questões orientadoras, por parte dos facilitadores, com o intuito de avançar nos esclarecimentos necessários e criar ambiente favorável ao desenvolvimento de posicionamentos propositivos. As técnicas utilizadas foram o trabalho em pequenos grupos, que oportunizou o contato face a face e o aumento do nível de participação das pessoas, e o debate consistente e ampliado de idéias e experiências, gerando novas idéias coletivas e aumentando a interação entre os participantes. Também foram utilizados jogos de quebra-cabeças e com palavras-chave e montagem de figuras.

3 - *Visualização* - dimensão que se ocupou do registro visual permanente do processo de capacitação, para que todos tivessem conhecimento, de forma organizada, objetiva e transparente, das idéias discutidas e construídas. As técnicas utilizadas foram a construção de cartazes, a preparação de transparências, exposições em murais dos trabalhos dos grupos.

4 - *Sistematização* - dimensão em que foram realizadas sínteses dos conteúdos trabalhados, dos resultados dos grupos, da análise situacional. Também foi realizado levantamento de proposições e encaminhamentos, bem como planejamento de intervenções. As técnicas utilizadas foram a elaboração de resumos para relatos orais, preparação de material para transparências e cartazes.

5 - *Socialização dos resultados* - dimensão em que houve o compartilhamento dos resultados e das tomadas de decisões, bem como o estabelecimento de responsabilidades e co-responsabilidades na efetivação dos resultados. As técnicas utilizadas foram as apresentações dos produtos dos subgrupos ao grupo e deste aos demais, nas plenárias. Também foram preparados relatórios de cada capacitação para a COP.

6 - *Avaliação* - dimensão que possibilitou a aferição do nível de satisfação dos participantes em relação aos conteúdos trabalhados, às técnicas utilizadas, aos facilitadores, à sua própria participação, à infra-estrutura disponibilizada, dentre outros aspectos. Essa dimensão possibilitou a permanente revisão e adequação dos instrumentos e técnicas utilizados para as ações educativas subsequentes.

Resultados e discussão

A ação educativa relacionada a esses novos atores sociais buscou desenvolver potenciais e habilidades que contribuíssem para o exercício de suas funções, sendo também um processo político, de interação, de formação para a cidadania e para a democracia, pois na ação educativa produz-se coletivamente um conjunto de significações sociais, culturais e políticas, mediante troca de saberes, compartilhamento de significados, potencialização da capacidade de crítica.

Esses potenciais mostram-se de grande relevância para aqueles que participam das instituições híbridas, como os conselhos e os OPs, pois elas são instâncias onde as diferentes idéias e projetos de sociedade são debatidos e decisões estratégicas são tomadas. Para isso, torna-se imprescindível a democratização das informações, ou seja, torná-las acessíveis a todos os sujeitos envolvidos, pois “não é possível fazer o debate em condições de igualdade, ainda que limitadas, sem que todos tenham igualmente as informações necessárias”, podendo recair na “presença passiva, cooptável, que muitas vezes é usada para legitimar ações nem sempre discutidas e construídas coletivamente” (GOMES, 2000, p. 170). Considera-se que o acesso e a construção coletiva e crítica ao conhecimento dá o caráter politizante da democratização das informações.

Considerando as características das instituições híbridas de gestão e de deliberação, as ações educativas têm “como perspectiva o oferecimento de instrumentos aos sujeitos sociais para que possam se apropriar da informação e do conhecimento necessários ao exercício da participação popular na gestão pública” (DE MARCO, 2000, p. 157). Decorre daí a importância de que seus integrantes, principalmente os representantes da sociedade civil, estejam de posse de conhecimentos que lhes permitam compreender as informações que são essenciais para deliberações qualificadas. Essa parece ser uma condição para que possam influir de forma propositiva e decisiva nas ações do governo e no controle público sobre essas ações.

A efetividade das ações dos que participam das instituições híbridas está estreitamente relacionada à sua capacidade de apreender o real em sua singularidade, os processos complexos que permeiam os problemas ou fenômenos sociais com os quais lidam, bem como o campo de mediações da sua atuação. Isso lhes permite compreender a particularidade da realidade em que atuam, dando dupla dimensão à sua prática: conhecimento - intervenção, articulando-as dialeticamente, conforme destaca Pontes (2000, p. 47).

Os múltiplos atores que participam do processo de capacitação espelham a própria estrutura das experiências de gestão participativa, ou seja, espaços de presença em que atores diferentes compartilham interesses e objetivos, o que demanda cooperação em inúmeras situações. Assim também deve ser a ação educativa, espaço de aprendizado e de cooperação entre atores diferentes. Suas histórias distintas são fonte de riqueza quanto a conhecimentos e experiências acumuladas que, na interação, permitem o amadurecimento de idéias e a formulação de novos saberes. Assim, toda a ação educativa é permeada pelo respeito à cultura local e aos estágios de participação e de conhecimento de cada participante.

Um outro aspecto considerado relevante é o entendimento da ação educativa como ação comunicativa, em que a linguagem possibilita a interação e a integração entre sujeitos, que se relacionam com o mundo por meio de mediação da linguagem. As atividades pedagógicas, portanto, são baseadas no uso de linguagem, entendida como meio de manifestação do pensar e do querer, de se estabelecerem vínculos, de direcionar ações — campo de interação social. Mediante práticas comunicacionais dos grupos que vivenciam o cotidiano, estruturam-se informações relativas às suas experiências.

A linguagem, portanto, é entendida como uma atividade pública, como ação entre indivíduos orientada para um fim, que perpassa as práticas dos membros da sociedade e que

permite a participação, a descoberta e a construção dos significados e seu compartilhamento (Habermas). Nesse sentido, torna-se estratégica a utilização de instrumentos e técnicas pedagógicas que possibilitem a interlocução e a argumentatividade — problemas estudados em conjunto, discussão de explicações ou soluções, utilização de processos deliberativos, avaliação dos resultados para todos — uma vez que os processos de raciocínio e argumentação ativam articulações cognitivas.

As ações educativas do Nupass utilizam-se de alguns pressupostos de pesquisa participante, que preconiza a adaptação da proposta à realidade, a participação da sociedade nos processos decisórios, identificação dos sistemas de valores das comunidades envolvidas, adição de conhecimentos técnico-científicos aos conhecimentos existentes na comunidade, socialização dos resultados, processo participativo e cooperativo (SOARES, 2000, p. 46). Neste sentido, tem como requisitos básicos o respeito à cultura e hábitos locais, o compromisso com a verdade, a interação entre os grupos envolvidos, a preocupação com a isenção, a produção e a socialização de novos conhecimentos, enfim, a educação continuada. Valoriza o conhecimento adquirido pela prática, na qual se relacionam sujeito e objeto. Prática aqui entendida como atividade social que oportuniza cooperação entre ação e reflexão, em que se partilham concepções com outros, constroem-se saberes, intervém-se no mundo.

Em síntese, o trabalho foi desenvolvido tendo as seguintes diretrizes e estratégias: o cotidiano, a vida diária é referência para a ação educativa, pois é ela que se pretende transformar. Pretende-se desenvolver postura crítica frente à realidade, refletindo sobre ela, sobre seu conteúdo histórico, causas e conseqüências das questões relevantes; socializar experiências de vida, oportunizando criar laços de solidariedade entre os participantes; discutir valores éticos que possam informar a construção de uma nova realidade (justiça, igualdade, liberdade, etc.); as ações educativas devem ser participativas, dialógicas e democráticas, que possibilitem trabalhar a relação entre teoria e prática, bem como contribuam para a formação de cidadãos ativos, que assumam seus direitos e responsabilidades quanto à decisão; estimular e favorecer o compromisso coletivo, fortalecendo movimentos e organizações da sociedade civil; difundir a cultura dos direitos, em detrimento da cultura do clientelismo e do patrimonialismo; possibilitar o diálogo entre valores e culturas diferentes, próprias de uma sociedade plural e complexa, articulando igualdades e diferenças; educadores/facilitadores como mobilizadores de “processos pessoais e grupais de cunho cultural e social” (CANDAU e ZENAIDE, 1999, p. 20), que contribuem para a articulação dos conteúdos com a realidade e com a apropriação do conhecido socialmente produzido.

Facilitador, nessas ações, foi o catalisador e orientador metodológico, que organizou e orientou o processo de discussão dos grupos, estimulando a participação de todos na ação educativa, resgatando conhecimentos do grupo e utilizando recursos adequados à estimulação da reflexão e à proposição de alternativas de ações ou de produtos oriundos das reflexões. Suas principais funções foram: criar um ambiente de cordialidade, respeito e objetividade, motivando os participantes para os trabalhos em grupo; facilitar a comunicação interpessoal e a construção de respostas coletivas; atuar como elemento de ligação entre os participantes do grupo; estimular a participação de todos os integrantes do grupo, mobilizando suas experiências e

conhecimentos, de forma equilibrada, reduzindo a centralização do uso da palavra e do rumo das decisões; sensibilizar o grupo quanto à temática e proposta de trabalho do evento; criar oportunidades de acesso a informações e de processamento de conhecimentos; garantir a objetividade dos trabalhos; colaborar para que o grupo alcançasse os resultados esperados; apoiar com métodos, técnicas e instrumentos os trabalhos do grupo; despertar auto-estima do grupo, valorizando suas experiências, suas necessidades e tratando dos interesses comuns.

Conclusões

No primeiro ano do projeto, as equipes da Prefeitura e do Nupass atuaram em conjunto, mas com funções diferenciadas: o Núcleo assumiu as ações educativas diretamente e a COP cuidou da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades, acompanhando-as e avaliando-as em conjunto. Foram realizados encontros avaliativos que possibilitaram rever a metodologia, os conteúdos e técnicas, trocar informações e conhecimentos.

No segundo ano, a equipe da COP construiu sua proposta de formação, na qual passou a assumir as ações educativas relacionadas aos delegados e parte das atividades do curso de conselheiros, cabendo à universidade assessorá-la na construção do seu programa, contribuir nas discussões relacionadas à sua proposta metodológica, acompanhar e avaliar as atividades, oferecendo subsídios para seu aprimoramento.

Neste ano, o terceiro e último do projeto, a equipe de formação da COP, mais autônoma e experiente, assume praticamente todas as fases do planejamento e da execução das atividades, contando com a assessoria do Núcleo na discussão de temas que julgou relevantes, no acompanhamento e na avaliação das ações. O projeto, portanto, além de contribuir para a construção da autonomia dos participantes do OP, pôde contribuir na construção da autonomia da própria equipe de formação da Coordenadora, que toma para si a responsabilidade e o desafio de implementar seu próprio programa de formação.

Esse programa de formação, da COP, passou a incorporar outras ações educativas, desenvolvidas no âmbito da parceria da Prefeitura com a UFMG, mediante participação dos delegados nos Fóruns de Democracia Participativa e Seminários Internacionais. Nessa perspectiva, a idéia de capacitação com a qual trabalha-se foi potencializada e ampliada, ao criar oportunidades de participação dos delegados em outros espaços de reflexão e discussão, entendendo que a ação educativa pode acontecer por meio de diversos processos e que a capacitação, também, é um processo político de interação que forma para a cidadania e para a democracia, pois durante a capacitação produz-se coletivamente um conjunto de significações sociais, culturais e políticas.

A capacitação coletiva permite troca de saberes, compartilhamento de significados e potencialização da capacidade crítica dos delegados. Entendemos que o projeto de capacitação apresenta um grande desafio para a equipe de formação da COP, que se configura na necessidade de chamar à discussão para a ação educativa do processo do OP como um todo, ou seja, considerar que todos os envolvidos no processo de gestão democrática participativa têm um papel educativo fundamental a ser desempenhado.

Referências bibliográficas

AVRITZER, L.; PEREIRA, M. de L. D. *Democracia, participação e instituições híbridas*. Belo Horizonte: UFMG /DCP, 2002. (Mimeografado).

BROSE, M. *Metodologias participativas: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

CANDAU, V.; ZENAIDE, M. de N. T. (Org.). *Oficinas: aprendendo e ensinando direitos humanos*. João Pessoa: [s.n.], 1999

DE MARCO, P. S. Orçamento participativo: locus do fazer político-pedagógico. In: CAPACITAÇÃO em serviço social e política social, módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB/Cead, 2000.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M.; RIBEIRO, E. A. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 125-145, nov. 2003.

GOMES, A. L. Os conselhos de políticas e de direitos. In: CAPACITAÇÃO em serviço social e política social - módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB/Cead, 2000.

PONTES, R. N. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: CAPACITAÇÃO em serviço social e política social – módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB/Cead, 2000.

SOARES, V. M. S. Metodologias participativas para projetos educacionais e tecnológicos In: THIOLENT, M. et al. (Org.). *Metodologia e experiência em projetos de extensão*. Niterói: EdUFF, 2000.

SOUZA, J. F. A produção do conhecimento na educação popular. *Cadernos Abess*, São Paulo: Cortez, n. 2, 1988.

THIOLENT, M.; ARAÚJO FILHO, T.; SOARES, R. L. S. (Org.). *Metodologia e experiências em projetos de extensão*. Niterói: EdUFF, 2000.

- **Programa Rede Universitários de Espaços Populares – Ruep Niterói e São Gonçalo**

Margareth Attianezi, Mestre em Saúde Coletiva/Nesa/UERJ

Jorge Luiz Barbosa, Doutor em Geografia/Proex/UFF

Alexandre Duarte Thomas de Aquino, Mestre em Ciências Sociais/UERJ

Marcio Blanco, Cineasta/UFF

Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente/UERJ e Pró-Reitoria de Extensão/UFF

Resumo

Em atenção às diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, as sete universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro desenvolveram um projeto interinstitucional denominado Rede Universitários de Espaços Populares – Ruep. Trata-se de uma iniciativa pioneira por articular as Instituições Públicas de Ensino Superior do estado, através de ações que objetivem o envolvimento de alunos moradores de espaços populares na produção de estudos e atividades voltadas para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento, inclusão social e geração de trabalho e renda. Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense (Proex/UFF) e o Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Nesa/UERJ), apresentam o Programa Ruep, financiado pela Sesu/MEC, como ação extensionista em espaços populares dos municípios de Niterói e São Gonçalo, voltado para o tema maior desenvolvimento social e juventude.

Palavras-chave: desenvolvimento social; inclusão social; política pública e juventude

Apresentação

O surgimento, expansão e consolidação das favelas e periferias das metrópoles destacam-se entre os fenômenos mais significativos e, contraditoriamente, desconhecidos da constituição do espaço fluminense. O fato decorre das favelas serem, historicamente, objeto da recorrência de um olhar homogeneizador, aliado a pressupostos sociocêntricos, responsável por leituras genéricas que estigmatizam os espaços populares e seus moradores como violentos e potencialmente criminosos.

A homogeneização e o sociocentrismo notoriamente vêm impondo sérias limitações aos habitantes das favelas como instância de sociabilidade, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento e à expansão dos direitos e deveres de cidadania política dos seus moradores no campo cultural, jurídico e econômico. Tal situação agravou-se nas últimas duas décadas e implicou — entre os seus resultados mais perversos — a estigmatização, marginalização e segregação dos jovens residentes nas favelas e periferias.

O atual quadro de desemprego, baixa escolaridade e reduzido acesso aos bens culturais entre os jovens das favelas e periferias contrastam, entretanto, com a capacidade dos mesmos

de inventarem suas possibilidades de construção identitária. Os diversos grupos de música, teatro e dança, os pré-vestibulares comunitários e participação nas Organizações da Sociedade Civil (Associações de Moradores e ONG's) são expressões do protagonismo dos jovens das favelas e periferias, apesar de seus esforços serem marcados, não raramente, pela falta de continuidade.

Todavia, os poderes públicos estaduais e municipais demonstraram, historicamente, pouca atenção ao papel protagonista dos jovens dos espaços populares no que diz respeito à produção de políticas sociais, mesmo as mais específicas para suas demandas. Não há, por exemplo, estímulo ao primeiro emprego; não se adotam políticas de permanência na escola; não há espaços culturais alternativos e não estímulo ou apoio às atividades sociais criadas por eles. Não há, com efeito, um órgão expressivo do setor público que tenha como missão construir um conjunto de políticas públicas focais para a juventude. Ou, mais importante, que busque engajar esses jovens, de forma democrática e autônoma, na construção de novas sociabilidades no espaço urbano.

É preciso, portanto, criar novos espaços de referências de ampliação cultural, qualificação dos serviços educacionais e exercício de cidadania política, tendo em vista o papel social pleno da Educação, sobretudo como instrumento de superação das desigualdades sociais. Para tanto, a Universidade tem um papel importante a cumprir, principalmente através de suas ações extensionistas voltadas para os bairros populares.

Nossa proposta de trabalho busca contribuir na transformação das condições sociopolíticas vividas pelos jovens dos espaços populares, a partir da valorização do seu protagonismo na ação pública. A Ruep envolve os jovens universitários moradores dos espaços populares de Niterói e São Gonçalo, como criadores e gestores de políticas públicas focais e transversais, superando sua condição de público-alvo — no limite, objetos — de ações do Estado. Assim, os jovens serão sujeitos reconhecidos e reconhecíveis na construção de políticas públicas capazes de superar a situação de vulnerabilidade social em que muitos deles se encontram.

Desenvolvimento

O atual contexto social e educacional de bairros populares tornou indispensável à criação de ações integradas, cujos objetivos visem melhorar e ampliar as oportunidades educacionais, culturais e econômicas da população jovem, através do esforço conjugado de entidades comunitárias, instituições governamentais e não-governamentais. Nossa proposta enfatiza a organização de uma rede sociopedagógica de ação pluriescalar, cujo objetivo é envolver múltiplos atores na criação e na sustentabilidade de práticas que possibilitem um futuro mais generoso aos jovens precariamente incluídos no sistema de ensino público.

Para tanto, tecemos um conjunto de ações educacionais e culturais que associam alunos, professores e técnicos dos diferentes cursos de graduação da UFF e da UERJ, parceiras do Programa Ruep, em atividades extensionistas em comunidades populares de Niterói e São Gonçalo, com o objetivo maior de instituir políticas afirmativas para os jovens.

O trabalho desenvolvido exigiu o envolvimento de outros atores sociais, a exemplo das

instituições governamentais, das organizações da sociedade civil (Sindicatos, Ong's, Associações de Moradores) e movimentos sociais, para constituir um amplo tecido de relações e de atuação coletiva no espaço público. Desse modo, a universidade se filia a outros sujeitos históricos para ocupar um lugar de destaque no seio da sociedade.

A Ruep significa, portanto, um novo modo de fazer a extensão universitária, implicando a construção da interdisciplinaridade acadêmica, tanto no ponto de vista da formação como da atuação social direta. Os estudos e ações práticas estabelecem um entrelaçamento de um grupo formado por 45 alunos de diferentes cursos universitários — Pedagogia, Serviço Social, História, Geografia, Biologia, Ciências Sociais, Estatística, Matemática, Letras, Biblioteconomia, Cinema e Produção Cultural — que têm habilidades reconhecidas — músicos, atores, contadores de estória, dançarinos, fotógrafos, entre outros — atuando juntos na produção de conhecimentos e práticas em um mesmo espaço e com objetivos comuns. Todos eles desenvolvem atividades balizadas por metodologias plurais de ação, porém integradas quanto ao foco de trabalho. Assim temos os núcleos da Ruep em cada espaço popular selecionado, como também organizados no interior das universidades.

A Ruep coloca em prática a pretendida indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de metodologias criativas e produtoras de conhecimento, tendo como eixo à relação política pública/espaço popular como experiência prática. Valoriza-se, a importância da prática como momento da formação intelectual, uma vez que a prática não é, simplesmente, uma aplicação do conhecimento produzido, mas um espaço significativo da criação e da reflexão. Ela é, portanto, o encontro do inventar e do fazer que gera o conhecimento de modo implícito. Nesta dinâmica, a prática torna-se imanente à colocação em causa das teorias, das metodologias e das técnicas da academia, fundando o conhecimento-ação.

Objetivo

O Programa Ruep tem a intenção de subsidiar a criação de agendas para políticas públicas afirmativas, tendo como princípio à participação de instituições públicas e de organizações comunitárias e, principalmente, de jovens estudantes das comunidades locais. Seu objetivo maior é constituir novas relações de saberes e fazeres em relação à realidade dos jovens dos espaços populares e, através destes, constituir novas práticas sociais capazes de estimular a participação direta na resolução de demandas socioculturais, geração de trabalho e renda e na orientação de políticas públicas focais e transversais para juventude residente em espaços populares.

Objetivo geral

Contribuir na produção e difusão de experiências culturais e educacionais que habilitem a construção de políticas públicas de desenvolvimento e inclusão social dos jovens residentes nos espaços populares de Niterói e São Gonçalo.

Objetivos específicos

- Organizar redes socioeducativas e de ações afirmativas, tendo como ponto nodal os estudantes das universidades e demais instituições parceiras.
- Elaborar diagnósticos participativos da situação de vulnerabilidade dos grupos sociais residentes em espaços populares, em especial dos jovens e adolescentes, como linha de base de construção de agendas de políticas sociais que priorizem os direitos humanos, a geração de trabalho e renda, ampliação do acesso à educação e a difusão/produção artística e cultural.
- Desenvolver cursos e oficinas de habilitação para o trabalho no campo da cultura e das artes (música, memória de bairro, fotografia e vídeo) como possibilidade de geração de renda e valorização social dos jovens residentes nos espaços populares.
- Desenvolver práticas educativas no campo da prevenção e da promoção da saúde com educadores da comunidade.
- Organizar e fomentar Bibliotecas Comunitárias.
- Criar espaços de vivência, reunindo jovens residentes nos espaços populares e estudantes dos cursos de graduação da UFF/UERJ, para troca de experiências em diferentes campos do conhecimento e, sobretudo a construção de formas de sociabilidade fundadas na fraternidade, na amizade e na solidariedade social.
- Ampliar o uso de espaços culturais e educacionais das universidades e da cidade — Teatros, Cinemas, Auditórios, Museus, Bibliotecas — para realização de atividades educacionais e culturais em rede que visem estabelecer o convívio, a aprendizagem, a troca de experiências e a formação cidadã de jovens residentes espaços populares.

Metodologia

Adotamos, preliminarmente, como referência de trabalho a necessária atualização das leituras e interpretações da diversidade das práticas sociais presentes no contemporâneo, através do desenvolvimento do curso de Políticas Públicas e Juventude e supervisões conjuntas. Da mesma forma, nos interessa fazer o registro das formas e disposições dos jovens e seus grupos de aproximação. A premissa básica é entender como o encaminhamento de diferentes estratégias — constituída a partir de sua rede de inserções, trocas e reconhecimento de identidades — se configuram como experiências de ampliação do espaço-tempo vivido e percebido. Desse modo particular, trabalha-se com um sentido mais rico e amplo do processo educativo, capaz de superar os limites que aprisionam a relação ensino-aprendizagem no âmbito institucional e excluem o prazer, a festa, o lazer e a criação cultural que pulsam nos/dos lugares fora da escola.

A concepção de rede que norteia nosso trabalho compreende trocas recíprocas — de ordem simbólica e material — entre indivíduos organizados, sem o domínio de hierarquias ou eixos centrais, porém associados na construção de recursos, habilidades e benefícios comuns. Com isto em mente, a organização do campo de atuação do trabalho foi pautada pela ação de fomento a iniciativas já existentes nas comunidades, em conjunto com demandas reconhecidas na pesquisa do campo. Dois aspectos com relação à metodologia de trabalho devem ser resalta-

dos aqui. O primeiro com relação ao processo de seleção dos bolsistas, também atores neste programa, tendo sido privilegiado alguma formação ou experiência em trabalhos na área cultural, visto que nesta etapa do programa o recorte de ação se daria pelo fomento às atividades culturais. Cabe ressaltar que muitos dos selecionados nada haviam mencionado com relação à experiência com atividades culturais, por acharem “irrelevantes” ou por nunca terem “imaginado que algum dia isso seria importante”. Outro aspecto foi a forma de se conceber as ações do campo, uma vez definidas as áreas de atuação. Através de um período de visitas às comunidades e entrevistas com lideranças locais no intuito de se tentar obter uma radiografia da comunidade, foram possíveis o desenvolvimento de ações inteiramente norteadas pela demanda da comunidade.

No município de Niterói a escolha recaiu para o Morro do Preventório, sendo o contato estabelecido, primeiramente com a Associação dos Moradores intermediada por estudantes moradores da comunidade ou que já haviam ali realizado ou participado de projetos.

A inserção da Comunidade Lara Vilella 94 no projeto se deu num segundo momento ao perceber-se a necessidade de uma estratégia para o campo. A comunidade apresentava uma série de vantagens para realizar um trabalho de diagnóstico, familiarizando os bolsistas com o primeiro contato com o campo além de ser uma comunidade muito pequena, com cerca de 62 casas, ao lado de um dos Campi da UFF. Além de já ter sido realizado um projeto de extensão com oficina de vídeo para os jovens da comunidade. A ação proposta pela Ruel se enquadrou numa espécie de continuação de um trabalho, na visão da Associação de Moradores, de estreitamento de contatos com a universidade, gerando novas ações e demandas, ou seja, fortalecimento e ampliação de uma rede social.

Em São Gonçalo encontra-se um Campus da UERJ, mas especificamente a Faculdade de Formação de Professores, o que justifica nossa ação nesse município. O bairro de Porto da Pedra foi escolhido por ser de moradia de diversos alunos da universidade e abrigar uma escola de samba que desenvolve iniciativas sociais através da ONG Crescer e Viver, mantendo uma escola de circo para crianças e jovens como carro chefe de sua atuação.

Trata-se, portanto, da criação de uma rede de atores que, através de relações solidárias, são capazes de tecer relações horizontalizadas de ação, emanadas por objetivos comuns: a construção de novas formas de ensino-aprendizagem, a ampliação de suas experiências culturais e, simultaneamente, a elaboração de novos conteúdos de políticas públicas educacionais e culturais.

Em nossa concepção de rede social, a diversidade e heterogeneidade de vivências e percepções espaço-temporais ganham espessura sociopolítica e configuram nódulos de comunicação, circulação e interação dos diversos atores em cena. Assim, os indivíduos e o coletivo interagem, se afrontam, se descobrem, se permitem, se interditam e também se estendem e se aproximam.

Nossos atores são jovens residentes nos espaços populares e regularmente matriculados em cursos de graduação. Eles são atores da construção de diagnósticos participativos de perfis socioculturais e econômicos de jovens residentes nas comunidades eleitas, da organização de atividades educacionais, atividades de promoção e prevenção à saúde, de formação cultural e artística. A importância desses jovens para rede sociopedagógica de estudos e práticas sociais

situa-se no universo de elaboração e avaliação de políticas públicas afirmativas por parte do Poder Público, pois além de produtores e multiplicadores de conhecimento, eles também assumem o papel de agentes de ações cidadãs de educação, cultura, saúde e geração de trabalho e renda, cujo objetivo maior é superação das profundas desigualdades sociais presentes no espaço urbano metropolitano.

Cada espaço popular tem seu grupo de trabalho, diretamente acompanhado por orientadores de ações de extensão. Esses orientadores de extensão são mestrandos, responsáveis pela articulação acadêmica dos jovens universitários, pela coordenação das atividades de socialização dos investimentos culturais e pelo acompanhamento das atividades dos grupos de trabalho. Constrói-se, portanto, um envolvimento progressivo entre os cursos de pós-graduação e a graduação em termos de ações públicas concretas.

Nos momentos mais diretos do trabalho são incorporadas as experiências de formação e habilitação de diferentes programas e núcleos já existentes nas universidades parceiras. Os programas e núcleos universitários são mobilizados no trabalho em rede, abrangendo atividades no interior das universidades e nos próprios espaços populares selecionados, constituindo dimensões múltiplas de formação e habilitação profissional.

Resultados

O desenho, a construção e a realização de políticas públicas afirmativas fazem parte do desafio inadiável para a consolidação da democracia e ampliação do significado da cidadania em nosso país. Para assumir esse desafio se faz necessário identificar as redes socialmente vulneráveis na Região Metropolitana, sobretudo às pertencentes aos espaços populares urbanos e, ato contínuo, desenvolver ações sociais voltadas para ampliação de seus recursos culturais e investir nas suas possibilidades sociais. Isto significa potencializar as formas organizativas e as ações solidárias que as comunidades poderão experimentar como seu capital social e como sentido prático da expressão cidadania.

Ações desenvolvidas:

- implantação de núcleos locais da Rede Universitários de Espaços Populares em Niterói (Morro do Preventório; Lara Vilela 94), São Gonçalo (bairro do Porto da Pedra), envolvendo 45 alunos bolsistas;
- desenvolvimento de oficinas de música, vídeo, fotografia e memória de bairro;
- elaboração de informações sobre as condições socioeducacionais dos jovens residentes nos espaços populares de Niterói (Preventório e Lara Vilela 94) e São Gonçalo (Porto da Pedra) a partir de levantamentos amostral e censitário;
- organização e realização de curso de Promoção à Saúde da Criança e do Adolescente para monitores e instrutores da Escola de Circo Pequeno Tigre;
- criação de uma Rede Interdisciplinar de Estudos e Ações Solidárias de Políticas Sociais em Espaços Populares, constituída por Instituições de Ensino Superior, Organizações Não Governamentais e Entidades da Sociedade Civil;
- montagem e organização de Biblioteca Comunitária.

Produtos

- Vídeo institucional – a partir de um banco de imagens obtido ao longo do projeto, foram realizados três vídeos institucionais. O vídeo foi realizado por uma das bolsistas da escola de cinema da UFF, com roteiro idealizado pela coordenação do projeto.
- Exposição de Fotografias Lara Vilela 94 – realizada a partir da oficina com técnica de pin hole organizada com moradores da comunidade.
- Três Vídeos e um programa para TV, do Preventório – realizados a partir da oficina de vídeo organizada em parceria com a ONG Bem TV, sendo o programa exibido pela TV Universitária da UFF.
- Biblioteca Comunitária do Preventório – organizada em parceria com a Associação dos Moradores do Preventório, utilizando espaço físico situado no casarão da FIA na comunidade.
- Capacitação em teoria musical, gravação de CD e vídeo clip do grupo Funk Social – em parceria com a Fase.
- Trabalho de Memória de Bairro no Porto da Pedra, o tema escolhido foi o time de futebol que teve uma participação importante na ascensão do bloco que posteriormente se transformaria na Escola de Samba Unidos do Porto da Pedra.

Benefícios alcançados

Os benefícios alcançados devem ser entendidos numa dinâmica de mão dupla, tanto por parte da experiência obtida pelo aluno bolsista num trabalho de cunho extensionista assim como a própria comunidade no processo de realização da intervenção sofrida.

O diagnóstico socioeconômico cultural realizado através de questionários forneceu dados importantes para utilização como base de futuras intervenções de políticas públicas para a comunidade, mostrando carências e demandas da própria comunidade.

No Preventório a organização da biblioteca com a Associação de Moradores resultou na formação de uma Secretaria de Cultura na chapa recém empossada. A oficina de vídeo, a segunda a ser realizada na comunidade, teve grande procura e envolvimento dos alunos na realização de um programa para a TV Universitária sobre questão específica da comunidade.

A oficina de fotografia desenvolvida no Lara Vilela 94 teve grande interesse da comunidade, ampliando a faixa etária a princípio programada.

O curso da saúde, desenvolvido para monitores e instrutores da escola de circo se encaixou numa perspectiva da ação da própria ONG de qualificar seu projeto pedagógico a partir de uma demanda do público alvo, objetivando a ampliação de conhecimentos sobre técnicas de primeiros socorros, anatomia e fisiologia do exercício e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O projeto de memória do bairro de Porto da Pedra, a ser ainda exibido em escolas e espaços públicos do bairro, teve grande interesse do grupo privilegiado ao conceder entrevistas e deixar acesso livre a fotos e documentos. O objetivo de ampliar o sentimento de pertencimento e identificação de moradores com seu meio ambiente imediato foi prontamente alcançado pelo grau de interesse e envolvimento do público.

Parcerias

Interinstitucionais:

ONG. Observatório de Favelas

ONG. Bem TV

ONG. Crescer e Viver

Escola de Circo Pequeno Tigre

Grêmio Recreativo Escola de Samba Porto da Pedra

Fundação para a Infância e Adolescência – FIA - Casa da Princesa - Preventório

Fase

Associação de Moradores Lara Vilela 94

Associação de Moradores do Preventório

Movimento Rede Funk Social

Interdepartamentais:

IACS - UFF

Faculdade de Medicina - UFF

Departamento de Biblioteconomia - UFF

Oficina do Saber - UFF

Fomento

Secretaria de Ensino Superior – Ministério da Educação – MEC/Sesu, fomento a Programas e Projetos de Extensão Universitária

EQUIPE RUEP		
Margareth Attianezi	Nesa/UERJ	Coordenação Geral UERJ
Jorge Luiz Barbosa	Proex/UFF	Coordenação Geral UFF
Alexandre D. T. de Aquino	Ciências Sociais	Coordenação de atividades
Aluno	Curso	Atividade
Albert Ramos Nery	Matemática	Análise de dados
Ana Beatriz S. J. Marques	Cinema	Coordenação de Fotografia
Ana Maria Tolino	Cinema	Vídeo Institucional
Ana Paula Ramos da Silva	Letras	Biblioteca
Anderson Andrade da Silva	Geografia	Fotografia
Anísia Sampaio do Nascimento	Letras	Vídeo
Aparísio Arruda Viana	Geografia	Administração
Átila Rodrigues da B. Morte	Letras	Biblioteca



Aluno	Curso	Atividade
Bárbara de Assis Oliveira	Letras	Circo
Camila Canella Moraes	Letras	Biblioteca
Camila Fernandes de Aquino	Geografia	Fotografia
Cristiane Passos de Mattos	Geografia	Administração
Daniel da Silva	Contabilidade	Administração
Eduardo Santos de Souza	Geografia	Fotografia
Elaine Rangel Alves	Estatística	Análise de dados
Fabiane Gomes Batista	Serviço Social	Biblioteca
Fabiane Grange Leonardo	Matemática	Análise de dados
Fabio C. P. do Nascimento	Letras	Memória
Fagner Costa Gil	História	Memória
Flávia Beatriz F. de Nazaré	História	Biblioteca
Gabriela ngelo Pinto	Geografia	Circo
Gil Almeida Félix	Mestrando em Ciências Sociais	Análise de dados
Guttenberg J. Coutinho	Publicidade	Fotografia
Hilka F. Saldanha Guida	Serviço Social	Memória
Jacqueline C. Silva	Geografia	Administração
Joana N. M. Bispo	Pedagogia	Circo
Juanna da S. Seoane	Serviço Social	Biblioteca
Kelly F. Assi Tavares	Física	Administração
Luciana de Oliveira Daumas	Produção Cultural	Memória
Margareth de Lima Cruz	História	Biblioteca
Marina Mendonça S. Nunes	Pedagogia	Biblioteca
Monique F. de Aguiar	Ciências Sociais	Vídeo
Neilane B. dos Reis	Estatística	Análise de dados
Nívea E. Rebello da Silva	Letras	Circo
Ricardo Ribeiro Percílio	Geografia	Música
Roberta H. B. dos Santos	Geografia	Biblioteca
Robson Oliveira Figueiredo	Geografia	Música
Simone da Cruz	Biblioteconomia	Coordenação de Biblioteca
Sueli P. Carvalho Gomes	Pedagogia	Memória
Susan Caldeira da Rocha	História	Memória
Thais de Assis M. Muritiba	Biologia	Circo
Vagner L. Brum dos Santos	Geografia	Memória
Vanessa de Almeida Pessoa	Produção Cultural	Memória
Volmar Barbosa de Souza	Letras	Coordenação de Música
Weslwei Teixeira Falleiro	Letras	Biblioteca

Referências bibliográficas

- BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: TERRITÓRIOS Territórios. Niterói: PPGeo-UFF, AGB, 2002.
- BERGER, P.; LUCKMAM, T. *A construção social da realidade*. 10.ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1993.
- CARLOS, A. F. A. *O lugar noldo mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1992.
- SANTOS, B. Reinventar a democracia: entre o pré contratualismo e o pós contratualismo. In: OLIVEIRA, F. de (Org.). *Os sentidos da democracia*. São Paulo: FAPESP, Vozes, 1999.
- SILVA, J. de S. Um espaço em busca do seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: TERRITÓRIOS Territórios. Niterói: PPGeo-UFF, AGB, 2002.

- **Rede e inclusão social**

Claudia Andréa Mayorga Borges, Mestre em Psicologia Social/UFMG. Doutoranda em Psicologia Social/UCM – Espanha

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

Resumo

No presente trabalho apresentamos o projeto de extensão da PUC Minas, projeto Espaço Criança Esperança. Tal iniciativa vem sendo implementada junto a adolescentes de 12 a 18 anos, moradores da comunidade do Aglomerado da Serra, Belo Horizonte. Com o objetivo de promover a inclusão social de adolescentes através de atividades relacionadas à cultura, arte, esporte, lazer, multimídia, a metodologia utilizada é a da intervenção psicossocial, através do método de redes. Tal método, que apresentaremos neste trabalho, exige a constituição de diversos atores sociais que queiram atuar de forma complementar na implementação e fortalecimento de uma efetiva rede de defesa da infância e adolescência. Através das ações-fim realizadas pelas linhas de ação de intervenção, articulação e capacitação e das ações-meio do monitoramento e avaliação e da comunicação, o projeto tem atingido resultados que apontam para a formação de setores da comunidade mais autônomos, críticos, participativos e dispostos a trabalhar em rede e em prol das questões da infância e da adolescência, reconhecidas como questões da comunidade. Concluímos que atuar através do método de redes exige uma mudança de

paradigma, pois exige o abandono de perspectivas individualistas e a busca da solução de problemas sociais a partir de ações coletivas e participativas.

Palavras-chave: inclusão, rede, adolescência

Introdução

O Projeto Espaço Criança Esperança – ECE consiste em um projeto de inclusão social de crianças, adolescentes e famílias de classes populares. Inclusão social que é compreendida como uma atitude política diante das desigualdades e injustiças sociais, voltada para a instituição de espaços de comunicação, realização e participação na sociedade de pessoas, grupos e comunidades que, em função de circunstâncias históricas, são privados dos seus direitos e impedidos de se realizarem como cidadãos.

Em Belo Horizonte, o projeto ECE é fruto da parceria entre Globo, Unesco, Prefeitura de Belo Horizonte e PUC Minas, entidade coordenadora e executora do projeto. Este consiste em um projeto de extensão da universidade.

O público-alvo direto do projeto são adolescentes entre 12 e 18 anos e indireto são as crianças, as famílias e a comunidade do Aglomerado da Serra, região centro-sul da cidade de Belo Horizonte. O público adolescente foi escolhido, pois, além de serem jovens que se encontram em alto grau de vulnerabilidade social envolvendo aspectos de violência, tráfico de drogas, gravidez na adolescência, evasão escolar, violência doméstica, trabalho infantil, o Aglomerado da Serra conta com poucos programas governamentais de atendimento a jovens.

Assim, a proposta do ECE é desenvolver ações de proteção integral, a partir de (Unicef, 2003): uma estratégia de combate à violência focalizada nas principais vítimas, as crianças e adolescentes; uma metodologia que supere a simples ocupação do tempo livre, assegurando o desenvolvimento das diferentes habilidades da pessoa; um serviço/equipamento social atrativo, criativo, dinâmico e diversificado, capaz de oferecer oportunidades de desenvolvimento humano e social; uma retaguarda de proteção especial, capaz de fortalecer os vínculos familiares e comunitários para adolescentes com história de atos infracionais, vida de rua e outras formas de exclusão; uma estratégia de construção de políticas públicas, a partir da articulação entre poder público e a sociedade civil organizada, fortalecendo pequenas organizações, atuando em rede, assegurando a diversidade, sustentabilidade e complementariedade dos serviços.

O ECE tem sido implementado desde novembro de 2002 e seu objetivo é realizar ações que garantam e promovam os direitos das crianças e dos adolescentes e contribua diretamente na geração e implementação de políticas públicas. São também objetivos do projeto a promoção e articulação da comunidade, por meio de uma efetiva rede de atenção ao adolescente; capacitar educadores, lideranças comunitárias, jovens e suas famílias para a construção da autogestão, participação, gestão em rede e sustentabilidade do projeto; atenção ao público jovem para investir na cidadania, na inclusão social, no protagonismo e no desenvolvimento de habilidades pessoais, sociais e técnicas; coletivização das informações e dados referentes ao projeto e aos direitos das crianças e adolescentes por meio de canais e instrumentos de comunicação

participativos; realização do monitoramento e de um sistema de avaliação para medir e discutir coletivamente os resultados, seus impactos e caminhos do projeto.

Metodologia

A metodologia que vem sendo utilizada nesse trabalho é a da Intervenção Psicossocial que parte de uma concepção crítica do sujeito e da realidade. Ser crítico é compreender o sujeito que marcado pela história, pelas relações de poder, de gênero, raça e classe social, por questões psicossociais é capaz de estar diante desse mundo sendo ativo, criativo e construindo formas de vida distintas (BOCK, 2003). O principal objetivo é a mudança social. Tal mudança não acontece simplesmente através da passagem de um estado a outro, mas constitui um processo complexo e dinâmico de desconstrução, deslocamento e reconstrução da realidade (LEVY, 2001). Um processo que não é linear e sim dinâmico, com idas e vindas, mas que deve ser seguido com a participação constante dos sujeitos da mudança. Isso quer dizer, que mudança social não é simplesmente a soma de mudanças individuais, pois consiste na soma das diversas relações entre os vários atores sociais envolvidos no processo.

Um ponto importante é participação da população envolvida. Nos baseamos na idéia de que a transformação efetiva só ocorrerá quando os sujeitos envolvidos no processo, durante tanto tempo tratados como objetos das intervenções, do conhecimento, do governo, etc., sejam de fato sujeitos (CASTILHO, 2001).

Baseados nessa metodologia, o ECE utiliza a rede como principal método de intervenção e passamos a descrevê-lo a seguir.

O método de redes

O ECE adota um modelo descentralizado de intervenção que significa fazer uma opção não só por ações que tenham vários lugares para sua realização, como é o caso do projeto, mas significa compartilhar de alguns princípios importantes. O primeiro deles é a concepção de complementariedade. Tal idéia consiste em compreender a realidade na sua vasta complexidade, como sendo o resultado de uma ampla rede de relações de causalidade, que tiram de um único ator, toda a responsabilidade para solução de problemas sociais. No ECE, isso quer dizer que para alcançar uma efetiva inclusão de crianças e jovens na sociedade é necessário convidar vários atores sociais que a partir das suas especificidades estabeleçam um fluxo tal de relações a ponto de garantir a defesa dos direitos da infância e da adolescência. Certamente, tecer essa rede não é uma tarefa simples. Ela exigiu e vem exigindo da equipe do projeto alguns cuidados e ações específicas que se fizeram presentes desde os primórdios do projeto. Vale a pena lembrar que o método de redes é algo relativamente novo no Brasil o que nos remete à necessidade de um constante exercício de monitoramento e avaliação do processo (SHERER-WARREN, 1999).

Assim, alguns aspectos foram fundamentais na forma como estabelecemos relações com a comunidade no início do tecer da rede:

- a) a nossa inserção foi desde o início orientada pelo compromisso de que a intervenção social deve possibilitar mudança das condições vividas cotidianamente por, no nosso

caso, as crianças, adolescentes e suas famílias. Mas tais mudanças só poderão acontecer com a participação efetiva dos sujeitos da comunidade, indicando os caminhos e as suas principais necessidades (FREITAS, 1996). Esse foi o convite feito desde o início à comunidade, constantemente atualizado, pois sabemos dos riscos do saber que “vem de fora” e que constantemente tem a “tentação” e “pretensão” de estar vendo as coisas como elas de fato são. Isso nos coloca constantemente o desafio de realizar o que a corrente institucionalista da psicologia social chama de análise da implicação (CASTILHO, 2001). O ponto principal é compreender que as pessoas com as quais estamos lidando possuem um saber sobre si mesmos e sua realidade que são fundamentais para os processos de mudança. Assim, nada de neutralidade, cuidado com o etnocentrismo, análise da implicação. Analisar a implicação é realizar um exercício contínuo das relações de poder que atravessam as relações;

- b) o segundo ponto acerca da inserção na comunidade se refere aos objetivos do trabalho. Sabe-se que eles podem ser definidos a priori ou a posteriori (FREITAS, 1996). No caso do projeto ECE, o que movimentou o projeto foi uma mescla de objetivos definidos a priori e a posteriori. Isso quer dizer que, o fato de pertencermos a um projeto idealizado anteriormente, com algumas premissas dadas, como por exemplo, as áreas de atuação que são o esporte, o lazer, a cultura, a arte e a multimídia, não nos permite sair bruscamente dessa direção. Contudo, foi somente através do contato com a comunidade, as associações, as entidades, os jovens e suas famílias que fomos definindo com mais clareza, como essas atividades poderiam acontecer.

Quando chegamos na comunidade encontramos uma série de entidades e associações que já possuíam um histórico de preocupação com a infância e adolescência. Assim começou a construção da rede: contato com entidades que possuíam atuações e práticas distintas com o público adolescente e fomos fazendo parceria com algumas delas. Hoje a rede do projeto ECE consiste em um espaço de referência e sete entidades parceiras entre associações, creches, instituições sociais, projetos sociais. Mas participar dessa rede é muito mais do que pertencer a um mesmo projeto. É fundamental, e esse tem sido o nosso exercício, que cada parceiro se autodefinia, se constitua em um ator social, isto é, uma instituição, uma creche, uma associação com um projeto de mudança e esses projetos devem se relacionar através de um fluxo tal que permita ações complementares.

O principal desafio na constituição de relações de complementariedade é o fato de estarmos em uma sociedade marcada pelo individualismo que não concebe os problemas sociais como um conjunto de ações complexas que exigem, por sua vez, um conjunto de intervenções complexas. Assim, ainda tem sido desafio fortalecer esses diversos atores sociais, potencializando e ajudando a construir seus projetos.

A segunda característica do método de redes é: compreender o mundo na sua complexidade e não na sua unidade. Isto é, se antes, no paradigma moderno, conhecer o mundo significava conhecer a menor partícula possível dele através do método analítico o que

encontramos hoje é que conhecer e intervir no mundo é buscar construir e mapear a complexa rede de ações, fatos, atores, relações que compõe esse mundo. Dessa forma, ter como meta a garantia dos direitos da infância e adolescência utilizando o método de redes é compreender que tal garantia não será realizada por um único ator: ou o governo, ou a família, ou um projeto social. É importante conhecer e instituir fluxos que de fato cheguem a esse objetivo. Isso só será alcançado através da criação de diversos espaços de diálogo, debate, espaços onde possam ser explicitados os conflitos e se possam buscar ações conjuntas.

O terceiro ponto do trabalho em rede é a não hierarquização dos atores da mesma. O princípio da rede é a horizontalidade o que tem sido, talvez, uma das maiores dificuldades da implementação desse método. Isso porque a noção de que as soluções para os problemas da nossa sociedade possuem vários responsáveis, como o estado, o privado e a sociedade civil de forma semelhante é motivo de vários debates nas políticas públicas, na universidade, na sociedade civil em geral. O outro aspecto é a diversidade institucional dos parceiros presentes no projeto, carregados de representações vinculadas ao poder e aos recursos financeiros.

Esse tem sido o esforço metodológico do projeto ECE: construir uma rede do projeto estreitamente relacionada com a rede local e municipal de defesa da infância e adolescência. A intervenção se dá através da construção de parcerias que por sua vez devem estar fortemente entrelaçadas com as ações do estado e da sociedade civil.

Para tanto, o esforço de se instituir a rede tem acontecido através das ações apresentadas a seguir.

As ações-fim: intervenção, articulação e capacitação

O ECE tem como fim a intervenção direta com a comunidade em busca da efetiva inclusão social de crianças e adolescentes. Dividimos as ações-fim em três linhas de ação: intervenção, articulação e capacitação.

A linha de ação da intervenção se refere ao atendimento direto aos adolescentes entre 12 e 18 anos. Esse atendimento direto acontece através do método de oficinas (AFONSO, 2000) nas seguintes áreas: arte e cultura, esporte e lazer, multimídia e oficinas temáticas.

A intervenção através de oficinas está baseada na educação libertadora idealizada por Paulo Freire (1983) que visa à superação das diversas formas de anulação do sujeito e de suas culturas por meio do desenvolvimento da consciência política, da sensibilidade e da força interna do conjunto de pessoas. Assim todo o processo educativo proporcionado pelo método das oficinas procura promover uma educação inclusiva que diz respeito ao reconhecimento do sujeito como pertencente a uma coletividade ou a uma determinada condição social que deve promover cidadania. Isso diz respeito ao acesso efetivo aos direitos. Sendo assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente é conteúdo fundamental a ser trabalhado nas oficinas que utilizam o esporte, a cultura, o lazer, a multimídia como meios para prática do diálogo, para lidar com conflitos e diferenças, para autoconhecimento e auto-realização, responsabilidade, construção coletiva do conhecimento.

Sendo assim, cabe à intervenção preparar os educadores para implementarem o projeto

pedagógico baseado em todos esses princípios acima descritos. São realizados com os educadores encontros para construção dos seus projetos específicos de intervenção: capoeira, dança, teatro, multimídia.

A segunda linha de ação do projeto ECE é a articulação. Considerando que o principal método de intervenção utilizado no projeto é a rede, a articulação comunitária torna-se uma ação fundamental na promoção de mudança social e fortalecimento da rede. Considerando também que a comunidade do Aglomerado da Serra é constituída por 7 diferentes vilas, cada uma com suas especificidades, lideranças e associações próprias, equipamentos públicos específicos, e se constitui em um “aglomerado de projetos sociais”, é fundamental, para a construção da rede, a instituição de espaços permanentes de diálogo e trocas de experiência com diversos setores da comunidade. Esses espaços acontecem através de reuniões, encontros formais e informais, conversas informais e entrevistas, mesas de debate, etc.

A articulação comunitária não se dá, é claro, sem conflitos, pois a realidade das vilas difere em alguns aspectos e sabemos que existe a rede “informal” do tráfico que delimita territórios e regras de circulação. Além disso, o processo de cristalização de lideranças não dá, muitas vezes, oportunidade para jovens líderes que possam se destacar através de ações em prol da comunidade. Portanto, o que temos realizado na comunidade é uma articulação não só das associações comunitárias instituídas que, inegavelmente, fazem parte da história de conquistas dessa população, mas também dos grupos culturais, dos grupos esportivos, dos projetos sociais, dos equipamentos do estado, dos jovens das diversas vilas. Essa articulação tem trazido resultados importantes como o Grupo de Referência Local e o Criart.

A terceira linha de ação do ECE é a capacitação. As ações de capacitação estão baseadas no princípio de promoção de mudança social através da mudança cultural, de concepção de mundo, um espaço de discussão e construção de uma proposta distinta para a comunidade/sociedade. Significa formar educadores da comunidade que estejam aptos para sensibilizar os jovens do seu próprio contexto, educadores que sejam agentes de transformação utilizando como principal instrumento a educação através das artes, do esporte, da multimídia. Assim, a linha de capacitação possui dois enfoques principais: formar educadores da comunidade considerando que os mesmos fazem parte do mesmo contexto dos jovens, possuem linguagens semelhantes e muitas vezes, também estão assujeitados e excluídos socialmente. A comunidade educando a própria comunidade.

O segundo enfoque da capacitação, estreitamente relacionado com o primeiro, se refere à formação da comunidade para a gestão participativa. É importante que a comunidade, marcada por intervenções assistencialistas se formem para participar de forma ativa e propositiva no planejamento, monitoramento e avaliação do projeto. Esse é um resultado que vem sendo alcançado com o Grupo de Referência Local. Assim, o principal objetivo da linha de ação da capacitação é a formação de sujeitos autônomos que estejam dispostos a co-gerir o projeto ECE.

As ações-meio: monitoramento e avaliação e comunicação e marketing

Para viabilizar as linhas de ação do projeto ECE, contamos com duas assessorias que constituem as ações-meio do projeto. São ações que devem estar estreitamente vinculadas às ações-fim, possibilitando a sua execução plena.

O monitoramento e avaliação do projeto ECE tem atuado em duas linhas principais: levantamento de dados da comunidade e dos jovens atendidos através de diagnósticos e mapeamento da área, dos projetos sociais e dos equipamentos públicos. Tais dados nos auxiliam em todo o processo de monitoramento e avaliação que acontece ao longo do projeto, pois nos traz elementos que em um momento posterior serão importantes para verificar a efetividade, a eficácia e a eficiência do projeto (ARMANI, 2002). Tais levantamentos nos permitem também disponibilizar dados para a própria comunidade e verificar quais as áreas de maior vulnerabilidade e que necessitam de uma atenção mais direta e imediata. A segunda ênfase é o monitoramento propriamente dito que possibilita, ao longo do processo, caso seja necessário, a mudança de rumos do projeto e a redefinição de algumas ações e atividades. O nosso grande desafio é a avaliação da rede como método eficaz para a mudança social.

A comunicação e o marketing são responsáveis pela coletivização das informações e dados referentes ao projeto e aos direitos da criança e do adolescente por meio de canais e instrumentos de comunicação participativos. Essas ações vêm sendo realizadas através da construção de jornais comunitários, programas de rádio dos jovens e informações levantadas pela própria comunidade, sobre as ações do projeto. A comunicação vem desenvolvendo um importante trabalho de visibilidade para os diversos grupos de cultura e esporte do Aglomerado da Serra.

O projeto ECE conta com uma equipe interdisciplinar que, envolvendo profissionais da psicologia, das ciências sociais, da comunicação, da assistência social, da pedagogia e da demografia, tem como objetivo uma intervenção que contribua com os diversos olhares das ciências, buscando formas integradas de ação e, conseqüentemente, transformação social.

Resultados e discussão

A seguir, apresentamos os principais resultados alcançados até o momento pelo projeto ECE através da intervenção no Aglomerado da Serra, utilizando como método a rede, através de ações de intervenção, articulação, capacitação, monitoramento e avaliação e comunicação e marketing.

O Grupo de Referência Local – GRL

A gestão do projeto ECE é realizada coletivamente, por meio de diversos grupos democráticos. O primeiro grupo denominado Conselho Gestor é formado pelos parceiros institucionais do projeto: Globo, Unesco, Prefeitura de Belo Horizonte e PUC Minas e tem como principal objetivo definir as diretrizes gerais do projeto. O segundo grupo denominado Conselho Executivo é formado pela equipe técnica da universidade e técnicos da prefeitura que juntos procuram construir formas integradas de ações para os jovens, envolvendo as políticas

públicas e os equipamentos públicos (saúde, educação, assistência social, etc.). O grupo que gostaríamos de destacar aqui é o Grupo de Referência Local – GRL.

O GRL é formado por representantes: das entidades parceiras locais da comunidade, das associações das vilas, de equipamentos da prefeitura, da equipe técnica do projeto, de educadores e adolescentes atendidos pelo ECE.

Os seus principais objetivos são: monitorar as ações implementadas por meio de visitas e discussões com os parceiros locais; acompanhar a execução das linhas de ação do projeto; propor melhorias e mudanças necessárias para o compasso entre demandas/expectativas do público-alvo e o desempenho efetivo do projeto; identificar possíveis atores sociais locais interessados em participar da rede do projeto; promover o fortalecimento da rede local de atenção à criança e ao adolescente; garantir o diálogo permanente com os outros espaços de gestão do projeto; garantir um processo participativo no GRL, renovando periodicamente a sua composição.

O objetivo da formação desse grupo reside na necessidade e no objetivo maior do projeto de realizar uma intervenção que tenha de fato uma efetiva participação da comunidade. Construir coletivamente objetivos e modos de ação, isto é, realizar um planejamento participativo é o nosso principal objetivo ao instituir esse grupo e de fato isso já vem acontecendo. O grupo participou de um seminário de Planejamento Estratégico onde construiu um plano de ação que prevê: organização interna do GRL, definição de comissões de articulação, comunicação, acompanhamento das ações, construção de um instrumento de comunicação (informativo do GRL), construção de um calendário de atividades, realização de relatórios dos acompanhamentos das atividades do ECE, etc. Para fortalecer ainda mais esse grupo, o projeto realizará uma capacitação intensiva para o grupo em gestão democrática onde serão debatidos temas como gestão em rede, gestão participativa, auto-gestão e co-gestão, protagonismo, etc. Hoje, o GRL realiza encontros semanais onde são discutidos assuntos relativos ao projeto e à comunidade.

É a comunidade participando de forma crítica. A partir daí, a rede passa a ter uma efetiva participação de vários atores sociais, já com alguns dos seus fluxos definidos e o que é fundamental com espaços periódicos de discussão, trocas de experiência e planejamento de ações.

O Criart

O Criart é o fruto do trabalho da articulação e capacitação realizado com os grupos culturais do Aglomerado da Serra. O ECE contatou na comunidade cerca de quarenta grupos em atividade nas diversas áreas da cultura: hip-hop, capoeira, dança, teatro, pagode, reagae, rock, samba, música popular, poesia. Nos grupos a participação de adolescentes é bastante significativa e embora muitos deles não participem das atividades de oficinas do projeto, têm sido contemplados nas ações de articulação e capacitação.

Damos destaque ao curso de Gestão e Produção Cultural que contou com a participação dos jovens dos grupos culturais. No curso foram discutidos pontos como juventude e cultura, empreendedorismo cultural, elaboração de projetos. Como resultado foram apresentados 3 projetos culturais. Dois deles gostaríamos de destacar aqui: “Festival de Dança e Música” e “Centro Cultural Cooperativista – CCC”. Ambos estão interligados.

Os jovens autores desses projetos vêm, desde a conclusão do curso, realizando, junto com a equipe técnica do ECE, encontros para discutir a viabilidade dos dois projetos. O CCC diz respeito a uma proposta de gestão para o centro cultural que foi aprovado pelo orçamento participativo da Prefeitura de Belo Horizonte e que deve ter a sua construção iniciada ainda no ano de 2004. Contudo, os jovens avaliam que apresentar essa proposta para a prefeitura exige uma maior articulação dos grupos culturais do Aglomerado a ponto de construir e apresentar uma política cultural específica dos grupos. Isto é, uma proposta de gestão do centro só será aprovada, se for apresentada com uma forte articulação da área cultural da comunidade que sustente a gestão do centro. Essas reuniões vêm sendo coordenadas pelo Criart, comissão dos grupos culturais, responsável por facilitar a articulação entre os mesmos.

Sendo assim, o Festival de Dança e Música e outros eventos que vêm sendo realizados com a efetiva participação dos grupos culturais na organização dos mesmos como feiras de cultura, ensaios abertos e mostras de artesanato estão sendo concebidos como meio (e não como fim) de articulação e integração dos grupos culturais. Debates sobre o que é fazer cultura na periferia também vêm sendo realizados e coordenados pelo Criart.

Esse é mais um resultado que aponta para a autonomia e protagonismo dos jovens do Aglomerado da Serra.

O protagonismo juvenil – jovens multiplicadores

O protagonismo juvenil é um dos princípios básicos no trabalho das oficinas da intervenção. Formar jovens críticos, ativos, conscientes da sua realidade e do contexto em que vivem, criativos e capazes de trabalhar de forma coletiva promovendo a participação é nosso objetivo no ECE. Assim, nas diversas atividades de arte, cultura, esporte, lazer e multimídia estamos procurando destacar aqueles jovens que respondem de forma mais direta ao “convite” do protagonismo. Ao destacar esses jovens, de forma alguma pretendemos trabalhar com valores como a meritocracia, por exemplo. Nosso objetivo é formar jovens que possam ser multiplicadores das ações do projeto, isto é, multiplicadores de protagonismo, participação, criatividade, liderança, etc., para que eles mesmos possam mobilizar e chamar outros jovens. Em outras palavras, o próprio adolescente pode sensibilizar outro jovem para incluí-lo na discussão sobre os direitos, sobre os problemas da comunidade, sobre as formas de ação possíveis da juventude no mundo contemporâneo. Jovens falando a mesma linguagem, jovens que compartilham um mesmo contexto social, que estão submetidos a situações semelhantes de vulnerabilidade que devem, mais do que nunca, ser sujeitos da sua própria história.

Alguns desses jovens já vêm sendo selecionados e em breve começarão a coordenar atividades do projeto ECE na função de multiplicadores.

Conclusões

A metodologia de intervenção psicossocial, através do método de redes tem possibilitado uma forte mobilização da comunidade na discussão dos direitos da infância e da adolescência. Destacamos o GRL, o Criart e os multiplicadores como resultado das ações do projeto que tem como meta principal promover mudança social com a efetiva participação da comunidade no que se refere à constituição de uma efetiva rede de defesa das crianças e dos jovens.

O método de rede é certamente, um desafio, pois exige dos diversos atores envolvidos uma mudança de paradigma. Um paradigma que concebe a mudança social baseada não mais no individualismo, nem nas ações heróicas, mas em um processo constante de interação entre diversos atores sociais, em ações complementares, baseadas na solidariedade e na horizontalidade. Sabemos que o que se encontra na realidade são diversos conflitos de interesses, antagonismos e muita diversidade de objetivos e projetos. Assim, formar a comunidade para se reunir e construir, de forma ativa, participativa e crítica, o seu próprio caminho, as soluções conjuntas para seus problemas buscando sustentabilidade e lidando constantemente com a diversidade é o nosso desafio. Formar uma comunidade que, ciente da complexidade dos seus problemas que foram sendo instituídos através de um longo e duro processo histórico, compreenda que a mudança também será fruto de um longo processo onde eles deverão continuar reivindicando o seu lugar de sujeitos e não de objetos da história.

É essa a perspectiva que orienta todas as atividades do projeto ECE: desde a oficina de capoeira, as capacitações dos educadores, reuniões com os familiares dos jovens até os eventos culturais e esportivos realizados no dia a dia.

Cabe destacar que, nesse processo todo, é fundamental ter um olhar crítico sobre a comunidade/realidade: um olhar que historiciza, contextualiza, considera as relações de poder, que vê as desigualdades de gênero, raça, etnia e classe e que convida o indivíduo para atuar como sujeito.

Referências bibliográficas

- AFONSO, M. L. *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.
- ARMANI, D. *Como elaborar projetos?* Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.
- BOCK, A. M. *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CASTILHO, W. C. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social*. Belo Horizonte: Vozes: PUC Minas, 2001.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREITAS, M. F. Q. *Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil*. In:

CAMPOS, R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 54-80.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFANCIA. Espaço criança esperança: um projeto de inclusão social. Brasília: UNICEF, Terra, 2003.

LÈVY, A. A mudança, esse obscuro objeto do desejo. In: MATA-MACHADO, M. (Org.). *Psicosociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 121-132.

SHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Educação

- Educação e cultura no Riacho Fundo II

Adriano José Hertzog Vieira Vieira, Mestre em Educação

André Luiz Carvalho, Especialista em Comunicação Social

Elizabeth Aiko Oda, Mestra em Ciências Sociais

Universidade Católica de Brasília – UCB

Resumo

O artigo versa sobre o Projeto Alfabetização e Comunidade Educativa no Riacho Fundo II. Desenvolvido pela Universidade Católica de Brasília desde 2001, tem por objetivo desencadear um processo em que a comunidade, a partir da alfabetização, reconheça seu potencial educativo. A metodologia utilizada parte da construção de textos, a partir das experiências e realidades dos alfabetizandos. Num período posterior, os saberes de cada um são compartilhados a fim de gerar alternativas de autogestão e melhoria da qualidade de vida na comunidade. A partir de atividades de reconhecimento de seu potencial cultural, como o cineclubes aqui apresentado, trabalha-se o resgate e a reconstrução da identidade dos sujeitos e da comunidade. Além dos alunos alfabetizados, foram desenvolvidos cursos de profissionalização básica que gerou emprego para os participantes.

Palavras-chave: educação, cultura, qualidade de vida

Introdução

Há, no pensamento ocidental, uma anteposição entre Cultura e Natureza que embasa a noção de sociedade, civilização e desenvolvimento. Esta concepção atribui à cultura um valor instrumental, com perspectivas tecnológicas, que é tanto mais progressiva quanto mais estiver o ser humano afastado daquilo que o Ocidente forjou como “natureza”. O presente trabalho procura mostrar que cultura é emergência da natureza no ser humano e se tornam integradas quando se vive numa perspectiva de conscientização do próprio viver como qualidade do existir de sujeitos e de uma comunidade.

O Projeto Alfabetização e Comunidade Educativa no Riacho Fundo II é uma iniciativa que nasceu do diálogo entre a comunidade da cidade satélite Riacho Fundo II e a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Católica de Brasília – UCB. Ouvindo as problemáticas da comunidade, a UCB ofereceu uma perspectiva inovadora para contribuir com a melhoria da qualidade de vida do Riacho Fundo II: a criação de uma “Comunidade Educativa”. Tratava-se de construir, com a comunidade, numa metodologia dialógica, a consciência de seu potencial cultural, a apropriação do mesmo como instrumento de capacitação e autogestão em vista da melhoria da qualidade de vida.

Num primeiro momento, apresentamos o projeto no contexto da comunidade. Em seguida, partilhamos com o leitor a reflexão sobre educação e cultura que tem orientado o projeto a partir dos frutos do percurso já realizado. Finalmente, apresentamos aos que lêem este trabalho com a descrição de uma das ações desenvolvidas no projeto, a fim de oferecer elementos que nos permitam verificar a possibilidade de recriação da cultura quando a comunidade é educativa.

Visualizando o início da comunidade educativa

Em 2001, quando teve início o Projeto Alfabetização e Comunidade Educativa, o Riacho Fundo II era uma sub-administração do Riacho Fundo I, composto por famílias, em sua maioria, vindas de ocupações do Distrito Federal como a da Estrutural, Samambaia e SIA – Setor de Indústrias e Abastecimento. Pessoas migrantes dos Estados mais diversos, principalmente do Nordeste. O que a maioria tinha em comum era a situação de pobreza e a esperança de estarem conseguindo ali um lote para construir sua casa.

No início do projeto, a equipe fez contatos com diversos segmentos sociais e políticos do Riacho Fundo II. Dessas articulações, surgiram pessoas interessadas em conhecer a proposta, mas principalmente em procurar descobrir o que poderiam “ganhar” da Universidade. Em uma região administrativa e política que acostumou seus eleitores a serem movidos por assistencialismo e sistema de trocas, nem sempre justas, o fato da Universidade ir a um lugar carente, criava uma curiosidade na população sobre o que poderiam receber. Havia, e ainda há, na população, uma relação de dependência para com governos e instituições, historicamente reforçada, para garantir o poder de comando e o controle de suas administrações.

A proposta do projeto, no entanto, não privilegiava nenhum desses espaços e optou por fazer com que as pessoas que se envolvessem pudessem se tornar sujeitos dessa nova construção. Essa tarefa não foi fácil e nem simples, porque exigiu uma etapa de diálogos para

convencer as pessoas que a UCB não estava ali para dar alguma coisa ou trazer algum donativo para a comunidade. Mas que o trazer algo ou desenvolver algo na comunidade poderia ser consequência do trabalho coletivo ali iniciado. A partir do momento que essa idéia foi conquistando lucidez na mente das pessoas que participavam das reuniões, aqueles que de fato se interessavam pela proposta ficaram e participaram com frequência de um grupo mais restrito e permanente.

Ultrapassada essa primeira etapa, a equipe passou a desenvolver um trabalho de formação de identidade de grupo. O grupo era composto de diversas pessoas, homens e mulheres, jovens e adultos: todos estudantes, desde alfabetizando, ensino fundamental e supletivo do ensino médio. Todos trabalhadores, com origens diferentes, motivações diferenciadas, sonhos distintos, mas com algo essencial em comum: pessoas preocupadas em melhorar suas vidas, e dispostas, para isso, a melhorar o Riacho Fundo II. Pessoas com horizontes amplos de expectativas, com idéias concretas, à espera do encontro com outras pessoas com quem pudessem caminhar juntas. Estava composto o grupo gestor da comunidade educativa.

O terceiro momento foi o de consolidar o grupo gestor e pensar coletivamente o RFII. Mas, para isso, era preciso resgatar os elementos culturais de cada um através da história individual de cada pessoa do grupo e fazer com que isso estivesse presente na construção da cidade. As imagens do RFII em fotografias foram fundamentais para o momento inicial do planejamento participativo do grupo. Esse momento desdobrou-se em outras etapas como a contextualização da realidade local, identificação de problemas, propostas, avaliação. O planejamento resultou em propostas de subprojetos sobre cultura, meio ambiente e profissionalização, além de uma determinação do grupo em conseguir um centro de múltiplas funções, um espaço onde a comunidade pudesse reunir-se e operacionalizar seus objetivos, para desenvolvimento de atividades culturais e educativas.

O final do planejamento aflorou no grupo a necessidade de tornar conhecidas as suas propostas e o projeto. Tornou-se evidente que o grupo gestor tinha a consciência de que a melhoria da qualidade de vida no RFII não dependia da centralização em si mesmo. Nota-se aí uma mudança de concepção política, em que há a necessidade de tornar participativas as decisões e ações, que até o momento estavam sempre vindo de cima para baixo. A melhor forma encontrada para divulgar o projeto foi a de desenvolver algumas atividades que o grupo gestor planeja, promove e realiza. A demora em começar a realizá-las, característica comum de grupos que ainda não têm a experiência de planejar as estratégias de preparação e execução de atividades, enfrentando as demandas de tempo a serem empregadas para esses objetivos, gerou uma certa inquietação no grupo, que estava ansioso para dar início à prática.

No estágio atual, o grupo gestor tem desenvolvido atividades de grande impacto para a comunidade: cineclube, cinema, teatro de bonecos, sempre com excelente participação e interação dos participantes.

Essas ações se traduzem em avanços do grupo gestor como a elevação da auto-estima e busca de melhoria da qualidade de vida, maior participação na comunidade, consciência crítica da sua situação e do projeto; a identificação como grupo, que ressalta o convívio, a troca de idéias, os laços de amizade e a criação de projetos com possibilidades de tornarem-se realidade.

Educação e cultura

A construção de um pensamento autônomo, como alternativa para a melhoria da qualidade de vida de um grupo humano, constitui-se no agregar reflexivo e reformulado do próprio pensamento que se vai historicamente compondo entre sujeito-sujeito, sujeito-comunidade. Daí decorre uma compreensão da ação educativa como recriar a prática tendo um sujeito livre e criador, participante do processo e, por isso, esperançoso. Trata-se da construção, no sentido de fazer-se autor, ou seja, da responsabilidade por fazer-se sujeito inteiro e histórico. E esse é, fundamentalmente, um exercício da consciência histórica.

Sob a óptica do pensamento moderno, a razão passou a dominar como pensamento hegemônico, vendo o humano fundamentalmente como ser racional. Jogado no senso comum, este pensamento tomou o rumo de um individualismo encarcerador e autodefinhador. Encarcerador porque nada do que passa dos limites do racional é considerado humano. Uma supervalorização da razão tornou o humano cativo em apenas uma das dimensões que o constituem. Autodefinhador porque a desconsideração das demais potencialidades humanas coisificou a pessoa. Como consequência, surge uma sociedade fragmentada e um ser humano fragmentado. Uma compreensão absoluta de dominação da noção de autonomia produz o sujeito dono, os bens privados e o capital. Legitima-se a cultura da competição e do capital como referência do existir.

A consciência está relacionada com a abertura da razão para acolher pensamentos que, em determinado momento, não estavam presentes na atividade racional. Brincando com a palavra poderíamos dizer que “consciência” é a ciência com. Ou seja, o pensamento de outrem, que pode estar fora de minha racionalidade, enquanto compreensão mais ampla, e é acolhido como outro pensar, é a ciência de outro que se agrega à minha sem negá-la. Nessa compreensão, a razão passa a ser instrumento da consciência e não o inverso. Daí que, uma proposta metodológica a partir do diálogo, a comunidade, partindo de suas ações e pensamentos que são, a um só tempo, produto e produtoras da consciência, torna-se educativa.

Pensar o sujeito e sua práxis como exercício de uma liberdade real, construída no cotidiano do pensar-agir-criar, tendo a consciência como referência dessa práxis, conduz a pensar a intersubjetividade como consciência histórica coletiva. É proposta de busca que se realiza na própria prática.

Em meio a esta busca incontida, no movimento andarilho e dissociado de nosso tempo, apresentamos a “Comunidade Educativa” como uma das tantas alternativas emergentes para a construção da cultura como exercício da consciência.

Para Ernani Maria Fiori, educador e filósofo brasileiro, cultura e conhecimento são dois movimentos entrelaçados de um mesmo fenômeno de conscientização do ser humano na criação da história e do mundo. A cultura é uma espécie de lugar da consciência, da construção e elaboração do conhecimento. Ambos estão de tal forma vinculados, que um não se dá sem o outro. Por isso, para ele, “cultura significa, originariamente, cultivo da natureza, cultivo dos campos (...). No caso do homem, há também cultivo, cultivo da pessoa, que, desenvolvendo suas virtualidades, afirma-se na linha da personalidade” (FIORI, 1991, p. 19).

O autor concebe o humano numa perspectiva de gerência de si, pela consciência. Por isso usa a expressão “virtualidade”. A expressão traz uma dinâmica da força interna, da virtus. O ser humano é sujeito porque virtuoso. A partir de sua interioridade se faz, se re-cria, fazendo e recriando o mundo. Há uma força interna que o atualiza. Tal virtualidade é desencadeada na relação com os outros, na comunidade. Os moradores do Riacho Fundo II manifestam a consciência da importância da cultura nesta perspectiva, quando afirmam: “A cultura pra mim é como a minha raiz. Assim como uma planta precisa da raiz pra viver, sem cultura eu não vivo” (Moradora participante de uma sessão de cineclube).

A cultura, no humano, é, ao mesmo tempo, expressão de sua interioridade histórica e produção de nova história, em ato. A construção histórica do humano, mesmo que determinada, não é determinante. De outro lado, para Fiori, a natureza humana é fundada na liberdade. Por isso, em última análise, o humano é sujeito porque, mesmo tendo sido marcado por situações que colaborem com uma certa fisionomia que o constitui, é capaz de criar a história.

A educação, a partir daí, se constitui, ao mesmo tempo, como resultado e instrumento da cultura. Nesse sentido, o Projeto Alfabetização e Comunidade Educativa no Riacho Fundo II é gestado de tal forma que “a experiência de aprender é vivenciada como um desejo de embelezamento das pessoas, da comunidade e do meio ambiente” (CUNHA F., 2001, p. 3 – texto digitado). A metodologia desenvolvida é um constante convite para que os integrantes da comunidade assumam suas virtualidades, ensinando o que sabem e aprendendo o que os outros têm para ensinar. Desse modo, apropriam-se do legado cultural e o recriam em vista de alternativas para tornarem-se mais humanos. É este exercício que confirma o que diz Fiori: “O feito só é feito através do fazer (...) e enquanto o feito, no processo cultural, se transmite, transmite-se em vista do fazer, porque, em si mesmo, o feito é algo de morto” (FIORI, 1991, p. 20). É a comunidade que, na ação educativa, vivifica a cultura.

Seguindo esse caminho, podemos afirmar que conhecer e agir são sinônimos. É um posicionamento criador frente ao mundo. Por isso é político: ação na polis. “E a cultura, ao tomar a dimensão da cidade, feição política em sentido amplo, faz-se civilização, a cultura, na perspectiva do civil, da cidade, é civilização” (FIORI, 1991, p. 21). Daí decorre uma concepção de ação cultural como uma das dimensões da política. Por isso, é possível pensar a comunidade educativa como decorrência e criadora da cultura, portanto, inteiramente política. Talvez, por esta consciência, um dos moradores do Riacho Fundo II tenha afirmado “A cultura forma a nação, porque um povo tem que ter cultura”.

É por esta via que a atuação da comunidade educativa não está, jamais, alheia de qualquer outro momento humano. A educação, nesse sentido, é organísmica, porque interage com outros espaços/tempos da comunidade. De tal forma isto é posto, que o ensino nunca é só ensino do fato, mas sempre é novo fato. A pessoa é que, tornando-se sujeito na intersubjetividade, cria e re-cria a cultura, o mundo, a humanidade.

Daí que é possível pensar o fazer como processo de sujeitificação. Todo processo de sujeitificação possui um movimento que implica o sujeito enquanto indivíduo, e a intersubjetividade (comunidade). A sujeitificação ocorre nas relações entre os sujeitos. Só nesse movimento

o humano sujeitifica-se, educa-se. Como isso só se dá na comunidade, esta é, necessariamente, educativa. O processo educativo é, portanto, processo cultural. Sendo a cultura produto e possibilidade do fazer na intersubjetividade, é fundamental, nos processos educativos a participação de toda a comunidade.

Fiori usa o termo “comunidade” para significar “uma associação que se realiza não de fora para dentro, mas comunhão que surge de dentro para fora, entre os que se unem nas exigências vitais do espírito e da cultura” (FIORI, 1991, p. 23). A comunidade, na intersubjetivação, é capaz de fazer emergir os feitos para re-fazê-los. A ação educativa, nessa perspectiva, constitui-se como problematizadora e, em certa medida, conflitiva. A intersubjetivação faz-se espaço de presentificação dos sujeitos que são distintos entre si. Sendo a comunidade o lugar de presença dos sujeitos diferentes entre si, os pensamentos e os atos criados se tornam problematizadores uns dos outros e convocam a novas elaborações de cada sujeito e da comunidade. Cada sujeito, participante do processo educativo, ao perceber-se educador e educando, “existencia seu pensamento numa pedagogia em que o esforço totalizador da práxis humana busca, na interioridade desta, retotalizar-se como ‘prática da liberdade’” (FIORI, 1991, p. 52). A prática da liberdade na ação educativa supõe a consideração das biografias dos sujeitos envolvidos, seus desejos, suas dimensões e potencialidades. Por isso o sujeito existencia-se no fazer. A ação pedagógica, neste caso, não se resume numa técnica, mas se move numa perspectiva da consciência de encontros de existências, por isso não é uma simples prática, mas práxis. E é prática da liberdade por ver no outro um sujeito de virtualidades e ações constantemente perpassadas umas pelas outras. Nesta prática, os sujeitos se aproximam, autorizados pela acolhida uns dos outros e vão tornando-se comunicadores de suas diferenças: “Meu pai conhece um ‘boi’ onde só homem participava. Vão fazendo verso, mulher não participa não. E não era este ritmo aí”.

Essa consideração do já vivido e do já pensado como possibilidade de novos viveres e novos pensares na comunidade encaminha para um conhecimento não dogmático, por isso criador e libertador, por isso esperançoso. E é esse movimento do conhecer que, numa perspectiva da intersubjetividade, vai constantemente re-criando a consciência de sujeito com sujeitos na experiência.

O Projeto Alfabetização e Comunidade Educativa no Riacho Fundo II traz o movimento de uma construção do conhecimento como inter-relação entre os envolvidos no processo de conhecer. Nesse sentido, a experiência e o saber tornam-se o lugar do diálogo, da conversa criadora e re-criadora de novos saberes. Porque trata-se de um processo que não exclui os dados trazidos, mas, ao contrário, re-configura-os numa prática que é existência e, por isso, da consciência que se des-cobre e re-des-cobre continuamente como criadora da história. Daí que a metodologia desenvolvida no projeto concebe a alfabetização como ato de “aprender a ler e escrever para tornar-se capaz de compreender o mundo para além de suas manifestações imediatas” (CUNHA F., 2002, p. 3 – digitado). É processo de alfabetização que se abre para a vida como experiência que passa a ser grafada, bio-grafada, passa a ser história e faz-se cultura. Por isso, o ato de ler o mundo e escrevê-lo é fundamentalmente um ato de humanização, porque implica, sobretudo, uma consciência de sujeito naquele que lê e escreve o mundo. Para Fiori: “Talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida, como

autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se” (FIORI, 1991, p. 53).

Nesse sentido, é possível arriscar a afirmação de que a alfabetização deixa de ser um momento de aprender a decodificar alguns símbolos e passa a ser um modo de posicionar-se frente ao mundo no cotidiano. Relativizando, assim, uma abordagem cronológica do momento de alfabetização e tornando a leitura do mundo uma atitude constante do sujeito que, em lendo e escrevendo o mundo, vai sujeitificando-se.

A construção da educação e da cultura pelo olhar sobre as imagens

Uma das estratégias de mobilização da comunidade e de construção do saber local que vêm sendo realizadas recentemente no Riacho Fundo II é o cineclube. Constituído como um espaço itinerante de exibição e discussão de documentários brasileiros de curta (até 15 min.) e média (de 16 a 50 min.) metragem, com uma frequência mensal, o cineclube nasce de uma necessidade dos jovens do Riacho Fundo II que integram o grupo gestor do projeto. A sua origem encontra-se em uma oficina de vídeo comunitário, Oficina de Imagem Popular, realizada na Universidade Católica de Brasília, de 01 de julho a 02 de agosto de 2002. Essa atividade fora proposta por uma empresa privada, a Karibu Cinema, e viabilizada pela Pró-Reitoria de Extensão da UCB.

Durante um mês e um dia, jovens com idade entre doze e vinte anos, de quatro localidades do Distrito Federal (Riacho Fundo II, Areal, Taguatinga e Ceilândia), participaram de uma oficina de produção de vídeo, dividida em três etapas: sensibilização e introdução à linguagem audiovisual, desenvolvimento de roteiro e noções técnicas, produção e finalização dos documentários. O resultado foi a elaboração de quatro vídeos pelos vinte e quatro participantes da atividade — “Parque do Areal”, “Retratos não Registrados”, “Albergue de Imigrantes” e “Cidade dos Cavalos” —, sob a supervisão de cinco oficinairos e quatro monitores. Dentre os vídeos produzidos, o “Cidade dos Cavalos”, que trata de uma área invadida por carroceiros no Riacho Fundo II, acabou selecionado por diversos festivais regionais e nacionais de vídeos universitários e para o XXXV Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

Terminada a Oficina de Imagem Popular, surge então a proposta de continuidade de um espaço permanente de exibição de vídeos no Riacho Fundo II. O cineclube acontece, portanto, em consequência de uma ação democratizadora do acesso à linguagem audiovisual como forma de expressão, capaz de abrir uma perspectiva de disseminação de um saber experimentado, que agora é compartilhado entre esses jovens e a comunidade. E, nesse sentido, vale ressaltar a importância de se estar iniciando um trabalho de “alfabetização visual”, defendido por Dondis como “algo além do simples enxergar, como algo além da simples criação de mensagens visuais. O alfabetismo visual implica a compreensão e meios de ver e compartilhar o significado a um certo nível de universalidade” (DONDIS, 1991, p. 227).

Abre-se uma perspectiva permanente de leitura crítica e política da imagem técnica (fotografia, cinema e vídeo), com uma expectativa de explicitar sua estrutura interna, discutir sua sintaxe, analisar seus artifícios e verificar suas potencialidades. Essa orientação começa a

despertar novos interesses à medida que a comunidade percebe na imagem uma maneira de identificar, valorizar e reconstruir sua cultura: em um dos encontros do grupo gestor, uma moradora do Riacho Fundo II sugere a realização de uma oficina de produção fotográfica, justificando seu interesse em elaborar suas próprias fotografias e seu descontentamento em apenas ser fotografada pelos professores e estagiários da UCB, como mero registro das reuniões. Estabelece a importância de se constituir também sujeito e não somente objeto da história do grupo gestor. Quer assumir o fazer, colocar-se atrás da câmera, recortar a realidade segundo seu olhar próprio, subjetivo e criador. E aí vale lembrar Debray: “Olhar não é receber, mas colocar em ordem o visível, organizar o seu sentido do olhar, assim como o escrito na leitura” (DEBRAY, 1993, p. 91). Em outras palavras, podemos dizer que a comunidade do Riacho Fundo II manifesta o desejo de escrever com a imagem.

Além de uma proposta de alfabetização visual e de formação de público para o documentário independente — cuja temática encontra-se muitas vezes voltada para a realidade brasileira, mas, no entanto, não encontra espaço no circuito comercial da TV aberta e do cinema —, o cineclubes constitui-se em um território promissor de re-elaboração das percepções de mundo e, portanto, de produção de conhecimento. Segundo Vilém Flusser, “o caráter aparentemente não simbólico, objetivo, das imagens técnicas faz com que seu observador as olhe como se fossem janelas, e não imagens. O observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos. Quando critica as imagens técnicas (se é que as critica), não o faz enquanto imagens, mas enquanto visões do mundo” (FLUSSER, 2002, p. 14). Quando falamos de um vídeo, na maioria das vezes nos referimos mais diretamente à sua história do que à sua forma.

Nesse sentido, o documentário audiovisual apresenta uma forte ligação com o seu referente, ou seja, com um determinado contexto que, por ter existido, pôde ser gravado e transformado em vídeo. A imagem técnica pressupõe a existência de uma realidade anterior a ela, a partir da qual foi elaborada, sua origem, sua matéria-prima. E a certeza da existência desse referente no tempo passado, algumas vezes distante, representa um terreno privilegiado para a reflexão do contexto que se está vivendo no presente e, portanto, próximo.

O documentário restringe-se a um dado recorte no tempo e no espaço, tem começo, meio e fim, limites que não esgotam a totalidade do assunto tratado. E como qualquer forma de expressão, apresenta uma série de lacunas de significação a serem preenchidas pelos seus leitores. Atua, desse modo, como “um relê, que aciona nossa imaginação para dentro de um mundo representado (tangível ou intangível), fixo na sua condição documental, porém moldável de acordo com nossas imagens mentais, nossas fantasias e ambições, nossos conhecimentos e ansiedades, nossas realidades e nossas ficções” (KOSSOY, 1999, p. 46). Ao término da exibição do cineclubes, o audiovisual passa a representar tão somente o ponto de partida para a construção de uma série de teias de significados, construídos por cada leitor/ator/sujeito, tendo como eixo um tema único (a estória narrada), mas dentro da subjetividade de filtros culturais, religiosos, sociais, políticos, morais dos moradores do Riacho Fundo II. Assim, está garantido o diálogo, respeitando-se as diferenças de visões das partes (sujeitos), na busca de um entendimento mais abrangente da totalidade (intersubjetividade).

As sessões do cineclube são realizadas sempre aos sábados, por volta das 19 horas, em locais distintos da cidade, como escolas e galpão comunitário. A intenção desta organização itinerante é garantir o acesso às diferentes localidades do Riacho Fundo II. Segundo os membros do grupo gestor, por se tratar de uma cidade-dormitório — o que inviabilizaria exhibições em horários comerciais e durante a semana — essa é a hora mais apropriada para reunir a comunidade, que, na partilha de suas impressões, opiniões e vivências a partir do documentário, torna-se mais educativa. Antes das sessões, os vídeos são apresentados e discutidos pelo grupo gestor. A divulgação é feita nas proximidades do local onde ocorrerá o evento, e o público não deve ultrapassar cinquenta pessoas, na tentativa de assegurar um diálogo mais produtivo e com a maior participação dos presentes. Essa estratégia tem garantido uma heterogeneidade dos presentes, sem a predominância de alguma faixa etária ou gênero específicos. As exhibições costumam levar, no máximo, quarenta minutos, para não cansar os espectadores, e os debates, de quarenta minutos a uma hora.

À guisa de conclusão

O Projeto Alfabetização e Comunidade Educativa no Riacho Fundo II articula uma noção de relação entre cultura e natureza no ser humano de tal modo que ambas estão imbricadas no compromisso pela construção do mundo. A noção de conhecimento é, assim, existencial, na medida em que a ação não é simples ação, mas expressão do sujeito, existencialização. Por isso a prática metodológica desenvolvida no projeto não é uma ação isolada, mas dialogada na intersubjetividade. Ação composta de fazer-ser de quem, em fazendo, existencia-se. O ato de conhecer, portanto, é ato criador de alternativas que efetivem a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Referências bibliográficas

- CUNHA F. J. L. da. *Algumas notas para o Projeto Comunidade Educativa*. Brasília: UCB/PROEx/DPE/PCE, 2001. (Mimeografado).
- DEBRAY, R. *Morte e vida da imagem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- DONDIS, D. A. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FIORI, E. M. *Educação e política*. Porto Alegre: L&PM, 1991. (Textos escolhidos; 2).
- _____. *Metafísica e história*. Porto Alegre: L&PM, 1987. (Textos escolhidos; 1).
- FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- KOSSOY, B. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

- **Comunidades de aprendizagem**

Roseli Rodrigues de Mello, Professora Doutora. Pós-doutorada em Sociologia e em Educação, Centro de Investigação Social e Educativa – Crea, Universidade de Barcelona

Paulo Eduardo Gomes Bento, Professor Doutor em Engenharia de Produção

Fabiana Marini, Doutoranda em Educação

Eglen Silvia Pípi Rodrigues, Mestre em Educação

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Resumo

O projeto de extensão “Comunidades de Aprendizagem” é um dos projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa – Niase, da Universidade Federal de São Carlos. Uma Comunidade de Aprendizagem implica uma transformação social e cultural na escola e no seu entorno, envolvendo mudança de hábitos e atitudes das famílias, dos profissionais da educação (incluindo professores e professoras), de alunos e alunas e de toda a comunidade, a fim de construir uma escola onde todas as pessoas aprendam. O objetivo do projeto é auxiliar escolas de educação infantil, fundamental, média e de adultos a realizarem tal transformação, apoiando e animando a participação de todos os agentes educativos, por meio de diálogo igualitário, em busca de construção de consensos. A metodologia do projeto envolve duas grandes etapas: o processo de ingresso no projeto e o processo de sua consolidação. O Niase conduz e apoia as diferentes fases no decorrer do desenvolvimento do projeto. Os resultados dizem respeito à democratização da escola e do conhecimento: participação e abertura da escola levam a um esforço coordenado para aprendizagem máxima de alunado e familiares. O projeto está sendo desenvolvido em uma escola da rede municipal de São Carlos/SP (Escola Municipal de Ensino Básico “Antônio Stella Moruzzi”), desde 2003.

Palavras-chave: comunidades de aprendizagem, aprendizagem dialógica, democratização da escola

Introdução e objetivos

O projeto de extensão “Comunidades de Aprendizagem” é um dos projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa – Niase, da Universidade Federal de São Carlos. Tal Núcleo é composto por pessoas de diferentes áreas de conhecimento (professores universitários, alunas e alunos de doutorado, de mestrado e de graduação da Universidade Federal de São Carlos e de outras instituições).

O Niase foi criado a partir e com base em estudos realizados junto ao Centro de Investigação Social e Educativa – Crea, da Universidade de Barcelona/ Espanha (MELLO, 2002). No Niase, são desenvolvidas ações de pesquisa, ensino e extensão, considerando-se diferentes práticas sociais e educativas, com vistas a contribuir para a superação de exclusão social, cultural e educacional.

Diante dos desafios da Nova Modernidade (Sociedade da Informação, multiculturalismo, reflexividade e novas exclusões), o Niase busca identificar fatores transformadores e fatores excludores que ocorrem em diferentes espaços (investigação) e coopera com os grupos que produzem as práticas, para potencializar aspectos transformadores e transformar os excludores (extensão).

Na extensão universitária, as ações do Niase se dão por meio do Programa de Extensão “Democratização do conhecimento e do acesso à escolarização”. O projeto Comunidades de Aprendizagem é um dos projetos desenvolvidos pelo Niase, em tal programa de extensão e na linha de pesquisa “aprendizagem dialógica e ações comunicativas”, do diretório de grupo do CNPq.

As ações do Niase pressupõem as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas e as novas necessidades formativas para lhes fazer frente.

Os últimos anos do século XX e primeiros do século XXI têm trazido transformações nas relações internas e externas, nos e entre os diferentes países quanto ao trabalho e às relações e comércio, bem como nas ações de instituições e dos sujeitos no mundo da vida. Tais transformações têm caracterizado a Sociedade da Informação, globalizada, descrita por autores da Sociologia como uma sociedade organizada em torno do acesso, da seleção e do processamento de informação. A capacidade de transformar informação em conhecimento é um desafio a enfrentar para se superar, ou se evitar, a exclusão social a que muitos grupos estão submetidos no Brasil.

Flecha, Gómez & Puigvert (2001), comparando a sociedade industrial com a Sociedade da Informação que a sucedeu, afirmam: “... na primeira, a chave está nos recursos materiais e, na segunda, nos recursos humanos e, em concreto, na seleção e no processamento da informação priorizada. Essa seleção e processamento se levam a cabo com reflexões humanas frequentemente auxiliadas por tecnologias que se realizam na comunicação com outras pessoas. Conseqüentemente, as teorias sociológicas atuais dão um grande papel à reflexividade (Beck) e à comunicação (Habermas)” (p. 86).

Mesmo considerando muitas dificuldades, o Brasil está inserido na Sociedade da Informação, sofrendo e produzindo exclusões, mas também criando alternativas que implicam solidariedade e comunicação, características e necessidades do contexto global. Há de se potencializar e de se ampliar alternativas pautadas nos princípios da solidariedade e da comunicação para a busca de uma Sociedade da Informação para todos.

Neste contexto, apresenta-se à educação, no Brasil, a necessidade de, como diz Gusmão (1999), formar para se reconhecer as diferenças e transformá-las em matéria prima de compreensão e solidariedade. Para tanto, faz-se fundamental a disposição para o diálogo entre os profissionais da escola e a comunidade que a frequenta na construção de uma escola de qualidade para todos (MELLO, 2003).

Vale aqui lembrar o que ensina Freire (2001) sobre o diálogo para a transformação: a relação dialógica implica num falar com, e não num falar por ou num falar para, pois não se trata da conquista de uma pessoa por outra; senão que é uma conquista do mundo pelos sujeitos dialógicos.

Baseada na obra de Paulo Freire, Gasparello (2002) resgata a necessidade de esforço de democratizar o poder pedagógico e educativo como um dos elementos centrais do processo de democratização da escola brasileira. Indica que, para Freire, a democratização do poder de participação e decisão, a toda a comunidade escolar, significa a defesa de uma democracia radical, na qual a população tem de estar presente na história e não simplesmente estar nela representada.

Frente a este contexto e às aspirações de democratização da Sociedade da Informação, a escola pode assumir papel fundamental, enquanto espaço público, solidário e comunicativo. O projeto Comunidades de Aprendizagem apresenta-se neste contexto como uma alternativa.

Centro precursor das Comunidades de Aprendizagem na Espanha — na sua vertente original —, o Centro de Investigação Social e Educativa – Crea, da Universidade de Barcelona, atua hoje junto a escolas da Catalunha, de Aragão e do País Basco, no sentido de incentivar, apoiar e compartilhar sua transformação para relações democráticas na construção de educação de qualidade para todos e de diálogo mais igualitário entre os sujeitos (MELLO, 2003).

Referindo-se ao trabalho desenvolvido pelo Crea, Valls (2000) explica que uma Comunidade de Aprendizagem implica uma transformação social e cultural na escola e no entorno porque envolve mudança de hábitos e atitudes das famílias, profissionais da educação (incluindo-se professores e professoras), alunos e alunas e de toda a comunidade em torno da idéia de construir uma escola onde todas as pessoas aprendam.

Na escola, tal transformação envolve a participação de todos os agentes educativos, por meio de diálogo igualitário, em busca de construção de consensos. O importante é que o diálogo busque as formas de superar os obstáculos à aprendizagem.

Promover mudanças sociais e culturais no entorno no qual se insere a escola e nas suas relações com a instituição é, igualmente, de fundamental importância, já que no contexto atual a aprendizagem não depende apenas do que se passa em aula, mas está conectada ao que ocorre em casa, na rua, ao que veiculam os meios de comunicação. Informação e formação advêm de diferentes locais, fazendo desaparecer as fronteiras entre o interior e o exterior da escola, que deixa de existir enquanto espaço fechado.

Participação, centralidade da aprendizagem, expectativas positivas e progresso permanente fazem parte da orientação pedagógica do projeto. Valls (ibid.) explica que não se trata de orientações de uma didática concreta, mas mais de bases gerais para se conseguir a igualdade de resultados educativos entre crianças e entre jovens, para que ninguém seja excluído da Sociedade da Informação, na qual a principal exigência é a seleção e o uso da informação, para além do acesso a ela.

A concretização dessa orientação se dá no decorrer do desenvolvimento do projeto (MELLO, 2002). A transformação de uma escola em uma Comunidade de Aprendizagem envolve duas grandes etapas: o processo de ingresso no projeto e o processo de sua consolidação.

Na formulação do projeto de extensão, constam como objetivos a serem atingidos pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase), junto a escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e/ou escola de educação de pessoas adultas (entendida como modalidade anterior ao ingresso na universidade):

- conduzir e apoiar a implementação de mudanças sociais e culturais na vida da escola: estabelecimento de participação ampla dos profissionais da escola, dos familiares, da comunidade de entorno e dos estudantes - democracia deliberativa;
- conduzir e apoiar a implementação de ações educativas que diversifiquem e intensifiquem as fontes de acesso ao conhecimento na escola;
- conduzir e apoiar a conexão entre escola e bairro, como espaços educativos;
- conduzir e apoiar a abertura da escola como espaço educativo para familiares e entorno;
- conduzir e apoiar a formação de professores e professoras para assumirem com os familiares o protagonismo de suas práticas educativas, a articulação entre elas e a gestão do projeto.

Metodologia do projeto “Comunidades de Aprendizagem”

A transformação de uma escola em uma Comunidade de Aprendizagem envolve duas grandes etapas: o processo de ingresso no projeto e o processo de sua consolidação. O Niase conduz e apoia as diferentes fases no decorrer do desenvolvimento do projeto.

O ingresso no projeto implica as fases de sensibilização, de tomada de decisão, de sonho, de seleção de prioridades e de planejamento. A etapa de consolidação envolve investigação, formação e avaliação.

Estabelecidos, com a direção, acordos sobre a difusão do projeto aos agentes educativos da escola (professorado, familiares, colaboradores, técnicos), tem início a primeira fase: a sensibilização.

Esta fase é inicialmente realizada com os profissionais da escola (podendo e sendo desejável que pessoas da comunidade e familiares também já estejam presentes). Neste momento, discutem-se características da sociedade atual, necessidades de formação para o novo contexto, a estrutura do projeto e os compromissos a serem assumidos, bem como os antecedentes do projeto.

Quanto à interferência na metodologia de trabalho dos/as professores/as, não se trata de projeto que vise a interferir na metodologia de trabalho das/os profissionais — na Espanha, há escolas com ensino mais transmissivo e outras com ensino mais inovador que pertencem ao projeto de Comunidade de Aprendizagem —; o que interessa é abrir a escola para outras pessoas e potencializar a aprendizagem de todo o alunado (MELLO, 2003).

Quanto ao envolvimento de professores e professoras de uma escola no projeto, a decisão a ser tomada é se todos concordam com a transformação da unidade numa Comunidade de Aprendizagem. O envolvimento de cada pessoa pode ser diferente, de acordo com sua disponibilidade e vontade. A participação é algo que tem de ser vontade e não imposição.

O projeto incentiva a participação de voluntariado em diferentes espaços e interações da escola, para potencializar a aprendizagem do alunado. Pessoas voluntárias podem participar na biblioteca tutorada (atendendo alunado e familiares para desenvolver leitura, tarefas, pesquisas, etc.), em grupos interativos (forma de organização da aula, na qual a turma é dividida em pequenos grupos e cada um, acompanhado por um adulto, que recebe orientações da/o professor/a da classe — especialista responsável), na formação de familiares e em atividades complementares.

O papel do voluntariado é estimular a concentração e a troca entre os alunos no trabalho, e atuar como pessoas diversas em sala de aula e na escola. Têm de assumir compromisso por meio de contratos, para não interromper a participação, evitando-se o “turismo social”.

Após a sensibilização da equipe escolar, ela deve decidir se estará ou não inserida no projeto de Comunidade de Aprendizagem. A maioria tem de ser favorável. Em sendo aprovado, passa-se à sensibilização de familiares e outros agentes da comunidade.

Sobre a sensibilização destes agentes educacionais, é importante destacar que sua organização envolve comunidades de bairro, organizações das minorias étnicas e outros organismos presentes na comunidade local (igrejas, grêmios, etc.). Além de fazer da escola, já de início, espaço de todos, é importante considerar interlocutores que já estabelecem, com os coletivos, diálogo mais igualitário, no enfrentamento dos obstáculos historicamente construídos para a participação popular, com base em exclusão social e exclusão cultural, que acabam por produzir a auto-exclusão. Caso a comunidade também aprove o ingresso da escola no projeto, passa-se, então, a uma nova fase: a fase de sonho.

A fase do sonho envolve um diálogo aberto e igualitário entre o Niase, a equipe escolar, familiares, crianças e representantes da comunidade, sobre a escola que todos desejam. Há sonhos que podem ser efetivados muito rapidamente.

A fase de sonho é seguida pela de priorização, que envolve o trabalho de organização dos sonhos, por temática e por consecução. A comissão composta na fase de sonhos se reunirá com membros do Niase para conhecer a realidade e os meios com os quais contam no momento, analisando-os e estabelecendo-se as prioridades. A comunidade analisa a realidade da escola e do entorno, a partir de informação quantitativa e qualitativa, referências sobre o professorado e o alunado, informação da comunidade e culturas dos/as estudantes e suas famílias, práticas pedagógicas, potencialidades da escola, recursos, participação dos familiares, fracasso escolar, etc. (MELLO, 2002).

Priorizam-se, então, as mudanças a fazer e busca-se a flexibilização do centro e da administração, por exemplo, para a ampliação dos horários e a oferta de formação do centro (com voluntariado em informática, reforço, etc.). É feito um plano de ação, apresentado ao coletivo e desenvolvido por comissões mistas (compostas por profissionais da escola, familiares, alunado, voluntários e Niase). Chega-se, então, à etapa de consolidação do projeto.

Nesta nova etapa, os processos de investigação, formação e avaliação serão constantes. Compõe-se uma comissão gestora (com a direção, a coordenação, representante do âmbito de vinculação da escola ao poder público, familiares, associações, Niase).

No processo de investigação, as comissões de prioridades exploram as possibilidades concretas de mudar e organizar sua prática. Dois aspectos são os mais importantes: aprofundamento das estruturas comunicativas de gestão e aplicação pedagógica da aprendizagem dialógica (Crea, 2000, p. 105).

A formação transforma-se em necessidade para um processo de mudança como o promovido pelo projeto de Comunidades de Aprendizagem. Os processos de formação devem ser coordenados pela comissão gestora ou por uma comissão de formação que programe

atividades de formação para a comissão de prioridades, como por exemplo, professorado e famílias (MELLO, 2002).

Sobre a avaliação, vale destacar que ela é entendida como uma avaliação permanente da realização do processo para tomar as decisões que o melhorem e da qual participam todas as pessoas implicadas (CREA, 2000, p. 106).

Na consolidação, os processos de investigação, formação e avaliação são constantes.

Na direção de construção de condições para estabelecimento do falar com, ou seja, do diálogo, o conceito de aprendizagem dialógica é central no projeto de Comunidades de Aprendizagem, ambos desenvolvidos pelo Crea (ver FLECHA, 1997; MELLO 2002 e MELLO 2003).

Tal conceito é composto por princípios que se articulam nas formulações teóricas para permitir descrever o que, na prática, se dá como uma unidade. Diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental, criação de sentido, solidariedade e igualdade de diferenças são estes princípios.

O diálogo igualitário supõe que as falas e proposições de cada participante serão tomadas por seus argumentos e não pelas posições que ocupam (idade, profissão, sexo, classe social, grau de escolaridade, etc.). Isto significa que o poder está na argumentação, entendida como apresentação de razões com pretensões de validade.

Para que a aprendizagem dialógica se estabeleça, há de se utilizar as habilidades comunicativas nos entornos familiares, escolares, de tempo livre, da comunidade, participando de maneira crítica e reflexiva na sociedade. Assim, outro conceito surge: o de inteligência cultural.

Ao compartilhar diferentes pontos de vista e maneiras de analisar e resolver as situações, por meio do diálogo guiado pela validade dos argumentos, necessariamente estabelece-se um processo de mudança com duas orientações comunicáveis: uma transformação interna em cada participante, e a transformação externa buscada em benefício de todos.

Neste processo de transformação, o acesso ao conhecimento instrumental é uma necessidade para a vida na sociedade da informação e a transformação do entorno. Fala-se da dimensão instrumental da aprendizagem dialógica.

Diante das múltiplas possibilidades de escolha de como viver, é difícil ter-se um único projeto para todos os coletivos ou pessoas, sendo igualmente difícil para a escola saber que valores afirmar. Assim, propor, por meio da aprendizagem dialógica, a criação de sentido pelas pessoas e pelo grupo, no diálogo igualitário, em que cada pessoa pode examinar as possibilidades, refletir criticamente sobre elas e fazer suas escolhas, torna-se fundamental.

A solidariedade transforma-se, dessa maneira, num elemento da aprendizagem dialógica, desde a interação pessoa-a-pessoa, como de pessoas com a solidarização com os grupos em situação de exclusão social.

Por meio da aprendizagem dialógica, cada pessoa constrói novas compreensões sobre a vida e o mundo e reflete sobre a sua cultura e sobre as demais, podendo escolher com maior liberdade sua maneira de viver e se relacionar, bem como desenvolver o senso de que este processo ocorre com outras pessoas, criando-se respeito aos diferentes modos de vida, ou seja, a igualdade de diferenças ou como define Freire (2001), a unidade na diversidade.

Completa-se, assim, o ciclo de desenvolvimento de condução da própria vida e de participação na construção de um mundo melhor para todas as pessoas.

Ao se propor que, por meio da inteligência cultural, cada pessoa participa do diálogo igualitário, dando suas contribuições para a transformação do centro educativo e de seu entorno, para que todos tenham acesso ao conhecimento instrumental, criando novos sentidos para a vida de cada um/a e de todos/as, num processo de construção solidária de alternativas, em benefício dos grupos e pessoas que sofrem exclusão social, busca-se o igual direito que temos de escolher um modo de vida e, portanto, assumir nossas diferenças.

A aprendizagem dialógica se apresenta como recurso tanto para o trabalho em sala de aula, como para as relações de organização e funcionamento da escola para garantir a aprendizagem máxima, para todos os estudantes e participantes. O projeto de Comunidades de Aprendizagem efetiva a aprendizagem dialógica, oferecendo, portanto, elementos importantes para a construção de alternativas de relações mais dialógicas entre escolas de periferia urbana do Brasil, familiares e estudantes.

O processo leva, em média, dois anos com acompanhamento da equipe do Niase. Após este tempo, o Núcleo transforma-se num interlocutor presente.

Na Espanha, sob coordenação do Crea, mais de vinte escolas já se transformaram em Comunidades de Aprendizagem. A mais antiga, é uma Comunidade de Aprendizagem há nove anos. Os resultados dizem respeito à democratização da escola e do conhecimento: participação e abertura da escola levam a um esforço coordenado para aprendizagem máxima de alunado e familiares.

Resultados no Brasil e discussão

A primeira cidade a ter acesso à divulgação do projeto de Comunidade de Aprendizagem, no Brasil, foi São Carlos, localizada no estado de São Paulo, onde está a Universidade Federal de São Carlos.

Em março de 2003, o Niase fez a divulgação do projeto junto às escolas municipais de São Carlos, para diretoras do ensino fundamental, e estabeleceu um acordo de parceria com a Secretaria Municipal de Educação. De abril a novembro de 2003, a pedido da direção, o Niase apresentou o projeto para professorado, familiares e alunado da Escola Municipal de Ensino Básico “Antônio Stella Moruzzi”.

Tendo tal coletivo escolhido transformar a escola em uma Comunidade de Aprendizagem, desde o início de 2004 estamos fazendo sua implantação. Atualmente estamos na fase do planejamento. Já estão em funcionamento a biblioteca tutorada, aberta duas noites por semana; um projeto de inclusão digital que atende crianças, familiares e pessoas da comunidade de entorno, e há grupos interativos em oito turmas. Tais atividades têm sido geridas por comissões mistas (mães, irmãos, alunas e alunos, professoras, bibliotecária, alunas de Pedagogia da UFSCar, pessoas do bairro e membros do Niase).

Em artigo escrito conjuntamente por membros do Niase, voluntárias e bibliotecária da escola, sobre a biblioteca tutorada (FRANCO et al., 2004), explica-se que se tem por objetivo

permitir diversas interações entre alunos, pais, voluntários e funcionários, a partir das quais a capacidade de cada pessoa é valorizada, respeitada e potencializada na interação. No período de atendimento da noite, os horários de funcionamento da Biblioteca coincidem com aqueles das aulas de informática destinadas às pessoas da comunidade, justamente para que os adultos que participam desse trabalho possam deixar suas crianças na Biblioteca durante suas aulas. São atendidas nesse horário uma média de 25 crianças e 5 adultos, que vão para a biblioteca; ali fazem suas tarefas, leitura ou pesquisa. Além disso, o projeto também foi estendido para os horários de almoço, das 12h às 13h, buscando auxiliar os alunos da zona rural que não têm transporte para vir à escola no período contrário à aula. Nesse momento, a Biblioteca fica a serviço dos alunos por apenas uma hora, pois esse é o tempo disponível das crianças antes de almoçarem e irem para as salas de aula. As autoras indicam que a aprendizagem das crianças e das pessoas adultas é notável e também sua mudança de comportamento. Por fim, apontam que, para elas, bibliotecária, membros do Niase e voluntárias, é também oportunidade de aprender: “Ampliamos nosso conhecimento a respeito de conteúdos instrumentais para que as atividades possam ser mais bem aproveitadas. Pesquisamos nossas dúvidas e procuramos respostas para as nossas perguntas. Refletimos sobre o que fizemos e foi válido e sobre aquilo que não deu certo, sempre procurando melhorar o ambiente e favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem de todos entre todos” (p. 8).

Nesta e nas demais atividades, percebe-se grande envolvimento de familiares e pessoas do bairro nas atividades e grande disposição dos profissionais da escola em viver e construir o processo (textos ainda estão sendo produzidos sobre os temas, por voluntariado, professorado e membros do Niase e, por decisão tomada conjuntamente, não serão aqui abordados). Vale destacar a coragem de todas as pessoas que se propuseram a fazer da escola um espaço aberto e dialógico. Quanto a nós, da universidade, estamos aprendendo, com este coletivo, a dialogar igualitariamente e a chegar a consensos a partir de uma mesma finalidade: potencializar os processos educativos de todas as pessoas.

Conclusões

A participação de profissionais da educação, familiares, representantes da comunidade e alunado se dá desde a fase de apresentação do projeto de Comunidades de Aprendizagem e permeia todas as fases de seu desenvolvimento.

A centralidade da aprendizagem pressupõe, de um lado, a busca de alternativas para a estrutura tradicional de atendimento aos estudantes, para que eles estejam, o máximo de tempo possível, em atividade formativa e, por outro, a formação dos familiares. Para tanto, professores e professoras unem-se a voluntários e voluntárias, rompendo estruturas de idade e de grupo (de formação, por exemplo).

Expectativas positivas permeiam as relações entre Niase e profissionais da escola, da escola com familiares, e de todos os que se envolvem no projeto com relação à aprendizagem das crianças, jovens e adultos. Cria-se uma corrente de apoio e animação.

Referências bibliográficas

CENTRE DE RECERCA SOCIAL I EDUCATIVA – Crea. *Comunitats d'aprenentatge*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2000.

FLECHA, R. *Compartiendo palabras*. Barcelona: Paidós, 1997.

FLECHA, R.; GÓMEZ, J.; PUIGVERT, L. *Teoría sociológica contemporánea*. Barcelona: Paidós, 2001.

FRANCO, I. et al. *Biblioteca tutorada*: democratização do conhecimento e da informação em comunidades de aprendizagem. São Carlos: 2004. (Mimeografado).

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 30.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GASPARELLO, V. M. *A pedagogia da democracia de Paulo Freire*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/vaniamedeirosgasparellot05.rtf>>. Acesso em: fev. 2003.

GUSMÃO, N. M. M. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. *Cadernos de Pesquisa*, n. 107, p. 41-78, jul. 1999.

MELLO, R. R. de. *Comunidades de aprendizagem*: contribuições para a construção de alternativas para uma relação mais dialógica entre a escola e grupos de periferia urbana. 2002. Relatório (Pós Doutorado) – Centro de Investigação Social e Educativa – Crea, FAPESP, Barcelona.

_____. _____.: democratizando relações entre escola e comunidade. In: 26ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Poços de Caldas, 2003. *Anais*. Poços de Caldas: GT Movimentos Sociais e Educação, ANPED, 2003.

VALLS, M. R. *Comunidades de aprendizaje*: una práctica educativa de aprendizaje dialógico para la sociedad de la información. 2000. Tesis (Doctorado) - Programa de Doctorado, Pedagogía Social y Políticas Sociales, Departamento de Teoría y Historia de la Educación, Universidad de Barcelona.

• Reminiscências: três encontros com a intergeracionalidade

Neusa Batista Eiras, Coordenadora

Bianca Azevedo, Aluna de pós-graduação

Laura Cristina Eiras Coelho Soares, Bolsista de extensão

Luciana Fernandes Paulino, Bolsista PCP

Luciana Vanzan da Silva, Bolsista PCP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Resumo

Este projeto objetiva a promoção de encontros entre as gerações como meio facilitador das trocas intergeracionais e de um espaço de discussão e reflexão sobre conceitos, vivências e experiências de vida. Este trabalho se estrutura a partir da apresentação de três projetos distintos, desenvolvidos em torno da temática reminiscências e intergeracionalidade. Cada projeto possui sua própria metodologia de desenvolvimento, contendo, no entanto, objetivos comuns que, para serem alcançados, requerem a utilização de algumas técnicas semelhantes, como é o caso da estruturação do trabalho em grupos, a utilização de dinâmicas como motivadoras da discussão, o uso de recursos audiovisuais e recursos sensoriais. Obtivemos como resultados, a reunião de dados para publicação de artigos em revistas especializadas, de um tópico tão inexplorado que é o papel da intergeracionalidade nas relações sociais do mundo atual que conta com um número cada vez maior de idosos. A prática de dinâmicas e de reminiscências trouxe a sensibilização para questões intergeracionais, promovendo maior qualidade de vida de todos os envolvidos, garantindo reflexão através do questionamento acerca do envelhecimento e do valor de nossas histórias, lembranças e interpretações do ambiente que nos cerca e atravessa.

Palavras-chave: reminiscências, intergeracionalidade, envelhecimento

Introdução

O presente trabalho constitui-se de experiências desenvolvidas pelo Programa Intergera – Programa de Estudos, Eventos e Pesquisas Intergeracionais, de extensão universitária, cadastrado no Depext – Departamento de Extensão/UERJ que tem por objetivo a elaboração de material teórico específico sobre intergeracionalidade e a viabilização de novas pesquisas acadêmicas e metodologias para o trabalho com diferentes gerações.

O aumento constante e progressivo da proporção de idosos na população, observado nas últimas décadas, veio transformar o que era considerado um problema familiar em um assunto de interesse político e social. Paradoxalmente, quando a sociedade necessitava de seus idosos para a transmissão oral do conhecimento e da experiência adquiridos ao longo da vida — razão pela qual eram respeitados — eles eram em número pequeno. O transcorrer dos séculos, o advento do progresso industrial, dos meios de comunicação e dos recursos tecnológicos

roubaram dos idosos, agora em grande número, a possibilidade de servirem como depositários da sabedoria, uma vez que o saber não está mais restrito à memória individual, mas sim relatado em livros e atualmente, buscado nos computadores.

Chauí, na introdução da obra de Bosi (1979), coloca que a função social dos velhos, guardiões do passado, “é lembrar, unir o começo ao fim, ligando o que foi e o por vir, mas a sociedade capitalista” “oprime a velhice, recusa seus conselhos, destrói o apoio da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa”. Esse progresso, que os idosos muitas vezes não conseguem acompanhar, fez com que eles fossem relegados a um segundo plano nas relações sociais, sem possibilidades de produzir e, portanto, sendo transformados em fardos para a sociedade, em um “problema social”.

Na sociedade em que vivemos, o processo de envelhecimento biológico é agravado pelo envelhecimento sociológico. Em outras palavras, dos papéis impostos pela sociedade aos seres humanos assim que estes atingem uma determinada idade cronológica. Para Bosi (1979, p. 35), “a sociedade industrial é maléfica para a velhice pois rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra e afasta-o do trabalho tão logo a sua produtividade diminui, transformando-o na representação mesma da desvalorização do ser humano”, reforçando assim os estereótipos negativos que servem para descrever os indivíduos dessa faixa etária.

Felizmente, nos últimos 25 anos, a velhice e as questões relacionadas ao envelhecimento vêm ocupando cada vez mais espaço entre os temas que preocupam a sociedade como um todo. As agências governamentais e as organizações privadas vêm estimulando a criação de trabalhos especificamente voltados para o atendimento integral da pessoa idosa, indicando uma conscientização crescente da sociedade e do governo em relação às questões próprias da terceira idade, termo novo que surgiu como consequência do processo de transição demográfica.

Nos últimos quarenta anos, os países desenvolvidos, pressionados pela realidade do envelhecimento de sua população, iniciaram um movimento de resgate da cidadania do idoso, estabelecendo lentamente novas relações da sociedade com esta faixa etária. Relações que não são mais baseadas apenas na piedade e na filantropia, mas na nova visão do idoso como ser humano digno de cuidados e de respeito.

Com o crescimento da população idosa, torna-se necessário que o conjunto da sociedade tome consciência da série de dificuldades que essa grande parcela da população enfrenta e que as autoridades, encontrem os caminhos que levem à igualdade na distribuição dos serviços.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, também vêm acompanhando este processo de transição cultural, lançando um novo olhar sobre a velhice e iniciando um processo de reconhecimento social desta faixa da população, embora ainda mesclado com representações sociais da velhice centradas em aspectos preconceituosos, uma vez que os processos de transformação social são complexos e demorados.

Nesse sentido, o poder público brasileiro sancionou este ano o Estatuto do Idoso como forma de garantir os direitos dessa população. No entanto, é preciso, sobretudo, colocar os idosos e os jovens cientes de todos os processos e mudanças que acompanham o desenvolvimento humano como forma de tornar esses idosos mais ativos para discordarem, aprovarem,

demonstrarem seus sentimentos, se dispondo para transformar seus cotidianos, e transformar as concepções e atitudes dos mais jovens perante o processo natural de envelhecimento, além de prepará-los para a velhice. Logo, preparar para o envelhecer consiste em colaborar para que, no futuro, tenhamos idosos menos preconceituosos e que consigam vivenciar com menos sofrimento o processo de envelhecimento.

Diante desses dados demográficos, das particularidades e novas descobertas referentes aos aspectos bio-fisiológicos, do surgimento de fatores psicológicos característicos do envelhecimento, gradualmente percebe-se que se torna necessária a preparação das novas gerações para um convívio saudável com essa outra etapa do desenvolvimento humano.

Assim, o presente projeto tem por finalidade e objetivo promover um encontro entre gerações, priorizando a promoção, facilitação e aproveitamento dos conteúdos relacionados à temática do envelhecimento que possam surgir a partir da atividade de reminiscências, fazendo com que cada um possa refletir sobre os conceitos que possuem em relação à terceira idade.

O presente trabalho localizar-se-á no âmbito da promoção de saúde colaborando para que as atividades promovidas pelo Intergera tornem-se, na verdade, socioculturais e também educativas, garantindo um espaço de discussão e reflexão sobre temas referentes ao envelhecimento e suas particularidades.

Metodologia

O presente trabalho apresentará dois relatos de projetos desenvolvidos pelo Intergera e um desenvolvido por uma colaboradora, Bianca Azevedo, como tese de pós-graduação.

Todos os trabalhos tratam de experiências que têm como proposta resgatar lembranças de vida, tanto de idosos como de jovens — crianças e adolescentes.

Os projetos “Re-lembrando, Re-vivendo, Re-contando: gerações unidas pelas reminiscências” e “A importância do uso da reminiscência nas relações intergeracionais” realizam um trabalho intergeracional, contando com a participação de jovens e idosos, o que, além de promover o resgate das histórias de vida desses participantes, proporcionam um encontro entre as gerações, um embate de tradições, valores, costumes que, de acordo com o depoimento dos próprios participantes, viabilizam a troca construtiva de experiências.

Para melhor sistematizar a estrutura deste trabalho, apresentaremos cada projeto em separado, com seus respectivos objetivos e metodologias.

O projeto “Re-lembrando, Re-vivendo, Re-contando: gerações unidas pelas reminiscências” tem por finalidade e objetivo promover o encontro entre as gerações, bem como facilitar, incentivar e aproveitar as trocas intergeracionais — pois acreditamos que só o contato real com aquilo que é negligenciado ou idealizado pode fazer mudar opiniões e comportamentos — intermediadas pelas dinâmicas e atividades de reminiscências, que se tornam oportunidades de verdadeiros encontros onde cada um possa refletir sobre seus conceitos, vivências e experiências de vida.

Paralelamente, nos idosos ocorre uma valorização, através da escuta de outros idosos ou jovens em seus relatos acerca de suas opiniões e de suas visões sobre os temas propostos em

cada um dos encontros realizados, o que se torna positivo, já que segundo Souza (1999), “para as pessoas idosas, a prática de relembrar pode contribuir para fortalecer ou restituir o senso de identidade e auto-estima” (p. 21).

Além disso, espera-se incorporar os mais jovens nesse fluxo contínuo e dinâmico que é a nossa história, que não existe sem a história do outro, para que eles reflitam sobre a trajetória vital de cada um e de seus pares, sobre suas experiências e vivências, permeadas por seus valores, metas e interpretações do mundo, bem como pelas possibilidades várias de escolhas que nos circundam em nosso ambiente.

Nosso principal objetivo é a integração entre gerações e, para isso, utilizamos o relato de lembranças e de histórias de vida dos participantes. Como forma de motivar a discussão, delimitamos temas, algumas vezes sugeridos pelos próprios participantes, e desenvolvemos os encontros a partir de dinâmicas estruturadas e da utilização de recursos — audiovisuais, com vídeos, músicas, poemas, contos, fotografias, recortes de revistas e qualquer outro objeto que evoque alguma lembrança significativa.

Dessa forma, utilizamos as técnicas de dinâmica e esses diversos recursos como instrumentos para abordar os principais temas ligados à vida de cada um, fazendo uso desse encontro entre gerações, como um detonador de discussão sobre os temas intrínsecos ao encontro, analisar o material produzido e desconstruir o já estabelecido nos jovens acerca do envelhecimento.

A escolha dos temas, apesar de estruturadas previamente pelos organizadores do encontro, traz uma certa flexibilidade a sugestões de outros temas, de modo que, no primeiro encontro, abre-se um espaço para a discussão desses temas e onde se colhe opiniões de outras temáticas a serem desenvolvidas ao longo do projeto.

Nosso encontro conta com a participação dos alunos de graduação da UERJ e dos idosos ex-funcionários da Instituição ou dos que participam de alguma atividade desenvolvida no campus da Universidade. Os encontros são semanais com a duração de 90 minutos, acontecendo durante o período letivo da Universidade para facilitar a participação tanto dos alunos quanto dos idosos.

Uma outra experiência que desenvolvemos em torno do trabalho com reminiscências é o projeto “Re-visando o passado pelas lentes das reminiscências”, que consiste em reuniões de grupo cuja proposta é propor formas alternativas de trabalho que atendam as demandas desse grupo e propiciem a troca de experiências e conhecimentos. Visamos por meio deste trabalho fazer uma ponte entre o passado e o presente, enfatizando a troca e as contribuições possíveis, evitando assim uma cristalização no passado. Acreditamos que o trabalho de reminiscências possa contribuir para o resgate de suas identidades, muitas vezes, diluídas pela cegueira repentina e/ou pela institucionalização.

Este trabalho vem sendo realizado em uma instituição que abriga senhoras cegas, chamado Sodalício da Sacra Família, também conhecido como ‘Asilo das velhinhas cegas’, sito à estrada do Rio Grande, 2116, Jacarepaguá, RJ. O Sodalício é uma instituição de caráter filantrópico sem fins lucrativos, administrado pela Congregação de assistência social ‘Irmãs de Nossa Senhora da Glória’. A população é composta de senhoras portadoras de deficiência visual,

sendo totalmente cegas ou com deficiência nos mais variados graus. A faixa etária varia de 40 a 90 anos, em média. São 50 senhoras, aproximadamente, estando a maioria na faixa de 70 a 80 anos.

Sabe-se que nas instituições asilares os idosos em geral rompem com a sociedade por um certo período e até mesmo para sempre, perdendo, assim, sua identidade, sua individualidade e privacidade. O trabalho de reminiscências nestes estabelecimentos tem como objetivo fortalecer ou restituir a identidade e auto-estima do idoso.

A metodologia utilizada nos referidos grupos também apresenta diferenciação uma vez nos encontros com as idosas cegas não são utilizados recursos visuais, como figuras, vídeo e leitura conjunta de textos, são explorados os demais sentidos, sobretudo a audição — através da contação de história da vida de santos, contação de contos infantis, músicas, debates etc. A proposta é levar atividades e dinâmicas que abarquem também o tato e o olfato, como brinquedos antigos, perfumes, miniaturas, biscuits, frutas etc., com o objetivo de estimular também os demais sentidos.

O referido projeto tem como objetivo promover encontros intermediados por temas que viabilizem um trabalho de reminiscências, com as idosas cegas residentes na instituição asilar Sodalício da Sacra Família. Este trabalho traz a oportunidade de troca e reflexão sobre fatos, vivências, experiências, opiniões e conceitos, onde estes podem ser elaborados e enriquecidos por todo o grupo, no decorrer do trabalho.

Neste caso específico, as idosas integrantes do grupo participaram do planejamento de temas. Percebemos que no decorrer das reuniões surgiam interesses sobre outros temas que acabavam por fim sendo abordados. Os temas utilizados foram, entre outros, culinária, cinema, natal, música, brincadeira de infância e carnaval. Quando solicitadas a falar sobre culinária, muitas idosas mostraram interessadas, o que pôde ser percebido pela troca de receitas e transmissão de ensinamentos de como se fazerem determinados pratos e refeições, o que é demonstrado na fala de uma das idosas “uma boa feijoada tem que ser acompanhada de arroz com sua picadinho e refogado” (L). Entretanto, mostraram-se desinteressadas quando questionadas sobre o seu “aniversário inesquecível”, muitas se referiam a esta data sendo um dia comum e que nada havia de especial, o que pode ser percebido pela fala de uma das idosas: “nunca gostei de fazer aniversários, nunca quis festa, não gosto nem de dizer qual é a data, pois não quero que ninguém faça festa...” (RD). Já na contação de contos infantis, percebemos que todas as idosas se remeteram a experiências familiares da infância, uma delas inclusive disse o seguinte e esse respeito: “lembrei os tempos que escutava história da minha avó, não tinha aparelhos eletrônicos, ouvia até dormir. Ela era a rainha das histórias” (LO). Além da reminiscência, proporcionada pelos contos infantis, observamos que as idosas retiraram das histórias ensinamentos e lições para si, sobre esse respeito temos a seguinte citação: “temos que ter pensamentos positivos naquilo que desejamos. São como os contos de fada, pode demorar mas acontece” (LO).

Entretanto, em relação aos outros temas que foram propostos as idosas todas mostraram-se interessadas e entusiasmadas em compartilhar de suas memórias com outras pessoas e por se tratar de temas de mútuo interesse.

Nossos encontros são semanais com uma hora de duração cada. A atividade consiste na apresentação de temas que as remetam a experiências vividas por elas. Os temas abordados foram, por exemplo: “brinquedos/brincadeiras/travessuras da infância”, “programa em um dia de sol/chuva”, “meu prato preferido/pratos típicos da cidade natal” (muitas delas nasceram em outros Estados brasileiros), “baile/aniversário inesquecível”, “um dia no circo”, “uma viagem marcante,” programas de rádio”, “cinema/telenovelas”, “revolução feminista”, “Natal”, “Revelion”, “Carnaval”, “dia internacional da mulher”.

Verificou-se a presença de temas comuns e de maior interesse no decorrer do trabalho. A participação e o interesse das idosas, percebidos no decorrer do trabalho, foram considerados pela equipe como pontos positivos. Segundo elas, essa atividade é importante porque podem “ensinar e aprender” umas com as outras, além de com isso poderem transmitir o conhecimento e informação que possuem, como uma delas disse certa vez, “nós somos a história viva do Brasil”. As idosas também sugeriram temas a serem trabalhados em 2004, como “músicas dos festivais”, “linguagem/moda/música contemporâneas” etc., mostrando grande integração e interesse no trabalho. Com essa iniciativa e interesse das idosas, tivemos afirmado o objetivo do projeto de viabilizar trocas intergeracionais, além de proporcionar um atendimento socio-psicoterápico através da reminiscência, o que pode ser constatado na fala de uma das idosas “o exercício da nossa memória é muito bom, pois evita que ela durma, a gente não esquece porque estamos sempre lembrando da nossa juventude” e “eu posso passar essa experiência para vocês (se referindo aos estagiários), vocês tem idade de ser minhas filhas” (LO). Esse resultado nos motivou a continuar, aprimorar e enriquecer o trabalho.

O projeto de pós-graduação “A importância do uso da reminiscência nas relações intergeracionais”, desenvolvido pela aluna de pós-graduação Bianca Azevedo, coordenado pela Profa. Neusa Eiras, consistiu, a partir de um trabalho realizado com 7 (sete) idosos acima de 65 anos e 10 (dez) crianças de 8-10 anos, residentes no mesmo bairro, na verificação da importância do uso da técnica de reminiscências nas relações intergeracionais, na facilitação das trocas de experiências e na aprendizagem conjunta de crianças e idosos.

A metodologia utilizada foi a história de vida, reconstruída através do relato pessoal do informante idoso a partir de um roteiro prévio; sessões de dinâmica de grupo e um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas.

A pesquisa foi dividida em três partes: a primeira constou de coletas de dados, através da história de vida e realizada com uso do registro da voz, apenas com o grupo de idosos. Dividiu-se essa parte da pesquisa por temas, para facilitar a análise dos dados, são eles: infância e moradia; educação e família; comida, vestuário e relações sociais; trabalho e política.

Na segunda parte foram realizadas sessões de dinâmicas de grupo entre idosos e crianças, onde os temas principais foram abordados e divididos em duas sessões. Foi utilizada entrevista estruturada e dinâmica de grupo, com igual intenção de melhor conduzir o trabalho. A primeira sessão englobou os temas: infância, educação e moradia e a segunda: família, vestuário e trabalho.

Na terceira parte, todos os participantes responderam a um questionário de avaliação, que teve como finalidade investigar as suas dificuldades no trabalho, a importância atribuída a si próprio e à outra geração, bem como os benefícios logrados para a facilitação do relacionamento intergeracional.

Resultados e discussão

Entendemos o envelhecimento como uma experiência subjetiva e social intensa e diferenciada, que pode ser vivido como uma experiência que traz satisfação, mas também como algo penoso. A chamada terceira idade representa um marco importante, pois nesse período comportamentos e atitudes refletem nitidamente aquilo que foi incorporado, valorizado e assumido durante toda a vida.

Às limitações naturais físicas são acrescidas aquelas que a sociedade coloca, fruto de muitos preconceitos e estereótipos sociais. Especificamente na nossa sociedade moderna em que os valores do consumo, do efêmero e do instantâneo, associados às qualidades de beleza e energia da juventude, estão cada vez mais presentes nas práticas cotidianas, acarretando a descartabilidade dos próprios idosos, de suas práticas, tradições, costumes e valores.

É muito importante para a pessoa que envelhece aceitar a si mesmo com confiança e flexibilidade, despojando-se de máscaras sociais. Esse pensamento estende-se a todos, pois a cada dia, passamos por um processo de envelhecimento ou amadurecimento, independente da idade que tenhamos.

É preciso colocar os idosos e os jovens cientes de tudo que ocorre, tornando esses idosos mais ativos para discordarem, aprovarem, demonstrarem seus sentimentos, se dispondo a transformar seus cotidianos. Para isso, é preciso que se estabeleça uma rede de projetos e programas que visem a satisfação das necessidades do idoso e que essa rede possua interesse real em praticar ações que possibilitem a integração do idoso ao seu meio cultural e social promovendo a integração entre as gerações.

Além de tornarmos os idosos ativos e conscientes, torna-se fundamental preparar para a velhice os jovens da atualidade, pois é inegável que com os avanços médicos e tecnológicos as pessoas tenderão a viver mais cada vez mais. Logo, preparar para o envelhecer através do encontro intergeracional consiste em colaborar para que, no futuro, tenhamos idosos menos preconceituosos e que consigam vivenciar com menos sofrimento o processo de envelhecimento.

Ao longo de nossas vidas, com nosso desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo, vamos adquirindo funções cognitivas específicas complexas e primordiais para as interações necessárias com o mundo que nos cerca. Uma dessas funções que surge com o advento da capacidade simbólica é a capacidade de evocar, re-viver acontecimentos sem que eles estejam ocorrendo concretamente. É essa função, combinada com a aquisição da linguagem, que nos permite eficácia em nossas interações.

Logo, falar, lembrar e principalmente poder falar do que se lembra nos capacitam para a crescente socialização pela qual passamos e pelo sucesso em nossas ações sobre as pessoas e sobre o mundo que nos cerca.

Conclusões

A experiência obtida a partir desses projetos, que apesar de terem suas especificidades, nos permitiu observar a importância das reminiscências como instrumento de resgate de memórias de vida e a troca destas como um facilitador de uma relação saudável e construtiva entre as diferentes gerações.

Aos idosos, proporcionou um sentimento de utilidade, competência e reconhecimento, a possibilidade de organizar as lembranças, até mesmo um resgate da identidade e auto-estima e ainda colocarem-se em contato com os fatos, culturas e valores atuais, podendo posicionar-se a respeito. De acordo com o depoimento de alguns deles, esse bate-papo possibilita que momentos extremamente felizes sejam recordados e lembrados, mostrando a intensidade de nossas vidas, em todos os seus aspectos.

Aos jovens, trouxe a oportunidade de se inteirar com fatos e experiências que aconteceram no passado e atualizar os mais velhos com os acontecimentos do presente. Além disso, foi possível estabelecer contato com inúmeras questões referentes à velhice, processo de envelhecimento, morte etc., que geraram inúmeras reflexões e discussões em todos os participantes.

Assim, buscamos, com nosso trabalho, afirmar a idéia de que o reconhecimento do valor e do sentido da vida na velhice exige mudanças de atitudes, pautadas na noção de que a velhice, cronológica, biológica ou social, deve ser respeitada nos seus aspectos singulares e diferenciados, e também, a conscientização de que a cada dia passamos por um processo de envelhecimento ou amadurecimento, sejamos crianças ou integrantes da terceira idade.

Referências bibliográficas

- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 402.
- FERNANDES, L. *Qualidade de vida e bem-estar subjetivo para idosos cegos institucionalizados*. 2003. Monografia (Bacharelado) – Faculdade de Psicologia, UERJ, RJ, 2003. 99 p.
- FERREIRA, M. L. M. Velhice ou 3ª idade? In: BARROS, M. M. L. de (Org.). *Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 207-222.
- NOVAES, M. H. *Psicologia da terceira idade: conquistas possíveis e rupturas necessárias*. Rio de Janeiro: NAU, 1995. p. 168.
- SOARES, N. E. *A velhice e suas representações sociais em duas instituições públicas de saúde*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1997. p. 142.
- SOUZA, E. M. de. *Reminiscências integrando gerações: a arte de compartilhar memórias*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 88.

- **Inclusão socioeducacional no ensino de ciências integra alunos e coloca a célula ao alcance da mão**

Maria das Graças Ribeiro, Professora Doutora em Ciências da Saúde

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

Dentre os problemas que desafiam o Brasil neste início de século, a exclusão social representa um dos mais graves. Entretanto, a união de esforços visando a inclusão vem congregando diferentes setores, grupos e instituições envolvidas na educação informal e difusão científica (como museus e centros de ciência e cultura), por seu alcance social. Na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, muitos projetos de inclusão socioeducacional têm se destacado: o Museu de Ciências Morfológicas – MCM permite o acesso da comunidade em geral ao conhecimento da estrutura e funcionamento do organismo humano, incentivando a luta pela preservação da saúde e da vida com qualidade; e “A célula ao alcance da mão”, desenvolvido no MCM, cuja coleção de modelos didáticos tridimensionais, representativos de células, tecidos e órgãos humanos, tem causado impacto sobre todos os tipos de público, imprimindo ao estudo de ciências um caráter lúdico, dinâmico e integrador. Além de facilitar o processo de aprendizagem, inclusive para portadores de deficiência visual, o projeto possibilita: a inclusão desses cidadãos em atividades do Museu; a criação, no MCM, do laboratório especializado na formação de professores de ciências e apoio a estudantes deficientes visuais e de coleção itinerante visando apoiar escolas com projetos inclusivos.

Palavras-chave: inclusão social, ensino de ciências, material didático

Introdução e objetivos

Numa reflexão sobre a exclusão social, nem seria necessário um olhar tão perspicaz sobre a história da humanidade, para lembrar seus diferentes modelos de exclusão. Em nossa sociedade, a exclusão tem sobrevivido há séculos, com múltiplas razões e aparências, que vão da exclusão racial à exclusão religiosa, ambas motivando sangrentas e históricas batalhas; da exclusão política à exclusão cultural, fazendo de ideologias, visões de mundo e até da língua, fatores de dominação de uns cidadãos sobre outros; da exclusão dos economicamente menos dotados, em regimes político-econômicos por vezes cruéis, à exclusão de cidadãos portadores de deficiências ou outras formas de desvantagem. E gerado numa sociedade excludente, até mesmo o desenvolvimento científico e tecnológico tem deixado sua cota de excluídos: milhares de cidadãos não têm acesso ao conhecimento, nem aos produtos da ciência e da tecnologia, com reflexos negativos sobre a sociedade, reflexos esses mais evidentes nos países em desenvolvimento. Entretanto, de forma lenta e gradativa, sinais de inclusão social vêm ganhando força através de movimentos e iniciativas que visam, mais que tentativas isoladas, alcançar a

transformação sociopolítico-educacional que nos impõe, como desafio deste início de século, a criação de uma sociedade realmente inclusiva. Num olhar mais amplo poder-se-ia verificar que, no momento em que a globalização, principalmente da mídia, expõe o cidadão do mundo em permanente situação de risco, muitas vezes impotente diante da substituição de valores, da submissão à industrialização e mercantilização das relações, da banalização do afeto, revela também, de forma crescente, o surgimento da consciência de se estar finalizando uma etapa e iniciando um novo e mais amplo processo evolutivo da sociedade humana, baseado em outros paradigmas. Grupos políticos, em diferentes países, vêm discutindo a necessidade de mudanças, que conduzam a condições de vida mais justas e igualitárias para todos os povos, ao mesmo tempo em que muitas empresas computam resultados concretos de seus investimentos na humanização das condições de trabalho e na estabilidade e harmonização das relações interpessoais, como fatores de aumento da produtividade. Certamente que tais mudanças não são estimuladas por aqueles que ainda se beneficiam das desigualdades, mas pelos próprios excluídos, apoiados por aqueles que já abrigam em suas consciências as sementes de um novo modelo de sociedade, baseado no uso correto das múltiplas inteligências do homem, na liberdade, na justiça e na solidariedade. Começam a ter visibilidade movimentos e instituições, nos quais o conhecimento passa a ser usado como fator de identificação e não de dominação; a cultura não mais impõe superioridade, mas revela diferenças e estas complementam e enriquecem, em vez de excluir; crescem os movimentos pacificadores, formadores de uma consciência ecológica e planetária, baseada no respeito e na preservação de bens que são de todos; aumenta a rejeição a dirigentes opressores, ainda que aparentem lutar pela paz ou contra as drogas e o terror; crescem movimentos, políticos ou não, reivindicando trabalho, moradia, escola, assistência à saúde para todos; surgem modelos participativos de gestão política, empresarial e organizacional, sinalizando a chegada de uma tão esperada pedagogia renovadora, ainda sonhada por educadores de nosso tempo. Reuniões científicas, didáticas, movimentos de caráter político ou religioso, são iniciativas concretas que reúnem atualmente grande número de brasileiros, empenhados em resolver questões como, por exemplo, a inclusão social. Projetos e tentativas de inclusão socioeducacional emergem em instituições de ensino e/ou de pesquisa, organizações não governamentais, museus ou outros centros de ciência e cultura em todas as regiões brasileiras. Nos museus de ciências têm surgido projetos inclusivos, cujos resultados vêm causando impactos sobre a sociedade, sensibilizando e estimulando outras iniciativas. No Museu de Ciências Morfológicas – MCM, sediado no Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais, está sendo desenvolvido e experimentado o projeto “A célula ao alcance da mão”, cujos resultados vêm surpreendendo, por inovar e abranger pontos fundamentais do processo ensino-aprendizagem de ciências para portadores de necessidades especiais de aprendizado. A criação e utilização de Coleção de Modelos Didáticos, acompanhada de livro em impresso tipográfico e em braille, além de contribuir para um ensino de qualidade aos portadores de deficiência visual, integram todos os alunos nas aulas práticas, imprimindo um caráter dinâmico e lúdico ao ensino de ciências, que motiva e facilita o seu aprendizado.

Metodologia

O projeto “a célula ao alcance da mão” teve início na sala de aula da disciplina Citologia e Histologia geral, ministrada no ciclo básico de cursos das áreas biológica e da saúde pelo Departamento de Morfologia, Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Após a constatação das dificuldades no aprendizado da referida disciplina por estudante portador de deficiência visual total, matriculado no curso de Fisioterapia, e da ausência de literatura específica em braille, bem como de material didático que pudesse permitir, ao referido aluno, a compreensão dos conteúdos estudados pelos demais colegas através de microscópios de luz e de micrografias eletrônicas, o projeto foi iniciado visando, em princípio, minimizar o problema. Utilizando-se de técnicas relativamente simples, o trabalho foi desenvolvido em etapas crescentes; da primeira constaram a confecção de pranchas em alto relevo, para as quais o material biológico em estudo era previamente selecionado pela professora da disciplina e repassado a uma estudante da mesma turma, que confeccionava e reproduzia os desenhos em papel ofício ou cartolina branca, sobre placas de cortiça. As “imagens” produzidas em relevo eram tocadas, propiciando o reconhecimento de formas, dimensões, proporcionalidade e localização das diferentes estruturas estudadas. Ao final do período as avaliações dos resultados do projeto, tanto para aquele estudante quanto para sua turma, foram tão significativas que alimentaram a necessidade de retomá-lo e expandi-lo, tão logo fosse possível. O reinício do projeto, entretanto, só ocorreu alguns anos depois, com a sua adoção pelo Museu de Ciências Morfológicas, que viabilizando a sua continuidade, investiu na possibilidade de incluir os portadores de deficiência visual em suas atividades. Para sua ampliação, o projeto passou a contar com a participação de novas estagiárias do curso de Fisioterapia. Nesta segunda etapa do projeto foram retomadas as pesquisas e as pranchas passaram a ser confeccionadas por processos mais elaborados: os desenhos (reproduzindo as lâminas histológicas selecionadas) eram feitos em papel colorset, utilizando-se papel carbono, “mouse pad” e boleadores. E pensando em seu enriquecimento através da reprodução tridimensional das estruturas, foi confeccionado o primeiro modelo celular, com suas organelas, em massa de biscuit; o conjunto foi fixado sobre tela de pintura, previamente forrada com a mesma massa, que lhe serviu de base; a pintura diferenciava as estruturas representadas nos respectivos modelos, facilitando o seu reconhecimento tanto por portadores de deficiência visual total como parcial, e contribuindo também para facilitar a sua memorização, o que tornava o material produzido útil também para estudantes com déficit de aprendizagem. A experimentação do material didático produzido teve início com grupos de alunos de ensino fundamental e médio, portadores de deficiência visual. A terceira etapa do projeto foi iniciada com a escolha do gesso para confeccionar a coleção crescente de modelos tridimensionais, uma vez que a massa de biscuit não havia se mostrado eficaz, nem apresentou a durabilidade desejada. Neste momento, a entrada no projeto, de estagiária do curso de Belas Artes trouxe significativa contribuição ao trabalho, bem como soluções práticas para alguns problemas técnicos. A soma de esforços e a participação de outros estagiários e técnicos tornou possível a confecção de uma coleção de modelos tridimensionais e em relevo, representativa da célula, organelas celulares, todos os tipos de tecidos, fases

do desenvolvimento embrionário e fetal, órgãos e sistemas orgânicos humanos, em tamanhos próximos do natural e alguns em grande aumento, visando facilitar a compreensão de cada estrutura representada. As peças eram modeladas inicialmente em argila, levadas ao forno e, a partir desses protótipos, foram confeccionadas formas em silicone, facilitando a reprodução das peças em gesso. Todos os modelos foram lixados, revisados quanto aos detalhes das estruturas biológicas representadas, e pintados; a escolha das cores levou em conta a diferenciação destas estruturas, visando facilitar a sua memorização também através de processo associativo, por alunos deficientes visuais parciais e por aqueles com déficit de aprendizagem. Paralelamente à criação dos modelos foi redigido o livro didático, com o objetivo de disponibilizar informações teóricas essenciais à compreensão do conteúdo em estudo, e descrevendo cada modelo da coleção, de modo a facilitar a sua compreensão e contribuir para a independência dos alunos, principalmente nas revisões de aprendizagem. As exposições da coleção didática no Museu, seu primeiro centro experimental, propiciou a interatividade de seus diferentes tipos de público com os modelos, na medida em que tal coleção também ampliava as possibilidades de inclusão de portadores de deficiência visual nas atividades do MCM. Da quarta e última etapa, esta em desenvolvimento, constam a experimentação de todo o material didático em escolas de Belo Horizonte, com projeto pedagógico desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado da Educação; a disponibilização da coleção para escolas e/ou outras instituições, acompanhada do livro didático em impresso tipográfico e em braille; a abertura, no Museu de Ciências Morfológicas, do laboratório permanente de ensino especializado na formação de professores de ciências para deficientes visuais e apoio a estudantes; e a criação da Coleção Didática Itinerante, visando contribuir para o ensino prático de ciências em escolas com projetos inclusivos.

Resultados e discussão

Não há, no Brasil, um déficit tão grande na produção do conhecimento, quanto o que há em sua democratização. E este é um dos nossos maiores desafios na atualidade: direcionar esforços para, mais do que difundir o conhecimento, desenvolver em nosso País uma cultura científica, na qual os resultados das pesquisas científicas e tecnológicas passem a “fazer parte” da vida da comunidade, a subsidiar a solução de questões da rotina diária dos cidadãos. E esta responsabilidade, este compromisso o com a inclusão social tem reunido, em torno de ações concretas, os mais diversos setores, grupos e instituições, dentre estas as escolas, e principalmente os museus e centros de ciência e cultura, por sua atuação informal e grande abrangência social. Embora, em muitos casos, as ações nesta direção se refiram ainda a iniciativas ou projetos isolados de inserção de portadores de necessidades especiais de aprendizado em escolas, a algum tipo de informação ou ao mercado de trabalho, tais iniciativas vêm cumprindo importante papel na conscientização e mobilização de outros segmentos da sociedade para o problema. Focalizando, de modo mais específico a deficiência visual, todos sabemos que esta é uma realidade limitante para muitos cidadãos, em todo o mundo. E embora a Constituição Brasileira garanta, aos portadores de necessidades especiais de aprendizado, todos os direitos do cidadão comum, e de terem entrado em vigor, em 2001, as diretrizes propostas pela Convenção

Interamericana, visando eliminar todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiências (Decreto Legislativo número 198), a realidade ainda está distante da teoria e os portadores de deficiência visual dispõem de poucas escolas especializadas, escassos recursos didáticos e número reduzido de professores especializados nas escolas comuns e/ou integradoras, o que acaba por restringir o acesso desses cidadãos a um ensino de qualidade, à informação, ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao trabalho, levando inevitavelmente, como numa reação em cascata, à sua exclusão social. Quanto ao ensino superior, esse quadro é um pouco mais delicado, pois apesar de o processo seletivo “democrático” do vestibular possibilitar o ingresso dos portadores de necessidades especiais de aprendizado em faculdades e/ou universidades, é desestimulante o fato de, ao chegarem a uma universidade, não encontrarem estrutura adequada à sua formação na área escolhida, como bibliografia em braille, material didático próprio para suas aulas práticas, oficinas e/ou laboratórios próprios ou inclusivos e professores especializados. A ausência de material didático especializado torna ainda mais limitante o seu aprendizado, quando diz respeito à área da saúde, ao estudo da Morfologia Humana, por exemplo. A Morfologia engloba conteúdos como a Anatomia (visão macroscópica dos órgãos e estruturas corporais), Embriologia (da fertilização ao desenvolvimento embrionário e fetal), Citologia e Histologia (a intimidade microscopia do corpo), cujo estudo, essencialmente prático, exige recursos como microscópios de luz e estereoscópicos, lâminas histológicas, micrografias eletrônicas, peças anatômicas, embriões e fetos em diferentes estádios de desenvolvimento, todos estes, recursos visuais, que dificultam aos portadores de deficiência visual parcial ou total a sua utilização. Os poucos estudantes que se aventuravam aos cursos da área de saúde, tinham seu aprendizado “prático” limitado à audição de fitas cassete, gravadas por familiares, amigos ou colaboradores de boa vontade. A ausência de modelos biológicos, contemplando todas as áreas da Morfologia e com especificidades para atender aos portadores de deficiência visual, foi constatada após rigorosas pesquisas bibliográficas, consulta a bancos de dados específicos, levantamento em universidades nacionais e internacionais e pesquisa via internet, feitas no início do projeto “A célula ao alcance da mão” que, conforme referido anteriormente, foi criado em sala de aula e desenvolvido e experimentado no Museu de Ciências Morfológicas – MCM e em outras escolas de Belo Horizonte. Este Museu foi criado através de um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais, atendendo à demanda do próprio público externo, e representa, ele próprio, um projeto de inclusão educacional. Aberto em 1997, o MCM possibilitou, à comunidade em geral, acesso ao conhecimento da estrutura e funcionamento do organismo humano que, em decorrência de nosso próprio padrão de ensino curricular, era restrito, até então, aos futuros profissionais da saúde, matriculados na Universidade. A partir do MCM, entretanto, milhares de visitantes da comunidade, independentemente de cultura, faixa etária, escolaridade, condição socioeconômica ou profissão, buscam informar-se sobre questões relacionadas à saúde e à preservação da vida, principais áreas temáticas e missão do Museu. Através desta convivência, Museu e público vêm construindo formas de contato e interação até então desconhecidas, em relação a esta área da ciência. Embora muitos projetos educativo-sociais sejam desenvolvidos no MCM, uma das grandes metas de sua equipe desde o início, era

a inclusão de comunidades periféricas, de grupos minoritários ou em desvantagem, bem como de portadores de necessidades especiais de aprendizado em suas atividades educativas e de difusão científica; com a preparação de seus monitores e a acessibilidade às dependências do Museu, isto se tornou possível nos últimos anos, para muitos portadores de deficiência física, auditiva, idosos e outros cidadãos com alguma forma de desvantagem. Entretanto, pelas características especiais de seu acervo, a expografia do Museu utiliza recursos de grande apelo visual e a inclusão de deficientes visuais em seus programas só se tornou possível a partir da retomada do projeto “A célula ao alcance da mão”. A Coleção Didática desenvolvida pelo projeto, ao representar, de forma tridimensional e ampliada, células, organelas celulares, tecidos e órgãos humanos, bem como a estrutura e inter-relações dos diferentes sistemas orgânicos, veio permitir ao MCM incluir os portadores de deficiência visual em suas atividades, cumprindo assim sua missão de, através do conhecimento, incentivar a busca de melhor qualidade de vida por todos os cidadãos. Por outro lado, para o projeto “A célula ao alcance da mão”, a parceria com o Museu de Ciências Morfológicas representou, além de sua viabilidade financeira, tornar-se seu principal centro de experimentação, ao expor, ao seu público visitante, amplo e diversificado, a coleção didática do projeto. Estudantes de ensino fundamental e médio, portadores de deficiência visual, com base em preparação prévia (aula ou outra forma de orientação fornecida), são capazes de, através dos modelos tridimensionais, compreender não só a biologia estrutural do corpo humano em seus diferentes níveis de organização, como a relação entre a localização de cada estrutura e as diversas funções por ela desempenhadas. Segundo suas próprias expressões, os modelos permitem a “formação de imagens mentais” nunca antes imaginadas, capazes de lhes garantir referências de aprendizado por toda a vida. Estudantes videntes, independentemente da faixa etária ou nível de escolaridade, brincam com as células representadas, retirando-as e recolocando-as em seus respectivos tecidos, fazendo associações mais ricas que aquelas observadas nas aulas de microscopia. Em turmas de estudantes que contenham alunos portadores de múltiplas deficiências, a integração é surpreendente. Nas palavras de uma professora de ensino fundamental de escola pública, pode-se confirmar esta realidade: ...”numa turma de estudantes, na qual principal característica é a diversidade de deficiências, a natureza mostra sua principal lição, apontando como a eficiência de uns compensa a deficiência de outros e todos aprendem; de forma lúdica, todos brincam com as células”. A interatividade do público em geral com o material didático do referido projeto tem causado grande impacto, ao promover a integração entre todos os visitantes, estudantes ou não. Diferentes testes e experimentações têm sido possíveis, validando os modelos ou levando à sua reformulação. O conhecimento que vem sendo construído a partir da troca de experiências entre o Museu, a equipe do projeto “a célula ao alcance da mão”, os visitantes portadores de deficiência visual (dentre eles muitos professores e estudantes) e as escolas cujas turmas incluem deficientes visuais, extrapola qualquer expectativa. Este projeto encontra-se em fase experimental em escolas de ensino fundamental e médio: escolas especializadas no atendimento a estudantes portadores de deficiência visual; escolas com alunos portadores de necessidades especiais de aprendizado e aquelas que não têm alunos portadores de deficiência. Através de projeto

pedagógico próprio, tanto para implantação como para acompanhamento e avaliação, as avaliações levarão em conta parâmetros como a interatividade dos estudantes durante as aulas práticas de ciências, a facilitação do processo ensino-aprendizagem e o aproveitamento final dos alunos, em comparação com grupos-controle. Tão logo seja concluída esta fase, toda a coleção será disponibilizada ao nosso e a outros países que dela puderem se beneficiar. No Museu de Ciências Morfológicas está sendo construído o laboratório de ensino especializado na formação continuada de professores de ciências para portadores de deficiência visual, onde uma coleção dos modelos didáticos do projeto permanecerá exposta, com legendas em impresso tipográfico e em braille, assim como o livro didático contendo informações teórico-práticas do conteúdo abordado e a descrição detalhada de cada peça da coleção. O MCM abrigará, ainda, a Coleção Itinerante, que visa apoiar as escolas que trabalham com projetos inclusivos. Muitas outras iniciativas, grandes movimentos e projetos também têm contribuído para a inclusão socioeducacional em nosso País, ainda com tão grandes e sérios problemas sociais. Entretanto, estimula a equipe do projeto “A célula ao alcance da mão”, saber que este é um momento de somar esforços na busca de uma solução comum, e o tem feito.

Conclusões

Em nosso País, o exercício do magistério em escolas públicas constitui um desafio permanente. Muitos problemas nos surpreendem na sala de aula e, sem dispor de recursos para solucioná-los, restam-nos a sensibilidade, a criatividade e a ousadia de tentar sempre novos caminhos, novas construções. O projeto “A célula ao alcance da mão” foi desenvolvido a partir da necessidade de propiciar um ensino prático de qualidade a estudante portador de deficiência visual e do estímulo diante dos resultados alcançados, mostrados em avaliações tanto da aprendizagem quanto da integração de todos os alunos da turma. A atuação do estudante-alvo do projeto, no final do período escolar, como monitor de colegas videntes, auxiliando-os na compreensão das estruturas morfológicas em estudo, foi apenas o primeiro resultado de uma série estimuladora. A coleção didática criada, com seus modelos tridimensionais pouco comuns no estudo das ciências morfológicas, tem propiciado a integração de professores e estudantes de ciências e biologia de escolas especializadas para portadores de deficiência visual; de escolas da rede pública, muitas delas envolvidas em projetos de inclusão social e do público em geral, quando da exposição dos modelos, tanto no Museu de Ciências Morfológicas quanto em eventos científicos. A criação do laboratório de ensino no MCM permitirá, além da capacitação de professores, manter a troca de experiências com outros profissionais e instituições, ampliando e divulgando pesquisas nesta área. A disponibilização da coleção didática para instituições como centros de ciências e museus possibilita a ampliação do trabalho de educação para a saúde e para a qualidade de vida, desenvolvido no MCM. Uma das construções computadas pela coordenação do projeto como das mais produtivas refere-se à formação de novos profissionais: sensíveis, competentes e envolvidos na inclusão socioeducacional; desde os primeiros estagiários, com os quais dividimos os primeiros passos, até os atuais, cuja participação tem ampliado a troca de experiências que enriquece os laboratórios

de ensino e pesquisa. Um grupo de estagiárias, entretanto, destacou-se de maneira especial: as do curso de Fisioterapia, Júnea Mara Gonçalves de Moraes, Daniele Sirineu Pereira, Christiane de Fátima Tavares e Tatiana Pessoa da Silva Pinto e a do curso de Belas Artes Valéria de Cássia Resende, atualmente a artista plástica do projeto, por suas valiosas contribuições e pelo caráter educativo do projeto em todos os níveis, tornaram-se também autoras, tanto da coleção de modelos como do livro didático, propriedade intelectual da UFMG. De nossa parte gostaríamos de acrescentar a constatação de que a construção coletiva do conhecimento em todas as fases deste projeto, assim como de outros em desenvolvimento, propiciada pela extensão universitária, tem significado uma experiência ímpar, que extrapola aquela gerada em nossos laboratórios de pesquisa; e as equipes envolvidas nos trabalhos de inclusão, através das reflexões geradas ao longo desses anos de experiência, sintetizam suas conclusões ao afirmarem: “ como membros de uma sociedade excludente, herdamos preconceitos que alimentamos, e com eles sustentamos a exclusão. Mas se formos capazes de perceber de quantas inclusões necessitamos em nossas atitudes diárias, como a solidariedade, o compromisso com a construção, o respeito ao semelhante, o afeto, quem sabe possamos, ao final de longo processo reeducativo, não necessitar lutar mais por inclusão e deixar uma herança mais saudável às gerações futuras. Afinal, a fraternidade é um processo natural e vivê-la não deve exigir de nós nenhum esforço extraordinário. Mais que inclusão, é necessária e urgente a criação de uma sociedade fraterna e realmente de todos”.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: área de deficiência visual*. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial, 1995. 58 p. (Série Diretrizes, 8).

CARVALHO, R. E. Inclusão escolar: desafios. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 1, Belo Horizonte, 2001. *Anais*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001. p. 45-60.

FEDERSONI JÚNIOR, P. A. Museu como modelo de educação não formal. *Biológico*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 79-85, 1998.

HARGREVES, A. Educação para a mudança. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO, Brasília, 2001. *Anais*. Brasília: MEC, 2001. p. 7-16.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social da Criança e do Adolescente. Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência. *Manual de recursos: legislações básicas/ prestadores de serviços*. Belo Horizonte: CAADE, 1998. 199 p.

MITTLER, B. Access and quality. In: WORLD CONFERENCE ON SPECIAL NEEDS EDUCATION, Paris, 1995. *Annals*. Paris: UNESCO, 1995.

PORTER, G. L. *A educação de alunos com necessidades especiais*. Canadá: New Brunswick: Biblioteca da APAE/São Paulo, 1993.

RIBEIRO, M. G.; FIGUEIREDO, B. G. A célula ao alcance da mão: ensino dinâmico de ciências também para deficientes visuais. In: WORKSHOP INTERNACIONAL EDUCAÇÃO EM MUSEUS E CENTROS DE CIÊNCIA, Rio de Janeiro, 2002. *Anais*. Rio de Janeiro: Vitae, 2002. p. 218-231.

SANTOS, M. C. T. Processo museológico: critérios de exclusão. In: SEMANA DOS MUSEUS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2, São Paulo, 1999. *Anais*. São Paulo: USP, 1999. p. 156.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999. 113 p.

- **Internato rural da Faculdade de Medicina da UFMG – 25 anos de integração docente-assistencial**

Marcus Vinicius Polignano, Doutor Professor Adjunto do DMPS

Elza Machado de Melo, Doutora Professora Adjunta do DMPS

Luiz Eduardo Nascimento, Professor Adjunto do DMPS

Alan Marcone Primo Santana, Monitor da disciplina Internato em Saúde Coletiva

Ismael Alves Rodrigues Junior, Discente

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Faculdade de Medicina

Resumo

O artigo relata a experiência do Internato Rural da Faculdade de Medicina da UFMG que completou 25 anos de existência em 2003, tendo contribuído para a formação de mais de 7.000 médicos, e executado milhares de ações assistenciais, de prevenção e promoção de saúde, contribuindo para a evolução histórica das políticas sociais e de saúde no estado de Minas Gerais. O objetivo é propiciar aos estudantes a oportunidade de melhor apreenderem as relações entre Medicina e Sociedade através da participação direta no SUS e nos movimentos sociais, dentro da perspectiva de consolidar uma proposta de integração docente-assistencial. Na metodologia adotada os acadêmicos residem durante 3 meses em localidades do interior do estado, onde executam ações assistenciais, de prevenção e promoção de saúde em parceria com as prefeituras. O Internato tem contribuído para a construção de políticas públicas saudáveis, desenvolvendo milhares de ações de saúde, conscientizando e mobilizando a sociedade na luta

pela melhoria da qualidade de vida e saúde. O Internato é uma prática pedagógica docente-assistencial eficaz que tem contribuído para a formação de uma nova consciência social dos problemas de saúde da comunidade e dos profissionais no sentido de assumir uma postura socialmente responsável para com as comunidades onde atuam.

Palavras-chave: educação, saúde

Introdução

Embora a denominação correta da disciplina seja Internato em Saúde Coletiva, ele é mais conhecido como Internato Rural, tendo completado 25 anos de existência em 2003, consolidando-se como um dos mais importantes programas de extensão da universidade.

Durante todo esse período de tempo, o trabalho de docentes, funcionários e alunos esteve voltado para a formação de profissionais comprometidos com a realidade de saúde do país e com avanços na implantação de um sistema de saúde que atenda às necessidades da população.

O objetivo geral do Internato Rural é propiciar aos estudantes a oportunidade de melhor apreenderem as relações entre Medicina e Sociedade através da participação direta no SUS e nos movimentos sociais, dentro da perspectiva de consolidar uma proposta de integração docente-assistencial, contribuindo para a formação de um profissional capaz de responder às necessidades assistenciais, de prevenção e promoção de saúde da população, exercendo na sua plenitude o papel social de cidadania.

É importante destacar que todo o processo de construção do Internato Rural foi pautado por uma avaliação crítica do pensamento sistêmico sobre o processo saúde/doença, a intervenção e organização dos serviços e o papel dos profissionais de saúde. Nesse sentido é importante resgatar um pouco da história da constituição do Internato Rural.

O Internato Rural surgiu no bojo de um longo processo de mudança por que passou a educação médica no País, marcadamente a Faculdade de Medicina da UFMG no período de 1970-1980.

No momento em que o país vivia um processo de cerceamento das liberdades democráticas e institucionais, a Faculdade de Medicina da UFMG realizou uma abertura do processo acadêmico, promovendo através da integração docente-assistencial a aproximação e interação do pensamento acadêmico com os movimentos sociais e com a realidade social e de saúde das comunidades para além do que era propagado pelos meios de comunicação e pela versão oficial imposta pelos governos militares.

Este novo currículo, produzido por um Processo de Desenvolvimento Curricular iniciado em 1972, e reavaliado em fins de 1974, quando da realização do 1º Seminário do Ensino Médico, foi fruto da participação expressiva dos alunos e professores e incorporou muitos dos postulados da integração docente-assistencial.

A realização de um estágio voluntário por um grupo de alunos desta Faculdade na região do Vale do Jequitinhonha serviu de subsídio para a formulação da proposta do Internato Rural e a sua inclusão no novo currículo a ser implantado.

Para sua implantação efetiva, que se deu em janeiro de 1978, restava somente a escolha do local apropriado. Por um raciocínio lógico a sua localização deveria ser próxima a Belo Horizonte. No entanto, naquele momento ocorria na região norte-mineira a implantação de um Projeto de Extensão de Cobertura do Serviço Público de Atenção Médica cuja filosofia adequava-se aos objetivos pedagógicos do Internato Rural.

A Extensão de Cobertura do Serviço Público de Atenção Médica bem como os projetos de Integração Docente-Assistencial surgiram como resposta à crise que se manifestava internamente ao setor Saúde e que tem os seus determinantes na expansão capitalista no campo e no processo de acumulação de capital nos setores de produção de equipamentos médicos e na indústria farmacêutica.

Estas propostas foram elaboradas dentro de um conceito de “desenvolvimento social integrado” adotado pelo Estado, que procura, através das políticas públicas, articular os setores de economia, saúde e educação, na perspectiva de criar uma superestrutura social que melhor atenda às formas avançadas de organização do capital.

No plano internacional, organismos como a Cepal passam no início da década de 70, a recomendar ênfase na formulação de políticas de desenvolvimento social, colocando a necessidade de enfrentar prioritariamente o problema “marginalidade”. São propostos programas de desenvolvimento comunitário fundamentados no conceito de participação. Em 1972, os Ministros de Saúde para as Américas reúnem-se em Santiago para elaborar o plano decenal de Saúde para as Américas, situando como principal objetivo da década de 70 a extensão da cobertura dos serviços de saúde no campo. Seu corpo doutrinário e conceitual baseia-se na regionalização, hierarquização e integração dos serviços, na ênfase em ações de cuidados primários desenvolvidos por pessoal auxiliar e na participação comunitária que visa orientar a implantação de tais programas.

A implantação de um projeto desta natureza na região polarizada por Montes Claros foi fruto de um convênio entre governo brasileiro e a Usaid, em 1974, que liberou recursos para a construção de uma rede de Postos de Saúde (180), Centros de Saúde (55) e o treinamento de pessoal auxiliar (cerca de 580) para uma população de 1.078.000 habitantes.

A partir de outubro de 1980, a região de Teófilo Otoni e algumas cidades circunvizinhas passaram a fazer parte da área de estágios do Internato Rural com uma articulação importantes com os movimentos sociais que questionavam o discurso e a política econômica e social imposta pelos governos militares.

Ainda na década de 1980, parte dos estudantes são concentrados na região de Sete Lagoas dentro de uma proposta de regionalização dos serviços de saúde e implantação das AIS – Ações Integradas de Saúde.

Em 1989, houve um deslocamento da área de estágio para a região do vale do Aço e do vale do Mucuri buscando uma articulação com movimentos populares e operários existentes naquela área, coincidindo com a vitória nas eleições municipais de partidos mais progressistas e comprometidos com os anseios da população.

No final da década de 1990, o Internato Rural diversificou as suas áreas de atuação em

diferentes regiões do estado como o vale do Jequitinhonha, vale do São Francisco e o “Projeto Manuelzão” que procurou desenvolver uma proposta de saúde/ambiente/cidadania concentrando-se na bacia do Rio das Velhas.

O objetivo geral do Internato Rural é propiciar aos estudantes a oportunidade de melhor apreenderem as relações entre Medicina e Sociedade através da participação direta no SUS e nos movimentos sociais, dentro da perspectiva de consolidar uma proposta de integração docente-assistencial, contribuindo para a formação de um profissional capaz de responder às necessidades assistenciais, de prevenção e promoção de saúde da população, exercendo na sua plenitude o papel social de cidadania.

Metodologia

O programa didático do Internato Rural inicia-se pela exposição aos estudantes, em reunião geral, do objetivo básico, aspectos estruturais e funcionais da disciplina. São apresentados, dentro de uma visão panorâmica, os municípios conveniados com a Faculdade de Medicina da UFMG, as suas características, os trabalhos e pesquisas que estão sendo desenvolvidos.

Posteriormente os estudantes se agrupam em duplas e escolhem a área programática onde desejam estagiar. Quando há interesse de um maior número de duplas para uma mesma área, além do que ela comporta, a determinação das duplas que permanecerão nesta área se dá por sorteio.

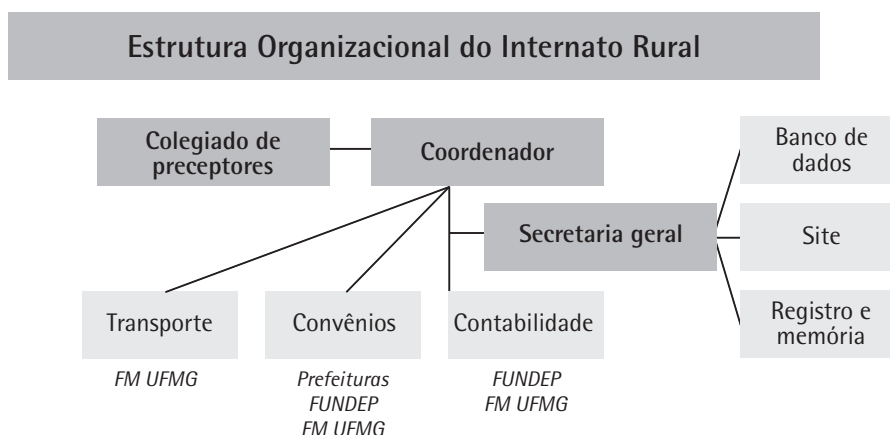
Uma vez definidas as duplas por área, colocam-se à sua disposição, os relatórios, atividades e trabalhos executados pelos colegas que os precederam com todos os dados até então acumulados sobre cada município.

A distribuição dos estudantes pelos municípios englobados numa determinada área programática se dá a partir de uma reunião geral. Nesta reunião procura-se fornecer aos estudantes o quadro completo das condições sociais de cada município, as características e objetivos dos trabalhos comunitários e/ou projetos de pesquisa em desenvolvimento e os fatores que obstaculizam o alcance pleno dos objetivos propostos.

As atividades em cada município são desenvolvidas de acordo com a realidade local conforme orientação do preceptor responsável após discussão com a secretaria de saúde local. A carga horária regular semanal é de 32 horas.

Ao final do estágio é realizado um SEMINÁRIO FINAL DA DISCIPLINA com a presença de todos os preceptores, alunos e aberto à participação de convidados. Os estudantes fazem um relato dos problemas de saúde prevalentes nos diversos municípios, expõem os trabalhos sociais em andamento, colocam em discussão as suas ações e apresentam as dificuldades existentes. São selecionados temas — a partir dos debates nos grupos — que são apresentados na plenária para que sejam discutidos por todos os presentes com o objetivo de repensar as formas de organização, atuação e participação do Internato Rural no sistema de saúde, nos movimentos sociais e no processo acadêmico

Para assegurar a manutenção do Internato procurou-se consolidar uma estrutura funcional própria constituída por um coordenador, um colegiado de preceptores, uma secretaria, um núcleo de pesquisa e de informática, setores de apoio (transporte, convênio, contabilidade).



Resultados e discussão

Ao longo dos 25 anos de existência, o Internato Rural atuou em mais de 200 localidades do Estado de Minas Gerais, e contribuiu para a formação de mais de 7.500 médicos.

Na tabela 1 encontra-se a atual distribuição das localidades conveniadas ao Internato Rural da FM da UFMG.

Tabela 1

Distância das localidades do IR em relação a Belo Horizonte

Distância (km)	Localidades	Número Absoluto	Percentual
>100 km	Sabará, Pedro Leopoldo, Cacté, Matozinhos, Jaboticatubas, Nova União, São Gonçalo do Bação, Amarantina, São Bartolomeu, Itabira	10	28,6%
101-200 km	Resende Costa, Conceição da Barra de Minas, Conceição do Mato Dentro, Virginópolis, Tiradentes	5	14,3%
201-300 km	Morada Nova de Minas, Três Marias, Lassance, Joaquim Felício, Estrela do Indáia, Congonhas do Norte, Barra do Guaiçuí, Sabinópolis, Buenópolis	9	25,7%
301-400 km	Serro, Minas Novas, Leme do Prado, Teófilo Otoni, Caraí, Padre Paraíso	6	17,1%
> 400 km	São Romão, Resplendor, Ituêta, Itamarandiba, Araçuaí	5	14,3%
Total		35	100%

Tabela 2

População das localidades integrantes do IR

Número de habitantes	Localidades	Número Absoluto	Percentual
<10.000	Amarantina (OP), Estrela do Indáia, Joaquim Felício, Conceição da Barra de Minas, Leme do Prado, Congonhas do Norte, Nova União, Itueta Tiradentes, Lassance, Morada Nova de Minas, São Romão, São Bartolomeu (OP), Ravena (Sabará)	13	37,0%
10.001-20.000	Resende Costa, Buenópolis, Virginópolis, Jaboticatubas, Sabinópolis, Resplendor, Padre Paraíso, Conceição do Mato Dentro	8	22,8%
20.001-30.000	Carai, Serro, Três Marias, Itamarandiba	4	11,4%
30.001-40.000	Matozinhos, Minas Novas, Barra do Guiauí, Caeté, Araçuaí, São Gonçalo do Bação	6	17,1%
40.001-60.000	Pedro Leopoldo	1	2,8%
60.001-100.000	Itabira	1	2,8%
>100.000 Hab.	Sabará, Teófilo Otoni	2	5,7%
Total		35	100%

Observa-se pelos dados das tabelas anteriores que o Internato Rural permanece fiel aos seus princípios iniciais, concentrando-se em pequenos municípios (59,8% das localidades têm menos de 20.000 habitantes). Isto é importante porque em municípios desse porte é mais fácil a percepção por parte dos alunos dos problemas de saúde, a microfísica do poder, dos processos sociais e a interação com a sociedade.

Além das ações assistenciais e de promoção de saúde realizadas junto à população, é importante destacar os benefícios pedagógicos para os alunos de graduação. Para exemplificar o resultado desse processo, que é principalmente qualitativo, está transcrita a seguir a avaliação do aluno Ismael Alves Rodrigues Junior sobre o Internato Rural:

“Foi uma experiência muito valiosa.

O contato com a população foi o mais marcante. Na sua carência e desamparo, sem um profissional diplomado a cuidar de seus filhos ou ouvir suas próprias angústias, as pessoas não apenas nos titulavam respeitosamente “doutores”, elas acreditavam verdadeiramente que nós já o fôssemos. Acreditavam por necessidade, contra nossas explicações, porque se não acreditassem teriam que caminhar longas distâncias até o doutor que os acolhesse, se encontrassem algum. Em sua crença humilde nos embutiam nossas responsabilidades e nos confrontavam com nossas próprias limitações.

E como aprendemos... Aprendemos a ouvir melhor, quando esperançosos se postavam diante de nós e nos faziam desejar que o mestre estivesse ali, amplificando nossa audição imatura. Aprendemos a procurar melhor a dor que só nós ouvíamos e que a nós cabia ser encontrada. Aprendemos a investigar melhor os achados, porque não havia mais ninguém ali a quem eles se revelassem.

Tivemos também que aprender a falar. Falar para muitas pessoas ao mesmo tempo, humildes, que pouco sabiam e muito precisavam do que falávamos. Ou falar para poucas pessoas, distintas, que muito sabiam e que por isso deviam ouvir o que falávamos. Nos humanizamos e nos politizamos. Os humildes nos humanizaram e por eles nos politizamos. Os distintos nos politizaram e a eles nós humanizamos com nossas informações.

Atuamos no campo da medicina assistencialista. Curamos quando possível e amenizamos a dor de várias pessoas que não dispunham de qualquer outro recurso médico. Confortamos todos a quem tivemos acesso no consultório, nas ruelas, na igreja ou na escola.

Atuamos também no campo da medicina preventiva. Nossa estratégia foi o diálogo multilateral. Acreditamos que éramos fonte de todo o tipo de informação para o bem estar humano. Informações simples, antes renegadas à irrelevância por nós mesmos. Mas informações cruciais, que a maioria esmagadora neste país ainda não detém.

Promovíamos a saúde onde quer que encontrássemos alguém disposto a nos ouvir. Numa comunidade tão paupérrima também em informação, qualquer conhecimento sobre saúde, meio ambiente ou educação é genuíno. E qualquer esclarecimento é objeto de divulgação pelos próprios pacientes. O número crescente de mulheres que chegavam de longe para se submeter ao exame citológico de colo de útero mostrava que o conhecimento introduzido estava se proliferando espontaneamente entre a comunidade.

Acredito assim, que cumprimos o que fora planejado para a disciplina do internato rural. Nos dividimos entre a demanda assistencial e preventiva e procuramos nos articular politicamente no panorama de saúde integrada ao ambiente e à educação. Compreendemos o significado da necessidade de se conceber saúde como um ideal de qualidade de vida”.

No quadro que se segue é apresentado um resumo do relatório do seminário geral dos alunos que cursaram a disciplina no último trimestre.

Reunião Geral do Internato Rural – 1º trimestre/2004

A opinião consensual dos cerca de oitenta acadêmicos recém-chegados do internato rural é que a disciplina de internato rural da Faculdade de Medicina da UFMG constitui uma experiência única no sentido de complementação da formação profissional, humana e política do futuro médico. Este texto é um relatório da reunião geral final entre os alunos que cursaram o internato no primeiro trimestre do ano de 2004. Divididas em seis grupos, as cerca de quarenta duplas de internos expuseram as atividades desenvolvidas em cada cidade, compartilhando as emoções vividas, analisando a estrutura dos sistemas de saúde municipais e elaborando propostas para o melhoramento da própria disciplina.

Sobre a operacionalização da disciplina: indubitavelmente, seria muito útil para as duplas que estão prestes a viajar para a cidade que lhes foi definida, que fosse promovida uma reunião junto dos acadêmicos recém-chegados desta mesma localidade. A troca de informações é imprescindível para a continuidade dos projetos que estão em andamento nos municípios e que contam com o apoio das equipes de internato rural. Nesse sentido, as duplas sucessivas, com o apoio da coordenação da disciplina, devem se empenhar na articulação de um objetivo comum

para que suas atividades e credibilidade não sejam fragmentadas na transição de suas ações. O estilo de vida nas pequenas comunidades rurais é muito diferente do cotidiano de um grande centro. Para os habituados às viagens para o interior, ou mesmo lá nascidos, isso é fato trivial. Entretanto, é sabido que muitos acadêmicos pouco contato tiveram com as belezas da zona rural e as particularidades de seu dia-a-dia. E mesmo para os mais experimentados existem dificuldades em se inserir nesse cenário. Quanto menor a população, maiores são suas nuances e maior a necessidade de a dupla receber o máximo de detalhamento do que encontrará.

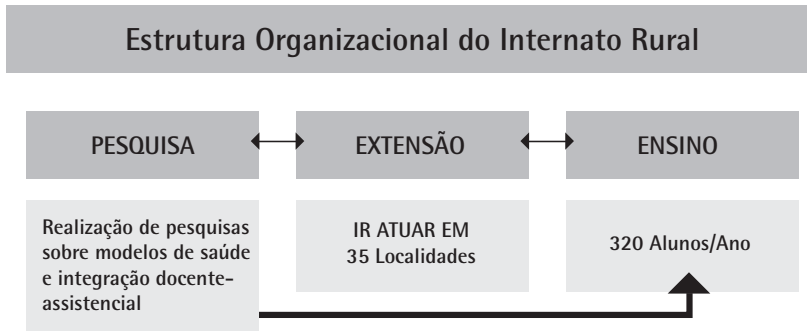
Articulação com o preceptor: A presença do preceptor é de suma importância para o funcionamento do internato. É certo que a maioria dos pacientes atendidos pelo acadêmico porta enfermidades comuns, que não ameaçam a vida e que o aluno está habituado a conduzir sem dificuldades. De qualquer maneira, é fundamental que o professor esteja acessível quando o aluno julgar-se limitado. Ressalta-se que a disciplina comporta também conteúdo teórico. Vários textos sobre saúde pública são discutidos entre as duplas e seus preceptores. Além de acrescentarem à formação teórica do acadêmico, esses encontros são muito oportunos para que as dúvidas dos alunos sobre os casos atendidos sejam esclarecidas. De maneira alguma o professor encarregado pode se ausentar dessas reuniões, que asseguram às duplas a confiança necessária para darem continuidade a suas atividades.

Sobre políticas de saúde: A disponibilidade de recursos médicos é muito variável entre as localidades. Em muitas delas faltam os medicamentos da farmácia básica. Na maioria das cidades a dificuldade para se fornecer o exame de mamografia para as mulheres é desanimadora. Salvo raras exceções, a fragilidade do suporte financeiro para o sistema de saúde público contrasta agudamente com o brilhantismo de um SUS “padrão ouro” em teoria. A medicina assistencial funciona precariamente na maioria das cidades visitadas. Não se pode curar doentes sem medicamentos. É difícil rastrear o câncer de mama sem exames complementares. O que fazer então? Todos concordamos que a medicina dentro dos postos de saúde se encontra muito enfraquecida, particularmente nos municípios mais pobres. A saída estaria na medicina preventiva, que interpreta saúde como um sentido amplo de qualidade de vida. Cultivando a prevenção e promovendo saúde estaríamos indiretamente diminuindo as chances de uma pessoa adoecer. A promoção da saúde dribla as carências de um sistema de saúde cada vez mais capitalista na medida em que necessita menos dele.

Internato e a promoção da saúde: Nunca devemos perder de vista a necessidade urgente de termos condições para prestar a assistência médica adequada à população, em seus diversos níveis de complexidade. Todavia, o assistencialismo como centro principal das políticas de saúde é falho. Falha porque não exige as mudanças necessárias para o bem estar geral das pessoas. Basta apenas que as doenças sejam tratadas. Falha porque tem contra ele o peso da falta de recursos financeiros. O internato rural emoldura a concepção de promoção de saúde como prioridade e nos faz acrescentá-la em nossa formação profissional. Nos insere em uma localidade e nos faz adotar uma posição ativa diante de seus problemas, qualquer que seja a maneira que encontrarmos para atuar.

Conclusão

Os dados disponíveis, as pesquisas realizadas e as avaliações dos alunos permitem concluir que a pedagogia proposta e estabelecida pelo Internato Rural possibilita agregar ensino, pesquisa e extensão na construção de ações de saúde voltada para as comunidades, formando profissionais comprometidas com as transformações sociais e do setor saúde.



A integração entre universidade/serviços de saúde/comunidade tem permitido repensar tanto as práticas de saúde como os movimentos sociais e o ensino de graduação. Os benefícios advindos dessa prática pedagógica não podem ser avaliados somente por indicadores quantitativos uma vez que as experiências pessoais vivenciadas por docentes, discentes e comunidade inscrevem-se no campo das relações humanas e da história de vidas das pessoas.

Referências bibliográficas

- BUSS, P. Saúde e qualidade de vida. In: COSTA, N. R. (Org.). *Política de saúde e inovação institucional: uma agenda para os anos 90*. Rio Janeiro: ENSP, 1996.
- MENDES, E.V. *Uma agenda para a saúde*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 332 p.
- STACHTCHENCO, S.; JENICEK, M. Conceptual differences between prevention and health promotion: research implications for community health programs. *Canadian Journal of Public Health*, n. 81, p. 53-55, 1990.
- WESTPHAL, M. F.; SANTOS, J. L. F. Práticas emergentes de um novo paradigma: o papel da universidade. *Estudos Avançados USP*, v. 13, n. 35, p. 71-88, jan./abr. 1999.

- **Elaborando uma proposta curricular para o ensino de Libras e Língua Portuguesa no ensino de surdos**

Kaliandra Kaline Silva Cavalcante, Aluna extensionista

Janeíse Taveira Candeia, Aluna extensionista

Jamille Souza Duarte, Aluna extensionista

Verônica Domingos da Silva, Aluna extensionista

Shirley Barbosa das Neves Porto, Professora coordenadora

Eleny Gianini, Professora orientadora

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Resumo

Superada a discussão inicial sobre a adequação da educação bilíngüe para a educação de surdos, uma série de questões didático-pedagógicas se colocam, entre as quais as que versam sobre os papéis das línguas de sinais e portuguesa nesta área de ensino. A fim de assessorarmos uma escola para surdos no equacionamento destas questões, temos como objetivo geral, deste projeto, coordenar, observar e analisar o processo de construção de seu projeto político-pedagógico, quanto a definição do espaço curricular da Libras e da Língua Portuguesa. Desenvolvemos este projeto de extensão, através de duas ações básicas: (1) formação, em serviço, de instrutores de Língua Brasileira de Sinais (Libras), acompanhando-os nos planejamentos de aula e em suas reflexões metodológicas de ensino da Libras, até que autonomamente reflitam e organizem seu trabalho; (2) seções de estudo para aprofundamento das discussões teóricas sobre o ensino de língua portuguesa, particularmente a partir de uma perspectiva de ensino de L2, visando um novo dimensionamento curricular dessa língua e das práticas pedagógicas em sala de aula. Apesar deste projeto encontrar-se em andamento, podemos afirmar que mudanças significativas, principalmente de atitudes, em relação à surdez e ao ensino de surdos vêm ocorrendo tanto por parte dos ouvintes como dos surdos.

Palavras-chave: educação bilíngüe, surdez, ensino de línguas

Introdução

Este trabalho que apresentamos traz algumas considerações sobre o projeto de extensão intitulado “Elaborando uma proposta curricular para o ensino de Libras e Língua Portuguesa no ensino de surdos”, realizado na Escola de Audiocomunicação de Campina Grande “Demóstenes Cunha Lima” – EDAC, instituição criada pelos professores da UFCG, responsáveis pela área de Educação de Surdos, que prestam assessoria pedagógica, através de atividade extensionista, desde a sua fundação. Trata de uma continuidade de projetos anteriores, desenvolvidos em 2000, 2001 e 2002, que tinham como objetivo contribuir para a construção do Projeto Político-Pedagógico – PPP dessa instituição, específica para surdos.

Inicialmente, propomo-nos a definir as concepções de surdez, educação e papel da escola para surdos, bases que fundamentam o PPP. Em um segundo momento, foi analisado qual a escola que temos e a que queremos. No momento, as discussões versam sobre o espaço informal e instrucional das línguas usadas pela comunidade escolar: língua de sinais e língua portuguesa (nas modalidades oral e escrita).

Durante os vinte e um anos de assessoria à Edac, temos amadurecido nossas reflexões sobre a surdez através da possibilidade dialética de análise das produções teóricas a que temos acesso e a prática pedagógica nessa escola. Desde que assumimos, conjuntamente com os professores da Escola, a perspectiva bilíngüe de educação de surdos, houve uma preocupação com o aprendizado da Língua de Sinais (para nós no Brasil, a Libras) como primeira língua dos surdos (L1) e o entendimento de que era necessário criar um currículo para a língua portuguesa como segunda língua (L2).

Superada a discussão sobre a importância da educação bilíngüe, ainda há uma série de questões de cunho político-pedagógico que merecem reflexão e necessitam de uma posição dentro das escolas bilíngües para surdos. Uma dessas questões diz respeito ao papel e espaço das Línguas de Sinais e Portuguesa na organização curricular da escola. Desse modo, não basta à escola bilíngüe para surdos usar do discurso de que é preciso ter a língua de sinais para garantir o desenvolvimento pleno desses sujeitos. É preciso respeitar os espaços de uso das duas línguas, sabendo que isto demanda entendimento sobre a dialética existente na relação língua e cultura.

Para Sacks (1998), a língua de sinais existe e se sustenta sobre dois pilares o biológico e o cultural:

No caso da língua de Sinais, aquilo que a distingue, seu “caráter”, é também biológico, pois se alicerça nos gestos, na iconicidade, numa visualidade radical que a diferencia de todas as línguas faladas. A língua emerge – biologicamente – de baixo, da necessidade irreprimível que tem o indivíduo humano de pensar e se comunicar. Mas ela também é gerada, e transmitida – culturalmente – de cima, uma viva e urgente incorporação da história, de visões de mundo, das imagens e paixões de um povo. A língua de sinais é para os surdos uma adaptação única a um outro modo sensorial; mas é também, e igualmente, uma corporificação da identidade pessoal e cultural dessas pessoas. (p. 136)

É a partir do reconhecimento das peculiaridades lingüísticas dos surdos e do respeito aos seus modos de construção e apropriação da linguagem que a escola bilíngüe para surdos precisa repensar seu currículo da língua portuguesa e assumir politicamente a língua de sinais através da sistematização do currículo de Libras, pois, para que a língua de sinais seja usada em toda sua plenitude por todos, surdos e ouvintes, é preciso que ela se torne objeto de estudo sistemático dentro dos espaços escolares.

Para tanto, é preciso reflexão sobre o status lingüístico da língua de sinais e da língua portuguesa que habitam a escola para surdos, assumindo, como condição sine qua non para a

construção de um currículo realmente bilíngüe, que o espaço lingüístico da escola é marcado por conflitos de poder e valor sobre as línguas. Segundo Dorziat (1999), não é mais possível ter a ilusão de que os espaços escolares, as técnicas e procedimentos de ensino são neutros, sem influências ideológicas e conceituais.

Desse modo, é imprescindível que os professores ouvintes e surdos tenham o entendimento da necessidade e respeito aos espaços das línguas. Assim, repensar o uso social e educacional das línguas portuguesa e de sinais e seus contextos culturais de uso faz-se necessário e urgente para que política e efetivamente as duas línguas se constituam democraticamente na escola para surdos.

Além do mais, segundo Hoffmeister (1999), a completa acessibilidade formativa e instrucional para os surdos só se dará com o aprendizado da língua majoritária através da escrita. Para ele, “(...) há duas estratégias principais que são: usar uma língua para ensinar sobre outra língua; (...) usar uma língua para ensinar informações/conteúdos” (p. 118).

No entanto, ainda, nos dias de hoje, no Brasil, poucas são as referências de sistematização curricular para o ensino dessas línguas. Entendemos que duas ações são prementes para que isto se efetive. A primeira, a de formação continuada dos instrutores de Libras, tanto no ensino da língua como L1 para os surdos como no ensino para os ouvintes, pois, será através dela que a autonomia teórico-metodológica se constituirá, tornando-os não apenas executores de lista de conteúdos a serem trabalhados em sala, mas em pensadores, elaboradores reflexivos do currículo. Essa problemática da formação dos surdos para tornarem-se educadores e não “dadores” de aulas língua de sinais é levantada por Lacerda, Mantellato e Lodi (2000):

(...) no Brasil, é difícil que a formação breve do instrutor surdo consiga contemplar todos os aspectos desejados. A formação de um educador cômico de seu papel de gerar situações discursivamente interessantes e contextualizadas para seus alunos, levando em conta suas características e peculiaridades para a aquisição da língua de sinais, é tarefa árdua e requer uma formação continuada e aprofundada. (p. 5)

Entendemos que não é cabível, no momento atual da educação dos surdos, esperar que os instrutores tenham formação técnica ou em nível superior para depois entrar em sala de aula. No momento, a melhor opção é a formação continuada, a reflexão sobre a ação, além de estudos de cunho teórico e metodológico.

A segunda ação refere-se à contínua reflexão sobre o papel da língua portuguesa na vida do surdo e como a escola bilíngüe significa e sistematiza essa língua. Para tanto, pensamos que é necessário aprofundar as discussões teóricas sobre o ensino de língua portuguesa, particularmente a partir de uma perspectiva de ensino de L2, visando um novo dimensionamento curricular dessa língua e das práticas pedagógicas em sala de aula.

As primeiras reflexões seguem para o entendimento conceitual da diferença de aprendizagem de leitura em L1 e L2 para qualquer indivíduo. Numa perspectiva de ensino do português como L2 para surdos, este conhecimento faz a diferença sobre a percepção e a

compreensão que o professor tem sobre o surdo e sua relação com a língua portuguesa, sobre o erro e sua função no processo de ensino-aprendizagem, sobre a autonomia leitora e por fim sobre os resultados nos textos escritos dos surdos. Para Salles et al. (2002), a tarefa de adquirir uma segunda língua consiste em “(...) domínio dos elementos do léxico, os quais trazem consigo informações sintáticas, semânticas e fonológicas, bem como das possíveis combinações entre eles, o que resulta no conhecimento da boa ou má-formação (sintática, fonológica e semântica) de seqüências” (p. 123).

Todas essas questões específicas das línguas constituem e são constituídas pelos contextos de uso da língua. A língua oral ou a língua de sinais são línguas que existem na interação on line, quaisquer ruídos, desentendimentos, confusões, se percebidos, podem ser desfeitos. A língua escrita se constitui pela relação off line entre os sujeitos e sua existência não se limita a sua natureza lingüística, mas ao social, ao político, ao ideológico. Para Karnopp (2002):

O ponto de partida é um entendimento da natureza da escrita como um ato político, social, mental e lingüístico. Considero a escrita como uma prática social, inserida em relações sociais de uma determinada comunidade, cada uma com suas próprias e complexas práticas convencionais e ideológicas em que o indivíduo precisa encontrar identidade como escritor em que ele se sinta confiante e confortável com a mesma. Argumento ainda que a escrita de surdos é freqüentemente estigmatizada, sendo que as produções textuais são consideradas 'erradas' conforme estabelece o português padrão e, ainda, seus textos não são compreendidos a partir das relações autor-texto-leitor. (p. 56)

Assim, pontuamos os seguintes objetivos para o trabalho de extensão da UFCG na Edac neste ano de 2004: 1) coordenar estudos teórico-metodológicos sobre o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa como L2 para os surdos; 2) definir um novo currículo de Língua Portuguesa para a Edac; 3) orientar os instrutores de Libras da Edac nos planejamentos das atividades de sala-de-aula e dos cursos de Libras oferecidos à comunidade escolar e de Campina Grande, visando a formação continuada e em serviço dos instrutores; 4) iniciar o processo de sistematização de uma proposta de currículo para o ensino de Libras, tanto para surdos como para ouvintes; 5) participar dos encontros pedagógicos da Edac, a fim de refletir as questões teórico-metodológicas referentes ao ensino de surdos, com toda a equipe pedagógica da Escola.

Metodologia

Desenvolvemos este trabalho através das seguintes ações, realizadas na Edac:

1. Para a discussão sobre os espaços das línguas envolvidas na Edac (Libras e Português), participamos dos encontros pedagógicos da Edac, realizados quinzenalmente, com toda a equipe pedagógica da escola. Nestes encontros, coordenamos estudos e debates sobre os temas acima referidos, sempre que se faz necessário.

2. Para o aprofundamento teórico-metodológico sobre o ensino de Língua Portuguesa, coordenamos sessões de estudo, a serem realizadas também quinzenalmente. Nestas sessões, participam dez professoras que ensinam Língua Portuguesa, como polivalentes ou como

regentes de disciplina. Os estudos acontecem a partir de textos teóricos, oficinas para elaboração de propostas metodológicas e avaliação da execução dessas propostas.

A avaliação das propostas tem como base o registro de observações feitas pelas professoras, como também pelas alunas extensionistas, que acompanham o trabalho desenvolvido nas salas de aula.

3. A orientação aos instrutores de Libras é realizada em encontros semanais, para planejamento das atividades de ensino de Libras nas salas de aula da Edac, bem como nos cursos oferecidos a ouvintes da comunidade escolar e de Campina Grande. Ao longo dos planejamentos, a partir da avaliação das atividades desenvolvidas em sala de aula, estamos iniciado o processo de sistematização de uma proposta curricular para o ensino desta língua.

4. Além destas ações, temos encontros quinzenais com a equipe do projeto (professoras coordenadora e orientadora e alunas extensionistas), para planejamento e avaliação contínua das atividades do projeto.

Resultados e discussão

Ao assumirmos, desde 1995, a proposta bilíngüe para a educação de surdos, a primeira grande mudança na organização curricular da Edac foi a inserção da Libras como uma disciplina e a perspectiva de ensino da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como uma segunda língua. Apesar de implementarmos estas mudanças, que consideramos, até hoje, como fundamentais, não havia amadurecimento teórico-metodológico suficiente, tanto por parte dos ouvintes, como por parte dos surdos envolvidos neste processo, para compreendermos as reais implicações de uma proposta bilíngüe, que realmente assuma os aspectos lingüísticos, culturais e políticos dos surdos, no processo educacional.

Tudo era muito novo e incerto: a Libras; a Língua Portuguesa como L2; os status destas duas línguas no espaço escolar; as relações que passaram a existir entre os professores ouvintes e os novos instrutores surdos; a formação específica, tanto dos ouvintes como dos surdos, para atuarem nessa perspectiva, entre outros. Apesar de todas as incertezas, optamos por não esperar equacionar estas questões, para então iniciarmos as mudanças no processo educacional, mas no próprio processo, dar respostas a elas.

Não temos dúvidas de que a educação dos surdos tem de ser bilíngüe. Muitas das incertezas iniciais já se encontram melhor compreendidas e têm reflexos na prática pedagógica da Escola. Outras, fruto das condições postas neste momento, estão sendo, agora, aprofundadas. Dentre elas, o espaço, tanto instrucional como social, da Libras e da Língua Portuguesa.

Por este motivo, as ações deste projeto estão centradas nestas duas linhas, uma relacionada à questão do ensino de Libras e a outra ao ensino de Língua Portuguesa. Apresentaremos os resultados por linha de ação, ressaltando que este é um projeto que se encontra em andamento e que, portanto, os dados são parciais.

a) Ensino de Libras: formação continuada dos instrutores

Ao propormos assessorar os instrutores surdos no planejamento das aulas de Libras, existente como disciplina na Edac, partimos da preocupação com a não existência de uma orga-

nização curricular de seu ensino, o que leva a uma falta de clareza sobre o papel dos instrutores junto aos alunos e a um baixo status dessa disciplina, uma vez que não existe uma sistematização e avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Diferentemente dos demais componentes curriculares (matemática, língua portuguesa, história, geografia e ciências), não há conteúdos definidos por série e nem a exigência de avaliação, que permita diagnosticar o nível de aprendizagem e desenvolvimento da Libras por parte dos alunos.

Neste sentido, passamos a realizar, semanalmente, encontros com os quatro instrutores de Libras da Edac e com a instrutora da escola de surdos de Gado Bravo, cidade próxima a Campina Grande. A referida instrutora foi agregada ao grupo devido à assessoria que a UFCG, também, presta a aquela escola.

Estes encontros dividem-se em dois momentos. O primeiro, é a discussão, a partir da temática explorada pela escola, sobre o que pode ser estudado e pode configurar-se como conteúdo na disciplina de Libras. O segundo, é a organização do plano de aula para a semana e as atividades a serem realizadas pelos instrutores em sala de aula.

Como resultados iniciais desta ação, estamos percebendo uma melhor compreensão, por parte dos instrutores, sobre o fato de que a entrada deles em sala não pode ser espontaneísta e que não é apenas para conversas em sinais, mas para ensinar conteúdos específicos, como acontece em qualquer outra disciplina.

Planejar, executar e avaliar são ações que começam a ser compreendidas como necessárias à prática pedagógica e estão relacionadas ao desempenho do professor. Além disso, notamos uma preocupação, por parte destes instrutores, sobre a necessidade de se apropriarem, cada vez mais, do conhecimento lingüístico da Libras.

Consideramos que dois fatores vêm contribuindo para a consciência de que é preciso conhecer mais profundamente a língua, do ponto de vista lingüístico e pedagógico: 1) os próprios planejamentos, uma vez que ao se eleger um conteúdo a ser desenvolvido em sala de aula, ocorre o estudo teórico deste conteúdo; 2) o curso de formação de instrutores de Libras, que vem sendo oferecido na UFCG e do qual esses instrutores fazem parte. Este curso é composto pelas disciplinas de Libras, Língua Portuguesa, Didática e Prática de Ensino, ministradas pelas professoras que também são responsáveis por este projeto, e conta com carga horária de 160 horas/aula.

Além destes fatores, percebemos que os avanços em relação a esta língua são frutos de um processo de amadurecimento da comunidade surda e a da real apropriação da Libras por parte dos surdos, levando a uma consciência não só lingüística, mas cultural dessa. A compreensão de que a Libras se constitui a partir de sinais oriundos das relações sociais e culturais estabelecidas na comunidade e não de formas de comunicação familiar ou de pequenos grupos de surdos, está levando a uma maior estabilidade da língua e a um cuidado com a distinção entre Libras e LP, distanciando a primeira das formas de português sinalizado, tão utilizado em tempos passados pelos professores ouvintes e incorporado, inocentemente, pelos surdos como forma genuína da Libras.

b) Ensino do Português como L2: encontros de estudo com as professoras

Nesta linha de trabalho, temos dois objetivos. O primeiro é colaborar para a definição

dos espaços das línguas dentro da escola para surdos, pois, apesar dessa ser uma discussão presente na educação de surdos e, também, na Edac, apenas a cerca de um ano começou a ser sistematizada. Para tanto, participamos dos encontros pedagógicos da Escola, realizados quinzenalmente, com toda a equipe técnico-pedagógica, nos quais: (1) promovemos discussões teóricas sobre a questão dos espaços das línguas; (2) procuramos, coletivamente, estabelecer ações que levem a uma nova prática educacional; (3) aproveitamos outras situações que surgem, para provocar reflexões sobre esse assunto.

O segundo objetivo é contribuir na organização curricular do português como L2, pois, nesse caso, a construção do currículo é necessidade pragmática da escola. Nesse sentido, promovemos um grupo de estudo quinzenal, sobre questões teórico-metodológicas do ensino da língua portuguesa para surdos, dos quais participam as professoras, que estão diretamente envolvidas com este ensino.

Quanto ao uso das línguas, a equipe da Edac professa entender que a Libras deve ocupar, cada vez mais, todos os espaços de interação educacional ou social dentro da escola, sendo que, toda vez que estiver um surdo presente, a comunicação deve acontecer através da Libras. Assim, conseguimos uma mudança de atitude, por parte dos ouvintes, nas interações que ocorrem no cotidiano da Escola, além de um avanço na compreensão da Libras como forma genuína de interação e não mais como mero instrumento pedagógico. No entanto, percebemos que ainda surgem conflitos em algumas situações extra-classe, principalmente quando estas envolvem a participação de professores ouvintes e instrutores surdos, como, por exemplo, nos encontros pedagógicos, que são realizados em Português, apesar do entendimento acima exposto e dos apelos dos instrutores surdos para que ocorram em Libras, pois, apesar da presença de intérpretes, a participação desses fica limitada e empobrecida.

Entendemos que fatos desta natureza fazem parte das relações de poder estabelecidas entre ouvintes e surdos, sendo que serão devidamente equacionadas quando os surdos alcançarem níveis acadêmicos de maior prestígio educacional, comporem a maioria da equipe da escola, entre outros fatores. Neste momento, teremos uma escola de surdos e não uma escola para surdos, alcançando-se, assim, realmente uma educação bilíngüe e bicultural plena.

Estamos caminhando, também, na elaboração de uma proposta curricular para o ensino da língua portuguesa como L2 e na sistematização de uma prática pedagógica que julgamos mais adequada ao ensino desta língua para surdos. Os estudos teóricos sobre concepções de ensino de L2, fortalecem o entendimento de que o processo de aprendizagem ocorre a partir das interações sociais que o aluno estabelece com o material escrito, baseadas em seu conhecimento textual, lingüístico e de mundo, e mediadas pela Libras. Entendemos, também, que é a partir do contraste das duas línguas, tornando claro as semelhanças e diferenças existentes entre elas, que avanços significativos no aprendizado da L2 podem ocorrer. Finalmente, por entendermos, de forma mais clara, ser o surdo um ser por excelência vidente, o uso de material visual de apoio vem se tornando imprescindível na prática de sala de aula. Assim, materiais pedagógicos que envolvem o uso de figuras, de vídeos, de desenhos de sinais da Libras, de fotos etc., vêm sendo elaborados e vivenciados, não só com o objetivo de enriquecer as aulas, mas de construirmos

uma proposta pedagógica para o ensino de língua portuguesa, que possa a vir ser compartilhada por todos da Edac e de outras instituições de ensino para surdos.

Conclusão

A Edac, desde sua criação, em 1983, constitui-se como campo extensão, pesquisa e de estágio para professoras e alunos do curso de Pedagogia, especialmente da Habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação, da UFCG. Este intercâmbio permanente permite um enriquecimento mútuo, sendo, na verdade, impossível traçar as histórias da Escola e da Habilitação de forma independente. Muitas das conquistas no campo educacional dos surdos, em Campina Grande, são frutos de estudos, reflexões sobre a prática pedagógica e lutas realizadas por estas duas instituições.

Assim, também, vem acontecendo no aprofundamento das questões teórico-metodológicas referentes ao ensino de Libras e de Língua Portuguesa. Vivenciamos, conjuntamente, todo o processo, temos o conhecimento efetivo da pluralidade de questões existentes nesta instituição escolar, o que nos permite afirmar que mudanças significativas, principalmente de atitudes, em relação à surdez e ao ensino de surdos vêm ocorrendo tanto por parte dos ouvintes como dos surdos.

Referências bibliográficas

- DORZIAT, A. Bilingüismo e surdez: para além de uma visão lingüística e metodológica. In: SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 1.
- HOFFMEISTER, R. J. Famílias, crianças surdas, o mundo dos surdos e os profissionais da audiologia. In: SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 2
- LACERDA, C. B. F. de; MANTELATTO, S. A. C.; LODI, A. C. B. Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos. In: VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE EDUCACION BILINGÜE-BICULTURAL PARA SORDOS. Santiago de Chile, jul. 2001. *Anais*. Santiago de Chile: 2001.
- KARNOPP, L. B. A língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: LODI, A. C. B. et al. *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- SACKS, O. *Vendo vozes*: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SALLES, H. M. M. L. et al. *Ensino de língua portuguesa para surdos*: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2002.
- SANCHÉS, C. Los sordos, la alfabetización y la lectura: sugerencias para la desmistificación del tema. In: VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE EDUCACION BILINGÜE-BICULTURAL PARA SORDOS. Santiago de Chile, jul. 2001. *Anais*. Santiago de Chile: 2001.

Gestão da extensão

- **Extensão universitária: uma possibilidade de formação mais emancipadora na área da saúde**

Luciana M. Cerqueira Castro, Professora Assistente do Instituto de Nutrição

Ruben de Araújo Mattos, Professor Adjunto do Instituto de Medicina Social

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Resumo

Este trabalho pretende oferecer caminhos de compreensão para as potencialidades contidas em algumas experiências de extensão, ou seja, suas características emancipadoras e seu papel na formação dos alunos. Atualmente, as universidades vivenciam múltiplos desafios colocados tanto pela sociedade, quanto pelo Estado. Estes desafios dizem respeito ao questionamento da sua hegemonia na produção de conhecimento e de sua legitimidade. Para buscar saídas para esta crise é preciso, mais que uma análise sobre sua estrutura ou conjuntura, mergulhar no fazer cotidiano da universidade procurando germes de mudanças, experiências que tragam para o debate uma maneira de se fazer formação que não seja aquela centrada no modo moderno de conhecer, onde a razão se separa dos sentimentos, onde as relações são quantificáveis e onde a experiência foi silenciada. Podemos perceber, que a contribuição das atividades para a formação do aluno se dá em dois níveis: formação técnica e aquelas mais voltadas para a qualidade das relações, baseadas no respeito e na criação de vínculos. Foi possível observar também que a concepção de saúde presente nas propostas não reduz o homem às suas doenças, e que o conhecimento produzido é menos disciplinar e mais contextualizado, concretizando-se na articulação com outras formas de conhecimento.

Palavras-chave: extensão universitária, conhecimento emancipador, formação em saúde

Introdução

A universidade vem sendo alvo de inúmeros estudos nos últimos anos, principalmente, sobre a sua capacidade de sobrevivência, sua autonomia e a necessidade de avaliação. Atualmente, vivencia múltiplos desafios colocados tanto pela sociedade, quanto pelo Estado. Estes desafios ou crises dizem respeito ao questionamento da sua hegemonia na produção de conhecimento e de sua legitimidade. A crise da universidade está também, segundo Buarque, “em muitos casos, na perda da capacidade para definir corretamente os problemas aos quais a formação e as pesquisas devem servir” (BUARQUE, 1994, p. 225), ou seja, para que, para quem e como devemos produzir e difundir conhecimento.

Todas estas “crises” geram tensões tanto no relacionamento da universidade com o Estado e a sociedade, como no interior da própria instituição. Urge então que pensemos as saídas para estes pontos de tensão. A universidade precisa se repensar, colocar a público seu projeto para se fazer entender. Ela é uma instituição da sociedade e a ela tem que se referenciar. E é no sentido de busca de saídas para a crise do conhecimento contemporâneo que procuramos estudar a extensão universitária e sua forma de produção de conhecimento.

A ciência moderna tem sido pouco cuidadosa na análise das conseqüências dos atos produzidos por ela. É essa ausência que permite a exploração cientificamente fundada da natureza até a destruição da terra e do homem pela opressão. O conhecimento produzido não é, em nenhum momento, neutro e deve ser pensado em concomitância com suas conseqüências para que os caminhos possam ser reformulados.

Este trabalho tem como objetivos compreender as potencialidades contidas em algumas propostas de extensão da área da saúde, ou seja, as características agregadoras e emancipadoras e seu papel na formação dos alunos, que se quer emancipador, a concepção de saúde presente na proposta e a relação dos projetos com a política da sua área de atuação.

O propósito de empreender um estudo sobre as características dos projetos de extensão, dentre elas o potencial emancipador das propostas, nos remete ao conceito de conhecimento-emancipação de Boaventura Santos (2001). O autor considera como emancipador aquele conhecimento que pensa as conseqüências de seus atos, nos quais a relação sujeito-objeto é substituída pela reciprocidade entre os sujeitos e onde a solidariedade e a participação estão presentes.

Segundo Santos, a ciência moderna constitui-se contra o senso comum, o qual, se por um lado possibilitou o desenvolvimento científico, por outro privou o indivíduo de participar “enquanto atividade cívica no desvendamento do mundo” (SANTOS, 2000, p. 224). O conhecimento emancipação, ao tornar-se senso comum, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que tal como o conhecimento deve traduzir-se em auto-conhecimento, o desenvolvimento deve traduzir-se em sabedoria de vida.

A experiência foi silenciada na ciência moderna e no lugar dela aparecem os experimentos. No caso da extensão, o que percebemos é que ela produz conhecimento a partir da experiência e assim tem uma capacidade de narrar sobre o seu fazer. O conhecimento narrativo deixa sempre o final aberto para a possibilidade de se criarem outros finais ou se iniciarem outros processos. Assim, a forma de produção da narrativa não pretende ser verdadeira

objetivamente, mas ser também subjetiva. Além disto, o que se verifica na extensão é um fazer que sempre pressupõe a presença de um outro, que não é somente o aluno ou professor, mas um ouvinte.

Esta ampliação de cenário permite uma ampliação da experiência onde narrador e ouvinte se misturam e se revezam nos papéis. Quando a experiência é construída numa relação emancipatória, nascem outros narradores e outros ouvintes.

Será que no berço da ciência há espaço para o desenvolvimento de outras formas de saber que tenham como princípios os do conhecimento-emancipação? Seria a extensão um dos loci potenciais de construção do conhecimento emancipatório? Como reconhecer estas dimensões nas práticas extensionistas?

A História da extensão está ligada à origem das universidades européias, caracterizando-se por campanhas de saúde e assistência às populações carentes e apontando para uma atividade pensada para redimir a universidade do seu distanciamento de um determinado grupo social que não tinha acesso a ela. O que se nota desde a sua origem é que, além do caráter opcional, a extensão sempre apareceu como a maneira de aproximar a universidade da população, principalmente de forma assistencial, esvaziada de qualquer significado emancipatório, mas como uma forma de realização das políticas de governo. Porém, existem avanços na reflexão sobre a extensão universitária, e os questionamentos feitos através dos anos trazem para o debate acadêmico a discussão de sua verdadeira função e quais deverão ser suas características. Não queremos com isso subscrever a tese de que a extensão universitária é a articuladora da universidade com a sociedade e que a redenção da universidade se fará através dela, pois este é um assunto para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Na área da saúde, qual seria a atribuição das universidades e qual o papel da extensão universitária, já que é tarefa do Estado a oferta de serviços, a promoção e a recuperação da saúde?

A construção efetiva de um sistema de saúde não excludente, equânime, e porque não dizer, resolutivo, tem sido o maior desafio colocado para o campo da saúde pública nos últimos 10 anos e ainda o será na entrada deste novo milênio.

Mas como a extensão pode contribuir para a formação na área da saúde?

A prática é grandemente influenciada pela formação profissional que, sob a concepção mecanicista e economicista do processo saúde/doença, toma o corpo separado da mente como objeto, cuja preocupação principal é a produtividade e o lucro. A matriz de formação dos profissionais de saúde é influenciada pela racionalidade científica ocidental, caracterizada justamente pela fragmentação do homem.

Os desafios colocados para a saúde pública passam, desde a formação de profissionais, produção e reprodução de conhecimentos, até a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços.

Entendemos que à universidade cabe formar recursos humanos comprometidos com as necessidades sociais e construção de saberes que tenham os princípios do SUS como fundamento da sua ação (equitativo e inclusivo), bem como produzir conhecimentos relevantes

e novas metodologias. Ela pode contribuir também para a mudança da dinâmica de organização dos sistemas de saúde, instituindo novos modelos, mais específicos, definindo prioridades, e isso deve ser feito, de preferência, através da sua participação em redes intersetoriais que contribuam para a definição de políticas, planos, projetos que ajudem a superar as defasagens em saúde.

No caso da saúde, há tempos é solicitado à universidade um repensar sobre o processo de formação dos profissionais da área da saúde de maneira que possam prestar uma atenção mais integral e humanizada, que trabalhem em equipe, que saibam tomar decisões, considerando não somente a situação clínica individual, mas o contexto em que vivem os pacientes (FEUER-WERKER, L. C. M., 2001).

A extensão universitária é propícia para este tipo de aprendizagem e pode ser uma estratégia utilizada para esta experimentação, pois possibilita o olhar da universidade para as transformações que ocorrem no cotidiano.

Assim, se a crise que a universidade enfrenta passa pela crise do conhecimento contemporâneo e, sendo a universidade um espaço de produção de conhecimento, podemos pensar: o que a extensão traz para a crise?

A nossa intuição é de que em alguns lugares, dentre eles a UERJ, estão acontecendo atividades que estão produzindo um outro tipo de conhecimento. Alguns chamarão de utopias, pequenas utopias já presentes no cotidiano universitário.

O caminho percorrido

Este texto faz parte do projeto de doutorado em saúde coletiva, apresentado ao Instituto de Medicina Social da UERJ para a qualificação.

Para atingir os objetivos foi necessário mergulhar na documentação produzida pelos projetos cadastrados na Sub-reitoria de Extensão e Cultura da UERJ e realizar entrevistas com alunos (15), coordenadores (10) e usuários (8) de projetos.

Optamos pelos projetos da área da saúde, nossa área de formação, e selecionamos 10 projetos, dentre os 130 disponíveis, de unidades acadêmicas e administrativas diferenciadas e cujas documentações informavam da articulação dos projetos de extensão com o ensino e/ou pesquisa.

Após a realização das entrevistas e de suas sínteses, os eixos de análise e as categorias foram definidos de forma que pudessem ser comuns à maioria dos depoimentos. Apresentamos aqui um recorte do trabalho desenvolvido e algumas categorias estudadas:

a) concepção de extensão; b) processo de formação, enfocando a relação entre os sujeitos: emancipadoras ou reguladora, formação de novas comunidades interpretativas e o estímulo à reflexão; c) concepção de saúde presente na proposta e d) relação com as políticas da área de atuação.

O que encontramos nas falas e nos documentos

Concepção de extensão

Para a maioria dos membros dos projetos a extensão se apresenta como a possibilidade da universidade interagir com a população e, por consequência, a possibilidade, parece que única, de os alunos terem contato com o mundo fora da universidade.

Esta visão se por um lado reforça o senso comum de que esta é tarefa da extensão, de outro, desresponsabiliza o ensino e a pesquisa de também se aproximarem desta sociedade. A palavra sair foi usada por vários membros dos projetos para designar tanto a necessidade de fazer extensão, quanto para qualificá-la. Outra expressão muito utilizada ao descrever a extensão foi a de que ela é “alguma coisa fora” da universidade, e porque não, fora do currículo. Esta concepção está próxima da simbologia da mão única, utilizada para conceituar a extensão. Significa que a universidade sai e leva o conhecimento produzido dentro dela à comunidade sem o reconhecimento de que é possível também aprender com a comunidade. Esta é uma linha de pensamento que reforça a concepção autoritária do fazer acadêmico.

Outro aspecto levantado diz respeito ao lugar da extensão na universidade. Aparecendo como aquele que, apesar de ser importante e de ser a tarefa que “dá mais trabalho”, não é qualificado o suficiente pelas direções ou colegas de trabalho e não possui financiamento. Mas, apesar de ser vista como uma atividade secundária no rol das tarefas ilustres da universidade, a extensão é citada como aquela que possibilita o contato com um “outro”, que não o aluno ou professor, e pressupõe um trabalho coletivo.

O que se observa nos projetos em geral é a superficialidade ou inexistência da discussão conceitual sobre a extensão, levando a ambigüidades, pouca clareza e a ausência de chaves de leitura para a extensão.

Processo de formação

Todos os projetos possuem alunos, bolsistas e/ou voluntários envolvidos na proposta, sendo que alguns servem de campo de estágio para disciplinas teóricas. A forma de envolvimento dos alunos e professores se diferencia basicamente nos aspectos relacionados à maior ou menor capacitação teórica, o que pode resultar em maior ou menor contribuição para a formação técnica.

Ficou evidenciada na maioria das propostas a preocupação em divulgar os conhecimentos produzidos no projeto através de participação em congressos e seminários, sendo que os alunos já foram co-autores e apresentadores dos trabalhos. Foi observado também que os projetos ajudam a aprofundar temáticas pouco desenvolvidas no curso de graduação.

Durante muito tempo a extensão esteve muito centrada no ativismo, próprio de uma função que nasceu voltada para o mundo externo, “onde o valor não se encontra[va] no número de linhas/artigo publicados, mas única e exclusivamente na possibilidade ou não de atendimento às demandas da comunidade externa” (GUIMARÃES, 1997, p. 58). Porém, é possível perceber algumas mudanças. As atividades vêm incorporando a reflexão sobre o seu fazer e caminhando

para uma sistematização e difusão do conhecimento produzido. Conhecimento este fruto do encontro entre alunos, comunidade e professores. Por outro lado, a dificuldade em produzir e divulgar o conhecimento de forma mais ampla parece estar associada ainda ao desejo de fazê-lo vinculado a um outro modo de produção centrado na dinâmica da ciência moderna, que silencia sobre a experiência.

Em todos os projetos foi possível perceber a capacidade em contribuir para o amadurecimento e formação cidadã do aluno. O contato do aluno com a comunidade externa à UERJ, via projeto de extensão, é relatado como uma experiência que talvez não fosse possível se somente cursassem as disciplinas tradicionais de seu curso. A ênfase dada pelos alunos diz respeito ao aprendizado da vida, de cidadania, de relações mais horizontais entre profissionais e usuários. A fala do aluno exemplifica essa idéia: “a gente alia essa coisa de aprender a ser humano com a aprendizagem da técnica” ou, ainda, na extensão é [o trabalho] “tanto voltado para a vida quanto para o acadêmico”.

É visível também o grau de compromisso dos alunos com o trabalho desenvolvido e a capacidade de falar sobre ele. A formação da consciência crítica não está diretamente relacionada somente à formação teórica, e sim de como as relações são estabelecidas dentro do projeto.

No conjunto, temos diferentes formas e graus de apropriação, pelos grupos, dos conhecimentos produzidos nas experiências. Estas características de apropriação têm traços mais ou menos emancipatórios e encaminham para a autonomia. Grosso modo, os projetos que têm mais capacidade de apropriação dos conhecimentos são aqueles que tematizam de uma maneira absolutamente clara as questões da autonomia, da preocupação com o outro e com a solidariedade.

Relação com as políticas

Ao analisar de que forma se dá a relação dos projetos com as políticas, verificamos que 4 projetos têm uma interlocução direta com os formuladores de políticas. De outro lado, alguns projetos que não têm interlocução com os formuladores de políticas públicas, seja municipal ou estadual, e nem com setores específicos dos órgãos públicos que são responsáveis pelas ações na sua área de atuação, têm recebido, para capacitação, profissionais através de uma demanda individual, vinculados ou não ao sistema de saúde público. Outros, devido à temática de trabalho do projeto, conseguem ter uma influência, de forma indireta, nas políticas públicas da área. Esta capacidade está porém mais relacionada à temática de trabalho que permite uma interlocução mais direta.

Acreditamos que projetos com um recorte por grupo alvo mais definido e com uma equipe mais consolidada têm capacidade de fazer a interlocução externa com mais vigor.

No caso da saúde e da formação em saúde, o envolvimento político com projetos de reforma da saúde tem induzido a propostas de reatualização do ensino e, por outro lado, a realização de análises contínuas sobre o processo político do contexto estimula a instituição a costurar alianças e proceder a articulação política necessária à construção de sua missão institucional (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998).

Para que a universidade possa ter uma maior participação no direcionamento técnico das ações, a sua gestão não pode ficar somente no âmbito do gerenciamento das atividades, “mas é preciso também administrar as relações dessas atividades com a realidade social onde elas estão inseridas” (BOTOMÉ, 1996, p. 103) e aí está o poder político local.

A pouca interlocução com os formuladores de políticas nos leva a uma questão: a de que a universidade é “ruim de comunicação” (RIBEIRO, 2003, p. 65). Segundo Ribeiro, isto não se restringe às relações da academia com o que está fora dela mas também internamente. Segundo ele “o que fazemos com o que está fora fazemos dentro”. O olhar para fora ajudaria neste caso a explicitar o implícito. Ele afirma ainda que o que está em jogo é uma concepção de universidade em que o diálogo é “raro e ralo”.

De uma forma geral, o que percebemos nos projetos é que para participar do debate político é necessário ou estar na rede de debate sobre o tema e ter canais para fazer circular o conhecimento produzido ou a proposta ter sido planejada para programar ações intencionais de influência sobre o assunto ou de monitoramento sobre o assunto.

Concepção de saúde

Os 10 projetos analisados apresentam-se de forma diferenciada quanto à forma de cuidado com a saúde. Assim, temos projetos que fazem atendimento clínico, que desenvolvem ações de promoção da saúde através de atividades grupais e que realizam diagnósticos laboratoriais, sendo que um mesmo projeto pode desenvolver mais de uma atividade.

O que encontramos na prática cotidiana e nos discursos dos atores dos projetos de extensão a respeito da concepção de saúde nos leva a uma abordagem que, também pensando a doença e o sofrimento, não se volta somente para a uma intervenção no corpo, ou seja, reducionista. A relação percebida na maioria dos projetos é normalmente mais horizontalizada, de forma que o profissional discuta os processos e não determine as regras a serem seguidas por aqueles que estão adoecidos. Os sujeitos, neste caso, passam a ser vistos também como aqueles que possuem desejos e sonhos, e as práticas trazem no seu bojo as relações de solidariedade e de ressignificação da saúde, apontando para características transdisciplinares, pois entendem que as necessidades de saúde dos indivíduos se diferenciam tanto no seu aspecto qualitativo quanto quantitativo, e pressupõem para sua abordagem uma interação entre os sujeitos.

Um outro fator importante percebido nos projetos foi a criação de vínculos entre alunos, professores e comunidade-usuários. Isto traz para dentro da universidade e portanto para um dos espaços de formação, outras dimensões importantes do processo de cura como a sensibilidade, que perdeu espaço com o domínio da razão.

Assim, podemos colocar que a concepção de saúde presente nas experiências analisadas é um signo que se relaciona com a perspectiva emancipatória.

Considerações finais

A construção de uma nova universidade no Brasil, sintonizada e comprometida com os problemas cruciais da sociedade, precisa na verdade da reforma de pensamento, precisa ser projetiva e emancipatória, deve cultivar a razão crítica, a arte de gestar, alimentar e gerir os valores inalienáveis da condição humana: o direito à vida, à informação, aos benefícios do progresso, da cultura e da felicidade (MORIN, 2000).

No entanto, é preciso ver também com outros olhos algumas iniciativas presentes nas experiências da universidade. Se não é verdade que a universidade recuperou, se é que no Brasil ela teve, a sua dimensão mais humanística, também não é verdade que ela se desobrigou totalmente desta tarefa. Prova disso são as experiências de extensão que estudamos. Com todas as mazelas, com algum rastro de assistencialismo, com necessidade de se firmar no campo político, ainda assim elas mostram que é possível se enveredar por outros caminhos.

A extensão universitária, pelas características apresentadas através dos projetos, tem possibilidade de se concretizar como uma prática acadêmica essencial: coloca-se como um espaço estratégico para promover práticas integradas entre várias áreas do conhecimento, para isso é necessário criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes sujeitos, favorecendo a multidisciplinaridade; potencializando, através do contato de vários indivíduos, o desenvolvimento de uma consciência cidadã e humana e assim a formação de sujeitos de mudança, capazes de se colocarem no mundo com uma postura mais ativa e crítica.

Não existe receita e depende basicamente de professores e alunos dispostos, de gestões que estimulem a prática mais integrada, que valorizem o aprender a ser e a conviver. É necessário financiamento sim, são necessárias condições de infra-estrutura mínimas para o encontro dos sujeitos das propostas. Ou seja, é necessário um maior compromisso da instituição para melhor efetivação das atividades.

Após o estudo, a esperança ainda permanece, pois algumas práticas retêm o germe da humanização, mesmo que ainda presentes resquícios da regulação, brigam com seus próprios defeitos, às vezes nem sentidos, mas justificados em ações tidas como científicas, mas que tentam diminuir a discriminação e a dominação. Vínculos ainda estão sendo criados e quando permanecem ainda algumas brasas acesas é possível reacender o fogo que os manterá vivos. Nossas ilusões e idéias diretoras deverão ser reconstruídas, nosso compromisso com o novo deve ser estimulado, nossos valores deverão ser rearranjados.

É a minha utopia, uma utopia realista, pois se não morreu de tudo, ainda não morreu, está sufocada, desnutrida numa espera com esperança.

Referências bibliográficas

- BOTOMÉ, S. P. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Vozes, Ed. da Universidade Federal de São Carlos, Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1996.
- BUARQUE, C. *A aventura da universidade*. São Paulo: Unesp, Paz e Terra, 1994.
- FEUERWERKER, L. C. M. Estratégias para a mudança da formação dos profissionais de saúde. *Caderno de Currículo e Ensino*. Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde – Nutes, a. 3, v. 2, n. 4, p. 11 -23, dez. 2001.
- GUIMARÃES, A. M. M. Extensão universitária como reconfiguração de saberes. In: LEITE, D. MOROSINI, M. (Org.). *Universidade futurante: produção do ensino e inovação*. Campinas: Papirus, 1997. p. 55-76.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
- PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma nova saúde pública ou campo aberto a novos paradigmas? *Revista de Saúde Pública*, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.
- RIBEIRO, R. J. *A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- SANTOS, B. S. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

- **As práticas curriculares da extensão universitária**

Edineide Jezine, Doutora em Sociologia

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Resumo

A Extensão Universitária como uma das funções que compõem os pilares da instituição universidade tem sido alvo de críticas e proposições, cortejada por diversos setores da sociedade tem assumido ao longo da história diferentes concepções teóricas e ideológicas, que influenciam, inclusive, na própria concepção de universidade. As Análises dos discursos dos estudiosos do tema apresentam abordagens teóricas que fundamentam a extensão como função social da universidade, outrossim, no contexto da globalização, abertura de mercado e privatização das instituições públicas, uma nova abordagem teórica e prática tem se imposto à extensão universitária, qual seja, a mercadológica. Nesse sentido, torna-se importante analisar as abordagens de extensão como função acadêmica da universidade, na perspectiva de uma ação incorporada ao que fazer universitário, estando no mesmo patamar de atividade curricular que o ensino e a pesquisa. Destarte, a extensão universitária é parte orgânica do currículo na formação de educadores e profissionais, pois a partir de sua dinâmica social se dá a produção das relações interdisciplinares entre as práticas de ensino e pesquisa, caracterizando-se como o elo de integração do pensar e fazer, da relação teoria-prática na produção do conhecimento.

Palavras-chave: extensão universitária, função social, teoria-prática

Introdução

A abordagem teórica que defende a extensão como função acadêmica da universidade objetiva integrar ensino-pesquisa, e a que incorpora a extensão universitária às práticas de ensino e pesquisa parte da crítica à extensão voltada para prestação de serviços em uma perspectiva assistencialista, qual seja, a extensão voltada para o atendimento das necessidades sociais das camadas populares.

No contexto histórico dos últimos 30 anos, no Brasil, mudanças políticas, econômicas e sociais têm ocorrido, influenciando nas discussões teóricas de caracterização ou não da extensão como uma função da universidade, formulando-se três concepções de extensão universitária, quais sejam: a concepção assistencialista, a acadêmica e a mercantilista, que construídas historicamente se corporificam no exercício da prática curricular das atividades universitárias e expressam diferentes perspectivas ideológicas de universidade-extensão universitária e da relação universidade e sociedade.

A diversidade teórica aponta para a importância de se apreender a preponderância ideológica que norteia as práticas extensionistas na atualidade. Para tanto, a base empírica desta análise foi a home page das universidades públicas federais, materializada em relatórios, projetos, planos de ação, divulgação de eventos e outros. Estes dados, considerados discursos, sintetizam

orientações institucionais adotadas em confronto com sentidos circulantes na sociedade brasileira, foram primeiramente examinados com vistas a apreender sentidos, temas, concepções ideológicas predominantes, mesmo considerando que cada universidade, cada prática curricular, tem sua própria dinâmica e finalidade em cada momento histórico.

A concepção assistencialista

Autores como Botomé (1996), Moraes (1996), Marcovitch (1998) defendem a incorporação da extensão universitária às práticas de ensino e pesquisa, pois consideram um equívoco a existência da extensão universitária, uma vez que a criação de uma terceira função na universidade não supriria as lacunas deixadas pelo ensino e pela pesquisa.

A crítica dos autores centra-se na extensão que evoca a si responsabilidades de intervenção extramuros a partir do argumento do “compromisso social”¹ da universidade, muitas vezes substitutivos da ação governamental. Refere-se à influência do modelo americano de extensão cooperativa,² incorporada à prática universitária como prestação de serviços sob a forma de cursos práticos, conferências e serviços técnicos e assistenciais.³

Assim, a prestação de serviços como uma das atividades próprias da extensão que pretende promover a integração universidade sociedade é incluída como uma função da universidade, constituindo um espaço em que se agregam diversas e diferentes ações, criando a idéia de multiversidade,⁴ que inclui variedade de ações, desenvolvimento da ciência aplicada e participação nos problemas regionais, de modo que as raízes da extensão ainda fertilizam a prática atual extensionista, em que se estabelece como prioridade, a busca de solução para os problemas sociais e a relação universidade e sociedade tende a ser unívoca, girando em torno do “atendimento de necessidades sociais emergentes”, como fica patente na análise de algumas universidades públicas federais através dos seus programas, atividades e eventos organizados, que atendem carentes e desempregados, promovendo cursos profissionalizantes, assistência técnica e serviços assistenciais.

Embora persista a concepção assistencialista em alguns projetos de extensão, observa-se, no panorama das atividades extensionistas das universidades federais, uma mudança de concepção, que se expressa em uma nova postura para a extensão universitária, pautando-se pelo princípio educativo, entendido por Gramsci (1989, p. 130) como a relação teórico-prática, proporcionando um novo pensar e fazer, capaz de desenvolver uma concepção histórica de sujeito e sociedade.

¹ O compromisso social na concepção assistencialista é compreendido como o atendimento às necessidades básicas de educação, saúde e cultura das comunidades carentes.

² É a ação extensionista praticada através de programas de assistência técnica aos agricultores, programa de economia doméstica e de organização da juventude, realizado principalmente pelas universidades Land Grant. Ver GURGEL, 1986, p. 61.

³ Já se fazia referência à extensão sob a forma de prestação de serviços no Estatuto das Universidades Brasileiras (1931) e posteriormente, foi incluída na Lei nº 5.540/68. Ver TAVARES, 1997 e FÁVERO, 2000.

⁴ No Brasil a idéia de multiversidade foi experimentada com a Universidade de Brasília, na década de 60, que pretendia aglutinar a função formadora, de cultura básica, de preparação de especialista, de curso de pós-graduação e pesquisa, a idéia de serviços e a integração com a sociedade. Ver JEZINE, 2001, p. 127.

Nessa perspectiva, a extensão universitária, pretende deixar de ser uma função esporádica e assistemática para caracterizar-se como uma função acadêmica, que compõem o pensar e o fazer universitário, constituindo-se parte integrante do currículo em uma perspectiva de interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Para tanto, Serrano (2001, p. 26) alerta para a necessidade dessa consolidação, apontando indicadores para essa nova prática:

A institucionalização de uma extensão verdadeiramente acadêmica exige, naturalmente, uma intensa articulação interna e externa às universidades; tanto na formulação de uma política pedagógica onde de fato a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa se materializem; quando na formulação de parcerias de dimensão interinstitucional, e na integração com os agentes sociais dos projetos de extensão.

Assim, alicerçado no princípio da extensão como um processo educativo, os projetos de extensão baseados na concepção acadêmica objetivam relacionar os diversos saberes, em uma íntima relação da produção do conhecimento com a realidade social.

A função acadêmica da extensão

Na busca de superação da dimensão de prestação de serviços assistencialistas, a extensão universitária é redimensionada com ênfase na relação teoria-prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como oportunidade de troca de saberes. Esses pilares passam a integrar o conceito de extensão formulado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, e reafirmados no Documento Universidade Cidadã de 1999 e no Plano Nacional de Extensão de 2000,⁵ cabendo destacar neste último documento o objetivo a seguir:

Reafirmar a Extensão universitária como processo definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica em relações multi, inter ou transdisciplinar e interprofissional. (apud. NOGUEIRA, 2000, p. 121)

A concepção de extensão como função acadêmica se opõe à idéia de que constitua uma atividade menor na estrutura universitária, a ser realizada por professores sem titulação, nas sobras de tempo disponível, e que o trabalho junto às comunidades carentes é uma solidariedade individual. Diante dessa nova visão de extensão universitária, esta passa a se constituir parte integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, envolvendo professores e alunos de forma dialógica, promovendo a alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilite a formação crítica.

⁵ Ver NOGUEIRA, 2000.

A adoção dessa concepção pelas diferentes universidades não as conduz a relegar a prestação de serviços, nem o compromisso social da universidade com as classes populares. Assim, o caminho não é unilateral da universidade para a sociedade, mas há a preocupação em auscultar as expectativas produzidas pela sociedade, bem como em valorizar o contexto em que as atividades se inserem, na busca de uma relação de reciprocidade, mutuamente transformadora, em que o saber científico possa se associar ao saber popular, a teoria à prática, em um constante movimento dialético permeado pela realidade social e a experiência do pensar e fazer.

Observa-se que a perspectiva ideológica não é mais a mesma da concepção assistencialista, embora se priorize a comunidade carente, trabalha-se junto a ela no sentido de potencializar a sua organização política e autonomia. Assim, tanto a universidade como a extensão universitária ganham um novo sentido, deixam de ser redentoras da sociedade e passam a ser instrumento capaz de promover a organização política, social e cultural dos grupos desagregados, a partir da relação entre a alta cultura e cultura popular, entre teoria e prática, estabelecendo o “nexo instrução-educação”, que para Gramsci (1989, p. 131) é

(...) representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e cultura representado pelos alunos, sendo também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e em disciplinar a formação da (criança) conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior.

Os princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade revelam um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania.

A confirmação da extensão como função acadêmica da universidade não passa apenas pelo estabelecimento da interação ensino e pesquisa, mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento. Tarefa que se torna desafiante para a extensão, pois sem ter a função específica do ensino, deve ensinar, sendo elemento de socialização dos conhecimentos. E sem ser pesquisa, deve pesquisar para buscar os fundamentos das soluções dos problemas da sociedade. Nesse sentido, a interação ensino-pesquisa-extensão são os pilares que alicerçam a formação humana/profissional, bem como a interação universidade e sociedade, no cumprimento da função social da universidade.

Assim, a extensão como uma função da universidade, objetivando se firmar a partir da concepção acadêmica, inserida no contexto de contradições inerentes ao próprio processo de produção do conhecimento em uma sociedade capitalista, busca uma nova dimensão de universidade, sociedade e sujeito, consubstanciada na perspectiva ideológica do “compromisso

social”⁶ como instituição pública, viabilizando a organização política do grupo, em que, além da promoção de uma consciência crítica, se almeja a intervenção na realidade em uma perspectiva transformadora e libertadora da autonomia do sujeito.

O trabalho da extensão universitária numa perspectiva acadêmica pretende, assim, ultrapassar o limite da ciência técnica, do currículo fragmentado e da visão de homem como objeto a ser manipulado, encaminhando-se para uma visão multidimensional, em que as dimensões político-social-humana estejam presentes na formação do sujeito, concebido como ser histórico.

A prestação de serviços na perspectiva mercantilista

Contudo, as transformações econômicas e políticas de globalização da economia, abertura de mercados, flexibilização do trabalho e redução dos gastos do Estado com as instituições sociais, ocorridas no contexto da sociedade brasileira a partir das políticas neoliberais, têm provocado significativas mudanças no que se refere ao papel social da universidade e da extensão universitária, bem como na forma e nos mecanismos de promoção da interação universidade e sociedade, gerando implicações de cunho teórico e metodológico na prática curricular.

A acelerada produção tecnológica e informatização do conhecimento têm exigido das universidades, como instância produtora de conhecimentos, uma nova postura no que diz respeito às condições materiais de produção do seu trabalho. Ou seja, a competitividade do mercado coloca em xeque a qualidade do seu produto e a sua própria existência como instituição destinada à produção do saber, instigando com isso o estado de crise⁷ por que passam as instituições públicas sociais, em especial as universidades.

Diante desse contexto, as concepções ideológicas de universidade e extensão universitária adquirem outras significações na prática curricular. Não mais se acentua a preocupação no atendimento às necessidades sociais da comunidade, a exemplo da concepção assistencialista, ou mesmo a integração do ensino-pesquisa, da relação universidade e sociedade e/ou da relação teoria-prática, em uma perspectiva dialética, como proposto pela concepção acadêmica. Outra concepção ideológica tem se constituído frente às novas exigências da sociedade globalizada, acentua-se a dimensão exterior à universidade, bem como os aspectos econômicos e de parcerias com outras instituições, deixa-se de privilegiar o atendimento aos grupos excluídos e passa a tratar a todos como consumidores. Dessa forma, o produto da universidade transforma-se em mercadoria a ser comercializada, e a extensão passa a ser um dos principais canais de divulgação e articulação comercial.

A análise de projetos de extensão, discursos de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras, e outros documentos revelam que a extensão é o principal órgão de articulação de parcerias entre a universidade e setores externos da sociedade na busca de financiamentos e institucionalização das atividades extensionistas. Tal perspectiva, para

⁶ Nessa concepção, “compromisso social” é entendido como um movimento dialético que envolve a filosofia da práxis que, “não pode ser concebida senão em forma polêmica, de luta perpétua” (GRAMSCI, 1991, p. 145).

⁷ As crises são caracterizadas por Santos (1995) como crise de hegemonia, legitimidade e institucionalidade.

alguns pró-reitores de extensão, tem-se tornado inevitável, primeiro pelo encolhimento do Estado, segundo pelo fortalecimento do mercado e terceiro pelo desenvolvimento de tecnologias, que passam a requerer da universidade, como instância produtora de conhecimentos, respostas às demandas geradas pela nova ordem econômica, tanto em termos de formação profissional como em termos de produto destinado à sociedade.

Essa concepção de extensão universitária, caracterizada como mercantilista, traz em seu contexto a formação ideológica de um projeto de privatização da universidade que substitui a possibilidade de igualdade de acesso pelo pagamento de taxas e pela adoção de outros instrumentos que não representam a identidade de uma universidade pública e gratuita.

Há de se considerar, diante dessa nova concepção teórica e prática que se esboça na extensão universitária, que o ensino superior oferecido pelas universidades públicas continua escasso para as camadas mais pobres da população, porém entende-se que não será via extensão universitária, seja em uma perspectiva assistencialista, acadêmica ou mercantilista, que vai ocorrer a diminuição das desigualdades sociais, próprias da estrutura do sistema capitalista. Contudo, assinala-se a necessidade de a universidade e a extensão universitária cada vez mais tornarem relevante o seu compromisso social, qual seja, o comprometimento com a crítica e autonomia dos sujeitos sociais, princípio a ser desenvolvido na prática curricular do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para tanto, torna-se importante refletir, discutir e analisar as concepções ideológicas de universidade e extensão universitária, detendo-se nas implicações que tais concepções podem trazer para a prática curricular universitária, no sentido da perspectiva do tipo de formação, de sujeitos e sociedade que se pretende desenvolver. Portanto, o desafio que se impõe às universidades brasileiras e à extensão universitária no mundo da globalização e de perda das fronteiras é o de procurar ser elemento articulador da comunicação entre teoria-prática, universidade-sociedade, construindo a teoria da reciprocidade, integração do pensar, fazer e viver a partir do rompimento da dimensão dicotômica, dualista e fragmentada que tem sido implementada no cotidiano universitário.

Assim, partindo das abordagens teóricas e fases históricas apresentadas, pode-se encontrar na extensão três concepções ideológicas que foram incorporadas nos diversos contextos históricos e se entrecruzam adquirindo materialidade nas práticas extensionistas das universidades.

A primeira concepção constitui-se desde a origem da extensão sob a ótica do atendimento às demandas sociais por intermédio da prestação de serviços, passando de uma dimensão transformadora-redentora da sociedade para uma assistencialista-conservadora, uma vez que as ações extensionistas em sua maioria são voltadas para a manutenção de desigualdades sociais. Nessa concepção, as ações extensionistas caracterizam-se por programas e atividades esporádicas nas comunidades, objetivando a “resolução” imediata e paliativa de problemas sociais, sem discussão previa dos fatores que provocam desigualdades sociais, nem incentivo a formas de intervenção organizada, daí serem denominadas assistencialistas.

A segunda concepção, formulada inicialmente no bojo dos movimentos sociais, via na relação universidade/extensão universitária/sociedade a possibilidade de uma ação transfor-

madora da sociedade. Trata-se de concepção que influenciou a formulação do conceito de extensão universitária elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e que é defendida por este e por muitos estudiosos como função acadêmica da universidade.

E a terceira concepção tem-se formado ao longo das mudanças ocorridas na estrutura do Estado e da sociedade, em concomitância com a luta da extensão para confirmar-se como função acadêmica com o mesmo nível de valorização do ensino/pesquisa. Concebe as ações como atendimento às demandas advindas da sociedade, que não são mais vistas como carências sociais,⁸ mas como novas expectativas de serviços geradas pela sociedade globalizada. A parceria ou venda de serviços seria o meio de articular a universidade aos demais setores da sociedade civil, tornando-a uma produtora de bens e de serviços, concepção aqui denominada mercantilista.

Nesse sentido, as concepções extensionistas preponderantes expressam ideologias circulantes nos diversos contextos históricos e se evidenciam nas práticas extensionistas das universidades e nas abordagens teóricas elaboradas pelos estudiosos do assunto, enquanto uns defendem a extensão como função acadêmica da universidade, com o papel de integrar ensino/pesquisa/extensão, outros concebem a extensão inerente ao processo de ensino e pesquisa, não tendo necessidade de uma função específica para a socialização do conhecimento, pois este é papel do ensino e da pesquisa e em meio à polaridade teórica se firma a necessidade da universidade como instituição social atender as necessidades da sociedade em sua totalidade, com isso firma-se a concepção dos serviços sob a ótica da venda, impondo assim, a ideologia da racionalidade empresarial que coloca em xeque a institucionalidade e a hegemonia da universidade.

Diante do exposto e da nova perspectiva que se forma de extensão universitária, não se pode permitir que a universidade abra mão de sua identidade histórica, como instituição produtora de conhecimentos, sendo fundamental nesse momento de formulação de novas abordagens teóricas ter uma ação pró-ativa de valorização do seu que fazer, caso contrário corre o risco de torna-se passiva diante dos constantes desafios de produção do conhecimento.

⁸ A nova caracterização de atendimento às demandas sociais não significa que as carências sociais tenham sido sanadas ou resolvidas, ao contrário, continuam até em maiores proporções. No entanto, não se tornam mais prioridades das universidades para o cumprimento de sua função social, que se estendeu ao atendimento dos diversos interesses sociais e políticos.

Referências bibliográficas

- BOTOMÉ, P. S. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis, RJ: Vozes, Educs, EdufsCar, 1996.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GURGEL, R. M. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez, 1986.
- JEZINE, E. Multiversidade e extensão universitária. In: FARIA, D. S. de (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: UnB, 2001.
- MARCOVITCH. *A universidade impossível*. São Paulo: Futura, 1998.
- MORAIS, R. de. *A universidade desafiada*. Campinas: Unicamp, 1997.
- NOGUEIRA M. D. P. (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEX/UFGM, 2000. 194 p. (Documentos básicos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades Públicas Brasileiras, 1987-2000).
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SERRANO, R. M. S. M. Extensão universitária: um projeto político e pedagógico em construção nas universidades públicas. *Participação*, Brasília: UnB, a. 5, n. 10, p. 26-28, 2001.
- TAVARES, M. das G. A política de extensão para as universidades brasileiras: análise das propostas do governo a partir dos anos 80. *Revista do Centro de Educação da UFAL*, Alagoas, a. 5, n. 5/6, 1997.

- **Cooperação internacional: a interface com a extensão universitária**

Edison José Corrêa, Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (2000-2006). Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2002-2004)

Sandra Regina Goulart Almeida, Diretora de Relações Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais (2002-2006)

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

São apresentadas possibilidades de atuação conjunta, envolvendo as assessorias de cooperação internacional e as pró-reitorias de extensão das universidades brasileiras. Ressalta-se, inicialmente, no contexto da discussão sobre a reforma universitária brasileira, que a educação deve ser considerada bem público e parte decisiva de um planejamento nacional, bem como que a educação superior é condição de soberania na cooperação internacional. Na temática de institucionalização e gestão, além do aspecto mais facilmente reconectível para essas ações, o do intercâmbio, são também assinaladas as possibilidades, e demonstrados exemplos atuais no Brasil de desenvolvimento de estratégias comuns dos setores acadêmicos para implementação de política institucional, a participação em organismos e eventos internacionais e o desenvolvimento de projetos colaborativos internacionais.

Palavras-chave: extensão universitária, cooperação internacional, gestão universitária

A convite, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras — representado por seu presidente — participou de mesa-redonda sobre o tema Interfaces da Cooperação Internacional, na XVI Reunião Anual do Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais – Faubai, em Brasília, 26 de maio de 2004. Também participaram representantes dos fóruns das áreas de graduação e de pós-graduação e pesquisa. O convite suscitou uma reflexão sobre como a extensão universitária brasileira tem participado em movimentos de cooperação internacional, como coadjuvante dos setores acadêmicos, e que ações específicas poderiam ser implementadas.

A primeira constatação é que essa inserção da extensão universitária não deve ser entendida de forma setorial — como mais um campo de ação extensionista, ou de qualquer outra área acadêmica —, mas dentro de um projeto institucional da universidade. Conjunturalmente, vive-se um momento particularmente importante, em que a universidade brasileira é chamada a posicionar-se e contribuir para a efetiva implementação de políticas públicas e de desenvolvimento. Para essas políticas, a universidade deverá ter respostas, nos mais diversos campos — educação, cultura, saúde, meio ambiente, tecnologia, trabalho, comunicação, direitos humanos, entre outros, com uma contribuição que deve abranger

aspectos de formação de pessoas —, na graduação, pós-graduação e educação continuada — de investigação e inovação, e de interação social —, núcleo básico da extensão universitária, com abrangência nacional e internacional.

A inserção internacional da universidade brasileira, com participação do setor acadêmico de extensão, mais do que uma rotina institucional, é uma obrigação para quem pensa em enfrentar e vencer os desafios, colocados pelo mundo e pela sociedade brasileira às instituições nacionais de ensino superior. Essa preocupação é atualmente mais reforçada nas discussões sobre a reforma universitária, nas quais o tema da cooperação internacional deve ter importância indiscutível. O documento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior – Andifes — Reforma Universitária: Proposta da Andifes para a Reestruturação da Educação Superior no Brasil —, apresentado como contribuição ao debate nacional, ao tratar da necessidade de uma política de Estado para a educação superior, afirma:

Como política de Estado, as mudanças no sistema educacional devem ser orientadas por objetivos de longo prazo e por uma concepção clara da missão da educação superior, de seus desafios e compromissos com a Nação. Dizendo respeito ao Estado, e não apenas a governos, a política relativa ao ensino superior é parte inseparável de um projeto de nação. Contrariamente ao que vem sendo veiculado nas reuniões do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), a educação deve ser considerada bem público e parte decisiva de um planejamento nacional.

O exercício da função reguladora por parte do Estado e a vigorosa participação pública constituem condições imprescindíveis para que evitemos o tratamento da educação como mercadoria e sua subordinação aos interesses das elites políticas e econômicas, que, de forma tão perversa, continuam a acentuar a desigualdade social que marca a história brasileira. Além disso, as condições da globalização no mundo contemporâneo indicam a estreita aliança entre o desenvolvimento nacional e a capacidade das nações em constituir parques de conhecimento sólidos e duradouros. A desatenção para com a educação superior, solo majoritário do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, tem como consequência inevitável para as nações a renúncia à soberania. Ressalte-se que, nas instituições públicas, majoritariamente, é conduzida a pesquisa científica nacional. Nelas foram desenvolvidas tecnologias e conhecimentos que alavancaram as atividades mais exitosas da sociedade brasileira em todos os setores da atividade humana. Como consequência, reúnem um acervo cuja construção demandou não apenas recursos financeiros, mas anos de qualificação dos recursos humanos. É fundamental que o encaminhamento do debate sobre autonomia proponha uma nova relação das IFES com os fundos setoriais, agências de fomento, empresas e outras organizações financiadoras da inovação, da pesquisa e do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. A revisão dessas relações é fundamental para o almejado desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, cultural e social do País. Esse novo relacionamento, preservando a liberdade acadêmica, deverá priorizar e fortalecer as iniciativas institucionais e o trabalho coletivo.

Esse princípio da educação superior como política de Estado, no documento da Andifes, é reforçado, ainda, no item a seguir, ao abordar a cooperação internacional.

A educação superior universitária é condição de soberania na cooperação internacional

A educação sempre foi absolutamente estratégica para o desenvolvimento das nações. Nos últimos anos, no contexto da chamada “globalização”, o valor da educação tornou-se mais evidente. É flagrante a relação existente entre educação em geral e desenvolvimento econômico, social e humano. Hoje, mais do que ontem, uma nação que se mostra incapaz de sustentar um sistema de educação superior independente, pertinente e qualificado, voltado para a formação de seu povo, para a geração e a disseminação do conhecimento, de fato, abdica de sua soberania. A educação superior que associa ensino e pesquisa deve ser tratada, sem hesitação, como um dos mais preciosos e estratégicos investimentos na construção das nações contemporâneas.

Para tal, o referido documento apresenta como estratégia:

Formular e estimular programas de intercâmbio de âmbito regional, nacional e internacional, envolvendo a cooperação acadêmica e a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores, visando ao aprofundamento das relações do Brasil com outras nações.

Nas universidades brasileiras, para os debates e encaminhamentos, essas questões têm que ter a abrangência do projeto institucional, com interação de todos os setores acadêmicos. Do ponto de vista operacional, Diretoria de Relações Internacionais – DRI e Pró-Reitoria de Extensão – Proex da Universidade Federal de Minas Gerais, ao lado das outras instâncias universitárias, têm buscado fazer uma reflexão e aproximar suas concepções, metodologias e planos de trabalho para que se instale uma política institucional de cooperação internacional. Para tal, assim poderiam ser vislumbrados os papéis de cada setor.

A Diretoria de Relações Internacionais, ligada ao Gabinete da Reitora, apresenta-se como instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, captando, implementando e acompanhando projetos e parcerias interuniversitários. Tem por missão atuar junto com os demais órgãos da administração central no sentido de inserir a UFMG no cenário internacional, para que se fortaleça a interação com instituições do exterior. Responde pelos contatos internacionais da universidade, pela execução de eventos, assessoria e convênios internacionais assumidos pela UFMG, pelas articulações internas junto aos setores acadêmicos e de administração e planejamento, bem como a representação e cooperação com as outras universidades brasileiras, com sua participação no Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais – Faubai. Como agente propulsor das atividades de internacionalização da UFMG, a Diretoria de Relações Internacionais – DRI incumbe-se da construção de parcerias de qualidade com instituições estrangeiras, da captação, implementação e acompanhamento de acordos, convênios e programas interuniversitários internacionais, do gerenciamento de

programas de intercâmbio acadêmico, da divulgação de oportunidades acadêmicas internacionais junto a comunidades interna e externa à UFMG. Para a consecução desse objetivo, a DRI presta assessoria na elaboração de acordos e convênios, acompanha e avalia os convênios e acordos vigentes, oferece suporte logístico e operacional necessário à viabilização de projetos de cooperação internacional, gerencia fundos de apoio a iniciativas internacionalizantes, coordena o comitê de internacionalização da UFMG, capta e divulga as informações relacionadas às ofertas de oportunidades internacionais, gerencia programas de cooperação nas suas diversas modalidades e busca, ainda, sensibilizar a comunidade universitária para a importância das experiências institucionais de nível internacional.

A Pró-Reitoria de Extensão planeja e executa a política de extensão da universidade e os programas institucionais de bolsas acadêmicas, de apoio a programas e projetos de publicações. Por suas coordenadorias, assessora as atividades dos centros de extensão das escolas, faculdades e institutos e acompanha a implantação e o desenvolvimento dos programas e projetos das unidades acadêmicas e os interinstitucionais. Contribui para o conjunto das universidades públicas com sua participação no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras — em especial, nesse Fórum, com a gestão da página eletrônica da Rede Nacional de Extensão Universitária <www.renex.org.br> e a do Sistema de Informação da Extensão – Siexbrasil.

Pensando o conjunto das universidades brasileiras, pró-reitorias de extensão e assessorias de cooperação internacional, articuladas em um projeto institucional que lhes ultrapasse, envolvendo toda a instituição de ensino, poderiam atuar em várias vertentes.

Em um primeiro aspecto, vertente de intercâmbio, mais freqüentemente associada à missão das assessorias de cooperação internacional e com ainda pouca participação das pró-reitorias de extensão, deve-se atender a necessidades inadiáveis, tais como:

- oportunizar aos estudantes de graduação e pós-graduação novos campos de experiência, na formação e na pesquisa;
- oferecer aos docentes a possibilidade de ampliar o alcance das suas atividades acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão –, pela participação em encontros, congressos, seminários, estágios, programas e projetos especiais e cursos – inclusive a distância – promovidos com/por universidades estrangeiras;
- incentivar a participação de pesquisadores-visitantes e professores de universidades estrangeiras em atividades nas universidades brasileiras — vivências internacionais, orientação, etc.;
- otimizar pesquisas desenvolvidas com a participação de recursos humanos e/ou financeiros, do exterior.

Paralelamente, e superando a ação de intercâmbio, os novos cenários políticos, econômicos e sociais do planeta permitem viabilizar outras oportunidades de inserção internacional. Em particular, é chegada a hora da universidade se conectar ao amplo e articulado movimento internacional hoje conhecido como “comércio equânime e solidário”, uma rede de distribuição

de produtos — alimentícios, têxteis, artesanato, cosméticos, vestuário, decoração, etc. — procedentes de projetos e programas — de agricultura familiar, cooperativas, artesanato, etc. — desenvolvidos com a interveniência de organizações não-governamentais (ONG's) e de instituições oficiais (inclusive universidades) e bancos oficiais, com aplicação de modalidades de produção e distribuição caracterizadas pelo no-profit. E, também, atuar em uma ampla rede de cooperação internacional para o desenvolvimento regional, para a implementação de políticas públicas e para a atualização que o novo século XXI espera das instituições de educação superior.

Nesse sentido, os setores acadêmicos — destaque aqui para as ACI's/DRI's e Proex's — podem participar de um movimento articulado, nas universidades para:

1. participação indissociável ensino-pesquisa-extensão em todas as oportunidades de cooperação;
2. realização de uma campanha de sensibilização da comunidade universitária para a importância das experiências institucionais internacionais;
3. realização de um mapeamento internacional com o objetivo de aumentar significativamente e fortalecer as oportunidades de bolsas para estudantes, pesquisadores e docentes;
4. revisão e atualização de convênios com universidades estrangeiras, já em vigor, com destaque para a revitalização da cooperação técnica, científica e cultural;
5. implementação de acordos e convênios, tendo em vista novas formas de organização internacional, como o Mercosul e a União Européia;
6. incentivo a grupos de pesquisa consolidados para que se registrem e se apresentem institucionalmente como referência temática/cultural/profissional, facilitadores de novos contatos, acordos e/ou convênios;
7. referência, nas áreas da organização tecnológica e social — economia solidária, tecnologias apropriadas, empresa júnior, cooperativas, incubadoras de base tecnológica, centros e parques tecnológicos, etc., visando ao desenvolvimento regional sustentado;
8. articulação cultural, “não-ornamental” de eventos, mas integrantes de movimentos e espaços, internacionalmente interativos, de literatura, música, artes plásticas e cênicas, etc. Nesse aspecto, podem ser citadas algumas experiências brasileiras dos festivais universitários, com suas oficinas internacionais de arte contemporânea, entre outras ações: o Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais, em Diamantina – MG, o Festival de Inverno da Universidade Federal do Paraná, em Antonina – PR, o Inverno Cultural da Universidade Federal de São João del-Rei, em São João del-Rei – MG, apenas como exemplos;
9. estabelecimento de convênios com editoras universitárias européias e das Américas, com o objetivo de realizar distribuição e venda de títulos produzidos e distribuídos pelas respectivas editoras e livrarias;
10. criação de espaços interculturais nas instituições de educação superior, como a Casa da Cultura da América Latina, coordenada e gerenciada pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UnB);

11. criação de programas e atividades acadêmicas, culturais e científicas com o apoio de órgãos consulares, diplomáticos e ONGs;
12. apoio à realização e registro de eventos e cursos aplicados à temática da cooperação internacional;
13. divulgação de oportunidades acadêmicas oferecidas por órgãos de fomento internacionais (bolsas de estudos e programas de fomento internacionais), especialmente voltadas para as áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária;
14. indução ao estabelecimento de parcerias com o objetivo de identificar áreas estratégicas para a cooperação temática;

Para essas estratégias, é de maior importância o apoio à participação das universidades em organizações e eventos internacionais, tais como:

1. Asociación Latinoamericana de Extensión Universitaria, que congrega, por adesão, universidades públicas, filantrópicas e particulares, com sede itinerante, a cada dois anos: no período 2002-2004, sob responsabilidade da Universidad Católica de Cali, Colômbia, e com um colegiado internacional formado por representantes dos países membros. A atual representação brasileira está sendo exercida pela presidência do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. A Asociación realiza, nos anos ímpares, o Congresso Ibero-americano de Extensão. Já tendo sido organizado em Cuba, Costa Rica, Brasil, Venezuela, México e Argentina, o próximo VIII Congresso deverá ser sediado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em novembro de 2005;
2. Asociación Universidades Grupo Montevideo, da qual participam, no Brasil, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal de São Carlos e a Universidade de Campinas, e universidades de outros países — Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.
3. Outras Redes e Grupos podem ser exemplificados: Rede Alfa, Grupo Coimbra, Grupo Tordesilhas, Grupo dos 30, Grupo Columbus, União das Universidades da América Latina – Udual, Associação das Universidades dos Países de Língua Portuguesa – Aulp).
4. Outros eventos internacionais devem ser apoiados e difundidos, como o Congresso Euro-Latinoamericano de Universidades, os Encontros da Aulp, do Grupo Tordesilhas, entre outros.

Um terceiro núcleo de atividades colaborativas inclui o desenvolvimento de programas e projetos especiais. Citam-se, como exemplo, os seguintes:

1. Programa sem Fronteiras – UFMG – Hospede um Estrangeiro, destinado a facilitar o acolhimento de estudantes e professores em missão de intercâmbio;
2. Programa de Bolsas “Paula Vargas” – programa de apoio a estudantes provenientes da África de língua portuguesa que cursam a graduação na UFMG. É uma iniciativa da UFMG, Unesco e do Embaixador Israel Vargas;

3. Fundo Fundep para a Internacionalização – Programa que apóia iniciativas de docentes da UFMG através de uma linha de financiamento para contrapartida da instituição em redes e convênios internacionais temáticas e/ou multidisciplinares cujas demandas não são contempladas por agências de fomento;
4. Projeto Argolas – Unindo dois Continentes, cooperação Universidade Federal de São Paulo – Unifesp e o Governo de Angola, com a interveniência do Ministério das Relações Exteriores/Itamarati, do Brasil;
5. Programa de Rastreamento Neonatal, para erros inatos do metabolismo e anemia falciforme (Teste do Pezinho), implantado em larga escala em Minas Gerais, atendendo gratuitamente à população usuária do Sistema Único de Saúde, diagnosticando e prevenindo ou tratando, precocemente, problemas que potencialmente causam graves problemas de saúde, como o retardo mental. Esse programa é desenvolvido pela UFMG, por meio do Núcleo de Pesquisas em Diagnóstico – Nupad, em cooperação com o governo de Cuba;
6. Formação de centros colaborativos internacionais, como a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Estadual de Londrina que fazem parte da Rede de Escolas e Instituições de Saúde orientadas para a Comunidade, sendo cada uma delas, um Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde/Organização Panamericana de Saúde para Ensino e Prática Médica.

Os exemplos apontados, tomados também em função da experiência na UFMG, na falta de um diretório nacional com registro dessas atividades, fazem parte apenas de uma lista possivelmente ampla e que deve merecer uma atenção especial das assessorias e dos fóruns acadêmicos, no sentido de registrar e promover o intercâmbio de experiências. Como área acadêmica essencial, a extensão universitária, no plano local, regional e nacional deve inserir a cooperação internacional como um dos aspectos de sua atuação institucional.

Referência

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Reforma universitária*. proposta da ANDIFES para a reestruturação da educação superior no Brasil. [s.l.]: ANDIFES, 2004. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>>. Acesso em: 10 jun. 2004.

FÓRUM DAS ASSESSORIAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS. FAUBAI. Apresenta endereços, notícias, documentos e informações. Disponível em: <<http://www.faubai.org.br>>.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Avaliação da extensão universitária*. Brasília: MEC/SESU, 2002. 97 p. (Coleção Extensão Universitária; v. 3).

_____. *Plano nacional de extensão universitária*. Ilhéus: Editus, UESC, 2001. 65 p. (Coleção Extensão Universitária; v. 1).

_____. *Rede nacional de extensão – RENEX*. Apresenta endereços, notícias, documentos e informações sobre a extensão nas universidades públicas brasileiras. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>>.

_____. *Sistema de dados e informações da extensão*. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. 83 p. (Coleção Extensão Universitária; v. 2).

NOGUEIRA M. D. P. (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000. 194 p. (Documentos básicos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades Públicas Brasileiras, 1987-2000).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Diretoria de relações internacionais. Apresenta endereços, notícias, documentos e informações sobre a cooperação internacional na UFMG e contatos no exterior*. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/cointer>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-reitoria de extensão. *Apresenta endereços, notícias, documentos e informações sobre extensão universitária na UFMG, Sistema de Informação Siexbrasil, Rede Nacional de Extensão e contatos com outras universidades*. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/proex>>.

- **Do desejo do (re)conhecimento de diferenças à gestão de resultados: análise de uma proposta de política substantiva de extensão universitária**

Maria da Consolação Gomes de Castro, MSc. Serviço Social

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, MSc. Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

Resumo

O trabalho discute a proposta de gestão da extensão universitária em construção pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Para tanto, são discutidos dados coletados para avaliação das práticas de extensão vigentes na universidade, bem como são discutidos novos princípios de orientação da política de extensão institucional. Os dados foram coletados através de entrevistas desestruturadas e análise documental, sendo que o estudo assume tons de pesquisa-ação, dado o envolvimento dos autores com as atividades de extensão da universidade. As conclusões apontam para um modelo de gestão da política de extensão universitária que tente superar os grandes desafios colocados ao ensino superior no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: gestão universitária, projetos sociocomunitários, gestão social

Introdução

As primeiras experiências de extensão universitária no Brasil datam de 1911 e 1917, na Universidade Livre de São Paulo. A literatura especializada aponta como evidência das atividades de extensão o documento “Estatuto da Universidade Brasileira” (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931), que delineou como atividade de extensão não só a realização de cursos e conferências objetivando a difusão de conhecimentos “úteis à vida individual e coletiva”, mas também a “apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de idéias e princípios de interesse nacional”.

Nos anos 40 e 50 prevaleceu a concepção político-acadêmica de extensão esboçada pela USP na década de 30, concebendo-se a extensão como instrumento disseminador de conhecimento para a comunidade, como meio de popularização das ciências, das artes e das letras através de cursos, de palestras, de radiodifusão e de filmes científicos dirigidos aos diversos segmentos da sociedade.

Nos anos 60, as universidades e as Instituições de Ensino Superior – IES comunitárias abriram-se às experiências de educação de base, influenciadas pela atuação de docentes e discentes junto aos movimentos populares. O envolvimento e o compromisso de segmentos das Igrejas com a população excluída marcaram as ações de extensão e constituíram referência para as IES nesse contexto.

Nessa década, marcada pela mobilização popular e pelas reformas sociais no Brasil e na América Latina, ocorreram movimentos políticos de contestação ao modelo de desenvolvimento adotado desde os anos 50 — modelo de substituição de importações — chegando tais movimentos a formas mais acirradas de luta no campo e na cidade. Os segmentos universitários participaram desse movimento, incorporando novas teorias e métodos no desenvolvimento de suas atividades-fins. A extensão, dado seu caráter de proximidade com os diversos setores da sociedade, respirou naquele momento o ar de mudança que daí emanava. Sua prática transitou do enfoque de difusão do conhecimento para o de inserção na realidade socioeconômica, política e cultural do País, absorvendo as contradições advindas da sociedade e oferecendo, por meio de suas ações, respostas que contribuíssem para a transformação social.

Na efervescência desses anos, a extensão universitária se fortalece e ganha visibilidade. Natural, portanto, que suas ações provocassem polêmicas e debates entre a intelectualidade da época. Paulo Freire, ao examinar o conceito de extensão, o contrapôs ao de comunicação, denunciando certa presunção da universidade em “estender” seu conhecimento à sociedade, desconhecendo os saberes produzidos por ela mesma. Esse debate trouxe conseqüências, se não para aquele momento imediato, para um futuro próximo da universidade, ao repensar o conceito de extensão e os métodos que envolvem suas ações.

Assim, as Instituições de Ensino Superior se repensaram, conferindo novos sentidos às práticas de ensino, pesquisa e extensão, entendidas não apenas como repasse de conteúdos, mas como fruto do diálogo entre os diversos saberes oriundos tanto da sociedade como da universidade.

A Reforma Universitária de 1968, orientada pelos princípios da Lei de Segurança Nacional, rompeu com o caráter dialógico, ainda embrionário, da extensão e da própria uni-

versidade, restringindo suas ações e impedindo-a do exercício da autonomia, princípio fundante dessa instituição. Darcy Ribeiro, nessa época, já alertava a universidade para a perda progressiva de sua liberdade e de sua capacidade crítica.

A universidade, contudo, enquanto espaço de expressão de conflitos, absorveu e, simultaneamente, repeliu as políticas impostas pelo regime militar. Se, por um lado, executou políticas oficiais, como as de extensão expressas no Projeto Rondon e no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – Crutac, por outro imprimiu a esses projetos um caráter crítico e participativo, resgatando direitos de cidadania que haviam sido excluídos pela ditadura.

A década de 80 foi marcada pelo ressurgimento de movimentos sociais de feição democrática. As aspirações emanadas destes movimentos foram expressas no texto constitucional de 1988. A universidade compartilhou com a sociedade esse projeto democrático, utilizando a extensão para a realização de práticas que assegurassem os direitos humanos. A idéia de “extensão redentora” representou, para alguns autores, a marca desse tempo. A pesquisa alienada e o ensino alienante, portanto, agarraram-se à extensão como atividade salvadora. Assim, tais atividades proliferaram nas universidades, nas mais diferentes modalidades: de eventos culturais e cursos de aperfeiçoamento a projetos de ação comunitária. O cunho emancipador e o assistencialista conviveram simultaneamente nessas propostas (BOTOMÉ, 1996).

Institucionalmente, na passagem dos anos 80 para os 90, a constituição do Fórum de Pró-Reitores das IES públicas foi decisiva para repensar o papel e a função das universidades no novo cenário internacional marcado pelo fenômeno da globalização. Essa discussão pôs em tela o tema da identidade da instituição universitária.

A extensão universitária, no Brasil, inicia os anos de 1990 perpassada por contradições herdadas de sua história recente e também norteadas pelo debate relativo a sua identidade. A expansão do ensino superior privado no País trouxe a novidade da utilização dos projetos de extensão como logomarca da cultura de marketing das sociedades de mercado altamente competitivas. Somada a isso, a reforma do Estado brasileiro colocou em relevo o fato de que nem tudo que é público é estatal, redefinindo, assim, o caráter das instituições de ensino e, nelas, as ações extensionistas. Muitas vezes, confundiu-se — e ainda se confunde — o papel da extensão com o do poder público ou das ONG’s (RENEX, 2000a). Essa configuração trouxe novos desafios e alguns equívocos, exigindo que a universidade repensasse sua função social colocando em pauta a natureza de suas atividades-fim. Nesse contexto, não se pode desprezar as experiências do Programa Comunidade Solidária, através do “Projeto Universidade Solidária”, que contribuíram, ainda que timidamente, para conferir à extensão um status de atividade-fim (SEVEGNANI et al, 2003).

Hoje, a partir do marco legal estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN e pelo Plano Nacional de Extensão – PNE, indaga-se: o que define a extensão, o ensino e a pesquisa? Essas atividades são indissociáveis? Sendo sim, como se dá essa indissociabilidade? Se não, como realizá-la? Ou mesmo: é possível realizá-la?

Na expectativa de responder a essas questões, muitas universidades têm criado, de forma pioneira, mecanismos institucionais para integrar em seus projetos político-pedagógicos as atividades de extensão no mesmo patamar do ensino e da pesquisa (RENEX, 200b).

Contemplar essa integração constitui uma exigência de nosso tempo e um dos desafios a serem enfrentados pela universidade. Torna-se imperativo o debate da extensão universitária nos marcos da produção do conhecimento, ou seja, a consideração do que lhe é próprio como teoria e método. Espera-se que essa postura represente um passo no caminhar da história da universidade brasileira.

Apresentação da instituição PUC Minas

A PUC Minas se define como instituição particular, comunitária e confessional, de acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988. Por não possuir finalidade lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação, seu caráter é público não estatal.

A universidade oferece 48 cursos de graduação, 83 cursos de especialização lato sensu, 14 cursos stricto sensu, sendo 10 de mestrado e 04 de doutorado. Nesse universo convivem cerca de 44.245 estudantes, 2.169 professores e 1.281 funcionários, distribuídos pelas várias unidades em Belo Horizonte e região metropolitana e pelos Campi do interior de Minas (dados do 01/2004).

Desde os primeiros momentos, a universidade priorizou a formação profissional orientada pela ética cristã e por padrões de qualidade destinados a atender, com competência e dignidade, as pessoas excluídas dos benefícios da sociedade e a contribuir para uma formação humanista calcada na realidade (PUC Minas, 2001).

A PUC Minas vem acumulando uma rica experiência acadêmica, científica e cultural. Seu compromisso é o de formar profissionais com um sólido conhecimento técnico, visão abrangente e empreendedora, condizentes com os períodos históricos de mudanças. Tem investido em uma firme política de associação com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais, e com o Poder Público. Mantém convênios em parceria com empresas e outras instituições privadas, que contribuem para a ampliação do espaço de atuação da universidade e para a melhoria da qualidade do ensino.

Nas duas últimas décadas, a PUC Minas institucionalizou a área de extensão, concebendo-a como um processo científico, cultural e educativo, capaz de viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, articulando ações de extensão com o ensino e a pesquisa (PUC Minas, 2002).

Conceito de extensão universitária

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das universidades Públicas definiu a extensão como “um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e os segmentos da sociedade, trazendo para a universidade a pergunta sobre a relevância da produção e socialização do conhecimento” (FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001, p. 56).

De acordo com o Fórum, a extensão é uma das atividades-fim da universidade e tem por objetivo disseminar o conhecimento desenvolvido por ela, além de captar e sistematizar conhecimentos produzidos pela sociedade e nela intervir. Nesse processo interativo, a extensão busca não só atender às necessidades locais e regionais das comunidades, mas também propiciar ao ensino e à pesquisa subsídios para a produção do conhecimento, considerando os desafios e problemas da realidade. Assim, o desejável é que o ensino e a pesquisa estejam em consonância com as demandas e necessidades da sociedade, vinculando a prestação de serviços a uma filosofia de construção de sujeitos autônomos. Uma das formas de operacionalizar essa filosofia é propiciar ao acadêmico a possibilidade de vivenciar a relação ensino/aprendizagem a partir da interlocução com os problemas da sociedade. A matéria-prima oriunda de tal relação precisa ser equacionada dentro e para além da sala de aula, considerando-se o saber em sua construção inter, multi e transdisciplinar (FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2002).

Em conformidade com as orientações fornecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, a extensão deve pautar-se em valores educativos, primando por sua integração com o ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas universidades e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional. As políticas de extensão devem cumprir os preceitos estabelecidos pela missão da universidade, considerando a importância social de suas ações para o desenvolvimento da ordem democrática e a promoção da cidadania. Ainda conforme o documento anteriormente citado, é preciso que as ações extensionistas mantenham uma articulação entre os setores público, produtivo e o mercado de trabalho, contribuindo para que os alunos desenvolvam, no processo ensino/aprendizagem, o espírito crítico próprio de uma formação cidadã. A extensão deve submeter-se de forma contínua a um processo avaliativo que lhe permita verificar a efetividade de suas ações.

As IES comunitárias, por intermédio de seu Fórum, integrado pela PUC Minas, confirmam essas diretrizes e consideram que, para formular um conceito de extensão, é preciso orientar-se por uma filosofia educacional intrinsecamente definida em sua missão e contemplada nos projetos político-pedagógicos dos cursos.

A PUC Minas, como uma universidade confessional, filantrópica e comunitária, vem envidando esforços para traçar estratégias políticas com o intuito de cumprir os preceitos estabelecidos em sua missão. A história da instituição tem demonstrado sua sensibilidade em aceitar os desafios da interação ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de construir um projeto societário que busque, de forma efetiva, concretizar uma pauta de inclusão.

Princípios da extensão universitária

A PUC Minas fundamenta suas ações acadêmicas na visão humanista do homem como um fim em si mesmo. Esse fundamento se traduz em princípios que norteiam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entende-se que os saberes internamente produzidos devem pôr-se a serviço da dignidade da pessoa humana.

A extensão universitária consubstancia esses fundamentos nos seguintes princípios:

- *igualdade* – de valor dos seres humanos e garantia de igualdade de direitos entre eles;
- *liberdade* – de criação, de expressão do pensamento e de produção de conhecimento;
- *autonomia* – capacidade de formular leis, em contexto de liberdade, e se reger por elas;
- *pluralidade* – expressão da igualdade e diferença entre os homens, iguais porque humanos e diferentes porque singulares;
- *solidariedade* – adesão à causa do outro, fundada no respeito mútuo e na interlocução entre sujeitos da sociedade;
- *justiça* – orientada pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças. A justiça implica a obrigação de agir quando se tem consciência da injustiça;
- *ética* – capacidade de ver em cada ato humano uma dimensão universal, objetivando uma conduta íntegra e um discernimento cuidadoso para com todos os seres. É a noção de responsabilidade de cada indivíduo por todos os outros.

Diretrizes da extensão universitária

As diretrizes da política de extensão da PUC Minas são:

- entendimento da extensão como prática acadêmica dialógica entre a universidade e a sociedade, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa;
- criação de instrumentos, estrutura e mecanismos que expressem a política e a gestão da extensão no âmbito da PUC Minas;
- definição de propostas em consonância com a realidade regional, referenciando-se primordialmente em: criação e fortalecimento das atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos;
- Promoção de cursos de extensão e prestação de serviços à comunidade;
- apoio e incremento à participação dos docentes e discentes nas atividades de extensão, através de programas com previsão de recursos para custeio de horas-aula e bolsas e/ou outras modalidades de incentivo;
- criação de metodologias que garantam a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, efetivadas em torno de programas e projetos construídos com base em critérios científicos, tecnológicos e em experiências comunitárias.

Objetivos da extensão universitária

- estabelecer uma política de extensão que observe sua centralidade para a produção do conhecimento e a formação cidadã da comunidade acadêmica;
- desenvolver programas e projetos de extensão que promovam a integração das diversas áreas do conhecimento na investigação da realidade e na busca de soluções aos problemas coletivos, em especial os locais e regionais;
- estimular a participação da comunidade universitária na produção e socialização do conhecimento, estabelecendo o diálogo entre a criação cultural e a pesquisa científica e tecnológica, bem como entre a instituição e a comunidade;

- possibilitar a formação docente e discente de acordo com as diretrizes da política institucional para a extensão;
- estabelecer critérios para julgamento do mérito e relevância dos projetos de extensão contemplados nos projetos pedagógicos dos cursos e outros desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Extensão;
- promover, através de práticas de intervenção social, o desenvolvimento sustentado das comunidades-foco de atuação da universidade, pautando-se nos princípios humanistas que a regem;
- estabelecer intercâmbio com órgãos públicos e privados e agências não governamentais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, buscando desenvolver ações de solidariedade nacional e internacional.

Considerações finais

O Centro de Extensão da PUC, criado em 1972, voltou-se inicialmente para a realização de cursos e a promoção de eventos culturais. Aos poucos, ampliou sua atuação com trabalhos assistenciais, desenvolvidos junto às populações em situação de vulnerabilidade social, por intermédio das clínicas de odontologia e de psicologia, bem como dos serviços de assistência jurídica, que hoje integram os projetos pedagógicos dos respectivos cursos. Os projetos de intervenção social, iniciados na década de 70 com os campi avançados de Araçuaí e de Pirapora, desdobraram-se em outros modelos de intervenção social na região metropolitana da capital, em vários municípios mineiros e no nordeste do País.

Hodiernamente a extensão universitária passa por um momento de questionamento e de redefinição. Questionam-se o lugar da extensão na universidade e o tratamento secundário que lhe tem sido dado nacionalmente. Interroga-se, ainda, sobre como efetivar a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Um esforço nacional vem se fazendo para que a extensão seja reconhecida como uma atividade-fim da universidade, buscando superar seu entendimento como atividade-meio, desintegrada dos projetos pedagógicos dos cursos, por não se ver contemplada nos currículos, nas disciplinas, na pesquisa e no estágio. A institucionalização da extensão na estrutura dos cursos apresenta-se, portanto, como desafio a ser assumido pela comunidade universitária, promovendo o diálogo entre as disciplinas e entre a cultura científica e a cultura humanística.

A extensão universitária da PUC Minas organiza-se em seis linhas de atuação: Programa de Promoção da Saúde, Programa Sociocomunitário, Programa Socioeducativo, Programa Sociocultural, Programa Socioambiental e Programa Sociotecnológico. Por meio dessas linhas de atuação, pretende-se promover o diálogo entre universalidade e singularidade, preferencialmente de forma multi, inter e transdisciplinar, o que supõe intensa cooperação entre docentes e discentes de diferentes cursos, favorecendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade e suas alternativas de transformação e o aprendizado da cidadania, base para a formação e auto-educação do ser humano.

Nesse sentido, definem-se as linhas de atuação com as seguintes características:

- *Programa de Promoção da Saúde* – programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para o desenvolvimento do senso de responsabilidade das pessoas, em relação a sua saúde e da comunidade na qual estão inseridas, estimulando, ainda, a participação comunitária de uma maneira construtiva e autônoma, visando a uma melhor qualidade de vida.
- *Programa Sociocomunitário* – programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para o desenvolvimento e o fortalecimento de ações de intervenção social e para formulação, execução e avaliação de políticas públicas sociais, que pretendem: a) fomentar e apoiar a mobilização e a organização social e comunitária, além de; b) desenvolver práticas socioeducativas e outros trabalhos de promoção humana prioritariamente voltados para coletividades que se encontram em situação de vulnerabilidade social.
- *Programa Sociocultural* – programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para a promoção e/ou difusão das diferentes produções culturais, bem como o resgate e a preservação de valores culturais e tradições. As atividades culturais têm relevo na universidade por meio da promoção de reflexões filosóficas, de espetáculos de música popular e erudita, cinema, exposições de artes plásticas e de artesanato.
- *Programa Socioeducativo* – programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para o desenvolvimento de iniciativas de natureza educacional, com vistas à potencialização dos indivíduos, por meio de práticas político-pedagógicas específicas.
- *Programa Socioambiental* – programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para o desenvolvimento da qualidade de vida das populações, compreendendo a sua responsabilidade na conservação da biodiversidade como patrimônio da humanidade e a importância da ação interdisciplinar ambiental.
- *Programa Sociotecnológico* – programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para a transferência de tecnologias geradas pela universidade, incentivando contínuas interações sinérgicas, indicando e implantando a solução mais adequada para cada situação.

A extensão universitária da PUC Minas, a partir destas linhas de atuação, presta serviços especializados por meio de um conjunto de atividades acadêmicas, transferindo conhecimentos produzidos ou experiência adquirida/acumulada, em atendimento a uma demanda social ou contratada por terceiros. Estas ações promovem a produção e a socialização do conhecimento científico, tecnológico e humanista, reforçando o compromisso social da universidade. Essa atividade pode realizar-se na forma de: assessoria, que envolve a formulação, acompanhamento e avaliação de projetos e/ou ações; consultoria, que envolve a participação na criação, elaboração e desenvolvimento de projetos e serviços; e apoio e/ou realização técnica, que envolve a participação na execução de atividades/serviços contratados.

As atividades de prestação de serviços especializados são consideradas como atividades de extensão, contratadas ou institucionalizadas, visando à organização, planejamento, execução, desenvolvimento técnico ou tecnológico, transferência de tecnologia, ensaio, aferição e avaliação, em atendimento a entidades públicas ou privadas para esclarecimento, aconselhamento, desenvolvimento de projetos, cursos, etc., realizados por docentes, técnicos e alunos, através

dos cursos, órgãos e programas da PUC Minas. Essas atividades devem ser formalizadas em convênios ou contratos de cooperação e podem se desenvolver em qualquer linha de atuação da extensão.

Referências bibliográficas

BOTOMÉ, S. P. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Vozes, EdufScar, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Senado Federal. *Decreto* nº 19.851, de 11 de abril 1931. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2004.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS. VIII ENCONTRO NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA: A GESTÃO DA EXTENSÃO E DA AÇÃO COMUNITÁRIA, Recife, 2001. *Anais*. Recife: 2001.

_____. IX ENCONTRO NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA: A GESTÃO E A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO: UM DESAFIO PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA. Florianópolis, 2002. *Anais*. Florianópolis, 2002.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. *A graduação da PUC Minas: reflexões para o estabelecimento de nova política acadêmico-administrativa/PRO-GRAD*. Belo Horizonte: PUC-Minas, abr. 2002.

_____. *Identidade e missão na Universidade Católica*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2001. (Documento).

RENEX. *Avaliação da extensão universitária: pressupostos, indicadores e aspectos metodológicos*. 2000. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>>.

_____. *Plano Nacional de Extensão Universitária, 2000*. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>>.

SEVEGNANI et al. Extensão em rede. *Revista de Extensão do Sistema ACADE*, a. 1, n. 1, 2003.

• Extensão universitária e suas mediações político-pedagógicas

Sandra de Faria, Doutora e Mestre em Serviço Social pela PUC/SP. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás – UCG. Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil da Universidade Católica de Goiás – UCG

Universidade Católica de Goiás – UCG

Resumo

O trabalho apresenta uma síntese da trajetória da extensão na universidade Católica de Goiás – UCG, retomando algumas premissas e mediações pedagógicas que foram incorporadas como fundamentos de sua conceituação, afirmação e gestão acadêmica.

Palavras-chave: projeto educacional, projeto político-pedagógico da UCG e concepção de extensão

Introdução

Neste trabalho apresenta-se uma síntese da trajetória da extensão na Universidade Católica de Goiás – UCG, retomando algumas premissas e mediações políticas e pedagógicas que configuraram a sua institucionalização e que foram incorporadas como fundamentos de sua conceituação, afirmação e gestão acadêmica, ressaltando que:

- a extensão universitária realizada pela UCG inscreve-se no debate crítico sobre as profundas mudanças que marcaram o plano econômico, social, ético-político, cultural e educacional brasileiro pós-70;
- propõe-se relacionada aos processos educativos e formativos — ao mesmo tempo constituídos e constituintes das relações sociais — e profundamente identificada ao projeto de universidade comunitária. O Documento “Perfil da Universidade Comunitária/UCG” apresenta um estudo das características predominantes da instituição, ressaltando que a extensão na UCG se define, se estrutura e se efetiva de acordo com a seguinte dimensão de universidade:

Concepção de extensão da UCG: a concepção de extensão da UCG deriva do seu próprio Projeto de Universidade: Ser uma Universidade Comunitária, particular e sem fins lucrativos, ser um espaço científico, cultural, humano, profissional, consubstanciando-se numa educação/formação e atuação científica, técnica, social, política e a serviço da libertação do povo, participando das lutas maiores da sociedade pela justiça e pela liberdade; ser pública, a serviço dos interesses da maioria da população, de seus problemas e projetos, através de uma pesquisa de relevância social aliada a um ensino que confirmem, ambos, a natureza maior da extensão. (UCG, 1988, p. 42)

A extensão na UCG é herdeira de uma trajetória histórica que faz da UCG a primeira instituição de ensino superior criada na região Centro-Oeste do País, fundada em 17 de outubro de 1959.

O agrupamento da Escola de Enfermagem São Vicente de Paula – 1949, Faculdade de Filosofia – 1948, Faculdade de Ciências Econômica – 1951, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Belas Artes – 1952, Faculdade de Serviço Social – 1951 e Faculdade de Direito – 1959, deu origem à UCG. Estes cursos foram implantados pela Arquidiocese de Goiânia, contando com o apoio da Companhia de Jesus. Em 1958, a Arquidiocese criou a Sociedade Goiana de Cultura – SGC para fundar e manter a UCG.

No período de 1969 a 1970, a UCG buscou a sua consolidação interna, organizando e estruturando os recursos humanos, financeiros e administrativos da instituição e, ao mesmo tempo procurou expandir o espaço físico e ampliar o número de alunos e professores. Ainda na década de 1970, a UCG preocupou-se com a implantação da reforma universitária, promulgada pela Lei nº 5.540/68, que provocou a reestruturação acadêmico-administrativa, alterando sua organização interna, entre outras: a implantação do Primeiro Ciclo de Estudos Gerais – PCEG, extinção das Faculdades e criação dos Departamentos, adoção do vestibular único e classificatório, introdução do regime de crédito e matrículas por disciplinas. Neste período foi criada a Ação Comunitária na instituição para assistir aos alunos inadimplentes. Essa área deu origem à Coordenação de Assuntos Estudantis, integrando e coordenando a política de assistência estudantil.

No final da década de 1970 e início dos anos 80, a UCG viveu um intenso processo de redefinição de sua política administrativa e acadêmica, norteados por uma reflexão sobre o seu papel frente a lutas e movimentos sociais, que exigiam uma inserção cada vez maior da universidade em seu cotidiano.

Em 1981, foi criada e implantada a Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis (desde dezembro de 2004 designada Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil), com o objetivo de coordenar, articular e operacionalizar as ações de estágio, extensão e ação comunitária em desenvolvimento na UCG, bem como orientar os novos programas e projetos de extensão que estavam sendo criados, com atividades de assessoria e planejamento em diversos bairros, órgãos e instituições públicas e entidades sociais. Nessa reestruturação acadêmico-administrativa da UCG a Coordenação Geral de Estágio passou a ser denominada Coordenação Geral de Estágio e Extensão – ETG e vinculou-se à Vice-Reitoria, criou-se a Coordenação de Atividades Comunitárias (extinta em 1991). A Proex possui três coordenações gerais: de Estágio e Extensão, de Assuntos Estudantis e Cultural.

O breve histórico apresentado apresenta marcos importantes da extensão na UCG e possibilita apreender dimensões importantes de sua institucionalização na instituição.

A extensão na UCG: trajetória conceitual

A extensão na Universidade Católica de Goiás – UCG desde a sua fase inicial de institucionalização acadêmica e administrativa, primeira metade da década de 1980, propõe-se relacionada aos processos educativos e formativos, ao mesmo tempo constituídos e constituintes das relações sociais, e profundamente identificada ao projeto de universidade comunitária.

A extensão é concebida, sob o ponto de vista pedagógico/acadêmico, como atividade indissociável do processo ensino-aprendizagem, traduzido também nas atividades de ensino, estágio e pesquisa. Considera, assim, a historicidade do conceito de extensão universitária em face da própria historicidade das concepções de educação.

Assim, a extensão universitária implementada supera a mera prestação de serviços e se desenvolve entrelaçada com a investigação e a produção de conhecimento, voltada para a qualificação do ensino e como exigência do próprio sentido, razão e finalidade da universidade.

A política de extensão que vai sendo desenvolvida deriva dos objetivos institucionais de compromisso social da universidade e se desenvolve como locus privilegiado para a identificação de mediações complexas, que configuram a construção de um projeto societário, verdadeiramente emancipador.

Ao mesmo tempo, a extensão é pensada como campo de teorização, reunindo um conjunto de reflexões e concepções, que se enfeixam em torno dos questionamentos sobre o significado social e histórico da universidade, sobre a sua própria existência institucional, indagando sobre por que, para que e onde ela existe.

Nesse horizonte, a extensão na UCG sempre assumiu em suas prioridades e desafios da sua gestão acadêmica intensificar os vínculos com os cursos e departamentos, programas e cursos de pós-graduação, associando ensino, pesquisa e extensão.

De modo especial esse desafio é enfrentado pela gestão colegiada, descentralizada com a participação efetiva no processo de planejamento e avaliação de professores, estudantes e funcionários vinculados às coordenações, projetos, programas, centros e instituto coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil – Proex.

Outra dimensão importante e que deve ser observada é que essa perspectiva conceitual assumida pela UCG desenvolve-se em consonância com os debates do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. O Fórum consolida-se como um espaço privilegiado para a reflexão e a construção das questões relativas à extensão no Brasil. Seus documentos e eventos estão voltados para o objetivo de analisar, debater, propor políticas e questões relativas à extensão e à ação comunitária de interesse dos seus membros e, ainda, buscar o entendimento com órgãos governamentais e instituições da sociedade e com organismos de representação universitária.

Quanto ao conceito de extensão, sua gestão e avaliação, o Fórum reafirma que:

Essa compreensão é fruto do próprio conceito de extensão que se está construindo. Com efeito, falar hoje em gestão e avaliação da extensão indissociada do ensino e da pesquisa, é falar da produção do conhecimento, do processo pedagógico que envolve a formação dos alunos e da dinâmica organizacional das IES Comunitárias, assim como de sua relação com a sociedade, o mercado e o Estado. Trata-se, portanto, de um diálogo da comunidade acadêmica que possa se realizar num envolvimento crescente das estruturas e dos sujeitos responsáveis pela construção da universidade.
(CARTA DE FLORIANÓPOLIS, 2002)

Assim, considera-se que a indissociabilidade entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão supõe transformações no processo pedagógico, pois professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização do saber acadêmico.

Nessa direção e à luz de fundamentos teórico-metodológicos, que trazem como pressuposto e fim a realidade sociocultural em toda sua amplitude, compreende-se que a extensão universitária tem a sua gestão e avaliação correlacionadas com a estrutura institucional e seu projeto acadêmico:

A teoria e a prática pedagógica denotam a relação direta que os professores (e, por conseguinte, a instituição) possuem com o conhecimento. Uma prática pedagógica reprodutivista ou marcada-mente teórica revelará uma relação distanciada com a produção do conhecimento e seus critérios de coerência e destinação, tendendo para a concepção da extensão definida por atividades pontuais e assistenciais, que se concentram mais em procedimentos quantitativos que qualitativos. Ao contrário, a prática pedagógica que considera o educando como sujeito e vê na relação ensino-aprendizagem um espaço pertinente e necessário para a produção do conhecimento, incluirá, obrigatoriamente, a extensão na sua concepção de ação que busca a integração com a sociedade, para a superação de injustiças e efetivação de princípios éticos. (CARTA DE FLORIANÓPOLIS, 2002)

A premissa que se reafirma, inclusive com as contribuições recolhidas dos debates do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, é a de que tratar da relação ensino, pesquisa, extensão e exercício da docência no ensino superior é, necessariamente, tratar da discussão em torno da teoria educacional, da prática pedagógica e do cotidiano da vida acadêmica.

Enfim, explicita-se que a gestão da extensão e a institucionalidade de suas dimensões conceitual, social e política, somente pode ser apreendida em face de uma determinada concepção de educação, intrínseca a um projeto político pedagógico de universidade.

As reflexões sobre a extensão universitária, inscrita nos processos educativos e formativos, indicam as mediações políticas e pedagógicas de uma concepção que pressupõe ainda:

- o processo sociopedagógico comprometido com a produção de um conhecimento socialmente construído e historicamente preservado nos diversos níveis de saberes: humano, científico e tecnológico;
- o processo educativo numa abordagem de totalidade, promovendo o debate, o estudo, a pesquisa, situando o homem historicamente, suas várias relações sociais, políticas, econômicas, culturais e com o meio ambiente;
- a práxis social que ocorre inserida na realidade, propondo-se a ser um locus privilegiado, que estimula a apreensão crítica da realidade e a elaboração reflexiva dos conteúdos da formação profissional e do perfil profissional que se objetiva alcançar.
- a relação com a pesquisa, suscitado pela prática social e pelas demandas postas pela sociedade (UCG/VAE, 1999).

Essas referências estão relacionadas com o projeto de universidade e marcam todo o processo de institucionalização da extensão na UCG. No entanto, para aprofundar nas reflexões encaminhadas, é preciso assinalar outra ordem de questionamentos a partir da qual se desdobram as análises específicas. Considera-se que é preciso indagar sobre os processos societários, suas profundas transformações, numa perspectiva que possibilita ir além das representações que se constroem para expressar o mundo imediato, construídas a partir das expressões fenomênicas da realidade, das questões imediatas e da consciência daquilo que é imediatamente visível e acessível na realidade.

Por isso, os valores, os conceitos e as explicações construídos sobre a realidade social, sobre as relações sociais que marcam os nexos entre o mundo do trabalho, a reprodução social e as lutas, conquistas e garantia (ou não) dos direitos sociais, que no capitalismo expressam a realização da cidadania, são reveladoras dos métodos utilizados e das diferenças que eles produzem nas tendências e formas de apropriação da realidade social.

A reflexão apresentada parte do pressuposto de que o Brasil é um país onde em algumas conjunturas um pouco mais, em outras menos, as políticas sociais assumidas expressam um processo sociohistórico mais amplo, lembrando que, historicamente, há uma secundarização das políticas públicas da área social, nitidamente a partir do regime militar.

As políticas sociais, especificamente a educação, seguem subordinadas aos princípios, e as políticas econômicas, ao planejamento e mais recente ao próprio Banco Central. Nas últimas décadas, o papel das políticas públicas e dos campos que complementam os direitos do trabalho, sob várias formas, sofre de um reordenamento subordinado às políticas neoliberais de estabilização da economia, resultando em ações estatais fragmentadas e seletivas, incapazes de atender as demandas sociais e a denominada condição cidadã, que pode dar sentido ao desenvolvimento econômico.

Conforme Frigotto (1998) os processos educativos e formativos passam, no contexto brevemente indicado, por uma profunda alteração no campo de suas concepções e das políticas. Assim analisa:

Estreita-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade. Com efeito, no início da crise do modo de regulação fordista anos 50-60, a educação formal e a qualificação profissional apareciam como formadores de capital humano. Este conceito, mesmo sendo expressão de uma leitura economicista, engendrava uma perspectiva integradora vinculada à tese do pleno emprego. Difundia-se a ideologia que o investimento no capital humano permitiria aos países subdesenvolvidos desenvolverem-se, e aos indivíduos a garantia de melhores empregos, maior produtividade e, por essa via, mobilidade e ascensão social. Hoje a educação formal e a qualificação são situadas como elementos da competitividade, reestruturação produtiva e da empregabilidade. (1998, p. 14)

O que se verifica neste cenário são alterações socioeconômicas e ideo-políticas-culturais que se operam na vida social, objetiva e subjetiva, e que não deixam de se constituírem em múltiplos e diversificados complexos problemáticos para as teorias sociais e suas tradições, para o processo de investigação e produção de conhecimento e para as intervenções profissionais.

Estes são alguns aspectos indispensáveis para apontar os fundamentos teórico-metodológicos que permitem esboçar uma reflexão sobre as mediações político-pedagógicas e embasar a definição de princípios e de diretrizes norteadores de uma política de extensão da UCG.

Breves considerações sobre a política de extensão da UCG

A extensão universitária, quando analisada do ponto de vista histórico e conceitual, revela que a sua institucionalidade, na trajetória da UCG, se deu somente a partir da década de 80, ao se configurar não mais por meio de experiências concebidas fora do espaço acadêmico, mas objetivando afirma-se sob princípios que norteiam o conhecimento como dimensão social, como apropriado às necessidades humanas, em termos sociopolíticos, culturais e tecnológicos. A extensão que é projetada vai além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimento, prestação de serviços e difusão cultural.

A extensão afirma-se na UCG e objetiva convergir dois aspectos fundamentais de seu projeto de universidade: qualidade acadêmica-científica e compromisso social, relacionando os grandes temas sociopolítico-culturais com os processos educativos.

Assim, a construção conceitual da extensão deriva dos objetivos institucionais proclamados no final da década de 70 de compromisso social da universidade que se define mais claramente nos marcos da sua identidade como Católica, Comunitária e Filantrópica.

Por sua vez essa imbricação entre as expressões conceituais da extensão e o projeto da universidade apresenta-se capaz de concentrar um conjunto de reflexões e concepções que se enfeixam em torno dos questionamentos sobre o significado social e histórico da universidade na contemporaneidade.

Em especial o processo de criação da Vice-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis– VAE (atualmente Proex), em 1981, e sua consolidação na estrutura acadêmico-administrativa, adensam a cultura universitária e qualificam historicamente as atividades de ensino, de pesquisa e de serviços de educação.

Nesse sentido as finalidades e orientações que persistem nessa trajetória decorrem da defesa da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, pautada no diálogo interdisciplinar com as mais amplas demandas sociais, referenciada por posturas éticas.

A extensão é pensada, nessa perspectiva, como a categoria ética que pergunta pelo sentido e relevância do ensino e da pesquisa, denotando a intencionalidade da produção e da socialização do conhecimento.

A sua afirmação como espaço constitutivo do ensino e pesquisa aprofunda as possibilidades de reconhecimento dos vínculos entre as práticas profissionais e as práticas sociais, ampliando a relação entre formação profissional, compromisso social e transformação do saber acadêmico em um bem público.

A grande visibilidade social alcançada pela extensão, com a inserção e participação da Universidade Católica de Goiás nos movimentos sociopolíticos, cívicos e culturais do Estado de Goiás e região, confirma a consolidação dessa acadêmica. Assim, a VAE/Proex é a expressão do acúmulo de experiências, da realização da pesquisa e da produção de conhecimentos científicos, dos estudos realizados e da intervenção social e profissional, e, principalmente, do amadurecimento intelectual e técnico do seu corpo docente, discente e de funcionários. Esses são aspectos que revelam, de forma inequívoca, o caráter comunitário da UCG que, há mais de duas décadas, tem na política de extensão a práxis e a dimensão privilegiada capaz de conceber e fundamentar o seu compromisso social e institucional com a educação e o ensino universitário.

As perspectivas institucionais para a extensão na UCG integram, oficialmente, o Plano Estratégico de Gestão Participativa, aprovado pelo Conselho Universitário, em 2003, com destaque para a avaliação e consolidação da concepção e política de extensão, compondo, simultaneamente, a gestão acadêmica e administrativa da universidade e sua reconhecida inserção social na cidade de Goiânia, Estado e região Centro-Oeste.

Na extensão universitária está sinalizado como prioridade sistematizar, aprovar e avaliar as políticas de assistência, estudantil, cultura, estágio/extensão e de educação continuada. Consolidar, ampliar e criar parcerias com instituições/organismos locais, estaduais e internacionais. Implementar cursos de especialização *latu sensu*, derivados das áreas de atuação dos programas/projetos e centro de extensão. Intensificar a pesquisa e a produção de conhecimento no âmbito da extensão.

Assim a extensão universitária consolida-se como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade, constituindo um desafio permanente para referenciar a universidades como instituição social e sintonizada com a realidade brasileira.

Referências bibliográficas

CARTA de Florianópolis. In: FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS. Florianópolis, 2002. *Anais*. Florianópolis, 2002.

FARIA, D. S. de (Org.). Construção conceitual da extensão universitário na América Latina. Brasília: UnB, 2001.

FRIGOTTO, G. In: EDUCAÇÃO e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. *Perfil da Universidade Comunitária*. Goiânia: UCG, 1988.

_____. *Plano estratégico de gestão participativa*. Goiânia: UCG, 2003.

_____. Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis. *A extensão e a ação comunitária*. Goiânia: UCG, 1999.

- **A experiência de autofinanciamento da extensão na Universidade Federal de Santa Catarina**

João Carlos Souza, Doutor

Eunice Nodari, Professora Doutora

Gilson Braviano, Professor Doutor

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Pró-Reitoria de Cultura e Extensão

Resumo

Diversos setores da UFSC realizam atividades de extensão que revertem em recursos para a universidade, tais como: assessorias, desenvolvimento de produtos e cursos. No entanto, existem muitas outras atividades de extensão que atendem a demandas comunitárias e, normalmente, são carentes de fontes de financiamento. Como é crônica a falta de recursos para estas atividades, a Universidade Federal de Santa Catarina criou em 1998 o Fundo de Apoio a Projetos de Extensão – Funex e o Fundo de Bolsas, cada um constituído a partir de uma taxação de 1% sobre aquelas atividades de extensão que, devidamente regulamentadas por resoluções do Conselho Universitário, captam recursos externos. Assim, na UFSC, as próprias atividades de extensão estão financiando grande parte da extensão. A distribuição dos recursos captados se dá através do Programa de bolsas de extensão, que mantém aproximadamente 50 bolsistas anualmente, além de mais 150 bolsas mantidas pelo orçamento próprio da UFSC, e do Programa de Apoio a Projetos de Extensão – Proextensão que, tendo por objetivo apoiar financeiramente projetos de extensão de cunho sociocomunitário, articulados com o ensino e a pesquisa, em atuação conjunta com a comunidade, tem recebido aproximadamente R\$400.000,00 anualmente desde 2002.

Palavras-chave: extensão, financiamento, UFSC

Introdução

A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC registra uma média de 1.800 projetos de ações de extensão por ano. Muitos destes projetos são de interesse de empresas e instituições externas que possuem capacidade para financiá-los e, por isto, diversos setores da UFSC têm a oportunidade de realizar atividades de extensão que revertem em recursos para seus laboratórios e também para a própria universidade, tais como: assessorias, desenvolvimento de produtos e cursos. No entanto estas ações de extensão atraem um razoável volume de recursos financeiros apenas para alguns centros de ensino e departamentos específicos. Por outro lado, existem muitas outras atividades de extensão, principalmente aquelas relacionadas às áreas de ciências da educação e ciências humanas que atendem a demandas comunitárias e, normalmente, são carentes de fontes de financiamento.

Em agosto de 1998 o Conselho Universitário editou a Resolução nº 05 regulamentando as atividades de extensão da UFSC. Esta resolução também regulou os critérios para concessão de bolsas de extensão e criou o Fundo de Apoio a Projetos de Extensão – Funex, determinando que todas as atividades de extensão que captam recursos externos serão taxadas em 1% para o fundo de bolsas e mais 1% para o Funex. Isto está permitindo que na UFSC a própria extensão esteja financiando boa parte dos recursos necessários para a realização de atividades de extensão que não atraem o interesse de entidades externas à universidade.

Desde 1998 a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, com os recursos oriundos do fundo de bolsas, mantém aproximadamente 50 bolsistas de extensão, além de outros 150 que são mantidos pelo orçamento da UFSC. Em 2002, por iniciativa da Câmara de Extensão e da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, com base na Resolução nº 01 da Câmara de Extensão, de 01 de julho de 2002, foi criado o Programa de Apoio a Projetos de Extensão – Proextensão, cuja meta é apoiar aqueles projetos que atendem diretamente às populações menos favorecidas, mas que padecem por crônica escassez de financiamento.

A Resolução nº 01 também admite que o Proextensão possa ser viabilizado através de outros recursos extra-orçamentários da UFSC ou através de doações, sem prejuízo dos demais programas existentes na UFSC, competindo à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão – PRCE alocar e gerenciar, dentro das possibilidades do montante do Funex, os recursos financeiros destinados a este Programa. As doações externas poderão vir de quaisquer instituições, associações, órgãos públicos e privados, bem como de pessoas físicas. A partir de proposta da PRCE, o Proextensão terá seu orçamento e o valor máximo a ser alocado a cada projeto contemplado, aprovados pela Câmara de Extensão. Os recursos são administrados pelas fundações universitárias, ficando a cargo do Departamento de Apoio à Extensão – Daex, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, a coordenação e operacionalização do referido programa.

Objetivo

O Fundo de Bolsas e o Programa de Apoio às Atividades de Extensão – Proextensão tem por objetivo apoiar financeiramente projetos de extensão de cunho sociocomunitário que tenham articulação com o ensino e a pesquisa, envolvendo alunos, servidores docentes e técnico-administrativos da instituição, em atuação conjunta com a comunidade.

Pretende-se, com estes programas, que as ações de extensão tenham uma relação transformadora entre universidade e sociedade, possibilitando o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias voltadas à comunidade e, preferencialmente, que contribuam para a inserção política, econômica, social e cultural das populações excluídas.

Com apoio financeiro, espera-se criar condições mais favoráveis para que os coordenadores tenham condições de implantar ou de ampliar ações de extensão que, por falta de recursos, normalmente não poderiam atingir os objetivos propostos, ou ficariam reprimidas, ou, provavelmente, não aconteceriam.

Metodologia

O processo para distribuição de bolsas e de recursos financeiros é iniciado a partir da promulgação, pela Câmara de Extensão, de uma resolução e de um edital definindo as regras, a documentação a ser apresentada e o cronograma do programa. A documentação é simples: apenas o projeto da ação de extensão, o formulário de registro e o currículo do coordenador.

Para submeter-se à seleção, o projeto de extensão deve apresentar os seguintes itens: título, linha programática, área temática, introdução, justificativa, público-alvo, objetivos, metodologia, viabilidade, cronograma de trabalho, bibliografia, recursos disponíveis e orçamento. Se for para participar do processo seletivo para distribuição de bolsas, também deve estar incluído na documentação o plano de trabalho do bolsista candidato.

No caso do Proextensão, a critério da Câmara de Extensão, podem ser impostas restrições sobre os percentuais de aplicação dos recursos das diversas rubricas nos respectivos editais. De antemão, definiu-se que não poderão ser previstas despesas com pagamento a membro docente, discente ou técnico-administrativo da UFSC, nem a pessoal de instituições parceiras envolvidas no projeto de extensão.

O processo seletivo é diferente para o Programa de Bolsas e para o Proextensão. No primeiro, a seleção é feita pelos membros da Câmara de Extensão, que analisam os projetos e, seguindo uma metodologia pré-definida, definem quais os que devem ser contemplados com bolsas de extensão. Um dos principais critérios avaliados é a verificação se o plano de trabalho do bolsista representa realmente uma atividade de extensão ou se traduz atividade de pesquisa, monitoria ou simplesmente uma atividade de secretaria para o professor coordenador. Nestes casos a bolsa não é concedida, pois se entende que existem outros programas de bolsas específicos para cada um deles, como bolsa de pesquisa, de monitoria e de trabalho.

Já para o Proextensão, todas as solicitações são analisadas por duas comissões: uma de consultores da unidade de ensino a que estiverem vinculados os respectivos coordenadores dos projetos apresentados e outra com consultores externos à UFSC.

Compete à comissão interna elaborar parecer circunstanciado, classificando os projetos da respectiva unidade em ordem de prioridade. Os membros das comissões de consultores internas são indicados pelos diretores das unidades universitárias, dentre os integrantes do seu corpo docente com experiência em atividades de extensão, levando-se em consideração as áreas de conhecimento dos projetos. Cada uma das comissões é presidida pelo representante da unidade universitária na Câmara de Extensão. As solicitações de projetos não vinculados às unidades universitárias são analisadas por uma comissão de consultores indicada pela PRCE, que é presidida pelo Coordenador do Daex. Cada comissão interna tem também a prerrogativa de incluir novos critérios que julgar necessários dentro das especificidades de cada um dos Centros de Ensino.

Os resultados do processo de seleção efetuado pelas comissões internas são analisados, quanto ao mérito, por uma comissão externa, composta por membros de outras instituições, com reconhecida experiência na respectiva área de atuação.

Depois do crivo das duas comissões, os recursos do Proextensão são, então, alocados proporcionalmente entre as diversas unidades universitárias, de acordo com a relação entre montante dos orçamentos dos projetos qualificados em cada unidade, dividido pelo montante dos orçamentos dos projetos qualificados em toda a Instituição. Na divisão dos recursos, os projetos classificados, oriundos de setores não vinculados às unidades universitárias, serão considerados como pertencentes a uma unidade extra.

Os equipamentos e o material bibliográfico adquiridos com os recursos do Proextensão serão incorporados de imediato ao patrimônio da universidade, através da Divisão de Patrimônio ou da Biblioteca Universitária, conforme normas aplicáveis à espécie, respectivamente. Em caso de desistência da execução do projeto, o montante total dos recursos recebidos deverá ser devolvido ao órgão gerenciador do programa.

Tanto para o Programa de Bolsas como para o Proextensão, as comissões devem julgar e classificar os projetos de acordo com seu mérito, priorizando aqueles de maior impacto comunitário, considerando um conjunto de itens: O primeiro deles é constituído por questões básicas, que podem excluir o projeto do processo, quais sejam: se é realmente uma atividade de extensão; se tem cunho sociocomunitário, se é viável de ser executado com os recursos solicitados e se o projeto é possível de ser executado dentro do cronograma proposto. No segundo item, realiza-se a análise do currículo do coordenador, verificando se o currículo demonstra afinidade com o tema do projeto de extensão em análise, se demonstra que o coordenador tem experiência em atividades de extensão, se o coordenador demonstra produtividade acadêmica (publicações, participações em eventos, palestras ou cursos relacionados com a extensão). Este não é um item eliminatório, porém percebe-se que coordenadores habituados a atuar como extensionistas têm maior sucesso em cumprir os objetivos propostos em seus projetos e por isto devem ter prioridade para receberem os recursos. O terceiro item leva em conta aspectos tais como, relevância social; impacto comunitário; caráter inovador; integração ensino, pesquisa e extensão; participação de alunos; interdisciplinaridade e parcerias interdepartamentais ou interinstitucionais, difusão dos conhecimentos gerados; adequação dos recursos solicitados; viabilidade do cronograma de trabalho e consistência da bibliografia apresentada.

Também, em ambos os programas, no término do período de execução do projeto, o coordenador deverá encaminhar ao Daex o relatório final das atividades do trabalho desenvolvido, no prazo constante do respectivo edital. No relatório devem ser incluídos os seguintes itens: título, autor, resumo, introdução; objetivos previstos, metodologia efetivamente aplicada, resultados obtidos, discussão comparando os objetivos com os resultados alcançados, conclusões, recomendações, referências bibliográficas, produtividade originada do projeto e quadro com resumo da aplicação dos recursos. No caso específico das bolsas de extensão, cada bolsista deve escrever um artigo relativo à experiência extensionista realizada. Os melhores artigos são publicados na Revista Eletrônica de Extensão – Extensio (www.extensio.ufsc.br).

O relatório final será analisado por comissões de consultores das unidades universitárias, preferencialmente integradas por aqueles que emitiram parecer sobre o projeto à época de sua aprovação.

No caso de alterações no cronograma de realização do projeto, que venham a comprometer a entrega do relatório final, o coordenador poderá enviar à direção do Daex justificativa circunstanciada e novo cronograma com as alterações incluídas. O relatório final de cada projeto, após análise e aprovação pelas comissões de consultores das unidades universitárias, será devolvido ao coordenador para conhecimento, sendo o parecer arquivado no Daex e fornecida uma cópia ao coordenador do projeto. No caso de reprovação, a critério da comissão, poderá o relatório final ser enviado ao coordenador, para que sejam feitas as alterações sugeridas e para que o novo relatório possa ser avaliado.

Deve ficar bem claro que os recursos financeiros e os bolsistas colocados à disposição do coordenador deverão ser utilizados em conformidade com o plano de trabalho e com o orçamento aprovado, e serão objetos de prestação de contas junto ao órgão responsável pelo repasse dos recursos, respeitado os prazos estabelecidos em edital. Caso ocorram alterações que comprometam o cumprimento do prazo de entrega da prestação de contas, o coordenador deverá solicitar, por escrito, ao Daex, a prorrogação do prazo, antes do término do mesmo, justificando o pedido.

Caso o coordenador não observe os requisitos citados, ficará impedido de concorrer a novos programas de Bolsas, bem como apresentar novo projeto ao Proextensão, comprometendo, ainda, a solicitação de quaisquer outros tipos de auxílios gerenciados pelo Daex.

Resultados

Em média são solicitadas 380 bolsas de extensão anualmente. Desde 1998 são disponibilizadas 200 bolsas por ano, com duração de 10 meses, 150 mantidas pelo orçamento da UFSC e 50 pelo Funex.

Nas edições de 2002 e 2003 foram distribuídos para o Proextensão R\$400.000,00 anualmente, admitindo-se que cada projeto solicitasse individualmente um valor de até R\$4.000,00. Em média inscrevem-se para a seleção 160 projetos, dos quais aproximadamente 100 são contemplados.

Todos os Centros de Ensino da UFSC concorreram, mas, como se pode observar na tabela seguinte, 70% dos projetos contemplados são das áreas da saúde, educação, cultura e ciências humanas. Os centros tecnológico e socioeconômico que mais realizam ações de extensão remuneradas e, conseqüentemente, os que mais contribuem para o Funex, receberam apenas 11% dos recursos do Proextensão e 9% das bolsas disponibilizadas.

Centro de Ensino	Proextensão		Programa de Bolsas	
	Valor médio recebido (R\$)	Porcentagem sobre o total	Número médio	Porcentagem sobre total
Centro Filosofia e Ciências Humanas – CFH	70.500,00	18%	19	9,5%
Centro de Ciências da Saúde – CCS	68.500,00	17%	49	24,5%
Centro de Ciências Agrárias – CCA	42.000,00	11%	19	9,5%
Outros Órgãos da UFSC – PRCE/GR	37.500,00	9%	8	4,0%
Centro de Ciências Biológicas – CCB	33.500,00	8%	11	5,5%
Centro de Desportos – CDS	27.500,00	7%	21	10,5%
Centro de Educação – CED	27.500,00	7%	16	8,0%
Centro de Sócio Econômico – CSE	27.000,00	7%	7	3,5%
Centro C. Físicas e Matemáticas – CFM	25.000,00	6%	19	9,5%
Centro de Comunicação e Expressão – CCE	19.000,00	5%	18	9,0%
Centro Tecnológico – CTC	18.000,00	4%	11	5,5%
Centro de Ciências Jurídicas – CCJ	4.000,00	1%	2	1,0%
Total	400.000,00	100%	200	100%

Depois da análise dos projetos, os coordenadores contemplados receberam uma correspondência solicitando que se dirigissem às fundações de apoio para receberem instruções sobre como deverão proceder para utilizar os respectivos valores solicitados no projeto. As fundações de apoio têm a função de gerenciar os recursos financeiros das atividades de extensão

Os coordenadores dos projetos não classificados também recebem uma correspondência explicando os motivos pelos quais seus projetos não ficaram incluídos entre os contemplados com os recursos.

Em 2002 e 2003, a maioria dos coordenadores beneficiados pelo Proextensão aplicou os recursos recebidos em equipamentos e em material de consumo que foram usados diretamente para a consecução dos objetivos propostos em seus respectivos projetos de extensão.

Um outro grande investimento que está sendo feito com recursos do Funex é a implantação da biblioteca depositária de extensão, pois, mesmo assumidas como uma das funções primordiais da universidade, as atividades de extensão sempre careceram de esforços formais para sua organização, com o objetivo de preservação das informações. Os projetos e os relatórios normalmente ficavam, ou ainda ficam, arquivados nos setores de registro das respectivas instituições de ensino e, pela dificuldade de acesso aos interessados, apresentam a tendência de caírem no esquecimento. Além disto, é fato que algumas das atividades de extensão são objeto de publicação em livros, revistas, folhetos, anais de eventos ou meio eletrônico. Porém, também estes veículos, normalmente, não possuem uma vinculação comum e quase sempre têm circulação dirigida a alguns segmentos específicos de leitores, que os mantêm em acervos particulares, na maioria das vezes inacessíveis ao público.

A consequência destas práticas é que o pesquisador que procure assuntos relativos à extensão universitária fatalmente terá pela frente um caminho árduo, pois as informações estarão dispersas e sem um elo entre si. Para a análise do acervo, destaca-se a diversidade de palavras-chave que caracteriza a produção bibliográfica oriunda de atividades de extensão, o que dificulta a classificação pelos critérios normalmente utilizados em bibliotecas. A solução encontrada foi o repasse direcionado para a Biblioteca Universitária – BU do acervo com todas as publicações relacionadas à extensão que até então estavam distribuídas em diversos setores desta universidade. Estas publicações passaram a fazer parte da BU, sendo catalogadas e disponibilizadas dentro dos padrões vigentes no Sistema de Bibliotecas da UFSC. Assim, por exemplo, se a atividade de extensão foi realizada na área de educação, sua publicação foi arquivada junto com o material de educação e se, porventura, é um catálogo, ficará junto com as obras de referência.

No entanto, para que não ocorresse a dispersão das informações, todas as obras relativas a extensão que foram encaminhadas para a BU receberam um carimbo especial na primeira página e, no código que classifica o acervo normal da BU, um adendo numérico que permitirá a fácil identificação do assunto “extensão”. Assim, independentemente da sua catalogação, passaram a compor um espaço virtual especial, que constitui a Biblioteca Depositária de Extensão.

Para ter acesso ao acervo de extensão, basta que os interessados dirijam-se aos terminais da BU ou acessem a rede da UFSC, via Internet. Digitando as palavras “extensão universitária”, todos os títulos relativos ao tema aparecerão na tela, com sua respectiva localização nas prateleiras da BU, ou seja, o pesquisador não terá à sua disposição um espaço especial com as obras oriundas da extensão, mas sim os endereços destas obras, o que também facilitará em muito a sua busca.

Com a implantação da Biblioteca Depositária de Extensão da UFSC, espera-se incrementar o acesso a informações sobre extensão, divulgar as atividades extensionistas e, principalmente, incentivar a realização de novas atividades de extensão, assim como de mais pesquisas sobre o assunto. Destaca-se, ainda, a necessidade de recomendar que o material decorrente dessas atividades apresente sempre, nos termos para indexação, as palavras “extensão universitária”.

Conclusão

Constatou-se que o objetivo principal dos programas de disseminação das informações, de bolsas, e de apoio financeiro que é apoiar projetos de extensão de cunho sociocomunitário e que contribuam para a inserção política, econômica, social e cultural das populações excluídas, está sendo atingido.

Os maiores beneficiários são, justamente, os setores da UFSC mais carentes do apoio externo e que, por isto, menos contribuem para o Funex. Conseguiu-se fazer uma redistribuição e uma transferência significativa de recursos para projetos de extensão que sempre tiveram grandes dificuldades para serem desenvolvidos.

Uma outra importante conclusão que se chegou é que diminuíram as resistências dentro da comunidade universitária a projetos de extensão remunerados. Com o Fundo de Bolsas e com o Proextensão despertou-se para o fato de que na UFSC a extensão que capta recursos externos está financiando uma boa parte da extensão desprovida de meios de sustentação e que, portanto, deve ser incentivada.

Referências bibliográficas

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano nacional de extensão universitária*. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; 1).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Sistema de dados e informações*: base operacional de acordo com plano nacional de extensão. Rio de Janeiro; Nape/UERJ, 2001. (Coleção Extensão Universitária; 2).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Avaliação nacional da extensão universitária*. Brasília; MEC/Sesu, 2001. (Coleção Extensão Universitária; 3).

MELO NETO, J. F. de. *Extensão universitária*: uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária da UFBB, 2001.

THIOLLENT, M. et al. *Extensão universitária*: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

_____. *Metodologias e experiências em projetos de extensão*. [s.l.]: Eduff, 2000.

Meio ambiente

- **Educação ambiental como instrumento de inserção social e geração de renda no Município de Esperança/PB**

Maria Aldano de França Fernandes, Doutoranda, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Gilney Christierny Barros dos Anjos, Bacharelado em Administração, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Alex Sandro da Rocha, Bacharelado em Administração, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Patrício Henrique de Vasconcelos, Bacharelado em Administração, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Resumo

Enfocando a educação ambiental como uma forma de melhoria do ambiente socioeconômico, elaborou-se este projeto. Objetiva promover a educação ambiental, proporcionando a inserção social dos marginalizados e implantando a geração de renda através da participação destes. Dessa forma, o projeto procurou investigar as atividades práticas e triviais dos atores sociais e compreender o sentido que estes atribuem aos fatos e acontecimentos da vida diária. Ou seja, buscou-se conhecer a realidade para determinar as ações. Realizou-se cadastro com as pessoas que trabalham com a catação de lixo, para organizá-los em uma associação de catadores; estão sendo produzidos, em parceria com a Prefeitura de Esperança/PB, uniformes e carrinhos para os catadores melhor realizarem suas atividades; iniciou-se nas escolas, uma série de palestras com vista à conscientização dos alunos da importância do meio ambiente; está sendo

firmada parceria com empresários locais, para os catadores realizarem a coleta seletiva em seus estabelecimentos. A formação de multiplicadores escolares foi iniciada; serão realizados mini-cursos e oficinas visando à geração de renda e comercialização dos produtos, utilizando os materiais coletados. Essas medidas possibilitarão aos catadores, condições de melhorarem sua qualidade de vida.

Palavras-chaves: educação ambiental, inserção social, geração de renda

Introdução e objetivos

Observando ampliar-se celeremente a necessidade de trabalharmos a questão ambiental – entre vários aspectos, diante das conseqüências que já se fazem sentir sobre toda a sociedade, agravando-se pelas perspectivas desastrosas que se avizinham nos mais diversos recantos do planeta, com repercussões na qualidade de vida, nas organizações e no ambiente dos negócios e considerando estudos já realizados por Sousa (2001) no Município de Esperança na Paraíba, distante 27 km de Campina Grande, no qual foram identificados problemas diversos na região, entre estes: programa de saneamento básico insuficiente; lixo a céu aberto; falta de geração de emprego e renda, ausência de um programa permanente sobre a questão do lixo, entre outros – iniciou-se através do Programa de Bolsas de Extensão – Probex da UFCG, em parceria com a Prefeitura de Esperança o presente projeto.

O presente projeto visa contribuir para o redimensionamento do novo currículo, ampliando o espaço da pesquisa sobre a gestão e educação ambiental, buscando atender as demandas sociais no tocante à melhoria do meio ambiente, saúde coletiva, bem-estar social e geração de renda, através da economia e inovação ecológica, assim ajudando a micro região do Município de Esperança/PB, entre outras, libertando-se dos lixões.

A relevância do nosso trabalho também diz respeito fundamentalmente à questão da educação ambiental, a nível teórico, através da consciência ecológica e a nível prático, onde, simultaneamente, nossas propostas se inserem na ação coletiva que propõe colocar em prática os conhecimentos adquiridos nesta nova consciência. Neste sentido, o projeto visa proporcionar ainda o empenho do administrador no sentido de preparar a consciência coletiva para o comportamento centrado na responsabilidade social, evidenciando as diretrizes do MEC, quanto ao perfil do administrador, agregando a este as seguintes características: responsabilidade social, formação humanística e visão global que o habilita a compreender o meio social, político, econômico e cultural, visando capacitá-lo também como agente analítico-transformador da realidade social, o capítulo destinado ao meio ambiente, artigo 225, inciso VI, determina: “Cabe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Sendo que o Estado não inviabiliza a responsabilidade individual e coletiva, a participação popular é essencial no processo e, nesse assunto, a responsabilidade é comum a todos. Entretanto, muito se tem falado em conservação e preservação ambiental, mas poucos têm tomado consciência de que é primordial um novo relacionamento na interação homem e natureza.

As organizações de ensino estão constantemente envolvidas por mudanças que implicam na quebra de paradigmas. Cabendo à escola formar o aluno em conhecimentos e habilidades, valores, atitudes, formas de pensar e atuar na sociedade, através de uma aprendizagem que seja verdadeiramente significativa. As mudanças fazem surgir novas formas de relacionamento humano e superar a ênfase na teorização e dinamizar a prática implica em novos conceitos.

A sociedade, em geral, deve ser responsável por esse processo e torna-se sabido que não é obrigação somente das autoridades ou de empresas, mas sim de todos, e estes devem responsabilizar-se pelo Planeta. Portanto, faz-se mister, desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, sendo ele conhecedor do problema, motivado para as mudanças, principalmente sensibilizado e disposto, sendo, portanto, um dever de todos.

Não basta saber sobre educação ambiental, se faz necessário agir em educação ambiental trazendo à tona a importância da vinculação escola/família/meios de comunicação, para que haja sensibilização de forma mais abrangente e despertar da percepção cognitivo-afetiva do ambiente circundante em que a sociedade encontra-se inserida.

Nesse processo de evolução de dinamização da educação ambiental, precisa ser levada em consideração a evolução histórica do homem, já que este é parte integrante do desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental de seu País, e este processo é a educação, voltada para o ambiente natural, através da educação ambiental.

À medida que o homem foi modificando, descobrindo a natureza, modificou o seu modo de vida, aplicando suas novidades, criatividade e descobertas deste ambiente, torna-se assim, um explorador. Assim, o homem passou de simples habitante natural para habitante explorador e usuário transformador do ambiente.

A cidadania ambiental compreende as obrigações éticas que nos vinculam tanto à sociedade como aos recursos naturais do planeta de acordo com nosso papel social e na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Trata-se, em síntese, de saber vincular os problemas ambientais e suas relações com a vida cotidiana e com a busca daquelas relações harmônicas que nos levem a uma melhoria da qualidade de vida.

Em nosso País, de acordo com a visão de Donaire (1995), a Gestão Ambiental ainda não foi assumida de forma adequada, e seu panorama atual caracteriza-se pela falta de articulação entre as diferentes instituições envolvidas, pela ausência de coordenação e acompanhamento e pela crônica carência de recursos financeiros e humanos para o gerenciamento das questões relativas ao meio ambiente. O mesmo autor ainda afirma que, “isso decorre da forma como se verificou, desde os tempos coloniais, o desenvolvimento econômico do Brasil, em que a existência de determinados ciclos de produção econômica enfatizava a exploração exaustiva de nossos recursos naturais”.

Falar em educação ambiental não significa mais só proteger orquídeas, bromélias, árvores e não matar jacarés e borboletas, transcende as áreas formais de conhecimento trabalhadas na escola, significa também adquirir valores, ética, cidadania, amor à vida e ao próximo, pluralidade cultural, racionalização do consumo, higiene e saúde, urbanização, saneamento básico, sustentabilidade, diversidade biológica, ocupação do solo.

Segundo Reigota (1994) a educação ambiental “deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania social, nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”. Deve portanto incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas.

A educação ambiental se fundamenta em dois princípios básicos (LEEF, 1999):

- uma nova ética que orienta os valores e comportamentos para os objetivos de sustentabilidade ecológica e a equidade social;
- uma nova concepção do mundo como sistemas complexos, a reconstituição do conhecimento e o diálogo de saberes. Neste aspecto, a interdisciplinaridade se converteu em um princípio metodológico privilegiado da questão ambiental.

Uma das maiores dificuldades tem sido chegar a um consenso quanto a uma definição para educação ambiental. Na Conferência de Tbilisi, educação ambiental foi definida como “uma dimensão que deveria ser dada ao conteúdo e prática educacional, buscando a resolução dos problemas do meio ambiente via enfoques interdisciplinares, e de uma ativa e responsável participação de cada indivíduo e da coletividade como um todo”. Os objetivos da educação ambiental, propostos em Tbilisi (1977), e que se mantêm até hoje são

- consciência;
- conhecimento;
- comportamento;
- habilidades;
- participação.

Então, os objetivos da educação ambiental devem contribuir para a melhoria do comportamento do homem para com a natureza; da qualidade de vida e do respeito pela vida; fortalecer o poder das populações, fornecendo-lhes instrumentos para planejar, gerenciar e implementar suas próprias alternativas às políticas sociais vigentes, além de resgatar e buscar soluções para a melhoria das condições de vida.

A Carta de Belgrado, escrita em 1975 por especialistas em educação ambiental de todo o mundo, expressa que a meta da educação ambiental é:

Desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente e que tenha o conhecimento, as atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individualmente e coletivamente em busca de soluções para resolver os problemas atuais e prevenir os futuros.

Objetivos

A nível local, o projeto visa atender três metas básicas: conscientização ambiental da população, inserção social dos excluídos e geração de renda para a comunidade do Município de Esperança, principalmente no tocante à população marginalizada.

Objetivo geral

- Promover a educação ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável através do reaproveitamento e reciclagem dos produtos orgânicos e inorgânicos.

Objetivos específicos

- promover a educação ambiental utilizando a coleta seletiva como ponto fundamental de ação, com o objetivo ainda de fomentar a redução do consumo, a reciclagem, o reaproveitamento adequado das embalagens e produtos orgânicos, através de usina de compostagem, já existente no local;
- proporcionar a inserção social das pessoas marginalizadas, através de suas participações no processo de reciclagem e reaproveitamento dos produtos orgânicos e inorgânicos produzidos pelo Município;
- implantar a geração de renda através da participação dos marginalizados e da população em geral no processo de reciclagem e reutilização dos produtos e a posterior capacitação dos envolvidos para a criatividade e comercialização dos produtos.

Metodologia

Como metodologia utilizou-se do método participativo, no qual houve uma integração dos responsáveis pelo projeto com a comunidade alvo do trabalho. Essa integração tinha como objetivo perceber a realidade local através da visão do público-alvo e com isto detectar possíveis itens que exercessem maior atenção e/ou necessidade de se trabalhar de forma mais rápida e com maior atenção. Além disso, no trabalho desenvolvido buscou-se aplicar soluções já adotadas por iniciativas semelhantes em outras cidades, mas considerando que cada realidade é única. Com isso buscava-se analisar antes as condições de Esperança e compará-la com as demais onde existem programas que tratam da gestão dos recursos sólidos para, posteriormente, implantar algumas das medidas que foram adotadas por estes programas.

Dessa forma, o projeto adquiriu, como pressuposto filosófico, a etnometodologia, que, inspirada na perspectiva fenomenológica, procura investigar as atividades práticas e triviais dos atores sociais e compreender o sentido que os atores atribuem aos fatos e acontecimentos da vida diária (CHIZZOTTI, 1995). Ou seja, buscou-se saber da realidade do Município para determinar a ordem das ações a serem tomadas.

Resultados e discussões

Para a realização desse projeto de extensão frisaram-se, como já foi mencionado, as prioridades detectadas na realidade local. A partir da identificação dessas prioridades e da

importância destas na implantação do projeto iniciaram-se as atividades. Nessa fase inicial, foram desenvolvidas atividades de contatos e interligação entre os vários órgãos que estavam ligados ao projeto e que iriam auxiliá-lo na sua implantação. No início, essa fase não apresentou problemas, mas no decorrer do projeto alguns empecilhos começaram a surgir. Um desses problemas foi a descentralização da administração dos resíduos sólidos em várias secretarias, o que dificultou a comunicação e início dos trabalhos.

Cadastro dos catadores

De início, realizou-se o cadastro das pessoas que vivem da catação de lixo no Município. Foram cadastradas 6 pessoas, sendo que 5 delas têm idade superior a 40 anos e são responsáveis pela manutenção da sua família. Todos afirmaram não receber nenhum tipo de auxílio governamental. A renda média de todos eles é de cerca de 1 salário mínimo. Com base nessas informações, percebe-se a situação de extrema carência em que essas pessoas se encontram. Esse cadastro também serviu para dar início ao processo de formação de uma associação de catadores, com vista a dar um maior respaldo, organização e representatividade àqueles que vivem da catação.

Após esta etapa, reuniram-se os catadores para informar sobre os objetivos do projeto e sobre a importância deles na realização do mesmo. Para aqueles que foram cadastrados está sendo disponibilizado um fardamento que os identifique, e também foi desenvolvido um carrinho apropriado para o transporte de materiais recicláveis. Foi ressaltado para os catadores que o carrinho é para ser utilizado apenas para transporte destes materiais. Existirá no decorrer dos próximos meses, uma fiscalização nos carrinhos para ver se esta norma está sendo cumprida.

Além disso, se utilizará a educação como fator para minimizar as diferenças sociais dos indivíduos e tornando-a um fator de inclusão social. Isto será feito através de cursos que enfoquem a cidadania e ensinem aos catadores a fazerem produtos a base de materiais reutilizados. O primeiro curso oferecido ensinará os catadores a produzirem caqueiras para plantas feitas de coco seco. Todos esses cursos serão registrados através de fotos e de apostilhas para servirem, posteriormente, como difusores destes conhecimentos.

Levantamento dos preços de materiais recicláveis

Para conhecer melhor o mercado de recicláveis, assim como seus preços, procedeu-se um levantamento dos preços praticados em Esperança e Campina Grande. Essa comparação foi feita pelo fato de Campina Grande ser o destino do material reciclável de Esperança. Os catadores vendem o material coletado a comerciantes locais que o revendem para comerciantes campinenses. A comparação dos valores será uma informação útil para uma posterior venda direta dos catadores de Esperança ao comércio de Campina Grande. Nas tabelas seguintes listam-se os valores encontrados.

Tabela 1
Comércio de sucata em Esperança

Item	Discriminação	Unidade	Comprador X	Comprador Y
01	Alumínio	Kg	R\$2, 40	R\$2, 30
02	Alumínio broco	Kg	R\$1, 60	–
03	Cobre	Kg	R\$3, 00	R\$3, 00
04	Latão	Kg	R\$1, 30	R\$1, 40
05	Antimônio	Kg	R\$0, 40	R\$0, 40
06	Chumbo	Kg	R\$0, 35	R\$0, 40
07	Ferro	Kg	R\$0, 05	R\$0, 05
08	Papel	Kg	R\$0, 12	R\$0, 15
09	Papelão	Kg	R\$0, 12	R\$0, 15
10	Karina	Kg	R\$0, 40	R\$0, 40
11	Mangueira de bujão	Kg	R\$0, 40	R\$0, 40
12	Litro de catuaba	Um	R\$0, 10	R\$0, 10
13	Litro de conhaque	Um	R\$0, 10	R\$0, 10
14	Litro de cachaça	Um	R\$0, 15	R\$0, 10
15	Litro de cachaça ferrado	Um	R\$0, 15	R\$0, 15
16	Litro de wodka ferrado	Um	R\$0, 10	R\$0, 15
17	Bateria de carro ou moto	Kg	R\$0, 25	R\$0, 25
18	Garrafa de suco	Uma	R\$0, 03	R\$0, 03
19	Rum	Um	R\$0, 03	R\$0, 03
20	Osso	Kg	R\$0, 10	R\$0, 10
21	Solado de tênis	Kg	R\$0, 10	R\$0, 10
22	Vidro quebrado	Kg	R\$0, 01	R\$0, 01
23	Garrafa água sanitária	Uma	R\$0, 05	–
24	Plástico filme	Kg	R\$0, 20	R\$0, 20
25	Pet	Kg	R\$0, 15	–
26	Plástico duro	Kg	R\$0, 10	–

Tabela 2**Preços de materiais recicláveis em Campina Grande**

Produto	Empresa X	Empresa Y	Empresa Z
Papel ou papelão (kg)	R\$0, 08	R\$0, 10	R\$0, 10
Vidro (Kg)	–	–	–
Ferro (Kg)	R\$0, 08	R\$0, 10	R\$0, 10
Cobre (Kg)	R\$3, 50	R\$3, 70	R\$3, 50
Alumínio (Kg)	R\$2,50	R\$2, 80	R\$2, 80
Garrafa pet transparente (unidade)	–	–	R\$0, 05
Garrafa pet (Kg)	–	–	R\$0, 10

Trabalho de conscientização nas escolas e formação de multiplicadores

Sabemos que nenhum processo de mudanças de comportamento tem sucesso se não for acompanhado de um processo de educação da população. As organizações de ensino estão constantemente envolvidas por mudanças que implicam na quebra de paradigmas. Cabendo à escola formar o aluno em conhecimentos e habilidades, valores, atitudes, formas de pensar e atuar na sociedade, através de uma aprendizagem que seja verdadeiramente significativa. Portanto, é fundamental para a obtenção de bons resultados a existência de atividades que enfoquem a importância da educação ambiental. Mais importante do que reciclar os materiais descartados pelos seres humanos é reciclar o próprio ser humano. Reciclagem também é a atualização pedagógica e cultural. Mudar a forma de pensar, de agir, mudar os nossos valores e também a nossa forma de vida. Isso também significa reciclar. Tudo, enfim, começa no ser humano. Esta abordagem deve conciliar tanto os aspectos teóricos como os práticos, de forma que os agentes envolvidos (professores e alunos) venham a obter conhecimentos que sejam aplicáveis no seu dia-a-dia. Neste sentido, para facilitar o desenvolvimento das atividades, dividiu-se essa etapa em três partes: a primeira que consiste em ministrar palestras nas escolas; a segunda, a aplicação de princípios de educação ambiental voltados ao processo de ensino-aprendizagem. A terceira parte se refere ao processo de formação de multiplicadores ambientais, estes formados por professores e alunos. A primeira parte desse processo já foi realizada, onde quatro escolas foram trabalhadas. Foi iniciada também a formação dos multiplicadores dentro de uma escola que servirá de projeto piloto.

Parcerias com os empresários locais

A participação do setor privado em um projeto como esse não poderia ficar de fora. Essa participação ocorrerá através de um processo de coleta seletiva feita em alguns estabelecimentos comerciais parceiros do projeto. Os catadores cadastrados terão acesso, em dias especificados pela empresa, ao material reciclável produzido por esta. A logomarca das empresas parceiras será colocada no uniforme dos catadores. Também foi definido que os catadores terão que seguir algumas regras para usufruírem dessas vantagens como, por exemplo, não chegarem

bêbados ao estabelecimento. Além desses pontos, outros entendimentos já foram mantidos, faltando definir apenas a data de início desta etapa.

Conclusões

Apesar das dificuldades que surgiram durante a execução do projeto, foi possível a realização de várias ações que contribuíram para a estruturação de uma política de educação ambiental e de gerenciamento dos resíduos sólidos em Esperança. Também estão sendo possibilitadas aos catadores melhores condições de trabalho, de geração de renda e de dignidade perante a sociedade. Também tem sido levada às escolas a mensagem que a educação ambiental quer passar: a de preservar e explorar de forma racional o meio ambiente em que o homem vive. Contudo, as conquistas que foram obtidas ainda estão dando os primeiros passos, o que requer um acompanhamento mais longo.

A realização do referido trabalho tem servido de base para os componentes da equipe, na ampliação dos conhecimentos a respeito da realidade ambiental local e suas problemáticas, tendo, com este conteúdo, já produzido palestras, oficinas, mini-cursos e artigos, divulgados em eventos científicos. Além disso, já serviu de referência para projeto governamental e evento estadual, referente a segurança alimentar.

Podemos perceber, por fim, que a educação ambiental, desde que trabalhada da forma correta e dentro de cada realidade, pode muito mais do que se imagina. Ela poderá gerar renda, dignidade e inclusão. Portanto, fazendo uma análise de tudo o que ocorreu e foi realizado nos últimos meses, nos quais o presente projeto está sendo desenvolvido, chegamos a nos convencer de uma verdade essencial: é possível mudar realidades, aparentemente difíceis, desde que se queira.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, R. O. B. de. *Gestão ambiental*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- CHIZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. São Paulo: Atlas, 1995.
- FAPESP, 2000.
- FERNANDES, M. A. de F. *O problema ecológico das embalagens: elas pedem socorro*. Revista ARIÚS, Campina Grande: UFPB, n. 10, 2001.
- FRANCO, M. de A. R. *Planejamento ambiental*. São Paulo: Annablume, [s.d.].
- JACOBI, P. *Cidade e meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 2000.
- LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: VERDE cotidiano o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAVASTANO, S. A. A contribuição da educação ambiental para a resolução dos problemas ambientais. In: EDUCAÇÃO ambiental, desafio do século: um apelo ético. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 1998.

SOUSA, M de F. (Org.). Situação da criança e do adolescente do município de Esperança-PB. João Pessoa: Arpoador, 2001.

- **Tecendo o Tupé: a extensão universitária na construção da gestão ambiental de uma reserva de desenvolvimento sustentável amazônica**

Ellen Barbosa de Andrade, Esp. Msc.

Annunziata Donadio Chateaubriand

Carla Reny de Oliveira Bezerra

Nádia Aline Pereira de Souza

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Resumo

Este artigo trata da contribuição da extensão universitária da UFAM, por meio do Programa Tupé, na construção da gestão ambiental participativa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus/AM, ao longo de mais de sete anos de atuação contínua (1997-2004). O referencial teórico e metodológico desse trabalho da UFAM tem estreita relação com o termo tupé, do tupi, “tecido trançado com talas da palmeira”, com muitas utilidades práticas, posto que esse programa de extensão busca entrançar diversos segmentos da sociedade local, sensibilizando-os e mobilizando-os, de modo a construir um tecido social que dê suporte à gestão efetiva daquela unidade de conservação. Dois cenários, datados de antes da presença da UFAM naquela reserva e do período atual, apresentam os principais resultados da gestão coletiva, empreendida pelos agentes e agências sociais locais — comunidades de moradores, visitantes, instituições e empresas, embasando a conclusão de que a extensão universitária tem um papel indispensável e intransferível na gestão ambiental, contribuindo para possibilitar e ampliar a reflexão e a participação cidadã dos diferentes segmentos sociais, na formulação de políticas, na concepção de decisões, bem como na implantação e no acompanhamento de ações que afetam o meio ambiente, em suma, que afetam a vida.

Palavras-chave: extensão universitária, gestão ambiental, educação ambiental

Introdução e objetivos

Desde a época em que a região amazônica era densamente povoada por nações indígenas, passando pelo período de quase duzentos anos de conquista e colonização portuguesa, até chegar aos dias atuais, diversas localidades da Amazônia brasileira são denominadas por termos indígenas. Tupé, do tupi, significa “entrançado, tecido trançado com talas da palmeira arumã”, em cores ou não, usado como objeto de arte, tapete, esteira, toldo de barcos, dentre muitas outras utilidades. Este termo identifica uma localidade da área rural de Manaus, no Amazonas, muito freqüentada por visitantes locais e estrangeiros e tradicionalmente ocupada por comunidades ribeirinhas, dispersas entre si e isoladas da área urbana desse Município.

A partir de 1990, o poder público municipal, nos âmbitos legislativo e executivo, instituiu diversos instrumentos legais visando à proteção ambiental dessa região denominada Tupé, que, em 2002, foi enquadrada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável – Redes do Tupé, integrando o sistema municipal de unidades de conservação. Se por um lado a legislação ambiental já é significativa, por outro lado as ações efetivas ainda são escassas e insuficientes para a proteção ambiental daquela área, havendo necessidade e urgência em criar, viabilizar e implementar um efetivo sistema de gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável do Tupé, impedindo sua degradação e garantindo a cidadania de seus moradores e freqüentadores.

A UFAM atua continuamente naquela área, há mais de sete anos, de 1997 a 2004, desenvolvendo uma ação de extensão iniciada como projeto e, atualmente, caracterizada como Programa Tupé, cujo objetivo principal é contribuir para estudos, propostas e ações que promovam a formação, a integração e a cooperação na comunidade de agentes e agências sociais atuantes no Tupé, com fins de proteção ambiental, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Este artigo pretende refletir sobre a contribuição desse programa de extensão universitária na construção do tupé, aqui entendido como o tecido social, formado pelo entrelaçamento de diversos segmentos da sociedade local, de modo a viabilizar a gestão ambiental participativa da Redes do Tupé.

Metodologia

A gestão ambiental se realiza a partir de um conjunto de valores sociais, construídos coletivamente ao longo do tempo, a partir do “olhar” e da contribuição individual de cada agente ou agência social. Segundo ensinam Toro A. e Werneck (1997), é impossível projetar a ordem de convivência democrática e de produtividade sem a participação ativa de toda a sociedade: a ordem social não deve ser construída apenas por aqueles que acham que sabem fazê-lo, para que depois os outros se integrem a ela, “trata-se de construir com todos, inclusive com os pobres, uma ordem social onde todos possamos conviver, e ser produtivos econômica, política, cultural e socialmente”. Assim, todos devem ser envolvidos nas diversas etapas da gestão ambiental — planejamento, execução, controle e avaliação —, valorizando-se tanto o saber popular como também o científico, construídos e reconstruídos ao longo da história da humanidade. No “aprender fazendo”, aprender melhorando a própria condição de vida, os

indivíduos, sem abrir mão dos conhecimentos acumulados pela humanidade, resgatam tradições e tecnologias apropriadas ao desenvolvimento e às realidades regionais (SORRENTINO, 2000).

Desse modo, entende-se que mobilização, conhecimento, participação e integração amplas, devem ser, ao mesmo tempo, meta e meio da gestão que busca conciliar desenvolvimento e proteção, visando sustentabilidade ambiental ampla, cultural, política, econômica e física.

Para superar a insustentabilidade da sociedade contemporânea, é fundamental que o meio ambiente seja percebido não apenas como um meio físico, sua flora e fauna, mas como “o conjunto de atributos dos elementos naturais e criados, socioeconômicos e culturais, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, segundo dispõe o Código Ambiental do Município de Manaus (2001). Atualmente, como observa Leonardi (1997), a definição de meio ambiente considera que seres humanos e natureza pertencem a uma mesma entidade ontológica, superando a visão reducionista que os separava e criando as bases para construção de uma nova relação, necessária à sustentabilidade ambiental.

Outro fundamento básico é que a educação ambiental seja entendida como um conjunto de “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Lei nº 9.795, 1999), posto que, segundo destacam Chateaubriand e Andrade (2002), a educação ambiental é indispensável para o efetivo engajamento e a participação crítica dos indivíduos nos modelos de gestão para o desenvolvimento sustentável, de modo a contribuírem efetivamente para a definição e a aplicação de estratégias e instrumentos, adequados a cada realidade ambiental.

Em última instância, realizar a gestão ambiental equivale a realizar um processo educativo, amplo, permanente e contínuo, em que agentes e agências sociais sejam sensibilizados e tenham a oportunidade de refletir sobre suas práticas, modificar comportamentos e atuar de modo integrado, visando à construção de sociedades sustentáveis que promovam a proteção, a recuperação e a melhoria do ambiente e das condições de vida.

Portanto, para viabilizar uma gestão participativa, multidisciplinar e interinstitucional, objetivando a ampla sustentabilidade ambiental, é consenso que não se deve prescindir da contribuição das universidades, seja por meio do ensino e da pesquisa tradicionalmente desenvolvidos nessas instituições, seja por meio de uma extensão universitária comprometida com a transformação social.

O Plano Nacional de Extensão (2001), desde sua primeira publicação, estabelece que extensão universitária “é um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”. Tal concepção tem sido fundamental para promover, no meio acadêmico e fora dele, a mudança definitiva de uma visão antiga, que entendia a extensão universitária apenas como um conjunto de atividades eventuais e desarticuladas — modalidade de curso, palestras e eventos similares, ou ainda, estágios e prestação de serviços à população carente, visão esta que, no passado, contribuiu para associar as atividades de extensão a ações de “assistencialismo, domesticação, manipulação e invasão cultural” (ANDRADE e CHATEAUBRIAND, 2004).

As atividades extensionistas, realizadas segundo essa nova concepção, possibilitarão a progressiva extinção de fronteiras históricas entre teoria e prática, entre as áreas do conhecimento, entre os agentes pedagógicos – professores e alunos, entre as funções básicas das universidades — ensino, pesquisa e extensão e, principalmente, entre universidade e sociedade, conforme justifica a Pró-Reitoria de Extensão da UFAM (2003).

No contexto específico de gestão ambiental, acredita-se que a extensão universitária pode desempenhar com propriedade o papel singular de articuladora dos diversos agentes e agências sociais, mobilizando-os e sensibilizando-os para uma compreensão global do meio ambiente, elucidando valores e desenvolvendo o comportamento crítico e participativo a respeito da gestão de recursos naturais para o desenvolvimento sustentado, visando à eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado e, portanto, construindo as bases para a conservação ambiental, a sobrevivência das espécies, a inclusão social e o pleno exercício da cidadania.

Em resumo, no que se refere à gestão ambiental, o desafio que se coloca para a extensão universitária é o de contribuir para possibilitar e ampliar a reflexão e a participação cidadã dos diferentes segmentos sociais, na formulação de políticas, na concepção de decisões e na implantação de ações que afetam o meio ambiente, isto é, que afetam a vida.

Com esse referencial teórico e metodológico, a UFAM desenvolve o Programa Tupé, realizado desde 1997, sem interrupções, num processo contínuo que busca afirmar o compromisso permanente desta universidade com a contínua transformação social, realizada a partir da reflexão e da ação integrada dos diversos agentes e agências da sociedade, atuantes na Redes do Tupé — docentes, discentes e técnico-administrativos da UFAM, de diferentes áreas do conhecimento; organizações sociais, públicas e privadas; comunidades de moradores da reserva e de seu entorno; freqüentadores, comerciantes, visitantes e turistas.

Esses segmentos sociais participam, ora individualmente, ora coletivamente, de todas as etapas de realização do Programa Tupé — planejamento, execução, controle e avaliação —, buscando-se superar progressivamente o assistencialismo e o individualismo, bem como construir e consolidar as bases para a gestão ambiental participativa da Redes do Tupé, com abordagem plural e interdisciplinar, sempre que possível, tendo-se como princípio básico considerar o meio ambiente em suas dimensões físicas e socioculturais. Em síntese, todos numa mesma canoa, remando numa direção comum.

Assim, naquela reserva, ao longo de mais de sete anos, promove-se: a) a realização permanente de atividades de educação ambiental; b) a identificação e a caracterização dos problemas ambientais; c) a definição de prioridades de ação; d) a viabilização e execução de intervenções no meio; e) o acompanhamento e a avaliação dos resultados alcançados.

Educação ambiental, gestão ambiental, saúde e higiene, saneamento básico (água, esgoto e resíduos sólidos), práticas agrícolas sustentáveis, energia, construções e organização comunitária têm sido as linhas de ação prioritárias do Programa Tupé, abordadas pelos diversos projetos de extensão da UFAM, componentes desse programa — “Tupé: Memória, Educação e Comunicação”, “Tupé: Saúde e Saneamento Ambiental”, “Tupé: Gestão Ambiental e

Desenvolvimento Sustentável”, “Saúde Bucal no Tupé”, “Oficina de Educação Sanitária e Ambiental”, “Tupé: Ações de Trabalho Cooperativo”, “Tupé: Questão Fundiária”, dentre outros. No meio acadêmico, tais projetos envolveram técnicos administrativos de diversos setores, docentes e discentes, bolsistas e voluntários dos Cursos de Engenharia, Química, Agronomia, Medicina, Odontologia, Administração, Direito, Desenho Industrial e Educação Artística dessa universidade, além de vários profissionais de instituições públicas e privadas, que atuam em parceria ou apóiam ao Programa Tupé.

Resultados e discussão

A Redes do Tupé, com área estimada 12.000 hectares, está situada na área rural de Manaus/AM e abriga seis comunidades ribeirinhas, tendo outras seis no seu entorno, com uma população total de aproximadamente 700 pessoas, residentes ao longo dos cursos d’água locais. Tais comunidades estão dispersas entre si e o acesso entre elas e a área urbana do Município é feito principalmente por via fluvial, utilizando-se canoas. A beleza do seu cenário natural e o lazer desenvolvido na Praia do Tupé são os principais atrativos do local.

Buscando controlar o processo de degradação ambiental, causado pelas atividades dos visitantes e dos moradores daquela localidade, o poder público municipal instituiu alguns instrumentos legais, dentre os quais destacam-se, em 1990, pela Lei Orgânica do Município de Manaus, a classificação como Área de Relevante Interesse Ecológico – Arie do Tupé e, em 1999, a publicação de um regulamento estabelecendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – Sedema como gestora dessa unidade de conservação municipal, bem como definindo competências, objetivos e atividades prioritárias a serem implementadas e incentivadas nessa área protegida.

As ações do poder público na Redes do Tupé foram intensificadas a partir de 1999, tornando-se mais sistemáticas e constantes, impulsionadas pela crescente participação social e pela necessidade de cumprimento da legislação ambiental, que vem exigindo, progressivamente, uma atuação planejada dos órgãos públicos componentes do sistema de meio ambiente que, em última instância, são responsabilizados pela gestão ambiental das unidades de conservação.

Os resultados alcançados na gestão ambiental da Redes do Tupé, com a contribuição da extensão universitária da UFAM, por meio do Programa Tupé, são apresentados a partir da descrição de dois cenários daquela reserva — um do ano do início da atuação desse programa, e outro referente ao ano em curso, conforme consta no Quadro 1.

Os resultados mais expressivos são observados na crescente atuação de diversas instituições locais na gestão ambiental daquela unidade de conservação municipal, como também na maior participação ativa e organizada de moradores nesse processo. Embora não tenha ocorrido alteração da quantidade de associações comunitárias existentes desde 1996, o perfil dessas organizações mudou: atualmente, elas mostram-se mais atuantes e comprometidas com o bem-comum e são integradas por significativa quantidade de mulheres, numa mudança significativa do modelo original de associação comunitária local, formada quase que totalmente por homens, integrantes passivos na sua maioria, comandados por um presidente autoritário e frequente-

mente desonesto, que utilizava a entidade em benefício próprio, sem qualquer compromisso com a comunidade.

Observa-se, também, um maior interesse da população da Redes do Tupé por atividades educativas que possam capacitá-la a uma participação efetiva na gestão ambiental, de modo a atuar criticamente e discernir melhor, entre os diversos interessados, quais entidades são seus legítimos parceiros e quais são apenas oportunistas e aproveitadoras. A UFAM, por meio do Programa Tupé, e a Sedema, por meio da sua Universidade do Meio Ambiente – Uniambiente, têm tido um papel destacado na oferta de oportunidades para educação ambiental, formal e não formal, destacando-se a realização de cursos de práticas agrícolas sustentáveis e a formação contínua de agentes ambientais voluntários, tendo como público-alvo moradores de localidades da reserva e de seu entorno.

Igualmente importante é destacar a ampliação e a melhoria da infra-estrutura comunitária da Redes do Tupé, especialmente nas escolas municipais, com a introdução de elementos físicos indispensáveis à gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável numa região com carências básicas de energia, transporte, alimentação, habitação, trabalho e educação, comuns a várias localidades ribeirinhas da Amazônia. Por outro lado, as mudanças físicas tornaram-se elementos essenciais de motivação para a continuidade do processo de gestão ambiental participativa, uma vez que introduziram grandes melhorias nas condições de vida das comunidades e, portanto, são mais perceptíveis do que as mudanças no meio sociocultural.

A partir de 2002, com a mudança no enquadramento dessa área protegida, de Arie para Redes do Tupé, e com o advento da nova lei relativa ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, publicada em 2000 e regulamentada em 2002, o Programa Tupé tem concentrado seus esforços no sentido de contribuir para a efetiva aplicação desses instrumentos legais, especialmente no que se refere à elaboração do Plano de manejo da Redes do Tupé e à criação e implementação do seu Conselho Deliberativo, órgão deliberativo responsável pela gestão ambiental dessa reserva, o qual deverá ter composição paritária de representantes de instituições públicas e da sociedade civil, atendendo à nova legislação federal.

Quadro 1

Cenários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (Redes do Tupé), Manaus/AM, em 1997 e 2004, destacando alguns aspectos de relevância para a gestão ambiental daquela unidade de conservação municipal

Aspecto	Cenário em 1997	Cenário em 2004
Instituições mais atuantes na reserva	Semed, Sedema e Semsas*	Semed, Sedema, Semsas, Ibama, UFAM, Embrapa, Cefet/AM, CPRM/AM, Ulbra, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa e outras empresas, públicas e privadas, que atuam mais eventualmente no apoio às ações desenvolvidas.
Organizações comunitárias	12 (doze) associações comunitárias formais, sendo seis na reserva e seis no seu entorno.	12 (doze) associações comunitárias formais, sendo seis na reserva e seis no seu entorno; Associação dos barraqueiros da Praia do Tupé; Cooperativa de produtores (Cooperin).
Estrutura física escolar	04 (quatro) construções precárias, com reduzido espaço físico, sem mobiliário e sem instalações adequadas.	04 (quatro) escolas construídas e/ou reformadas, em madeira e alvenaria, com instalações de água e de esgoto, coleta seletiva de lixo, alojamento para professores, paisagismo, pomar, viveiro de mudas e horta, transporte fluvial para os alunos.
Atendimento educacional, formal e não formal	Crianças de 1a à 4a séries do ensino fundamental.	Crianças e adultos, com ensino fundamental e telecurso 2º grau na maioria das escolas municipais existentes, metodologia "Escola ativa", educação ambiental como tema transversal (agenda ambiental escolar), projeto escola-comunidade "Amigos do Tupé". Eventos, cursos, oficinas, palestras e treinamentos relacionados com temas diversos.
Saúde	Alta ocorrência de malária. Agentes de saúde da Semsas e comunitários.	Posto para diagnóstico de malária; Controle da ocorrência de malária; Agentes de saúde da Semsas, Funasa e comunitários; 04 (quatro) postos de saúde comunitários e 01 (um) da Semsas.
Infra-estrutura	Falta de sistema de comunicação efetivo entre as comunidades; Falta de sistema público de energia elétrica; Templos religiosos.	Telefonia celular em algumas comunidades; Falta de sistema público de energia elétrica para os domicílios; Sistema público de energia solar e banheiros públicos na Praia do Tupé; Templos religiosos; Sede administrativa da Sedema; Centro e alojamento de apoio às atividades comunitárias.
Classificação ambiental do Tupé, por lei municipal	Área de Relevante Interesse Ecológico – Arie do Tupé, desde 1990.	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – Redes do Tupé, desde 2002.

Conclusões

A estratégia metodológica do Programa Tupé, de caráter formativo e informativo para todos os participantes da gestão ambiental da Redes do Tupé tem conduzido a resultados efetivos e cada vez mais abrangentes, estimulando a continuidade dessa ação de extensão da UFAM, face à significativa experiência acumulada pela equipe do programa, como também devido à credibilidade, alcançada pelo programa, no meio acadêmico e fora dele, ao longo de mais de sete anos de atuação.

A atuação contínua da extensão universitária da UFAM, por meio do Programa Tupé, contribuiu para a gestão ambiental daquela reserva, promovendo a reflexão e a participação cidadã dos diferentes segmentos da sociedade local. Em suma, esse programa de extensão universitária vem cumprindo o objetivo de tecer um tupé, aqui entendido como um tecido social que dê suporte à gestão ambiental participativa daquela área protegida. A UFAM e outros agentes e agências sociais constituíram-se em talas componentes da estrutura desse tecido social: cada tala com a importância que lhe é peculiar, a ponto de não ser possível dispensar nenhuma delas, sob pena de enfraquecer ou destruir essa esteira social, comprometendo a construção coletiva na Redes do Tupé.

Apesar dos significativos avanços, ainda há muito que fazer para consolidar os resultados já obtidos, bem como para ampliá-los, visando ao desenvolvimento sustentável daquela unidade de conservação amazônica, a inclusão social de sua população e a proteção de seu patrimônio natural e cultural.

Portanto, o trabalho de tecer o tupé foi iniciado, mas ainda falta muito para ser concluído. É trabalho demorado, requer persistência e constância, face à sua complexidade, considerando-se, principalmente, que a realização desse ideal da coletividade depende da interação de todos, e, fundamentalmente, da ação de cada um dos envolvidos que, por sua vez, baseiam suas atitudes em valores e motivações pessoais.

Nesse sentido, a extensão da UFAM tem o dever e a oportunidade de continuar atuando na Redes do Tupé, contribuindo para a construção e consolidação da trama desse tecido social, fortalecendo as talas existentes e possibilitando a inclusão de novas talas — universidades, moradores, associações comunitárias, visitantes, instituições públicas, turistas e empresas. Todos em diálogo permanente, entrançados.

Referências bibliográficas

ANDRADE, E. B. de; CHATEAUBRIAND, A. D. Atividades curriculares de extensão: estratégia para renovação do ensino superior em engenharia e tecnologia. In: WORLD CONGRESS ON ENGINEERING AND TECHNOLOGY EDUCATION, Santos, 2004. *Anais*. Santos: Copec, 2004.

BRASIL. Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, Imprensa Nacional, 28 abr. 1999.

CHATEAUBRIAND, A. D.; ANDRADE, E. B. de. Educação ambiental: estratégia para o conhecimento e a inclusão social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1, João Pessoa, 2002. *Anais*. João Pessoa: UFPB, 2002.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano nacional de extensão universitária*. Ilhéus: Editus, 2001. 65 p. (Coleção Extensão Universitária; v.1).

LEONARDI, M. L. A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: MEIO ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. p. 391-407.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. *Lei* n. 605, de 24 de julho de 2001. Institui o Código Ambiental do Município de Manaus e dá outras providências. Manaus: PMM, 2001.

SORRENTINO, M. EA pode combater a miséria. In: EDUCADOR ambiental: 6 anos de experiências. São Paulo: WWF Brasil, 2000. p. 51.

TORO A., J. B.; WERNECK, N. M. D. *Mobilização social*: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: MMA, ABEAS, UNICEF, 1997. 104 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de extensão. *Proposta de criação do Programa Universidade sem Fronteiras e da Atividade Curricular de Extensão*. Manaus: UFMA, 2003. 14 p.

- **“Projeto Juá, você e o porco”: rádio e teatro para uma agropecuária sustentável**

Muciana A. da Silva Cunha, Bióloga Formada pela Universidade Federal do Ceará – UFC.
Mestranda em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Marlécio M. da Silva Cunha, Biólogo Formado pela Universidade Federal do Ceará – UFC.
Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Auxiliar da Fundação
Universidade Estadual de Alagoas – Funesa

Aline Silva Lima, Graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará – UFC

Walda Viana Brígido de Moura, Professora Assistente do Departamento de Clínica Odontológica
– UFC. Mestre em Odontologia Social. Coordenadora de Ação Comunitária – Pró-Reitoria de
Extensão – UFC. Interlocutora Unisol/UFC

Universidade Federal do Ceará – UFC

Resumo

Pequenos povoados do semi-árido cearense, além de conviver com entraves típicos destas regiões interioranas (como secas periódicas, êxodo rural, etc.), também enfrentam dificuldades características de ambientes urbanos: ausência de planejamento de infra-estrutura, problemas de saúde pública, poluição e degradação ambiental. Um monitoramento da criação de suínos foi desenvolvido no distrito de Juá (no Município de Irauçuba/CE), objetivando sensibilizar criadores de porcos quanto a suas práticas e subsidiar a produção e comercialização da carne de suínos segundo condições sanitárias adequadas, garantindo o desenvolvimento sustentável da comunidade. Consistiu numa ação integrante do “Projeto Água Subterrânea no Nordeste do Brasil” – Proasne, em parceria com o Programa Universidade Solidária – Unisol e a Universidade Federal do Ceará – UFC, na execução do Programa de Cooperação Técnica Canadá-Brasil. Como metodologia de abordagem desta problemática, além de serem realizadas reuniões e oficinas periódicas com moradores de Juá, foram feitas entrevistas com moradores da comunidade, veiculados programas de rádio educativos e apresentada uma peça teatral. Os resultados obtidos apontaram para a necessidade de um monitoramento contínuo, além da eficácia dos programas de rádio na (re)educação da população do distrito. Foi possível, assim, promover uma melhoria das condições higiênico-sanitárias e da qualidade de vida da população de Juá.

Palavras-chave: comunicação, educação, sustentabilidade

Introdução e objetivos

A Região Nordeste representa 18,3% da área territorial do Brasil, na qual vive uma população de aproximadamente 47 milhões de habitantes. O semi-árido, que corresponde a 53% da área do Nordeste e abriga 17 milhões de habitantes (SUASSUNA, 2002), é uma zona sujeita a períodos cíclicos de seca, os quais agravam problemas historicamente determinados nestas regiões.

Pequenos povoados do semi-árido cearense, além de conviver com entraves típicos destas regiões interioranas (como secas periódicas, carência de suporte técnico-financiador para atividades economicamente viáveis, êxodo rural), também enfrentam dificuldades características de ambientes urbanos: ausência de planejamento de infra-estrutura, problemas de saúde pública, poluição e degradação ambiental.

Dentro deste contexto, na região norte do Ceará, encontra-se Juá, distrito pertencente ao Município de Irauçuba — o qual faz parte da Comunidade Ativa, programa da Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária, cujo objetivo é promover, nos mais diferentes aspectos, o desenvolvimento de comunidades pobres do Brasil.

Estudos preliminares realizados em Juá indicaram a existência de um peculiar problema de saúde pública: a livre criação de porcos soltos nas ruas do distrito, fato responsável pela disseminação de doenças entre seus moradores e entre outros animais.

O levantamento deste e de outros dados deu-se no âmbito da execução do “Projeto Água Subterrânea no Nordeste do Brasil” – Proasne, em parceria com o Programa Universidade Solidária – Unisol e a Universidade Federal do Ceará – UFC, através de sua Pró-Reitoria de Extensão. O Proasne está inserido no Programa de Cooperação Técnica Canadá-Brasil, sendo executado pelo Serviço Geológico do Canadá – GSC e o Serviço Geológico do Brasil – CPRM, com o apoio financeiro da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional – The Canadian International Development Agency – CIDA.

Levando em consideração a gravidade das conseqüências sociais decorrentes desta forma de criação de animais, atentou-se para a necessidade da promoção de práticas educativas em saúde e meio ambiente junto à população, culminando com a criação de um programa de monitoramento da criação de suínos em Juá.

O monitoramento da criação de suínos teve início em agosto de 2002, e consiste numa ação integrante do plano social e de gênero do Proasne, em parceria com a Unisol e a Pró-Reitoria de Extensão/UFC. O trabalho intitulado “Projeto Juá, você e o porco”, objetivou sensibilizar criadores de porcos quanto a suas práticas e, com a participação da população, subsidiar a produção e comercialização da carne de suínos de acordo com condições sanitárias adequadas, garantindo o desenvolvimento sustentável da comunidade. Este entendido como o atendimento às necessidades humanas sem o esgotamento das fontes de satisfação dessas necessidades.

Metodologia

Era marcante para os que conheciam o distrito de Juá a grande quantidade de animais soltos, em sua maioria porcos. Poucos proprietários possuíam chiqueiros, e os utilizavam somente como dormitórios para os animais. Observava-se o alto risco a que estavam submeti-

dos os moradores de contrair doenças, fosse pelo lixo espalhado pelos porcos, pelas suas fezes expostas e de outros animais ou pela ingestão da carne suína contaminada.

Como metodologia de abordagem desta problemática, foram aplicados, mediante visita domiciliar, questionários junto à população do distrito de Juá, permitindo um levantamento prévio de dados sobre saneamento, saúde, relações de gênero e educação/escolaridade dos moradores, além de possibilitar um cadastro dos criadores de porcos.

No mês de março de 2002, durante uma atuação conjunta do Programa Universidade Solidária – Unisol, a Universidade Federal do Ceará – UFC e a Universidade Luterana do Brasil – Ulbra, foram realizadas oficinas e visitas domiciliares, que culminaram com a elaboração de um cadastro dos proprietários de porcos, o qual serviu de suporte para outras atividades posteriormente desenvolvidas na execução do Proasne no distrito de Juá. A partir de julho do mesmo ano, a coordenação do Proasne no Estado do Ceará realizou um diagnóstico socioambiental no referido distrito, no qual foram aplicados questionários em torno de 50% da população residente. Em consonância com a demanda apresentada pelo referido diagnóstico, foi elaborado um projeto para monitorar a criação de porcos naquele distrito, por ser este o animal que causava, àquela época, um maior impacto ambiental em Juá.

Posteriormente ao questionário socioeconômico, foram feitas reuniões programadas com os moradores do distrito, oportunidade em que estes apontaram soluções para os principais problemas levantados por eles e pelas instituições parceiras na execução do Proasne. Nestas reuniões foram realizadas, também, oficinas sobre saúde animal/saúde humana, gerenciamento do lixo, alimentação e técnicas de criação de suínos, atividades integrantes do programa de monitoramento da criação de suínos em Juá. Tais ações constituíram o cerne do “Projeto Juá, você e o porco”.

As oficinas foram realizadas e monitoradas pelos próprios estudantes da UFC, em suas visitas programadas ao distrito. Os temas enfocados foram qualidade de vida, saúde animal e humana, educação ambiental, uso racional de água e relações de gênero, todos visando à organização da criação de porcos como primeira etapa do projeto em questão. A totalidade das etapas do referido projeto segue abaixo:

Etapas do “Projeto Juá, você e o porco”

- a) elaboração e implantação do projeto;
- b) reuniões com criadores de porcos e de outros animais que eram criados soltos nas ruas (iniciadas em de julho de 2002);
- c) oficinas de educação para a promoção da saúde animal e humana na criação de porcos e prevenção de doenças veiculadas por porcos (de agosto a novembro de 2002, com encontros quinzenais na escola pública da comunidade);
- d) visitas domiciliares para cadastramento dos criadores (feitas pelos alunos participantes do projeto, que visitaram as casas de criadores de animais, previamente identificados no diagnóstico feito em julho de 2002);
- e) organização da criação de porcos visando ao confinamento em chiqueiros domiciliares e/ou comunitários, onde seria feito um cercado coletivo subdividido em pequenos

chiqueiros identificando cada proprietário (posteriormente verificamos a inviabilidade desta ação, optando por sanitizar os chiqueiros já existentes em cada casa, além de criar aqueles ainda inexistentes);

- f) sensibilização da comunidade para destino do lixo orgânico (a partir de junho de 2003);
- g) construção ou reforma do piso e cobertura dos pequenos chiqueiros domiciliares (identificação de agentes financiadores para implantação de junho a agosto de 2003);
- h) implementação de culturas agrícolas para a alimentação dos animais (desde julho de 2003);

Além das etapas básicas do “Projeto Juá, você e o porco”, algumas ações complementares, desenvolvidas durante a execução do mesmo, merecem destaque:

Projeto de Piscicultura no Açude São Gabriel

- a) mobilização da comunidade (conscientização acerca da necessidade de peixamento como recurso ecologicamente equilibrado e economicamente rentável);
- b) limpeza e despoluição do açude;
- c) isolamento da área contra aproximação de animais que ainda estavam sendo criados soltos;
- d) urbanização do açude (retirada de lixo e arbustos do caminho de acesso ao mesmo).

Gestão dos recursos naturais do distrito de Juá

- a) constituição de um grupo gestor;
- b) capacitação de um grupo executor: em Gestão Participativa e em Gestão Sustentável, nos seguintes aspectos: econômico, ambiental, social (Comaj – Comissão de Multiplicadores Ambientais de Juá);
- c) capacitação do grupo executor para o cultivo de peixe em tanques-rede (Associação de Pescadores do Distrito de Juá);

Coleta seletiva do lixo de Juá

- a) conscientização e mobilização da comunidade para a coleta seletiva;
- b) reuniões para planejamento (elaboração de folder explicativo, do mapa da sede do Distrito de Juá com o roteiro da coleta);
- c) capacitação dos garis, agentes de saúde e famílias de Juá;
- d) escolha do Sr. Batistinha (líder comunitário informal) para juntamente com sua família se responsabilizarem pela coleta e separação do material reciclável, como também pelo depósito e carroça;
- e) monitoramento e assessoria na comercialização do material reciclável (Comaj – Comissão de Multiplicadores Ambientais de Juá).

Programa de rádio "Juá, você e o porco"

O rádio inicialmente surgiu no Brasil com objetivos predominantemente educacionais, mas que aos poucos foram assumindo também um caráter de difusão de interesses políticos e econômicos. Seus idealizadores anteviram as potencialidades do veículo como elemento de informação e formação do povo brasileiro, que teria no rádio um imprescindível aliado na educação em larga escala num país de território com dimensões continentais (CAPARELLI, 1982, p. 13). Hoje o uso deste veículo está distante deste objetivo, servindo aos interesses comerciais das grandes redes de comunicação e de políticos, detentores das concessões de radiodifusão, vetando o acesso da população aos meios de comunicação. Entretanto, o grupo de estudantes participantes do "Projeto Juá, você e o porco" entendeu que seria possível, através do rádio, resgatar o caráter comunitário dos meios de comunicação social, utilizando-o como instrumento de divulgação da proposta do projeto, bem como um meio de interlocução entre a comunidade e as pessoas envolvidas de maneira mais direta com a gestão e execução do projeto em questão. Assim, como forma de dar suporte à continuidade das discussões entre os moradores enquanto o grupo de universitários não estava presente no distrito, foram transmitidos (através de rádios FM do Município de Irauçuba) programas educativos durante a execução do projeto em questão, sendo tais programas elaborados pelos próprios estudantes da UFC atuantes no Proasne. Um dos programas veiculados pelo rádio dirigidos à comunidade teve a seguinte estrutura:

Personagens: estudantes graduandos da UFC

R – Richristhi

S – Sandro, Morador de Juá

C – Cássia

R – Bom dia, Sr José!

S – Bom dia. Quem são vocês?

C – Nós somos da Universidade Federal do Ceará. Estamos passando nas casas de Juá para sabermos quem são e quantos são os criadores de porcos daqui.

S – E pra que interessa a vocês saber isso de nós criadores de porcos? Vocês estão querendo acabar com os porcos de Juá, é?

R – Não! De jeito nenhum, Sr José. Pelo contrário! A gente quer é que pessoas como o senhor continuem criando seus porcos, só que de um jeito melhor, tanto pro senhor, quanto pros porcos.

S – De onde já se viu isso? Quem disse que os meus porcos e o dos outros estão sendo criados com problemas? Duvido que exista alguém insatisfeito com essa criação de porcos aqui do Juá!

C – O pior é que tem, seu José. Essa é uma das maiores reclamações dos moradores do Juá, pois os porcos ficam soltos por aí, espalhando lixo e doenças para eles, para a gente e para os outros animais.

S – Mas isso é conversa, dona! O meu porquinho vive solto aqui na frente de casa, não leva doença pra lugar nenhum.

- R – Pois é, seu José, aí é que está o problema: ele pode até não levar doença, mas sempre tem um porco doente que traz as doenças da rua para seu porco ou para você mesmo.
- S – Que tantas doenças são essas?
- R – Vixe, são tantas ... Mas só pra dizer algumas: sarna (aquela coceira danada que os bichos pegam, inclusive o homem), doenças respiratórias, bicheira transmitida por moscas, teníase e cisticercose.
- S – Ave Maria! Se você me explicar o perigo de pelo menos uma dessas que você falou aí, eu posso pensar no caso.
- C – Pois bem! Então deixa que eu explico: a teníase, uma doença causada por um verme que faz tudo para viver dentro de um porco criado sem higiene.
- S – Rapaz, deixa logo de arrodeio! Diga qual é o mal que essa tênia faz pra mim?
- C – Bem, se o senhor come carne de porco contaminada com tênia, esse verme vai crescer dentro de você, fazendo você ficar com fastio, anemia, enjôo.
- S – E tem jeito de eu não pegar essa doença, mesmo comendo carne de porco?
- R – Ter, tem. O negócio é o senhor saber de onde vem e por onde andava o porco que o senhor vai comer.
- S – Ah, mas desse jeito que o pessoal tá criando os porcos é quase impossível saber onde o porco andou e o que comeu, aí fica difícil garantir que o porco não tá doente.
- R – É justamente por isso que a gente veio aqui pra dar a idéia dos criadores de porco criarem seus animais presos, e não soltos na rua.
- S – E qual é a vantagem de criar um porco preso no quintal da casa, por exemplo? Por acaso eu vou lucrar com isso?
- C – Todo mundo vai lucrar com isso, seu José. Seu porco, ao invés de ficar fuçando as coisas pela rua, vai deixar de gastar as energias dele e vai passar a juntar muita gordura no corpo, engordando rapidinho.
- R – Sem contar que se o porco ficar preso no chiqueiro, ele não correrá o risco nem de pegar nem de passar doenças, pois ele vai viver num lugar limpo e comer comida limpa. As crianças vão ter espaço limpo para brincar. Além disso, as plantas poderão crescer e a cidade fica mais verde e mais saudável.
- S – Mas essa história de dar ração pra porco sai cara demais. Ainda mais para fazer um cercado, um chiqueiro.
- C – De jeito nenhum, seu José. Não sai, porque nenhum criador vai precisar comprar ração. Toda a comida de todos os porcos vai vir do resto das refeições de cada casa de Juá. É só a população se organizar junto com os criadores para combinar as horas e as casas onde uma pessoa encarregada vai pegar o resto de comida para levar para os porcos.
- C – E as pocilgas para colocar os porcos? Onde vão ficar?
- R – Vai depender da vontade e principalmente da organização dos criadores. Um vizinho pode criar junto com os porcos dele, os porcos do seu vizinho, num cercado só. Ou até os criadores podem se juntar e criar os porcos em chiqueiros comunitários.

- S – E o que é um chiqueiro comunitário?
- C – É um local onde os porcos de várias pessoas vão poder morar, separados por cercas.
- S – Tô começando a gostar da idéia. Mas quando for pra matar os porcos? Se eu não tiver um local pra matar meu porco, vai adiantar ter criado?
- R – Vai adiantar, porque aí os criadores precisam se reunir para organizar um matadouro coletivo, onde os porcos vão poder ser mortos e tratados de maneira certa. Seria interessante falar com a prefeitura pra pedir um terreno pra se construir nele um matadouro público igual aqueles pra matar boi.
- C – E olhe que nesse matadouro não tem nada de complicado, nem difícil de fazer. Eu acho que a prefeitura aceitaria essa proposta na hora, até porque é pelo bem de toda a população de Juá.
- S – E depois que a gente matasse esses porcos, para onde é que iria tanta carne de porco?
- R – Acho que essa parte é a mais fácil: quando o povo começar a saber que a carne de porco de Juá é de confiança e bem cuidada, a procura vai ser grande. Vai ser possível até vender lingüiça de porco feita em Juá mesmo!
- S – Mas como é que a gente vai fazer isso, criatura? Em que lugar? Com que dinheiro? Com que máquinas?
- C – E o Senhor tá pensando que precisa de tanta máquina e lugar grande assim? Que eu saiba, as lingüiças podem ser feitas numa fábrica montada num espaço doado pela Prefeitura. Lá mesmo as lingüiças seriam feitas e vendidas. É só fazer os acordos com a prefeitura.
- C – Sei não. Podem até ceder o espaço, mas duvido que soltem algum centavo pra poder pagar essas máquinas.
- R – Ah, mas aí é que tá. Se os criadores se organizarem direitinho, fica muito mais fácil conseguir a verba fazendo projetos.
- S – Como assim? O que é que tem haver a organização da gente e o aparecimento do dinheiro?
- R – Ora, seu José. Nos tempos de hoje, dinheiro não tá fácil. Ninguém quer arriscar financiar um projeto que pode não dar certo por falta de organização.
- S – Ah, então quer dizer que se a gente planejar tudo direitinho, essas coisas todas podem dar certo?
- C – Podem sim: as chances de conseguir dinheiro também aumentam se todo mundo estiver unido e organizado.
- S – Pois então dá licença, cumpadre, que eu vou já correr atrás de outros criadores pra gente conversar melhor sobre isso e se organizar pra essa criação de porcos dar certo, e Juá ficar mais saudável. Até a próxima!

Este texto, após modificação, subsidiou uma peça teatral encenada pelos estudantes participantes do módulo regional do Programa Universidade Solidária – Unisol, realizado em outubro de 2002 na sede do Município de Irauçuba/CE e do distrito de Juá. A peça procurou, de

forma lúdica, tratar da temática das verminoses, como forma de conscientizar a população de Juá acerca dos perigos à saúde da população que vivia em contato com animais criados à solta. A peça foi encenada e gravada na quadra de esportes da única escola pública localizada em Juá, tendo os moradores do local como platéia, marcando o encerramento da atuação do grupo Unisol naquele período.

Em médio prazo, seriam elaborados projetos com a finalidade de conseguir financiamento para a construção de um matadouro comunitário e de um ponto de comercialização de carne, havendo no mesmo local uma fábrica de lingüiça. Para a efetivação destas ações, a prefeitura seria parceira no terreno para o matadouro. O local para o ponto de comercialização e para a fábrica de lingüiça seria o mercado municipal, que estava desativado quando do início do projeto. Nenhum financiamento destinado a estas atividades foi disponibilizado.

Resultados e discussão

Os dados obtidos com os questionários serviram como norteadores das diversas atividades então planejadas visando à sensibilização da população de Juá quanto à necessidade da substituição das técnicas empregadas, àquela época, na criação de suínos, um dos fatores responsáveis pela acentuada degradação ambiental daquele distrito.

Os múltiplos problemas estruturais encontrados em Juá, sobretudo os de ordem ambiental, apontaram para a necessidade de sua resolução através de atividades (re)educativas interdisciplinares e contínuas. Tal interdisciplinaridade, a nosso ver, seria alcançada mediante o desenvolvimento da Educação Ambiental – EA, a qual pode ser compreendida como um enfoque educacional que pressupõe práticas que visam não apenas à solução de problemas ambientais, mas também à transformação holística da sociedade, nos seus mais diversos segmentos e aspectos.

Partindo desta visão e pelo fato de o “Projeto Juá, você e o porco” estar associado a outro projeto — “Água, Fonte da Vida”, o qual busca a efetivação de atividades nas áreas social e de gênero — decidimos trabalhar paralelamente não apenas temas explicitamente ambientais, mas também aspectos das relações de gênero, resgate da cidadania e da organização de comunidades, os quais afetam profundamente a estrutura social e física do distrito de Juá.

Num total de 4 visitas realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2002, 106 pessoas de toda a comunidade estiveram presentes nas reuniões direcionadas à discussão sobre a criação de suínos. Os criadores de porcos, segmento da população mais diretamente ligado ao monitoramento da criação de suínos, representaram, em média, 35% do público presente nas reuniões até então realizadas. É importante ressaltar que, por se tratar de uma prática que afeta toda a população do distrito, procurou-se mobilizar para as reuniões não apenas aqueles que criavam os animais (inclusive ovinos, caprinos, galináceos) à solta, mas também pessoas da comunidade em geral e, em particular, aqueles poucos que já criavam seus animais em regime de confinamento.

Nas entrevistas informais realizadas junto aos moradores durante as reuniões, os mesmos referiram-se com freqüência à sua falta de experiência em organização de associações,

cooperativas, etc. Tendo em vista este fato, foram simuladas, dentro das oficinas, situações em que era necessária a organização daqueles moradores em grupos, no intuito de prepará-los para uma fase posterior do monitoramento, quando os mesmos deveriam gerenciar a alimentação dos porcos confinados em pocilgas comunitárias, administradas pela própria população. O confinamento, além de possibilitar a resolução do problema de saúde pública naquela localidade, permitirá a posterior arborização do local, atividade já realizada sem êxito pelos moradores, visto que os porcos, criados à solta, se alimentam da maioria das mudas que são plantadas.

As oficinas realizadas permitiram perceber que um dos fatores que mais contribuíam para a continuidade do método dominante na criação de porcos era a falta de informação acerca dos hábitos de vida dos suínos, dos ciclos de vida de parasitas comuns àqueles animais e ao homem, da forma de propagação das doenças causadas por estes vermes e da forma de como evitá-las. As oficinas e os programas de rádio supriram essa carência inicial, induzindo os moradores a discutir novas maneiras de criar seus animais, especificamente os porcos. Os programas de rádio foram sistematicamente veiculados em rádios de Irauçuba/CE, segundo o seguinte cronograma:

Data	Assunto
12.07 / Quinta-feira	Desertificação Racionamento de energia
13.07 / Sexta-feira	Auto-estima do idoso Terra, planeta água
16.07 / Segunda-feira	Saúde bucal Educação Ambiental
17.07 / Terça-feira	Saúde do Idoso Higienização dos alimentos
18.07 / Quarta-feira	Saúde da mulher
19.07 / Quinta-feira	Orçamento familiar
20.07 / Sexta-feira	Saneamento ambiental
23.07 / Segunda-feira	DSTs
24.07 / Terça-feira	Alimentos transgênicos
25.07 / Quarta-feira	Relação de gênero
26.07 / Quinta-feira	Assoreamento Educação alimentar
27.07 / Sexta-feira	Encerramento

Conclusões

Como resultado destas ações esperou-se contribuir para o desenvolvimento sustentável, bem como para a melhoria da qualidade de vida no que se refere à aquisição de conhecimento, organização comunitária e uma melhoria das condições ambientais com futuro projeto de urbanização e de manutenção de um povoado com condições sanitárias adequadas.

Para a equipe de universitários envolvida no monitoramento, as oficinas realizadas constituíram uma oportunidade única de desenvolver com a população (especialmente os criadores de porcos) uma relação pedagógica dialética, democrática e horizontal, como defendia Freire (1996).

A mobilização da população objetivava levar, em médio prazo, à obtenção de financiamento para a construção de um matadouro comunitário (em terreno a ser cedido pela Prefeitura do Município de Irauçuba) e a organização de uma pequena fábrica de beneficiamento da carne de suínos, visando à produção artesanal de alimentos embutidos e defumados (a serem comercializados no mercado público municipal que, àquela época, estava desativado).

Esperou-se, assim, promover uma melhoria das condições higiênico-sanitárias, da oferta de emprego e da qualidade de vida da população de Juá, contribuindo para a produção de conhecimento em saúde pública e educação ambiental numa comunidade do semi-árido nordestino.

Referências bibliográficas

BARRETO, G. B. *Curso de suinocultura*. 5.ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973. 295 p.

CAPARELLI, S. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Cortez, 1982. 94 p.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 12.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

PROGRAMA UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA. *Home-Page Oficial da Unisol*. Disponível em: <<http://www.universidadesolidaria.org.br>>. Acesso em: 03 out. 2002.

PROJETO ÁGUA SUBTERRNEA NO NORDESTE DO BRASIL . *Home-Page Oficial do Proasne*. Disponível em: <<http://brazil.gsc.nrcan.gc.ca/sitemapport.html>>. Acesso em: 03 mar. 2004.

SUASSUNA, J. *Semi-árido: proposta de convivência com a seca*. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/js070202.html>>. Acesso em: 03 out. 2002.

• Educação Ambiental e Reciclagem de Lixo: um Exercício de Cidadania

Ana Lúcia, Bacharela em Direito. Especialista em Educação Ambiental

Leile Silvia Cândido Teixeira, Assistente Social. Especialista em Serviço Social

Universidade Católica de Goiás – UCG

Resumo

O trabalho de educação ambiental que o Instituto Dom Fernando, ligado à Universidade Católica de Goiás, desenvolve com uma parcela da população goianiense, residente nas margens do rio Meia Ponte tem como objetivos: a) promover atividades de educação ambiental na comunidade; b) fomentar renda a partir da reciclagem do lixo; c) fomentar a separação do lixo, coletar o lixo separado e o reciclar; d) desenvolver oficinas pedagógicas com o tema da educação ambiental para crianças. O desenvolvimento das atividades resultou na Cooperativa de Reciclagem de Lixo, fundada em 1998, seu trabalho fundamenta-se na coleta de lixo na comunidade e sua transformação, o processamento do papel em telha; do plástico em grânulo e do lixo orgânico em húmus. O Instituto Dom Fernando e Cooprec realizam o trabalho de educação ambiental que no ano de 2003, atingiu 1.029 residências visitadas, 1.507 atendimentos em oficinas, e a visita de 2.729 pessoas à cooperativa. A necessidade de reciclar o lixo e a geração de renda atingem dois aspectos de estrangulamento social, quais sejam, a questão do lixo urbano e do desemprego. A inserção deste trabalho na extensão universitária, articulada com estágio e pesquisas, propõe uma formação universitária que privilegia as necessidades proeminentes da sociedade goiana.

Palavras-chave: educação, meio ambiente, reciclagem

Introdução e objetivos

O presente texto refere-se ao trabalho de educação ambiental que o Instituto Dom Fernando – IDF desenvolve com uma parcela da população residente nas margens do rio Meia Ponte em Goiânia, especificamente nos setores Jardim Dom Fernando I e II, Jardim Aroeiras I e II e Jardim Conquista da região leste do Município.

O IDF atualmente compõe a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Católica de Goiás, tem como missão contribuir com a construção da cidadania e a luta pela justiça social por meio de ações socioeducativa-culturais e ambientais qualificadas, visando ao atendimento das necessidades básicas humanas da população em situação de exclusão social em Goiânia, especialmente na região leste do Município, construindo e reafirmando direitos sociais e humanos.

Para a compreensão do trabalho que o IDF realiza na comunidade é mister percorrer, ainda que de forma sucinta a história do Instituto, que por sua vez é intimamente ligada à história dos bairros em que este desenvolve seu trabalho.

A referida área é constitutiva de uma antiga fazenda da Arquidiocese de Goiânia, que na década de 1980 foi ocupada pela população para fins de moradia. Diante da situação, a Arquidiocese realiza a doação do terreno para as famílias, o que impingiu à Prefeitura a urbanização da região.

A população que se deslocou para o local configurava-se com a característica de pobreza, como ademais ocorre em todas as áreas de posse urbana. Percebe-se uma série de expressões da questão social como desemprego, baixa qualificação, crianças em situação de risco social e pessoal. A região é marcada ainda pela proximidade com o rio Meia Ponte, do qual trataremos com mais propriedade em seguida. Desta conjuntura, a Arquidiocese de Goiânia, por meio da Sociedade Goiana de Cultura – SGC elaborou o Projeto Meia Ponte. A essência do projeto consiste em uma contribuição da SGC na comunidade, construindo com isso metade da ponte da cidadania que seria completada pela ação popular em um trabalho conjunto e contínuo. A metade da ponte que a SGC construiu fundamenta-se na disponibilização de equipamentos sociais para atender a algumas necessidades da comunidade. Deste Projeto Meia Ponte, nasce o Instituto Dom Fernando, em 01 de junho de 1995, data em que se registra o décimo ano de falecimento de Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia, fundador da Sociedade Goiana de Cultura e Universidade Católica de Goiás.

Por se tratar de uma região próxima ao rio Meia Ponte, a temática da educação ambiental desde muito cedo se configurou como uma prioridade do Instituto Dom Fernando.

O rio Meia Ponte nasce próximo a Itauçu e Taquaral de Goiás, percorre 471,6 km até desaguar no rio Paranaíba, próximo à cidade de Cachoeira Dourada, divisa com o Estado de Minas Gerais, seus principais afluentes são o ribeirão João Leite e os rios Caldas e Dourados.

A área da bacia hidrográfica do rio Meia Ponte representa cerca de 4% do estado [de Goiás] e abrange 38 municípios onde vivem 2 milhões de pessoas — 50% da população de Goiás (...). Dentre estes municípios encontra-se Goiânia e Anápolis onde é feita a maior captação de água para consumo humano e, paradoxalmente, onde a degradação do rio chega ao ponto máximo, apenas 9% da população da bacia é atendida por sistemas de tratamento de esgotos. (Disponível em: www.meiaponte.org/bacia.htm)

Existem 248 indústrias instaladas ao longo da bacia, o lançamento de resíduos sólidos é da ordem de 10 toneladas/dia e o lançamento de esgoto doméstico 183 mil m³/dia. No trecho do rio percorrido em Goiânia, o comprometimento das águas é devido principalmente aos frigoríficos, laticínios, esgotos domésticos e lixo hospitalar (Idem).

A cidade de Goiânia foi construída em 1933, e projetada para abrigar 50 mil habitantes, conta atualmente com cerca de 1,1 milhões (IBGE, 2002). O processo de ocupação do solo urbano caracteriza-se pela ocupação desordenada, que se agrava nas áreas próximas aos córregos e fundos de vales. Goiânia é cortada por 55 cursos d'água, cujo maior expoente é o rio Meia Ponte.

As ocupações de áreas de preservação ambiental para fins de moradia como as ocupações nas margens dos córregos de Goiânia ocasionam graves transtornos ambientais para a cidade,

e riscos para a população, que em sua totalidade é marcada pela vulnerabilidade econômica e social.

Desta feita, a intervenção do IDF articula os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais, compreendendo a educação ambiental como eixo transversal, perpassando portanto todo o restante do trabalho. Uma das ações do IDF, no sentido de atingir todos esses aspectos, é a construção de uma usina de reciclagem de lixo, com capacidade para processar papel, plástico e material orgânico, e fomenta a formação de uma cooperativa de reciclagem de lixo com moradores da região. A cooperativa é formada inicialmente com 50 cooperados, que passam a administrar em regime de comodato a usina, gerando renda para suas famílias com a venda dos produtos da reciclagem. Como pressuposto para a reciclagem, o instituto e a cooperativa executam um rico trabalho de educação ambiental na comunidade. Este trabalho tem como objetivos: a) promover atividades de educação ambiental na comunidade; b) fomentar renda a partir da reciclagem do lixo; c) fomentar a separação do lixo, coletar o lixo separado e o reciclar; d) desenvolver oficinas pedagógicas com o tema da educação ambiental para crianças, e) gerar renda para algumas famílias em situação de vulnerabilidade econômica, moradores da região leste.

Metodologia

Ao partir do suposto gramsciano que “nenhuma sociedade se coloca problemas sem que existam condições necessárias e suficientes para sua solução ou sem que essas condições estejam ao menos em via de aparecer ou desenvolver-se” (GRAMSCI, 1992, p. 44), salientamos que o trabalho socioeconômico-político-cultural e ambiental desenvolvido pelo IDF na região leste emerge com uma característica peculiar no que diz respeito a sua concepção teórico-metodológica.

Trata-se de conceber uma ação socioambiental em um grande centro urbano, na periferia de uma cidade com mais de 1 milhão de habitantes, envolvendo bairros cujos moradores são cidadãos de baixa renda, que se encontram excluídos do processo produtivo na sociedade capitalista. Uma população que, em sua maioria, luta para garantir a sobrevivência, cuja forma de reprodução encontra-se no patamar de vida abaixo da linha da pobreza.

Esta população, com a qual o IDF compromete-se em sua ação, vive em permanente situação de opressão, sem autonomia. Por autonomia entende-se “o grau de compreensão que uma pessoa tem de si mesma, de sua cultura e do que se espera dela como indivíduo dentro dessa cultura; a capacidade psicológica que a pessoa possui de formular opções para si mesma; e as oportunidades objetivas que lhe permitam atuar, como consequência” (DOYAL e GOUGH, apud PEREIRA, 2000, p. 71). Portanto, ao desenvolver suas ações, o IDF parte do reconhecimento da realidade no qual se insere, cuja população encontra-se destituída do atendimento de suas necessidades básicas, tanto em suas necessidades físicas quanto aquelas relacionadas à autonomia.

Assim, as ações desencadeadas pelo IDF são concebidas para atuar no sentido de buscar soluções para os graves problemas sociais e ambientais que afetam a região leste do Município de Goiânia. O processo metodológico pode ser apreendido a partir do contexto geográfico da

região por onde passa o rio Meia Ponte e possui uma área de preservação ambiental. A preservação do Meia Ponte tem implicação direta com a qualidade de vida da população numa relação de “ida” e “volta”, uma vez que não é possível preservar o meio ambiente onde a vida de homens, mulheres e crianças não são preservadas e garantidas. Esta metade da ponte precisa ser construída e os construtores são os homens, mulheres e crianças, sujeitos de direitos e agentes da transformação socioambiental.

Ao colocar-se a serviço da população, o IDF posiciona-se a partir de ações afirmativas que se articulam entre si, circunscritas no âmbito dos direitos sociais, concebendo a assistência social como um direito.

A educação ambiental destaca-se como tema transversal que permeia todas as ações, onde o respeito e o cuidado com a vida e a natureza são fundamentais, compreendendo homens e mulheres como sujeitos transformadores da realidade.

A natureza predatória do modo de produção capitalista intensificado nas últimas décadas pela necessidade de desenvolver outras fontes de energia causa por um lado o esgotamento dos recursos naturais e por outro o agravamento da pobreza, fome e doenças.

Impõe-se como exigência à humanidade a proteção dos recursos ambientais, que em muitas regiões encontram-se com sua capacidade limite esgotada.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN refletem a visão de que a

aprendizagem de valores e atitudes é pouco explorada do ponto de vista pedagógico. Há estudos que apontam a importância da informação como fator de transformação de valores e atitudes. Conhecer os problemas ambientais e saber de suas conseqüências desastrosas para a vida humana é importante para promover uma atitude de cuidado e atenção a essas questões, valorizar ações preservacionistas e aquelas que proponham a sustentabilidade como princípio para a construção de normas que regulamentem as intervenções econômicas. (MEC, 1997)

Estruturado nesta visão, o IDF organiza seu trabalho de Educação Ambiental no Núcleo de Educação Ambiental e Saúde e no Núcleo Industrial de Reciclagem, unidade onde se encontra a Usina de Reciclagem de Lixo, administrada por uma Cooperativa de Reciclagem de Lixo formada por moradores da região.

Desenvolvido desde dezembro de 1997, o trabalho consiste na coleta seletiva do lixo domiciliar, que ocorre três vezes por semana. A coleta de lixo é realizada de porta em porta, nos cinco bairros participantes do projeto, para tanto a cooperativa dispõe de dois caminhões de lixo. Esta atividade é feita por meio de um convênio com a Prefeitura de Goiânia, que paga à Cooperativa pelo serviço de coleta, são realizadas ainda captações de lixo em alguns pontos da cidade, como shoppings e empresas, um dos pontos é dentro da própria Universidade Católica, que possui em todas as áreas os coletadores apropriados para a separação do lixo, buscando desenvolver no cotidiano dos alunos a consciência da sua responsabilidade com o lixo que produz.

Para que o trabalho de coleta tenha resultado, são realizadas previamente visitas domiciliares com o objetivo de orientar os moradores na separação do lixo, informando sobre a coleta seletiva e a preservação dos recursos naturais e necessidade de preservação do meio ambiente. É utilizado como recurso didático nas visitas folheto explicativo com informações sobre a separação do lixo, exemplos de lixo seco, molhado e perigoso, vantagens e desvantagens da separação do lixo, dias de coleta e convite aos moradores para visita à usina de reciclagem. Realiza-se, também, o cadastramento dos moradores, possibilitando o levantamento de informações e verificação do índice de adesão à coleta seletiva.

Outra atividade desenvolvida neste projeto é a Visita Monitorada, trabalho no qual são atendidas instituições de ensino e entidades que apresentem interesse em conhecer o trabalho desenvolvido pelo IDF. Tem como objetivo possibilitar que a usina de reciclagem seja um espaço de pesquisa e troca de experiências, estimulando o pensamento crítico sobre a conduta individual e coletiva na geração de lixo. O trabalho consiste na sensibilização para uma mudança de hábitos, valorizando os recursos naturais e incentivando a redução de resíduos lançados no ambiente. Os visitantes são recepcionados no Núcleo de Educação Ambiental quando são apresentadas as ações desenvolvidas pelo IDF e Cooprec. Em seguida, é realizada palestra de Educação Ambiental tendo como temas principais: resíduos sólidos, coleta seletiva, reciclagem, princípio dos 3R's (reduzir, reutilizar e reciclar) e preservação do meio ambiente. São realizadas dinâmicas de grupo e atividades que variam de acordo com a faixa etária dos visitantes. Em seguida, estes passam a conhecer as instalações da Usina de Reciclagem de Lixo

Realizam-se ainda oficinas temáticas com um grupo permanente de crianças. Os temas das oficinas são: coleta seletiva, meio ambiente, cultivo de plantas, direitos e deveres da criança (ECA), higiene individual e do ambiente, alimentação saudável e alternativa, saúde comunitária; constrói-se brinquedos com material reciclado e realiza-se passeios recreativos. Todo o trabalho de educação ambiental tem como perspectiva o fomento de uma forma de vida que respeite o ambiente e a natureza.

Os resíduos, depois de coletados pela Cooperativa de Reciclagem de Lixo – Cooprec, são levados para a usina para processamento.

As usinas de reciclagem e compostagem geram emprego e renda e podem reduzir a quantidade de resíduos que deverão ser dispostos no solo, em aterros sanitários. A economia da energia que seria gasta na transformação da matéria-prima, já contida no reciclado, e a transformação do material orgânico do lixo em composto orgânico adequado para nutrir o solo destinado à agricultura representam vantagens ambientais e econômicas importantes proporcionadas pelas usinas de reciclagem e compostagem. (Manual gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República – SEDV)

Na usina os resíduos passam primeiramente pela triagem, onde é separado em papel, plástico, material orgânico e rejeito. O papel é processado e transformado em telha, o plástico em grânulo, o material orgânico em húmus e o rejeito é levado ao aterro sanitário da cidade. O principal

produto da cooperativa é a telha que é vendida especialmente para galpões, o grânulo é vendido para indústrias de mangueiras de jardinagem e o húmus é aplicado em hortas e jardinagem.

Resultados e discussão

Ao longo destes sete anos de trabalho, os resultados obtidos são variados e ricos, várias técnicas foram testadas e os resultados foram indicando quais os melhores caminhos a percorrer. Os dados sistematizados no ano de 2003 somam 1.029 residências visitadas, perfazendo um total de 5.163 pessoas. Avalia-se a visita domiciliar como um importante instrumento para orientação das famílias na separação do lixo. Porém, é necessário construir outros mecanismos que envolvam a população no sentido de assumir com maior responsabilidade a separação do lixo e o cuidado com o ambiente. A separação do lixo para a coleta seletiva exige mudança de hábitos da comunidade, trata-se da junção de esforços de todos os envolvidos, IDF, Cooprec, moradores e entidades organizativas da comunidade.

O trabalho realizado merece destaque no que se refere à receptividade dos moradores, o que se torna estímulo para a continuidade do trabalho, e demonstra como é possível concretamente realizar a coleta seletiva. Quanto às visitas de instituições à usina, em 2003 atingiu 2.729 pessoas em um total de 37 instituições. O trabalho de oficinas resultou, em 2003, em 77 oficinas com a participação de 50 crianças, totalizando 1.507 atendimentos. As oficinas apresentam resultados positivos no que se refere a mudanças de atitudes das crianças em relação ao meio ambiente, ao relacionamento entre elas, à solidariedade e conscientização de cidadania, possibilitam aos alunos maior compreensão da preservação do meio ambiente na utilização e transformação do material reciclado.

A Cooperativa de Reciclagem de Lixo – Cooprec é formada atualmente por 31 cooperados, o que significa por conseguinte a geração de renda direta para 31 famílias, aproximadamente 195 pessoas que têm na cooperativa sua única fonte de renda.

Alguns problemas são observados, como por exemplo os ciclos de produção da telha, como a telha é secada ao sol, nos períodos de chuva, a produção é substancialmente reduzida, o que implica em redução da renda dos cooperados. Com relação ao repasse das sobras, para solucionar este problema vem sendo estudada a produção de papelão, que não precisaria da secagem ao sol e manteria o fluxo de dinheiro para os cooperados.

Outro problema encontrado é a falta de material, desde sua fundação a cooperativa compra plástico e atualmente vem discutindo a compra do papel, uma questão delicada, uma vez que, o mercado do lixo pode fomentar nas pessoas o desejo de produzir mais lixo, o que seria uma catástrofe do ponto de vista ambiental. Em Goiânia, no entanto, uma das áreas que mais cresce é a coleta de papel por catadores, que o vende para indústrias de reciclagem a um preço insignificante, mas que os matem se alimentando. Esta atividade faz com que diminua o lixo que a Cooprec coletava, obrigando-a a comprar o papel. O implicador é que a cooperativa não tem liquidez suficiente para pagar o papel à vista, perdendo com isto muitas compras. Nesse sentido, começa-se a discutir os princípios de economia solidária, buscando articular uma forma de produzir, comercializar e consumir que seja ética e consciente.

No que diz respeito à coleta do lixo, atualmente chega a 14 toneladas/dia, com uma produção mês de 13 toneladas de grânulos (processamento do plástico), 27 mil telhas e 10 toneladas de húmus.

A observação sistematizada do trabalho ao longo dos anos indica a viabilidade da articulação entre geração de renda, reciclagem e educação ambiental, sendo esta última critério fundamental para a articulação das anteriores.

A totalidade das atividades realizadas na região busca atingir a todos os segmentos da comunidade na qual o projeto se insere, priorizando a educação ambiental com crianças, por estas ainda estarem com seus hábitos e atitudes em relação à vida em formação. A separação e coleta de lixo, no entanto, encontra várias dificuldades, uma vez que os moradores não percebem que o lixo é responsabilidade de quem o produz. Outro problema encontrado em Goiânia atualmente é o comércio do lixo, em muitos casos, empresas que processam o papel exploram catadores e não realizam a educação ambiental, que é o coração do trabalho.

A organização política em torno da consciência da necessidade de preservação ambiental, recuperação dos rios e tratamento do lixo ainda é um caminho longo a percorrer, mas sem dúvida o primeiro passo foi dado.

Conclusões

Educação ambiental, preservação da natureza, tratamento do lixo, consumo responsável, são temas que aparecem na agenda da sociedade brasileira e mundial com a urgência espantosa de um planeta que não suporta mais o ritmo de exploração que o homem impôs a ele. Já não se trata mais de uma mera vontade de ambientalistas ou de naturalistas, mas uma necessidade de todas as pessoas. É neste sentido que para o IDF este é um tema transversal e por conseguinte trabalhado em todas as atividades. As ações intensivas de oficinas, visitas às residências, palestras, coleta seletiva nos bairros, demonstram como é possível construir outra relação com a natureza.

A inserção deste trabalho dentro da realidade da extensão universitária, articulada com as unidades acadêmicas, tanto no que diz respeito aos campos de estágio quanto à própria dinâmica das aulas, orienta para uma formação universitária que privilegia as necessidades proeminentes da sociedade goiana, é neste sentido que buscamos a pesquisa universitária como caminho para melhorar os processos dentro da usina e no próprio tratamento dos resíduos.

A vinculação, por outro lado, da necessidade de reciclar o resíduo que não pode ser reutilizado com a necessidade de geração de renda atinge dois aspectos de estrangulamento social, quais sejam, a questão do lixo urbano e do desemprego.

O modelo da Usina de Reciclagem e da Cooperativa de Reciclagem é com certeza uma proposta eficiente para alguns de nossos mais difíceis problemas.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros curriculares nacionais*, v. 08. Brasília: MEC, 1997.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. Lixo Municipal. *Manual de gerenciamento integrado*. 2.ed. São Paulo: IPT/Cempre, 2000.

GRAMSCI, A. *Poder, política e partido*. 2.ed. Brasiliense: São Paulo, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002.

PEREIRA, P. A. *Necessidades humanas*: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

"Projeto Manuelzão de bem com a vida" – promoção de saúde e meio ambiente

Marcus Vinícius Polignano, Doutor. Professor Adjunto do DMPS da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Marco Túlio Gualberto Cintra, Acadêmico de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Caroline Guimarães Cardoso, Acadêmica de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Cleber Luiz Scheidegger Maia Júnior, Acadêmico de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Natália Pimenta Rezende, Acadêmico de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

O artigo relata o trabalho realizado por cinco estudantes da Faculdade de Medicina da UFMG que defendem a idéia do "Projeto Manuelzão" de preservar o meio ambiente e os recursos hídricos da bacia do Rio das Velhas, uma vez que do estado desta depende a saúde e a qualidade de vida da população local. O "Projeto Manuelzão de bem com a vida" percorreu os 51 Municípios desta região com o objetivo de promover a saúde nestas comunidades, proporcionando lazer, educação ambiental, cultura e atendimento médico primário. Desenvolveu-se parcerias com prefeituras locais, Secretaria de Esporte do Estado de Minas Gerais, Secretarias Municipais de Saúde e equipes de PSF locais. O público alvo principal foi crianças em idade escolar. Atingiu-se um público estimado em 35.000 pessoas e conseguiu-se que lideranças locais

criassem novos comitês do projeto, incrementando a conscientização e despertando o interesse de muitas escolas em desenvolver projetos ambientais envolvendo alunos, pais e professores. O Projeto é um passo importante para a formação de uma nova consciência para proporcionar às comunidades bem-estar físico, psíquico e social. Também atua na formação de profissionais que assumam uma postura socialmente responsável com as comunidades onde atuam.

Palavras-chave: educação de saúde, meio ambiente, promoção da saúde

Introdução

O “Projeto Manuelzão” nasceu em 1997 na UFMG (Departamento de Internato Rural da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais). É um Projeto de mobilização social que tem como objetivo a revitalização da bacia hidrográfica do Rio das Velhas através da exploração de questões relacionadas à saúde, ao meio ambiente e à cidadania. A coordenação central do Projeto, localizada em Belo Horizonte, interage com os 51 Municípios que abrange, por meio do sistema de comitês independentes, os quais procuram solucionar autonomamente os problemas locais das comunidades onde se inserem.

Por via de um primeiro diagnóstico realizado por esses comitês, foi constatada a necessidade de um programa que proporcionasse lazer, educação ambiental, cultura e atendimento médico primário às populações carentes de toda a bacia. Isso significa atingir 4.200.000 pessoas, o que é, sem dúvida, um grande desafio.

A partir disso, foi feita uma parceria entre o “Projeto Manuelzão” e a Secretaria Estadual de Esportes de Minas Gerais – Seesp/MG, resultando na criação de uma equipe constituída de 50 monitores da Seesp/MG, 05 estudantes de medicina da UFMG e 01 estudante de fonoaudiologia da PUC Minas, formando o “Projeto Manuelzão de bem com a vida”, que visitou 21 Municípios da bacia hidrográfica do Rio das Velhas no ano de 2002. Numa ação conjunta com as prefeituras locais, foi dada extrema atenção à medicina preventiva, com suas respectivas conseqüências na expectativa de vida, mortalidade infantil e nos custos da saúde pública.

Segundo a OMS – Organização Mundial da Saúde, ter saúde “é o bem-estar físico, psíquico e social do ser humano”. Este pensamento, que expõe um conceito amplo, justifica a proposta do projeto de englobar o lazer, a cultura, a educação ambiental e não simplesmente fazer um mutirão de atendimento médico nas cidades visitadas.

A educação em saúde se desenvolve em quatro diferentes ambientes: a escola, o local de trabalho, o ambiente clínico, em seus diferentes níveis de atuação, e a comunidade (CANDEIAS, 1997). Considerando que o que determina a saúde ou a doença é a interação do indivíduo com o meio, fazer educação ambiental e adotar políticas de promoção de saúde à população das comunidades da bacia do Rio das Velhas torna-se extremamente necessário. Conscientizar sobre a importância de se proteger a natureza, de se manter os rios limpos, passa a ser então um dos objetivos, como forma de proporcionar o conceito de saúde proposto pela OMS. Preservar o local onde se vive significa afastar doenças, a fome e outros males relacionados ao desenvolvimento não sustentável.

Visando realizar o que foi descrito anteriormente, buscou-se centralizar como público alvo as crianças, sensibilizando a nova geração, mostrando a elas a importância da higiene, dos cuidados pessoais e com o ambiente em que vivem. Medidas como andar calçado, higienizar as mãos e o corpo, limpar o espaço residencial, não jogar lixo nas ruas e nos córregos, entre outras, são preventivas, não representam gastos adicionais para a população e estão ao alcance de todos. Essas ações evitam um vasto grupo de doenças infecciosas, que atingem frequentemente a faixa etária infantil dos países em desenvolvimento, em particular, a da bacia do Rio das Velhas, e que, em parte, são uma das responsáveis pela mortalidade infantil.

Portanto, este é um Projeto de mobilização social. A mobilização tem início quando um grupo ou uma sociedade decide agir com um objetivo mútuo, buscando os resultados desejados por todos, envolvendo o compartilhamento de discursos, visões, informações e propósitos estabelecidos em consenso. O movimento procura sensibilizar as pessoas para que haja uma reelaboração de valores e uma mudança da atual realidade. Essa inclui uma desinformação e despreocupação da preservação do meio ambiente, que influi fortemente na saúde dos indivíduos.

O projeto procurou cumprir os seguintes objetivos:

- implementar a saúde no seu conceito mais amplo, que segundo a OMS “é o bem-estar físico, psíquico e social do ser humano”;
- iniciar um trabalho de conscientização com as crianças sobre a urgente necessidade de conservar o meio ambiente e recuperar o que já foi destruído, assim como ensiná-las medidas simples, como não jogar lixo nas ruas e nos córregos, que se realizadas rotineiramente, seriam de enorme valia;
- estimular a participação das comunidades no esforço continuado de diversas entidades, entre elas o “Projeto Manuelzão” da UFMG, para preservar e recuperar as águas da bacia hidrográfica do Rio das Velhas e a natureza como um todo, como forma de proporcionar qualidade de vida;
- fornecer à população um conhecimento básico de prevenção de doenças mais prevalentes na região;
- além de cuidar do lugar onde vive, um indivíduo tem que ser capaz de cuidar de si mesmo, por isso enfatizamos a questão do autocuidado, que podem evitar diversas doenças infecciosas;
- incentivar hábitos saudáveis, como a prática de esportes, o interesse pela cultura (música, teatros, etc.) e o convívio social;
- realizar atendimento médico primário nas localidades visitadas, muitas vezes com pouco acesso a este tipo de serviço;
- fortalecer a atuação de todos os comitês do “Projeto Manuelzão” nas comunidades alcançadas;
- desenvolver as ações citadas em todos os 51 Municípios da bacia do Rio das Velhas, conscientizando o maior número possível de pessoas;
- contribuir para o desenvolvimento do processo de conscientização de todos os envolvidos (estudantes, professores e comunidades), propiciando uma abordagem da saúde em todas as suas dimensões, biológica, psíquica e social.

Metodologia

O “Projeto Manuelzão de bem com a vida”, ligado ao “Projeto Manuelzão” é desenvolvido como prática extramuros da UFMG, que constitui a principal estratégia de efetivação do princípio de indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão.

É vinculado ao “Projeto Manuelzão” (resultado da parceria deste com Seesp/MG, SEE/MG e as prefeituras dos Municípios que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio das Velhas), o que permite a agregação de recursos humanos e materiais, a realização de potencialidades de ambos, o enraizamento na comunidade, a complementaridade das ações, etc.

O “Projeto Manuelzão de bem com a vida” surgiu em 2002, com uma equipe composta de 05 estudantes de medicina, 01 estudante de fonoaudiologia e de 50 monitores da Seesp/MG, com o objetivo de exercer o conceito da OMS de saúde, “bem estar físico, psíquico e social”, nos Municípios da bacia do Rio das Velhas/MG. Portanto, a proposta de trabalho era agir de forma participativa e em equipe, sendo multidisciplinar, buscando sempre alcançar a transdisciplinaridade.

Objetivava-se implementar em 21 dos 51 Municípios da bacia, ao longo de 2002, grandes eventos com atividades envolvendo temas como meio ambiente, saúde, educação, cultura e lazer.

As organizações de todas as atividades foram partilhadas entre as prefeituras locais, a Seesp/MG e os comitês locais do “Projeto Manuelzão”. A infra-estrutura ficou sob responsabilidade das prefeituras. A divulgação do evento e a inserção da comunidade, das escolas e das entidades civis no projeto eram atribuições dos comitês locais. A Seesp/MG ficou responsável pelas atividades de lazer e cultura e pelo transporte da equipe até o local do evento. O “Projeto Manuelzão”, através dos acadêmicos de medicina e fonoaudiologia, ficou responsável pelas atividades relacionadas ao meio ambiente e saúde. A responsabilidade de gerenciar o funcionamento desta estrutura ficou a cargo dos estudantes de medicina. O atendimento médico primário era responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde, do Programa Saúde da Família – PSF e dos estudantes de medicina do Internato Rural da UFMG.

O público alvo das ações do projeto foram crianças (pré-escolares e escolares) e adolescentes. A escolha do público alvo levou em consideração o potencial de multiplicar informações e a maior facilidade de se conscientizar pessoas cujos conceitos sobre o mundo estão ainda em formação.

O projeto tem uma estrutura formada por grandes eixos de atuação: recuperação da bacia, desenvolvimento político e social, desenvolvimento intelectual, físico e artístico, prevenção de risco e pesquisa.

Eixo I: Recuperação da bacia do Rio das Velhas

Esta é base de sustentação do projeto. Visa mobilizar a sociedade para recuperar e preservar seus mananciais, micro bacias e sub-bacias de vivência. A mobilização será alcançada via conscientização da população sobre a importância da preservação dos recursos hídricos e os seus impactos sobre a saúde, com perceptível aumento da qualidade de vida.

Eixo II: Desenvolvimento político e social

Refere-se ao estímulo e desenvolvimento de práticas organizativas, pela criação de espaços apropriados às relações interpessoais, formando nova mentalidade política e social, segundo novo paradigma da medicina mais humana.

Eixo III: Desenvolvimento intelectual, físico e artístico

Realização de atividades de caráter informativo, oficinas de arte e práticas esportivas.

Eixo IV: Prevenção de riscos

Práticas educativas, abordando vários temas: prevenção de enterocolites parasitárias e zoonoses.

Eixo V: Mobilização social

O “Projeto Manuelzão” desde sua origem tem buscado mobilizar toda a população da bacia do Rio das Velhas. Para esse fim vem usando de “fatores multiplicadores”, que utiliza a estrutura já existente de prefeituras e outras instituições consolidadas, buscando através de um pequeno número de pessoas conseguir propagar o conhecimento a toda comunidade. A formação de novos “fatores multiplicadores” tem sido alvo de grande investimento e pesquisa do “Projeto Manuelzão”. Uma das fórmulas que foi testada com grande sucesso é a metodologia aplicada no “Manuelzão de bem com a Vida”. Portanto, somos alvo e continuação de um estudo maior que busca cada vez mais otimizar a forma como a mobilização social é alcançada.

Resultados e discussão

Durante o ano de 2002, o “Projeto Manuelzão de bem com a vida” atuou em 21 Municípios da bacia do Rio das Velhas (Belo Horizonte - Praça da Liberdade e Escola Municipal Edgar da Mata Machado, Ouro Preto, Caeté, Esmeraldas, Jaboticatubas, Ribeirão das Neves, distrito de Justinópolis em Ribeirão das Neves, Nova Lima, Raposos, Buenópolis, Joaquim Felício, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Vespasiano, Lagoa Santa, Morro da Garça, Prudente de Moraes, Corinto, Capim Branco, São José da Lapa, Funilândia e Jequitibá), com um público estimado de 35.000 pessoas, composto na sua maioria por crianças. Em quase todas as localidades, o “Projeto Manuelzão de bem com a vida” atuou nos bairros periféricos e o público constituía-se, em sua maior parte, de pessoas de baixa renda.

Os principais resultados obtidos desse trabalho foram qualitativos, como a mobilização das lideranças locais, o crescimento da consciência coletiva sobre a importância da preservação do meio ambiente e da sua relação com a qualidade de vida e saúde, a criação de novos comitês do “Projeto Manuelzão”, como os de Ouro Preto e Caeté, assim como a reativação daqueles pouco atuantes.

Houve uma repercussão muito positiva dos eventos nas cidades, que contaram com o apoio das prefeituras, que incentivaram a participação das escolas e fizeram excelentes trabalhos de divulgação. As prefeituras cederam suas equipes de PSF para prestarem atendimento médico primário à população.

A realização de atividades recreativas e esportivas através da Seesp/MG foi um forte fator atrativo para o local do evento, principalmente proporcionando lazer às crianças, um outro fator importante na promoção da qualidade de vida.

Em parceria com as escolas municipais, houve também espaço para a cultura, na qual os alunos realizaram teatros, dança e música relacionados com a questão ambiental. Contando com o apoio das Secretarias Municipais de Cultura, abriu-se espaço para a apresentação de muitos grupos teatrais, musicais, além de muitos cantores e corais.

Contou-se com a atuação das Secretarias Municipais de Saúde, PSF e do Internato Rural – IR da Faculdade de Medicina da UFMG, para realizar atendimentos médicos primários à população local.

Conseguiu-se despertar em muitas escolas o interesse em desenvolver projetos ambientais, envolvendo toda a comunidade escolar (pais, alunos e professores). Desta forma, essas escolas formaram núcleos do “Subprojeto Manuelzão vai à escola”, no qual elas recebem assessoria técnica e pedagógica do “Projeto Manuelzão”.

Os estudantes de medicina e fonoaudiologia trabalharam questões relacionadas a educação ambiental e medicina preventiva. Tratou-se de assuntos como: a influência da falta de saneamento básico e de higiene na origem das doenças; medidas profiláticas ao combate à dengue, parasitoses e outras doenças; a importância da água e da sua preservação na saúde de todos; contribuição das pessoas para ajudar a conservar o meio em que vive. Procurou-se abordar essas questões de forma interessante e interativa, através de painéis atrativos e brincadeiras, nas quais as crianças são premiadas pela participação e aprendizado.

Ficou evidente, no contato com as crianças, a grande capacidade que elas possuem de aprender, muitas vezes, surpreendendo a própria equipe. É fantástico o fator multiplicador das informações que elas realizam, pois transmitem aos pais orientações sobre higiene pessoal, prevenção de doenças e a importância de se preservar o meio ambiente. Eram distribuídos folhetos sobre os assuntos abordados e jornais do “Projeto Manuelzão”, que eram entregues aos familiares pelas crianças.

A cada final de semana conseguiu-se contato com centenas de crianças. Interagir e entreter tantas pessoas com a limitação de uma equipe de apenas seis integrantes exigiu muita flexibilidade e, principalmente, desenvoltura.

Todos os componentes da equipe participavam da explicação dos painéis, assim como das atividades lúdicas. Assim, ao final do ano, foi com muita satisfação que todos os membros aprimoraram bastante a capacidade de interagir, sem inibição, com os mais diferentes públicos.

O sucesso e viabilidade do “Projeto Manuelzão de bem com a vida” só foi alcançado graças ao trabalho em equipe. A composição da equipe, cinco estudantes de medicina e uma estudante de fonoaudiologia, foi muito positiva, pois integrou dois cursos diferentes, além de seus componentes estarem em diferentes períodos da graduação, com contribuições diversas a prestar.

Articulou-se com prefeituras e escolas para receber apoio em infra-estrutura e divulgação. Desenvolveu-se a habilidade de dividir tarefas harmoniosamente entre os componentes

do Projeto (Seesp/MG, “Projeto Manuelzão” e Prefeituras) de forma que um facilite a atuação do outro.

Projetos como o “Manuelzão de bem com a Vida” reforçou na população a consciência e o anseio de um desenvolvimento sustentável, para que possa reivindicar das autoridades uma otimização da atuação nas questões ambientais. Busca-se despertar na nova geração a consciência de que o crescimento econômico não precisa ocorrer com destruição ambiental, que preservar a natureza significa ter qualidade de vida e que isso não representa apenas não ter doenças, mas também, gozar de bem-estar.

A equipe acredita que a verdadeira formação de profissionais de saúde não se restringe ao conhecimento biológico, mas deve abranger conhecimentos psicológicos e sociais. Buscou-se, portanto, interagir com as comunidades para melhor entender seus problemas e necessidades, em prol de um aprendizado mais eficaz e adequado. Desta forma, fomos capacitados, enquanto médicos, para prestar um atendimento mais humano, no qual a relação médico-paciente será valorizada, ao contrário da postura atual de se buscar a doença em depreciação ao doente.

O ensino médico é deficiente na integração do aluno na sociedade. Um aluno sem postura crítica pode finalizar o curso sem compreender as necessidades da sociedade em que está inserido. Essa é outra situação que o “Projeto Manuelzão de bem com a vida” almeja modificar.

No quadro que se segue estão listados os principais resultados obtidos pelo “Projeto Manuelzão” até a presente data.

Subprojeto

Resultados obtidos

Data	Assunto
Manuelzão Cuida do Esgoto	Foram realizadas diversas discussões técnicas e elaborados diferentes projetos com o objetivo de apresentar soluções para a questão do destino dos esgotos dos Municípios situados na bacia do Rio das Velhas. Consideramos como resultados positivos deste esforço de mobilização e discussão técnica : • implantação da ETE Corinto; • implantação da ETE Matozinhos; • implantação da ETE Arrudas; • implantação da ETE Lagoa Santa; • elaboração do projeto de recuperação do córrego Santa Terezinha e córrego Tamboril; • participação no projeto de recuperação de córregos de Belo Horizonte (Drenurbs) em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte
Manuelzão Cuida do Lixo	• discussão técnica e mobilização social visando à coleta e o destino final adequado do lixo nos Municípios que compõem a bacia do Rio das Velhas; • parceria com a Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM para acabar com os lixões nos Municípios da bacia.
Manuelzão Cuida da Saúde	• atendimento médico e estudo de correlação das doenças com a degradação e deficiência de saneamento ambiental. • número total de pessoas atendidas foi de 129.600. • integração das ações do projeto com o Programa De Saúde Familiar – PSF;

Data	Assunto
Manuelzão Faz Ciência	Foram desenvolvidas e concluídas as seguintes pesquisas: • inventário da fauna de peixes do curso médio do Rio das Velhas e os impactos dos usos da bacia sobre a diversidade ictiofaunística. • diagnóstico saúde-ambiente na bacia do rio das Velhas. • estudos geológicos e ambientais como critérios para um desenvolvimento ordenado da expansão do turismo e da ocupação do meio físico na sub-bacia do Riachinho e Santana do Riacho (MG) • as plantas medicinais como instrumento para a saúde, o desenvolvimento sustentado e a educação ambiental. • análise de pesticidas organofosforados e organoclorados em amostras de água da bacia do Rio das Velhas. • avaliação do grau de impactação por mercúrio na bacia do Rio das Velhas através de estudo de especiação do metal em solos e sedimentos.
Manuelzão Vai à Escola	Em parceria com a Secretaria Estadual de Educação estão sendo mobilizada 1.456 escolas municipais e estaduais situadas nas cidades da bacia com o objetivo de desenvolver um amplo programa de educação ambiental voltado para os problemas ambientais existentes na região, podendo ser mencionadas as seguintes ações já desenvolvidas: • realização de seminários e oficinas para professores; • elaboração e distribuição de 20.000 exemplares de um livro texto sobre a bacia do Rio das Velhas; • elaboração e distribuição de 20.000 exemplares de um livro texto sobre educação ambiental (PGAE); • realização de mais de 200 palestras para professores e alunos; • desenvolvimento de projetos de capacitação; • realização de concurso para a premiação dos melhores trabalhos na área de educação ambiental;
Manuelzão: SOS Velhas	Em parceria com IEF, Polícia Florestal e os núcleos organizados da população, ONG's, estamos realizando: • o monitoramento da qualidade das águas e mortandade de peixes.
Manuelzão Dá o Recado	• 20ª edição do jornal — 100.000 de tiragem por edição. • videoteca • produção e divulgação do site: www.manuelzao.ufmg.br
Manuelzão Legal	Parceria com o Ministério Público para o cumprimento das leis ambientais no âmbito da bacia e acompanhamento de termos de ajustamento de conduta

Conclusão

Durante o ano de 2002, várias cidades foram visitadas, atuando-se em realidades distintas. Estas visitas proporcionaram o aprimoramento de habilidades como a integração com a comunidade e adequação do diálogo acadêmico ao público, desenvolvimento de autonomia e participação de trabalho em equipe e organização de eventos.

Um dos grandes trunfos do projeto foi ter como público alvo as crianças. É extremamente produtivo trabalhar na formação de uma nova consciência daqueles que ainda estão conhecendo o mundo e aprendendo a explorá-lo. Assim, é possível, ao atingir a faixa etária escolar, fornecer à nova geração as informações necessárias para a formação dessa consciência.

Promover a educação é uma maneira de promover a saúde dessas crianças, e, acima de tudo, proporcionar às comunidades bem-estar físico, psíquico e social, que é o conceito amplo de saúde.

Portanto, o “Projeto Manuelzão de bem com a vida” foi um passo importante para a formação de uma nova medicina, que valoriza a pessoa e não apenas a doença, centrando-se no doente que sofre por causa da enfermidade, e que tenha profissionais que assumam uma postura socialmente responsável com as comunidades onde atuam.

Bibliografia

CANDEIAS, N. M. F. Conceitos de educação e promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 209-213, abr. 1997.

CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995. 429 p.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. 687 p.

FRANÇA, J. L. et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 5.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 211 p.

GREEN, L. W.; KREUTER, M. W. *Health promotion planning, an educational and environmental approach*. 2.ed. Mountain View: Mayfield Publishing Company, 1991.

GRYNSZPAN, D. *Educação em saúde e educação ambiental: uma experiência integradora*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 133-138, 1999.

NEVES, D. p. *Parasitologia humana*. 10.ed. São Paulo: Atheneu, 2001. 525 p.

POLIGNANO, M. V. et al. *Uma viagem ao projeto Manuelzão e à bacia do Rio das Velhas: Manuelzão vai à escola*. Belo Horizonte: Projeto Manuelzão, 2001. 64 p.

- **Programa Estação Ecológica UFMG – a extensão, o ensino e a pesquisa integrados para a conservação de uma área**

Bernardo Machado Gontijo, Doutor em Meio Ambiente e CDS – UnB. Professor Adjunto.

Departamento de Geografia/IGC/UFMG

Celso D’Amato Baeta Neves, Professor. Mestre em Geografia e Análise Ambiental – IGC/UFMG.

Diretor da Estação Ecológica da UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

A Estação Ecológica da Universidade Federal de Minas Gerais (E. Eco/UFMG) é uma unidade de conservação urbana localizada no Campus universitário, onde são realizadas atividades de pesquisa, ensino e extensão. O Programa Estação Ecológica – Proeco contempla as atividades extensionistas desenvolvidas na área, desde 2002 junto aos estudantes da educação básica e superior. O programa procura integrar várias áreas do conhecimento à proposta ambiental, visando oferecer aos participantes uma visão holística do tema ecológico, favorecendo ainda a interdisciplinaridade e a troca de informação entre graduandos de diferentes cursos da UFMG e de outras instituições. O programa tem como principais projetos de extensão, o “Projeto Caminhadas Ecológicas” – PCE e o “Projeto Vida”. O PCE vem sendo realizado há nove anos, conta com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão – Proex e tem como base uma trilha de interpretação ambiental e oficinas interativas, onde os visitantes são acompanhados por monitores universitários. O “Projeto Vida” oferece atividades de educação ambiental para grupos de pessoas com necessidades especiais — grupos de terceira idade, deficientes físicos e pessoas com sofrimento psíquico. O Proeco é um programa dinâmico, continuamente aperfeiçoado, com a participação de todos os envolvidos no processo, que proporciona o contato dos cidadãos urbanos com a natureza, estimulando uma discussão sobre o uso do espaço e do ambiente. O público inicialmente atendido passou de 3.821 visitantes anuais em 1995, para cerca de 16.000 visitantes, o que demonstra o crescente acesso da comunidade a projetos ambientais e culturais desenvolvidos na universidade.

Palavras-chave: extensão, educação, conservação

Introdução e objetivos

A trajetória do homem no planeta Terra é marcada pela utilização crescente e predatória dos recursos naturais. Um processo cumulativo que vem desde as primeiras tribos nômades, passa pela sedentarização e formação dos burgos e chega aos atuais adensamentos urbano-industriais entremeados por uma paisagem rural extremamente alterada se considerarmos a conformação primitiva original. Diante de um modelo insustentável de utilização dos recursos naturais, deparamos com a atual crise ambiental que tem levado a uma preocupação genera-

lizada da comunidade planetária em relação ao nosso futuro. Nesse contexto, a Educação Ambiental tem se revelado como uma matéria de crescente importância e discussão nas sociedades atuais. É importante ressaltar que a análise das questões ambientais requer uma série de sistemas, modelos e esquemas didáticos capazes de formar e disseminar uma consciência ambiental na sociedade, além de preparar recursos humanos para uma gestão sustentável do meio ambiente. A existência de espaços nos quais a prática da Educação Ambiental se realize de forma satisfatória constitui-se num importante aliado no exercício dessa análise e, neste contexto, o papel de uma área como a Estação Ecológica da UFMG – E. Eco/UFMG é de grande relevância.

A E. Eco/UFMG constitui um espaço privilegiado para atividades extensionistas, e mais particularmente, para Educação Ambiental, proporcionando aos docentes e discentes um laboratório vivo onde os conhecimentos adquiridos em sala de aula possam ser aplicados em trabalhos de campo e oficinas. A E. Eco/UFMG é uma unidade de conservação que contribui para a preservação de uma importante área verde da região metropolitana de Belo Horizonte, onde são oferecidas aos seus usuários atividades ecológicas de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvidas no âmbito da UFMG. Além disso, a área possui um enorme potencial para o lazer contemplativo e atividades físicas. A Estação está localizada no Campus universitário da Pampulha (19° S, 43° 58' W), sendo entrecortada pela Avenida Presidente Carlos Luz, formando-se duas áreas descontínuas. A primeira área faz limite com o Anel Rodoviário (BR 262), o Ministério do Exército (CPOR), a Comissão de Energia Nuclear, a Rua 14 e a Avenida Presidente Carlos Luz, sendo denominada quarteirão quatorze. A segunda área é limitada pela BR 262, Rua Engenho Nogueira e Avenida Presidente Carlos Luz, sendo denominada quarteirão quinze. O zoneamento ambiental da unidade de conservação identificou treze biótopos, numa área total de 114 hectares, onde se encontra uma boa diversidade de fauna e flora. Foram identificadas na área cerca de nove ordens de mamíferos, 220 espécies de aves, répteis, anfíbios e invertebrados. A flora é rica em espécies nativas (mutamba, cedro, pau d'óleo, paineira, ipê, jaborandi, cotieira, etc.) e exóticas (eucalipto, mangueira, jaqueira, jambo, capim elefante, abacateiro, etc.), constando 555 espécies de vegetais vascularizados. A E. Eco/UFMG tem um grande diferencial em relação a outras áreas verdes, pois se encontra dentro de um dos maiores centros de estudos do país, a Universidade Federal de Minas Gerais, o que facilita uma integração maior entre as suas atividades fins, ao mesmo tempo em que serve como exemplo de preservação ambiental.

Antiga Fazenda Dalva, há aproximadamente 60 anos atrás, e posteriormente Lar dos Meninos Dom Orione, inaugurado por Juscelino Kubitschek em 1944, o local ainda guarda interessantes resquícios de tempos passados, tais como olaria e ruínas de instalações rurais. Em 13 de julho de 1976 foi apresentada a primeira proposta oficial para criar uma área de preservação no Campus e implementar o “Programa Ecológico para o Campus Pampulha”. Este programa foi aprovado através da Portaria da Reitoria da UFMG nº 320 de 31 de janeiro de 1979, com a coordenação integrada da Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, a Prefeitura do Campus e os Institutos de Geociências e Ciências Biológicas. A carência de

recursos orçamentários inviabilizou a continuidade dos projetos de pesquisa básica que foram desenvolvidos na área após este período. Para promover a recuperação e a conservação da área foi criada uma comissão formada por representantes do Instituto de Geociências –IGC, Instituto de Ciências Biológicas – ICB e Escola de Arquitetura – EA, através da Portaria da Reitoria da UFMG nº 866 de 29 de julho de 1988 e assinado um convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte. A área até então abandonada, e que se constituía num depósito de entulhos da universidade, passou, no final dos anos 80, a ser recuperada e conservada graças às ações promovidas por um grupo de professores, alunos e pela comunidade em geral. Além de receber vários projetos de pesquisa e ensino, incluindo o curso de mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre – ECMVS do departamento de Biologia Geral do ICB, uma das principais contribuições foi o estabelecimento e a construção de um projeto de extensão, o “Projeto Caminhadas Ecológicas” – PCE, mais precisamente voltado para a educação ambiental, o qual contribuiu decisivamente para o tombamento da área junto ao Conselho de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte.

O PCE foi o precursor do Programa Estação Ecológica – Proeco, e vem sendo desenvolvido há nove anos com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão junto aos estudantes de ensino infantil, fundamental, médio e superior. Faz parte do calendário escolar de várias instituições de ensino e tem atingido com qualidade um público cada vez maior. Quanto ao Programa Estação Ecológica, ele foi elaborado em 2000 visando expandir as atividades interdisciplinares e as articulações interinstitucionais realizadas pela Estação Ecológica, o que anteriormente era realizado através do “Projeto Caminhadas Ecológicas”.

Os principais objetivos do Proeco são:

- desenvolver atividades de extensão junto a escolas, entidades e associações visitantes;
- favorecer a articulação interinstitucional e interdepartamental;
- interagir com a comunidade visando à melhoria da qualidade ambiental do Município;
- implantar “Projetos de Educação Ambiental” junto à comunidade;
- oferecer condições de atendimento aos visitantes com necessidades especiais;
- promover a qualificação ambiental de professores e alunos.

Metodologia

O Proeco busca atender a demanda da comunidade por espaços ambientais, de maneira diferenciada, incluindo técnicas que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão. O público alvo do programa são escolas públicas e particulares do ensino infantil, fundamental, médio e superior, professores e alunos dos diversos níveis de ensino, alunos universitários da graduação e pós-graduação do Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Geociências, Escola de Belas Artes, Faculdade de Educação –FAE e outras unidades, associações comunitárias, esportivas e filantrópicas, grupos com necessidades especiais, organizações não governamentais (ONG’s) e a comunidade em geral. O Proeco é realizado nas dependências da Estação Ecológica da UFMG no período de janeiro a dezembro. O projeto se desenvolve em três etapas: Inscrição, Execução e Avaliação. A inscrição é efetuada através de agendamento por contato direto na Estação

Ecológica ou por telefone. A execução se baseia inicialmente no recebimento dos visitantes pelos monitores. Logo em seguida, os visitantes são divididos em grupos de no máximo 15 participantes, recebem orientações básicas sobre a unidade de conservação (localização, importância, objetivos, etc.) e saem em caminhada para uma trilha interpretativa, onde são discutidos temas relacionados à questão ambiental. A avaliação é processual, e são utilizados os seguintes instrumentos e técnicas: a avaliação instantânea, questionários de avaliação e reuniões de avaliação. A avaliação instantânea consiste em avaliar o desempenho dos visitantes nas atividades através de observações diretas da participação na caminhada e nas dinâmicas. Os questionários de avaliação são oferecidos aos professores, alunos e demais visitantes logo após as atividades. Os monitores e a coordenação fazem um diagnóstico semanal coletivo, quando são debatidos os aspectos positivos e negativos do trabalho. Os monitores ainda participam de coleta de dados, discussões e workshops em alguns projetos de pesquisa desenvolvidos na área, fazendo o elo entre a produção do conhecimento e sua transmissão aos visitantes.

O trabalho tem como base uma trilha de interpretação ambiental, onde os visitantes são acompanhados por monitores universitários. No trajeto, os participantes têm contato direto com temas, aspectos e problemas do meio ambiente tais como: urbanização, clima, flora, fauna, assoreamento, desmatamento, poluição, recuperação de áreas degradadas, compostagem, qualidade de vida e conceitos básicos em ciências da terra (geografia e geologia) e ciências biológicas (botânica, zoologia e ecologia). Fazem parte do programa oficinas interativas nas quais, através de atividades lúdicas, os visitantes expressam e/ou reforçam as experiências vividas durante a caminhada.

As principais atividades desenvolvidas são:

- trilha ecológica: percurso na área de preservação quando é demonstrada a importância de espécimes de fauna e da flora, impactos ambientais, estudo do solo e manejo de unidades de conservação urbanas;
- visita às áreas de pesquisa: em locais onde são desenvolvidas várias pesquisas, o que contribui para a ampliação da visão do estudante sobre a preservação do meio ambiente. Atualmente as pesquisas visitadas são as de compostagem, decomposição de serrapilheira, marrecos e perdizes;
- visita ao viveiro de animais e mudas: no viveiro são criados animais utilizados em pesquisas e animais de interesse ecológico e ambiental, além de produção de mudas de espécies nativas. Alguns animais do viveiro: Iguanas — répteis bastante interessantes e conhecidos por sua utilização como animais de estimação; Minhocário — onde se demonstra a relevância ecológica e econômica da minhoca e como é feita a produção de húmus; Abelhas nativas — organização social das abelhas, interações inseto-planta, importância ecológica e econômica;
- oficinas interativas: são atividades lúdicas que auxiliam os alunos a expressarem de várias maneiras o conhecimento adquirido durante a caminhada. Proporcionam um espaço para o debate sobre vários temas ambientais, de maneira individual ou coletiva, o que enriquece a percepção do grupo em relação ao ambiente. Serve como avaliação informal das trilhas e fortalece as metas do programa.

Principais oficinas oferecidas pela Estação Ecológica:

- oficina plantar: técnicas de plantio, reflorestamento, adubação, preparação de sementeiras;
- oficina de modelagem e pintura: confecção de trabalhos manuais utilizando tintas, argilas e massas de modelar, tendo como tema básico as questões ambientais;
- oficina da água: leitura participativa e discussão do livro A água nossa de cada dia, de Ziraldo. Desenhos e pinturas inspirados no assunto;
- oficina caminhos do lixo: conceituação e classificação dos tipos de lixo através de jogos didáticos, destino e possibilidades do lixo produzido na cidade;
- oficina retratando a natureza: percepção e discussão de temas ambientais através de gravuras, cartuns e fotos;
- oficina criação de cartões ecológicos: durante a caminhada, os participantes são orientados a recolherem objetos que julgarem interessantes (pedras, casca de árvores, sementes, folhas). Estes objetos serão utilizados para decoração de um cartão feito com papel reciclado;
- oficina do bicho-pau: desenhos e colagens sobre o bicho-pau após a leitura do livro O dilema do bicho-pau de Ângelo Machado. Comentários sobre as características gerais e discussão sobre a importância ecológica dos insetos;
- oficina leis da natureza: oficina de teatro onde os alunos, através de dramatizações, passam a conhecer as leis ambientais brasileiras;
- oficina de solos: estudos da gênese e formação dos solos e seus estratos, tipos de solos e outras noções básicas;
- oficina teia alimentar: as relações ecológicas entre espécies e a transferência de matéria e energia no ambiente são discutidas através de um jogo que, além disso, trata de espécies nativas;
- oficina de compostagem: é uma atividade lúdica onde os alunos preparam uma salada de frutas e obtêm noções básicas sobre a reciclagem de materiais orgânicos;
- oficina de energia: utilizando-se ilustrativamente uma casa em miniatura que simula o consumo de energia por eletrodoméstico, discutem-se questões relacionadas à produção, distribuição e conservação de energia;
- oficina pigmentos: utilização de pigmentos extraídos de elementos naturais para a confecção de tintas.

O cronograma anual de execução do Proeco segue o seguinte modelo:

Tabela 1
Cronograma anual

Etapas/Meses	Preparação	Execução	Conclusão	Avaliação
Janeiro	✓			
Fevereiro	✓	✓		
Março		✓		
Abril		✓		
Maio		✓		
Junho		✓		
Julho	✓	✓	✓	✓
Agosto	✓	✓		
Setembro		✓		
Outubro		✓		
Novembro		✓		
Dezembro		✓	✓	✓

Resultados e discussão

O Proeco tem cumprido o cronograma anual e as metas propostas com a imprescindível participação de estudantes universitários. É importante ressaltar que o programa promoveu o treinamento de aproximadamente 210 alunos do ensino superior. Os estudantes envolvidos são alunos bolsistas e voluntários de diferentes áreas do conhecimento. Os alunos regularmente matriculados na UFMG têm a possibilidade de transformar as horas dedicadas ao estágio em créditos passíveis de serem reaproveitados no âmbito da flexibilização curricular, conforme a proposta preliminar de programa didático pedagógico, submetido à discussão dos colegiados. Para a etapa de preparação do Proeco (Tabela 1), os monitores participam de um treinamento que consiste, inicialmente, em reuniões gerais com a Comissão Executiva da Estação Ecológica e exposições orais sobre a área (histórico, objetivos e projetos). Além disso, realizam trabalhos de campo nas trilhas interpretativas e recebem um kit contendo as orientações sobre as oficinas interativas. Visando integrar as propostas da Rede de Museus e Espaços de Ciências da UFMG, os monitores fazem visitas técnicas a outras instituições.

O Proeco apresentou um aumento substancial no atendimento à comunidade, o que pode ser percebido analisando-se a Tabela 2. De cerca de 3.000 visitantes em 1995, data do início do “Projeto Caminhadas Ecológicas”, para mais de 14.000 visitantes em 2003, sendo que a expectativa para 2004 é de um número superior a 18.000 visitantes. Foram realizados seminários sobre temas ambientais pelos estagiários bolsistas e voluntários dentro de um subprograma de qualificação dos recursos humanos. O programa foi aprovado pelo colegiado de graduação do

Curso de Ciências Biológicas, ministrado no Instituto de Ciências Biológicas como atividade curricular, o que demonstra a importância na formação dos educandos. Houve ainda um aumento na participação de voluntários, estagiários da UFMG e de outras instituições (Faculdade Metodista Izabela Hendrix – FAMIH, Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet, UNI-BH, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, Colégio Pio XII). Foram elaborados e apresentados projetos para fontes de financiamento (Unibanco/Ecologia, Fundo Fundep e UFMG Jovem) e a Estação Ecológica da UFMG se constituiu como membro efetivo da Rede de Museus e Espaços de Ciências da UFMG. As atividades educativas do programa levaram-no a ser indicado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente como um dos centros de referência em estudos ambientais. Além disso, a conservação dos seus biótopos e o atendimento ao público contribuíram para a citação da Estação Ecológica no guia turístico de Belo Horizonte. Acrescente-se a essas atividades a presença da Estação Ecológica nas atividades promovidas anualmente no âmbito da UFMG, como a Semana do Conhecimento, a UFMG Jovem, a Semana do Calouro e o Domingo no Campus, ocasião em que a Estação abre suas portas para a realização de suas atividades normais, expõe o resultado de seus trabalhos e promove atividades diferenciadas como o “Enduro a pé”. Na Semana do Calouro, a Estação Ecológica oferece a cerca de 800 alunos a oportunidade de conhecer os trabalhos desenvolvidos na área e a possibilidade para a realização de atividades acadêmicas ao longo de sua vida universitária. Os calouros são acompanhados em caminhadas ecológicas, participam de palestras e oficinas sobre as questões ambientais. O Domingo no Campus é uma atividade realizada pelo Programa UFMG Jovem, em parceria com a Diretoria de Ação Cultural – DAC, Coordenadoria de Assuntos Comunitários – CAC e Estação Ecológica, que visa propiciar recreação, diversão, cultura e conhecimento à população através da abertura do Campus universitário aos domingos. O evento mostra um pouco da produção acadêmica da UFMG a toda comunidade. O “Enduro a pé” tem por finalidade capacitar os visitantes para atividades interdisciplinares extraclasse, valorizar o trabalho em equipe e a prática desportiva, conscientizar sobre a importância da preservação de áreas verdes e incentivar a interpretação de mapas e trilhas. Durante a competição, os visitantes, divididos em equipes, participam de duas etapas. A primeira consiste numa caminhada pelas trilhas dentro da área da Estação Ecológica/UFMG e a segunda numa gincana ecológica. Durante o trajeto, as equipes contribuem para a preservação da área, plantando mudas em locais predeterminados. O “Enduro a pé” é uma competição de regularidade, sendo vencedora a equipe que perder o menor número de pontos durante o percurso.

Tabela 2
Visitantes da área

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Visitantes	3.821	6.892	8.036	9.268	10.644	8.412	14.597	13.991	14.398

Conclusões

Uma análise histórica da Estação Ecológica da UFMG nos revela que atualmente a área apresenta uma condição ambiental mais satisfatória que no século passado. Nesse período, a vegetação originária foi retirada para a realização de atividades agropastoris e produção de tijolos. Foram introduzidas várias espécies exóticas, principalmente o eucalipto, e impermeabilizadas áreas para a construções de galpões e oficinas. Intensamente utilizada, a área era pressionada por variados tipos de impactos. Os resquícios dessas atividades e seus impactos, ainda hoje, aproximadamente sessenta anos depois, são observados e utilizados durante as atividades desenvolvidas nas trilhas. Atualmente, observa-se a presença de formações vegetacionais em desenvolvimento com uma estruturação e composição florística e faunística variada, considerando-se tratar de uma unidade de conservação localizada num centro urbano em expansão. O programa contribui decisivamente para a proteção dessa que é uma das últimas unidades de conservação da região norte da capital mineira, constantemente ameaçada pela especulação imobiliária e pelas mais variadas pressões antrópicas. O Proeco atende à demanda das comunidades através da democratização do conhecimento e do uso de metodologias inovadoras e interativas, favorecendo ainda a interdisciplinaridade e a troca de informações entre graduandos de diferentes cursos da UFMG. Tem uma grande abrangência social e visibilidade clara da função extensionista exercida pela universidade. Um dos grandes diferenciais do Proeco é a sua realização dentro de uma área verde localizada em um dos maiores centros de estudos do país, a Universidade Federal de Minas Gerais, o que facilita uma integração maior entre as suas atividades fins e a sua importância na conservação do ambiente.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Ecologia: uma forma proposta para o ensino de 2º Grau*. Brasília: MEC/ CETESB , 1977.
- ECO, H. Ecologia 194 e a coca-cola tornada carne. In: VIAGEM na irrealidade cotidiana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 39-61.
- KAMINO, L. H. Y. *Estação ecológica da Universidade Federal de Minas Gerais*: flora vascular e estudo comparativo de sua estrutura arbórea com as de outros fragmentos florestais da APA-SUL, MG. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- MEYER, M. A. de A. *Conversas de cobras*. Belo Horizonte: [s.n.], 1985. 2 p.
- NEVES, C. D'A. B. *Zoneamento ambiental da estação ecológica da Universidade Federal de Minas Gerais*: subsídio à implantação de unidades de conservação urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SANTOS, T. A. da M. Educação ambiental. In: SIMPÓSIO DA SITUAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, Belo Horizonte, 1985. 3 p.

Saúde

- **Mãos amigas: ensino, pesquisa, extensão e intervenção em câncer de mama – resultados e avaliação**

Paulo Sergio Carneiro Miranda, Professor UFMG/ UEMG/ Funedi/ Inesp

Zuleice Maria Lessa Pacheco. Heloisa Maria Siqueira Rennó. Marcia Christina Caetano Sousa.

Maria Gírlene Martins, Professoras do Curso de Enfermagem da UEMG/ Funedi/ Inesp

Alunos do Curso de Enfermagem UEMG/ Funedi/ Inesp

Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade do Estado de Minas Gerais

Resumo

O câncer mama é um dos mais frequentes entre mulheres. Seu controle e evolução podem-se dar mediante uma prevenção baseada numa detecção precoce. Este artigo tem por finalidade descrever o desenvolvimento do projeto “Mãos Amigas”, que teve como objetivo o ensino, pesquisa, extensão e intervenção em prevenção de Câncer de Mama. Foi desenvolvido em Divinópolis, Minas Gerais, Brasil, no período 2002-2003, durante 8 meses letivos, por alunas do Curso de Enfermagem da UEMG/ Funedi/ Inesp, tendo como população alvo 5.000 alunas das escolas de nível médio da cidade. A metodologia empregada contemplou a pesquisa da prática de Auto-Exame de Mama – AEM, o ensinamento sobre sua prática e a avaliação da incorporação deste hábito pelas alunas do nível médio. Foram treinadas 4.056 alunas (81%), ao custo de R\$2 reais/aluna de nível médio treinada. Após 12 meses de treinamento, 67,3% das alunas treinadas ainda realizavam o AEM. O projeto mostrou-se eficaz na incorporação do hábito de AEM.

Palavras-chave: câncer, mama, prevenção

Introdução e objetivos

O câncer de mama é um dos tumores malignos mais comuns no sexo feminino nos países ocidentais (sejam eles considerados como desenvolvidos ou em desenvolvimento). Pelos dados estatísticos têm-se detectado um aumento significativo de incidência da doença (cerca de 1% ao ano em muitos países), mas a mortalidade mantém-se estável por muitas décadas, o que pode demonstrar melhoria na detecção precoce e no tratamento.

No Brasil, entre as mulheres, as neoplasias malignas de mama destacam-se com uma taxa de incidência de 36,47/100.000, em 2001. Estimando-se para este ano um total de 31.950 casos. Esta incidência reflete também na mortalidade. Estima-se para 2001, uma taxa de mortalidade de 9,99/100.000, mantendo-se esta neoplasia como a primeira causa de morte entre mulheres. Esta tendência ascendente da mortalidade já vinha se manifestando em anos anteriores. Entre 1988 e 1997, a taxa de mortalidade por câncer da mama, no Brasil, aumentou de 6,14/100.000 para 9,31/100.000. Estes dados e esta tendência caracterizam o câncer de mama como um dos maiores problemas de saúde pública no Brasil.

Em Minas Gerais, o tumor de mama ocupa o primeiro lugar entre os tumores mais comuns e os mais letais no sexo feminino, esperando-se para o ano de 2002 uma estimativa de 3.520 casos novos (38,02/100.000) e uma estimativa de óbitos de 810 (8,74/100.000).

Kelsey e Gammon, em profunda análise epidemiológica do câncer mamário, encontraram distintos fatores associados com o maior risco deste câncer; no entanto, os investigadores só são capazes de explicar 21 a 29% dos cânceres mamários por meio de análises epidemiológicas. Esta situação conclui que as práticas de prevenção específica de câncer de mama são inviáveis no momento, levando os profissionais de saúde a procurarem concentrar seus esforços na detecção precoce da patologia. A detecção aqui entendida como a capacidade de encontrar anormalidades permite o diagnóstico, aqui referido como a capacidade de classificar uma alteração da mama como benigna ou maligna. Na atualidade, quatro métodos de detecção são comumente usados: o auto-exame, o exame clínico, a mamografia e o ultra-som. Mendonça, em sua dissertação de mestrado, transformada em artigo, analisando os métodos de detecção de câncer mamário, afirma que a mamografia quando realizada nas condições ideais e por profissional experiente pode ter uma sensibilidade de até 95%, apesar de apresentarem baixa especificidade, alto custo e os mamógrafos não serem suficientes em número frente à necessidade da mulher brasileira. O ultra-som, segundo o mesmo pesquisador, apresentou baixa especificidade, altos índices de falsos positivos e de falsos negativos, sendo indicado como método adjunto à mamografia, além de apresentar problemas semelhantes de custo e acesso.

Tal situação encontrada direciona a prática da detecção do câncer de mama como prática de saúde pública para métodos de maior acesso e baixo custo, como o auto-exame e o exame clínico, apesar de serem reconhecidas suas menores sensibilidades; deixando os estudos de imagem para serem utilizados em grupos de maior risco e em situações de esclarecimentos de diagnóstico.

O exame clínico preventivo para o câncer mamário é, em nossa sociedade, quando realizado, feito numa periodicidade anual. Tal situação leva a que se proponha a prática do auto-

exame mensal das mamas como uma prática rotineira de promoção da saúde na detecção do câncer de mama, devido a seu baixo custo e fácil realização ainda que de baixa sensibilidade e especificidade.

A adesão à prática do auto-exame é muito discutida na literatura. Os resultados guardam relação com a população trabalhada, o método instrucional utilizado, os estímulos a esta prática. O estudo feito por Baines, que é o que demonstra uma das maiores adesões à prática do auto-exame, relata a prática mensal em 64% da população treinada. No entanto, estudo feito por Borba e cols. mostra que a sensibilidade aumenta nos grupos que fazem o exame mensalmente.

A prática de auto-exame é importante também por outras razões. Morales e cols. mostram que 90% das patologias mamárias são inicialmente detectadas pelas próprias pacientes, ou seja, a própria mulher tem uma importância expressiva na detecção precoce das patologias mamárias.

No entanto, apesar de serem conhecidos os benefícios do auto-exame, a prática deste autocuidado, de baixo custo, não é realizado pela população nos níveis desejáveis, sendo que isto acontece em distintos grupos sociais.

Estudos mostram que a prática preventiva do auto-exame quanto ao Câncer de Mama não é realizada por 19,2% das médicas norueguesas. Entre as alemãs, o auto-exame das mamas não é realizado por 14% das médicas. Estudo recente (ainda não publicado), realizado em 2001, sobre a prática preventiva para câncer de mama entre professoras médicas da Faculdade de Medicina da UFMG, mostrou que cerca de 12% nunca realizaram um auto-exame. Xavier et cols, em estudo realizado com estudantes de Enfermagem em 2002, encontrou-se que 26% dos alunos nunca haviam realizado um auto-exame. Sendo que no início do curso este índice chegava a 49% e no sétimo período já todas as alunas haviam realizado o auto-exame, apesar de que somente 71% o faziam na frequência proposta. Este estudo mostra que é possível modificar a prática de auto-exame, desde que motivada e orientada esteja a mulher.

Os resultados encontrados na literatura e em nossa prática levaram-nos a pesquisar a prática de auto-exame em usuários do Sistema Único de Saúde. Encontrou-se que, entre 325 usuárias de distintas idades que freqüentaram os centros de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis – Semusa, entre março e junho de 2002, um total de 35% nunca tinha realizado um auto-exame de mama. Entre menores de 20 anos este valor chegava a 50%; ao mesmo percentual chegavam as mulheres com 51 anos de idade e mais.

Pesquisando-se com elas os motivos da não-realização deste autocuidado encontraram-se como principais causas: o desconhecimento de como fazê-lo, o “esquecimento” e o medo.

Resultado semelhante foi encontrado em trabalho de Yoshioka.

Frente aos dados encontrados e procurando seguir as recomendações da Opas estruturou-se um projeto — considerando que uma das faixas etárias na qual se faz menos auto-exame é a de menos de 20 anos de idade; que esta faixa é mais susceptível de incorporar hábitos e atitudes; que é facilmente localizável e acessível nos centros escolares; que é disseminadora de condutas e que, futuramente, estarão potencialmente entre as mulheres em maior risco; que podem ser treinadas por alunas de Enfermagem convenientemente orientadas — que visa em 8 meses

treinar 5.000 alunas de nível médio de Divinópolis para a prática do Auto-Exame das Mamas – AEM.

O projeto apresentou os seguintes objetivos geral e específicos.

Objetivo geral

Treinar 5.000 alunas do nível médio de escolas de Divinópolis, Minas Gerais, na técnica de Auto-Exame de Mama, por 10 alunas de graduação em Enfermagem convenientemente orientadas, selecionadas entre as acadêmicas carentes do Inesp/Funedi, recebendo as alunas de Enfermagem, em contrapartida, uma bolsa de iniciação científica de R\$100,00 reais, descontada de sua mensalidade escolar, durante o período de 8 meses.

Objetivo específico educacional

- capacitar as acadêmicas de Enfermagem no ensino da técnica do auto-exame;
- permitir-lhes o emprego e domínio de técnicas pedagógicas visando à promoção da saúde;
- desenvolver-lhes a iniciativa, diminuindo-lhes a insegurança e dando-lhes oportunidades do desenvolvimento do espírito crítico e do trabalho comunitário.

Objetivo específico de pesquisa

- desenvolver pesquisas epidemiológicas sobre a prática de auto-exame entre adolescentes.

Objetivo específico de extensão

- levar à comunidade (alunas de nível médio) o conhecimento sobre práticas de detecção de patologias mamárias.

Objetivo específico de intervenção

- elevar os índices de prática de auto-exame de mama entre estudantes do nível médio.

Metodologia

Inicialmente, realizou-se o aprofundamento do conhecimento das alunas de Enfermagem sobre o Auto-Exame de Mama, as patologias mamárias e as técnicas didático-pedagógicas para divulgação destes conhecimentos, mediante treinamento ministrado pelos professores da coordenação do projeto.

Em seguida, a coordenação do projeto realizou contato com as escolas de nível médio, e as alunas do Curso de Enfermagem convenientemente treinadas, fizeram a aplicação de questionário sobre prática prévia de AEM entre as alunas de nível médio, seguido de treinamento destas alunas usando a prótese mamária de silicone (“MamAmiga”).

Após o treinamento, houve a distribuição de adesivos-lembretes para serem fichados pelas alunas treinadas em lugares estratégicos de suas casas, para realização de AEM, tais como: azulejo de banheiro; espelho de quarto, etc.

Periodicamente, as alunas do Inesp replicaram os questionários sobre a prática de AEM entre as alunas de nível médio visando à avaliação da modificação da prática de AEM, por estas alunas, e conhecer a incorporação do hábito por elas. Os resultados obtidos durante e ao final do projeto foram discutidos com os alunos de Enfermagem e preparados para divulgação ampla.

Este projeto foi desenvolvido a partir de agosto de 2002, com um prazo de 8 meses para o seu desenvolvimento, respeitando as férias escolares dos alunos de nível médio e das alunas do Curso de Enfermagem da UEMG/ Funedi/ Inesp de Divinópolis, que foram as multiplicadoras de conhecimento. O suporte financeiro do projeto foi dado exclusivamente pela UEMG/ Funedi/ Inesp; houve também o apoio operacional da Superintendência de Ensino de Divinópolis que facilitou os contatos com as escolas/alunas. As camisetas com o logotipo do projeto foram cedidas, gratuitamente, por uma indústria de confecção.

O custo detalhado do projeto é apresentado a seguir

Custo do projeto

Bolsistas	Número: 10	Valor: 100,00	Tempo: 8 meses	Total: 8.000,00
Prótese	Número: 20	Valor: 35,00		Total: 700,00
Adesivos	Número: 6.000			Total: 240,00
Questionários	Número: 10.000			Total: 1.060,00
Custo total	Treinamento de 5.000 alunos de nível médio			10.000,00
Custo unitário	Aluno de nível médio treinada			2,00

Resultados e discussão

A meta do projeto era treinar e formar 10 multiplicadores do projeto. Com a participação dos voluntários — não previstos, inicialmente —, um total de 61 alunos (33% do Curso de Enfermagem) foram treinados como multiplicadores do projeto e/ou de sua expansão para cidades próximas.

A meta prevista de alunas de nível médio treinadas era de 5.000 alunas. Foram treinadas 4.056 alunas de nível médio de escolas de Divinópolis, na técnica de Auto-Exame de Mama – AEM, no período de 8 meses, o que correspondeu a 81% da meta.

Pela pesquisa realizada entre as alunas de nível médio, imediatamente antes do treinamento, pelas alunas de Enfermagem, constatou-se que somente 20% das alunas de nível médio já haviam realizado auto-exame das mamas e, conseqüentemente, 80% não o realizava. Periodicamente, após 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 12 meses da realização do treinamento, foi feita nova pesquisa sobre a prática de auto-exame de mamas entre as alunas de nível médio. Procurou-se tomar o cuidado de nunca ir à mesma escola e/ou turno visitado no mês anterior, para que não houvesse viés na pesquisa. Nesta segunda pesquisa procurou-se especificar por meio de questionários aquelas alunas que não realizavam AEM antes do treinamento sobre auto-exame de mamas e que foram treinadas pelas alunas do Inesp. De um total de 970 alunas que responderam ao questionário, encontrou-se 376 alunas que ou já realizavam o auto-exame antes de serem

treinadas pelas alunas do Inesp ou não estiveram presentes no dia do treinamento. Dentre as 594 que não realizavam AEM antes do treinamento pelas alunas do projeto procurou-se ver a frequência de AEM após o treinamento. Encontrou-se que:

1. as alunas que realizavam auto-exame de mama, antes de serem treinadas pelas alunas de enfermagem, continuavam a realizá-lo;
2. entre as alunas de nível médio que antes do treinamento pelas alunas da enfermagem não realizavam o auto-exame, um total de 67,3% passou a fazê-lo e, em média, mantinham o hábito mesmo após 12 meses da realização do treinamento. Ou seja, haviam incorporado o hábito. Os melhores resultados de incorporação de hábito, em estudos internacionais, apresentam o resultado de 64%, inferior ao por nós obtido. Os resultados obtidos após os respectivos meses de realização do treinamento podem ser mais bem visualizados na tabela seguinte:

Tabela 1

Prática de auto-exame de mamas, após treinamento, entre alunas de nível médio – Divinópolis / 2002-2003

Intervalo de tempo treinamento/pesquisa (meses)	Alunas que não faziam AEM e foram treinadas pelas alunas do Inesp					
	Fazem AEM atualmente		Não fazem AEM atualmente		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
2 meses	53	62	32	38	85	100
3 meses	84	66	44	34	128	100
4 meses	56	57	43	43	99	100
5 meses	52	76	15	24	67	100
6 meses	23	50	23	50	46	100
7 meses	20	76	06	24	26	100
8 meses	45	71	18	29	63	100
9 meses	31	84	06	16	37	100
12 meses	36	83	07	17	43	100
Total	400	67.3	194	32.7	594	100

Fonte: Pesquisa de campo

Em uma das escolas estivemos 5 meses após o treinamento. Nesta época, a incorporação do hábito foi de 73%. Retornamos à mesma escola 6 meses depois, ou seja, 11 meses após o treinamento, quando encontramos a incorporação do AEM feita por 81,5% das alunas pesquisadas 6 meses antes. Tal resultado nos leva a repetir a visita a outras escolas já visitadas com o objetivo de ver se o resultado encontrado é fortuito ou se ele se repete também nestas outras escolas.

Os dados iniciais obtidos sobre prática de auto-exame de mama entre alunas de nível médio de Divinópolis foram transformados em trabalhos científicos e enviados a congressos nacionais e internacionais. Os dados finais da pesquisa estão seguindo o mesmo destino.

Os resultados obtidos levaram a expandir o projeto para mais 12 cidades da região, pelas alunas do projeto que residiam nas cidades próximas e para lá levaram o projeto a custo zero.

Expansão do projeto

Com o desenvolvimento do projeto, inicialmente 15 alunos incorporaram-se como voluntários para ajudar os bolsistas no desenvolvimento do projeto em Divinópolis. Posteriormente, 36 outros alunos foram agregados ao projeto; treinados, e a partir daí passaram a expandir o projeto para as escolas de nível médio de suas cidades de origem no entorno de Divinópolis. As cidades para onde o “Projeto Mãos Amigas” se expandiu, inicialmente, foram: Cláudio, Camacho, Itapeverica, Itaúna, Martinho Campos, Lagoa da Prata, Pará de Minas, Estrela do Indaiá.

Bom Despacho, São Sebastião do Oeste, Oliveira, Carmo da Mata. Estas expansões foram conseguidas em virtude das alunas de Enfermagem retornarem para suas cidades de origem nos finais de semana (quinta à tarde/sexta de manhã), realizando o treinamento de suas conterrâneas de nível médio nos seus horários livres. Por meio destas expansões, aproximadamente, 1.500 alunas de nível médio da região já foram treinadas na prática de auto-exame de mamas, sem qualquer aumento de recurso financeiro do projeto, demonstrando, na prática, as possibilidades de expansão do mesmo. O projeto também se expandiu para a cidade de Vespasiano por meio da Escola de Enfermagem da Fase.

Em decorrência dos resultados alcançados, a coordenação do projeto levou à presidência da Funedi a proposta do projeto continuar, concentrando-se agora nas trabalhadoras da indústria de confecção — principal atividade econômica de Divinópolis — e que apresentam facilidade de acesso semelhante ao das alunas de nível médio e um risco muito maior de adquirir a patologia.

Este projeto está em andamento.

Avaliação do desenvolvimento do projeto: mecanismos de acompanhamento

O acompanhamento do projeto deu-se através de reuniões realizadas todas as quintas-feiras, das 12:00 às 13:00 horas.

Nessa reunião era discutido o planejamento da semana (que escolas seriam treinadas, contatos com as diretoras, material necessário, quem iria e onde, etc.); era revisto o treinamento realizado na escola (número de pessoas treinadas, dificuldades encontradas, soluções dadas, etc.); eram recolhidos os questionários aplicados e repassados aos alunos responsáveis pela consolidação dos dados. Dessas reuniões, sistematicamente, participava toda a coordenação e a maioria dos alunos, sendo que os alunos bolsistas tinham obrigação de estarem presentes.

Nas reuniões iniciais de implementação do projeto foi pedido aos alunos que preenchessem um “diário de campo”, com o relato do ocorrido nos treinamentos e das emoções sentidas e aprendizados obtidos.

Por meio dos questionários e formulários obtinha-se a evolução do projeto e o quanto se aproximava da meta proposta, ou seja, media-se o objetivo de extensão do projeto.

Por meio de um segundo questionário aplicado meses após o treinamento observava-se a incorporação do hábito do auto-exame das mamas, ou seja, mensurava-se o objetivo de intervenção.

Mediante “diários de campo” e de sua discussão, avaliava-se o objetivo educacional proposto.

O objetivo da pesquisa era alcançado, gradativamente, pois cada escola treinada nos permitia dimensionar a prática do auto-exame de mamas antes do projeto.

Reprodutibilidade do projeto

É plenamente viável levar-se a tecnologia desenvolvida a outras comunidades. Isto se dá pela característica do projeto que não é um projeto que dependa do capital intensivo, mas sim do trabalho intensivo. E assim já foi feito para 12 cidades da região. E continua a ser expandido para outras faculdades e regiões do Estado de Minas Gerais.

O custo do equipamento — Prótese de Silicone “MamAmiga” — para a realização do projeto é irrisório. Uma prótese está custando no momento menos de R\$50,00.

O recurso humano utilizado necessita, fundamentalmente, de treinamento, podendo realizar o trabalho e se tornar multiplicador de conhecimentos, entre outros: auxiliares de saúde, alunos universitários, professoras de escolas nível médio, além dos profissionais da área da saúde.

Geralmente, os auxiliares de saúde e professores são encontráveis em qualquer comunidade.

O material instrucional para os treinamentos são encontráveis nas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, sendo que fitas cassetes contendo explicações sobre a técnica do auto-exame de mamas se encontram disponíveis e de fácil reprodução.

Referências bibliográficas

BAINES, C. J.; TO, T. Changes in breast self-examination behavior achieved by 89.853 participants in the Canadian National Breast Screening Study. *Câncer*, n. 66, p. 570-76, 1990.

BORBA, A. A. et al. Frequência de realização e acurácia do auto-exame das mamas na detecção de nódulos em mulheres submetidas a mamografias. *Rev. Brás. Ginecol. Obstet.*, v. 20, n. 1, p. 37-43, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. *Estimativas da incidência e mortalidade por câncer no Brasil*, 2002. Brasília: MS, 2002. p. 1-4.

ESCOBAR, P. O.; HERRERA, R. C. Autoexamen mamario; su aporte en el diagnóstico precoz del cáncer de mama? Que dice la evidencia? *Rev. Chi. Obstet. Ginecol.*, v. 65, n. 5, p. 407-411, 2000.

KELSEY, J. L.; GAMMON, M. The epidemiology of breast cancer. *Cancer*, n. 41, p. 146-65, 1991.

KLIGERMAN J. Estimativa sobre incidência e mortalidade por câncer no Brasil, 2001. *Revista Brasileira de Cancerologia*, v. 47, n. 2, p. 1-4, 2001.

- MENDONÇA, M. H. S. Análise crítica dos métodos de imagem na detecção e diagnóstico do câncer mamário. *Radiol. Bras.*, n. 32, p. 289-300, 1999.
- MORALES, O. Q.; PINEDO, R. T.; VIGIL, R. C. Autoexamen de mama en pacientes con patología mamaria. *Acta cancerol.*, v. 24, n. 4, p. 31-35, 1994.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE SALUD. La detección del cáncer de mama: implicaciones para América Latina y el Caribe. *Sinopsis Informativa*, Washington, n. 1, 1992.
- ROSVOLD, E. O. et al. Breast self-examination and cervical cancer testing among Norwegian female physicias. A nation-wide comparative study. *Soc. Sci. Med.* London: n. 52, p. 249-258, 2001.
- RUMMLER, S.; SCHIMPF, H. Zu einigen Aspekten des Gesundheitsverhaltens von Arztinnen. *Zeitschrift fur arztliche Fortbildung*, n. 84, p. 559-561, 1990.
- SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde. Fundação Oncocentro de São Paulo. *Mortalidade por câncer no Estado de São Paulo, 1988-1998*. São Paulo: SES, 2000. p. 12-13.
- XAVIER, R. A. C. et al. Prevenção de câncer de mama entre estudantes de enfermagem do Inesp/UEMG. *Revista Médica de Minas Gerais*, n. 12, p. 34, 2002. Suplemento.
- YOSHIOCA, M. R.; SOUSA, D. Auto-exame de mamas: identificação de alguns fatores que influenciam sua prática. *Rev. Esc. Enfermagem USP*, v. 28, n. 2, p. 215-26, 1994.

Mudanças na atenção à saúde mental no Amazonas: projeto para subsidiar a implantação dos serviços residenciais terapêuticos

Ermelinda do Nascimento Salem Muniz, Psicóloga. Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFA

Ana Maria Coelho Marques, Psiquiatra da Associação Amazonense de Psiquiatria – AAP

Antenor P. Cavalcante, Graduando de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – UFA

Dalit F. Waisman, Graduanda de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – UFA

Heloísa P. M. Azevedo, Graduanda de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas – UFA

Universidade Federal do Amazonas – UFA

Resumo

Este projeto tem o intuito de instaurar ações que possam pôr em prática o previsto na legislação referente à Saúde Mental. Por meio de uma equipe multidisciplinar, são efetuados procedimentos que possibilitam dar suporte técnico-científico ao Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro no sentido de viabilizar a reinserção social dos pacientes asilares. O principal referencial teórico utilizado é o Psicodrama, e a ênfase que trilha a práxis é o vínculo que se estabelece no encontro entre o portador de sofrimento psíquico e o profissional de saúde. São realizadas reuniões semanais pela equipe multidisciplinar que tem por objetivo discutir e avaliar questões concernentes ao avanço da Reforma Psiquiátrica no Brasil e, prioritariamente, no Estado do Amazonas. Ao longo de pouco mais de 2 anos da implementação do projeto, foram conquistados avanços significativos que permitiram desmembramentos de outros subprojetos que, além de dar suporte ao projeto principal, atendem demandas específicas surgidas à medida que as trocas foram estabelecidas. A perspectiva presente em todo o curso de trabalho é a desinstitucionalização da loucura, que nos moldes como atualmente se apresenta reforça a estigmatização da “loucura” e contribui com a exclusão e a discriminação dificultando a reinserção social do portador de sofrimento psíquico.

Palavras-chave: reforma psiquiátrica, luta antimanicomial, saúde mental

Introdução

Ao longo do processo civilizatório, a humanidade incorporou ganhos e perdas. Tornamo-nos capazes de constituir agrupamentos humanos e de viver em sociedade. Entretanto, isso implica em precisarmos abrir mão de necessidades e desejos pessoais, sempre que esses interferem de forma não satisfatória na vida de outros indivíduos de nossa espécie, ameaçando o equilíbrio do grupo. Foi assim que começamos a estabelecer regras, normas, princípios, segundo os quais guiamos nosso comportamento. Desenvolvemos, a partir daí, uma ética das relações, sem a qual não poderíamos reconhecer os direitos e os deveres nossos e dos outros, sem a qual não poderíamos aspirar à cidadania. Mas, também, enclausuramo-nos em modelos

de conduta que passaram a determinar o que seria normal ou anormal de fora para dentro — do grupo para o indivíduo — e começamos a temer desmesuradamente qualquer comportamento que se desvie das regras da suposta normalidade. Tememos tal comportamento em nós e, especialmente, nos outros, por não podermos sequer admiti-lo em nós mesmos. Além disso, em função de interesses de uns grupos em relação a outros, em função da luta pelo poder — o poder material, o poder da verdade, o poder do controle, entre tantos outros — criamos uma falsa ética das relações, em que produzimos a exclusão e a segregação como se fossem circunstâncias absolutamente legítimas. Aparelhos repressores foram construídos, sob o disfarce de instituições destinadas à manutenção da ordem e da normalidade sociais — na verdade a ordem e a normalidade que refletem os interesses de uns grupos em detrimento de outros. Foi a verdadeira perversão — uns homens impedindo a humanidade de outros.

Assim é que os manicômios, destinados aos tratamentos dos “loucos”, surgem na história da humanidade: como tantos outros aparelhos repressores, como tantas outras instituições “normatizadoras” que deveriam, sob o disfarce do tratamento, da terapêutica, segregar, excluir da sociedade os “indesejáveis”. Os “doentes mentais” foram internados, ou mesmo abandonados, por meses, anos, eternamente, entre grandes muros e muitas grades. Submetidos a eletrochoques e a excessos de substâncias químicas (os “remédios”), que os dopavam e impregnavam, cronificando-os. Envolto em “camisas-de-força”, quase sempre em ambientes imundos, sem roupas, sem mobiliário, completamente destituídos de sua dignidade. E os psiquiatras e, mais recentemente, os psicólogos, assumimos os papéis de legítimos agentes representantes desse aparelho repressor, em nome de um conhecimento científico que nada tem de neutralidade, mas que, ao contrário, sempre revela uma forma de conceber o homem que reflete uma determinada cultura, com todos os seus interesses, suas contradições, seus temores e suas perversões.

Foi preciso que buscássemos tentar libertar-nos de nossas próprias contradições, de nossos próprios temores; que nos tornássemos cada vez mais reflexivos e críticos quanto ao nosso conhecimento; que nos trabalhássemos no sentido de nos compreendermos como parte desse grande grupo, que é a humanidade; que atentássemos para o nosso compromisso de uns com os outros e que buscássemos resgatar ou aprimorar essa legítima ética das relações, para que começássemos a efetuar mudanças na atenção à saúde mental.

A Reforma Psiquiátrica Brasileira, normatizada pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, determina regulamentações e ações que se opõem ao modelo manicomial de segregação e exclusão e estabelece a necessidade de efetivar mudanças nos modelos assistenciais. Essa lei, nos itens VII e VIII do parágrafo único do artigo 2º, especifica que os pacientes devem receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento e que sejam tratados em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis.

A Portaria nº 224, do Ministério da Saúde, de 29 de janeiro de 1992, define a criação de uma rede assistencial substitutiva ao hospital psiquiátrico, com alternativas mais humanizadas de serviços ambulatoriais e hospitalares, com equipes multiprofissionais (psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e outros), habilitadas para o desen-

volvimento de ações em saúde mental que, de fato, correspondam às demandas dos usuários, que estejam voltadas para a saúde e não para a doença, para o indivíduo, no grupo, a caminho da cidadania e que resultem contrárias às deformações na ética das relações humanas.

A Portaria/GM nº 106, de 11 de fevereiro de 2000, cria os Serviços Residenciais Terapêuticos e assim os define: “moradias ou casas inseridas preferencialmente na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuam suporte social e laços familiares e, que viabilizem sua inserção social”.

A III Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em Brasília no período de 11 a 15 de dezembro de 2001, aprova a proposta de suprimir a expressão “egressos de internações psiquiátricas de longa permanência” do texto da Portaria nº 106, visando possibilitar a criação de residências terapêuticas para pessoas com perfil adequado aos critérios estabelecidos pela portaria, mas que não são oriundas de internações psiquiátricas de longa permanência. Assim, amplia esse dispositivo para todos os portadores de sofrimento mental, deficientes mentais, autistas, que assim o requeiram, como, por exemplo, aqueles que vivem nas ruas, os egressos dos manicômios judiciários e de outras instituições penais, bem como os egressos das demais estruturas asilares.

Nesta perspectiva, o referencial teórico-técnico do Psicodrama, desenvolvido pelo médico romeno Jacob Levi Moreno, vem fornecer um dos instrumentos necessários ao desenvolvimento de uma proposta desta natureza. Em Moreno, concebe-se o homem como um ser comprometido com o encontro e intrinsecamente responsável por todos os fatos da vida e por todos os outros homens. A abordagem do indivíduo é realizada no contexto das relações interpessoais, mediante desempenho de papéis. Este enfoque apresenta-se perfeitamente afinado com a fundamentação básica da Reforma Psiquiátrica, que exige uma mudança na concepção da “saúde” e “doença” mental, capaz de desconstruir o modelo de exclusão e alienação com que os portadores de transtornos mentais têm sido “tratados”. O resgate da cidadania dessas pessoas somente será efetuado mediante a sua inserção social, conforme aponta a Portaria nº 106. Faz-se necessário, portanto, trabalhar as relações interpessoais e os papéis sociais amputados ao longo do processo de abandono, cronificação e institucionalização daqueles que apresentam “problemas mentais”. Além disso, o referencial Psicodramático apresenta duas vertentes indispensáveis à consecução de um trabalho com este objetivo, representadas nos referenciais do Psicodrama Pedagógico e do Psicodrama Terapêutico.

Objetivos

Geral:

- trabalhar, junto aos portadores de transtornos mentais com internações psiquiátricas de longa permanência no CPER, que não possuam suporte social e laços familiares, o processo de implantação dos SRTs como modalidade assistencial substitutiva à moradia asilar, viabilizando a inclusão social e o resgate da cidadania desses pacientes.

Específicos:

- promover a qualificação de profissionais e acadêmicos dentro de uma perspectiva de humanização da atenção em saúde mental;
- identificar peculiaridades amazônicas que devem ser consideradas na implantação dos SRTs;
- avaliar e aplicar as possibilidades de contribuição do Psicodrama na implantação de programas dessa natureza;
- fornecer o maior número de informações a respeito da doença e do tratamento, estimulando a discussão acerca da moradia asilar, bem como dos benefícios e comprometimentos que pode representar à integridade biopsicossocial;
- detectar a existência de fatores que incapacitem os pacientes para uma determinada modalidade de moradia;
- promover o resgate dos papéis sociais necessários a uma vida em comunidade o mais autônoma possível;
- auxiliar os pacientes na identificação das dificuldades e possibilidades dos vínculos já estabelecidos ou que venham a estabelecer entre si, com os membros da equipe de execução do projeto e comunidade em geral.

Metodologia

Público-alvo

- portadores de transtornos mentais com internações psiquiátricas de longa permanência no Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro que não possuam suporte social e laços familiares.

Identificação e seleção dos pacientes

- seleção, para início do trabalho, de um grupo com no máximo 12 (doze) pacientes com maiores perspectivas de inserção social (observando-se critérios como maior disponibilidade para as relações interpessoais, motivação para outro tipo de moradia e outros que se apresentem quando da identificação dos participantes). Os demais pacientes serão atendidos subsequentemente, de forma semelhante.

Avaliação e aplicação da metodologia do psicodrama

- discussão e identificação, em reuniões semanais da equipe de execução do projeto, de elementos indicativos das especificidades regionais, como vocabulário, costumes e representações mentais inerentes ao contexto situacional dos pacientes, inclusive com o objetivo de adequar continuamente as intervenções e estratégias à realidade local;
- elaboração, pela equipe executora, do projeto de modelo de avaliação de resultados das sessões dos grupos de pacientes, em que se evidencie o desempenho e evolução de cada um; este modelo deverá ser preenchido por todos os profissionais e alunos envolvidos, por ocasião das reuniões técnicas semanais, possibilitando a mensuração dos resultados e norteando os avanços de cada grupo trabalhado;

- utilização do referencial teórico-técnico do Psicodrama Pedagógico e Terapêutico no treinamento da equipe executora do projeto e nas sessões dos grupos de pacientes.

Detecção de transtornos mentais e/ou seqüelas neurológicas limitantes

- levantar história e evolução do quadro clínico apresentado, por meio de pesquisas nos prontuários e entrevistas com a equipe multiprofissional da Instituição e outras fontes (se existentes);
- solicitar avaliações médicas, psicológicas e laboratoriais julgadas necessárias pela equipe executora do projeto;
- identificar tipos de cuidados médicos, psicológicos, de enfermagem, de fisioterapia e/ou outros, requeridos em cada caso.

Definição de modalidades de moradias

- utilização das informações sobre cuidados especiais requeridos, com o fim de possibilitar orientações técnicas para definição das modalidades de Serviço Residencial Terapêutico;
- repasse dessas informações, bem como das modalidades de Serviços Residenciais Terapêuticos passíveis de serem viabilizados, nas sessões pedagógicas terapêuticas e em outras atividades com os pacientes.

Resgate dos papéis sociais

- realização de treinamentos e fornecimento de informações acerca de aspectos da cidade de Manaus, da vida em sociedade, dos afazeres inerentes à administração de uma casa, do sistema viário da cidade e particularmente do bairro onde residirão, etc.: em atividades fora do CPER (como, por exemplo, levando-os para conhecer os terminais de ônibus e auxiliando-os a aprenderem a deslocar-se por meio dessa forma de transporte); ao longo das sessões pedagógicas terapêuticas no CPER (por meio do role playing dos papéis que forem sendo identificados ou referidos no grupo, como importantes para a adaptação à nova moradia; ou auxiliando-os na limpeza e arrumação de seus objetos pessoais dentro das enfermarias em que dormem, etc.).

Identificação das dificuldades e possibilidades vinculares

- focalização do trabalho sobre a relação e não sobre a doença, buscando o desenvolvimento do potencial de estabelecimento de vínculos satisfatórios, por meio da experiência concreta, da relação democrática e simétrica entre pacientes e equipe executora do projeto, ao longo de todas as atividades, com vistas a garantir a participação e a tomada de decisões dos pacientes no processo como um todo e vivenciar a proposta Moreniana do encontro: “O amor e o compartilhamento mútuo são princípios de trabalho indispensáveis e poderosos numa vida em grupo. Por isso, é imperativo que tenhamos fé nas intenções de nosso semelhante, uma fé que transcende a mera obediência originada pela coerção física e legalística” (MORENO, 1997).

Resultados e discussão

Além das duas sessões semanais com os pacientes, outras atividades têm sido proporcionadas, algumas das quais desenvolvidas fora da instituição.

A participação dos pacientes no III Seminário Saúde Mental e o SUS no Amazonas, realizado no período de 14 a 16 de novembro de 2002, foi um marco muito importante, tanto do ponto de vista sociopolítico – no que se refere à necessidade de serem efetuadas mudanças vigorosas na atenção à saúde mental em nosso Estado e à necessidade de mudanças na concepção de saúde mental e doença mental – quanto do ponto de vista terapêutico –, quando o enfoque deixa de ser a doença e passa a ser a relação do “louco” com a sociedade, verificamos uma melhora no quadro desse dito “louco” que nos surpreende.

Em novembro de 2002, a presença do Secretário de Saúde e da Coordenadora do Programa de Saúde Mental em uma sessão pedagógica terapêutica com os pacientes ensejou uma visita da equipe técnica ao Conjunto Habitacional Nova Cidade, por sugestão do próprio Secretário. Essa visita teve o objetivo de avaliarmos a possibilidade de utilização de algumas unidades residenciais do referido conjunto, como Serviços Residenciais Terapêuticos, ocasião em que, também, contatamos com a equipe do Programa Saúde da Família, no Centro de Referência Monte das Oliveiras, quando fomos informados que o Conjunto Nova Cidade não faz parte da área de abrangência dessa unidade. Posteriormente, com vistas a garantir a participação dos pacientes na tomada de decisões ao longo de todo o processo, aconteceu uma segunda visita, desta vez com a presença dos mesmos. Na ocasião, manifestaram sua aprovação e o desejo de que sejam realizadas reformas que atendam às suas expectativas, tais como a cor da pintura, construção de varandas, pátios, muros e cobertura de lavanderias, troca de portas e janelas, colocação de grades para reforçar a segurança, tipo de vegetação, características do mobiliário, entre outras mais específicas como, por exemplo, a criação de galinhas e animais de estimação.

Foi encaminhado, então, um documento ao Secretário de Saúde na época e à Superintendência de Habitação (SUHAB), propondo a aquisição de imóveis, no Conjunto Nova Cidade, para a implantação dos Serviços Residenciais Terapêuticos. No documento constam várias especificações destinadas a atender as necessidades manifestadas pelos pacientes, bem como as exigências elencadas na Portaria nº 106. Embora tenham sido solicitadas quinze unidades residenciais, entendemos que, caso sejam criados Serviços Residenciais Terapêuticos no referido Conjunto, apenas em torno de cinco serão realmente necessárias, tendo em vista que um número pequeno de pacientes apresenta condições e expectativas (constituição de uma família pequena) compatíveis com a modalidade de Serviço Residencial Terapêutico que pode ser instalada nessas unidades (casas pequenas, com apenas 2 quartos pequenos). Para os demais pacientes, as pensões protegidas apresentam-se como uma modalidade mais adequada, em função das limitações por eles apresentadas e que vêm a requerer cuidados específicos.

O final do ano de 2002 foi marcado pela realização conjunta (equipe técnica e pacientes) de uma festa de confraternização, que correspondeu às expectativas construídas ao longo dos nossos encontros semanais. A aquisição de roupas e adereços culminou com o momento de

preparação de cada um para a festa, envolvendo desde a escolha do que vestir até a maquilagem das pacientes. O cardápio também foi escolhido conjuntamente. Essa festa foi vivenciada por todos nós como um momento de intenso compartilhamento dos vínculos construídos ao longo de um semestre de relacionamento.

No mês de março de 2003, os pacientes estiveram presentes na abertura da Mostra de Teatro que aconteceu na Praça da Saudade, com a apresentação da peça *O que é e o que não devia ser*. Essa atividade possibilitou a eles um momento de convivência e integração com a comunidade manauara da qual todos fazemos parte e que, naquele momento, dividia uma importante manifestação cultural. Na ocasião também participaram de um passeio de ônibus pela cidade.

No dia 16 de maio de 2003, como parte da programação relativa ao Dia Nacional de Luta Antimanicomial, participaram de uma concentração em praça pública, passeata e manifestação em frente à Assembléia Legislativa. Esse evento, iniciativa da Coordenação do Programa de Saúde Mental da Secretaria Estadual de Saúde, teve o objetivo de despertar a atenção da comunidade para a questão da Reforma Psiquiátrica, mobilizando os deputados para a aprovação do projeto de lei estadual da Reforma Psiquiátrica. Tal projeto de lei, em tramitação desde o ano de 2002, é de suma importância para garantir o compromisso do Poder Público com o processo de mudança da assistência à saúde mental no Amazonas.

Em 27 de maio de 2003, a equipe de execução do projeto conseguiu realizar uma reunião com a coordenação do Programa Estadual de Saúde Mental. Nessa ocasião, foram levantados aspectos tais como: a necessidade de encaminhamento do projeto, sob protocolo, à Secretária de Saúde, garantindo a sua formalização como proposta ou subprojeto do Programa de Saúde Mental do Estado, possibilitando o aporte financeiro indispensável à sua total realização; a necessidade de identificação do projeto como projeto de extensão da Universidade Federal do Amazonas, com a especificação dos membros da equipe de execução e com vistas ao esclarecimento acerca dos encaminhamentos de correspondências e discussões necessárias; o acompanhamento e supervisão da execução do projeto pelo Programa de Saúde Mental; a realização de contato do coordenador do programa com os pacientes participantes do primeiro grupo, na reunião mensal de familiares e usuários do CPER, em 28.05.03; a viabilidade de execução de subprojetos específicos, a curto e médio prazos; a análise sobre a localização mais adequada dos Serviços Residenciais Terapêuticos, com enfoque sobre a importância de estarem situados em um bairro da cidade que facilite o acesso ao Centro de Saúde, que dará o suporte assistencial, que seja uma área com a qual os pacientes estejam familiarizados, próxima do território onde residem atualmente e com fácil acesso a locais de lazer e cultura, tais como o Teatro Amazonas, cinemas e outros; a avaliação dos resultados do trabalho, com enfoque sobre a escassa participação dos técnicos do CPER, em parte entendida como resistência às mudanças na forma de ver e de se relacionar com o portador de transtorno psíquico, proposta fundamental que permeia e embasa todas as ações do trabalho, sustentadas na construção de uma relação com o sujeito que abandone o modelo cultivado e cristalizado de ver a doença em vez do indivíduo.

A princípio os pacientes manifestaram um grande temor em participar do projeto. A instituição asilar, embora lugar de alienação e cronificação do “doente mental”, constituiu-se para os mesmos, até aquele momento, como o único espaço de acolhimento e amparo, única referência possível de moradia. Só conseguiam assimilar que sua participação poderia significar sua saída do hospital e, portanto, o seu abandono. Gradativamente foram sendo esclarecidos pela equipe técnica, o que os estimulou a permanecerem no projeto.

Em vários momentos temos trabalhado com mais intensidade, junto aos pacientes, o fornecimento de informações acerca da Reforma, acerca da doença e do tratamento. Durante um desses trabalhos, um paciente nos disse que sua doença é a “doença da vida”. Quando lhe perguntamos o que é isso, ele nos informou que é crescer na miséria, sendo abandonado pela família, não aprendendo a ler e escrever, não tendo um trabalho e nem onde morar. No decorrer das sessões pedagógicas terapêuticas, em vários momentos ouvimos depoimentos desse tipo, bem como outros que falam da exclusão, da discriminação e dos maus tratos que sofre o “louco”. E são nesses momentos, em que mais fortemente constatamos a nossa grande dívida social para com os portadores de sofrimento psíquico, que temos encontrado forças para continuar desenvolvendo este projeto.

Em dezembro de 2003, a equipe de execução do projeto constatou a necessidade de implantação de subprojetos no sentido de sistematizar procedimentos. O Subprojeto “Visitante”, já implementado em 2004, visa ao resgate do momento de visita poder representar a implementação de uma estratégia que concretize esse início do processo de reinserção social. Vivenciado, a princípio, pelos próprios estudantes e profissionais da área de saúde mental, deverá, posteriormente, abrir espaço a todas as pessoas que assim o desejarem.

Para 2004, estão previstos, ainda, a implantação de outros dois subprojetos, são eles:

- “Oficina do B A Ba” com o objetivo de promover o desenvolvimento de habilidades tais como ler, escrever, executar operações numéricas, entre outras, necessárias a uma vida em comunidade o mais autônoma possível, ampliando as oportunidades de inserção social e resgate da cidadania dos pacientes residentes do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro (CPER);
- “Educação em Saúde Mental”, objetivando a implementação de medidas que objetivem a mudança de uma representação social que exclui e segrega o que foge aos padrões de “normalidade” socialmente instituídos, como é o caso da concepção vulgar sobre o louco e a loucura. Considerando a suscetibilidade dos jovens na formação e transformação de conceitos e opiniões, este projeto propõe a abertura de discussões e reflexões sobre o doente e a doença mental com adolescentes concludentes do ensino fundamental, com base na idéia de que os preconceitos nessa faixa ainda não estão cristalizados (e/ou com outras populações).

Os resultados obtidos demonstram que, quando viabilizamos a interação e vinculação dos pacientes com pessoas e objetos, em plena vida real, estamos, de fato, trabalhando com a perspectiva de desinstitucionalização da loucura. E que se esta possibilidade, no desenvolvi-

mento deste projeto, não está sendo adequadamente potencializada, há que se criar novos caminhos para contribuirmos com a transformação desse fenômeno de sofrimento existencial e social que é a loucura.

Bibliografia

AMARANTE, P. (Coord.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Legislação em saúde mental*. 3.ed. Brasília: MS, 2002.

MORENO, J. L. *Autobiografia*. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix, 1997.

III CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, Brasília, 2002. *Relatório final*. Brasília: Ministério da Saúde/Sistema Único De Saúde/Conselho Nacional De Saúde, 2002.

- **Internato Rural de farmácia da Faculdade de Farmácia**

Antônio Basílio Pereira, Farmacêutico e Mestre

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

O Internato Rural – IR de farmácia é atividade acadêmica curricular optativa. Alunos organizam a assistência farmacêutica no SUS/Municipal. Os objetivos são organizar a assistência farmacêutica; dignificar o atendimento; eliminar desperdícios; orientar a população e autoridades sobre o uso correto de medicamentos e descarte dos inadequados, para proteger o meio ambiente; levantar as doenças; levantar a produção de derivados da mandioca, da cana-de-açúcar e do leite. A metodologia de trabalho envolve diagnosticar a assistência farmacêutica no SUS/Municipal, avaliando: a) armazenamento e dispensação de medicamentos; b) estoques de medicamentos em condições de uso e os vencidos ou deteriorados. Organizar o armazenamento e a dispensação; promover campanha sobre uso correto de medicamentos e o descarte; preparar relatórios para os Municípios e a Secretaria de Estado da Saúde. Os resultados alcançados são: a) econômicos: eliminação dos desperdícios e manutenção da qualidade dos medicamentos; b) sociais: maior acesso, atendimento com dignidade e melhor qualidade de vida da população, inclusão dos hipertensos, diabéticos, hansenianos, tuberculosos, aidéticos e com distúrbios mentais. Foram atendidos 187 Municípios, sendo 41 no Vale do Jequitinhonha, dezesseis no

Vale do Mucuri e onze no Norte de Minas. Foram beneficiados 3.390.150 habitantes; c) pedagógicos: formação de profissionais com responsabilidade social.

Palavras-chave: assistência farmacêutica, SUS/Municipal, Internato Rural de farmácia

Introdução e objetivos

O Programa Internato Rural de farmácia da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal Minas Gerais está regulamentado como uma atividade acadêmica optativa geradora de quatro créditos contabilizados para integração curricular. As atividades iniciaram em junho de 1995, nos Municípios vinculados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto São Francisco. Os alunos participam de treinamento especial na Faculdade e, nas férias, vão aos Municípios, onde permanecem um mês e executam todas as atividades programadas. A contrapartida de cada Município é conceder hospedagem e alimentação, durante um mês, para os alunos e passagem de ida e de volta do Município. O Sistema Único de Saúde está municipalizado nos 853 Municípios mineiros com a denominação de SUS/Municipal. Os serviços de saúde estão entre os fatores de grande importância para a qualidade de vida da população. Esses serviços constituem grande preocupação dos gestores federal, estadual e municipal, pela natureza das práticas de assistência que neles se desenvolvem e pela grande soma dos recursos necessários para sua efetivação. É muito elevado o volume de serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde, mas ainda há uma grande parcela da população excluída de algum tipo de atenção. Na assistência farmacêutica há uma crescente demanda de medicamentos em face do envelhecimento populacional, e seu atendimento implica em grande aumento do custo social. Para garantir o acesso da população a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, ao menor custo possível, propõe-se na Política Nacional de Medicamentos que os gestores do SUS, nas três esferas de Governo, atuem em estreita parceria e concentrem esforços no sentido de que o conjunto das ações direcionadas para que se alcance esse propósito sejam orientadas por diretrizes bem definidas, como a adoção de Relação de medicamentos essenciais. Medicamentos essenciais são aqueles considerados básicos e indispensáveis para atender a maioria dos problemas de saúde da população. Eles devem estar, continuamente, disponíveis às populações que deles necessitarem, nas formas farmacêuticas apropriadas e compõem uma relação nacional de referência que servirá de base para o direcionamento da produção farmacêutica e para o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como para a definição de listas de medicamentos essenciais nos âmbitos estadual e municipal, que deverão ser estabelecidas com o apoio do gestor federal e segundo a situação epidemiológica respectiva. A assistência farmacêutica no SUS/Municipal, de modo geral, está completamente desarticulada e inteiramente fora da realidade social. Raramente há farmacêutico orientando as ações. Em muitos Municípios ainda é possível receber medicamentos na Farmácia Municipal, localizada no Posto de Saúde, sem receita médica. É o primeiro indicativo da falta de estruturação da assistência farmacêutica. Constata-se, facilmente, que a grande maioria das pessoas que realizam o atendimento na Farmácia do SUS/Municipal tem baixo nível de escolaridade e nunca recebeu treinamento adequado.

Num elevado número de Municípios não há local apropriado para o armazenamento de medicamentos e material de ambulatório médico (agulhas, seringas, gases, algodão, esparadrapos, etc.) separado do local da dispensação. Esses bens de saúde são colocados em almoxarifados com materiais usados nos diversos setores da administração municipal ou a maior parte deles é amontoada, diretamente, no piso sobre umidade ou sob ação solar direta, no local onde se realiza a dispensação, sem controle de entradas, saídas e saldos. Em todos os Municípios o espaço destinado à Farmácia Municipal é muito pequeno. Isso dificulta o atendimento, e muitos pacientes com prescrição médica não são atendidos porque o próprio atendente não tem acesso ao medicamento no grande amontoado sobre o piso. Nessa condição, os medicamentos atingem o prazo de validade ou se deterioram e são descartados sem a preocupação de proteger o meio ambiente. O mesmo acontece com o material de ambulatório médico. Como consequência da falta de orientação adequada, o descarte de medicamentos e material de ambulatório médico é, usualmente, realizado: a) retirando os medicamentos das embalagens primárias e lançando-os em pia ou em vaso sanitário, com destino imediato aos cursos d'água; b) descarregando-os, sem retirar da embalagem primária, no lixão ou em fossas próximas ao posto de saúde ou ao hospital, onde são queimados; c) queimando os produtos em céu aberto ou em fornos de baixa temperatura, ao lado do posto de saúde ou do hospital, produzindo uma fumaça pesada e muito tóxica. Nesse estado de descontrole não se tem certeza da qualidade dos medicamentos fornecidos aos pacientes, pois as condições de armazenamento são inteiramente inadequadas. Em alguns Municípios, logo após a entrega dos medicamentos na Farmácia Municipal, eles são distribuídos para as famílias mais influentes que os mantêm reservados para alguma necessidade esporádica. Objetivos: a) realizar um levantamento situacional da assistência farmacêutica no Município, avaliando as condições de seleção, programação, aquisição, armazenamento, prescrição e dispensação de medicamentos; b) realizar uma avaliação física dos medicamentos e separar os que atingiram o prazo de validade e os que se deterioraram e realizar seu descarte de modo a proteger o meio ambiente; c) organizar o armazenamento dos medicamentos, observando-se as condições necessárias para manutenção de sua qualidade e garantia de sua eficácia; d) organizar o armazenamento do material de ambulatório médico para que permaneça em condição de uso e seja eliminado o desperdício; e) registrar o estoque de cada medicamento e de cada material de ambulatório médico em ficha adequada (ficha de prateleira), com controle de entradas, saídas e saldos; f) organizar o local de dispensação de medicamentos e refazer sua estrutura para facilitar o trabalho do atendente, proporcionar um atendimento com dignidade e manter os controles necessários para eliminar os desperdícios; g) organizar o armazenamento, a dispensação e o controle dos medicamentos listados na Portaria nº 344, de 12.05.98, do Ministério da Saúde e suas alterações; h) treinar e capacitar pessoal para as atividades básicas de assistência farmacêutica; i) realizar o levantamento das doenças, por faixa etária e sexo, utilizando-se as fichas clínicas correspondentes ao ano anterior ao Internato Rural, que servirá de subsídio para a equipe de saúde do Município estabelecer a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – Remume, com base na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – Renome; j) desenvolver ampla campanha sobre o uso correto de medicamentos por meio de folhetos, jornais,

cartazes, televisão, palestras em rádios, nas escolas, nas comunidades, para os agentes comunitários de saúde e para grupos de terceira idade; k) realizar campanha sobre o descarte dos medicamentos que atingirem o prazo de validade e dos que se deteriorarem, de modo a proteger o meio ambiente; l) identificar e caracterizar a produção primária e as unidades de processamento de alimentos derivados do leite, da mandioca e da cana-de-açúcar para obter o perfil mineiro nessas atividades, para que professores do Departamento de Alimentos da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais possam, apoiados em projetos específicos, assessorar, diretamente, os fabricantes para produzirem com qualidade e em maior quantidade, o que contribuirá para melhorar, muitíssimo, as condições de vida no Município; m) preparar relatório técnico-científico (NBR 10719 da ABNT), ilustrado, em três vias, sobre as atividades desenvolvidas no Município. Um exemplar é enviado, pela coordenação do Internato Rural para o Município e um para a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. Justificativa. As atividades que os alunos vinculados ao Internato Rural de Farmácia desenvolvem nos Municípios desde 1995, encontram respaldo na Política Nacional de Medicamentos, aprovada pelo Ministro da Saúde, por meio da Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Nessa Portaria estão definidas as responsabilidades dos gestores federais, estaduais e municipais. No âmbito municipal, caberá à Secretaria de Saúde ou ao organismo correspondente as seguintes responsabilidades: a) coordenar e executar a assistência farmacêutica no seu respectivo âmbito; b) associar-se a outros Municípios, por intermédio da organização de consórcios, tendo em vista a execução da assistência farmacêutica; c) promover o uso racional de medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores; d) treinar e capacitar os recursos humanos para o cumprimento das responsabilidades do Município no que se refere a esta política; e) coordenar e monitorar o componente municipal de sistemas nacionais básicos para a Política de Medicamentos, de que são exemplos o de Vigilância Sanitária, o de Vigilância Epidemiológica e o de Rede de Laboratórios de Saúde Pública; f) implementar as ações de vigilância sanitária sob sua responsabilidade; g) assegurar a dispensação adequada dos medicamentos; h) definir a relação municipal de medicamentos essenciais, com base na RENAME, a partir das necessidades decorrentes do perfil nosológico da população; i) assegurar o suprimento dos medicamentos destinados à atenção básica à saúde de sua população, integrando sua programação à do Estado, visando garantir o abastecimento de forma permanente e oportuna; j) adquirir, além dos produtos destinados à atenção básica, outros medicamentos essenciais que estejam definidos no Plano Municipal de Saúde como responsabilidade concorrente do Município; k) utilizar, prioritariamente, a capacidade dos laboratórios oficiais para o suprimento das necessidades de medicamentos do Município; l) investir na infra-estrutura de centrais farmacêuticas e das farmácias dos serviços de saúde, visando assegurar a qualidade dos medicamentos; m) receber, armazenar e distribuir adequadamente os medicamentos sob sua guarda.

Metodologia

Inspeção direta para se realizar, imediatamente, um diagnóstico da situação da assistência farmacêutica no SUS/Municipal e, logo a seguir, organizá-la para melhorar sua eficiência e atender, com dignidade, à população. São identificadas as condições físicas do armazenamento e do local da dispensação de medicamentos e de material de ambulatório médico, com análise dos seus estoques e registro dos produtos em condições de uso. Para os medicamentos assinalam-se, por ordem alfabética, o nome, a dosagem, o lote, o laboratório de origem, a data de validade, o estoque no início e no fim do período do Internato Rural, o consumo médio mensal, a perda estimada com valor unitário e total; identificação das perdas por vencimento do prazo de validade e por alteração física, registrando-se, em ordem alfabética e separadamente, o nome de cada medicamento e do material de ambulatório médico, o lote, a quantidade, o preço unitário, o preço total e o valor total da perda; mudança, quando necessária, dos locais de armazenamento e de dispensação, para atender os requisitos técnicos; organização técnica do armazenamento e da dispensação; avaliação da seleção de medicamentos para atenção primária no SUS/Municipal; identificação da programação de compras e do sistema de aquisição; análise das prescrições e da dispensação; levantamento dos diagnósticos registrados nas fichas clínicas, do ano que antecede ao Internato Rural, com separação de faixas etárias e de sexo, de 0 a 6 anos, de 7 a 14, de 15 a 29, de 30 a 49 e acima de 49 anos; promoção de ampla campanha sobre uso correto de medicamentos e de descarte dos que atingiram o prazo de validade ou sofreram alteração física, de modo a proteger o meio ambiente; dignificação do atendimento; apresentação dos resultados, por meio de minuciosos relatórios técnicos ilustrados, aos Municípios e à Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais.

Resultados e discussão

Até março de 2004 as atividades programadas foram realizadas em 187 Municípios, com benefícios para 3.390,150 habitantes, das diversas regiões de Minas, sendo 41 Municípios no Vale do Jequitinhonha com 562.762 habitantes, 16 no Vale do Mucuri com 322.857 habitantes e 11 no Norte de Minas com 317.342 habitantes. Com o levantamento das doenças, em todos os Municípios visitados, por meio dos diagnósticos registrados nas fichas clínicas, ficou constatado que, tanto as de grande prevalência (Tabela 1), quanto às demais (Tabela 2), estão presentes em todos os Municípios.

Tabela 1
Diagnósticos de maior prevalência em um Município do
Vale do Jequitinhonha com 5.390 habitantes

Diagnósticos	Número de casos
Parasitose intestinal	657
Hipertensão arterial severa	501
Febre	246
Infecção de vias aéreas superiores	229
Cefaléia	218
Amidalite	172
Lombalgia	156
Mialgia	137
Dor abdominal	133
Vômito	133
Epigastralgia	124
Gripe	122
Tosse	121
Diarréia	120
Diabetes mellitus	66
Edema	65
Dermatite	61

Tabela 2
Diagnósticos registrados nas fichas clínicas em um
Município do Vale do Jequitinhonha com 5.390 habitantes

Diagnósticos	Respectivos n°s
abscesso, abortamento, acidentes escorpiônicos, acidentes ofídicos	13, 1, 8, 6
acne, adenomegalia cervical, adenomegalia periauricular	3, 2, 1
adenomegalia submandibular, aftas, alergia, alopecia, amenorréia	3, 2, 46, 1, 16
amidalite, anemia, aneurisma, angina, anorexia, ansiedade	172, 10, 1, 1, 27, 43
apendicite, artralgia, artrite, asma, astenia, AVC, berne	1, 57, 3, 30, 3, 10, 9
broncoespasmo, bronquite, bursite, câimbras, cálculo renal, calo, câncer	8, 2, 1, 3, 1, 1, 1
candidíase, cardiopatia, catapora, catarata, caxumba, cefaléia, celulite	4, 11, 4, 1, 1, 218, 8
cerumem, cervicalgia, cifose postural, cirrose, cisto, cisto ovariano	30, 6, 1, 2, 2, 2
cisto sebáceo, cistocele, climatério, colecistite, colelitíase	1, 2, 6, 3, 1
cólica abdominal, cólica nefrótica, coma, congestão pulmonar	1, 2, 1, 1
conjuntivite, constipação intestinal, contusão, corpo estranho, cravo	17, 15, 8, 11, 3
crise convulsiva, delírios, depressão, dermatite, dermatomicose	9, 9, 1, 9, 61
desidratação, desmaio, desnutrição, diabetes mellitus, diarréia	55, 16, 16, 19, 66
dismenorréia, dispepsia, dispnéia, distensão muscular	120, 8, 5, 26

Diagnósticos	Respectivos nºs
distúrbio psiquiátrico, disúria, doença de Parkinson, dor abdominal	2, 16, 33, 1
dor pélvica, dor torácica, dorsalgia, DST, eczema, edema	133, 7, 57, 5, 3, 65
enfisema pulmonar, entorse, enxaqueca, epigastralgia, epilepsia, epistaxe	1, 6, 8, 124, 26, 14
erisipela, escabiose, esplenomegalia, esquistossomose, estomatite	5, 26, 1, 10, 1
etilismo, exantema, faringite, febre, febre reumática, ferimento	36, 8, 20, 246, 2, 198
fimose, fratura, furunculose, gânglio cervical, gastrite, gastroenterite	3, 23, 33, 1, 7, 3
gingivite, gota, gripe, halitose, hanseníase, hipertensão arterial severa	1, 1, 122, 1, 7, 501
hematoma, hemorragia, hemorróida, hepatite, hepatomegalia, hérnia	3, 4, 6, 1, 2, 18
herpes, hidrocele, hiperkeratose, hipercolesterolemia	7, 2, 1, 3
hipertensão pulmonar, hipertireoidismo, hiporexia, hipotireoidismo	2, 1, 40, 2
insuficiência cardíaca congestiva, impetigo, inapetência	12, 43, 10
infarto do miocárdio, infarto pulmonar, infecção genital, insônia	1, 1, 3, 26
intoxicação, insuficiência respiratória aguda, infecção do trato urinário	14, 2, 35
infecção nas vias aéreas superiores, labirintite, leishmaniose, leucopenia	229, 1, 2, 1
lombalgia, luxação, manchas, mastite, melena, menorragia	156, 1, 12, 1, 15, 1
mialgia, miíase, mioma, monilíase, náusea, nefrite, neurocisticercose	137, 2, 3, 2, 14, 2, 2
nevralgia, nódulo, obesidade, otalgia, otite, otorrêa, ovário policístico	1, 18, 7, 27, 22, 4, 2
pancreatite, paralisia de cordas vocais, parasitose intestinal, parestesia	1, 1, 657, 2
pielonefrite, plaquetopenia, pneumonia, polimenorréia, poliúria, prurido	1, 1, 5, 2, 2, 51
rinite, septicemia, sibilos, síndrome de Down, síndrome de cólon irritável	1, 1, 58, 1, 1
sinusite, sopro, surdez, taquicardia, tonteira, tosse, tensão pré-menstrual	17, 7, 3, 4, 76, 121, 1
traumatismo, tuberculose, tungniase, úlcera péptica, urticária, varizes	54, 1, 1, 5, 3, 9
vítilo e vômito	1, 113

Nos Municípios dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e da região do Norte de Minas o abastecimento com água potável é para pequena parcela da população e a rede de esgoto quando existe é lançada nos córregos e rios e os habitantes freqüentam esses cursos d'água. Isso se revela como causa da prevalência de algumas doenças. Há doenças típicas de países em desenvolvimento e agravos muito característicos de países desenvolvidos. Desse modo, ao tempo em que são prevalentes as doenças crônico-degenerativas, aumenta a morbimortalidade decorrente da violência, especialmente dos homicídios e dos acidentes de trânsito. Como complicador do sistema reaparecem doenças como a cólera, a dengue, a malária, a leishmaniose e as doenças sexualmente transmissíveis. Os resultados podem ser referenciados como econômicos, sociais e pedagógicos. Destacam-se como resultados econômicos, para o Poder Público, a eliminação dos desperdícios e a manutenção da qualidade dos medicamentos obtidos com a organização do armazenamento e da dispensação e com o treinamento e capacitação de pessoal para executar atividades básicas de assistência farmacêutica; resultados sociais são evidenciados com a organização ampla da assistência farmacêutica que contribuiu para a assistência à saúde; proporcionou maior acesso da população ao tratamento medicamentoso; conscientizou a população para o uso correto de medicamentos e o descarte dos que atingirem o prazo de validade

ou que estiverem fisicamente alterados; disponibilizou um atendimento com dignidade, em que o paciente se assenta para receber os medicamentos e orientação sobre o seu uso e eliminou-se o atendimento através da janelinha onde os pacientes, de posse de prescrição médica, permaneciam de pé, no sol ou na chuva, para receberem os medicamentos, sem nenhuma orientação para sua utilização; contribuiu para melhoria da qualidade de vida da população e assegurou tratamento aos hipertensos, aos diabéticos, aos com distúrbios mentais, aos hansenianos, aos tuberculosos e aos aidéticos para manterem uma vida saudável; os resultados pedagógicos foram obtidos com a participação dos alunos no Internato Rural de Farmácia onde vivenciaram a realidade da assistência farmacêutica nos Municípios; planejaram e executaram mudanças para melhorar as condições de armazenamento, de dispensação e de atendimento aos pacientes; conscientizaram a população para o uso correto de medicamentos e descarte dos medicamentos vencidos ou deteriorados, de modo a proteger o meio ambiente; conviveram intensamente com as comunidades; treinaram e capacitaram pessoal para exercer as atividades básicas de assistência farmacêutica e sentiram a atuação política das autoridades municipais. Essa participação contribuiu para a formação de profissionais com habilidades para desenvolver a assistência farmacêutica, numa visão ampla e cidadã, com responsabilidade social.

Conclusões

Os objetivos pretendidos com o Internato Rural de Farmácia foram atingidos plenamente. Os habitantes dos Municípios visitados foram muito beneficiados com a organização da assistência farmacêutica. A atuação dos alunos foi decisiva para que os secretários municipais de saúde pudessem cumprir suas responsabilidades definidas na Política Nacional de Medicamentos. Todos os alunos que participaram do Internato Rural de Farmácia o recomendam aos colegas.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Portaria* nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Brasília, DF: n. 25. jul. 2001. 39 p. (Política Nacional de Medicamentos: série C).

PEREIRA, A. B.; MOURA, C. P. G. de; RESENDE, L. C. Internato rural rede descentralizada SUS/MG assistência farmacêutica. Belo Horizonte: UFMG-FAFAR, 2003. 155 p. (Relatório; 149).

- **Programa de extensão interdisciplinar da Universidade Federal de São Paulo no Município de Cananéia/SP**

Luciana Garbelini Sanches, Graduanda do 3º ano de Medicina

Ricardo Nielsen Rodriguez, Graduando do 3º ano de Medicina

Carolina Jacomini do Carmo, Graduanda do 4º ano de Enfermagem

Ligia Cristina, Graduanda do 2º ano de Enfermagem

Marcelo Mendes Souza Câmara, Graduando do 4º ano de Enfermagem

Universidade Federal de São Paulo e Diretório Central dos Estudantes

Resumo

Este é um programa criado e implementado por alunos de graduação, visando à melhoria de saúde e vida da população de Ariri/ Marujá/ Mandirá/ Cananéia, possibilitar aos graduandos experiências de trabalho interdisciplinar em desenvolvimento comunitário e estimular uma atuação cidadã do profissional de saúde. Partimos do pressuposto paradigmático de que o ato de educar acima de tudo deve ser dialógico, entre sujeitos, e requer uma ação transformadora sobre a realidade posta, sendo uma ação criativa. Acreditamos que saúde é “o contínuo agir do homem frente ao universo físico, mental e social em que vive, sem regatear um só esforço para modificar, transformar e recriar aquilo que deve ser mudado” (FERRARA, 1976). Os estudantes, a partir de atividades artísticas e espontâneas, procuram discutir e organizar atividades com os diversos grupos da comunidade, como a cooperativa de trabalho, práticas de educação e promoção em saúde, resgate histórico da comunidade, qualificação de agentes comunitários, estudo de plantas medicinais, entre outros projetos. É um projeto de longo prazo, e como produtos desta parceria com a comunidade temos conseguido implementar projetos para a melhoria da qualidade de vida da população e permitir um maior exercício da cidadania dos mesmos e dos universitários.

Palavras-chave: promoção em saúde, interdisciplinaridade

Introdução e objetivos

Em 1997 um grupo de alunos dos Cursos de Medicina, Biomedicina, Enfermagem e Fonoaudiologia se propuseram a organizar um projeto que privilegiasse experiências em atividades comunitárias, de caráter interdisciplinar, que permitisse a compreensão da dinâmica do processo saúde-doença e permitisse um papel ativo do estudante de saúde na sociedade. Acreditando que na atuação/trabalho em saúde é “possível de entendê-lo e relativamente efetivá-lo como instrumento de realização social e pessoal, tornando-se componente essencial de qualquer projeto de cidadania” (DEMO), por meio de uma atuação do profissional de saúde na promoção dos direitos humanos e de busca de uma transformação social, passaram a procurar um Município para operacionalizar tal ensejo de prática.

Por meio de contatos com a Prefeitura do Município de Cananéia foram realizadas algumas visitas a este Município, para realização de um diagnóstico preliminar. Após a primeira visita o grupo ficou muito impressionado com a beleza do local e a profunda influência do meio ambiente na vida das pessoas, pelas condições de vida da população e o defasado sistema de saúde local.

Munidos com estes indicadores, os graduandos redigiram um documento com linhas gerais para elaboração de um projeto de extensão, o qual foi apresentado, discutido e aprovado no Conselho de Extensão da Universidade, e a partir de então passou a contar com a participação de docentes dos Departamentos de Enfermagem e Medicina Preventiva. Desta iniciativa foi assinado um convênio entre a Universidade e a Prefeitura Municipal de Cananéia, com vigência de 5 anos.

No período de 02 a 04 de julho de 1999 foi realizada a primeira atividade no bairro de Ariri/Cananéia. O projeto inicial deu origem ao Programa de Extensão Interdisciplinar da Unifesp no Município de Cananéia, e conta com a participação atual de cerca de 30 graduandos dos Cursos de Medicina, Enfermagem, Biomedicina e Fonoaudiologia, um docente, que há 5 anos desenvolvem projetos de educação e promoção de saúde no distrito de Ariri, 2 anos em Marujá e recentemente ampliou suas atividades ao bairro do Mandira, todos localizados em Cananéia.

O Município de Cananéia

Estes foram os dados levantados no primeiro levantamento realizado no Município e baseados nos quais o escolhemos para desenvolver o projeto.

O Município localiza-se no Vale do Ribeira, a 230 km da capital, e conta com dois distritos: Ariri e Cananéia. Possui área de cerca de 1.200 km² e é composto de parte continental e parte insular. A totalidade do Município está incluída em área de proteção ambiental vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal e Ibama, e está localizado no Mapa da Fome do Governo Federal. A população total do Município é de 10.144 habitantes, estando dividida no distrito de Ariri (646 habitantes) e de Cananéia (9.498 habitantes) (IBGE, 1991). Cerca de 79% dos habitantes se concentram na zona urbana e 21% se distribuem de maneira dispersiva, agrupando-se em pequenas vilas, tanto na zona rural como insular. Há também cerca de 100 índios guaranis nos bairros de Rio Branco, Itapitangui e Ilha do Cardoso.

O saneamento básico é precário. No distrito de Cananéia 21,7% dos domicílios não são ligados à rede geral de água, 67,8% não são ligados à rede de esgoto, 21,9% não têm acesso a coleta de lixo. Em Ariri, 74,5% dos domicílios não têm acesso à rede de água, não existe rede de esgoto e nem coleta de lixo (IBGE, 1991).

A economia baseia-se na pesca artesanal e empresarial, e no turismo sazonal. O comércio é pequeno. Em Cananéia 60,3% dos chefes de família não tem renda ou recebem menos de 1,5 salários mínimos mensais, e 21,6% são analfabetos. Em Ariri, o percentual é de 86,3% para renda e 34,6% para analfabetismo (IBGE, 1991).

Quanto aos recursos de saúde, existem no Município cinco postos de saúde distribuídos na zona rural e urbana e uma unidade mista com 17 leitos na Ilha de Cananéia, área central do Município. O atendimento nos postos rurais é feito por agentes de saúde contratados pelo

Estado há mais de 15 anos, sem reciclagem. No ano de 2001 foi implantado o Programa de Saúde da Família. A taxa de mortalidade infantil era de 41,49/1000n.n.v.v. em 1997, numa linha crescente. A distribuição das causas de morte tem como principal grupo o das causas mal definidas, seguido por causas externas e aparelho circulatório.

Programa de extensão interdisciplinar em Cananéia

Para operacionalizar de forma teórica e prática o Programa Cananéia, tomamos como referencial de trabalho os paradigmas descritos a seguir. Estamos convencidos de que o ato de educar acima de tudo deve ser dialógico, entre sujeitos, e requer uma ação transformadora sobre a realidade posta. Cremos que cabe à universidade não a tarefa de adestramento, treinamento, pura e simplesmente, mas sim a dimensão participativa, onde COM a comunidade e não PARA ela, os universitários possam exercer o ato libertário da educação como prática da transformação social. A educação vista desta forma torna-se uma ação criativa, portanto não pode ser padronizada, é a criatividade dos sujeitos que oferecerá condições para a transformação (FREIRE, SHOR, 1986; FREIRE, 1997).

Nesta perspectiva, enquanto uma universidade da área da Saúde, adotamos o conceito de saúde proposto por Ferrara (1976), onde ela passa a ser compreendida como “o contínuo agir do homem frente ao universo físico, mental e social em que vive, sem regatear um só esforço para modificar, transformar e recriar aquilo que deve ser mudado”. Esta forma de pensar traz em si o compromisso do sujeito com sua saúde, cabendo ao profissional da saúde oferecer-lhe condições para que possa compreender o funcionamento do seu organismo e/ou de sua patologia para viabilizar tomadas de decisões sobre o que fazer com o seu corpo.

O corpo deixa de ser objeto de ação do profissional de saúde na medida em que o indivíduo passa a ser o sujeito da ação. Foucault (1988) salienta que é por meio do conhecimento do próprio corpo que o indivíduo adquire condições para resgate de sua cidadania. Nesta ótica visualizamos o trabalho do profissional e do universitário da área de saúde em atividades de extensão como aqueles que criam possibilidades para a produção e reconstrução de conhecimentos sobre o processo saúde-doença, buscando com a comunidade formas para intervir nos problemas de saúde sentidos e detectados, e que instrumentalizam os indivíduos para o exercício da cidadania.

Desta forma, partimos da premissa de que o trabalho comunitário implica no estabelecimento dos princípios de parceria, acolhimento, vínculo e controle social, e que trabalhar solidariamente significa fazer com a comunidade e não para ela. Para fundamentar a nossa práxis utilizamos o método do planejamento estratégico situacional (URIBE RIVERA, 1989).

Objetivos

- ampliar as atividades de extensão da universidade para além da região da Grande São Paulo, proporcionando experiências de natureza interdisciplinar de ensino, de assistência e de pesquisa para alunos dos cursos de graduação em parceria com a Prefeitura Municipal de Cananéia;

- conhecer as necessidades de saúde sentidas pelos agentes comunitários de saúde e usuários do setor saúde visando construir em parceria com estes sujeitos estratégias de ensino e assistência para a promoção de saúde, tendo em vista a melhoria da qualidade de saúde e vida da comunidade;
- capacitar graduandos para o desenvolvimento de trabalho comunitário, na perspectiva da área da saúde coletiva e do trabalho interdisciplinar, estimulando uma postura cidadã dos mesmos.

Metodologia

Para sua operacionalização foram adotadas as seguintes estratégias:

- cadastramento e seleção de alunos e professores interessados no programa;
- preparo da equipe para desenvolver as atividades previstas, abrangendo discussão sobre os paradigmas adotados que orientam as áreas de Educação e Saúde e procedimentos técnicos previstos para a execução das atividades;
- apresentação e discussão do programa envolvendo as Secretarias Municipais da Saúde, da Educação e da Promoção Social de Cananéia objetivando estabelecer uma parceria para seu desenvolvimento;
- definição da área territorial para desenvolvimento do trabalho da equipe: o distrito de Ariri, por indicação da Secretaria Municipal de Saúde;
- levantamento e sistematização das necessidades e problemas de saúde detectados, observados e sentidos pelos agentes diversos atores envolvidos no programa: representantes da comunidade, agentes comunitários de saúde, lideranças sociais e políticas do distrito de Ariri, universitários e professores. Essa etapa foi realizada por meio de uma reunião aberta à comunidade (julho/99);
- problematização e interpretação do cotidiano, escutando os ruídos que as necessidades e problemas colocados pelos diversos atores sociais envolvidos no programa apresentam, visando a uma explicação situacional (Momento Explicativo);
- classificação dos problemas por área e desenho de conteúdo propositivo do Plano de Ação de ensino e Assistência à Saúde (Momento Normativo);
- sistematização de um conjunto de procedimentos estruturados para viabilizar o plano, definindo prioridades de ação (Momento Estratégico);
- estabelecimento de um cronograma de trabalho definindo as responsabilidades de cada ator social para o desenvolvimento do plano (Momento Tático-Operacional);
- monitoramento contínuo da execução do programa por meio de reuniões periódicas entre os parceiros envolvidos para implementação de reajustes na sua operacionalização;
- a sistemática de trabalho da equipe universitária implica em uma reunião semanal para discussão técnica, administrativa e política sobre o desenvolvimento do programa. As decisões são coletivas. Os critérios e operacionalização de processo seletivo para inclusão de novos membros são definidos pelo próprio grupo.

Resultados e discussão

Após 5 anos de existência o programa conta com 14 projetos, alguns encerrados, outros em fase de avaliação, outros de implantação e/ou implementação de ações e outros ainda em fase de discussão com a comunidade. As atividades no Município ocorrem uma vez por mês, durante o fim de semana, na escola de Ariri e no núcleo do parque estadual da Ilha do Cardoso, em Marujá, e no Centro Comunitário em Mandira. Foram realizadas 38 viagens para Ariri/ Marujá/ Mandira/ Cananéia, no período de julho de 1999 a maio de 2004. O esquema da viagem é o seguinte: saída as sextas à noite de São Paulo, chegando na Ilha de Cananéia, no sábado pela manhã a equipe vai de barco para Ariri e Marujá e a equipe de Mandira vai de carro até o local, todo este percurso dura cerca de 7-8 horas. Vale ressaltar que todas as atividades desenvolvidas são idealizadas, planejadas e implementadas pelos estudantes, em parceria com a comunidade.

As atividades desenvolvidas são:

1. oficinas comunitárias sobre saúde em Ariri, Marujá e Mandira;
2. biblioteca comunitária;
3. jornal comunitário: estratégia do grupo de adolescentes femininas para integração das mesmas e discussão de temas, a professora local assumiu a responsabilidade pela elaboração da 1ª edição, mas infelizmente não foi possível a continuidade do mesmo por falta de discussão sobre aspectos éticos da divulgação da vida das pessoas da comunidade; este projeto depois ressurgiu com o grupo dos adultos e idosos como forma de divulgar a idéia do cooperativismo e democratizar as informações deste processo, e como forma de mobilizar a comunidade;
4. qualificação e requalificação profissional de agentes comunitários de saúde e lideranças comunitárias de Cananéia: este projeto foi uma demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Cananéia. Implicou na capacitação de recursos humanos para a área de saúde visando melhorar a assistência prestada nas comunidades (rural e insular), onde o acesso de profissionais de saúde de nível universitário não é diário. O objetivo foi o de introduzir e aprofundar temas relevantes e atualizados sobre questões teórico-práticas que compõem a área de Saúde Coletiva e visando à implementação de ações básicas de saúde em Cananéia. Realizou-se um curso no período de 02 a 06 de agosto de 2000 em Cananéia. Foi estruturado em seis módulos, sendo eles: Saúde Coletiva, Educação para a Saúde, Desenvolvimento Comunitário, Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde da Mulher, Saúde do Adulto e Idoso e Primeiros Socorros. Os módulos foram teórico-práticos, tendo como auxílio didático textos básicos, vídeo sobre a temática em pauta, e recorremos à relação entre o conteúdo desenvolvido e as experiências e vivências já acumuladas pelo próprio participante, e foi ministrado pelos alunos e docentes. Participaram além dos agentes comunitários algumas enfermeiras, auxiliares de enfermagem e médicos, com ótimos resultados, tanto para os universitários quanto participantes. Um novo curso foi realizado em abril de 2002, do qual participaram alguns agentes que tinham participado do primeiro curso e outros que não tinham, a maioria

integrante das equipes de PSF recém-formadas em Cananéia, foram retomados temas abordados no primeiro curso e alguns novos como a função do agente comunitário de saúde no PSF;

5. identificação do princípio ativo de algumas plantas medicinais usualmente utilizadas pela comunidade: os objetivos deste projeto são a valorização e resgate da cultura local e do uso de plantas medicinais; a partir de conversas com idosas de Ariri que tinham este conhecimento, foi feito um levantamento, coleta das plantas mais utilizadas e suas finalidades. Neste momento com o ingresso de uma nova agente de saúde comunitária pelo Programa Saúde da Família, que está interessada nesta área, este programa foi resgatado com uma horta comunitária feita por ela e jovens da comunidade;
6. caracterização das condições de vida e saúde da população: foram realizadas 74 visitas domiciliares com o objetivo de coletar dados sanitários, sociais e de saúde da comunidade de Ariri, aplicação de um questionário sobre a situação vacinal das crianças e idosos e uma campanha de diabetes e hipertensão; funcionam principalmente como forma de integração da equipe universitária com os moradores do local;
7. prática esportiva como estratégia para melhoria da qualidade de vida e instrumento de educação em saúde: programa implantado a partir de agosto de 2002, tendo por objetivo criar um ambiente mais propício e agradável para se falar de saúde, de modo que os adolescentes passem a assumir a responsabilidade por sua própria saúde e pelo desenvolvimento de hábitos saudáveis, sendo a equipe do projeto apenas intermediária entre esta busca, fornecendo informações e meios para tal. Temos conseguido uma boa adesão dos adolescentes a este projeto, tendo abordado os seguintes temas: questionário sobre hábitos alimentares, aferimento do peso e altura dos adolescentes, alimentação e esporte, alongamento esportivo;
8. oficinas de ginástica com idosos: iniciado em junho de 2003 tendo como objetivos melhorar o vínculo com as pessoas desta faixa etária, melhorar sua auto-estima e qualidade de vida, discutir as doenças mais frequentes nessa faixa etária e seu controle;
9. avaliação qualitativa: após 5 anos de atividade o grupo sente a necessidade de avaliar o impacto das atividades na comunidade e na formação dos estudantes. Assim, iniciaremos um resgate da história, paradigmas e objetivos do projeto, que será realizado durante as reuniões semanais, revisaremos os registros e relatórios feitos até o momento. E também estamos realizando um inquérito domiciliar em Ariri para avaliarmos a abrangência do projeto;
10. projeto de Integração Institucional para o Desenvolvimento das Comunidades de Ariri e Mandira (Projeto Ariman) ganhador do Prêmio Banco Real/UniSol em 2003, projeto realizado em parceria com a ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing.

4 Conclusões

Para os participantes deste projeto esta experiência tem sido extremamente rica e única em diversos aspectos, principalmente para a formação dos acadêmicos. Primeiramente por ter sido uma iniciativa dos próprios alunos, mais de 100 já participaram do projeto de todos os cursos da faculdade, pôde demonstrar que estes têm a capacidade e interesse em propor novas alternativas de atuação para a universidade e que desejam uma mudança no papel do profissional de saúde e de sua formação acadêmica.

Depois, devido ao fato que as decisões e organização das atividades são feitas de forma coletiva, e na maioria das vezes partem de iniciativas dos alunos, estes sendo responsáveis por implementá-las. Assim, cada estudante toma para si a responsabilidade do bom andamento do projeto. É importante ressaltar que é um trabalho voluntário e extracurricular.

A relação docente-aluno acaba se tornando de muito mais respeito e compreensão, podendo as diferenças serem discutidas abertamente. E esta mesma relação educativa que se dá com os universitários é trabalhada com a comunidade, então os discentes passam a ter a dupla preocupação tanto do papel de educador quanto de educando, e de valorização dos conhecimentos e experiências de cada participante (docente, comunidade e estudantes). Um exemplo da importância disto foi que o vínculo e parceria com os adolescentes só se estabeleceram após uma atividade quando estes foram mostrar a alguns universitários a mata da região, e neste momento perceberam o quanto sabiam das plantas e da região, e que os universitários desconheciam tudo isto, a partir de então perceberam que a relação era de troca, que eles tinham algo a ensinar e a aprender. Na verdade, o sentimento da equipe é que aprendemos com a comunidade muito mais do que ensinamos.

Associado a este modelo pedagógico, os paradigmas de educação e saúde estimulam o exercício livre e criativo de transformação social e humano, tanto dos universitários quanto da comunidade. Assim o trabalho profissional pode se tornar um “instrumento de realização social e pessoal, tornando-se componente essencial de qualquer projeto de cidadania” (DEMO, 2001). Pouco a pouco se consolida o papel social do estudante da área da saúde que neste projeto pôde ter noções e discussões ricas sobre educação, o sistema de saúde vigente em nosso país (SUS), sobre ética, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, economia e trabalho, antropologia, questões sociais e culturais entre outros. Também é uma das raras oportunidades no nosso meio acadêmico de trabalho em conjunto de estudantes dos diversos cursos da universidade, tanto de trabalho em grupo quanto de entendimento e comunicação das diversas profissões.

Quanto aos resultados deste trabalho, por se tratar de mudança de hábitos de vida, é um projeto de longo prazo e não acreditamos que virão na forma de números e mudança de coeficientes e índices, mas na qualidade das relações, o vínculo, por meio de depoimentos, desenhos e gestos. Detalhes que estamos tentando captar e organizar por meio de gravações, montagem de um livro ou exposições dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas. Temos encontrado um maior interesse da comunidade para se organizar, efetivo começo da vigilância à saúde — individual e coletiva; produzimos com a comunidade material didático para multiplicar o programa para outras pessoas e/ou grupos do Município, estabelecimento de vínculo e parceria da

comunidade. Nosso maior desejo é que a comunidade não precise de nossa presença, por isto tentamos ao máximo garantir a autonomia deles na resolução de seus problemas, e procuramos instrumentalizá-los para isto. Queremos com este projeto discutir também o conceito das atividades de extensão de nossa universidade, e provocar a reflexão sobre seus retornos para a sociedade.

Temos encontrado diversas dificuldades nestes 2 anos de atividades do nosso projeto de transformação social, como: nossa frequência mensal, que é insuficiente para manter um bom vínculo com as pessoas da comunidade; a falta de motivação dos agentes de saúde locais e professoras, que são potenciais líderes comunitários e muitas vezes perderam a confiança da comunidade e em seu trabalho; a falta de mobilização e organização social da comunidade por um histórico de tentativas de se organizar que não deram certo por falta de ética de outras iniciativas, e por alguns preconceitos locais; falta de experiência de alunos e docentes para lidar com algumas situações novas como a criação de uma cooperativa de trabalho; falta de comunicação e compreensão dos políticos locais que esperavam um trabalho mais assistencialista; por ser uma atividade extra-curricular algumas vezes fica em segundo plano na vida acadêmica; estranhamento dos discentes ao trabalharem com uma dinâmica libertadora; a dificuldade de financiamento que impossibilita a realização do número total de viagens programadas, interferindo na manutenção do vínculo com a comunidade, entre outros. Entretanto, o grupo tem mantido a crença em nossos pressupostos paradigmáticos, e tem encarado este desafio como um aprendizado único com a comunidade, que nunca poderia ser obtido dentro da universidade.

Por isso, podemos afirmar que conseguimos, enquanto grupo de graduandos e docentes, assegurar o caráter interdisciplinar preconizado pelo programa; manter vínculo e estabelecer parcerias com a comunidade no sentido de conhecer os problemas de saúde para buscar formas conjuntas de minimizá-los e construir um projeto que contribua para melhoria da qualidade de vida da população local, e estimulado uma postura profissional de transformação social.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. *Promoção de saúde: carta de Otawa, declaração de Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá*. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

CANANÉIA. Secretaria Municipal de Saúde. *Prontuários de atendimento da unidade mista de saúde de Cananéia*. Cananéia/SP: Secretaria Municipal de Saúde, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico, 1991*. São Paulo: Fundação IBGE, 1991.

_____. *Censo demográfico, 1996*. São Paulo: Fundação IBGE, 1996.

_____. *Censo demográfico, 1997*. São Paulo: Fundação IBGE, 1997.

DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. 6.ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. *Participação é conquista*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

- FERRARA, F. A. et al. *Medicina de la comunidad*. 2.ed. Buenos Aires: Intermédicas, 1976.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____; SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- URIBE RIVERA, FJ. *Planejamento e programação em saúde: um enfoque estratégico*. São Paulo: Cortez, 1989.

- **Grupo Ciclobrasil parceria UdesC/UFSC Santa Catarina, núcleo de extensão**

Giselle Noceti Ammon Xavier, Médica do Esporte. Coordenadora do Grupo. Professora. Mestre do Centro de Educação Física, Fisioterapia e Desportos – Cefid. Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc, Florianópolis, SC

Milton Carlos Della Giustina, Profissional de Educação Física. Especialista. Diretor da Associação dos Ciclousuários da Grande Florianópolis – Viaciclo, São José, SC

Markus Vinícius Nahas, Profissional de Educação Física. Professor Titular do Centro de Desportos. Núcleo de Pesquisas em Atividade Física e Saúde – Nupaf

Jeferson Coutinho de Sousa, Bolsista de Pesquisa do Grupo Ciclobrasil, Cefid

Karine Elmisan Zolet, Bolsista de Extensão do Grupo Ciclobrasil, Cefid

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Resumo

Apesar dos conhecimentos sobre a relação benéfica entre a atividade física regular e a saúde, ainda é pequeno o número de pessoas que se exercitam regularmente. Talvez erroneamente, a promoção da prática de atividades físicas tenha sido focada nas horas de lazer, ao passo que quando inseridas no dia-a-dia das pessoas, como o caminhar e o pedalar para ir ao trabalho ou fazer compras, elas tendem a se tornar parte da vida diária, havendo maior aderência. O trabalho do grupo Ciclobrasil, iniciado em 1997, tem como objetivo a promoção aos meios de transporte não-motorizados. A metodologia utilizada é a realização de atividades de extensão, parcerias com órgãos públicos, ONGs, e pesquisas. As parcerias com órgãos públicos permitem a realização de ações concretas e as parcerias com as ONGs favorecem a participação da comunidade interessada. Em Florianópolis e Blumenau encontrou-se em média 2% e 3% de deslocamentos diários realizados por bicicleta, respectivamente. Sem o devido incentivo e políticas

de transporte favoráveis, o caminhar e o pedalar são desencorajados. Os modos de transporte não motorizados devem ser incentivados devido à sua relação com a promoção da saúde coletiva, a preservação do meio ambiente e a inclusão social.

Palavras-chave: bicicleta, saúde coletiva, políticas de transporte

Introdução e objetivos

Apesar dos conhecimentos científicos estarem chegando a todas as camadas da população, e ser de domínio popular a relação benéfica existente entre a atividade física regular e a preservação da saúde e prevenção de doenças, ainda é pequeno o número de pessoas que se exercitam regularmente. Talvez erroneamente, a promoção da prática de atividades físicas tenha sido focada nas horas de lazer, ao passo que quando inseridas no dia-a-dia das pessoas, como o caminhar e o pedalar para ir ao trabalho ou fazer compras, elas tendem a se tornar parte da vida diária, havendo maior aderência. Os benefícios do pedalar e do caminhar como meio de transporte têm sido negligenciados, mais da metade das viagens diárias dos cidadãos são curtas e promovem uma excelente oportunidade para uma atividade física que é livre e acessível a todos (DORA, 1999). Porém, existe forte evidência da influência do desenho urbano, do tipo de ocupação do solo e da presença de infra-estrutura adequada, ou não, no número de deslocamentos não motorizados realizados por uma população. A proximidade e a conectividade (quanto ao trajeto entre origem e destino é direto ou interrompido) são citadas na literatura como os fatores que mais influenciam a escolha dos indivíduos. O ambiente viário adequado, isto é, ciclovias, ciclofaixas, passeios, faixas de pedestres, semáforos, redutores de velocidade, etc., devem ser oferecidos para estimular deslocamentos ativos (SAELEN; SALLIS; FRANK, 2003).

Promover a utilização da bicicleta como forma de transporte passou a ser uma das metas da Organização Mundial da Saúde. Tanto pela necessidade de redução de poluentes no ambiente das cidades, como pela promoção da saúde (e redução de gastos com tratamentos de doenças crônico-degenerativas) que a sua utilização como meio de transporte pode representar a médio e longo prazo (DORA, 1999).

No caso de países em desenvolvimento, pode-se, ainda, acrescentar sua imensa contribuição para reduzir os gastos do orçamento familiar com transporte e diminuir a distinção existente entre classes socioeconômicas, uma forma de promover a inclusão social. Estudos realizados pelo Ipea revelam que, em 2001, 34% da população brasileira viviam em famílias com renda inferior à linha de pobreza, o que correspondia a cerca de 55 milhões de habitantes. O acesso às oportunidades de emprego, aos locais de moradia e de oferta de muitos serviços essenciais depende das condições de transporte. Em outras palavras, os problemas de mobilidade podem ser, com frequência, agravantes da exclusão social e da pobreza (ITRANS, 2004).

Na América Latina, as cidades estão e continuam sendo planejadas para a utilização do veículo automotor, quando a maioria da população não tem recursos para a utilização do automóvel particular (e, muitas vezes, nem mesmo para o transporte público). Ciclovias e ciclofaixas (e calçadas, principalmente nas periferias) são quase inexistentes, mesmo quando existe

uso e demanda para esse tipo de infra-estrutura. Isso significa que a maioria dos investimentos que são feitos beneficia donos de automóveis, e geralmente os não usuários desse tipo de meio de locomoção não são considerados na tomada de decisão. A situação exacerba a distinção existente entre classes socioeconômicas. Os pobres caminham, pedalam ou conduzem veículos de tração animal e por isso são considerados “menos”. Para essas pessoas não existem outras opções de locomoção a serem escolhidas, eles são os chamados pedestres ou ciclistas cativos. As pessoas que têm opção são desestimuladas ao uso da bicicleta (ou de caminhar) pela falta de condições seguras e pela imagem de “pobreza” que é associada a esse modo de deslocamento não motorizado (XAVIER; CARABALLO, 2002).

A política de transportes urbanos, em particular a cicloviária, é essencial para estruturar soluções auto-sustentáveis para as áreas urbanas. A bicicleta até o presente momento não recebeu, em nosso país, o tratamento adequado ao papel que desempenha como meio de transporte nas áreas urbanas (BRASIL, 2001). Nas cidades que entenderam essa “mensagem”, principalmente no Norte Europeu, as bicicletas assumiram importante presença no sistema de transporte urbano. Realmente, devido a anos de apoio e investimento dos cidadãos e do Poder Público, as bicicletas hoje são responsáveis por 20 a 30% de todas as viagens em importantes cidades da Holanda, Dinamarca e Alemanha. Em muitas cidades da Ásia, esse percentual é ainda maior. Porém, sem o efetivo apoio do Poder Público as bicicletas são marginalizadas por interesses mais poderosos do setor de transportes (GARDNER, 1998).

Mobilidade ativa, saúde coletiva e políticas de transporte — A relação entre a atividade física regular e a promoção da saúde e prevenção de doenças está bastante evidenciada. A recomendação para adultos é de ao menos 30 minutos de atividades físicas diárias como forma de promoção da saúde em geral. Entretanto, há evidências de que, para muitos, 45-60 minutos diários de atividade física com intensidade moderada (50 a 75% do VO₂max) é necessário para prevenir a obesidade. Também é consenso que as pessoas que deixam de ser sedentárias e passam a fazer parte do grupo considerado moderadamente ativo são as que apresentam os maiores ganhos para a sua saúde. Para deixar de ser considerado sedentário e atingir a faixa dos moderadamente ativos, e assim reduzir os riscos de doenças crônico-degenerativas, um indivíduo deve gastar cerca de 1500 a 2500 kcal em atividades físicas semanais (DEPARTMENT OF HEALTH, 2004). O pedalar é uma das poucas formas de atividade física que pode ser praticada pela maioria da população como parte das suas atividades de vida cotidiana. Os estudos de Hendriksen et al (2000) demonstram ganhos de potência máxima (Wmax.) de 13% e de consumo máximo de oxigênio (VO₂max.) de 6% em indivíduos sedentários que passaram a pedalar 3 vezes por semana, com velocidades médias de 18 km/h e distâncias médias de 8,5 km. Como regra geral, para indivíduos sedentários, esses autores sugerem que seja orientado pedalar 6 km, em intensidade baixa a moderada (55 a 75% do VO₂max.), três vezes por semana para que ganhos em performance sejam observados e mantidos. Ressaltam, ainda, que a potência máxima é melhor parâmetro do que o consumo máximo de oxigênio para avaliarem-se ganhos em performance física nesse tipo de situação, estando menos sujeita a variações individuais.

O risco de acidentes é a maior barreira ao uso da bicicleta. Entretanto, estudos comparando o risco de acidentes e os benefícios cardiovasculares para uma população sedentária que passa a ser moderadamente ativa, para pessoas vivendo no Reino Unido, mostrou um benefício muito maior para o exercício. Mas esse benefício não se mantém em lugares onde o risco de acidentes é maior. Política de Transporte é, portanto, parcela e parceira da promoção ao uso da bicicleta (DORA, 1999).

Criado em 1997 como Projeto Pedala Floripa, parceria Udesc/UFSC, o grupo Ciclobrasil desenvolve extensão, capacitação e pesquisa relacionadas ao uso da bicicleta como transporte. Desde o começo das atividades ficou evidente a necessidade de interface com os setores de transporte, trânsito, educação, meio ambiente e desenvolvimento social, entre outros que poderiam ser citados.

O trabalho do grupo Ciclobrasil tem como objetivo a promoção aos meios de transporte não-motorizados apresentando como justificativa a sua forte relação com a promoção da saúde, a preservação do meio ambiente e a inclusão social.

Metodologia

Atividades de extensão

- parcerias com órgãos públicos, ONGs nacionais e internacionais;
- pesquisas sobre deslocamento.

Resultados e discussão

- os resultados de ações do núcleo de extensão, capacitação e pesquisa se confundem com as próprias atividades. Ressaltam-se, a seguir, ações consideradas relevantes e seus resultados.

Atividades de extensão

Podem ser considerados resultados as próprias atividades de extensão, pois que cada evento realizado atinge uma parcela do público que fica sensibilizada e mais favorável a desenvolver ações em prol dos deslocamentos não-motorizados. Desde 1997 se realizam eventos técnicos e eventos com a comunidade.

Nível municipal

Eventos comunitários regulares: Passeio Ciclístico, Clínica da Bicicleta, Ciclovias de Domingo, Semana da Bicicleta, participação no Lazer Ativo do Sesi, entre outros. Nesses eventos desenvolveu-se atividades educativas relacionadas à saúde e de incentivo ao cumprimento do CTB – Código de Trânsito Brasileiro. Como resultado, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis editou manual para os ciclistas, contratou consultor (indicado pelo grupo) que elaborou os projetos dos estacionamentos de bicicletas (bicicletários) nos terminais de integração de transporte coletivo, bem como a ciclovias de conexão com os mesmos, além de elaborar o projeto “Ciclovias, Rotas Inteligentes” que estabelece rotas do sistema ciclovitário. Também,

através de indicação do grupo, a prefeitura foi incluída no projeto “Integração da Bicicleta no Tráfego das Cidades de Porte Médio da América Latina” do programa URB-AL, entre outros. Merece destaque, ainda, a participação do grupo na tramitação da Lei Complementar nº 078/2001, que dispõe sobre o sistema cicloviário e dá outras providências. O resultado foi a aprovação da lei pela prefeitura de Florianópolis. Eventos técnicos: 1º Encontro Técnico sobre o Sistema Cicloviário de Florianópolis, Encontro Técnico sobre o Sistema Cicloviário da Grande Florianópolis: Integração São José/Florianópolis e Continente-Ilha para pedestres e ciclistas.

Nível estadual

I Encontro Catarinense por uma Política Cicloviária e celebração do convênio da Udesc com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM e a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras – STO, para o desenvolvimento de estudos e projetos sobre os deslocamentos não motorizados, em especial aqueles realizados por bicicletas. Pode ser considerado resultado dessa ação a presença do governador no evento, e a própria assinatura do termo de compromisso entre as instituições. Ainda na vigência do convênio aconteceu o lançamento do Programa Cidades Amigas da Bicicleta CAB. Esse programa vem se desenvolvendo até os dias de hoje e já influenciou vários líderes políticos e técnicos municipais. Foram realizados seminários regionais do programa CAB, contando-se com a presença de técnicos das prefeituras de São José, Florianópolis, Guaratuba, Timbó, Pomerode, Blumenau, Gaspar; representantes das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional de São José (18ª SDR) e Blumenau (15ª SDR) e representante da Secretaria de Estado da Infra-estrutura. A presença dos técnicos e líderes políticos pode ser considerada resultado positivo das iniciativas. Assim como a participação de membros das ONGs representantes dos usuários das bicicletas. Apenas para enfatizar, como desdobramento do seminário acima referido, o grupo Ciclobrasil foi convidado a proferir palestra com o título “A Bicicleta como Transporte” no Fórum da Cidade de São José, que fez parte da etapa local do Fórum das Cidades do Ministério das Cidades. Quando se fala de mudanças de um paradigma de cultura ao automóvel, o simples fato de participar em um evento junto com os planejadores urbanos (aqueles que planejam para os motorizados) já é considerado um resultado muito positivo. A atividade estadual de expressão mais recentemente desenvolvida é a parceria com o atual governo do Estado na criação do Programa Plataforma Catarinense de Mobilidade Sustentável, proposta que tem um enfoque mais abrangente do que as iniciativas anteriores, merecendo destaque a campanha internacional Car Free Day que consiste em uma série de atividades que visam encorajar o desenvolvimento de novos padrões de mobilidade humana; a organização e realização anual da Conferência Catarinense de Mobilidade Sustentável, sendo que a primeira foi realizada em 22 e 23 de Julho de 2004 em Florianópolis; continuidade ao Programa Cidades Amigas da Bicicleta, com a realização de Seminários Regionais e do PAM – Plano de Apoio Municipal, capacitação de técnicos e planejadores municipais; realização da pesquisa-ação Rotas Seguras para a Escola. A aceitação da proposta de continuidade das atividades iniciadas com o governo estadual anterior, e o desenvolvimento da plataforma já pode ser considerado per se um resultado positivo.

Nível Nacional

A convite do Ministério das Cidades o grupo Ciclobrasil participou das reuniões que tiveram como objetivo obter subsídios para elaboração e implementação do “Programa Brasileiro de Desenvolvimento Cicloviário”, realizadas pela Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, realizadas em 25 de novembro de 2003 e 19 de maio de 2004. O simples convite para participar e apresentar tema no evento já pode ser considerado como resultado positivo direto das atividades do grupo.

Nível Internacional

O grupo participa de dois programas internacionais: Locomotives e World Carfree Network. Além disso, o grupo representa o International Forum for Rural Transport and Development no Brasil. Juntamente com parceiros internacionais, o grupo apresentou em Seminário de Mobilidade, realizado em Manágua/Nicarágua, em fevereiro de 2004, a proposta de criação do SUSTRAN América Latina, entidade que pretende ser parceira do SUSTRAN ASIA e SUSTRAN ÁFRICA, que gerenciam recursos e coordenam ações favoráveis aos transportes não-motorizados e transporte coletivo. O fato de o grupo ter sido aprovado para participar dos referidos programas e receber recursos para o desenvolvimento de algumas ações é considerado resultado favorável também.

Parcerias com órgãos públicos, ONGs nacionais e internacionais

As parcerias com órgãos públicos permitem a realização de ações concretas e as parcerias com as ONGs permitem a participação da comunidade interessada. Em nível municipal e estadual, várias ações vêm sendo desenvolvidas em parceria com a Viaciclo – Associação dos Ciclousuários da Região da Grande Florianópolis e ABC – Associação Blumenauense Pró-Ciclovias. As Prefeituras de Florianópolis e Blumenau e o governo do Estado merecem destaque pela parceria nas iniciativas. Em nível internacional, o grupo tem parceria com I-ce, Interface for Cycling Expertise (www.cycling.nl); IFRTD, International Forum for Rural Transport and Development (www.ifrtd.org), World Carfree Network (www.worldcarfree.net) e ITDP, Institute for Transport and Development Policy (www.itdp.org). Todas as parcerias podem ser consideradas resultados positivos das atividades desenvolvidas, pois representam o reconhecimento de que os esforços do grupo merecem apoio.

Pesquisas sobre deslocamento

Dois Municípios realizaram pesquisas buscando saber o número de deslocamentos por bicicleta em diferentes pontos da cidade no ano de 2002: em Florianópolis (pesquisa IPUF com parceria do grupo Ciclobrasil e Viaciclo) encontraram-se em média 2% de deslocamentos diários realizados por esse modal de transporte e em Blumenau (pesquisa IPPUB/ABC) encontrou-se em média 3% de deslocamentos.

Observando localidades com estudos semelhantes, pode-se dizer que este número está muito próximo de uma realidade nacional (MIRANDA, 2003).

Na maioria dos países ocidentais houve redução das atividades físicas como parte da rotina da vida diária das pessoas e um aumento pequeno na proporção de atividades físicas como lazer quando comparados a 20 ou 30 anos passados. Nos últimos 25 anos andar e pedalar declinaram em 26% no Reino Unido. A redução total dos níveis de atividades físicas reflete, em parte, outras mudanças que ocorreram na sociedade como a redução no número de atividades manuais no trabalho e nas tarefas do lar (DEPARTMENT OF HEALTH, 2004).

Pesquisa com escolares em Florianópolis

A amostra foi composta por estudantes (n = 341) de ensino fundamental e médio da rede pública e particular, matriculados de 5ª a 8ª série, dos bairros de Coqueiros e Abraão. Os resultados dos questionários sobre o tipo de deslocamento dos escolares no percurso casa/escola/casa demonstraram que 62% realizam o trajeto a pé, 18% de ônibus, 17% de automóvel e 1,5% de bicicleta — 58% dos escolares informaram que possuíam bicicleta. Sobre a preferência do modal de transporte para o percurso, 37% preferiram automóvel; 28% caminhar; 16% ônibus, 14% bicicleta e 5% moto.

Estudos realizados com 80.000 mil escolares no Reino Unido, de 1999 a 2004, revelam que em média 46% caminham, 3% pedalam, 10% são conduzidos por ônibus escolar, 6% por ônibus, 35% por carro e 1% outros. Nas faixas etárias correspondentes ao estudo em questão (5ª a 8ª série — ensino fundamental), os dados britânicos mostram que 42% caminham, 3,5% pedalam, 16% são conduzidos por ônibus escolar, 10% por ônibus, 26% por carro e 1% outros. Ainda, 23% referem que desejariam ir para a escola pedalando (YOUNGTRANSNET, 2004).

Embora as realidades sejam distintas, observa-se que a utilização da bicicleta por escolares é pequena, sendo que o desejo de utilizar a bicicleta muito maior que sua utilização, reflete, em ambos os casos, a demanda reprimida de crianças que poderiam praticar atividades físicas diariamente, como parte das suas atividades da vida cotidiana.

O menor nível de atividade física e o aumento da obesidade infantil têm levado os profissionais de saúde a considerar o caminhar e o pedalar para ir à escola como importante oportunidade de se incorporar atividades físicas na vida diária dos escolares. Mas, o trânsito intenso de motorizados e a falta de equipamentos de infra-estrutura viária para a segurança e o conforto de pedestres e ciclistas desestimulam os escolares a perfazer o trajeto casa/escola/casa caminhando ou pedalando. Para crianças e jovens, um total de 60 minutos diários de atividades físicas a intensidades moderadas é o recomendado e, em pelo menos 2 dias da semana, esta deve incluir atividades para melhorar a saúde óssea (atividades que produzem stress nos ossos), a força e a flexibilidade (DEPARTMENT OF HEALTH, 2004).

Pesquisa na travessia da ponte Pedro Ivo Campos

Única ligação entre continente e ilha de Florianópolis para pedestres e ciclistas, considerada um local perigoso (insegurança social) pela maioria dos habitantes de Florianópolis. A pesquisa faz parte das iniciativas de extensão do grupo Ciclobrasil, que identificou a travessia da ponte como um dos obstáculos aos deslocamentos em direção ao centro. A contagem

volumétrica na travessia da ponte Pedro Ivo Campos demonstrou uma média de 1.163 deslocamentos: pedestres: 632 (55%), ciclistas: 531 (45%). Ressalta-se que em 2000 foi realizada a mesma pesquisa. Na época, a única ligação entre ilha e continente era a ponte Colombo Salles. Dos 955 deslocamentos contados naquela ocasião, somente 30% era de usuários de bicicleta. O aumento do percentual de deslocamentos (para 45%) sugere relação com a troca do acesso de escadarias (Colombo Salles) para rampas (Pedro Ivo Campos), no entanto, como não há estatísticas sobre o número total de usuários da bicicleta, não se pode afirmar com certeza. Também foi realizada entrevista, cuja amostra foi intencional, participando aqueles que realizavam a travessia e que se dispuseram a responder. O total de entrevistas concedidas foi de 506. Os bairros mais citados como origem e destino dos deslocamentos foram Centro, Coqueiros e Estreito. A média dos deslocamentos foi de 7,4 km, porém moda e mediana foram de 4 km (desvio padrão de 6,3). Observa-se que quase 60% dos deslocamentos são para cumprir distâncias de até 5 km. Se somados ao segundo grupo, de 6 a 10 km, teremos 84% dos deslocamentos para cumprir distâncias de até 10 km. Encontrou-se que 59,1% dos entrevistados estavam realizando a travessia da ponte naquele momento por motivo de trabalho; 17,4% por lazer; 13,6% exercício; 6,3% estudo; compras 2,6% e pescaria 1%. Encontrou-se que: 33,0% a realizam até três dias por semana; 29,6% realizam a travessia da ponte 4 a 5 dias por semana; 26,7% de 6 a 7 dias por semana; enquanto 3,6% a faziam pela primeira vez.

Estudos de Miranda (2003), com ciclistas de São Paulo, Santo André, Florianópolis e Piracicaba revelaram que a maioria dos ciclistas estava realizando viagem com mais de 5 km. Foram encontrados muitos ciclistas fazendo viagens com duração superior a 1h 30min, com destino ao emprego, permitindo dizer que circulam mais de 3h/dia para ir e voltar ao trabalho.

Quanto às razões para uso da bicicleta “economia”, seguida da “flexibilidade do horário” foram os maiores destaques. Não se deve relevar, porém, o número de respostas concedidas como “o transporte coletivo não satisfaz”. Está claro que não somente o custo do transporte conduz o usuário da bicicleta à escolha deste modal, mas também o fato de as redes de transportes atuais implicarem no pagamento de duas tarifas para atingir o seu destino.

Conclusões

Por meio de ações de extensão, parceria e pesquisa, sejam elas comunitárias, políticas ou técnicas, conclui-se que o grupo está contribuindo para (i) aumentar a consciência sobre efeitos indesejáveis da indiscriminada utilização do automóvel particular; (ii) aumentar o uso do transporte público; (iii) criar uma atitude favorável aos deslocamentos não motorizados; (iv) promover o caminhar e o pedalar nos setores de saúde, educação, transporte e trânsito; (v) estimular o planejamento espacial e territorial para deslocamentos não motorizados; (vi) aumentar os deslocamentos a pé; (vii) aumentar os deslocamentos por bicicleta; (viii) reduzir os acidentes envolvendo pedestres e ciclistas; (ix) estimular destinação de orçamento do setor transporte para projetos e obras de infra-estrutura para não-motorizados; (x) fomentar implementação de melhorias de infra-estrutura que favoreçam os deslocamentos por bicicleta, a pé e das pessoas com necessidades especiais de mobilidade.

Existe a necessidade de conscientizar políticos, prefeitos, técnicos e a população em geral sobre os efeitos indesejáveis das atuais políticas de transporte. O público e os líderes políticos devem ser informados sobre as consequências das escolhas de locomoção dos indivíduos e das políticas de transporte e de planejamento do espaço urbano. Políticas de transporte apresentam importantes consequências à saúde através de seus efeitos diretos ou sua capacidade de criar (ou não) ambientes seguros para os deslocamentos a pé e por bicicleta. Sem o devido incentivo e investimento em infra-estrutura por parte do Poder Público, o caminhar e a utilização da bicicleta como forma de transporte são desencorajados devido ao tráfego de motorizados. Os profissionais de saúde têm o importante papel de reivindicar ambientes viários mais apropriados e convidativos ao caminhar e ao pedalar, pois desta forma promove-se a saúde, ao mesmo tempo em que se preserva o meio ambiente e se estimula a inclusão social e o respeito ao ser humano (independente do veículo que ele dirige!).

Referências bibliográficas

BRASIL. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. *Manual de planejamento cicloviário*. 3. ed. Brasília, DF: GEIPOT, dez. 2001.

DORA, C. A different route to health: implications of transport policies. *British Medical Journal*, n. 318, p. 1686-1689, 1999.

GARDNER, G. When cities take bicycles seriously. *World Watch Magazine*, n. 115, p. 16-22, 1998.

HENDRIKSEN, I. J. M. et al. Effect of commuter cycling on physical performance of male and female employees. *Medicine and Science in Sports and Exercise*, v. 32, n. 2, p. 504-510, 2000.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E INFORMAÇÃO EM TRANSPORTE. *Mobilidade e pobreza*. [s.l.]: ITRANS, 2004. Disponível em: <www.itrans.org.br>. Acesso em: 11 Jun. 2004.

MIRANDA, A. C. Comparativos de demandas cicloviárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TRANSPORTE E TRNSITO, 14, Vitória, 2003. *Anais*. Vitória, ES:2003.

SAELENS, B. E.; SALLIS, J. F; FRANK, L.D. Environmental correlates of walking and cycling: findings from the transportation, urban design, and planning literatures. *Anal of Behavioral Medicine*, v. 25, n. 2, p. 80-91, 2003.

UNITED KINGDOM. Department of Health. *At least five a week: evidence on the impact of physical activity and its relationship to health; a report from the Chief Medical Officer* 2004. London: Department of Health, 2004. Disponível em: <<http://www.dh.gov.uk/assetRoot/04/08/09/81/04080981.pdf>>. Acesso em: 11 Jun. 2004.

XAVIER, G. N. A; CARABALLO, J. Ciudades amigas de la bicicleta de América Latina (Bicycle Friendly Cities of Latin America). *ICSSPE Bulletin*, n. 36, p. 28-32, Sept., 2002.

YOUNGTRANSNET. *Journeys to School*. Disponível em: <www.youngtransnet.org.uk>. Acesso em: 11 Jun. 2004.

- Afetividade e sexualidade na adolescência – a experiência da construção de uma oficina

Rebeca dos Santos Duarte Rosa, Enfermeira Mestre. Professora da PUC Minas

Renata Lara Guimarães, Acadêmica de Enfermagem

Janaína Silva Baeta Neves, Acadêmica de Enfermagem

Elisa Nunes Figueiredo, Acadêmica de Enfermagem

Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas. Escola de Enfermagem PUC Minas. CDM/AVSI

Resumo

A adolescência é a faixa etária entre 10 e 19 anos, período da vida caracterizado por intenso crescimento e desenvolvimento que se manifesta por transformações anatômicas, fisiológicas, psicológicas e sociais, exigindo dos profissionais de saúde a realização de atividades constantes para promoção da saúde. Este projeto visa descrever a realização de uma oficina sobre afetividade e sexualidade na adolescência. Foram realizados quatorze encontros, em 2 bairros de Nova Contagem, duas vezes por semana com 3 horas de duração no período de agosto a novembro de 2002. Participaram 46 adolescentes de ambos os sexos, de alta vulnerabilidade social, divididos em dois grupos, sendo cada grupo conduzido por estudantes dos Cursos de Enfermagem e de Psicologia da PUC Minas. A discussão de temas vinculados à auto-estima e sexualidade despertou grande interesse entre os adolescentes. Vários deles tornaram-se multiplicadores, levando discussões para salas de aula e grupos de igreja. Apesar das várias informações veiculadas sobre estes temas, percebeu-se uma carência de informações seguras e necessidade de desmistificar diversos conceitos que ainda predominavam entre os adolescentes. A realização deste trabalho possibilitou aos alunos, não só a aplicação do conhecimento técnico-científico aprendido na escola, como também, uma reflexão e mudança de atitudes em suas vidas pessoais.

Palavras-chave: adolescência, sexualidade, saúde

Introdução

A adolescência é, segundo o Ministério da Saúde, a “faixa etária entre 10 e 19 anos, período da vida caracterizado por intenso crescimento e desenvolvimento, que se manifesta por transformações anatômicas, fisiológicas, psicológicas e sociais” (BRASIL, 2001).

Dados do censo de 1991 mostram que esta faixa etária corresponde a 21,84% da população do país. Sua vulnerabilidade aos agravos de saúde, bem como as questões econômicas e sociais, nas suas vertentes de educação, cultura, trabalho, justiça, esporte, lazer e outros, determinam a necessidade de atenção mais específica e abrangente.

Assim, o Ministério da Saúde define, como prioritárias, as áreas de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento; sexualidade; saúde bucal; saúde mental e saúde reprodutiva

onde devem ser trabalhadas questões como gravidez precoce e não desejada, falta de conhecimentos ou uso indevido de métodos contraceptivos, aborto, vitimização, doenças sexualmente transmissíveis (DST's e AIDS), traumas psico-sociais, e complicações da gravidez, parto e puerpério. Dentre as estratégias previstas para o atendimento destas áreas prioritárias encontram-se os fóruns de debates e a participação dos adolescentes em ações educativas. A universidade, através dos projetos de extensão, tem se tornado uma grande aliada na viabilização destas políticas públicas.

Assim, “A EXTENSÃO deve ser entendida como prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes” (MEC, 2001)

Este projeto foi uma parceria com uma Organização não Governamental (ONG) denominada CDM/AVSI, e faz parte das atividades desenvolvidas pelo Programa Serviço Civil Voluntário – SCV, coordenado por aquela instituição. Cabe a esta ONG a seleção dos adolescentes participantes, a distribuição da bolsa de incentivo para participação, a negociação do espaço físico para realização das atividades além da coordenação geral de todas as atividades desenvolvidas.

Objetivo

Descrever a realização de uma oficina onde se discutiu questões relacionados a sexualidade e afetividade na adolescência despertando para a importância de cuidar do seu corpo como forma de promoção da saúde.

Metodologia

Para a realização das atividades, coube à equipe de alunos uma carga horária de 40 horas que foram distribuídas em dois encontros semanais com 3 horas de duração, sempre às segundas e quintas-feiras no turno da tarde, no período de agosto a novembro de 2002. Foram selecionados 12 alunos para participarem do projeto, sendo 8 alunos do Curso de Enfermagem e 4 do Curso de Psicologia da PUC Minas. Destes, 9 eram do sexo feminino e 3 do sexo masculino e todos já haviam cursado pelo menos até o 4º período do seu curso e apenas uma aluna havia participado do projeto no semestre anterior.

Os alunos foram então divididos em trios, sendo que cada trio era composto por 2 alunos da Enfermagem e um da Psicologia, e com um homem por trio. Cada dupla de trio acompanhou um grupo diferente de adolescentes e cada trio tinha um encontro semanal em dia fixo. A forma de vinculação dos alunos ao projeto era voluntária, exigindo uma dedicação de 10 horas por semana, divididas entre a discussão/elaboração da atividade, a confecção de material didático e a realização das atividades em campo. Assim, para elaboração da proposta a ser desenvolvida foram realizados encontros de orientação semanais, com cerca de 3 horas de duração, durante todo o processo.

Foram realizados 14 encontros com os adolescentes, assim distribuídos: 1º Encontro: Construindo a Oficina – Acordo de Convivência; 2º Encontro: Relação de Gênero; 3º Encontro: O Corpo Humano; 4º Encontro: Métodos Anticoncepcionais; 5º Encontro: Discutindo Valores Éticos – Respeito; 6º Encontro: Transando com Saúde – DST/AIDS; 7º Encontro: Visita à PUC; 8º Encontro: Fatores Protetores e Fatores de Risco; 9º Encontro: Desafios da Paternidade e Maternidade; 10º Encontro: Discutindo Valores Éticos: Cooperação; 11º Encontro: Conhecendo os Serviços de Saúde da Região; 12º Encontro: Avaliando o Conteúdo: ZIG-ZAIDS; 13º Encontro: Avaliando a Oficina; 14º Encontro: Como Eu Cheguei, Como Estou Saindo.

Partimos de alguns pressupostos para a realização deste trabalho, sendo estes: a informação é de extrema importância, mas isoladamente não é capaz de mudar comportamento; é necessário sensibilizar os adolescentes para esta mudança; a auto estima deveria ser sempre priorizada, pois acreditamos que “se eu me gosto, eu cuido de mim”; o acesso a cultura e atividades lúdicas são restritos a esta população e são de suma importância na construção da cidadania.

Sujeitos do estudo

Para participar deste programa, os adolescentes selecionados seguiam os critérios estabelecidos pelo Programa Serviço Civil Voluntário, ou seja, eram maiores de 18 e menores de 19 anos e 11 meses de idade, não estavam matriculados nas escolas e pertenciam a uma população de alta vulnerabilidade social. Assim, foram selecionados 46 adolescentes de ambos os sexos, sendo no entanto, a maioria do sexo masculino, moradores dos bairros Ipê Amarelo e Darcy Ribeiro, região de Nova Contagem, periferia da grande Belo Horizonte. Estes adolescentes foram divididos em 2 grupos de 23 alocados conforme o bairro de origem.

Cenário do estudo

Os encontros foram realizados em espaços cedidos pela comunidade. No bairro Ipê Amarelo estes aconteciam em um Centro de Capacitação para Jovens e no bairro Darcy Ribeiro no salão da Associação Comunitária. É importante ressaltar que uma destas localiza-se ao lado de um presídio de segurança máxima, fato gerador de estigma para aquela população.

Resultados/discussão

O primeiro encontro objetivou conhecer um pouco mais cada participante, criar um clima de descontração e estabelecer um contrato de convivência onde as normas para o funcionamento dos encontros e os direitos e deveres de cada participante ficasse claro e bem estabelecido. Para tal foi utilizada uma dinâmica de apresentação onde os participantes após dizerem seus nomes, sorteavam um papel onde estava escrita uma palavra e tinham que responder: “se eu fosse (o que foi sorteado) eu gostaria de ser... porque...”. Todos os participantes receberam crachás facilitando sua identificação. Após esta dinâmica foi apresentada a proposta de trabalho, explicando o tempo de duração dos encontros, o número de reuniões previstas e como

seriam desenvolvidas as atividades. Foi então, passado uma caixa de perguntas onde deveriam ser depositadas as dúvidas sobre o tema sexualidade sem a necessidade de se identificar.

Posteriormente, foi feito o acordo de convivência (contrato social) estabelecendo os combinados, direitos e deveres de todos, que após serem listados ficaram afixados durante os encontros.

Para finalizar este encontro foi utilizada a dinâmica dos bonecos onde os alunos foram divididos em pequenos grupos e receberam um kit contendo 3 bonecos de tamanhos diferentes. Foi pedido a eles que montassem os bonecos o mais rápido possível. Venceria quem acabasse primeiro. Como reflexão, após observar os bonecos montados, foi discutida a importância de pensar antes de agir para não cometer erros grosseiros (engravidar, adquirir DST). como aconteceu com os bonecos cabeça grande em corpo pequeno, em pés de tamanho médio.

No segundo encontro foi discutida a relação de gênero, as diferenças entre ser homem e ser mulher, os papéis que cada um ocupa, independentemente do sexo que tem, sem isto significar, no entanto, a perda da sua sexualidade.

O grupão foi dividido em subgrupos por sexo. As meninas deveriam listar as vantagens e desvantagens de ser homem e os meninos as vantagens e desvantagens de ser mulher. Após a apresentação da lista elaborada por cada grupo, foi confeccionado um cartaz grande com as vantagens e desvantagens de ser mulher e de ser homem. Houve, então, a discussão dos papéis que cada um ocupa na sociedade e em sua casa dividindo tarefas, e que isto não torna ninguém mais homem ou mulher.

Em seguida houve a leitura do texto “Nem tão Rosa, Nem tão Azul” e foi pedido aos adolescentes que contassem experiências vividas que abordavam o tema e o representassem como quisessem (teatro, música ou como quiserem se expressar).

Para finalizar, foi pedido que os adolescentes pesquisassem, extraclasse, o que é sexualidade e qual a diferença entre sexo e sexualidade.

No terceiro encontro, o tema abordado foi o corpo humano, a função de cada órgão detalhando o aparelho reprodutor, as modificações corporais presentes na adolescência, ressaltando os cuidados necessários com cada estrutura para que todo o corpo funcione bem. Para realizar esta atividade foi pedido que eles construíssem o esboço do corpo humano fazendo o contorno de um homem e de uma mulher. Órgãos do corpo humano foram confeccionados em papel cartão colorido em tamanho natural e espalhados pelo chão, pediu-se então, que voluntariamente, os adolescentes os fixassem no local correto falando a sua função. Passamos a discutir a relação corpo com sexualidade e a diferença entre sexo e sexualidade.

Para encerrar foi realizada a dinâmica do espelho onde um espelho é colocado dentro de uma caixa e dizemos aos alunos que dentro daquela caixa tinha o que há de mais importante no mundo e por isso deveria ser bem cuidado. Pedimos que todos saíssem da sala e entrassem individualmente para olharem dentro da caixa. Aqueles que já houvessem olhado não poderiam comentar o que viram. Perguntamos então o que esperavam encontrar dentro da caixa e se eles perceberam que eles são o que há de mais importante do mundo. Como atividade lúdico-educativa, distribuímos palavras cruzadas sobre os métodos anticoncepcionais, tema do próximo encontro.

O quarto encontro abordou os métodos contraceptivos, as várias formas de se evitar uma gravidez, a segurança oferecida por cada método e os riscos para saúde na escolha do método inadequado. Este encontro iniciou-se com a correção da cruzadinha, exemplificando e discutindo cada item, posteriormente foram listados outros métodos anticoncepcionais que os adolescentes conheciam e não foram citados, discutindo riscos e facilidades de cada um. Demonstramos como usar cada um destes, eles praticaram e discutimos a escolha do querer ou não ter relação sexual e engravidar. O aborto foi discutido abordando suas conseqüências para a mulher e para o bebê.

Discutimos o texto estória em quadrinhos “Ter ou não Relação Sexual” (Marta Suplicy). Para encerrar foi distribuído o texto “Respeito”.

Valor ético como o respeito foi o tema do quinto encontro. Os valores são assimilados no convívio com os adultos, cujo exemplo forma a consciência do jovem para o bem e para o mal e é essa formação que foi discutida. O reflexo destas atitudes no dia-a-dia, seja com os colegas, seja na família, na escola ou no serviço devem ser discutidos, pois indicam a forma como as pessoas se relacionam. Respeitar o aidético, a adolescente grávida, o usuário de drogas o alcoólatra não são atitudes fáceis de serem tomadas, pois o preconceito existe independente de classe social, sexo e raça. Identificar as potencialidades de cada um, reconhecer e respeitar os limites de cada pessoa e de cada grupo propicia transformações possíveis. Este encontro iniciou-se com a dinâmica do Titanic, onde é dada a seguinte instrução: todos estão em um barco que está afundando e o bote salva-vidas só cabe uma pessoa. Quem deverá ir neste bote? Todos contam inicialmente momento de alegria e vitórias da sua vida, posteriormente relatam as dificuldades. Ao final os adolescentes deverão escolher quem merece ser salvo. Assim os participantes contarão um pouco da sua história, o que desperta o respeito dos colegas. Será apresentado então o teatro baseado no texto “Aikidô” de Fagundes (2001), e pedido que respondam as seguintes questões: “O que posso fazer para contribuir para que as relações sejam pacíficas, sem violência? O que devo evitar na convivência com o grupo?”. Novamente uma atividade lúdica foi proposta para ser realizada extraclasse: um caça palavras cujo tema são as doenças sexualmente transmissíveis.

O tema do sexto encontro foi doenças sexualmente transmissíveis (DST)/Aids e discutimos o sexo seguro, suas manifestações clínicas e prevenção. Começamos revendo a atividade extraclasse proposta no encontro anterior. Listamos as doenças que eles mais ouvem falar e, a partir desta lista, explicamos formas de contaminação, manifestações clínicas, tratamento e prevenção. As figuras do álbum seriado de DST do Ministério da Saúde foram mostradas. Posteriormente, discutimos Aids e câncer de colo do útero, reforçando o uso da camisinha mesmo já usando outros métodos anticoncepcionais. Cartazes do Ministério da Saúde sobre o uso do preservativo foram afixados pela sala e discutidos.

No sétimo encontro aconteceu uma visita à PUC Minas, Campus Coração Eucarístico, lugar onde milhares de pessoas estudam para terem uma profissão. “O mundo lá fora é tão diferente do que a gente conhece... Tem tanta coisa que eu nunca vi... É bom conhecer coisas e gente nova, ver um mundo diferente para saber que eu posso querer e buscar mais... Existem

motivos para eu ir além...” (frases que os adolescentes expressaram ao chegar à Universidade). Visitamos a biblioteca, o museu, a mata e os laboratórios de Anatomia e de Enfermagem. Além disso, tivemos uma sessão cinema, onde foi passado um vídeo sobre DST/Aids.

No oitavo encontro foram discutidos os fatores protetores e os fatores de risco. Sabemos que os adolescentes vivem um processo de diferenciação e maturação e que os impulsos internos e os estímulos externos são ingredientes necessários para as mudanças e para os progressos, emocionais e sociais. Estas transformações podem ser influenciadas de maneira positiva e saudável, ou negativa e distorcida por situações de risco.

O objetivo deste encontro foi identificar o que os adolescentes entendiam por fatores de risco e protetores, através de uma roda de conversa, de forma que eles compreendessem a necessidade de fortalecer os fatores protetores e prevenir os fatores de risco.

Ao final da atividade, dividimos o grupo em duas partes e pedimos que uma parte representasse o que entenderam por fatores protetores (por exemplo, bom funcionamento familiar, educação, trabalho, lazer bem programado) e a outra os fatores de risco (violência, desagregação familiar, evasão escolar, gestação precoce, uso de drogas).

No nono encontro abordamos os desafios da paternidade e da maternidade, as consequências de uma gravidez indesejada e as responsabilidades que este novo papel representa na vida de todos. Para realizar esta atividade os adolescentes foram divididos em casais e distribuímos textos sobre gravidez na adolescência. Solicitamos que eles refletissem sobre o tema para depois discutir em grupo. Ao terminar, eles fizeram um círculo, perguntamos o que acharam dos textos e deixamos livre para contar as experiências. Distribuímos então uma folha de papel com as frases “Se algum dia eu for pai... (para os meninos) e se algum dia eu for mãe... (para as meninas)” e solicitado aos mesmos que escrevessem a sua opinião, e para aqueles que já são pais ou mães pedimos que relatassem suas experiências. Colocamos as fichas no quadro, lemos as colocações das fichas e ampliamos conceitos.

Fizemos a dinâmica “O Cego e o Guia”. Discutimos a dinâmica. Para encerrar distribuímos pintinhos vivos e pedimos que os levassem para casa e cuidassem como se fossem seus filhos durante uma semana.

Antes de iniciar o décimo encontro, discutimos a experiência de cuidar dos pintinhos — facilidades e dificuldades. No décimo encontro foi discutido outro valor ético: a cooperação. A cooperação é um valor muito importante para a vida das pessoas. Sem a cooperação dos amigos, da família, do namorado ou namorada, as coisas vão ficando muito difíceis. É importante então saber como pode-se cooperar com alguém e como pedir ajuda. Assim, lemos para o grupo o texto cooperação, inclusive a historinha do cego. Comentamos que cooperação envolve amizade, respeito, diálogo e responsabilidade. Posteriormente, dividimos o grupo em 4 partes e distribuímos um texto para cada grupo: “Amizade”, “Responsabilidade”, “Diálogo” e “Respeito”, todos retirados do livro de Fagundes, 2001, Construindo valores éticos. Solicitamos que cada grupo lesse o respectivo texto e criasse um breve teatro. Os monitores auxiliavam os grupos. Demos 1 hora para que eles ensaiassem as peças. Apresentação dos teatros. Encerramento com a dinâmica dos bombons.

Pedimos para que eles trouxessem, para o próximo encontro, informações sobre os principais problemas de saúde na sua família e a dificuldade que têm em conseguir assistência médica. No décimo primeiro encontro propusemos uma visita às unidades de saúde da região, buscando identificar os postos de saúde do bairro, conversar com os responsáveis para conhecer o que cada unidade faz, como funciona, quem trabalha lá e quando procurá-los. Sabendo como funciona o serviço de saúde, saberiam onde encontrar profissionais capazes de cuidar da sua saúde e também da sua família, saberiam onde procurar informação segura quando precisassem e saberiam contar para os outros como eles deveriam fazer quando precisarem de assistência de saúde.

Antes de sair para a visita, elaboramos um roteiro de entrevista junto com os adolescentes e asseguramos da segurança no dia visita.

No décimo segundo encontro foi realizada uma avaliação do conteúdo trabalhado nas oficinas, através do jogo Zig-Zaids onde são feitas várias perguntas sobre a Aids como uma forma de revisão. Para tal deve-se dividir a turma em grupos e jogar Zig-Zaids anotando as respostas incorretas (comentá-las durante o jogo) para retomá-las ao final do jogo com o grupo. Cada monitor acompanhou um subgrupo, durante o jogo, para corrigir as respostas incorretas. Apresentamos as dúvidas surgidas durante o jogo e corrigimos os erros.

No décimo terceiro encontro foi feita uma avaliação da aprendizagem onde os adolescentes foram divididos em pequenos grupos e sortearam um dos temas das reuniões anteriores já trabalhadas para apresentar de forma criativa. Foram cantados raps, feito teatro, imitações e realizadas explicações claras sobre os temas abordados.

No último encontro foi distribuída uma folha de papel com as seguintes perguntas: “Como eu cheguei? Como estou saindo? Quais as dificuldades e facilidades que encontrei? O que foi bom e o que faltou?” Pedimos que lessem as respostas. Realizamos as dinâmicas da sucata, que consistia em pegar objetos de sucata espalhados sobre a mesa e relacioná-los com as oficinas, e do cartão, em que se dobrava um papel colorido ao meio, como um cartão de natal, escrevia o próprio nome em cima e passava para o colega da direita que deveria escrever uma mensagem e depois repassar para o próximo da direita até que todos tivessem escritos em todos os cartões. Fizemos a dinâmica da rede e comentamos sobre o trabalho em equipe e a importância de cada um na construção de um conhecimento.

Assim, cada encontro foi dimensionado em relação ao tempo e aos recursos necessários à execução das atividades propostas. Foi construído então, o Manual do Multiplicador que trazia detalhadamente cada uma das reuniões para que todos pudessem acompanhar a sequência e a programação dos encontros.

Considerações finais

A discussão de temas vinculados à auto-estima e à sexualidade despertaram grande interesse entre os adolescentes. Vários deles tornaram-se multiplicadores, levando discussões para suas salas de aula e grupos de igreja.

Apesar das várias informações veiculadas na mídia acerca do tema, percebeu-se uma carência de informações seguras e necessidade de desmistificar diversos conceitos que ainda predominavam entre os adolescentes.

A realização deste trabalho de extensão possibilitou aos alunos, não só a aplicação do conhecimento técnico-científico transmitido na escola, como também uma vivência que estando dentro da sala de aula não é suficiente para aprender, como o contato com outras comunidades, culturas e realidades diferentes; o trabalho em equipe multidisciplinar; solidariedade e exercício da cidadania.

Além disso, a extensão remeteu os alunos a reflexões e mudanças de atitudes em suas vidas pessoais.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Diretrizes para educação superior*. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa de saúde do adolescente*. Brasília: MS, 2001, Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2002.

FAGUNDES, M. B. *Aprendendo valores éticos*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MIRANDA, C. F.; MIRANDA, M. L. *Construindo a relação de ajuda*. 9.ed. Belo Horizonte: Crescer, 1995.

RENA, L. C. C. B. *Sexualidade e adolescência: as oficinas como prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SERRÃO, M.; BALEEIRO, M. C. *Aprendendo a ser e conviver*. 2.ed. São Paulo: FTD, 1999.

Tecnologia

- **A ação de extensão universitária interdisciplinar e articulada com a comunidade rural: a nova experiência do Projeto Solo Planta**

Luciano de Almeida, Doutor. Professor do Departamento de Economia Rural e Extensão – DERE/ Universidade Federal do Paraná – UFPR

Nerilde Favaretto, Doutora. Professora do Departamento de Solos e Engenharia Agrícola – DERE/Universidade Federal do Paraná – UFPR

Marcelo Ricardo de Lima, Doutorando (PGAPV-UFPR). Professor do DSEA/UFPR

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Resumo

O projeto de extensão universitária “Solo Planta” atua em duas frentes de ação. Promove a conscientização e a capacitação dos diferentes agentes envolvidos na produção agropecuária com relação à importância do sistema de análise de solo e planta, como ferramenta auxiliar para aumentar a capacidade de gestão dos recursos naturais e dos insumos agrícolas, e para ampliar a competitividade do produtor rural. Nesse aspecto, o projeto estruturou e mantém um escritório de atendimento aos produtores, além de desenvolver publicações, cursos e eventos para produtores, estudantes e profissionais, focados no manejo, fertilidade e conservação de solos, bem como na nutrição de plantas. A partir desse objetivo, o projeto vem ampliando seu leque de ações, destacando-se o desenvolvimento de atividades articuladas com disciplinas do curso de agronomia da UFPR, que visam à aproximação dos conhecimentos e disciplinas numa perspectiva interdisciplinar e o assessoramento de grupos de agricultores. Nesta nova frente de ação, o projeto participa do desenvolvimento de diagnósticos técnicos, físico-naturais e socioeconômicos

de microbacias, comunidades e sistemas de produção, atuando na busca de alternativas técnicas e produtivas que vão além dos limites das ciências do solo, e aproximam áreas como extensão rural, fitotecnia, olericultura, fruticultura, forragicultura e ecologia.

Palavras-chave: análise de solo, manejo do solo, extensão rural

Introdução e objetivos

O sistema de análise de solo e planta pode ser entendido não somente como a execução da análise propriamente dita, mas como um sistema que envolve: coleta de amostras representativas e envio adequado ao laboratório, procedimentos analíticos laboratoriais, interpretação do laudo de análise e recomendação, e adoção das recomendações técnicas. Em cada uma dessas fases estão envolvidos diversos atores desse processo, como o produtor rural (coleta e envio das amostras; adoção das recomendações técnicas), engenheiros agrônomos, engenheiros florestais e zootecnistas (interpretação e recomendação), laboratórios (procedimentos analíticos), mercado varejista de insumos (fornecimento de fertilizantes e corretivos), agentes financeiros (financiamento da produção primária), e universidade (formadora de profissionais e geradora de tecnologia).

Apesar de o sistema de análise de solo e planta não se caracterizar em uma tecnologia recente, o mesmo está em contínua evolução em função dos avanços da pesquisa, muito embora a extensão para os agentes envolvidos nem sempre acompanhe essa evolução. Além disto, é evidente que as instituições públicas e privadas que prestam serviços semelhantes não têm conseguido atender a todos os segmentos de agricultores nem à crescente demanda por serviços e orientação de qualidade. Nesse particular, a universidade pode exercer seu papel social, procurando levar a conscientização a cada um dos atores do sistema, a qualificação aos produtores rurais, e ainda a formação continuada aos profissionais. A universidade pode contribuir de modo complementar com outros agentes sociais responsáveis pela divulgação e extensão de serviços e tecnologias a produtores e profissionais. Nesse sentido, Olinger (1998, p. 108) aponta que “uma solução possível para a sustentabilidade da extensão rural seria sua inclusão no sistema universitário, fazendo parte integrante dos seus serviços básicos de ensino e pesquisa”.

No intuito de contribuir para melhorar a eficiência deste sistema, foi criado o projeto de extensão universitária “Solo Planta”, o qual iniciou suas atividades no ano de 1999, e que está lotado no Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná –UFPR.

O público alvo prioritário deste projeto são os produtores da região metropolitana de Curitiba, usuários da análise de solo e planta, especialmente aqueles não atendidos pelos sistemas oficiais ou privados de assistência técnica rural. Ao mesmo tempo atende profissionais com atuação no sistema de análise de solo e planta, e estudantes dos cursos de agronomia, zootecnia e engenharia florestal.

O presente projeto de extensão universitária teve como objetivo inicial promover a valorização e capacitação relativa ao sistema de análise de solo e planta. Dentro deste objetivo

destacam-se como objetivos específicos: a) promover a capacitação do produtor rural para a adequada retirada e envio de amostras de solo e planta, bem como a correta adoção das recomendações técnicas; b) oferecer educação continuada a engenheiros agrônomos e florestais que atuam na prestação de assistência técnica; c) divulgação e melhoria do serviço de análise de solo e planta; d) aperfeiçoar a formação dos graduandos de agronomia e engenharia florestal, através do contato com a realidade rural. Tendo em vista a evolução do projeto podem ser incluídos os seguintes objetivos: e) promover o exercício interdisciplinar nas ações de extensão, ensino e pesquisa, visando ao aprimoramento de uma formação não fragmentada aos estudantes de ciências agrárias, a otimização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e a identificação de problemas de pesquisa sintonizados com a realidade dos produtores; f) estimular a aproximação da universidade com segmentos à margem dos serviços públicos e privados, priorizando a ação junto a agricultores familiares e suas referências associativas e comunitárias; g) valorizar a busca de alternativas produtivas e tecnológicas de caráter conservacionista, a partir de uma visão crítica quanto aos impactos ambientais e sociais dos padrões convencionais da agricultura.

Metodologia

Atualmente o Projeto de extensão universitária “Solo Planta” está estruturado em duas grandes frentes de ação que se articulam continuamente: 1) divulgação do sistema de análise de solo e planta, através do escritório de atendimento, publicações e cursos de extensão; 2) ação interdisciplinar em microbacias hidrográficas e/ou comunidades.

Inicialmente o projeto centrou suas atividades na valorização e divulgação do sistema de análise de solo e planta como importante ferramenta para garantir a sustentabilidade da produção agrosilvopastoril, tanto pelo aspecto da obtenção de melhores retornos econômicos da utilização de insumos agrícolas, como pela melhor utilização dos recursos naturais, reduzindo os impactos dessas atividades sobre o meio ambiente. Este trabalho é desenvolvido através das ações abaixo descritas:

- a) divulgação do sistema de análise de solo e planta: este trabalho envolve a divulgação da importância da análise de solo e planta para a maximização da utilização do solo e dos insumos agrícolas, bem como informação para correta coleta de amostras de solo e planta para análise. Esta divulgação é realizada através de diversos meios, como imprensa, produção e distribuição de livros, cartilhas, folders, site na internet (www.soloplan.agrarias.ufpr.br), e informação pessoal ou telefônica.
- b) cursos de extensão: são realizados periodicamente cursos de extensão universitária para profissionais e estudantes na área de diagnóstico da fertilidade e manejo de solos. A característica fundamental desenvolvida nestes cursos é um trabalho baseado em estudos de caso, de característica interdisciplinar e interprofissional, que envolve professores e bolsistas na sua elaboração e condução, tendo como metodologia orientadora o enfoque sistêmico em um estudo integrado de fertilidade e manejo do solo. No decorrer do curso os participantes visitam a unidade em estudo realizando de forma participativa

o diagnóstico do sistema, identificando potencialidades e restrições associadas às opções técnicas, ao manejo do solo e à gestão da unidade como um todo. A análise dos resultados e a busca de alternativas é realizada pelo conjunto dos alunos e docentes de diferentes áreas envolvidas no curso. Ao final de uma semana de análises e discussões é produzido um relatório que é discutido com o agricultor de modo a avançar na viabilidade das alternativas propostas. O uso do enfoque de sistemas no curso baseia-se no princípio de que “a unidade de produção agropecuária é um sistema aberto que mantém relações com o meio ambiente físico, socioeconômico e cultural” (LIMA et al., 1995, p. 45). Portanto, as análises e orientações técnicas aos produtores rurais devem reconhecer a complexidade destes sistemas, suas inter-relações internas e externas, e os riscos de abordagens e soluções pontuais. O detalhamento da metodologia utilizada nestes cursos consta em Lima et al. (2003) e Almeida et al. (2000). Tem-se optado, na realização dos últimos cursos, pelo estabelecimento de uma parceria com a Associação dos Produtores Orgânicos do Paraná, que participou da seleção das propriedades e colaborou no acesso a estas. A escolha da produção orgânica como objeto de estudo deriva, de um lado da realidade imediata da agricultura na Região Metropolitana de Curitiba, marcada por restrições crescentes à agricultura convencional, e ao debate intenso sobre a busca de alternativas para a produção agrícola, em especial a produção de hortaliças. De outro lado, pela carência de uma formação orientada para uma agricultura mais conservacionista no âmbito dos cursos de ciências agrárias da Universidade Federal do Paraná;

- c) atendimento a produtores: em um escritório são recepcionadas e discutidas as demandas dos produtores rurais. A metodologia adotada na produção de recomendações técnicas segue a seguinte seqüência: qualificação do produtor para correta retirada de amostra e adequada análise a ser solicitada; discussão entre o produtor e o bolsista visando elucidar a realidade do produtor e de seu sistema de produção; eventuais visitas às propriedades para detalhamento de diagnósticos e discussão de alternativas técnicas; pesquisa por parte do aluno das opções de recomendações com consulta periódica ao produtor; discussão com o professor sobre as conclusões obtidas; elaboração do laudo de recomendação; discussão com o produtor rural sobre a possibilidade de adoção das recomendações técnicas.

Além do atendimento de demandas individuais no escritório de atendimento ao público, o projeto tem buscado atender demandas coletivas, respeitando-se processos organizativos e identidades comunitárias e territoriais. A primeira experiência neste sentido foi realizada em 2002, em uma comunidade de produtores localizada no Município de Guaraqueçaba (MARTINS et al., 2002). No entanto, esta experiência ainda centrava o foco na questão do manejo químico e físico do solo.

A partir de 2003, vem se desenvolvendo o trabalho em microbacias e/ou comunidades no Município de Colombo (PR). Este trabalho resulta de, e promove, uma contínua negociação com os agentes públicos e com os produtores rurais locais sobre o interesse e modo de ação do projeto.

Esta nova experiência de atuação busca a articulação mais próxima com as atividades de ensino e a ampliação de seu campo de ação. A estratégia adotada baseou-se, num primeiro momento, em estimular e viabilizar atividades de ensino de várias disciplinas do curso de agronomia da UFPR numa mesma área. Dado o regime semestral adotado neste curso, para cada semestre é escolhida uma microbacia hidrográfica onde os acadêmicos realizam trabalhos como parte das atividades de diferentes disciplinas.

O recorte “microbacia hidrográfica” é adotado uma vez que esta é a unidade de análise utilizada por algumas disciplinas. Recortes menores como unidade de produção, áreas de cultivo específicas, entre outros, são escolhidos dentro da área comum. Os docentes e disciplinas envolvidos acordam quais atividades vão desenvolver, identificam informações a serem coletadas e coletivizadas, definem momentos de discussão entre disciplinas, e organizam processos de discussão com os agricultores. A composição das disciplinas participantes tem variado em função das demandas específicas da região estudada e da organização de cada disciplina.

As atividades desenvolvidas em Colombo são: a) diagnóstico do meio físico, com ênfase nos solos e diagnóstico técnico e socioeconômico dos sistemas de produção existentes na microbacia; b) análise dos dados e elaboração de propostas técnicas e produtivas diante das restrições e potencialidades identificadas; c) reunião e discussão com os produtores dos resultados obtidos e das alternativas elaboradas pelos alunos; d) identificação de problemas cuja solução demanda ações de pesquisa e/ou experimentação; e) elaboração de projetos de pesquisa a serem conduzidos pelos estudantes.

As estratégias e mecanismos de articulação entre as disciplinas e as ações do projeto estão em construção. A partir da disponibilidade de um grupo de docentes vem se buscando novos parceiros procurando agregar novas disciplinas no levantamento da realidade e na busca de soluções. Desse modo, há disciplinas (turmas) que focam grande parte de sua inserção prática na área escolhida, tais como Recursos Naturais Renováveis, Extensão Rural e Ecologia Agrícola. Outras disciplinas têm inserções mais pontuais através da realização de aulas práticas, tais como Fertilidade do Solo, Conservação do Solo, e Olericultura. Adota-se, como critério de inserção de disciplinas para desenvolver atividades na área em comum, a geração de produtos (informações, tecnologias) pelos acadêmicos que possibilitem um processo de assessoramento e capacitação dos produtores envolvidos.

Os bolsistas e estagiários do “Projeto Solo Planta” bem como os alunos das disciplinas mencionadas acompanham todas as etapas do diagnóstico, desenvolvem e assessoram as coletas de amostras de solos, bem como a elaboração dos laudos e das recomendações para as análises de solos. Algumas unidades de produção das microbacias em estudo são escolhidas e acompanhadas de forma mais próxima pelos membros do projeto. Cabe ao projeto ainda a organização de uma reunião técnica no final do semestre letivo, em que participam os produtores, estudantes e docentes das disciplinas envolvidas, estudantes participantes do projeto de extensão, além de técnicos da região. A identificação de problemas e prioridades cujas soluções não foram atendidas pelo trabalho e carecem de mais investigação e/ou experimentação é prioritariamente desenvolvida pelos membros do projeto. Enfim, cabe ao “Projeto Solo Planta”

assumir o planejamento geral das atividades, primando pela maior articulação possível entre disciplinas e atividades.

A escolha do Município de Colombo como espaço para o desenvolvimento inicial destas atividades decorre de um longo processo de estudo (ALMEIDA, 2003) e convivência que permitiu a identificação de parceiros e de demandas. Esta parceria começa a se efetivar também na esfera do Poder Público municipal, com o apoio às atividades e à perspectiva de formalização de um convênio.

Cada nova microbacia onde se desenvolve o trabalho é vizinha àquela anteriormente abordada. Esta escolha visa compreender os processos econômicos, políticos e sociais que extrapolam o recorte da microbacia, além de facilitar o desenvolvimento do trabalho pela divulgação do mesmo entre produtores e moradores de uma mesma comunidade ou de comunidades próximas. Ao mesmo tempo, esta seqüência permitirá a capacitação conjunta de um número maior de produtores semelhantes, seja através de cursos, eventos técnicos e publicações, tal como se planeja nas ações futuras. Atualmente está em curso o terceiro módulo deste trabalho abrangendo uma nova microbacia. Esta microbacia, assim como as duas anteriormente estudadas, estão localizadas numa zona relativamente homogênea do ponto de vista dos recursos naturais e das características técnicas e socioeconômicas. Esta região apresentou-se como uma das mais problemáticas do Município quanto aos sistemas técnicos de produção e a capacidade de reprodução dos agricultores.

Resultados e discussão

Quanto ao trabalho de divulgação da análise de solo e planta, foi desenvolvido, por professores e bolsistas da extensão, um site na Internet (www.soloplan.agrarias.ufpr.br). Ademais, foram elaborados e distribuídos folders, cartilhas e livros sobre o tema, além da apresentação dos resultados referente às atividades do “Projeto Solo Planta” em congressos, seminários e reuniões técnicas.

Até 2003, um total de 91 produtores rurais participaram no processo de produção de recomendações técnicas, ressaltando-se que o procedimento adotado não se limita a um mero processo mecânico de elaboração de laudos. Têm sido estimulados a participação e o comprometimento do produtor rural nas diversas fases do trabalho: desde o diagnóstico, com a coleta e interpretação de informações, até a elaboração de recomendações. Essa participação permite que as orientações sejam compatíveis com a realidade e interesses do produtor e, ao mesmo tempo, transforma procedimentos de troca de informações num processo de capacitação mútua. Este processo procurou privilegiar uma abordagem sistêmica e interdisciplinar da produção rural, bem como um enfoque participativo e educativo no processo de discussão com o produtor rural. Esta preocupação do projeto, que se estende aos cursos de extensão e ao trabalho integrado nas microbacias, parte do pressuposto de que “o primeiro passo de um educador na busca da prática educacional superadora será ouvir este homem do campo para compreender/apreender” (FONSECA, 1985, p. 184).

Foram realizados até o momento quatro cursos de extensão universitária sobre “Diagnóstico da Fertilidade e Manejo dos Solos Agrícolas” (ALMEIDA et al., 2000), os quais

reuniram 98 participantes, entre engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, zootecnistas e estudantes destes cursos. Cabe indicar, ainda, a realização de um evento de extensão universitária denominado “Seminário sobre Gestão Sustentável dos Solos Agrícolas” (LIMA, 2002), o qual teve 51 participantes.

Os cursos e o evento geraram vários resultados como: produção de conhecimento sistematizado em livros; produção de pesquisa de sistema de produção agrícola com enfoque no manejo e fertilidade do solo nas propriedades estudadas nos cursos; produção de diagnósticos e recomendações técnicas para os produtores rurais que gerenciam as propriedades agrícolas estudadas nos cursos; treinamento dos bolsistas envolvidos no projeto de extensão; e treinamento e atualização de profissionais que atuam ou virão a atuar no mercado de trabalho com produtores rurais.

Muitos dos casos abordados no escritório de atendimento ao público e nos cursos de extensão universitária também foram utilizados nas disciplinas, assim como o Manual de diagnóstico da fertilidade e manejo dos solos agrícolas (LIMA et al., 2003), produzido pela experiência dos cursos do projeto, passou a ser um referencial didático em alguns casos.

Dentre os resultados obtidos com os cursos de extensão, destaca-se aqui o fato de eles iniciarem e possibilitarem exercícios de aproximação e articulação entre os campos disciplinares e os docentes. Este mérito se deve à adoção do enfoque de sistemas como instrumento metodológico de análise das unidades de produção, e a definição de um espaço comum, uma unidade de produção, como foco de análise e discussões coletivas.

Estas experiências criaram um campo de entrosamento entre disciplinas e iniciaram um processo de flexibilização de um grupo de docentes no sentido de experimentar as trocas entre disciplinas e a produção conjunta de conhecimentos. Essa é uma das razões que levou à iniciativa do trabalho integrado nas microbacias no Município de Colombo/PR.

O imperativo de responder a necessidades específicas de situações reais, seja nas unidades de produção nos cursos, sejam as microbacias e seus sistemas no trabalho integrado, cria um “locus” privilegiado de produção e troca de conhecimentos. Estas ações vêm mostrando que quando a extensão se converte em ações de desenvolvimento concretas, os participantes institucionais, sejam alunos ou docentes, não podem mais se proteger sob o manto limitado das disciplinas, e se vêem engajados em processos interdisciplinares de produção de conhecimentos.

Como afirma Raynaut (1998) as ações de desenvolvimento levantam necessariamente problemas, cuja resolução exige expressa colaboração entre as disciplinas. É nessa perspectiva que se está tentando construir a interdisciplinaridade no âmbito do “Projeto Solo Planta”.

Ao mesmo tempo cada demanda gerada pelas comunidades com as quais o projeto atua exige a busca de informações de pesquisa gerada no âmbito da UFPR ou de outras instituições. Coloca-se, desta forma, “uma das relevantes tarefas da universidade, posta no sentido de reafirmar sua tradição, qual seja, a de promover a articulação de ensino com a pesquisa tendo a ciência e tecnologia como elementos facilitadores de promoção e desenvolvimento” (RODRIGUES, 1999, p. 42).

Enquanto um projeto em contínua (re)construção, o “Projeto Solo Planta” caminha para se constituir num espaço importante para que as atividades de ensino e pesquisa se aproximem e reflitam a realidade da Região Metropolitana de Curitiba, na qual a UFPR está inserida. Neste processo, acredita-se no aprimoramento das práticas interdisciplinares articuladas nas ações de diagnóstico, ensino, pesquisa e ações de desenvolvimento, tornando a universidade mais flexível e sintonizada com a realidade que a cerca.

Conclusões

Este projeto de extensão vem promovendo o exercício interdepartamental e interdisciplinar entre estudantes e professores da UFPR. Neste aspecto, a extensão vem se revelando como um espaço privilegiado para avançar frente aos limites do ensino e da pesquisa por campo disciplinares. Esta experiência não só produziu novos materiais didáticos que mesclam os conhecimentos destas diferentes áreas, como também permitiu o exercício da interdisciplinaridade, muito útil à formação dos professores e à mudança de seu próprio comportamento frente às suas atividades didáticas. Segundo Rodrigues e Mancuzo (1999, p. 23), “no campo da ciência, o termo interdisciplinaridade está relacionado com a necessidade de superar a visão seccionada da produção do conhecimento buscando articular coerentemente os inúmeros aspectos da experiência humana.” Este processo, observado inicialmente na execução dos cursos de extensão universitária, vem se aprimorando no âmbito do trabalho integrado nas microbacias e comunidades.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, L. de. *Mudanças técnicas na agricultura: perspectivas da transição agroambiental* em Colombo, PR. 2003. 294 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- ALMEIDA, L. de; LIMA, M. R. de; PREVEDELLO, B. M. S. *Diagnóstico da fertilidade e manejo dos solos sob enfoque sistêmico da produção rural*. Expressa Extensão, Pelotas: v. 5, n. 1-2, 2000.
- FONSECA, M. T. L. da. *A extensão rural no Brasil: um processo educativo para o capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- LIMA, A. P. de. et al. *Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores*. Ijuí: UNIJUÍ, 1995. 174 p.
- LIMA, M. R. de (Org.) et al. *Manual de diagnóstico da fertilidade e manejo dos solos*. 2.ed. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, 2003. 143 p.
- MARTINS, T. G. de M. et al. *Diagnóstico e proposições para a fertilidade e manejo dos solos em uma comunidade situada na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba (PR)*. Expressa Extensão, Pelotas: v. 7, n. especial, ago. 2002. 1 CD-ROM.
- OLINGER, G. *Extensão rural: verdades e novidades*. Florianópolis: EPAGRI, 1998. 521 p.

RAYNAUT, C. Processo de construção de um programa interdisciplinar de pesquisa no quadro do doutorado em meio ambiente e desenvolvimento (MAD/UFPR). *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: n. 3, 1998.

RODRIGUES, A. Enfoque de sistemas na agricultura: as diferentes linhas de atuação. In: SEMINÁRIO SOBRE SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS SOLOS AGRÍCOLAS. 1, Curitiba, 2000. *Anais*. Curitiba: UFPR/Departamento de Solos e Engenharia Agrícola/Projeto Solo Planta, 2002. 93 p.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO: CONCEITOS, METODOLOGIAS E APLICAÇÕES, 1, Curitiba, 1999. *Anais*. Curitiba: Curso de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal; Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1999. p.1-15.

RODRIGUES, M. de M.; MANCUZO, C. S. A. C. *Educação em direitos humanos: a cidadania como parâmetro de análise*. Em Extensão, Uberlândia: v. 1, n. 1, p. 7-34, 1999.

WALGENBACH, W.; MARTINS, R. P.; BARBOSA, F. A. R. *Modos operativos de integração nas ciências ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Da fabricação de tijolos ecológicos à construção da cidadania coletiva

Celso Luís da Silva Pedreira, Engenheiro Msc. DMC – FURG

Cláudio Renato Rodrigues Dias, Professor. Doutor. DMC – FURG

Darlene Torrada, Assistente Social Msc. Supext – FURG

FURG- Supext- DMC

Resumo

O Brasil destaca-se mundialmente como um país que apresenta uma das piores distribuições de renda. A metade sul do Estado do Rio Grande do Sul possui índices semelhantes àqueles da Região Nordeste, reconhecidamente bolsão de miséria da América Latina. Nesta zona localiza-se o Município do Rio Grande, onde este projeto pretende contribuir para melhoria da qualidade de vida das famílias, associando o trabalho científico à construção da cidadania coletiva, a partir da organização cooperativa na fabricação e comercialização de tijolos ecológicos de cinza-cal, além de viabilizar a construção de moradia para os associados da CMCC, em forma de mutirão, e atender uma necessidade de moradia da população de baixa renda do Município do Rio Grande e cidades vizinhas através da comercialização de tijolos a baixo custo.

Palavras-chave: novos materiais, tecnologia e construção civil

Introdução

Para os contingentes populacionais de baixo poder aquisitivo, depois da alimentação aparece a moradia como o item que mais pesa no bolso do trabalhador. Não raro ocorre que a família do trabalhador recebe um salário incapaz de reproduzi-la nos níveis da cidadania, muitas vezes obrigando seus membros a negligenciar suprimentos alimentares em prol da aquisição de materiais necessários à construção da casa ou de empregá-los no pagamento do aluguel.

A política habitacional brasileira se delineou como programa estatal a partir da criação do BNH (1964), por mais que no período anterior se verificassem iniciativas isoladas para fixar a mão-de-obra de acordo com o processo de industrialização. O projeto habitacional fundante do referido BNH, além da construção maciça de moradias fazendo frente à demanda ampliada, objetivava inúmeros efeitos positivos e indiretos no mercado, tais como, estímulo à poupança, absorção de mão-de-obra não qualificada, desenvolvimento da indústria de material de construção, fomento às empresas de construção civil. Apesar da quantidade nada desprezível de unidades financiadas ao longo da existência do BNH apenas parcelas das mesmas foram formalmente destinadas aos setores populares. Neste sentido, mesmo com a vigência de programas com intuito de proporcionar habitação popular, estes absorveram apenas uma pequena parcela da clientela alvo.

Com a extinção do BNH, sucessivamente emergiram programas sociais, com insistente delineamento para os segmentos mais carentes, de variadas denominações, com o fito de se constituírem projetos alternativos baseados no fornecimento de lotes urbanizados ou direcionados à autoconstrução. Os dados disponíveis indicam baixo desempenho qualitativo das iniciativas não convencionais, especialmente pelas dificuldades encontradas nas organizações populares para efetivar sua implementação, devido à falta de comprometimento com uma política pública habitacional que atenda às reais necessidades da população.

As mudanças institucionais advindas das alterações frequentes de denominação para programas sociais com os mesmos fins tiveram, evidentemente, reflexos na produção de habitações populares. Porém, a despeito dos esforços dos sucessivos governos e da quantidade de unidades construídas, não se tem conseguido corresponder satisfatoriamente à demanda decorrente do crescimento populacional.

Sob o ponto de vista da dívida social para com os setores excluídos dos benefícios de um Estado de bem-estar social, nada justifica a drástica redução no volume de financiamentos habitacionais. Nem mesmo satisfaz a argumentação de que os programas sociais apresentam-se sem consistência e continuidade em virtude da redução do FGTS, da queda de captação de recursos via poupança e nem o baixo nível no retorno de financiamento do sistema habitacional.

O Brasil destaca-se mundialmente como o país que apresenta uma das piores distribuições de renda. O Rio Grande do Sul é tido como um dos Estados brasileiros onde as distorções são menores, no entanto, a denominada metade sul possui índices semelhantes àqueles da Região Nordeste, reconhecidamente bolsão de miséria da América Latina.

No Município do Rio Grande, localizado na metade sul do Rio Grande do Sul, apesar do elevado índice de industrialização e dos serviços portuários terem absorvido boa parcela da

mão-de-obra liberada (êxodo rural) com a “modernização da agricultura”, ocorreu um crescimento desordenado, apontado pela formação de favelas devido ao “inchaço” da cidade, formando uma população eminentemente urbana — 96% da população reside na cidade.

O desenvolvimento da cidade do Rio Grande permite destacar diversas fases. Para o nosso interesse basta referir-se ao fato de que após um momento de crise na área de carnes e na indústria de têxteis, sobreveio um fluxo de crescimento econômico e populacional, em torno da década de 70, com a instalação do distrito industrial e da ampliação portuária, com o superporto. A cidade cresceu com o afluxo de migrantes e o aumento vegetativo da população, mas em descompasso com a capacidade de infra-estrutura urbana para proporcionar bem-estar. Neste processo, ocasionou-se um crescimento desigual da cidade e sem a presença de uma política habitacional ou política de ordenamento do espaço urbano para o conjunto dos cidadãos.

A maioria dos programas sociais na área habitacional em período recente tem oferecido poucos resultados, em parte devido à inexistência de política habitacional regional e aos escassos recursos destinados. Fato este que ocasionou um grande número de ocupações na década de 90.

Ressalte-se que, embora a moradia seja definida como o abrigo inviolável do cidadão, o reduto onde se encontra a essência de sua vida, habitar no Brasil ou na periferia da cidade do Rio Grande representa uma sucessão de incertezas, de esperanças e angústias.

A conjuntura econômica, resultante de equivocados planos de desenvolvimento, somados aos constantes planos de estabilização monetária, tem levado diariamente contingentes cada vez maiores da população à marginalidade, com absoluta impossibilidade de satisfação de suas necessidades mínimas, como alimentação, moradia e saúde, entre outras.

No Município do Rio Grande, apesar de possuir um dos maiores PIBs do Estado, a má distribuição de renda se faz sentir principalmente através do número de indigentes que, em 1991, totalizava 9.093 famílias, e pela alta concentração de renda, pois somente 5,64% dos chefes de família possuíam renda acima de 10 salários mínimos e destes 75% não atingiam os 20 salários mínimos, enquanto a maioria (65,73 %) tem renda até 3 salários mínimos, sendo a renda média mensal geral de US\$300,38.

Dados referentes às ocupações irregulares e ilegais em Rio Grande

Ocupações	Nº Lotes	Nº Habitação	Fonte	Propriedade da Área
Parte do BGV	2.780	11.022	Levant. 97	Estado
Vila da Naba	120	333	Levant. 97	Estado/União
Vila Mangueira	60	240	Levant. 97	Estado/União
Fundos Vila Navegantes	60	240	Levant. 97	União
Área junto à Radio Riograndina	15	60	Levant. 97	União
Área junto à Henrique Pancada	212	652	Levant. 97	Município
Fundos do Colégio Getúlio Vargas	81	324	Levant. 97	Estado
Junto ao B. Hidráulica	103	412	Levant. 97	Município
Fundos da Corsan	29	116	Levant. 97	Estado

Ocupações	Nº Lotes	Nº Habitação	Fonte	Propriedade da Área
Rua Castro Alves	22	88	Levant. 97	CEEE
Suc. Adolfo Pinto	49	196	Levant.97	Particular
Área do CPM da Escola São Francisco	40	160	Levant. 97	Particular
Fundos do Parque Residencial Coelho	47	188	Levant. 97	Município
Fundos da Bernadeth	70	280	Levant. 97	Município
Junto a São Miguel	100	400	Levant. 97	União
Junto ao Bosque Silveira	50	200	Levant. 97	União
Praças V. Maria e V. Leônidas	120	480	Levant. 97	Município
Humaitá II	76	304	Levant. 97	Munic./Partic.
Próximo ao "V"	14	56	Levant. 97	Particular
Junto ao Loteamento José Braz	22	88	Levant. 97	Particular
Junto à Rua Dr. Guayba Rache	12	48	Levant. 97	Município
Próximo ao Lot. Castelo Branco	99	396	Levant. 97	Município
Fundos do Touring	38	152	Levant. 97	Munic./Partic./União
Total	4.219	16.435		

Fonte: Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM

O Movimento de Moradia fundamentado na atividade cooperada objetiva incidir sobre o espaço urbano, no sentido da construção do mesmo e sua devida reforma. Como consequência, adota a luta política que busca, além da moradia, discussão sobre a legislação vigente, que encontre as alternativas para encaminhar a demanda, bem como atuar para a criação de novas frentes para as políticas habitacionais, visto que temos no Município 18.000 famílias sem casa, segundo levantamento realizado pelo MNLM.

Além destes dados, estudos realizados pela Universidade com base no Censo IBGE 2000 indicam que existem no Município cerca de 50.000 pessoas em situação de vulnerabilidade, distribuídas nas regiões periféricas da cidade.

Outro aspecto importante a destacar é o levantamento realizado pela Prefeitura Municipal para o cadastro único, que aponta mais de 14.000 famílias carentes na zona urbana.

De outra parte, a Fundação Universidade Federal do Rio Grande é detentora de elementos da práxis acadêmica e aporte teórico (ensino/pesquisa/extensão) tanto no que se refere à pesquisa de tecnologias alternativas na construção civil realizada pelo Departamento de Materiais e Construção, neste caso, o tijolo de cinza-cal, como no trabalho de desenvolvimento e organização de comunidades carentes para geração de trabalho e renda, através da formação de cooperativas populares com enfoque na economia popular solidária — atividade permanente desenvolvida pela Superintendência de Extensão da FURG.

Desta forma, considerando o saber construído no cotidiano pela FURG, o trabalho social, desenvolvido pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia, na defesa do direito da moradia digna, buscou formas de fortalecer a organização destas comunidades através de alternativas que garantam seu sustento e habitação.

Diante de tal realidade, a organização, criação e legalização da Cooperativa de Moradia e Construção Comunitária –CMCC, em 1999, representou um importante instrumento no intuito de proporcionar aos cooperados a moradia e o trabalho. Neste sentido, a parceria com a universidade foi fundamental, tanto para fortalecer a organização cooperativa como para proporcionar a esta o acesso à tecnologia ecológica e alternativa do tijolo cinza-cal.

Cabe aqui ressaltar que tal tecnologia (tijolos ecológicos fabricados a partir da mistura de areia, cinza e cal) vem sendo pesquisada pela FURG há mais de 10 anos e obteve aprovação pela Cientec para uso desde 2000, sendo considerado um produto de qualidade, inédito e ecológico, pois sua fabricação utiliza como matéria prima a cinza proveniente dos resíduos da termoeletrica de Candiota e não necessita queima, reagindo na temperatura ambiente. Este tipo de tijolo permite também a construção no sistema modular, o que representa mais economia na obra, pois permite a otimização da etapa executiva devido à homogeneidade no tamanho das peças e diminuição nos gastos com rejunte, reduzindo, desta forma, o tempo de construção da obra.

Atualmente participam desta cooperativa 20 famílias, organizadas com a finalidade de fabricação e comercialização de tijolos ecológicos (fabricados a partir da mistura de areia, cinza e cal) visando à geração de trabalho e renda, além de manter vivo o sonho da construção, em mutirão, de suas próprias moradias.

Sonho este que tem a possibilidade real de viabilizar-se através do apoio institucional da universidade e de parceiros. Contam também com o Plano Social de Habitação – PSH que busca resgatar a proposta de uma política pública que atenda às camadas populacionais de baixa renda, através de financiamento para a construção da casa própria de famílias com renda de até R\$200,00, através de subsídio para a compra de material.

Objetivos

Promover o resgate da cidadania de pessoas desempregadas da periferia do Município de Rio Grande, oportunizando trabalho, renda e habitação a partir da proposta do cooperativismo, visando ao desenvolvimento socioeconômico-cultural e humano para formação da cidadania coletiva, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local e regional.

Objetivos específicos

- ampliar a capacidade produtiva da fábrica e fomentar a comercialização, visando à viabilidade econômica do empreendimento;
- garantir a manutenção da fábrica de tijolos de cinza-cal da CMCC;
- qualificar e reciclar trabalhadores na fabricação dos tijolos ecológicos, na construção de alvenaria no sistema construtivo modular, na gestão cooperativa e na formação da cidadania pelo conhecimento de seus direitos e deveres sociais;
- ampliar o debate sobre a problemática habitacional no Município;
- buscar parceria com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, para a doação da cinza (resíduo da Usina Termoeletrica de Candiota) com a finalidade de baixar o custo dos tijolos;

- gerar renda aos associados da cooperativa através da produção e da comercialização dos tijolos;
- atender uma necessidade de moradia da população de baixa renda do Município do Rio Grande e cidades vizinhas, por meio da comercialização de tijolos a baixo custo;
- construir moradias em forma de mutirão pelos cooperados, contando com a mediação do financiamento público do material de construção;
- propiciar reformas e ampliação de moradias dos cooperados;
- viabilizar a promoção de política habitacional, por meio do usufruto de programas e fontes de financiamento propostos por órgãos governamentais competentes, mais especificamente, o Plano Social de Habitação – PSH;
- prestar apoio e assessoria a cooperativa dentro da perspectiva da Economia Popular e Solidária.
- possibilitar a professores, técnicos e alunos da instituição uma aproximação maior com a comunidade na qual está inserida a universidade;
- apoiar projetos de cunho social que tenham como objetivos a organização comunitária, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento de recursos humanos, além de educação ambiental.

Metodologia

O projeto foi implementado sob a coordenação do Departamento de Materiais e Construção em parceria com o “Projeto Apoio e Assessoria a Grupos de Economia Popular Solidária” da Superintendência de Extensão da FURG.

Como forma de atuação, usamos o método da ação-reflexão-ação, visando ao processo de construção coletiva do conhecimento e da cidadania, o que pode ser traduzido como processo reflexivo teórico a partir da prática, tanto científica como empírica, capaz de provocar novas pesquisas e conhecimentos com aplicação direta nas comunidades demandantes.

Neste projeto, pretendemos manter o atendimento direto às vinte famílias que participam da CMCC, citadas anteriormente, mais vinte famílias a serem integradas no projeto, além do atendimento indireto efetivado pelo benefício de uma construção popular, ecológica e de qualidade que estará à disposição da comunidade em geral, não apenas do Rio Grande, mas de municípios vizinhos como São José do Norte, Pelotas e Bagé, entre outros.

- o trabalho da Cooperativa está ligado à fabricação e comercialização dos tijolos cinza-cal e a construção e/ou reforma das casas dos cooperados, ambos realizados em regime de mutirão;
- o trabalho de fabricação dos tijolos ocorre na fábrica já construída no Campus da universidade, onde a cooperativa está sendo incubada com o acompanhamento das duas unidades já referidas. Para tanto, se faz necessário a aquisição de uma prensa que deverá ser repassada à cooperativa, uma vez que esta possuiu apenas uma, cedida pela FURG;
- o terreno e o financiamento para as casas são de responsabilidade de cada associado que fará a negociação diretamente com o órgão financiador;

- o associado que não dispuser de dinheiro para cobrir seu financiamento poderá fazê-lo através da prestação de serviço na fabricação dos tijolos ou no serviço de construção civil;
- o critério para definição da ordem de prioridade na construção das casas dos associados deverá fazer jus aos critérios de distribuição de recursos, uma vez que estes apontam para o intuito de atenuar as desigualdades sociais de renda e riqueza, considerando, principalmente, o grau de necessidade;
- os novos integrantes do projeto serão selecionados pela equipe, de acordo com critérios de carência e disponibilidade para o trabalho, passando, a seguir, por um processo de formação através de cursos de capacitação em cooperativismo, fabricação de tijolos e construção de alvenaria no sistema construtivo modular;
- os atuais membros da Cooperativa passarão por cursos de reciclagem nas áreas da construção civil, cooperativismo e gestão.

O planejamento é montado a partir do diagnóstico. Sua efetivação se dará com o acompanhamento sistemático e aporte à organização autônoma dos sujeitos envolvidos, de acordo com a realidade a ser trabalhada.

Etapas do projeto

O projeto, como foi anteriormente apresentado, teve início em 2000. Por se tratar de um projeto de longo prazo, algumas atividades a seguir descritas já foram realizadas. Outras aguardam a liberação de recursos e/ou novas parcerias para serem implantadas.

É importante destacar que, mesmo com algumas dificuldades, a CMCC continua realizando as suas atividades. São etapas do projeto:

Diagnóstico

- elaboração do plano de trabalho detalhado, envolvendo seleção dos bolsistas e famílias a serem beneficiadas pelo projeto, além do desenvolvimento do trabalho de fabricação dos tijolos e construção das casas;
- apresentação do projeto, para discussão e aprovação, aos parceiros e cooperativa;
- seleção e capacitação dos bolsistas.

Sensibilização

- divulgação do projeto à comunidade, em encontros e visitas, com a finalidade de expor as idéias e estratégias propostas pelo projeto;
- seleção das novas famílias que participarão do projeto;
- preenchimento de Cadastro.

Formação para novas famílias

- oficinas de sensibilização para o trabalho cooperado;
- curso de noções básicas de cooperativismo (40 horas/aula);
- curso de fabricação de tijolos (40 horas/aula);

- curso de técnicas especiais para construção de alvenaria com tijolos ecológicos no sistema construtivo modular (120 horas/aula).

Formação para famílias já participantes da cooperativa

- oficinas de reciclagem em cooperativismo;
- curso avançado em técnicas especiais para construção de alvenaria com tijolos ecológicos no sistema construtivo modular (120 horas/aula);
- curso de planejamento estratégico (16 horas/aula);
- curso de formação de custo (16 horas/aula).

Acompanhamento sistemático

- formação das equipes de trabalho da cooperativa;
- compra de material permanente, equipamentos e matéria-prima;
- oficinas de grupo;
- oficinas de organização reuniões e assembléias;
- encaminhamentos e articulações com áreas afins;
- apoio à participação no Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária;
- produção de tijolos para comercialização e construção das casas;
- assistência técnica à produção dos tijolos fabricados;
- realização de testes para a qualidade e resistência dos produtos;
- fomento à participação em eventos e Feira de Economia Popular Solidária;
- projeto arquitetônico das casas dos cooperados sem custo;
- acompanhamento das obras.

A fábrica de tijolos da cooperativa – CMCC

As instalações da fábrica de tijolos da CMCC constam de um galpão, onde estão localizados: o almoxarifado, que é uma sala onde são recebidos e guardados os sacos contendo cinza e cal, ao abrigo das intempéries, para evitar contaminação e que o fino material que compõe cal e cinza se espalhe no ambiente, o escritório da cooperativa, as instalações sanitárias, masculina e feminina e o salão central, onde estão colocadas as prensas e é feita a prensagem. Junto ao galpão, está instalada a betoneira onde a mistura é preparada. Ao redor, está o pátio de cura dos tijolos. Toda a instalação da fábrica tem água tratada e luz.

O processo

O processo de fabricação compreende a pesagem dos componentes, a colocação na betoneira, a mistura e a prensagem dos tijolos. Geralmente a areia é peneirada, para retirar gravetos, folhas e outras partículas não desejáveis na mistura. Depois de pesada, a massa de areia é transformada em volume e, a partir daí pode-se usar padiolas, que facilitam o manuseio do material. A cinza e a cal vêm ambas ensacadas, adquiridas de indústria de Caçapava do Sul, nas quantidades de 20 kg por saco. Isto facilita o manuseio e evita

espalhamento de pó. Coloca-se a quantidade de água que foi determinada no laboratório como da umidade ótima.

Após a mistura dos componentes, transporta-se em carrinhos de mão até junto às prensas, e o material é prensado para formar os tijolos. Depois de retirados da prensa, os tijolos são colocados sobre uma mesa e transportados para o local de armazenamento para cura.

Propriedades requeridas para o tijolo

Os tijolos produzidos pela CMCC deverão possuir algumas propriedades, que são controladas pela equipe do laboratório de materiais de construção do DMC da FURG, que consistirá no controle de qualidade. São controlados: o índice de absorção e a resistência à compressão (resistência) do tijolo.

Absorção

Os tijolos são elementos que compõem a vedação de uma edificação. Como elemento de vedação, não devem absorver umidade ou água da chuva, em quantidade que venha a causar manifestações patológicas e mesmo perda de resistência estrutural. Para tal existem testes que permitem definir o grau máximo de absorção dos tijolos. Sabe-se que o volume de líquido absorvido está relacionado à quantidade e distribuição dos poros e dos procedimentos de ensaios adotados.

Não existe uma norma brasileira específica para absorção em tijolos à base de cinza e cal. As normas existentes ou são aplicadas aos tijolos cerâmicos, ou às peças de concreto de cimento. Andrade (1991), ao avaliar os tijolos de cinza e cal, no que se refere à absorção, optou pela utilização da norma americana ASTM C67/83 para tijolos cerâmicos, por ser semelhante às normas brasileiras para tijolos de solo-cimento e blocos de concreto, porém, mais detalhada. Segundo Andrade, o teor de cal exerce influência sobre a absorção dos tijolos, crescendo a quantidade de cal, diminui a absorção. Adotar-se-á para os tijolos da Cooperativa, como máximo, o índice de absorção médio de 22%.

Resistência

Outra propriedade importante do tijolo é sua resistência à compressão, ao ser colocado em uma parede, principalmente as peças que se localizam nas partes mais baixas onde os tijolos sofrem pressões maiores, além de outros esforços estruturais, quer de vigas ou lajes. É importante que os tijolos não fissurem ou sofram esmagamentos pela ação de forças. Geralmente um tijolo cerâmico tem sua resistência definitiva após sua queima no forno. Já os tijolos de solo-cimento ou cinza-cal necessitam de um tempo maior para atingir sua resistência de uso.

Outro fator importante a considerar é a proporção entre os materiais que compõem a mistura. Segundo Andrade (1991), os ensaios realizados com a mistura de cinza e cal mostram um crescimento da resistência à compressão do corpo-de-prova com o aumento da proporção de cal na mistura, mas, quando a proporção de cal alcançava uma quantidade em torno de 15 a 20%, os ganhos de resistência do material praticamente cessavam. Portanto, a respeito da

resistência dos tijolos cinza, cal e areia, verifica-se que o período de cura e o teor de cal adicionado à mistura têm influência na resistência à compressão dos mesmos. À medida que aumenta o tempo de cura dos tijolos, cresce a sua resistência; quanto maior o teor de cal, até o limite de 20%, maior a resistência do tijolo.

Os valores típicos de resistência à compressão simples MPa, para tijolos maciços cerâmicos para alvenaria, admitidos pela ABNT, Norma 8170/83, são: categoria A: 1,5; categoria B: 2,5 e categoria C: 4,0. O tijolo da Cooperativa situa-se na categoria B, com média maior que 2,0 MPa.

Conclusão e comentários finais

A partir dos resultados das pesquisas realizadas na FURG com estabilização de areias com cinza e cal, está sendo transferida a tecnologia à cooperativa, que, em outubro de 2002, começou a fabricação dos tijolos ecológicos.

Pode-se afirmar que os tijolos são duplamente ecológicos, porque aproveita-se um resíduo que é a cinza, proveniente da queima do carvão, e por dispensar a queima para que as reações pozolânicas ocorram.

Um rigoroso controle tecnológico está sendo realizado pelo Laboratório de Materiais de Construção do DMC/FURG, para garantir que a produção mantenha a qualidade em relação às propriedades do material gerado.

Os blocos (tijolos) têm mantido, em média, a resistência maior que 2,0 MPa aos 60 dias e uma absorção média de 21%, garantindo seu uso em paredes portantes.

O empreendimento repassa uma tecnologia, desenvolvida na pesquisa da universidade, para a comunidade e utiliza bolsistas e estagiários do curso de Engenharia Civil, cumprindo o papel da universidade de não dissociar ensino, pesquisa e extensão.

Referências bibliográficas

ANDRADE, A. C. F. *Tijolos de cinza volante e cal*: estudo de desempenho quanto à resistência, absorção, durabilidade e aderência. 1991. Dissertação (Mestrado) – UFRGS.

CERATTI, J. A. P.; MILITITSKI, J. *Estabilização de solo residual com cal e cinza volante*. Porto Alegre: UFRGS, 1979. (Caderno Técnico; CT-8179).

DIAS, C. R. R. *Estabilização de areias com cal e cinzas volantes*: aplicação às areias de Rio Grande. 1982. Resultado de pesquisa (Doutorado) – FURG.

LEMONS, R. G. *Estudo de tijolos fabricados com areia cinza e cal*. 2001. Dissertação (Mestrado em Química do Carvão) - UFPel.

NUNEZ, W. P.; CERATTI, J. A. P. *Aproveitamento de cinza volante estabilizada com cal como sub-base de piso industrial*. Tucumán, Arg.: Jornadas Sudamericanas de Ingenieria Estructural, 1995.

- **Extensão universitária na Amazônia para acesso a serviços sociais: na comunidade ribeirinha de N. Sra. das Graças, em Manacapuru/AM**

Maria do P. Socorro Rodrigues Chaves, Assistente Social. Doutora em Política Científica e Tecnológica. Msc. em Sociologia, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Inter-Ação/DSS/UFAM. Docente do Departamento de Serviço Social

Maria Francenilda Gualberto de Oliveira, Assistente Social. Especialista em Gerontologia

Andréia Santos Cavalcante, Assistente Social. Especialista em Gestão de Políticas Sociais

Jaqueline Teixeira Garcia, Acadêmica de Serviço Social

Deborah C. de J. Cavalcante, Acadêmica de Serviço Social

Universidade Federal do Amazonas – UFA

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados do projeto de extensão desenvolvido com pequenos produtores familiares no Município de Manacapuru, Estado do Amazonas, intitulado “Suprimento Energético Integrado da Comunidade Nossa Senhora das Graças”, realizado de janeiro/2001 a julho/2002, desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Grupo Inter-Ação), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, em conjunto com os docentes do Departamento de Engenharia Elétrica, da mesma instituição. A metodologia adotada no projeto abrangeu um conjunto de atividades de assessoria a entidade organizativa local com envolvimento de acadêmicos (estágio extracurricular e curricular) proporcionando a estes aprendizado e contato com a realidade da vida comunitária. O referido projeto foi desenvolvido a partir de ações formativas e organizativas com a valorização dos saberes locais. Neste sentido, as ações de extensão constituíram um amplo processo socioeducativo de formação/capacitação dos atores sociais, na (re)construção de saberes que contribuíram para instrumentalizar novas práticas associativas e relações democráticas entre os envolvidos. Todavia, a inserção de novos saberes e práticas foi dimensionada de maneira a respeitar e valorizar a dinâmica e o processo de organização sociocultural local.

Palavras-chave: extensão, organização, energia

Introdução e objetivos

Na atualidade, em relação aos bens e mercadorias produzidos na sociedade em geral, menos que 80% da população mundial atinge o consumo de dessas riquezas. Na realidade brasileira, a distribuição desigual de riquezas na sociedade deixa um grande contingente populacional à margem, sem atendimento, sem acesso a diversos bens e serviços sociais, entre eles a energia elétrica. A exclusão social de extensa parcela da população brasileira vem se configurando como um dos mais graves problemas da contemporaneidade, que exige a formatação

de políticas públicas de cunho distributivista e, mais especificamente, políticas sociais para garantia de direitos sociais. O padrão de consumo e as condições de produção de energia vigentes no país determinam a viabilidade ou a limitação do acesso aos diferentes segmentos sociais. O desenvolvimento das forças produtivas locais pressupõe o crescimento da produção, da produtividade, enfim da capacidade produtiva e da eficiência econômica dos produtores. É impossível eficiência econômica sem fontes de energia adequadas. Diante deste quadro, pode-se afirmar que, assim como na conjuntura atual, no futuro próximo, o padrão de consumo e de produção de energia terá um papel importante como variável que permite identificar o nível de desenvolvimento econômico das nações, no qual a implementação de um padrão de consumo e produção de energia não pode prescindir da implementação de um atendimento democrático e universalizante compatível com os interesses e necessidades dos diferentes segmentos sociais. A universalização do serviço de energia já se configura numa importante conquista, sua efetivação representa um real avanço rumo ao desenvolvimento social do país. No meio rural da região amazônica existem inúmeras comunidades ribeirinhas que possuem especificidades em razão de seus conhecimentos tradicionais e vivências sociohistóricas. Essas comunidades apresentam uma modalidade de organização sociocultural particular baseada em diferentes estratégias de ajuda mútua e de compadrio, às quais põem em ação seus saberes tradicionais para a realização do manejo coletivo dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que arregimentam suas forças no sentido de enfrentar as problemáticas locais de carência de bens e serviços sociais (saúde, educação, energia, elétrica entre outras). Essa problemática é tratada neste trabalho a partir do caso da organização da comunidade Nossa Senhora das Graças, situada no Município de Manacapuru, no Estado do Amazonas. Este Município, segundo os dados do relatório do IBGE, no censo realizado no ano de 2000, possui uma população de aproximadamente 32.303 habitantes, sendo 16.726 homens e 15.577 mulheres. Nesse sentido, o projeto de pesquisa e extensão, implantado na comunidade supracitada, teve como objetivo desenvolver uma metodologia para impulsionar o desenvolvimento auto-sustentável, tendo como fator principal o suprimento energético a partir de fontes renováveis locais, na observação de tecnologias adaptadas no meio rural, identificando as mudanças socioeconômicas e culturais das relações sociais e organizativas dos moradores da comunidade no usufruto e gestão dos recursos locais.

Metodologia

O projeto em seu desenvolvimento articulou um conjunto de ações para conhecer a realidade da comunidade trabalhada, onde o resultado das atividades de levantamento socioeconômico resultou na elaboração do Plano de Ação com a participação dos agentes sociais envolvidos no projeto, os quais definiram coletivamente, por ordem de prioridade, as suas reais necessidades, possibilitando o desenvolvimento das fases subseqüentes do projeto. Nesse sentido, a metodologia utilizada no desenvolvimento do projeto se pautou nas seguintes referências teórico-metodológicas:

gênero – como elemento transversal no ordenamento do trabalho, o conceito de gênero foi adotado como elemento sociohistórico, cultural e político que permeia a práxis dos sujeitos. O vínculo entre estes diversos elementos orienta para a percepção de mulheres ou homens como partícipes e protagonistas de ações complexas e relacionais, em intercâmbio recíproco e contínuo no plano societal;

interdisciplinaridade – necessária para desenvolver ações nas diferentes dimensões — sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas — que compõem o contexto comunitário, serviu para ordenar e potencializar a associação entre as diferentes áreas disciplinares;

participação – sua natureza processual possibilitou uma construção gradual, contínua, centrada no potencial organizativo dos agentes, além de permitir a criação de mecanismos e estratégias direcionados para construção da emancipação política dos comunitários. No projeto, a participação foi implementada como processo socioeducativo de instrumentalização dos comunitários para a percepção crítica da realidade social entendida como processo de natureza complexa, cujo exercício amplia as possibilidades de transformação da qualidade de vida das populações locais;

gestão comunitária – nas ações do projeto, a gestão comunitária foi tomada como referência importante para realizar as ações programadas, posto que a gestão comunitária é estruturada no âmbito comunitário com características próprias, constituindo uma extensa rede de ajuda mútua. Partindo desses pressupostos, o trabalho se desenvolveu em três fases relacionadas entre si. A primeira fase se constituiu do levantamento socioeconômico para o diagnóstico local, buscando: a) conhecer as condições de vida da comunidade nos aspectos socioeconômico, político-organizativo, cultural, energético e ambiental; b) conhecer a organização social para o manejo dos recursos comunitários e suas práticas produtivas (tipo de produção, formas de comercialização, divisão e as condições de trabalho); c) identificar as potencialidades locais – conhecer para atuar –, estruturar em conjunto com os comunitários as estratégias de ação para solução dos problemas locais. A segunda fase do projeto se constituiu na: a) montagem do banco de dados; b) retorno dos dados para a comunidade, para retificar e ratificar os resultados, permitindo que a comunidade obtivesse conhecimento de sua realidade local; c) elaboração do Plano de Ação de modo coletivo, a partir de dinâmicas de abordagem grupal. Nessa atividade, a comunidade selecionou as atividades a serem implementadas por ordem de prioridade, de forma a viabilizar o processo socioeducativo nas áreas de educação, saúde, energia elétrica e organização comunitária. A terceira fase se configurou na implantação do Plano de Ação.

Resultados e discussão

De um modo particular, o contexto rural enfrenta acentuada precariedade em termos de prestação e acesso aos serviços energéticos. As políticas do setor de energia, numa região com vasto potencial de recursos energéticos, além de não contemplar de forma satisfatória as neces-

sidades de grande parcela das populações locais, apresenta incompatibilidades em relação às peculiaridades regionais. O fornecimento de energia elétrica na Amazônia apresenta aspectos bastante distintos das demais regiões, principalmente pela necessidade preponderante de sistemas isolados. No que tange ao fornecimento de energia para comunidades isoladas, os documentos oficiais do governo reafirmam o compromisso do Estado em assumir a responsabilidade da viabilização de projetos para a eletrificação rural, a partir da alocação de recursos públicos; da construção de linhas de transmissão estratégicas e da implementação de programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Tal compromisso orienta-se pelo argumento de que as soluções energéticas requerem tecnologias compatíveis com as características peculiares a cada contexto no qual será adotada. Portanto, faz-se necessário implementar mudanças/reformas setoriais onde todos os esforços são direcionados para a eficiência e otimização das práticas institucionais — todas as soluções buscam modalidades concretas para empreender o atendimento destes objetivos. O argumento de cunho neoliberal, repetido e reforçado para justificar a instauração do processo de reestruturação é que somente a privatização das empresas poderá assegurar a solução para os problemas enfrentados na produção, transmissão e distribuição. Considera-se que tais problemas devem-se a performance ineficiente das empresas em função da gestão ineficiente. Essa incompetência de gestão é atribuída ao fato de as empresas pertencerem ao setor público. Os novos arranjos regionais, em tese, devem: assumir maior competência na mesma esfera de atividades; melhorar a gestão e a capacidade técnica; mobilizar meios financeiros para os trabalhos de manutenção. Uma situação que se apresenta de imediato, como constatação a partir dos termos da legislação divulgada, é incipiente indicação de atendimento das necessidades de energia dos setores pobres do campo, mesmo com a modificação das regras de gestão em vigor no setor. Fora do alcance da rede de eletrificação rural e sob condições socioeconômicas adversas, os pequenos produtores rurais nas comunidades isoladas ficam sem usufruir a energia elétrica, pois mesmo as alternativas privadas, como um gerador de baixa potência, apresentam custos proibitivos. Neste sentido, a demanda de energia dos segmentos de pequenos produtores rurais na Amazônia vem ganhando terreno e forçando o debate nos fóruns acadêmicos e centros de pesquisa regionais. Contudo, em que pese o nível de produtividade e a baixa escala de produção, estes produtores formam um contingente numeroso, de aproximadamente 60% da população rural, com variação de uma região para outra do país, chegando a produzir 70% da produção agrícola do mercado interno. Dentre os principais resultados obtidos na execução do trabalho destacam-se: 1) a realização de oficinas para produção de material didático, folhetos sobre organização comunitária; 2) a realização de palestra de sensibilização quanto à importância dos Recursos Naturais e de Educação Ambiental; 3) Capacitação dos produtores para melhoria da qualidade dos produtos e para realizar o dimensionamento dos custos de produção; 4) Oficina de capacitação, formação e organização das lideranças comunitárias; 5) definição de projeto de um sistema de produção de energia elétrica com painéis fotovoltaicos; 6) a consolidação do banco de dados sobre aspectos socioeconômico, político-organizativo, energético e ambiental da comunidade para subsidiar as fases subsequentes do trabalho; 7) realização de atividades lúdicas como a apresentação de filmes educativos

reunindo diversas comunidades próximas e dinâmicas educativas com as crianças. Diversas atividades foram desenvolvidas para criação de instrumentos organizativos, tais como: 1) a formação de formadores/multiplicadores; 2) a sensibilização dos comunitários quanto à utilização racional dos recursos locais; 3) apoio à criação de autonomia política e intelectual das lideranças, a partir de sua capacitação e instrumentalização para atuarem na difusão dos conhecimentos; 4) a organização e o fortalecimento de entidades representativas formalmente reconhecidas na comunidade. O conjunto de atividades baseadas numa interação pedagógica entre equipe e comunitários tomou como mecanismo essencial a participação de todos, entendendo que esta resulta numa gestão democrática, que associa o conhecimento tradicional da comunidade ao técnico-científico, no qual eles assumem o papel de protagonistas de sua história. No desenvolvimento do projeto, observou-se que os vínculos subjetivos/afetivos e materiais, vivenciados pelos comunitários entre os grupos domésticos e neles próprios, seus laços familiares, as relações de compadrio e de ajuda mútua instituem a identidade grupal gerando intercâmbios e condições de igualdade importantes para as mobilizações organizativas. A modalidade de formação desenvolvida orientou-se no pressuposto de que o processo socioeducativo deve priorizar a formulação/estruturação de planos, programas e projetos educacionais que instrumentalizem os agentes para ações de transformação da realidade social, ou seja, para a construção de uma sociedade em bases solidárias, justas e igualitárias. Para além da responsabilidade da instrumentalização dos líderes locais, o apoio no plano organizativo criou as possibilidades para o exercício de um saber crítico, de uma reflexão-ação construída na experiência coletiva (CHAVES, 2002). O projeto caracterizou-se como um processo dialético, aberto e dinâmico, resultado do engajamento dos comunitários, momento privilegiado onde se tornou possível pensar e (re)inventar práticas e alternativas de continuidade das ações. Tais atividades levaram em consideração o engajamento dos docentes e discentes envolvidos, visando à busca da melhoria do ensino numa interação de conhecimento teórico-metológico e prático, proporcionando a qualidade da pesquisa/extensão acadêmica, aumentando a “perspectiva de uma extensão ativa, participativa, capaz de contribuir para estudos, experimentações ou ações coletivas sobre questões sociais da maior relevância” (THIOLLENT, 2000, p. 19). O projeto desenvolvido na comunidade N. Sra. das Graças, sob a base de um compromisso mútuo, de ação participativa, constatou que as relações já estabelecidas na comunidade, são baseada na autonomia política e no esforço em busca de melhoria da qualidade de vida. Assim, neste contexto particular da cultura das comunidades ribeirinhas, “os fundamentos de preservação da vida em comunidade podem, também, fornecer as bases concretas para que os grupos se mobilizem para além do contexto local em defesa de seu estatuto sociocultural no interior da sociedade” (CHAVES, 2002). Alguns depoimentos são importantes, no sentido de qualificar a percepção dos comunitários em relação ao trabalho desenvolvido no momento de definir suas prioridades:

(...) porque nós sabemos que necessitamos, nós não sabemos é como chegar lá... havendo um projeto propriamente dito teremos como chegar a uma unidade Federal ou Estadual para apresentar nossas necessidades de luz, saúde e através desses projetos obteremos os recursos. Uma outra necessidade que discutimos em nossas reuniões que chega a 100% a 1000% que se chegasse amanhã agente já queria, é o uso da energia elétrica, tendo a energia teríamos até um avanço na produtividade aqui da nossa comunidade, em relação a farinha, a rede de nylon. Uma outra coisa discutida em reunião é a conscientização para a alfabetização de adultos, essa necessidade não é só dos jovens e das crianças, mas da comunidade em geral, uma comunidade mais informada e alfabetizada até para fazermos e para sabermos que direitos nós temos e quais deveres devemos cumprir. A outra coisa é a conscientização das documentações pessoais, dizer a importância de cada um, o Registro de Nascimento de criança, tem casos de pessoas que perdem a bolsa-escola por falta de documentos. (Sr. Welington, coordenador da comunidade).

Se eles não nos ensinarem fazer projetos como vamos fazer?! Então, nós temos que ter alguma orientação. Quando nós vamos a Manacapuru as pessoas dizem “olha gente vocês têm que estar unidos, fazer projetos pra isso, aquilo”, mas cadê a orientação?! Então nós devemos saber pra onde nós vamos, mas eles não falam pra onde é... então nós ficamos calados. Nós precisamos de curso de liderança porque às vezes nós vemos tanta gente aqui na Comunidade que briga pra ficar na liderança e às vezes outros não querem, dizem até “Deus me livre! Eu lidero mal a minha família”, então nós queremos de imediato este curso. Essa gincana me chamou muito atenção, meu Deus! ... acho que se todos souberem de nossa história, outras comunidades irão correr para ouvir pra saber de nossa história e o que está acontecendo, eu tenho certeza porque essa história será muito grande... é a nossa vida e eu tenho certeza que essa história mexerá com muitos corações, porque a vida na comunidade é a nossa vida. (D. Maria de Fátima, comunitária).

A percepção que os comunitários possuem de suas potencialidades, permitiu-lhes o engajamento nas diversas atividades do projeto e, também, possibilitou obter diversos resultados positivos ao término do mesmo, que podem ser resumidos basicamente em dois eixos centrais: a) a estruturação de novas formas de organização comunitária discutidas/implementadas na comunidade; b) participação ativa dos moradores das comunidades (70%) na implementação do projeto. Em relação à criação de infra-estrutura para a equipe, houve o apoio para permanência do grupo no local, na casa dos comunitários, durante a realização do trabalho, a oferta constante e voluntária de apetitosos requintes da culinária local marcou o carinho e a aceitação deles em relação à equipe. A relação afetuosa proporcionou um clima muito favorável para a realização do trabalho em todos os momentos. A partir do projeto foi possível conhecer melhor e potencializar as ações junto aos grupos comunitários. A situação vivida pelos grupos locais expressou a consolidação de variados graus de adaptação ao meio ambiente regional, assim como, se registrou as constantes investidas para sua transformação. Entre elas destaca-se a formulação de projetos como a Escola Ativa e também as reivindicações junto aos diversos órgãos públicos. Eles falam com orgulho: “Nossa escola foi premiada pelo ‘Projeto Escola

Ativa', sendo a mais organizada" (Sr. Antonio) — a escola local foi escolhida como escola modelo no Brasil, no referido Programa.

Conclusões

O processo socioeducativo traçado no projeto foi implementado e assumido com compromisso mútuo (equipe e comunitários). A existência de interesses convergentes foi marcante na definição das ações desenvolvidas, na cooperação e na expectativa dos benefícios que as ações poderiam vir a concretizar a partir da presença atuante da equipe e dos comunitários ao traçar metas para serem atingidas. Assim, o desenvolvimento do conjunto das atividades propostas pelo projeto, no que se refere à viabilização das ações de cunho educativo, de apoio organizativo, consolidou práticas e alternativas que atenderam às expectativas dos comunitários. No campo político-organizativo torna-se importante para pequenos produtores a participação nos processos de tomada de decisão relativos ao acesso a energia à medida que lhes permite propor a construção de mecanismos. Vale destacar que o engajamento dos comunitários no projeto representou um dado significativo da relevância social do trabalho, pois as discussões coletivas das propostas permitiram aos comunitários a definição de suas principais necessidades, interesses e, principalmente, de poderem manifestar suas expectativas, contribuindo no processo de construção do Plano de Ação do projeto, o qual deu o delineamento das atividades desenvolvidas. Sendo que, a discussão e a participação fomentada a partir de dinâmicas de grupo trouxeram aprendizados importantes para a equipe e os comunitários. Estes últimos valorizaram e cooperaram com a equipe, atuando não só como protagonistas do processo, mas também como parceiros. Tal condição possibilitou a otimização de recursos, a valorização das habilidades no exercício das diferentes atribuições e responsabilidades, a instituição de um processo de aprendizado, de formação continuada entre todos (CHAVES, 2002). Contudo, entende-se que, a melhoria das condições de vida é uma meta complexa na qual a dinâmica interna de organização comunitária se constitui como ferramenta fundamental.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Características do desenvolvimento energético brasileiro: relatório, período 1970/1997*. Brasília: MME, Secretaria de Energia, 1997.
- CHAVES, M. do P. S. R. *Suprimento energético integrado da comunidade Nossa Senhora das Graças no município de Manacapuru/AM*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas/ Departamento de Serviço Social, [s.d.].
- THIOLLENT, M.; ARAUJO FILHO, T. de; SOARES, R. L. S. (Org.). *Metodologia e experiências em projetos de extensão*. Niterói: EDUFF, 2000.

- **Difusão do uso de plantas medicinais anti-helmínticas na produção de caprinos do sistema de produção da região de Patos/PB**

Lázaro Franco Ferreira de Moraes, Graduando em Medicina Veterinária

Roberto César Araújo de Lima, Graduando em Medicina Veterinária

Wirrlânea Vasconcelos Fontes de Almeida, Pós-graduanda em Zootecnia

Ana Célia Rodrigues Athayde, Professora adjunta do curso de Medicina Veterinária

Universidade Federal de Campina Grande/CSTR/DMV

Resumo

Os programas de extensão no Nordeste do Brasil pouco contribuem com a assistência técnica. As universidades difundem técnicas que minimizam os prejuízos da produção contribuindo com o aspecto socioeconômico e favorecendo a consolidação de seus cursos e disciplinas, junto às necessidades da comunidade. Práticas de exploração inviáveis limitam a caprinocultura, principalmente aquela com a finalidade social de fixação do homem à terra. Os animais do sertão paraibano apresentam infecção por vermes, o que determina perdas econômicas. No Brasil, mais de 300 espécies de plantas medicinais são usadas pela população. Dentre as com ação sobre vermes têm-se: o melão de São Caetano, a Batata-de-Purga e a semente da abóbora. O trabalho objetivou através da difusão destas plantas baixar o custo de produção de caprinos, controlando as verminoses e resgatando a medicina popular. Realizaram-se palestras, contando com os recursos: álbum seriado ilustrado e amostras de plantas; práticas de preparação e administração do remédio, exames de fezes e recomendações de ecologia ambiental. Foram atendidos 138 produtores e assistido um rebanho 2.579 animais. Foi controlada uma infecção pela super-família Trichostrongyloidea, com média de ovos por grama de fezes de 954, 87 para 263, 08, caracterizando um bom controle ao longo de 12 meses.

Palavras-chave: plantas medicinais, caprinocultura, vermes

Introdução

A caprinocultura no Nordeste brasileiro assume um papel relevante na economia do país por apresentar o maior rebanho e pelo aproveitamento dos seus produtos e subprodutos. Atualmente o caprino vem demonstrado grande interesse na política econômica do país, mas poucos são os trabalhos desenvolvidos na área de doenças parasitárias, isto por ser considerado um animal de grande rusticidade, os quais sobrevivem em áreas secas e desprovidas de agricultura estável (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1991).

Os caprinos são utilizados para a produção de alimentos de alto valor biológico, como carne e leite, e a renda familiar das propriedades é incrementada pela venda de animais vivos, peles e esterco (VIEIRA, 1991).

As transformações necessárias à prática racional da caprinocultura no Nordeste tende a conduzir as criações de forma intensiva e em espaços físicos reduzidos, favorecendo de sobremaneira a incidência das parasitoses, as quais ocupam um lugar de destaque entre os fatores que limitam a produção caprina (PADILHA, 1982).

As helmintoses dos caprinos são causadas por parasitos pertencentes às classes Nematoda, Cestoda e Trematoda (COSTA et al., 1986). Os principais gêneros parasitas de caprinos são, *Haemonchus*, *Trichostrongylus*, *Strongyloides*, *Moniezia*, *Cooperia*, *Oesophagostomum*, *Skrjabinema*, *Trichuris* e *Cysticercus* (COSTA et al., 1987). Surto epizootico de haemoncose e strongiloidose caprina no semi-árido paraibano vêm aumentando os índices de morbidade e mortalidade do efetivo caprino (ATHAYDE et al., 1996).

As helmintoses gastrintestinais de caprinos têm ampla distribuição geográfica, constituindo uma das principais causas de prejuízos na exploração destes animais. Os helmintos têm características espoliadora, obstrutivas e de hematofagismo, o que ocorre para interferir na performance de rebanhos quando neles instalados. Com o objetivo de diagnosticar e caracterizar estas helmintoses, o laboratório doenças parasitaria dos animais domésticos/CSTR/UFCG realizou exames parasitológicos num período de 25 meses e concluiu que em caprinos o parasitismo se devia em 89,47% a super família Strongiloidea; 47,37% ao *Strongyloides* e 7,89% ao gênero *Trichuris* (TEXEIRA et al. 1997).

A elevada prevalência, associada à grande patogenicidade, faz de *Haemonchus contortus* a principal espécie endoparasita de ovinos e caprinos na região semi-árida e no Brasil. Este parasita do abomaso e hematófago, ou seja, se alimenta de sangue. Os animais com carga parasitária elevada podem apresentar anemia e edema submandibular e os casos de mortalidade por esse parasita são relativamente comuns. Em seguida, em ordem de importância, aparece a espécie *Trichostrongylus colubriformis*, parasita do intestino delgado presente em praticamente todas as criações de ovinos e caprinos, lesam a mucosa intestinal provocando exsudação de proteínas séricas para a luz intestinal. Em grandes infecções os animais podem apresentar anorexia, diarreia edema submandibular. As infecções por helmintos gastrintestinais de pequenos ruminantes são mistas, sendo ainda comum o parasitismo por espécie de *Cooperia* spp., *Oesophagostomum* spp. e *Strongyloides papillosus*. As principais consequências dessas infecções são prejuízos econômicos devido à redução na produtividade, mortalidade e despesas com mão-de-obra e antiparasitárias, os quais elevam o custo de produção, podendo inviabilizar o sistema produtivo.

A eimeriose caprina é uma doença infecciosa aguda por protozoários coccídios do gênero *Eimeria*. É uma protozoose cosmopolita, que afeta os caprinos submetidos a diferentes sistemas de produção, sendo mais freqüente em animais confinados, mantidos em pequenas áreas, com alta densidade populacional, sendo comum em rebanhos leiteiros (LIMA, 1980; CAVALCANTE, 1996).

As ectoparasitoses, principalmente a causada pelo *Bovicola caprae*, apresenta prevalência de 62,17% e distribuição anual, com maior nível de infestação no período seco acarretam perdas econômicas na exploração caprina, desde a mortalidade até queda da produtividade. Os

efeitos causados sobre a pele depreciam seu valor comercial (FILGUEIRA et al., 2001; COSTA & VIEIRA, 1984; MACHADO, 1984). Dentre os ácaros causadores de sarnas em caprinos têm-se os gêneros *Sarcoptes*, *Psoroptes* e *Demodex*, os quais ocasionam perdas econômicas decorrentes da depreciação da pele por ocasião da comercialização e utilização na indústria coureira (COSTA & VIEIRA, 1984).

O parasitismo compromete a rentabilidade dos sistemas pecuários produtivos, produzindo importantes perdas clínicas e subclínicas, além de forçar o seu controle com drogas químicas que têm a capacidade de permanecer por um período prolongado no organismo animal e conseqüentemente requerem períodos semelhantes de eliminação, contribuindo para uma presença de seus resíduos no leite e derivados que se destinam ao consumo humano. O resíduo de compostos químico eliminado com as excreções dos animais provoca sérios efeitos ao meio ambiente. Em algumas situações, os resíduos poderão entrar na cadeia alimentar humana, podendo ocasionar problemas de saúde pública (VIEIRA, 1991).

O controle das parasitoses de caprinos ainda é essencialmente químico, através de drogas que liberam resíduos tóxicos no animal e no meio ambiente, além de elevarem a índices irrecuráveis o custo de produção. Atualmente os programas de controle de vermes de caprino visam, não só curar a doença clínica, que se caracteriza por altas taxas de mortalidade, mas principalmente reduzir os prejuízos provocados pelo parasitismo subclínico. Ressalta-se a necessidade de difusão de métodos alternativos de controle da verminose, contemplando desde a utilização de vermífugos naturais a orientações sobre práticas de manejo que favorecerão este controle (COSTA & VIEIRA, 1984).

As primeiras testemunhas do uso das plantas na medicina foram os papiros egípcios, os escritos chineses nas folhas de bambu e as taboas de argila dos sumérios. No ano 3000 a.C., no Egito antigo, os papiros registraram o uso de quinhentas plantas medicinais: Menta, Alecrim, Camomila, Absinto, Babosa, Terebentina, Tomilho e plantas da família Solanácea usadas até hoje. No entanto, o primeiro tratado de medicina só aparece mil anos a.C., no vale do Tigre e Eufrates, onde hoje estão o Irã e o Iraque. No vale do Nilo, os primeiros médicos eram os reis, como Athotis (4000 a.C.) ou Queóps (2750 a.C.), os quais foram sucedidos por médicos funcionários reais “recrutados por concurso” e hierarquizados ao serviço dos faraós do Nilo. Mais tarde, já na Grécia e Roma Antigas, a medicina se torna de domínio dos cidadãos em geral, não mais dos sacerdotes. Em 600 a.C., Atenas decreta que “todo cidadão tem direito a cuidados médicos gratuitos, pagos pelo Estado”, um tipo de SUS local. Tal benevolência era custeada por um imposto real denominado “Iatrimon”, que aqui se conhece como CPMF.

Depois vem a história, mais ou menos conhecida de Hipócrates (460-377 a.C.), Dioscorides (100 d.C.) e Galeno (130-200 d.C.). A medicina deixa o esoterismo e a imprevisibilidade dos caprichos divinos e avança cientificamente no terreno da terapêutica, classificação das doenças, posologia e diagnóstico. Os estudos de Farmácia avançaram celeremente neste período. Quando o Brasil foi descoberto, a Fitoterapia reinava praticamente sozinha, não havia vacinas nem os medicamentos sintéticos, que só aparecem no final do século XIX com a aspirina. O Brasil tem uma mega-biodiversidade de 55.000 espécies de plantas superiores.

Pesquisas nas universidades e institutos de pesquisa revelam substâncias ativas em câncer, Aids, analgésicos, vermífugos, antibióticos e um sem número de outras utilidades. Primeiramente, devemos identificar bem a planta. A partir daí, devemos coletar: raízes, cascas, sementes, flores ou folhas, sempre em bom estado. As melhores são as folhas adultas e verdes. As sementes devem estar maduras e secas. As cascas e raízes podem ser colhidas em qualquer época. As raízes, as cascas, as flores e as sementes são, geralmente, mais fortes do que as folhas. Portanto, deve-se usá-las em menor quantidade. E aconselha-se usar apenas uma destas partes da planta de cada vez. O processo de secagem deverá ser feito à sombra, num ambiente seco e limpo, em estufa ou forno fracamente aquecido ou ao sol da manhã Disponível em: <<http://www.professorberti.hpg.ig.com.br/plantasmedicinais/PLANTAB.htm>>.

Os programas de extensão disponíveis para os pequenos pecuaristas, principalmente no Nordeste do Brasil, com suas limitações vêm contribuindo de forma primária no tocante à assistência técnica. A universidade no seu perfil extensionista vem tentando contribuir com o setor principalmente com a difusão de técnicas que minimizem os prejuízos na produção. Assim o fazendo, além de contribuir com o aspecto socioeconômico, a universidade favoreceu a docentes e discentes o caminho de buscas para a consolidação de seus cursos e disciplinas, junto às reais necessidades da comunidade, onde está inserida.

Respaldaado na medicina fitoterápica, o projeto minimizou o custo de produção de caprinos, no tocante ao controle das helmintoses, em propriedades do sistema de produção da região de Patos/PB e resgatou a medicina popular. Fazendo com que os pequenos pecuaristas identificassem as plantas medicinais disponíveis na região e soubessem utilizá-las de forma viável com a finalidade de controlar os surtos de parasitoses que vêm dizimando seu efetivo caprino. Alcançando seus objetivos inicialmente propostos, como: trabalhar as propriedades com potencial natural para a caprinocultura; promover a capacitação de recursos humanos destas comunidades visando à identificação, manipulação e uso correto das plantas medicinais (Batata-de-Purga, Melão-de-São Caetano e Abóbora), principalmente no tocante à conservação desse recurso no meio ambiente; integrar as atividades universitárias com as comunidades na área de caprinocultura; participar do planejamento e implantação da caprinocultura viável nestas comunidades.

Metodologia

Local de realização do trabalho

A difusão do uso de plantas medicinais com ação antiparasitária, elaborada para o sistema de produção caprina da região semi-árida da Paraíba pelo Laboratório de Doenças Parasitárias dos Animais Domésticos do Departamento de Medicina Veterinária do Centro de Saúde e Tecnologia Rural da Universidade Federal da Paraíba.

Período de execução

A duração do trabalho correspondeu há oito meses, cujo início se deu em abril de 2003 e término em novembro de 2003.

Atividades

Cadastro

O efetivo caprino foi cadastrado em fichas individuais, pelos bolsistas, as quais constaram de dados de identificação da propriedade e do rebanho; dados a cerca do manejo nutricional e sanitário.

Agenda

O Laboratório de Doenças Parasitárias dos Animais Domésticos/DMV procedeu ao agendamento de visitas técnicas, coletas de amostras, everminação, palestras técnicas, cursos sobre assuntos de manejo parasitário (medicamento, aplicação, coleta de amostras, etc.).

Plantas

Sementes de Abóbora (*Cucurbita pepo* L.), Batata-de-Purga (*Operculina hAMILTONII*) e Melão de São Caetano (*Mormodica charantia* L.).

Exames

O Laboratório de Doenças Parasitárias dos Animais Domésticos/DMV disponibilizou o profissional capacitado, na pessoa do coordenador do projeto, que juntamente com os bolsistas procederam às análises das amostras coletadas.

Produção do vermífugo natural

O Laboratório de Fitoterapia/DCV disponibilizou profissional capacitado, na pessoa da professora executora do projeto, que juntamente com os bolsistas procederam à fabricação do produto natural, para ser administrado aos animais na formulação e dose correta.

Tratamento

O profissional responsável pelo Laboratório de Doenças Parasitárias dos Animais Domésticos e do Laboratório de Fitoterapia prescreveu o tratamento que foi administrado aos animais de cada propriedade, assim como todas as recomendações técnicas necessárias a cada situação.

Monitoramento

O Laboratório de Doenças Parasitárias dos Animais Domésticos e do Laboratório de Fitoterapia disponibilizou seus profissionais e bolsistas que executaram visitas quinzenais, depois de instituído cada tratamento, determinando a eficácia da terapêutica indicada. Assim como foram realizadas palestras educativas consolidando o controle de vermes de caprinos pela medicina popular.

Controle

O profissional responsável pelo Laboratório de Doenças Parasitárias dos Animais Domésticos, após uma análise técnica dos rebanhos do projeto, determinou um controle do tipo estratégico para as parasitoses de caprinos da região semi-árida paraibana.

Reuniões da equipe executora

Foram realizadas reuniões quinzenais da equipe executora do projeto para integração do grupo, coletas dos resultados preliminares, registro de dificuldades e elaboração de medidas renovadoras das ações extensionistas no tocante a resolução dos problemas apontados.

Resultados e discussão

O trabalho de extensão desenvolvido apresentou uma repercussão relevante, pois, em princípio, se tentou trabalhar com duas propriedades, porém, com a divulgação do trabalho, na sua primeira vigência e com parcerias (Cooperativa Vinculus e o Sebrae) foi possível desenvolver o trabalho com muitas outras propriedades, chegando-se a atender outros municípios vizinhos de Patos, como já exposto nos resultados. No entanto, nessa segunda vigência, com a ausência da cooperativa Vinculus, que desenvolvia na região um projeto de sustentabilidade e de inserção social, devido ao término do projeto, foi extremamente difícil concluir as atividades agendadas, já que a universidade não prioriza a extensão quando se fala em orçamento.

A caprinocultura é sem sombra de dúvidas uma atividade sustentável para o homem rural da região semi-árida nordestina, e a difusão e uso de plantas medicinais para o controle de verminoses mostrou-se efetiva, principalmente por não elevar o custo de produção, não agredir o organismo animal e não deixar resíduos nos seus subprodutos.

Os resultados obtidos no período de abril a novembro de 2003 estão descritos nas Tabelas 1, 2, 3 e 4. O desempenho da equipe, assim como dos parceiros, foi extremamente notável e imprescindível em todas as etapas do trabalho. Não deixando de ressaltar a primordial interação da equipe com as comunidades, resultando no êxito do trabalho, o qual contou com inúmeras palestras (Tabela 2), várias coletas de material, seguidas de exames e posterior tratamento dos animais acometidos por vermes.

Foram atendidos 138 produtores (Tabela 1) e assistido um rebanho 2.579 animais (Tabela 1), os quais estavam extremamente acometidos por vermes (Tabela 3), e receberam um tratamento através das plantas medicinais e medidas profiláticas e sanitárias, sendo assim controladas infecções pela superfamília Trichostrongyloidea, que representava uma média de ovos por grama de fezes de 954,87; reduzindo para 263,08 OPG, caracterizando um controle eficaz (Tabela 4) ao longo de 12 meses.

Tabela 1

Núcleos atendidos pelo projeto: difusão do uso de plantas medicinais com ação antiparasitária na produção de caprinos do sistema de produção da região de Patos/PB

Núcleos	Município	Número de Produtores	Número de Animais	
			Ovinos	Caprinos
Trincheiras	Patos	13	345	106
Cupiras	"	11	110	168
Gatos	São Mamede	51	388	701
Serra Branca	"	34	108	1.295
Santana-Queimadas	Santa Terezinha	13	15	164
Cipó-Capesa	Santa Terezinha	16	26	145
Total		138	992	2.579

Tabela 2

Número de palestras, coletas, exames e tratamento por núcleo realizados pelo projeto: difusão do uso de plantas medicinais com ação antiparasitária na produção de caprinos do sistema de produção da região de Patos/PB

Atividades	Número	Número de Produtores	Animais
Palestras	06	108	-
Coletas	276	134	276
Exames	276	134	276
Tratamentos	276	134	276

Tabela 3

Perfil parasitológico (Opg) dos animais atendidos pelo projeto: difusão do uso de plantas medicinais com ação antiparasitária na produção de caprinos do sistema de produção da região de Patos/PB

Núcleos	Diagnóstico (Opg)				
	Superfamília Trichostrongylidea	Gênero Strongyloides	Gênero Trichuris	Gênero* Moniezia	Gênero** Eimeria
Trincheiras	1.725,64	58,97	30,77	-	435,90
Cupiras	963,64	227,27	12,12	15,48	351,51
Gatos	753,76	415,05	3,22	0,38	683,87
Serra Branca	1.447,76	816,42	-	-	720,89
Santana/Queimadas	538,46	19,23	-	0,50	607,69
Cipó/Capesa	300,00	375,31	6,25	2,09	468,75

Tabela 4

Perfil parasitológico (Opg), após tratamento, dos animais atendidos pelo projeto: difusão do uso de plantas medicinais com ação antiparasitária na produção de caprinos do sistema de produção da região de Patos/PB

Núcleos	Diagnóstico (Opg)				
	Superfamília Trichostrongyloidea	Gênero Strongyloides	Gênero Trichuris	Gênero* Moniezia	Gênero** Eimeria
Trincheiras	441,02	100,00	10,25	1,94	-
Cupiras	352,77	105,55	-	0,05	138,88
Gatos	390,00	96,00	-	-	60,00
Serra Branca	50,00	190,90	-	-	454,54
Santana/ Queimadas	220,51	41,02	-	-	25,64
Cipó/Capesa	122,22	111,11	-	-	111,11

* e ** não refletem doença clínica

Ainda como resultados, a equipe divulgou em eventos de extensão universitária e de segurança alimentar (I. CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, I. ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UFCG e I ENCONTRO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA PARAÍBA), quatro resumos sobre o trabalho, sendo que um ficou entre os 10 melhores trabalhos apresentados na área de difusão de tecnologia, tendo sua publicação na íntegra garantida.

Conclusão

O desempenho da equipe de trabalho, assim como dos parceiros, foi extremamente notável e imprescindível em todas as etapas do projeto. Não deixando de ressaltar a primordial interação da equipe com as comunidades, resultando no êxito do trabalho. Tamanho foi a importância, a abrangência e adoção do trabalho pelas comunidades, que com o fim de algumas parcerias gerou-se uma expectativa de como contornar o problema para que as ações continuassem e possa-se, aqui, usar uma linguagem comum, o projeto finalizou suas atividades “por amor à camisa” por parte da equipe executora. Na comunidade acadêmica o trabalho teve uma boa repercussão, haja vista a procura por parte dos alunos para colaborarem e conhecerem de perto o trabalho extensionista. Na comunidade onde a instituição está inserida, o trabalho também gerou impacto, pois vários foram os programas de rádio onde a equipe se apresentou para responder perguntas e curiosidades.

De acordo com a grande aceitação e os excelentes resultados alcançados, aumentando a produtividade e diminuindo os custos para a produção de caprinos da microrregião de Patos/PB, pode-se concluir que o programa, além de contribuir com a situação socioeconômica do homem do campo, também proporcionou a interação de alunos que tiveram o interesse de conhecer mais a respeito da Extensão Universitária.

Espera-se que o programa de extensão universitária receba uma maior atenção das IEFS, principalmente no aporte financeiro, para que consolide o seu perfil, também, extensionista, para que a sociedade possa contar e utilizar os resultados das pesquisas e conhecimentos científicos no seu dia-a-dia.

Referências bibliográficas

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA *Anuário estatístico do Brasil*. Brasília: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 51, 1991. 1024 p.
- ATHAYDE, A. C. R. et al. Surto epizoótico de haemoncose e strongiloidose caprina no semi-árido paraibano. In: XV CONGRESSO PANAMERICANO DE CIÊNCIAS VETERINÁRIAS, Campo Grande, 1996. p. 264-264.
- CAVALCANTE, A. C. R. *Espécies do gênero Eimeria Schneider, 1875 (Apicomplexa: Eimeriidae) parasitos de caprinos leiteiros na microrregião homogênea de Sobral, Ceará*. 1996. 64 f. Dissertação (Mestrado) – UFRRJ, Rio de Janeiro.
- COSTA, H. M. de A.; VIEIRA, L. da S. *Ectoparasitos permanentes de caprinos e ovinos em Sobral/CE. Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v. 19, p. 639-646, 1984.
- COSTA, H. M. de A. et al. Distribuição de helmintos parasitos de animais domésticos no Brasil. *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*, v. 38, p. 465-579, 1986.
- COSTA, H. M. de A.; VIEIRA, L. da S.; BERNE, M. E. A. Population dynamics of caprine parasitic helminths in the Sertão of Inhamuns, Ceará, Brazil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GOATS, 4. Brasília-DF, 1987. *Proceedings*. Brasília: Embrapa-DDT, 1987, v. 2, p. 1360.
- FILGUEIRA, H. C.; SANTOS, A. C. G.; BAKKE, O. A. Frequência da pediculose (*Bovicola caprae*. Ewing, 1936) (Mallophaga: Trichodectidae) em caprinos abatidos no Matadouro Público de Patos/PB. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPB, 9, João Pessoa, PB, 2001. *Resumo*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. p. 146. (Ciências da vida; 2).
- LIMA, J. D. Eimeriose dos ruminantes. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE PARASITOLOGIA VETERINÁRIA, 2, Fortaleza, CE, 1980. *Anais*. Brasília, DF: Colégio Brasileiro de Parasitologia Veterinária/Embrapa, 1980. p. 79-97.
- MACHADO, T. M. M. Sanidade do rebanho. In: EMBRATER. *Criação de cabras leiteiras*. Brasília: EMBRATER, 1984. p. 109-131. (Embrater didática; 4).
- PADILHA, T. N. *Doenças parasitárias dos caprinos nas regiões áridas e semi-áridas do Nordeste brasileiro*. Petrolina, PE: EMBRAPA-CPTSA, 1982. 45 p. (Embrapa-CPTSA. Documentos, 17).
- VIEIRA, L. da S. Epidemiologia e controle das principais endoparasitoses de caprinos e ovinos. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA, 28. João Pessoa, PB, 1991. *Anais*. João Pessoa: Sociedade Brasileira de Zootecnia, Caprinocultura e Ovinocultura, 1991. p. 27-36.

- **Papel das pré-incubadoras de empresas no desenvolvimento do empreendedorismo: o caso do Gene-Blumenau**

Micheline Gaia Hoffmann Fallgatter, Ms.

Alexandre Sena, Engenheiro

Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB

Resumo

As incubadoras e pré-incubadoras de empresas ocupam espaço importante no cenário econômico atual. O objetivo do presente trabalho é demonstrar o papel destes dois tipos de instituições no processo de apoio ao empreendedorismo e geração de novas empresas. O artigo inicia discutindo os aspectos conceituais que distinguem incubadoras de pré-incubadoras. Em seguida, é apresentado o modelo de funcionamento do Gene-Blumenau, uma pré-incubadora de empresas de base tecnológica, caracterizada como projeto de extensão da Universidade Regional de Blumenau – FURB, desde 1996. A metodologia de pré-incubação aqui apresentada está relacionada ao modelo atualmente vigente. Após a descrição da metodologia, estão apresentados os principais resultados obtidos pela pré-incubadora. O artigo conclui que a estrutura de serviços oferecidos por uma pré-incubadora a suas empresas/projetos deve ser diferenciada em relação à estrutura oferecida pelas incubadoras, porque as necessidades das empresas apoiadas são diferentes. O caso do Gene-Blumenau aponta que os processos de capacitação, monitoramento e acompanhamento demonstram-se como fatores críticos ao sucesso de projetos de empresas em estágio de pré-incubação. Ressalta-se, assim, a importância da sedimentação de conceitos acerca dos processos de pré-incubação e incubação de empresas, de modo que fique mais bem compreendida a complementaridade entre as duas e otimizada sua sinergia.

Palavras-chave: empreendedorismo, geração de novas empresas, pré-incubadoras

Introdução e objetivos

O Brasil tem demonstrado uma crescente consciência acerca da necessidade de apoio e incentivo ao surgimento de novas empresas. Exemplo disso é o aumento substancial do número de incubadoras criadas nos últimos 10 anos, bem como os programas de formação de empreendedores que vêm ganhando força em grande parte das universidades brasileiras. De acordo com o relatório Panorama 2003, elaborado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas – Anprotec, apenas no ano de 2003 sugeriram 14 novas incubadoras no Brasil, totalizando 207 incubadoras.

Uma diferença importante entre as incubadoras existentes refere-se aos tipos de serviços oferecidos às empresas residentes (incubadas). Estes serviços variam em função, principalmente, do estágio de evolução dos projetos apoiados.

Neste sentido, torna-se importante distinguir o conceito de incubadoras e pré-incubadoras, instituições com objetivos comuns e papéis complementares, uma vez que ambas visam a geração

de novas empresas, mas atendem a empreendedores cujos projetos encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento.

Este artigo visa esclarecer a distinção entre o papel destes dois tipos de instituições no processo de apoio ao empreendedorismo e geração de novas empresas. Adicionalmente, propõe-se a aprofundar os conceitos relacionados ao modelo de funcionamento de pré-incubadoras.

Metodologia

Inicialmente, o artigo discute aspectos conceituais que distinguem incubadoras de pré-incubadoras. O aprofundamento em torno do modelo de funcionamento de pré-incubadoras é feito com base no caso do Gene-Blumenau, projeto de extensão da Universidade Regional de Blumenau – FURB. A descrição apresentada está baseada na metodologia atualmente em vigor na pré-incubadora em questão. Já os resultados apresentados, remetem aos sete anos de operação deste projeto de extensão na FURB.

Discussão

Ao longo do processo de criação e desenvolvimento de uma empresa, é possível a identificação de quatro estágios diferentes: Concepção, Empresa nascente, Consolidação e Crescimento.

No primeiro estágio, o de Concepção, o empreendedor identifica um nicho de mercado/necessidade de um dado público-alvo e decide iniciar uma empresa. Neste estágio, a futura empresa existe apenas “na cabeça” do empreendedor ou “no papel”, na forma de um Plano de Negócios, onde são descritos os principais aspectos do negócio.

Após o detalhamento da empresa na forma de um Plano de Negócios, o empreendedor passa a estruturar a empresa e sua equipe, a estabelecer as primeiras alianças e a desenvolver o produto e/ou serviço desejado. Ao final deste estágio, em geral, o empreendedor já possui uma empresa juridicamente constituída e, pelo menos, um protótipo do produto ou serviço a ser comercializado. É muito comum que neste estágio o empreendedor já tenha conseguido os primeiros clientes de sua empresa.

O próximo estágio no processo evolutivo da empresa é a consolidação em seu mercado de atuação. Já com um produto rodando, a consolidação ocorre não só em termos de mercado, mas também com relação à estrutura administrativa da empresa. Neste estágio, começa a haver maior necessidade de capacidade gerencial, de alianças estratégicas e de capital, para que se criem condições à alavancagem do negócio, no próximo estágio. A partir da consolidação, a empresa, já com uma tecnologia comprovada e uma receita equilibrada, passa a buscar a consolidação de sua marca e a penetração em novos mercados, ampliando sua área de atuação (estágio de Crescimento).

Os estágios apresentados não devem ser entendidos como estanques e sequenciais. A apresentação linear foi feita apenas como forma de facilitar a compreensão dos estágios. O importante é perceber que as empresas possuem diferentes necessidades em cada um destes estágios. Assim, se o objetivo é aumentar as chances de sucesso das empresas, é essencial que o apoio oferecido em cada estágio seja diferente e adequado ao seu estágio de desenvolvimento.

É neste ponto que se deve diferenciar entre incubação e pré-incubação. A pré-incubação fornece apoio a empresas que estão nos dois primeiros estágios de desenvolvimento, ou seja, nos estágios de Concepção e Empresa Emergente. No início destes estágios, as empresas não possuem um produto ou serviço que possa ser demonstrado para futuros clientes. Existe apenas a idéia (no estágio de Concepção) ou um Plano de Negócios escrito e detalhado (início do estágio Empresa Emergente). Em função disso, as empresas que estão nestes estágios, em geral, não atraem investidores, uma vez que o grau de incerteza quanto ao sucesso da empresa ainda é grande. Muitas vezes, esta incerteza decorre não só com relação ao estágio, mas também com relação ao ineditismo do produto ou serviço proposto pela empresa.

O processo de incubação ocorre, justamente, quando se encerra o processo de pré-incubação, ou seja, o produto de uma pré-incubadora é uma das “matérias-primas” de uma incubadora de empresas. No início do processo de incubação (Consolidação) a empresa já possui pelo menos um protótipo para demonstrar para os clientes em potencial. Em função disso, e de um Plano de Negócios mais elaborado, a empresa tem maiores chances de atrair investidores de risco, principalmente “Anjos”. Assim, observa-se que pré-incubadora e incubadora se complementam, aumentando a probabilidade de sucesso da empresa apoiada.

É na pré-incubadora, portanto, que ocorre o desenvolvimento do perfil e a formação inicial do empreendedor. Por este motivo, há uma tendência da taxa de sucesso ser menor do que aquela que ocorre em uma incubadora.

Para que a pré-incubadora aumente a probabilidade dos “casos de sucesso” é essencial um programa bem articulado, que atenda às peculiaridades dos projetos neste estágio.

Vindo ao encontro deste objetivo é que surgiu o Gene-Blumenau, pré-incubadora ligada ao projeto Gênesis, coordenado pela Sociedade Softex e apoiado pelo MCT, por meio do CNPq. Criado em 1996, o Projeto Gênesis caracterizou-se pela implantação de pré-incubadoras de empresas de base tecnológica em diversas regiões do país. O Gene-Blumenau foi aprovado no primeiro edital lançado pelo CNPq em 1996. Sua atuação efetiva teve início em 1997, quando as primeiras equipes de empreendedores foram selecionadas e iniciaram o desenvolvimento de seus projetos. O projeto de concepção desta pré-incubadora foi elaborado por professores do Departamento de Sistemas e Computação da FURB. Desde o início, a pré-incubadora foi posicionada nesta universidade como projeto de extensão.

A ênfase em sua atuação é nos dois primeiros estágios de desenvolvimento das empresas, conforme demonstrado anteriormente. Assim, propõe-se a desenvolver um trabalho de base no que tange o apoio a empresas nascentes, uma vez que seu “modelo de negócio”, denominado “pré-incubação”, atribui importância estratégica às fases mais iniciais do processo de geração de uma empresa, que vão desde a sensibilização de potenciais empreendedores até o desenvolvimento do produto e criação propriamente dita da empresa.

Esta pré-incubadora tem seu modelo de funcionamento interno estruturado em torno de quatro operações básicas: atração de novos projetos; seleção de projetos; incubação/desenvolvimento das empresas; graduação das empresas. A seguir estão detalhados os conceitos e as atividades que atualmente fundamentam cada uma destas quatro operações.

A primeira atividade é a atração de projetos e, conseqüentemente o processo de seleção. O Gene-Blumenau atua de forma pró-ativa para aumentar o número de projetos submetidos, entendendo que, quanto maior a demanda, melhores as possibilidades abertas ao processo de seleção. Dentre as melhores práticas para a atração de novos projetos, podem ser destacadas as seguintes: existência de um site para divulgar as vantagens oferecidas e os casos de sucesso, dentre outras informações (www.criem.institutogene.org.br); inserção, no site das empresas graduadas e parceiros de um link para o site da incubadora; inclusão, no material publicitário, das empresas incubadas (folders, cartazes, etc.), de menção de que aquela empresa foi apoiada pelo CRIEM; realização de palestras em cursos de segundo grau, técnicos e universitários, sobre empreendedorismo e as vantagens oferecidas pela incubadora; organização de visitas de alunos e/ou graduados à incubadora; colocação de material publicitário (folders, cartões, cartazes, etc.) nas sedes de cada um dos parceiros; palestras em associações da classe empresarial, divulgando as oportunidades que a incubadora pode oferecer a empresas já estabelecidas; elaboração de artigos sobre empreendedorismo e geração de novas empresas, para divulgação na imprensa regional; divulgação, na imprensa, dos casos de sucesso da incubadora.

Ainda referente ao processo de prospecção, existem outros programas que têm auxiliado o Gene-Blumenau a aumentar a demanda de novos projetos. Dentre eles, pode-se destacar a Demanda Dirigida, onde uma empresa já estabelecida serve como “célula-geradora” de uma ou mais empresas, através da identificação de dificuldades técnicas ou operacionais que dificultam sua expansão no mercado. A partir da identificação clara destas dificuldades, o Gene-Blumenau faz uma divulgação para a atração de empreendedores interessados na criação de um negócio que reduza ou elimine a dificuldade apresentada. Estas dentre outras ações, como a realização de uma Maratona de Empreendedorismo na universidade, contribuíram para aumentar significativamente a demanda do Gene-Blumenau nos últimos três anos — mais de 400%.

Quanto ao processo de seleção propriamente dito, é constituído por três fases sequenciais e eliminatórias: a) pré-seleção: por meio do site da incubadora, os empreendedores preenchem um formulário no qual descrevem os principais aspectos relacionados ao novo negócio. Esta pré-seleção é feita pela equipe de gestão da incubadora e se baseia no perfil técnico da equipe, perfil empreendedor, potencial de inovação, viabilidade financeira e impacto regional; b) hotel de projetos: após aprovação na primeira fase, a nova empresa ocupa uma sala na incubadora e tem 6 meses para o desenvolvimento de seu Plano de Negócios detalhado. Nessa fase, a empresa conta com o apoio e a estrutura da incubadora para elaborar seu PN; c) banca de seleção: após o período de 6 meses, a empresa apresenta seu Plano de Negócios para uma banca. Além do Plano de Negócios, a banca de avaliação recebe o relatório com o desempenho da empresa, elaborado pelos tutores, equipe de gestão e pelo Núcleo de Acompanhamento de Projetos.

O segundo grupo de atividade do Gene-Blumenau é o programa de capacitação e desenvolvimento, este programa está organizado em função de quatro áreas básicas e complementares: a) gestão, com o objetivo básico de capacitar os empreendedores a administrar suas empresas de forma a torná-las competitivas e rentáveis. Neste escopo, estão incluídas ações que visam à construção do conhecimento do empreendedor em áreas como planejamento estratégico,

gestão do conhecimento, gestão financeira e questões jurídicas; b) mercado, onde o foco visa aperfeiçoar a sintonia entre as empresas e seu mercado de atuação; c) tecnologia, o que permite aperfeiçoar a compreensão do empreendedor acerca do processo de inovação tecnológica, bem como das questões relacionadas à qualidade dos produtos desenvolvidos pelas empresas. Neste sentido, a criação do Laboratório de Avaliação da Qualidade de Software, em fase de implantação, irá contribuir decisivamente para a melhoria dos produtos e processos da empresa; d) comportamento, área do programa que se concentra no desenvolvimento das habilidades do empreendedor para a liderança, a comunicação, a negociação, o entrosamento e o convívio social, fundamentais nas relações interpessoais que se fazem presentes no comportamento organizacional.

O Programa de Desenvolvimento Empresarial da incubadora é reconhecido e certificado pelo Instituto Gene e reconhecido pelo MEC como cursos de curta duração. A composição e a carga horária variam conforme as necessidades e estágio de desenvolvimento das empresas, bem como da disponibilidade de recursos da incubadora. Em média, os empreendedores têm a oportunidade de ter acesso a cerca de 200 horas capacitação/ano.

O programa é composto por cursos (na forma de workshops) seguidos de consultorias individuais, com vistas à construção de conhecimento aplicado à realidade de cada empresa. Assim, ao final de cada etapa do programa, os empreendedores possuem um documento avalizado pelo consultor responsável. Este documento pode ser o plano de marketing, o plano financeiro, o plano de desenvolvimento, enfim, uma etapa do Plano de Negócios. Ao final do programa, toda empresa deverá ter um plano de negócios consistente e pelo menos um empreendedor capacitado a atualizá-lo e aperfeiçoá-lo sistematicamente.

Os consultores das diferentes áreas trabalham em sintonia, de modo a desenvolver um programa sinérgico e continuado; a cada novo evento (curso-consultoria) do qual o empreendedor participa leva consigo o material construído anteriormente como “matéria-prima” a ser lapidada.

A terceira parte do processo de pré-incubação do Gene-Blumenau é a mais importante, o programa de orientação e acompanhamento. Quando o processo de acompanhamento e orientação das empresas incubadas é de boa qualidade, os problemas por elas enfrentados, bem como as oportunidades, são rapidamente identificados. Com isso, pode-se implementar as ações necessárias para auxiliar as empresas e, assim, ampliar sua probabilidade de sucesso.

Em geral, empreendedores em fase de incubação têm a necessidade de discutir aspectos tecnológicos relacionados a seus produtos/serviços, bem como aspectos relacionados à gestão estratégica da empresa e mesmo ao desenvolvimento do projeto. Durante o período de incubação, as dúvidas, problemas e necessidades gerais dos empreendedores devem ser solucionados ou pelo menos amenizados, de forma que a empresa possa atuar com sucesso no mercado de sua escolha.

Para suprir estas necessidades, o Gene-Blumenau implantou o NAP – Núcleo de Acompanhamento de Projetos, onde, por meio do Programa de Tutoria, as empresas recebem a orientação de um Tutor Acadêmico e de um Tutor de Negócios.

O tutor acadêmico tem o papel de acompanhar e orientar a empresa incubada em relação às características técnicas do produto ou serviço desenvolvido e avaliar a sua evolução/desem-

penho ao longo do tempo. Ele deve ter em sua área de especialização/experiência subsídios para oferecer amplo apoio aos empreendedores em relação às questões tecnológicas do projeto. Todos os projetos incubados no Gene-Blumenau possuem um tutor acadêmico, que é um professor/pesquisador da Universidade Regional de Blumenau, notadamente do DSC com disponibilidade de duas horas semanais para interagir pessoalmente com os empreendedores. O tutor de negócios também é um professor desta universidade, com formação em Administração e mestrado na área de Gestão Estratégica de Negócios, além de experiência prática na área. Todas as empresas usufruem o acompanhamento e orientação pelo tutor de negócios, sendo que há uma maior dedicação deste profissional àquelas empresas em fase de comercialização.

A partir deste processo de orientação e acompanhamento, o Núcleo de Acompanhamento de Projetos (tutores) identifica as necessidades e potencialidades da empresa incubada, indicando as necessidades de cursos e consultorias especializados que devem estar contempladas do Programa de Capacitação e Desenvolvimento Empresarial, acima apresentado. Para tudo isto, o NAP conta com a dedicação de um coordenador, também professor do DSC da FURB.

O quarto ponto vem ao encontro de dois grandes desafios com os quais se defrontam as empresas incubadas, o acesso ao mercado, ou seja, canais de venda e distribuição de seu produto/serviço, bem como o acesso aos recursos que se fazem necessários para a operacionalização deste primeiro “salto” em seu ciclo de crescimento. Neste sentido, o Gene-Blumenau adota as seguintes estratégias para apoiar as empresas: gerar oportunidades de exposição, por meio da participação em eventos (como feiras comerciais, salões e rodas de negócios) e de serviços de assessoria de comunicação e publicidade; emprestar sua rede de contatos para a ampliação da rede de contatos das empresas; a criação e produção de um kit publicitário básico (composto por logomarca, folder, cartão de visita, banner, pasta e papel timbrado) para as empresas incubadas, visando seu desenvolvimento comercial; para tanto, o Gene-Blumenau conta com uma assessoria de comunicação; apoiar individualmente cada empresa no desenvolvimento de seu Plano de Negócios e na elaboração de projetos para a prospecção de recursos, seja junto a organismos de fomento, fundos de capital de risco, investidores individuais ou outras potenciais fontes de recursos para capitalização das empresas.

Para finalizar, há o programa de graduação programada e pós-incubação. O processo de graduação das empresas do Gene-Blumenau é um processo definido de maneira bastante particular, entre o coordenador, os empreendedores e seus respectivos tutores. O prazo médio de incubação gira em torno de 02 a 03 anos, mas o momento mais adequado para a saída de cada empresa é cuidadosamente avaliado, para que se evite que uma saída precoce prejudique a fase de consolidação da empresa. Por outro lado, tem-se evitado o prolongamento excessivo do período de incubação, para que a empresa possa defrontar-se, o quanto antes, com a realidade do mercado, bastante amenizada pela estrutura de apoio da incubadora. Avaliações periódicas realizadas pelo coordenador, bem como a sistemática de acompanhamento do NAP, constituem o instrumento que permite o acompanhamento dos indicadores de desempenho e desenvolvimento das empresas e é através delas que se define o processo de “desincubação”, ou graduação.

Após a graduação da empresa, ela permanece usufruindo serviços do Gene-Blumenau. Por exemplo, a área de uso comum permanece disponível, espaço em servidor para hospedagem de seu site, acesso a cursos, consultorias e eventos de um modo geral a custos subsidiados, apoio na elaboração de projetos e acesso à rede de contatos da incubadora.

Resultado

Desde sua criação em 1996, o Gene-Blumenau forneceu apoio a 58 projetos de empresas. Deste total, 14 empresas (representando 26% do total) concluíram com sucesso o processo de pré-incubação e continuam atuando no mercado. Atualmente, o Gene-Blumenau está apoiando o desenvolvimento de 13 novos projetos (o que representa 22% do total), dentre os quais, 4 estão próximos da graduação.

Um indicador de resultados usualmente adotado para a avaliação dos resultados de processos de incubação de empresas é o faturamento médio das empresas. No caso das pré-incubadoras, em função do estágio de desenvolvimento das empresas, os valores absolutos não são muito expressivos. Por isso, mais importante do que a análise de valores absolutos é a análise da evolução percentual do faturamento. No caso do Gene-Blumenau, tem-se verificado um expressivo aumento no faturamento médio das empresas logo no primeiro ano que sucede o término do período de pré-incubação, 617%.

Outro indicador importante é o número de empregos gerados, cerca de 60 empregos, o que leva a duas observações. Primeiro, que 50 postos de trabalho são ocupados por empreendedores. Isto apresenta um efeito multiplicador, visto que empreendedores fazem crescer o seu negócio e, conseqüentemente, geram mais empregos. E segundo, que o custo para a abertura de um novo posto de trabalho no Gene-Blumenau – R\$18.500,00 – é extremamente baixo, considerada a média estimada para outros setores, como por exemplo o de infra-estrutura – R\$107.000,00, o de turismo — R\$40.000,00 e o de construção civil pública — R\$ 25.000,00.

Analisando-se os dados apresentados anteriormente, podemos observar o impacto positivo que o Gene-Blumenau tem provocado sobre o desenvolvimento socioeconômico de sua região. É importante notar que este impacto positivo se traduz não apenas na geração de novos empregos e de impostos, mas também na inovação tecnológica das empresas já estabelecidas, uma vez que o desenvolvimento de produtos de alto valor agregado pelas empresas incubadas contribui para o incremento da competitividade de seus clientes e, assim, para o fortalecimento da economia local como um todo.

Conclusões

Projetos em fase de pré-incubação requerem da instituição que os acolhe uma estrutura de apoio capaz de atender as necessidades que lhes são peculiares. Nota-se que, em especial, a estrutura de serviços oferecidos por uma pré-incubadora a suas empresas/projetos deve ser diferenciada; notadamente os processo de capacitação, monitoramento e acompanhamento demonstram-se como fatores críticos ao sucesso de projetos neste estágio. Além disso, há que se discutir mais a fundo quais os melhores indicadores de resultado a serem adotados para

avaliar o desempenho das pré-incubadoras, visto que suas peculiaridades tornam os parâmetros tradicionalmente adotados (faturamento médio das empresas, número de empregos gerados, etc.) inadequados, dado o estágio de desenvolvimento das empresas ali instaladas. Ressalta-se, assim, a importância da sedimentação de conceitos acerca dos processos de pré-incubação e incubação de empresas, de modo que fique mais bem compreendida a complementaridade entre as duas e otimizada sua sinergia.

Referências bibliográficas

LEAL, S.; PIRES, S. O. (Org.). *Empresas de sucesso criadas em incubadoras*: uma coletânea de casos. Brasília: ANPROTEC, 2001.

PALADINO, G. (Org.). *Panorama, 2003*. Brasília: Anprotec, 2003.

SILVEIRA, C. H. (Org.). *Santa Catarina tecnologia*: histórias de sucesso. Florianópolis: FUNCITEC, 2001.

SILVA, F. Q. B.; ARAÚJO, E. E. R. *Enterprise start-ups in academic departments*: the genesis project. Disponível em: <<http://www.di.ufpe.br/~genesis>>. Acesso em: ago. 1997.

- **Aplicação de músculos artificiais pneumáticos em uma órtese para quadril**

Claysson B. Vimieiro

Breno G. Nascimento

Henrique R. Martins

Danilo A. P. Nagem

Marcos Pinotti

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Laboratório de Bioengenharia – Departamento de Engenharia Mecânica

Agradecimentos À Capes e ao CNPq pelo apoio financeiro

Resumo

Este trabalho está inserido no desenvolvimento de tecnologias para projetos de acessibilidade, no intuito de minimizar o grau de dificuldade de um portador de deficiência física em se locomover e realizar tarefas do cotidiano. A proposta é realizar a aplicação de músculos artificiais pneumáticos em uma órtese para quadril. Foi selecionada uma paciente que apresenta déficit neuro-motor resultante de Poliomielite. Foi realizado exame clínico para prescrever a órtese adequada e para confeccionar o molde do corpo da paciente. Realizou-se cálculos cinemáticos e dinâmicos para simulação do mecanismo. Foi desenvolvido um sistema para o controle da compressão e decompressão do músculo pneumático, utilizando o sinal mioelétrico remanescente do músculo da própria paciente. Este sinal é captado por meio de dois eletrodos e é modulado de forma a fazer o controle do músculo.

Palavras-chave: músculo artificial, bioengenharia, reabilitação

Introdução e objetivos

O primeiro dispositivo com o nome de músculo artificial de McKibben foi desenvolvido em 1950, contendo um tubo que se expande cercado por cordas entrelaçadas (CHOU, 1996). O músculo artificial de McKibben sofre compressão (no sentido longitudinal) quando é pressurizado, ao contrário dos outros atuadores que se expandem. Isto se deve às suas características de construção. Hoje, devidos aos diferentes materiais utilizados para o tubo interno e a malha externa, eles são utilizados desde áreas industriais até na fisioterapia para a reabilitação de pacientes.

O presente trabalho visa à aplicação de um novo conceito de Tecnologia Assistiva. Denomina-se Tecnologia Assistiva qualquer item, peça de equipamento ou sistema de produtos, adquirido comercialmente ou desenvolvido artesanalmente, produzido em série, modificado ou feito sob medida, que é usado para aumentar, manter ou melhorar habilidades de pessoas com limitações funcionais, sejam físicas ou sensoriais. Para se estudar os movimentos humanos é necessário estudar a biomecânica do movimento.

Utilizaram-se alguns princípios biomecânicos que segundo Hall (1991) é a aplicação das leis físicas e matemáticas a sistemas biológicos. Isto possibilita a análise do comportamento dos movimentos humanos.

Pacientes usuários de próteses e órteses têm se beneficiado com o advento de estudos na engenharia (mecânica, elétrica, controle e automação) juntamente com as pesquisas feitas pela ciência da reabilitação (fisioterapia e terapia ocupacional). Estas equipes vêm trabalhando de forma integrada através de grupos multidisciplinares que desenvolvem equipamentos para auxiliar os deficientes a terem maior independência, melhorando assim a qualidade de vida destes indivíduos. Assim, com o avanço da tecnologia foi possível desenvolver um sistema pneumático que pode ser utilizado para produzir movimento com o uso do músculo artificial pneumático de McKibben.

Com o propósito de atender as necessidades de pessoas que apresentam perda parcial e/ou total dos movimentos dos membros inferiores, resultante de lesões traumáticas e/ou seqüelas motoras, este trabalho tem como objetivo a aplicação de músculos artificiais pneumáticos em uma órtese para quadril. Estes indivíduos poderão utilizar este mecanismo como meio de auxílio para deambulação, aumentando assim sua independência para locomoção, o que possibilita melhores condições para realizar suas atividades de vida diária.

Metodologia

Foi desenvolvido no Laboratório de Bioengenharia da UFMG (NAGEM, 2002) um músculo artificial pneumático composto por um tubo interno de látex que se expande com a injeção de ar comprimido, cercado por uma malha externa entrelaçada, responsável pela contensão do tubo interno.

Para a montagem do músculo utiliza-se um sistema de fixação já conhecido no mercado e utilizado em sistemas pneumáticos, com conectores e anilhas. Estes conectores possuem um tubo interno rígido onde o tubo de látex do músculo se encaixa. Tal conector possui um sistema que direciona a anilha, fixando a malha externa sobre o tubo do conector. Conecta-se então o tubo de látex ao tubo rígido do conector e monta-se o sistema de conexão (NAGEM, 2002). Ao se injetar ar comprimido, o músculo pneumático se expande no sentido radial aumentando seu raio e se contrai no sentido axial diminuindo seu comprimento.

O percentual de encurtamento está diretamente relacionado com a pressão do ar e com a carga à qual o músculo é submetido. O aumento da carga diminui o percentual de encurtamento, assim como a diminuição da pressão do ar injetado.

O músculo artificial ao ser pressurizado aumenta o seu volume interno. Esta variação de volume é consequência da redução do seu comprimento e aumento do seu diâmetro, e isto gera o movimento de contração (encurtamento). Este movimento gera um potencial para realização de força. A intensidade da força exercida pelo músculo é proporcional à intensidade de pressão inserida.

Em uma bancada de testes, o músculo foi submetido a diversas cargas (0 a 20 kgf) e foram medidos os percentuais de encurtamento, variando-se a pressão (0 a 7 bar).

Dentre as diversas aplicações possíveis para os músculos artificiais de McKibben, no presente trabalho, estudou-se a aplicação prática de uma órtese equipada com músculos artificiais pneumáticos em uma paciente portadora de seqüelas de Poliomielite.

O vírus da poliomielite destrói seletivamente neurônios motores da medula espinhal, do tronco cerebral, causando paralisia flácida assimétrica. Segundo (PRICE, 1997), não há cura para a poliomielite, devendo todo tratamento ser suportivo. Dentro de uma epidemia por poliomielite somente 1 a 2% dos casos terão paralisia motora. Entretanto, a paralisia não pode ser curada e somente alguns esforços podem ser feitos para restabelecimento dos movimentos.

Tal paciente apresenta perda progressiva dos movimentos do quadril e dos membros inferiores. Observa-se grande esforço realizado pela paciente para caminhar com o auxílio de muletas canadenses, gerando assim uma grande sobrecarga nos membros superiores.

Pode-se definir órtese como um dispositivo exo-esquelético que, aplicado a um ou a vários segmentos do corpo, tem a finalidade de proporcionar o melhor alinhamento possível, buscando sempre a posição funcional. Adequar a órtese a uma determinada parte do corpo auxilia na redução da fadiga, facilita a recuperação do complexo muscular e das articulações afetadas, proporcionando melhora da função remanescente.

A observação de alguns princípios biomecânicos na confecção de órteses é fundamental para promover o ajuste apropriado e reduzir o risco de lesões cutâneas e áreas de pressão. São necessários conhecimentos de patologia, fisiologia, anatomia, cinesiologia e biomecânica para a confecção e indicação correta de uma órtese. Deve existir uma pressão contínua e bem distribuída, embora não deva existir pressão sobre proeminências ósseas. Deve ser feito um modelo da órtese para cada paciente, tendo em vista que uma forma genérica raramente se adapta a todos.

Alguns cuidados devem ser tomados durante a fabricação da órtese para se obter um produto final de boa qualidade:

- deve-se sempre acolchoar a órtese nas regiões que entram em contato com proeminências ósseas. A espuma utilizada deve ser trocada periodicamente para evitar o acúmulo de suor e de bactérias;
- as bordas da órtese podem ser dobradas para fora ou alargadas para evitar pressão sobre a pele do paciente;
- se alguma região da órtese necessitar de reforço, uma peça adicional de termoplástico deve ser colocada nesta região;
- deve-se reservar bastante tempo para a confecção da órtese e orientação do paciente;
- deve ser realizada a monitorização pós-fabricação para evitar zonas de pressão. A pressão deve ser adequadamente distribuída. Deve-se aguardar cerca de 20 minutos após a colocação da órtese, retirá-la e observar a coloração da pele. Não deve haver vermelhidão ou marcas em nenhuma região;
- deve ser prescrito um protocolo de tratamento explicando os períodos de utilização da órtese e intercalando seu uso com exercícios e períodos de repouso.

Foi confeccionada uma órtese composta por um cesto pélvico, com anteparo sobre a crista ilíaca, para envolver o quadril dando estabilidade e evitando que a órtese se desloque no corpo da paciente. O cesto pélvico deve ser feito em duas partes. A parte anterior que irá envolver a região do apêndice xifóide até a região suprapúbica. A parte posterior que irá envolver o final da região torácica até a linha glútea. Estas partes serão unidas lateralmente por fitas de velcro.

Uma haste vertical lateral irá fazer a ligação do cesto pélvico com um apoio para a coxa ou coxal. Esta haste deve possuir uma trava para evitar o movimento de hiperextensão do quadril. Ela também deverá ser fixada em dois pontos no cesto pélvico e também no coxal, para dar rigidez e evitar rotação no ponto de fixação.

Para fabricação da órtese, foram utilizados os materiais convencionais na fabricação de qualquer órtese comum. Para o cesto pélvico e o apoio para a coxa utiliza-se o polietileno. O fecho foi confeccionado em velcro. Na haste vertical lateral utilizou-se duralumínio.

A fixação do músculo deverá ser o mais alto possível no cesto pélvico, mas sem haver nenhum incômodo à paciente, para que se tenha um melhor aproveitamento da força do músculo. Por meio do exame clínico, determinou-se uma altura de 20 cm acima da articulação do quadril. Com análise a respeito da conservação de momento, pode-se observar que a posição para fixação do músculo na coxa deve ser o mais próximo possível do joelho, pois é onde se tem o maior braço de alavanca. Como o CM do conjunto está muito próximo ao joelho, definiu-se fixar o músculo exatamente no ponto do CM do conjunto.

Para melhor analisar a biomecânica corporal, pode-se fazer uma relação entre hastes e juntas representando os segmentos corporais e as articulações respectivamente. Os manipuladores são hastes rígidas unidas por juntas ou articulações. No corpo humano, o membro inferior pode ser considerado um manipulador.

Para a determinação dos parâmetros cinemáticos e dinâmicos do mecanismo, será implementado um método computacional, tendo como dados de entrada variáveis específicas para cada caso.

Para os parâmetros cinemáticos devem-se identificar quatro parâmetros importantes, que compõem a tabela de Denavit-Hartenberg (CRAIG, 1995), sendo:

- o comprimento da Haste(a_i);
- o ângulo de Rotação da Haste (α_i);
- a distância entre as Hastes (d_i);
- o ângulo da junta (q_i).

Para os parâmetros dinâmicos deve-se calcular a matriz com os tensores de inércia.

O sistema de controle proposto para comandar a compressão e descompressão do músculo, utiliza o sinal mioelétrico que ainda existe no músculo da paciente. Este sistema tem como principal objetivo fazer uma interação paciente-parte mecânica, ou seja, fazer com que o músculo artificial e, por conseqüência, a órtese respondam a comandos provenientes do sinal mioelétrico do músculo do próprio paciente, sendo necessário que o sistema nervoso esteja preservado, possibilitando assim a captura do sinal (mV) do músculo.

Os sinais de controle provenientes de sensores que convertem as forças musculares por intermédio de cabos ou hastes não proporcionam ao paciente movimentos naturais ou são métodos invasivos, dependentes de cirurgias, como a cineplastia. Estes métodos também não proporcionam sinais que possam ser processados, extraindo mais de uma informação como os SMEs. Isto se torna útil quando se deseja obter mais de um movimento usando-se apenas um sensor.

Resultados e discussão

Foram realizados cálculos dos parâmetros cinemáticos e dinâmicos possibilitando estudar a órtese como uma simulação de um mecanismo robótico. Também foram realizados cálculos para se determinar a melhor posição para fixação do músculo artificial na órtese, de modo que se obtenha um melhor rendimento.

Com o modelo cinemático pôde-se determinar a matriz geral de transformação, que permite obter a posição exata do mecanismo em qualquer situação pré-determinada, fornecendo-se os valores dos ângulos de cada junta (CRAIG, 1995).

Para os cálculos dos tensores de inércia, foram necessárias aproximações para as geometrias dos membros inferiores. A princípio, seria usada a geometria de um cilindro para simular os membros, mas para uma aproximação mais realista utilizou-se a geometria de um tronco de cone. Por meio do exame clínico, foi obtido o diâmetro aproximado nas extremidades de cada parte (coxa, perna e pé) e então desenharam-se os sólidos no software Solidworks, onde foram realizados os cálculos da matriz de inércia.

Os cálculos dinâmicos geraram resultados para os coeficientes de inércia, da força de Coriolis, da força centrífuga, os termos de gravidade e de perturbação (CRAIG, 1995). Cada parâmetro se refere a determinada característica de funcionamento do mecanismo. O termo de perturbação não foi apresentado por não ser relevante na análise.

O número de operações e equações utilizadas pelo programa para solucionar o modelo cinemático foi de 67 operações envolvendo 42 equações. Já para o modelo dinâmico, o programa realizou um total de 822 operações envolvendo 262 equações.

Nos cálculos para determinação do ponto de aplicação do músculo foram avaliadas as posições, inicial e final, do membro da paciente durante a marcha. Para a posição inicial o músculo, precisa fazer uma força de 15,4 Kgf para levantar o membro.

$$M = 0 \therefore (P * \text{sen}20^\circ) * x_i - (F_m * \text{sen}14^\circ) * x_i = 0 \quad \dots\dots\dots 1$$

$$F_m = \frac{(10,92 * \text{sen} 20^\circ) * 35,09}{\text{sen} 14^\circ * 35,09} = 15,4(\pm 0,25) \text{kgf} \quad \dots\dots\dots 2$$

Na posição final, o músculo precisa fazer uma força de 19,6 Kgf para levantar o membro.

$$\square M = 0 \therefore (P * \text{sen}40^\circ) * x_i - (F_m * \text{sen}21^\circ) * x_i = 0 \dots\dots\dots 3$$

$$F_m = \frac{(10,92 * \text{sen}40^\circ) * 35,09}{\text{sen}21^\circ * 35,09} = 19,6(\pm 0,25) \text{kgf} \dots\dots\dots 4$$

Foram utilizados dois músculos na órtese para aumentar a sua eficiência, onde cada músculo exerceu metade da força. Como cada músculo é capaz de levantar até 20 Kg, os dois juntos levantam até 40 Kg. Logo, para a pior situação, onde a força necessária é de 19,6 Kg, cada músculo levantou 9,8 Kg.

Para a posição inicial tem-se um comprimento de 52,0 cm para o músculo, e para a posição final o comprimento cai para 48,3 cm. Isto resulta em um encurtamento de 3,7 cm, que equivale a 7,15% do comprimento total do músculo. Com este percentual de encurtamento, constata-se que o músculo é capaz de erguer o membro da paciente o suficiente para ela caminhar sem arrastar o pé no chão.

Este movimento realizado pela órtese tem a função de produzir uma flexão no quadril da paciente de aproximadamente 20°, para que ela possa deambular sem arrastar o pé no chão.

O sistema de controle do músculo artificial utiliza o sinal mioelétrico remanescente do músculo da própria paciente. Este sinal é captado por meio de dois eletrodos separados por menos de dois centímetros, que detectam a diferença de potencial (d.d.p) existente entre seus terminais no momento em que o músculo exerce alguma atividade, e envia este sinal para uma pré-amplificação realizada por um amplificador diferencial com um alto valor de CMRR (taxa rejeição de modo comum). Feito isso, o sinal remanescente é submetido a um filtro analógico (NILSSON, 1999) para minimizar os harmônicos que tenham frequência acima de 500 Hz, porque os sinais com frequências maiores que esta não correspondem a sinais mioelétricos.

Em seguida, o sinal é submetido a uma nova amplificação (TEXAS, 2004). No entanto, esta segunda amplificação será ajustada de acordo com as necessidades provenientes da deficiência do paciente. Então, o sinal é demodulado (SEDRA, 2000), para enfim ser transformado em um sinal binário após passar por um comparador de tensão (SEDRA, 2000), onde a lógica binária 1 (10 Volts) significará “contração muscular” e a lógica binária 0 (0 Volts) significará “relaxamento muscular”.

Como a potência do sinal mioelétrico é muito baixa, sendo esta de alguns micro-watts, deve-se ainda amplificar a corrente do sinal de saída, por meio de um amplificador Darlington (SEDRA, 2000), para, só então, o mesmo ser capaz de ativar a válvula pneumática que controla o fluxo de ar dentro do músculo artificial.

Após obter a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa, serão realizados testes de marcha para se observar o resultado do uso do exoesqueleto. Inicialmente será utilizado o protocolo de Tinetti (1986) para auxiliar esta análise.

O protocolo tem como objetivo testar a marcha da paciente. A Tabela 1, mostra as atividades a serem realizadas para a avaliação de marcha.

Tabela 1

Protocolo de Tinetti (1986)

a) Início	d) Continuidade do passo
0 - hesita/tentativas	0 - não
1 - não hesita	1 - sim
.....	
b) Comprimento/altura	e) Direção
Pé direito	0 - marcado desvio
0 - não passa da posição	1 - desvio leve/moderado/com apoio
1 - passa da posição	2 - sem apoio
.....	
0 - encosta no chão	f) Tronco
1 - não encosta no chão	0 - oscila/com apoio
.....	1 - flexão de joelhos ou costas/abertura de braços
Pé esquerdo	2 - sem oscilação/flexão ou abertura
0 - não passa da posição	
1 - passa da posição	g) No andar
.....	0 - tornozelos separados
0 - encosta no chão	1 - tornozelos quase se tocam
1 - não encosta no chão	
.....	Total da marcha ____/12
c) Simetria do passo	
0 - comprimento diferente	
1 - comprimento igual	

Conclusões

Foi possível determinar todos os parâmetros cinemáticos e dinâmicos do movimento do membro inferior para a paciente e determinar o ponto de fixação para o músculo.

O sistema de controle do músculo mostrou-se capaz de captar o sinal mioelétrico do músculo da paciente, amplificá-lo e modulá-lo de forma a ser utilizado no comando da compressão e descompressão do músculo artificial.

Referências bibliográficas

- CHOU, C. P.; HANNAFORD, B. Measurement and modeling of McKibben pneumatic artificial muscles. *IEEE Transactions on Robotics and Automation*, v. 12, p. 90-102, Feb. 1996.
- CRAIG, J. J. *Introduction to robotics, mechanics and control*. 2.ed. New York: Addison-Wesley Publishing Company, 1995. p. 69-226.
- HALL, S. J. *Basic biomechanics*. Europe: McGraw-Hill Education, 1991. 511 p.
- NAGEM, D. A. P. *Desenvolvimento e teste de desempenho do músculo artificial de McKibben*. 2002. 66 f. Trabalho final (Graduação) - Departamento de Engenharia Mecânica, UFMG.
- NILSSON, J. W.; RIEDEL, S. A. *Circuitos elétricos*. 5.ed. [s.l.]: LTC Livros Técnicos e Científicos, 1999, p. 369-373.
- PRICE, C. *Poliomielite*. [sl.]: [s.n.], 1997. 2307 p.
- SEDRA, A. S.; SMITH, K. C. *Microeletrônica*. 4.ed. [s.l.]: Makron Books, 2000. p. 587-788, p. 178-184, p. 718-719.
- TEXAS INSTRUMENT. TL071 – Low-Noise. *JFET – Input Operational Amplifiers Datasheet*. Rev. p. 9, Sep. 1978-Apr. 2004.
- TINETTI, M.E., Performance-oriented assessment of mobility problems in elderly patients. *The Journal of the American Geriatric Society*, v. 34, p. 119-26, 1986.

Trabalho

- **Das hortas domésticas para a horta comunitária: um estudo de caso no bairro Jardim Oriente em Piracicaba/SP**

Zildo Gallo, Economista pela PUC Campinas. Mestre e Doutor em Geociências pela Universidade de Campinas – Unicamp. Professor da Faculdade de Gestão e Negócios da Unimep

Roberta Bottino Montolar Spavorek, Engenheira Agrônoma pela Esalq/USP. Mestre em Solos e Nutrição de Plantas pela Esalq/USP e Voluntária do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Piracicaba

Felippe Pereira Lucio Martins, Discente do curso de Ciências Econômicas da Unimep

Resumo

Este artigo é parte integrante de um projeto maior intitulado Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e tem a intenção de demonstrar que projetos de inclusão social como hortas domésticas e comunitárias são processos interativos de aprendizagem entre todos os envolvidos, além de beneficiar uma parte do mercado informal de trabalho deslocando seus elementos para o mercado formal. A metodologia desenvolvida é a do planejamento participativo, que é pensado e realizado junto com a comunidade, que escolhe o melhor caminho para se chegar ao objetivo proposto. O projeto, ao que se verá, já apresenta alguns resultados, entre eles, a formação do grupo de trabalho da comunidade, a conscientização do trabalho comunitário, mutirões realizados para preparação do local da horta comunitária e a conscientização de que o empreendimento lhes pertence realmente..

Palavras-chave: cooperativismo, segurança alimentar, economia solidária

Introdução e objetivos

A experiência analisada neste artigo é parte integrante de um projeto maior intitulado “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares”, concebido mediante uma parceria multi-institucional envolvendo professores e alunos da Universidade Metodista de Piracicaba, a Rede Unitrabalho e a Prefeitura Municipal de Piracicaba. Tal projeto tem como objetivo transferir o conhecimento científico apreendido pela universidade para a comunidade ou sociedade, ampliando-o por meio de um processo de integração social que possa auxiliar uma parcela da população a conquistar os seus direitos e honrar os seus deveres enquanto cidadãos.

A intenção deste artigo é demonstrar que os projetos “Hortas Domésticas” e “Hortas Comunitárias” são um processo interativo de aprendizado entre todos os envolvidos. A equipe de trabalho pretende tornar estas experiências geradoras de um novo aprendizado, futuramente capacitando a Prefeitura e a Universidade Metodista de Piracicaba para a formação de um número crescente de empreendimentos solidários ancorados na democracia, na liberdade, na justiça social e na igualdade.

No Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Piracicaba – PMSAN, com o auxílio do Subprograma de Agricultura Urbana, estão previstas ações que visam à produção e ao acesso a alimento seguro mediante implantação de hortas domiciliares, comunitárias, escolares e institucionais. Entre estas ações pode-se citar o Projeto de Hortas Domésticas do Bosque do Lenheiro – PHDBL e do Jardim Oriente – PHDJO, Projeto Horta Comunitária da Casa do Morador de Rua – PHCCMR, do Jardim Oriente – PHCJO e o do Parque dos Sabiás – PHCPS.

No Projeto de Horta Doméstica – PHD o que ocorre é uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Piracicaba e os participantes (moradores dos bairros), sendo que a primeira oferece assistência técnica com reuniões e visitas quinzenais, bambu para cercar, composto, esterco, insumos, sementes e mudas de hortaliças. Em contrapartida, o participante, que pode ser qualquer pessoa da comunidade que deseja cultivar em seu quintal uma horta, se responsabiliza pelo cultivo das hortaliças e pelo uso da água.

Neste artigo serão considerados, então, o “Projeto das Hortas Domésticas”, que conta com a participação de 21 famílias e o “Projeto da Horta Comunitária do Jardim Oriente”, que possui, próximo à Escola Municipal Thales Castanho de Andrade, uma área doada pela Prefeitura Municipal de Piracicaba com 1.800 m², que está sendo preparada pela comunidade, com o auxílio da Prefeitura e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, esta última ligada à Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep e à Rede Unitrabalho.

O bairro Jardim Oriente, que está localizado na região sul de Piracicaba, começou a existir em 1998 para abrigar famílias que viviam em áreas de risco e em favelas e que tinham renda entre zero e três salários mínimos. Foi planejado e construído através da parceria entre a Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba – EMDAPH e Unimep, dentro do Programa Auto Construção Dirigida.

Em 2001, constatou-se que, devido ao baixo poder aquisitivo das famílias que recebiam leite do Sistema de Vigilância Sanitária – Sisvam, havia baixo consumo de hortaliças. Iniciou-

se, então, no bairro um projeto de hortas domésticas, onde as famílias eram incentivadas a cultivar hortas em seus quintais com o objetivo de melhorar a qualidade da alimentação e também de gerar alguma renda com a venda da produção excedente.

Os objetivos dos projetos Hortas Domésticas e Horta Comunitária no Jardim Oriente são os seguintes: a) promoção da saúde da população como um todo, através de ações educativas (ambiental, alimentar e comportamental); b) trabalhar de forma prazerosa aspectos ambientais e sociais; c) criação de vínculos afetivos e solidários entre o grupo envolvido e a comunidade; d) promover a segurança alimentar do público alvo e da comunidade local; e) geração de trabalho e renda através da produção de alimento sadio (sem defensivos agrícolas) e com um baixo custo, uma vez que o custo do transporte do produto foi eliminado do sistema de produção; f) tornar os participantes capazes de gerenciar o empreendimento (horta comunitária); g) elevação da auto-estima, pois com o trabalho diário dedicado na produção de seu próprio alimento ajuda a criar a consciência das atividades cotidianas e do sentimento de identificação com o processo de construção de suas identidades, resgatando deste modo à alegria de se viver e se sentir incluído na sociedade como um todo.

Metodologia

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social de Piracicaba foi o instrumento de pesquisa e planejamento que identificou áreas de maior exclusão social da cidade. Deste modo, pelos critérios de seleção e escolha do público alvo, circunscrito nessas áreas, foram identificadas famílias excluídas do mercado de trabalho e que, de uma forma geral, são assistidas pelos serviços de assistência social, saúde educação e outros serviços. Então, famílias do bairro Jardim Oriente, por conta dos critérios acima, foram selecionadas para participarem de projetos de inclusão social ligados ao Subprograma de Agricultura Urbana.

No campo social, trabalhou-se com a metodologia pesquisa-ação participante, cuja ação investigativa deve ser ela própria concebida como práxis, ou seja: são ações com intencionalidade de transformar tanto a realidade quanto o próprio sujeito da ação. Desta forma, o fazer investigativo é também reflexivo, pois pressupõe a existência de sujeitos participantes como seres concretos, em movimentos potenciais de transformação de suas próprias relações sociais, consciência, atividades cotidianas; de seu sentimento de identificação e processo de construção de suas identidades. Nestes termos, o planejamento participativo pode ser dividido em três etapas importantes (VIEIRA, 1995):

1. a formação da consciência crítica, que contempla a fase de autodiagnóstico, com conhecimento de teor acadêmico e popular. Portanto essa primeira etapa pode se interpretada como o momento de trabalhar a educação popular, educação ambiental, e a troca de conhecimentos em geral, a partir de teorias críticas que possibilitem, através de dinâmicas, reuniões, palestras, exercícios teórico-práticos, o reconhecimento dos determinismos históricos que objetivam a exclusão social, assim como, desenvolver ocupação, transformação e geração de produção, através das atividades propostas para efetivação das hortas. Este momento contempla o saber popular como detentor de conhecimentos imprescindíveis para a elaboração do trabalho;

2. etapa de proposição de soluções para enfrentar os problemas detectados no autodiagnóstico, que se materializa pela capacidade de criar um projeto próprio, de ser o sujeito capaz de realizar a práxis, ou seja, visar a uma ação que possibilite a transformação social, pessoal e comunitária. Pois o processo de codificação e decodificação leva o sujeito a estabelecer a percepção de que ele faz parte da realidade e que esta realidade é o reflexo das ações de todos, passível, portanto de transformações, também a partir de suas próprias ações. Esta etapa corresponde à percepção da necessidade da autonomia para a sustentabilidade das hortas comunitárias;
3. etapa do descobrimento da necessidade de se organizar, que se traduz pela cidadania como meio e fim.

Nesse sentido, cabe colocar que algumas organizações da sociedade civil (Pastoral da Criança, Instituto Polis, Instituto Ecoar e outros), com o interesse de aprimorar o trabalho popular, desenvolveram métodos de planejamento participativo para trabalhos em grupos (comunidade, órgãos gestores, movimentos sociais, etc.), que apresentam os seguintes princípios: intervenção de todos; decisão partilhada; discernimento do grupo (conscientização); ação desconcentrada.

Segundo as informações da Pastoral da Criança (2000), as experiências têm demonstrado que projetos participativos de segurança alimentar e nutricional tendem a ser mais efetivos e sustentáveis quando o público alvo participa plenamente, tanto em seu planejamento e implementação como em seu seguimento e avaliação. Portanto, o método participativo proposto neste projeto visa mostrar a todos a importância de iniciativas de agricultura urbana como estratégias para geração de trabalho, renda, autonomia de ação, bem como o fortalecimento do Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Piracicaba.

Algumas das famílias, estimuladas pelo aprendizado nas hortas domésticas e pela perspectiva de melhoria da renda, optaram pela construção de uma horta comunitária. Abaixo segue a tabela com o perfil dessas famílias:

Tabela 1
Hortas caseiras no jardim oriente: perfil dos responsáveis

Famílias	Número de membros	Empregados	Renda Familiar	Alfabetização	Possui horta doméstica	Quem auxilia	Interesse em horta comunitária
Família 1	8	1	R\$200,00	Sabe ler e escrever	SIM	irmã	SIM
Família 2	5	2	R\$400,00	Sabe ler e escrever	NÃO	filhos	SIM
Família 3	7	1	R\$640,00	Sabe ler e escrever	NÃO	ninguém	SIM
Família 4	4	1	R\$240,00	Não sabe ler e escrever	SIM	marido	NÃO
Família 5	2	0	R\$0,00	Sabe ler e escrever	SIM	ninguém	SIM

Famílias	Número de membros	Empregados	Renda Familiar	Alfabetização	Possui horta doméstica	Quem auxilia	Interesse em horta comunitária
Família 6	6	1	R\$480,00	Sabe ler e escrever	SIM	esposa	SIM
Família 7	5	1	R\$400,00	Sabe ler e escrever	NÃO	esposa	SIM
Família 8	6	2	R\$0,00	Sabe ler e escrever	NÃO	ninguém	NÃO
Família 9	3	0	R\$0,00	Sabe ler e escrever	NÃO	filhos	SIM
Família 10	9	0	R\$0,00	Sabe ler e escrever	NÃO	filhos	SIM
Família 11	10	1	R\$320,00	Sabe ler e escrever	SIM	ninguém	SIM
Família 12	5	1	R\$850,00	Sabe ler e escrever	SIM	ninguém	NÃO

Fonte: Semdes/Sema/Prefeitura Municipal de Piracicaba

A metodologia desenvolvida nestes projetos é a do planejamento participativo onde, através de reuniões periódicas com os partícipes, o planejamento é realizado como método de tomada de decisões, ou seja, é pensar com a comunidade qual é o melhor caminho para se chegar ao objetivo proposto. A intervenção tem como objetivo direcionar e orientar o curso da história, onde os sujeitos participantes são seres concretos, em movimentos potenciais de transformações de suas próprias relações sociais. Os projetos participativos de segurança alimentar e nutricional são mais efetivos e sustentáveis quando o público alvo participa plenamente, tanto em seu planejamento e implementação como em seu seguimento e avaliação.

A organização das famílias que estão participando do PHCJO ocorreu a partir dos participantes do PHDJO, ou seja, aqueles indivíduos que se identificaram com a produção de hortaliças em seus quintais ou que não possuíam quintais adequados para o cultivo de uma horta para ter uma horta e que possuíam o desejo de trabalhar em grupo, numa área maior. O processo ocorreu desta forma porque desde a sua formação, o bairro conta com ações integradas coordenadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Semdes) e parcerias, tanto do poder público como da sociedade civil, que visam o desenvolvimento da comunidade como um todo.

Muitas reuniões ocorreram com o objetivo de estruturar o grupo e organizar as ações. O resumo da ata das reuniões realizadas e o número de participantes estão relacionados na Tabela 2.

Muitas dificuldades foram encontradas devido à matricida das ações e a necessidade do comprometimento das parcerias envolvidas, bem como a falta de recursos destinado ao projeto ficando este dependente muitas vezes de doações. Estas dificuldades estão sendo trabalhadas a fim de que as metas sejam cumpridas e os objetivos atingidos.

Tabela 2
Reuniões do projeto das hortas caseira e comunitária

Data	Participantes	Pauta
16/07/03	11	Apresentação da equipe técnica e dos participantes. Definição das reuniões quinzenais na Escola Municipal Thales Castanho de Andrade. Definição das hortaliças a serem cultivadas (alface, rúcula, rabanete, coentro, cebolinha, mostarda, beterraba, cenoura, etc.). Cadastro das famílias envolvidas com as hortas caseiras.
24/07/03	09	Levantamento das famílias que necessitam de visita dos técnicos e das hortas que precisam de bambu para cercar. Distribuição de mudas (alface e rúcula).
06/08/03	13	Troca de informações e orientações técnicas. Distribuição de sementes de hortaliças. Levantamento das pessoas para ensacar calcário na ESALQ.
20/08/03	10	Reunião com a Incubadora de Cooperativas Populares, ligada à UNIMEP, para apresentar o projeto de uma cooperativa, visando à organização do empreendimento e à comercialização das hortaliças.
03/09/03	09	Ausência da equipe técnica. Os participantes falaram da insatisfação do trabalho técnico, porém querem continuar com a participação deles (técnicos) no projeto. A reportagem no Jornal de Piracicaba a respeito do projeto causou revolta, pois não foram avisados e não gostaram da reportagem (sentiram-se humilhados).
17/09/03	13	Os participantes querem maior transparência das ações e explicação quando as coisas combinadas nas reuniões não ocorrem. Eles compreendem que nem sempre é culpa da equipe técnica; questões burocráticas e políticas interferem no processo.
12/02/04	07	Reunião da Horta Comunitária. Retomada das reuniões, pois nesse período o projeto passou por dificuldades devido à falta de recursos. Decidiu-se por fazer reuniões mensais para manter o grupo unido.
02/03/04	12	Discussões sobre a dinâmica do processo de produção na horta comunitária: as decisões serão tomadas em grupo e por consenso; o grupo decidiu que necessita, a princípio, de um coordenador; haverá livro-ponto para a assinatura diária e cada um receberá de acordo com as horas trabalhadas; a produção, no início, será vendida no próprio bairro; a próxima reunião será realizada após o terreno estar preparado para o cercamento e início da produção.
31/03/04	15	Discussão sobre o funcionamento do grupo. Todos concordaram com um sistema de cooperação e comunitário. Ficou combinado que dia 03/04 (Sábado) um grupo de pessoas vai fazer o mutirão para limpeza da área a fim de que o trator possa preparar a área.

Fonte: Relatórios técnicos das reuniões com os participantes dos projetos

Implantação do projeto

Os objetivos serão plenamente atingidos somente se o público alvo for envolvido desde o início do projeto, pois só assim será formada a consciência de que o espaço que está sendo criado lhes pertence realmente. Os vínculos criados deste modo entre os participantes e local da horta são mais fortes. Em esquema de mutirão são realizadas as atividades necessárias para a implantação do PHDJO. Estas atividades são: a) limpeza do terreno; b) instalação do alambrado e portões; c) instalação da rede hidráulica; d) as construções de alvenaria (casa de máquina e

rancho para comercialização). O nivelamento do terreno, a construção dos canteiros e as aberturas das covas para a instalação da cerca, são as atividades operacionais e serão realizadas pelas máquinas e implementos agrícolas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento – Sema, Secretária Municipal do Meio Ambiente – Sedema e da Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz – Esalq. A Sema responsabilizou-se pelos postes e outros materiais necessários para a instalação da cerca. O alambrado foi doado pela Casa do Morador de Rua de Piracicaba, uma instituição coordenada pela Semdes, que atende as pessoas sem residência fixa. A estufa para a produção de mudas foi adquirida pela Semdes e está em via de ser instalada.

Capacitação para a produção

A capacitação do público alvo é realizada nas reuniões onde são abordados os seguintes temas: a) a importância da horta para a comunidade; b) métodos de produção; c) técnicas de produção, entre outros. Estas reuniões são coordenadas pelos profissionais responsáveis pelo projeto e membros da Incubadora de Cooperativas ligada à Unimep e à Rede Unitrabalho e conta com a presença do assistente social do bairro contará com a presença do assistente social do bairro. O planejamento da produção será realizado em grupo a fim de que os participantes sejam capazes de gerenciar o empreendimento sem a tutela dos programas sociais. Entre as hortaliças que serão plantadas estão: abóbora, alface, almeirão, beterraba, cenoura, chicória, couve, pepino, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, cebolinha, salsa, coentro entre outras. A escolha das espécies a serem cultivadas será realizada juntamente com o grupo, existindo a preocupação com a diversificação das culturas.

Incubadora de cooperativas

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares surgiam a partir do Movimento da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida entre 1992 e 1994, introduzindo as universidades na significativa movimentação social que tal ação desencadeara. Atualmente, diversas universidades brasileiras estão desenvolvendo atividades através das ITCPs auxiliando na montagem de cooperativas e associações. Tais universidades, com as respectivas Incubadoras, estão integradas à Rede Unitrabalho, uma fundação voltada aos interesses dos trabalhadores, que conta com 78 Instituições de Ensino Superior – IES, agregadas à Rede e 51 Núcleos Locais – NL'S em funcionamento nas universidades.

Para enfrentar esse desafio, a Rede Unitrabalho adota como princípio o Programa da Economia Solidária, cujos procedimentos orientam a formulação de Incubadoras e Cooperativas numa lógica que busca assegurar fundamentalmente uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho, garantindo um processo de aprendizado coletivo que vai viabilizar as atividades econômicas ou a empresa antes mesmo que ela venha a funcionar.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares deverá acompanhar semanalmente os integrantes da horta comunitária, em processo de incubação, com os seguintes objetivos: a) assessoria no processo de divisão das tarefas; b) assessoria aos participantes no processo de

colocação dos produtos no mercado; c) assessoria na administração contábil e financeira d) assessoria, junto com servidores municipais, na elaboração de cursos e palestras para os participantes da horta comunitária; e) realização, ao término de cada semestre, de relatório que mostre a trajetória do grupo, apontando os avanços, dificuldades e indicando ações futuras.

Resultados e discussão

As famílias do PHDJO aumentaram o consumo de hortaliças na dieta, com a produção a um baixo custo e o acesso ao alimento de boa qualidade facilitado. Este alimento fundamental para a saúde humana passou a fazer parte da sua alimentação. Os quintais, que antes tinham entulhos, matos, etc., hoje se tornaram espaços úteis e agradáveis, mantendo-os livre de animais peçonhentos e indesejáveis. Com isto, o projeto tem proporcionado uma melhora na qualidade de vida e na auto-estima, gerando, ainda, para algumas famílias renda com a venda do excedente da produção. Outro ponto positivo que deve ser lembrado aqui é que algumas pessoas identificaram tanto com a produção de hortaliças, que passaram a ter o desejo de organizar uma horta comunitária, com objetivos econômicos.

A disponibilidade de uma área para a instalação da horta comunitária e os trabalhos que vêm sendo realizados, o nivelamento do terreno e o preparo do solo também são metas que já foram cumpridas. O projeto já apresenta alguns resultados positivos, entre eles: a) formação do grupo de trabalho; b) conscientização sobre o trabalho comunitário, onde os resultados serão repartidos segundo as horas de dedicação de cada um, o que implica na necessidade da organização do controle das horas trabalhadas; c) definição de que as decisões serão tomadas em grupo e em consenso. Outro resultado importante foi o mutirão realizado para a limpeza do terreno; o envolvimento do público alvo com o espaço criado permitirá a conscientização de que o empreendimento lhes pertence realmente.

Conclusão

Este artigo tratou de como a economia solidária pode ser o caminho para a geração de trabalho e renda para a população do mercado informal. É importante ressaltar que sem a parceria entre o meio acadêmico, o setor público e a sociedade civil este trabalho não seria possível.

A experiência no bairro Jardim Oriente, através das hortas domésticas e comunitárias, tem mostrado que a formação de cooperativas populares, através de parcerias, incentiva a população a melhorar a qualidade de vida, não só para as famílias envolvidas, mas também para a comunidade local. Essas experiências podem gerar maiores fluxos de renda para a comunidade e, conseqüentemente, criar melhores condições de vida para a população.

Referências bibliográficas

FAO. *Agricultura urbana (AU) e periurbana (AP)*. Em espanhol, apresenta questões relativas ao tema e links associados a outros projetos da Agricultura Urbana e Periurbana. Disponível em: <<http://www.fao.org>>

MALUF, R. S. Ações públicas de segurança alimentar para grupos populacionais específicos. *Pólis Papers*, Rio de Janeiro: n. 7, 2000.

_____. Ações públicas locais de abastecimento alimentar. *Pólis Papers*, Rio de Janeiro: n. 5, 1999.

_____. Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e à segurança alimentar. *Pólis Papers*, Rio de Janeiro: n. 4, 1999.

MALUF, R. S. Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar. *Pólis Papers*, Rio de Janeiro: n. 6, 2000.

PASTORAL DA CRIANÇA. *Construindo caminho para segurança alimentar*. uma estratégia de planejamento participativo. Curitiba, PR: Pastoral da Criança, 2000.

PEREZ, M. T. M. (Coord.). *Relatório parcial de atividades*: projeto de extensão incubadora tecnológica de cooperativas populares. Piracicaba, SP: Faculdade de Gestão e Negócios/UNIMEP, mar. 2004.

PEREZ, M. T. M. (Coord.). *Cooperativa de trabalho*: uma breve descrição do andamento do projeto Hortas Comunitárias em bairros periféricos do município de Piracicaba – SP. Piracicaba, SP: Faculdade de Gestão e Negócios/UNIMEP, mar. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. Administração José Machado. *Projeto hortas familiares e comunitárias em bairros periféricos do município de Piracicaba*, SP. Piracicaba, SP: Convênio do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. Administração Adilson Maluf. *Piracicaba passado e presente*. Piracicaba, SP: Difusão Européia do Livro, 1988.

SCARFON, M. L. *Crescimento e miséria*: estudo sobre as populações marginais em um município paulista. São Paulo: Edição Símbolo, 1979. (Coleção ensaio memória).

SINGER, P. *A economia solidária no Brasil*: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. Faculdade de Gestão e Negócios. *Piracicaba em dados*: caracterização mercadológica do município. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1997.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: MEIO ambiente desenvolvimento e cidadania: desafios para ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

- **Organização comunitária como pressuposto para geração de renda no assentamento rural Cocal D'Água Quente – Planaltina/Go**

Antônio Viana Filho, Mestre em Nutrição Animal. Doutorando em Ciência Animal – UFMG.

Professor do Departamento de Zootecnia da UCG

Zuleika Pacheco, Pedagoga. Especialista em Educação

Universidade Católica de Goiás – UCG/Programa Universidade Solidária – UniSol

Resumo

Os pequenos produtores rurais do assentamento Cocal D'Água Quente, no Município de Planaltina/GO, buscam soluções para problemas localizados e que estão ligados à questão política agrária do país. São pequenos proprietários que receberam do Ministério de Desenvolvimento Agrário o título da terra. Essa angustiada classe rural está necessitando de soluções de verdade e que sejam mais perduráveis no tempo, isto é, medidas que, graças a sua viabilidade e realismo possam efetivamente ser concretizadas. Através de metodologias participativas e da organização comunitária, propomos a criação de uma Granja de Frango Caipira e instalação de fábrica de ração e chocadeira, com o objetivo de tornar essa atividade uma das principais fontes de renda das 39 famílias assentadas e promover o desenvolvimento sustentável e conseqüente melhoria da qualidade de vida dessa comunidade.

Palavras-chave: trabalho, organização, renda

Introdução

O “Projeto Organização Comunitária como Pressuposto de Geração de Renda para o assentamento rural Cocal D'Água Quente – Planaltina/GO”, atendeu à chamada de Projetos do VIII Prêmio Banco Real/Unisol – 2003, tendo como tema desenvolvimento sustentável com ênfase em geração de renda buscando o fortalecimento da comunidade por meio de ações educativas.

Atendendo ainda exigências do edital, o projeto procurou ouvir a comunidade envolvida, respeitando um convênio que tem por objeto a atuação integrada da Universidade Católica de Goiás e a Prefeitura de Planaltina-GO/Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, que propõem estudos, pesquisa e atividades de extensão que possam contribuir com o desenvolvimento da comunidade na forma de assessoria e acompanhamento de ações na área de desenvolvimento tecnológico e comunitário. Atendeu ainda critérios do edital com a constituição de uma equipe multidisciplinar com professores, pessoal técnico e acadêmicos da UCG e, ainda, diagnóstico prévio da comunidade.

A escolha do município de Planaltina/GO e posteriormente da Associação dos Assentados Rurais de Cocal D'Água Quente se deu devido a um conhecimento prévio da comunidade através de ações desenvolvidas pela UCG em outros assentamentos, à solicitação da

Prefeitura através da Secretaria de Ciência e Tecnologia/Agricultura e Meio Ambiente, município que vem investindo em estratégias para a superação da pobreza, na busca de fontes de geração de renda e promoção do desenvolvimento local sustentável.

O assentamento rural Cocal D'Água Quente, com 39 famílias assentadas pelo Incra, foi escolhido devido a uma série de problemas que o cerca, sendo o principal a sobrevivência dessas famílias.

A busca de soluções desses problemas passa pelo entendimento da complexidade da diversidade da sociedade brasileira e de que não há soluções mágicas e nem modelo único. As soluções serão encontradas a partir do momento em que forças por parte do governo e da sociedade civil se unirem, e, que a própria comunidade se organizar e entender a necessidade de se tornarem cidadãos capazes de participar da vida política, social e econômica do país.

O município de Planaltina/GO está localizado na Região Geoeconômica de Brasília/DF, sofrendo forte influência não só do Distrito Federal mas também dos municípios vizinhos. Possui uma área de 2.539 km², com uma população de 73.546 habitantes, sendo que 95% dessa população vive na zona urbana, acarretando assim sérias dificuldades para a administração pública local.

A população rural representa apenas 5% da população do Município e se organiza de forma elementar na agricultura e pecuária. São 10 associações de pequenos produtores rurais, sendo que os pequenos proprietários lidam com a exploração da terra e a produção de forma familiar.

Considerando a economia e o interesse dos órgãos públicos locais, contatos estabelecidos com a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Cocal D'Água Quente, alguns levantamentos foram feitos através do Departamento de Zootecnia/Programa de Extensão Rural/UCG e Programa Universidade Solidária/UCG e algumas questões se apresentaram e suscitaram a elaboração de um projeto que nos levasse a articular uma proposta que contemplasse não apenas a área técnica mas também que respeitasse a cultura local, que resgatasse a auto-estima, a saúde e a cidadania dessa população, buscando através da organização comunitária a geração de renda e que contribuísse com o desenvolvimento local de forma sustentável.

A Universidade Católica de Goiás entende que as universidades, sendo instituições privilegiadas na elaboração e produção do conhecimento, têm responsabilidade e função social frente ao quadro que se apresenta e que requer envolvimento frente a esta nova demanda social. Entende-se que tais demandas se apresentam dentro de um contexto social e que a universidade deve se inserir e fazer a ligação dessa demanda social e o mundo do trabalho.

Conjugar conhecimento e trabalho não tem sido tarefa fácil para as universidades e também para os alunos que vêm na extensão universitária um mero fazer de atividades, muitas vezes decorrentes da desarticulação entre ensino, pesquisa e extensão. Pode-se entender nesse sentido que a contradição entre a função original atribuída à universidade pode estar criando impedimentos de melhor desempenho dos acadêmicos frente a essa desarticulação teoria e prática. É preciso aliar conhecimento e mundo do trabalho de modo que essa produção de conhecimento vise ao desenvolvimento, propicie assessoramento e acompanhamento de ações na área do desenvolvimento tecnológico e comunitário.

A intenção desse projeto foi prioritariamente envolver cursos, professores, técnicos e alunos de graduação em uma atividade interdisciplinar, que contemplou não só a questão da extensão na universidade, mas também outras fontes, como pesquisa e ação comunitária numa perspectiva de contribuir para o equacionamento de problemas sociais que dizem respeito não apenas ao governo, mas também a todos os segmentos da sociedade civil.

O projeto contou com o recurso no valor de R\$20.000,00 e sua viabilidade se materializou devido ao emprego de metodologias participativas e organização comunitária envolvendo homens, mulheres, jovens e idosos em torno de uma matriz produtiva do assentamento, que é a criação de frangos caipiras, fechando a cadeia produtiva da agricultura e pecuária familiar com a instalação de uma fábrica de ração e uma chocadeira de pequeno porte. Outro aspecto que viabilizou a proposta é a localização da comunidade próxima a Brasília e todo o seu entorno, grande mercado promissor para os pequenos produtores que têm nas feiras livres o seu melhor ponto de negócios.

A proposta teve como objetivo organizar um plano de desenvolvimento sustentável baseado na otimização dos sistemas de produção agropecuária, na maior eficiência do trabalho, na utilização adequada dos recursos naturais, na geração de renda e conseqüente melhoria da qualidade de vida dos assentados. É objetivo também levantar os motivos geradores do não aproveitamento das potencialidades da comunidade, a partir do seu contexto social supondo como variáveis: as condições socioeducativas; as demandas frente ao mercado de trabalho/produção; a contribuição dos órgãos competentes e as agências de fomento e a própria estrutura das organizações rurais para o desenvolvimento sustentável.

Para tanto, necessário se fez discutir e validar diferentes sistemas de produção, através de diagnóstico participativo; viabilizar a matriz produtiva do assentamento, levando em conta a vocação da comunidade e o mercado; identificar a relação entre o perfil do assentado e seu desempenho produtivo; levantar fatores organizacionais e estruturais que interferem no setor produtivo: associações e cooperativas; aperfeiçoar canais de comercialização da produção; propor ações coletivas, apresentando alternativas de renda às famílias; melhorar a qualidade de vida dos assentados por meio de programas de saúde do ambiente e do espaço social do assentamento; apontar, através de ações, subsídios teóricos e alternativas para um projeto integrado de desenvolvimento sustentável; viabilizar assistência técnica; apresentar alternativas de plantios; e capacitar os produtores, em parceria com órgãos responsáveis como Senar/GO e serviços de extensão rural, para que possam atuar como agentes de desenvolvimento.

Metodologia

Respeitando a cultura local e buscando um referencial teórico e prático, pretendeu-se através deste projeto, consolidar uma metodologia que valorizasse o produtor como ser humano, que é construtor de sua história e que respeitasse as diferenças das organizações sociais.

O trabalho se concretizou abordando uma metodologia participativa capaz de dar sustentabilidade a um projeto coletivo com o envolvimento da equipe universitária e a comunidade, buscando mecanismo capaz de fazer uso do conhecimento acadêmico e tecnológico ao mesmo

tempo em que a cultura e os saberes da população sejam respeitados, entendendo o contexto social, econômico e político em que os assentados estão inseridos.

O trabalho coletivo buscou conhecer a realidade do assentamento para posteriormente poder planejar em conjunto, buscando reconhecer o foco dos problemas, minimizando-os e/ou, solucionando-os na busca da geração de renda e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Para viabilizar a proposta de geração de renda foi preciso melhorar as condições dos recursos naturais, desenvolvendo sistemas de manejos de solo para o cultivo das áreas, possibilitando o cultivo da terra e controle da erosão e recuperação do solo degradado, buscando alternativas que têm a função de melhorar a qualidade estrutural do solo e dos recursos hídricos do assentamento.

Um dos pontos principais do projeto foi a discussão sobre a matriz produtiva do assentamento. O interesse da comunidade estando voltado para a agricultura e a criação de frango caipira contemplou o processo da cadeia produtiva.

A participação dos acadêmicos se deu de forma que foram capacitados para a atuação, tornando assim, importante ponto para a execução do projeto, à medida que, a partir daí, seja possível articular a reflexão e a ação política, discutir as transformações do trabalho no mundo globalizado e as interferências na vida pessoal, emocional, produtiva e organizacional.

As atividades foram organizadas de forma que contemplasse uma programação que respeitasse a participação efetiva dos assentamentos, discutindo os problemas, buscando soluções e resoluções, compondo grupos e outras ações possíveis no decorrer da execução do projeto.

A orientação se deu no sentido de proporcionar alternativas para o maior desafio que é a busca da autonomia, sabendo que esta autonomia se constrói partindo do princípio de que se ensina aprendendo a ouvir, formar, capacitar, buscar recursos, implantar novas formas de produção e comercialização, fazer estudo e análise de solo e água, orientar para produzir sem degradar o meio ambiente e que tudo isso possa contribuir para melhorar o cotidiano da comunidade.

Para efetivar a metodologia da proposta contamos com um período de 6 meses com encontros mensais com a comunidade, com a elaboração de subprojetos e busca de outras parcerias.

Resultados e discussão

Na área da organização comunitária as ações se constituíram primeiramente de sensibilização, mobilização e organização da comunidade de assentados. Posteriormente se realizaram cursos de capacitação, resgatando e orientando sobre associações e cooperativas, alternativas de produção agrícola, preservação ambiental e sustentabilidade, apresentando proposta de trabalho e procedimentos técnicos com sugestões de metodologias. Na sequência foram dadas orientações para a criação da granja e cursos de capacitação para que possam adquirir condições mínimas de alimentação de boa qualidade, abrigos e equipamentos adequados, sanidade e controle de verminose, vacinação, reprodução e melhoria genética e, ainda, orientação para plantio de milho e sorgo para fornecimento de alimentos aos frangos e organização da estrutura física da granja.

No que concerne à assistência técnica, realizaram-se dias de campo, palestras, demonstrações de técnicas de plantio e seleção e compra de animais matrizes e reprodutores.

Finalmente, adquiriram-se uma chocadeira e maquinário para produção de ração. Esta etapa implicou na participação da comunidade para a definição de maquinário, sua compra e montagem e, ainda, para repassar orientação técnica sobre seu funcionamento e manutenção.

Avaliação quantitativa do projeto

Atividade*	Metodologia aplicada	Público-alvo	Número de participantes	Duração
1. Levantamento: 1.1 Sistema de produção 1.2 Matriz produtiva	- Discussão em grupo - Dinâmicas - Diagnóstico	Famílias do assentamento rural Cocal D' Água Quente	38 famílias	Um encontro de 4 horas
2.Orientação técnica 2.1 Plantio do milho	- Reunião e Palestra	Famílias do assentamento rural Cocal D' Água Quente	30 famílias	Um encontro de 4 horas
3. Levantamento: 3.1 Fatores que interferem na relação do grupo	- Dinâmica de grupo	Homens e Mulheres	25 pessoas	Um encontro de 4 horas
4. Proposta de alternativas de renda e economia doméstica	- Palestra - Visitas domiciliares	Mulheres	20 mulheres	Um encontro de 4 horas
5. Educação Ambiental	- Oficinas - Caminhada ecológica - Coletas - Palestras	Jovens e Adolescentes	15 jovens	Cinco oficinas de 3 horas
6. Cursos: 6.1. Condições mínimas para implantação da granja 6.2. A importância da água para a saúde das famílias e das aves 6.3. Noções básicas de saúde e desenvolvimento infantil	- Aulas teóricas - Aulas práticas - Oficinas - Dinâmicas de grupo - Atividades lúdicas	- Famílias - Famílias - Famílias e crianças	25 pessoas 25 pessoas	Três encontros de 3 horas Três encontros de 3 horas Dois encontros de 3 horas
7. Orientações técnicas: 7.1. O funcionamento e manutenção dos equipamentos: - Montagem; - Explicações do uso; - Usando os equipamentos. 7.2. Criando alternativas para a melhoria da água: - Montagem de um filtro; - Cloração da água; Manutenção da qualidade da água. 7.3. Comercialização	- Oficinas - Oficinas - Palestras e oficinas	- Famílias - Famílias	25 pessoas 25 pessoas	Quatro encontros de 3 horas Quatro encontros de 3 horas

Atividade*	Metodologia aplicada	Público-alvo	Número de participantes	Duração
8. Intervenções - junto à prefeitura – Secretária Municipal de Agricultura - buscando parcerias com outros assentamentos	- Reuniões	- Famílias - Secretário - Técnico agrícola - Associação Cocal Flor da Serra.	30 pessoas Duas associações através das lideranças	Um encontro de 4 horas Dois dias de trabalho hora máquina

Avaliação qualitativa do projeto

Conteúdo	Objetivo	Metodologia	Avaliação
1. Levantamentos 1.1 Sistema de Produção 1.2. Matriz Produtiva	- Buscar um sistema de produção de acordo com as condições físicas, financeiras e sociais viáveis a comunidade - Implantar uma atividade produtiva: o frango caipira - Mostrar a viabilidade dessa matriz produtiva	- Diagnóstico produtivo/discussão em grupo: - aproveitamento das instalações já existentes - disponibilidade de água - estudos de solo e clima - Discussão em grupo - Estudo de viabilidade	- Foi possível caracterizar um sistema de produção que pudesse garantir um retorno financeiro às famílias do assentamento através da implantação de uma atividade que é a criação de frangos. Consideramos também ser uma atividade de manejo acessível a estas pessoas.
2. Orientação técnica 2.1. Plantio do milho	- Produzir grãos para a fabricação de ração - Mostrar a disponibilidade de terra e mão-de-obra - Aproveitar insumos repassados pela Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás	- Reuniões/discussões Técnicas - Palestras - Atividades práticas	- A produção do milho é necessária para a viabilização da granja/fábrica de ração, considerando que o milho é o alimento mais usado na mistura da ração, chegando a 60% e 70%. O plantio foi um pouco tardio e a produção é considerada baixa. - As orientações possibilitam a fabricação de alimentos para as aves, o entendimento por parte deles de que é preciso alguns cuidados para a eficiência da produção.

Conteúdo	Objetivo	Metodologia	Avaliação
2.2. Fabricação de ração 2.3. Montagem, funcionamento e manutenção de equipamentos 2.4. Comercialização	- Preparar alimentos com baixo custo e alto teor nutritivo - Auxiliar nas etapas de produção - Aumentar a eficiência - Evitar acidentes - Orientar sobre vendas, exigência de mercado para garantir o ciclo produtivo e rentabilidade	- Pesquisa de mercado: feiras e comércio - Atividades práticas	
3. Curso: condições mínimas para a implantação da granja/fábrica de ração 3.1. Abrigo e equipamentos 3.2. Formação do plantel 3.3. Alimentação de boa qualidade 3.4. Manejo sanitário manejo de instalação 3.5. Criação de pintos – incubação 3.6. Custos de produção 3.7. Higiene e manipulação dos alimentos e cuidados com a água	- Propiciar condições ambientais favoráveis - Indicar e adquirir aves com qualidade resistentes ao clima e vegetação da região - Aumentar ganho de peso - Aumentar produção de ovos - Prevenir contra doenças - Evitar mortalidade - Garantir a produção - Reduzir custos - Manter aves sob observação - Melhorar o índice de natalidade - Obter uma escala de produção rentável - Controlar a viabilidade da matriz produtiva - Relacionar custo/benefício e produto final/lucro - Evitar contaminação proveniente da manipulação de alimentos - Criar alternativas de tratamento de água - Conter as despesas domésticas - Aproveitar recursos que serão desprezados	- Aulas teóricas e práticas com utilização de recursos audiovisuais - Aulas teóricas e práticas - Aulas teóricas e práticas - Aulas teóricas e práticas - Aulas teóricas e práticas	- Avaliamos positivamente a participação do grupo. O trabalho se deu através da reutilização de edificações já existentes e de materiais disponibilizados pelo projeto. Trabalhamos detalhadamente sobre a importância dos abrigos bem arejados e com iluminação adequada, a utilização adequada dos equipamentos. - Adquiriu-se 40 matrizes (galinhas) e 4 reprodutores (galos) - O plantel adquirido foi bem tratado desde o 1º dia da chegada no assentamento. Percebemos que estão saudáveis e já produzindo ovos. O preparo da ração tem sido feito pelos assentados sob orientação do professor e alunos de zootecnia. - Foi possível trabalhar e obter resultado para que a produção fosse garantida. Várias ações foram implementadas, tais como: vacinação, limpeza diária das instalações e equipamentos (manejo de rotina), aplicação de vermífugo, combate a animais roedores e predadores. - As orientações se deram através de apresentação de plantas para organização dos espaços para garantir proteção contra chuvas, calor e frio, obedecendo a relação aves/metro quadrado, como instalar comedouro e bebedouro. - Foi trabalhado com grupo como usar o equipamento para incubação — a chocadeira: práticas adequadas; funcionamento e cuidados com os ovos. Foi feito seleção de ovos para garantir uma melhor produção. - Orientações foram dadas sobre custos fixos e variáveis, análise mercadológica (vendas)

Conteúdo	Objetivo	Metodologia	Avaliação
3.8. Economia doméstica	- Enfatizar a importância da higiene para a saúde pessoal e grupal - Promover um desenvolvimento infantil saudável	- Aulas teóricas e práticas - Aulas teóricas e práticas - Aula expositiva e prática - Aulas expositivas e práticas	- Foi desenvolvido através de palestras com auxílio de transparências e apresentação de uma cartilha confeccionada pelos alunos de Engenharia de Alimentos, abordando as principais doenças relacionadas a contaminação por alimentos e a água. Montagem de um filtro alternativo. Cloração da água. - O trabalho se desenvolveu através de visitas domiciliares inicialmente, onde levantamentos foram feitos com as senhoras. Foi mostrado a importância da economia doméstica para evitar desperdícios e criar alternativas de contenção de despesas caseiras. Receitas e fabricações de produtos de limpeza como sabão caseiro, sabão líquido, amaciante para roupa, desinfetante e pasta para brilho foram implementadas.
3.9. Noções básicas de saúde e desenvolvimento infantil e Educação Ambiental	- Mostrar a importância das atividades lúdicas para o desenvolvimento infantil - Despertar o interesse para o cuidado com o Meio-Ambiente.	- Oficinas - Excursões/caminhada ecológica - Jogos e recreações - Gincanas	- O trabalho se desenvolveu de formar interativa. Palestras sobre os temas foram dadas, usando recursos audiovisuais. Brincadeiras e jogos de acordo com as etapas de desenvolvimento das crianças foram usadas como recursos. Distribuíram-se escovas e pastas de dentes para as crianças e técnicas de escovação foram explicadas às crianças e mães. Excursões, visitas domiciliares, gincanas, fizeram parte integrantes dos cursos com os adolescentes e jovens.

Conclusão

O “Projeto Organização Comunitária como Pressuposto de Geração de Renda para o assentamento rural Cocal D’Água Quente – Planaltina/GO”, proposto pela Universidade Católica de Goiás, teve como objetivo trabalhar a comunidade para a organização e geração de renda através da implantação de uma pequena granja de frango caipira e a instalação da fábrica de ração.

O projeto teve como objetivo viabilizar a organização da comunidade para o desenvolvimento sustentável, baseado na otimização dos sistemas de produção, na maior eficiência do trabalho, na utilização adequada dos recursos naturais, na geração de renda e conseqüentemente melhoria da qualidade de vida dos assentados. Foi prioridade levantar os motivos geradores do não aproveitamento das potencialidades das 39 famílias, a partir do seu contexto

social, considerando as condições socioeducativas da comunidade. Estas famílias se organizam como casais com média de três a quatro filhos; viúvas e com filhos solteiros; homens sem família (família mora na cidade) e outros. O assentamento está a 26 km distante da cidade de planaltina/GO, acesso via estrada de terra com bom estado de conservação.

Para atingir os objetivos propostos foram usadas metodologias participativas como cursos de capacitação e atividades práticas, dinâmicas de grupo procurando valorizar a cultura da população, resgatando assim sua auto-estima e melhorando a convivência e qualidade de vida entre eles.

As dificuldades se deram apenas na etapa inicial da execução do projeto tais como: grupo desmobilizado e separado em duas associações. dificuldades para reunir o grupo em torno do projeto. A partir da implementação das ações, o grupo convergiu para uma única associação. As visitas às casas foram de grande importância para que a equipe ganhasse credibilidade e confiança por parte da comunidade.

O projeto atingiu a meta de atendimento às 39 famílias através da implantação da granja e fábrica de ração; da melhoria da qualidade da água; envolvimento de jovens na questão ambiental; crianças através de atividades lúdicas e informação sobre higiene.

A comunidade se mostrou receptiva para receber informação e participar das atividades propostas. Houve uma melhoria na relação entre eles, uma maior interação se deu. Percebe-se que houve um despertar para a busca da melhoria de vida na comunidade. Podemos apostar: grande interesse nas atividades de implantação da granja, participação no projeto de tratamento da água, mães, adolescentes e crianças mais conscientes e participativos, os acadêmicos tiveram a oportunidade de conhecer a realidade da comunidade bem como de fazer um verdadeiro exercício de cidadania.

Referências bibliográficas

BOTOMÉ, S. P. *Pesquisa alienada, ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. São Carlos: UFSC, [s.d].

MORAES FILHO, W. B. (Org.). *Catálogo de extensão, 2000*. Uberlândia: UFU/PROEX 2000.

CALDERÓN, A. I.; SAMPAIO, H. (Org.). *Experiências universitárias, experiências solidárias*. São Paulo: Olho d'Água, 2001. (Coleção socializando experiências, 2).

NOGUEIRA, M. das D. P. (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

REVISTA DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. São Paulo: UNIMARCO, v. 1, n. 1, jul./dez. 2001.

REVISTA EM EXTENSÃO. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, v. 1, n. 1, 1999.

_____, v. 2, n. 1-2, 2000.

SOUZA, A. L. L. *A história da extensão universitária*. Campinas: Alínea, 2000. 138 p.

- **Processo socioeducativo de organização comunitária para cidadania nas comunidades ribeirinhas do Município de Maués – Estado do Amazonas**

Maria P. Socorro R. Chaves, Assistente Social. Doutora em Política Científica e Tecnológica Unicamp/Cired. Msc. em Sociologia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Inter-Ação/DSS/UFAM. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas
Andréia Santos Cavalcante, Assistente Social. Especialista em Gestão de Políticas Sociais
Maria Francenilda Gualberto de Oliveira, Assistente Social Especialista em Gerontologia
Anália Sampaio, Acadêmica de Serviço Social
Silvana Compton, Acadêmica de Serviço Social

Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Amazonas

Resumo

O trabalho apresenta a experiência de extensão do projeto intitulado “Processo Socioeducativo de Organização Comunitária para Cidadania nas Comunidades Ribeirinhas do Município de Maués” — Estado do Amazonas, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, iniciado em janeiro de 2002 e concluído em dezembro de 2003. Cujo objetivo geral foi desenvolver ações de conservação dos recursos locais através de atividades socioeducativas de valorização dos saberes locais e na identificação e implementação de novas técnicas. O projeto foi desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia – Grupo Inter-Ação. A metodologia abrangeu um conjunto de ações socioeducativas de extensão, desenvolvidas nas comunidades ribeirinhas situadas no Município supracitado. O projeto serviu como espaço de produção técnica-científica de conhecimentos sobre a realidade das comunidades, oportunizando aos acadêmicos, técnicos e docentes o desenvolvimento de atividades, articulando o conhecimento teórico-metodológico com a prática; servindo de apoio às iniciativas das comunidades locais no desenvolvimento de ações que atendessem suas demandas, interesses e necessidades de acesso a bens e serviços sociais (educação, saúde, assistência técnica).

Palavras-chave: ações socioeducativas, extensão, organização

Introdução e objetivos

As populações do meio rural amazônico compõem um quadro com características plurais; em termos de diversidade social, têm-se índios, ribeirinhos, pescadores e migrantes de todas as regiões do Brasil. O Estado do Amazonas é formado por uma diversidade de agrupamentos rurais de pequeno porte, compostos por populações tradicionais que habitam às margens dos rios e seus tributários, tais agrupamentos são nominados como comunidades ribeirinhas. Considera-se que há em torno de 200 mil comunidades na região (dados pesquisa Programa Trópico Úmido e Ministério de Ciência e Tecnologia, 2000) assim caracterizadas, o que

corresponde a 20% da população total do Estado e abrigam em média 20 famílias, mas o número de famílias varia entre 05 a 500. A extensão geográfica e a dificuldade de acesso, além da ausência de políticas públicas para viabilizar o acesso a bens e serviços sociais (saúde, educação, entre outros) que contemplem as necessidades dessas populações de modo satisfatório, as relega a uma condição de extrema carência, e mesmo quando têm acesso a tais bens, vivem a precariedade destes. Estes últimos, de um modo geral, formam um contingente que foi, por diversos meios, expropriado da terra em outras partes do país. As comunidades são assim reconhecidas por possuírem pelo menos uma igreja e a escola primária com cursos multisseriados de 1ª a 4ª série. O Município de Maués, no qual o trabalho foi realizado, está localizado na 8ª sub-região — Médio Amazonas —, possui uma área de 40.163,8 km², correspondentes a 2,5% do Estado e 32,4% da área norte sudeste; sua população está estimada em 32.286 habitantes, dos quais 51% vivem na zona urbana, o que representa o segundo maior contingente populacional da área norte sudeste. A sede do Município está situada à margem direita do rio Maués-Açu, a 267 km em linha reta e 356 km por via fluvial de Manaus. O Município de Maués possui cerca de 160 comunidades rurais, há no Município 13 associações de produtores rurais, 1 cooperativa, 1 sindicato, 1 associação de criadores de gado e cerca de 800 pescadores registrados. O tempo de deslocamento para as comunidades ribeirinhas do rio Parauari, por via fluvial — de Manaus para a sede do município de Maués — fica em torno de 18 horas; da sede do Município de Maués até a 1ª comunidade — Acaoera — 6 horas; da sede do Município até a última comunidade, Santo André, 18 horas. Por via aérea de Manaus para a sede do Município de Maués dura 45 minutos. Para as populações locais a adaptação ao meio ecológico torna-se possível graças aos conhecimentos acumulados sobre o território e as diferentes formas pelas quais os recursos naturais são transformados via processo de trabalho.

No desenvolvimento das atividades produtivas pelos ribeirinhos constituem-se múltiplas formas de manejo dos recursos, das quais se derivam práticas diferentes e complementares. Estas dão sustentação para a reprodução do grupo, ao mesmo tempo em que possibilitam a consolidação de princípios culturais de integração à natureza e formas apropriadas de manejo. Em face da acelerada degradação dos recursos naturais e do conjunto de implicações diretas e indiretas sobre as populações locais, torna-se imprescindível e urgente apoiar as formas de organizações para desenvolvimento local, pois estes caracterizam diversificadas formas de: aproveitar/otimizar o uso de materiais e produtos locais; implementar ações educativas com ações práticas e viáveis; criar estratégias inovadoras de otimização do uso de energéticos; subsidiar a formulação de políticas sociais públicas e privadas; reivindicar o apoio de órgãos governamentais e empresariais. Assim, as atividades de extensão deste projeto instituíram um processo socioeducativo de organização comunitária para cidadania voltada para o desenvolvimento socioambiental das comunidades ribeirinhas, cujo principal objetivo foi desenvolver ações de conservação dos recursos locais através de atividades socioeducativas de valorização dos saberes locais e na identificação e implementação de novas técnicas; capacitar os produtores através da formação de formadores; fomentar ações de organização para construção de alternativas de produção de renda com aproveitamento dos recursos locais, inclusive rejeitos;

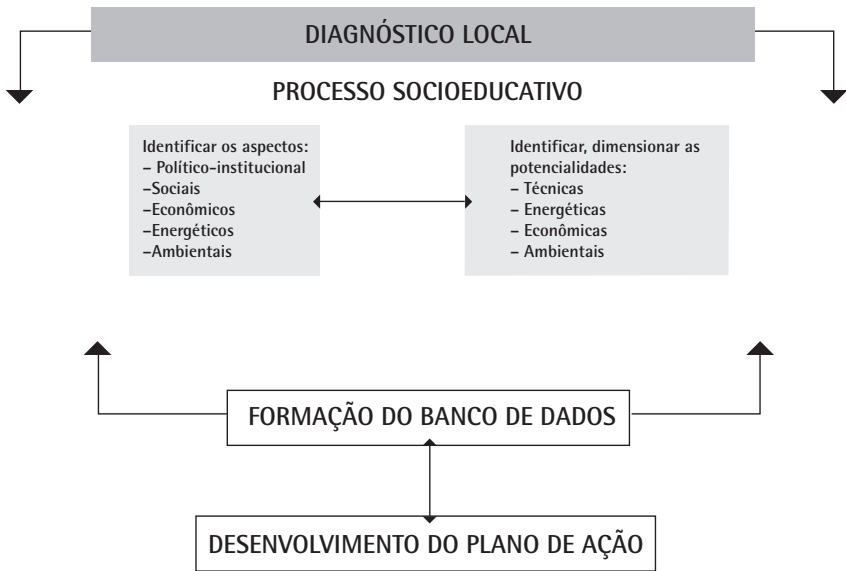
apoiar gestões para constituição de novas parcerias para obter acesso a bens e serviços sociais coletivos nas áreas de saúde, educação, equipamentos comunitários, adoção de tecnologias apropriadas e produção agrícola.

Metodologia

Na condição de projeto de extensão adota-se uma dupla finalidade, de um lado, servir como espaço de produção técnica-científica de conhecimentos sobre a realidade das comunidades e, de outro, tornar-se apoio às iniciativas das comunidades locais no desenvolvimento de ações que atendam suas demandas, interesses e necessidades por bens e serviços sociais. Essas duas funções têm caráter indissociável entre si, pois a produção técnico-científica sobre a realidade das comunidades servirá para a obtenção de conhecimento, de subsídios para busca de estratégias para o desenvolvimento social das referidas comunidades. Desta maneira, no escopo deste, apresenta-se em linhas gerais as orientações de natureza técnica e científica do projeto, tendo em vista que este pretende se consolidar como: a) área de extensão universitária com atividades de formação comunitária e profissional; b) campo de estágio curricular e extracurricular para diversos cursos profissionalizantes; c) campo piloto de pesquisa-ação, pesquisa social aplicada nas áreas sociocultural, econômica, agrícola, tecnológica, ambiental entre outras. A metodologia de trabalho caracterizou-se por fomentar a participação e representou uma tentativa de articular ações de apoio à gestão comunitária e de acesso aos bens e serviços sociais, bem como oportunidade para acadêmicos, técnicos e docentes na realização de um conjunto de atividades articuladas às necessidades das comunidades nas áreas de: saúde, educação, organização comunitária, entre outras. Os procedimentos e as técnicas de coleta servem para desencadear a participação e o engajamento dos envolvidos, considerando as particularidades da organização local. A sistematização da totalidade dessas informações serve para a formação de um banco de dados que irá subsidiar as fases subseqüentes do trabalho. Para tanto, as atividades desenvolvidas foram: diagnóstico local participativo: realizado a partir de visitas domiciliares com aplicação de formulários (com questões abertas e fechadas), história oral, trabalhos com dinâmicas de grupo. Tais atividades buscaram desencadear a participação e o engajamento dos comunitários, o que subsidiou as fases subseqüentes do trabalho. O que tornou possível mapear a estrutura social das comunidades (número de moradores, divisão por geração), que está assim dimensionada: Monte Sinai – número de famílias: 13, número de pessoas: em torno de 95 (25 crianças e 70 jovens e adultos); Vila Nova – fundada em 1989 possui 15 famílias, número de pessoas: em torno de 90 (22 crianças e 68 jovens e adultos); Santo André – número de famílias: 12, número de pessoas: em torno de 95 (25 crianças e 70 jovens e adultos); Vila Darcy – número de famílias: 23, número de pessoas: em torno de 130 (40 crianças e 90 jovens e adultos); Acaoera – número de famílias: 16, número de pessoas: em torno de 110 (aproximadamente 30 crianças e 80 jovens e adultos). Assim, a fase após o diagnóstico proporcionou a elaboração do Plano de Ação. O desenvolvimento do Plano decorre do encadeamento entre os processos socioeducativo, de monitoramento (acompanhamento e apoio nas ações). Para assegurar as condições de compatibilidade com os objetivos do Plano, nesta parte, a partir

da avaliação técnica dos recursos para investimentos, das condições e do horizonte temporal disponíveis, faz-se a montagem da estrutura operacional, com a elaboração de instrumentos e técnicas para ação, e a definição dos critérios para avaliação sistemática. A execução do Plano de Ação aciona, simultaneamente, a negociação entre os atores, o estímulo à participação/engajamento dos comunitários, a implementação das atividades técnicas, o processo de formação para criação de competência técnica e fortalecimento das capacidades locais, a ativação dos mecanismos de monitoramento e de avaliação. Durante o desenvolvimento do Plano, de acordo com a dinâmica posta em prática, outras demandas podem aflorar. A partir de uma avaliação criteriosa dos envolvidos, a incorporação das demandas emergentes pode determinar ganhos importantes no trabalho. A articulação entre as várias frentes, ou esferas de ação que compõem o Plano, propicia a otimização de instrumentos, ações e técnicas, a simplificação de operações e autonomia de produção e gestão local. O mérito dessa metodologia consiste em apoiar a gestão comunitária e, ao mesmo tempo, captar alguns de seus princípios e tomá-los como orientação de trabalho (rede de ajuda mútua, coletivização do trabalho). Seu molde, similar a um programa social (com ações integradas de serviços sociais), requer a participação dos usuários não de modo secundário, mas como protagonistas na determinação dos rumos a serem assumidos. Dentre as orientações prioritárias do projeto está o caráter de sustentabilidade e autonomia das comunidades a ser construído e buscado. O modelo de trabalho desenvolvido pode ser observado no esquema a seguir apresentado.

Metodologia de gestão participativa



Resultados e discussão

Evidenciou-se nessas comunidades a necessidade de desenvolver atividades que viabilizassem a construção de alternativas de produção de trabalho e renda, baseando-se no fato de que os recursos monetários são muito limitados, associados à falta de infra-estrutura de bens e serviços sociais. Pois, em termos de manutenção da família, as atividades de complementação de renda se revestem de importância estratégica, as quais requerem alternativas diversificadas, que ao mesmo tempo precisam ter características peculiares em função do contexto e dos agentes sociais envolvidos. Dentre as orientações prioritárias do projeto, as atividades se pautaram no caráter de sustentabilidade e autonomia das comunidades a ser construído e buscado (CHAVES, 2002). Dessa forma, o projeto consistiu em apoiar a gestão comunitária e, ao mesmo tempo, captar alguns de seus princípios e tomá-los como orientação de trabalho (rede de ajuda mútua, mutirão, coletivização do trabalho), entendendo que a participação dos comunitários, como protagonistas na determinação dos rumos a serem assumidos, possibilitou alcançar melhores resultados no término das atividades, bem como, a elaboração de uma proposta de trabalho. Assim, o projeto abrangeu um amplo processo socioeducativo de extensão interdisciplinar, tomando como referência a extensão universitária como questão importante na percepção de problemáticas relevantes no plano societal, ao buscar desenvolver ações mediante desafios reais a partir da identificação das potencialidades locais (recursos, saberes, habilidades). A implantação do Plano de Atividades teve como resultado a participação de todos os envolvidos e a obtenção dos seguintes resultados:

Na área de organização

A formação/capacitação de agentes comunitários de saúde, apoio didático-pedagógico aos professores locais; realização de dinâmicas de sensibilização com músicas, dramatizações e sociometria; curso de relações humanas; oficina de liderança; reuniões para estruturação de alternativas de produção de renda; orientação para a formação de cadeia produtiva de artesanato; curso de alimentação alternativa.

Na área educacional

Realização de ações educativas com dinâmicas de grupo, de apoio aos professores rurais, com orientação sobre o conteúdo didático e a produção de materiais didáticos voltados à realidade local; oficina de brinquedo com recursos locais; encontros recreativos e debates educativos; atividades de dramatização e pintura; dinâmicas de grupo com desenho para montagem de cartilha.

Na área de saúde

Realizaram-se campanhas educativas; oficinas (com técnicas de abordagem grupal) para formação de agentes comunitários de saúde no trato da saúde dos idosos, das crianças e adolescentes e de jovens e casais; campanha de saúde bucal para casais, jovens e adultos; curso de saúde reprodutiva e planejamento familiar; atividades de dinâmicas de grupo com idosos abordando os aspectos biopsicossociais do envelhecimento e do papel do idoso na família e na comunidade; atividades lúdicas, psicomotoras, para debater o tema de sexualidade e drogas; organização de farmácia comunitária nas comunidades.

Avaliação sistemática

A avaliação foi um instrumento fundamental no decorrer do projeto para avaliar o processo operacional das atividades propostas, bem como a efetividade de sua operacionalização, possibilitando o aperfeiçoamento das ações; Para produção de trabalho e renda foram formados 03 Clubes de Mães, a Associação de Arte Cabocla, com a produção de artesanato e aproveitamento de rejeitos agrícolas, uma horta comunitária de plantas medicinais (mais de 100 espécies). Em termos de manutenção da família, as atividades de complementação de renda se revestem de importância estratégica. Estas requerem alternativas diversificadas, que ao mesmo tempo precisam ter características peculiares em função do contexto e dos agentes sociais envolvidos. No presente projeto, pretendeu-se superar tais limitações ao se buscar encaminhar soluções de produção de renda que proporcionem a otimização da produção e redução do esforço através de tecnologias simples e de baixo custo e que não comprometam as condições de sobrevivência dos grupos. Para tal, foram potencializadas e valorizadas as iniciativas criadas pelos próprios grupos como embrião para soluções comunitárias. A necessidade de desenvolver atividades de produção de renda nas comunidades se baseia no fato de que os recursos monetários são muito limitados e associados à falta de infra-estrutura de bens e serviços sociais, o que torna as condições de vida muito precárias. A maioria dos grupos domésticos recorre ao trabalho acessório para assegurar a reprodução de sua família. Neste contexto, os mecanismos para aumento e/ou complemento de renda e das formas de consumo, ou seja, do dispêndio do grupo doméstico com alimentação, vestuário, educação e habitação são identificados como estratégias de sobrevivência. Em termos de manutenção da família as atividades de complementação de renda se revestem de importância estratégica. Estas requerem alternativas diversificadas que ao mesmo tempo precisam ter características peculiares em função do contexto e dos agentes sociais envolvidos. A designação de estratégias de sobrevivência serve para identificar as atividades de trabalho complementares, subsidiárias ao tipo de produção que o grupo exerce tradicionalmente. No entanto, em termos financeiros, a atividade principal pode render menos que a subsidiária, ou seja, o fator econômico não é o único determinante da representação que o grupo adota para eleger sua atividade principal. As atividades apontadas como estratégias de sobrevivência variam de grupo para grupo. A representação do que seja atividade subsidiária e principal toma como referência variados aspectos, desde a natureza social e cultural até os que conformam status quo do grupo no interior da comunidade. Mas as estratégias de sobrevivência identificadas nas práticas dos agricultores na região portam igualmente elementos negativos ao próprio grupo. Se, por um lado, fornecem opções alternativas para produção de renda suplementar, por outro, pode gerar sobrecarga de trabalho aos integrantes do grupo e a “privação de determinadas necessidades básicas”. A renda conseguida, por exemplo, com a venda de produtos de base alimentar do grupo doméstico, como os doces caseiros, o “beiju” e o “pé de moleque” os torna escassos aos integrantes do grupo familiar. Portanto, algumas soluções adotadas são paliativas, conquistas parciais, individuais e não comunitárias, coletivas. Para tal, objetivou-se potencializar e valorizar as iniciativas criadas pelos próprios grupos como embrião para soluções comunitárias. Pois a vida comunitária permitia que a estratégia usada por um grupo doméstico fosse adotada pelos

demaís comunitários. No que se refere ao trabalho comunitário coletivo, a realização de atividades em geral foram coordenadas pelas entidades organizativas locais a partir de reuniões, assembléias, “mutirões” e “ajuris”. A prática do “mutirão” qualifica-se como serviço para coletividade, o trabalho compartilhado para usufruto de todos os membros da comunidade. Em geral, pratica-se o “mutirão” em áreas de domínio da coletividade, em equipamentos comunitários (escolas, centros comunitários). No “ajuri”, o trabalho realizado pelos comunitários, de maneira coletiva, tem seus resultados partilhados. Em geral, realizado em áreas coletivas, destina-se a contemplar as necessidades do grupo cuja divisão se faz de acordo com as necessidades dos grupos domésticos. De um modo geral, as modalidades de trabalho comunitário se caracterizam como: formas de cooperação laboral praticadas pelos comunitários; padrão de divisão dos frutos do trabalho cooperativo de acordo com as necessidades dos grupos; estratégia de ação coletiva para potencializar a força de trabalho do grupo doméstico; formas diversificadas de produção realizadas de acordo com os ciclos dos produtos (plantio, colheita) e da natureza (inverno e verão); esforço coletivo requerido por determinadas práticas produtivas e comunitárias (construção de equipamentos, construção de hortas). A dinâmica de gestão comunitária se configura a partir da identidade sociocultural dos agentes sociais, das relações que estabelecem entre si (nas atividades produtivas, de troca entre os grupos domésticos, nas entidades organizativas), com a natureza circundante e também com o contexto externo. Nesta perspectiva, as formas de organização sociocultural e política das comunidades na Amazônia, em suas singularidades, abrigam mecanismos e práticas que podem servir como instrumentos para a construção de alternativas e soluções para atender suas necessidades de bens e serviços sociais. Entende-se que a gestão comunitária é um atributo importante para a busca de mudança nos padrões atuais de acesso aos bens coletivos de consumo nas comunidades isoladas da Amazônia. Assim, compreende-se que as comunidades se constituem como espaço organizativo peculiar, no qual seus atores estabelecem o manejo coletivo dos recursos materiais, orientados por seus saberes e em bases comunicativas e cooperativas. Neste sentido, o ordenamento concreto de uma comunidade em certa medida representa a afirmação explícita da capacidade de expor suas prioridades, afirmar formas de atendimento requeridas e, também de identificar novos usos, desenvolver técnicas simples, enfim, modos de consumo mais adequados às suas necessidades. A dinâmica comunitária potencializada a partir de ações sociopedagógicas propiciou a busca por mudanças nos padrões atuais de produção e de acesso aos bens coletivos de consumo.

Conclusões

O projeto se desenvolveu com a finalidade de: servir como espaço de produção técnico-científica de conhecimentos sobre a realidade das comunidades, oportunizando aos acadêmicos, técnicos e docentes o desenvolvimento de atividades, articulando o conhecimento teórico-metodológico com a prática; tornar-se apoio às iniciativas das comunidades locais no desenvolvimento de ações que atendessem suas demandas, interesses e necessidades por bens e serviços sociais (educação, saúde, assistência técnica). As atividades desenvolvidas — de sociabilidade e organização — tomaram como referência que as formas de organização sociocultural

am servir, mediante apoio técnico, como instrumentos para a construção de alternativas e soluções para atender às necessidades produtivas e organizativas existentes. As soluções estiveram centradas na organização para a produção de renda e no acesso a bens e serviços sociais (escolas, postos de saúde, entre outras), enquanto elementos essenciais para a estruturação da cidadania das populações locais (CHAVES, 2002). Isso posto, ressalta-se que as comunidades ribeirinhas constituíram-se como espaços de organização, produção e reprodução social, observando-se que os comunitários estabelecem o manejo coletivo dos recursos locais, orientados por seus saberes e habilidades em bases comunicativas e cooperativas. Neste sentido, o presente projeto buscou contribuir para afirmação de ações de cidadania e fortalecimento das capacidades e habilidades locais para buscar soluções para as limitações materiais existentes, encontrar formas de atendimento destas e, também, de formular novas modalidades de uso com o desenvolvimento de técnicas simples. Essa experiência permitiu considerar que a extensão universitária possibilita o envolvimento e a articulação de diferentes dimensões da produção e socialização do conhecimento, criando as condições essenciais para o processo de formação de discentes e de espaço de exercício de ensino-aprendizagem para os docentes. Outrossim, com base nesta lógica de extensão, as ações desenvolvidas favoreceram a aliança entre atividades de natureza acadêmico-científicas, a formação profissional e a sociedade.

Referência

CHAVES, M. P. S. R. *Processo sócio-educativo de organização para a cidadania nas comunidades ribeirinhas do município de Maués – Estado do Amazonas*. Manaus, AM: Universidade Federal do Amazonas/Departamento de Serviço Social. Grupo de Pesquisa Inter-Ação, 2002.

- **O Programa de Implantação de Micro e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano: um instrumento de inclusão social**

Carlos Minor Tomiyoshi, Doutor em Engenharia Mecânica

Vicente de Paulo Albuquerque Araújo, Especialista em Recursos Hídricos

Geneceuda Ferreira Monteiro, Especialista em Pedagogia. Fundação Parque Tecnológico da Paraíba

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Resumo

Este trabalho relata uma experiência realizada pela Universidade Federal de Campina Grande, através do Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido, em parceria com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, denominado Programa de Implantação de Micros e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano. Um programa que trata da verticalização da produção agropecuária de base familiar na faixa territorial sujeita às secas periódicas na Paraíba, inserindo-a integralmente na cadeia produtiva, agroindustrializando e comercializando a sua produção. Difundindo, nas localidades do semi-árido paraibano onde atua, transformações substantivas no espaço da agricultura familiar tradicional, com a missão de gerar empregos e renda. Diante das condições socioeconômicas e políticas que se instalaram na história da agropecuária da região, o programa implementa um novo tempo de realizações à medida que aplica à pequena produção de base familiar dos sertões paraibanos a visão sistêmica do agribusiness, o que faz considerar também os empecilhos burocráticos, políticos e ideológicos como decisivos para o sucesso ou fracasso de quaisquer empreendimentos produtivos. Essas ações levam às comunidades de agricultores familiares uma nova modalidade de acompanhamento, além da técnica, também é dada a assistência administrativa e mercadológica.

Palavras-chave: verticalização, agroindustrialização, agricultura familiar

Introdução e objetivos

Um imenso contingente de homens e mulheres no espaço rural desenvolve atividades agropecuárias, agrofloretais e aquícolas em pequenos empreendimentos de natureza e escala predominantemente familiar. Historicamente, eles têm sido responsáveis pela produção de alimentos, colocados à disposição das populações rurais e urbanas do Brasil. No entanto, foram sistematicamente excluídos dos meios básicos para o seu desenvolvimento humano e tiveram limitados os acessos aos circuitos da inovação tecnológica, créditos e dos mercados nacional e internacional. Os seus talentos e a coragem têm sido fatores responsáveis pela sobrevivência no campo, onde as escassas e inadequadas políticas públicas foram, ao longo do tempo, a eles dirigidas.

Nos últimos anos, novas características no espaço rural brasileiro têm se revelado. O espaço rural deixou de ser exclusivamente um mundo agrícola. Há uma tendência visível de redução de pessoas ocupadas na agricultura e um aumento no número de residentes no campo com atividades não-agrícolas, apesar de a maioria dos domiciliados rurais ainda serem predominantemente agrícolas. Observa-se, de uma maneira geral, que há um redimensionamento da estrutura social de muitas localidades e, conseqüentemente, uma nova interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, no meio rural. O lugar e o papel das unidades de produção familiar deixaram de ser percebidos apenas sob o ângulo das relações de produção agrícola.

O desafio fundamental em relação aos agricultores familiares, no Brasil, é de criar um ambiente institucional favorável à expansão e ao desenvolvimento dos mesmos, de modo a enfrentar os desafios da exclusão que os vêm atingindo. Essa exclusão pode ser explicada, principalmente, pelas seguintes condições: o domínio dos lucros das cadeias produtivas do agronegócio pelos agentes industriais e de distribuição, penalizando e inviabilizando os produtores agrícolas de pequena escala; a modernização da agricultura, via intensificação do uso de máquinas e implementos, substituindo a mão-de-obra dos agricultores familiares; e a atuação das agroindústrias integradoras, exigindo escala crescente dos integrados ou a sua migração, ou a redução da produção.

O Programa de Implantação de Micro e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano insere-se neste contexto como um programa de desenvolvimento no espaço rural onde o cenário é de pobreza e desemprego. Porém, o programa acredita que, nesse espaço, existem vários locais e pessoas com potencial produtivo. E acredita que pode contribuir para a construção da cidadania no campo, a modernização do interior e a segurança alimentar da sociedade brasileira. O seu objetivo é o fortalecimento e a melhoria de vida dos agricultores do semi-árido paraibano mediante à criação de oportunidades de ocupações produtivas, possibilidade de reconversão, geração de renda de forma desconcentrada, uso sustentado dos fatores ambientais, redução da migração campo-cidade, ampliação do acesso aos bens e aos serviços públicos, modernização do processo produtivo e redução das desigualdades sociais.

Metodologia

Localização das agroindústrias

O semi-árido paraibano, que ocupa mais de 70% do território do Estado da Paraíba, para melhor caracterizar as diferenças de clima, vegetação e solo, é dividido em 6 meso-regiões. As comunidades e os assentamentos rurais onde o programa atua estão situadas dentro dessas meso-regiões e mais, dentro da bacia hidrográfica mais representativa:

- Região do Cariri – Bacia do Rio Sucuru;
- Região do Curimataú – Bacia do Rio Guandu;
- Região da Depressão Sertaneja – Bacia do Riacho de Santa Gertrudes;
- Região de Catolé do Rocha – Bacia do Rio Jericó.

Crêterios para seleção das comunidades

No ano de 1998, após já ter identificado as regiões representativas das diferentes características do semiárido paraibano e a principal bacia hidrográfica, em cada uma delas, uma equipe multidisciplinar e interinstitucional visitou todas as comunidades rurais situadas dentro daquelas bacias hidrográficas e selecionou 10 comunidades rurais e 2 assentamentos rurais, consideradas como as mais carentes.

Cursos de capacitação como instrumento de aproximação com as comunidades

Praticamente, todas as comunidades selecionadas já tinham experimentado algum tipo de a  o decorrente de programas governamentais. Porém, enquanto havia dinheiro algumas ações eram realizadas.   medida que os recursos iam escasseando, na mesma proporção acontecia com as ações. Havia uma evidente decepção dos comunitários com os programas governamentais que nunca alcançaram as metas prometidas. Portanto, não havia clima para chegar nessas comunidades com mais uma promessa.

Como instrumento de aproximação da equipe do UFCG/Peasa e da Fundação PaqTcPB com as comunidades selecionadas foi oferecida a eles a oportunidade de escolher cursos de capacitação de interesse da comunidade. Cada comunidade poderia indicar até 10 cursos.

Esses cursos possibilitaram o conhecimento mútuo entre a equipe e a comunidade, permitindo, ainda, a identificação das principais lideranças formais e não-formais, as articulações e atritos políticos, suas vocações produtivas e uma primeira avaliação das condições sociais, econômicas, educacionais e culturais. A contrapartida da comunidade nesses cursos era selecionar os alunos, organizar o local de realização, além de hospedar e dar a alimentação do instrutor. No primeiro ano, os cursos de treinamento e capacitação buscaram atender uma demanda local generalizada, mas a partir da identificação da vocação de cada uma delas, os treinamentos foram mais específicos visando atender aos objetivos da agroindústria a ser implantada.

Realização do diagnóstico socioeconômico e o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE das vocações identificadas

Após a identificação da vocação das quatorze comunidades, em 1998, foi realizado o levantamento socioeconômico das populações dessas comunidades, através do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP. Com recurso financeiro do Sebrae-PB/FINEP/PATME, e uma equipe formada por especialistas egressos do I Curso de Especialização em agribusiness, foram realizados, através da Fundação PaqTcPB, os Estudos de Viabilidade Técnica Econômica – EVTE's das unidades de produção agroindustrial daquelas comunidades.

Realização de cursos de especialização em agribusiness

Com intuito de capacitar a equipe e os técnicos das instituições parceiras, dentro do referencial metodológico no qual está inserido o programa, que é o da visão sist mica nas atividades agrícolas e agropecuárias, difundido pelo agribusiness, o Peasa/UFCG e a Fundação

PaqTcPB firmaram uma parceria com o Programa de Estudos dos Negócios dos Sistemas Agroindústrias – Pensa/FIA/FEA/USP que resultou, a partir de 1996, na realização de 3 Cursos de Especialização lato sensu em Agribusiness e 1 Curso de Aperfeiçoamento em Agribusiness, com apoio financeiro do CNPq, do BNB, do SEBRAE e da FAPESQ. Desde então, foram formados mais de 50 especialistas, gerando 40 monografias versando, basicamente, de estudos sobre as principais cadeias produtivas do Nordeste.

Inserção do projeto no Programa Paraibano de Tecnologia Apropriada – PPTA

Em junho de 1998, como um dos projetos inseridos no Programa Paraibano de Tecnologia Apropriada da Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia – PPTA/SICTCT-PB, o Programa de Implantação de Micro e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano foi contemplado com 10 bolsas DTI (2 anos) e um EV (1 ano) do Programa de Tecnologia Apropriada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PTA/CNPq. Tais bolsas foram reduzidas para somente 6 (DTI), durante a renovação do convênio com o CNPq, para o período de outubro/2001 a outubro/2003.

No primeiro período 1998/2000, a equipe de bolsistas foi responsável pela elaboração dos projetos técnico/econômicos das 14 unidades agroindustriais que submetidos ao Programa Pronaf Agroindústria do Ministério da Agricultura e Abastecimento, no ano de 1999, com o propósito de obter recursos para investimento e custeio, obtiveram parecer favorável junto àquele programa. Esse resultado foi comunicado pessoalmente ao Magnífico Reitor da UFPB pelo coordenador do Pronaf Agroindústria, João Batista da Silva e pelo diretor do departamento de infra-estrutura rural da SDR, Laércio Nunes. Porém, a partir do momento que esse programa saiu da esfera do MA/SRD para o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, também todos os contatos entre o Peasa/UFCG e o MA/SDR foram suspensos. Desta forma, a Fundação PaqTcPB, o Peasa/UFCG, os parceiros e, principalmente, as comunidades envolvidas, tiveram frustradas suas expectativas quanto à obtenção dos recursos para a implantação das 14 unidades agroindustriais.

Diante dessa realidade, a Fundação PaqTcPB e o Peasa redimensionaram o Programa de Implantação de Micro e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano, nos aspectos relativos às metas previstas para o início de funcionamento das agroindústrias, inicialmente de 2 anos, a contar de junho de 98. O suporte financeiro para as atividades foi conseguido através de contratos e convênios obtidos pela Fundação PaqTcPB.

No segundo período do Convênio 2001/2003, diante da redução do número de bolsistas e, principalmente a falta de contrapartida do Governo do Estado, ficando sobre a responsabilidade total da Universidade Federal de Campina Grande, o apoio técnico, administrativo, logístico (transporte dos bolsistas + equipe), a coordenação do programa reduziu para 7 o número de comunidades atendidas.

Discussão

Inexistência de auto-estima nas comunidades rurais

As políticas do setor público voltadas para as comunidades rurais que desenvolvem atividades em nível de agricultura familiar são todas paternalistas. Logo não se preocupam em valorizar a cidadania e resgatar a auto-estima dessas comunidades. Reverter essa situação é um processo moroso, e vem sendo conduzido com muita persistência e paciência pelo programa.

Falta de incentivo para atividades de extensão

Um programa dessa natureza é eminentemente um programa de extensão. Identificadas as demandas das comunidades busca-se dentro das diversas instituições, que atuam com P & D, qual tem a competência para melhor atender àquelas demandas. Um dos obstáculos encontrados para atender as demandas levantadas é a falta de apoio principalmente dos professores e técnicos das universidades, para implementá-las em campo. Programas de bolsas para pesquisadores e editais para realização de pesquisas existem. Porém, bolsas para quem faz extensão e editais para identificar e viabilizar o repasse de tecnologias e conhecimento gerados nas instituições de P & D para comunidades rurais não existem.

Inexistência de uma política de C & T para a agricultura familiar

Apesar de todos os indicadores sociais das comunidades rurais que vivem no semi-árido paraibano apresentarem um baixo índice social, econômico, educacional e de saúde, ainda assim vivem ali pessoas com potencial produtivo, como também, na maioria dos locais, há a possibilidade de desenvolver atividades econômicas rentáveis e ambientalmente sustentáveis. Por outro lado, as nossas instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento possuem conhecimento armazenado que poderiam contribuir na solução de muitos dos problemas vividos pelas comunidades rurais. O maior problema é que não existe uma política de C & T específica para a agricultura familiar que permita a inovação tecnológica nesse setor e que possibilite pesquisar e desenvolver soluções para outras que, ainda, não existem respostas definitivas.

Política de crédito inacessível e inexecutável

As regras da política de crédito no Brasil são únicas para todo o país. As exigências para o acesso ao crédito são as mesmas, tanto para o mega empreendimento como para o micro empreendimento. Ou seja, questões diferentes são tratadas igualmente, quando deveriam ser tratadas com políticas diferenciadas. Atualmente, o crédito disponível para agricultura familiar é inacessível, devido às exigências de garantia real. Quando acessível, são inexecutáveis, pelo volume disponível que não possibilita aplicar o recurso no empreendimento rural e obter o retorno para quitar o débito. Portanto, é necessária uma mudança na política de crédito dirigida à agricultura familiar de modo que ela seja acessível e executável. Ou seja, uma política de crédito que empreste recursos suficientes para que as comunidades rurais possam alcançar um nível de qualidade de vida digna.

Barreiras legislativas para obtenção do certificado – SIF

A maioria dos produtos desenvolvidos pelos empreendimentos do programa busca atender um nicho de mercado. Porém, num Estado como a Paraíba, muitas vezes, esse mercado consumidor não é suficiente para tornar o empreendimento economicamente rentável. E mais, permitir que todos os associados do empreendimento tenham uma ótima qualidade de vida. Portanto, a alternativa é abrir canais de comercialização em todo o país e, para que isso seja possível é necessário ter o selo de inspeção do Sistema de Inspeção Federal – SIF e do Ministério da Saúde. Atualmente, as micro agroindústrias conseguem atender as exigências apenas quanto à qualidade e sanidade dos produtos, porém, não conseguem atender questões quanto às dimensões da estrutura física do empreendimento ou o volume de produção mínimo exigido.

Baixo nível educacional, econômico e social

Os Quadros 1 e 2 mostram as diferenças entre o perfil do empreendedor de base tecnológica e o do empreendedor das comunidades rurais que estão sendo trabalhadas pelo programa, exemplificando porque o processo para alcançar os primeiros resultados num empreendimento agroindustrial, em comunidades rurais do semi-árido paraibano, é bastante lento.

Quadro 1

Perfil do empreendedore

Empreendedores de base tecnológica	Empreendedores comunitários de agroindústria
Empresários individuais ou com 2 ou 3 sócios	Empreendedores coletivos-comunitários
A grande maioria é classe média	A minoria é alfabetizada
A maioria concluiu o curso superior	Todos são os chamados excluídos sociais
Muitos contam com os pais e parentes no sustento até a consolidação do empreendimento	São arrimos de família ou ajudam na composição da renda familiar.
São jovens, solteiros, com no máximo 30 anos	São pessoas maduras, casadas, com mais de 30 anos
Todos sabem o que é uma incubadora	Ninguém sabe o que é uma incubadora

Quadro 2

Incubadora de base tecnológica versus agroindustrial

Incubadora de base tecnológica	Incubadora agroindústria
Empresários procuram a incubadora. A incubadora busca a comunidade	Empreendedores coletivos-comunitários
Os empresários precisam se adaptar à linguagem corrente nesse ambiente. A equipe da incubadora precisa se adaptar à linguagem dos empreendedores comunitários	A minoria é alfabetizada
Os empresários adaptam-se às regras da incubadora. A incubadora precisa adaptar-se à cultura das comunidades	Todos são os chamados excluídos sociais
Equipe técnica da incubadora: gerente, comercialização/marketing, jurídica/contábil Equipe técnica da incubadora agroindustrial: além daquelas da IBT precisa de uma equipe multidisciplinar.	São arrimos de família ou ajudam na composição da renda familiar.



Incubadora de base tecnológica	Incubadora agroindústria
Os empresários não precisam de capacitação em cooperativismo. Os comunitários precisam internalizar o espírito associativista	Empreendedores coletivos-comunitários
Incubadora de base tecnológica normalmente se situa dentro do perímetro urbano e as empresas dentro dela. Todas as empresas agroindustriais estão situadas fora do perímetro urbano e distantes da incubadora	A minoria é alfabetizada

Resultados

a) Unidade de Beneficiamento da Fibra do Sisal (Agave sisalana, Perr.) para confecção de artesanato de Cuiuiu – Barra de Santa Rosa/PB

O objetivo dessa unidade é produzir artesanato que tenha como matéria prima o sisal. As ações ali realizadas permitiram a construção do Centro Artesanal de Cuiuiu, construído pela comunidade com material de construção doado pelo Peasa/UFCG e Sebrae/PB. O galpão com área de 80m² está equipado com máquinas, acessórios e mesas para confecção de festão, tear-manuais para confecção de tapetes e manta. Pessoal capacitado também para confecção de peças manuais à base de sisal como adereços e pequenas peças artesanais para decoração. Os produtos já estão sendo comercializados em lojas especializadas de decorações e foi selecionado, recentemente, para integrar o Programa Caras do Brasil, do Grupo Pão de Açúcar.

b) Unidade de Cotonicultura Verticalizada em Jatobá, Município de Lagoa/PB

A comunidade tradicionalmente cultiva o algodão, vendido diretamente às usinas de beneficiamento de algodão. A inserção do projeto visa agregar valor ao algodão através da produção de peças artesanais. Daí foi construído um galpão equipado com um tear elétrico e um manual, acessórios para confecção de artesanato em algodão e o pessoal capacitado para confeccionar redes e mantas de produto. Atualmente, está sendo feito um estudo para definição de uma linha de produtos a ser desenvolvida na comunidade rural de Jatobá.

c) Unidade de Produção de Ovos e Processamento de Carne de Galinha de Capoeira na Comunidade Poleiros – Barra de Santa Rosa/PB

A comunidade de Poleiros tinha como vocação produtiva a criação e venda de galinha e ovos caipira (ou capoeira), vendidos na feira do Município sede Barra de Santa Rosa. O projeto aproveitando a vocação da comunidade e em comum acordo com ela implantou o criatório de galinha de abate e postura utilizando a galinha da raça Label Rouge para abate e Caipira Negra para postura, ambas criadas de forma semi-intensiva. Atualmente o módulo de produção é composto de quatro galpões com capacidade para 400 aves cada, com equipamentos e piquete. O projeto prevê a ampliação do módulo para 12 galpões. Hoje, são criadas somente galinhas de postura. Os ovos, já embalados, estão sendo comercializados, enquanto uma nova unidade de abate e processamento está sendo construída.

d) Unidade de Criação de Tilápias e Beneficiamento de Pescado na Comunidade de Recanto II, Jericó/PB

O assentamento rural de Recanto II pescava a tilápia de forma extensiva no açude Carneiro e vendia o peixe in natura a um intermediário que negociava o produto em Recife e Fortaleza. Como resultado do trabalho do Peasa/UFCG, juntamente com as instituições parceiras, atualmente a comunidade cria os peixes de forma intensiva (tanques-redes e tanques escavados) e comercializa o produto processado na forma de filé, almôndegas e lingüiça. Atualmente, está em fase de implantação um minicurtume de pele de peixe com recurso do BNB/Etene e a construção de uma nova unidade de beneficiamento e a unidade de produção de artesanato produzido com couro de peixe. Com a conclusão dessas novas obras, a comunidade de Recanto II, terá um pequeno complexo agroindustrial para criação, processamento, comercialização do derivados de tilápias e produção de artesanatos confeccionados utilizando-se a pele de peixe.

e) Unidade de Processamento de Frutas para Elaboração de Polpa Congelada, na Comunidade de Fechado, Município de Patos/PB

A região sertaneja da Paraíba produz durante praticamente o ano todo, variados tipos de frutas, umbú, serigüela, cajarana, cajá, etc. Há, ainda, a produção de outras frutas como a goiaba, a acerola e a manga. Com o propósito de aproveitar essas frutas na época da safra e delas fazer a polpa, agregando valor e fazer a comercialização no período da entressafra, foi implantada a unidade de beneficiamento de polpa de frutas de Fechado. Hoje, se processa por semana 1.000kg de polpas de frutas, parte é vendida aos municípios da região para a merenda escolar e parte é comercializada pela Cooagril.

f) Unidade de Beneficiamento do Leite Caprino e Elaboração de seus Derivados na Comunidade Amparo, Amparo/PB

A implantação desse projeto está sendo realizada com recurso financeiro do BNB. Foi construída a unidade física para a produção e processamento do leite caprino e capacitado o pessoal para lidar com o manejo do rebanho e o processamento do leite. O rebanho está sendo geneticamente melhorado para aumentar a produtividade dos animais quanto à produção de leite. Enquanto este está sendo comercializado pasteurizado e utilizado na produção do queijo e licor de leite de cabra, o processo de certificação da unidade para obtenção do SIF, e poder ampliar a comercialização para outros Estados, através das grandes redes de supermercados, já está em andamento.

g) Projeto de Criação de Camarão Marinho em Tanques Escavados Abastecidos com Resíduos de Dessalinizador, Comunidade Poleiros, Barra de Santa Rosa/PB

A instalação de um dessalinizador num poço profundo, na comunidade de Poleiros, para obtenção da água potável trouxe benefício por um lado e, por outro lado, a produção do rejeito com alto teor de sal jogado diretamente no solo causou sérios problemas ao meio ambiente. A

alternativa desenvolvida pela Fundação, juntamente, com o Peasa/UFCG foi a criação de camarão marinho e tilápia utilizando o rejeito. Hoje, existem 10 tanques escavados: 8 para criação de camarão e 2 para peixe. O rejeito do dessalinizador ainda é utilizado na irrigação de Atriplex (forrageira) e fruticultura (coco e maracujá).

Repercussões obtidas pelo programa

Prêmios obtidos

- a) Primeiro Lugar – Prêmio Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil/2001
- b) Prêmio Anprotec - Projeto Inovador do Ano 2002

Repercussão na mídia

Revistas

- a) “Cientistas da Esperança são premiados” – Revista Imprensa, dez. 2001
- b) “O sal e a multiplicação dos peixes” – Revista Diga Lá, mar. de 2002
- c) “Camarões de água salgada na caatinga” – Globo Rural, jul. de 2002
- d) “O milagre do sertão” – Dow Notícias, nov./dez./jan./fev 2003

Televisão

- a) Camarão do Sertão – Globo Rural/Julho de 2002 – reprisado em abril 2003
- b) Tecnologia na terra do forró, Setembro de 2001
- c) Brava Gente Brasileira, exibido nos dias 13, 14, 15, 16, 17, e 19 de junho de 2003

Conclusões

A possibilidade de favorecer aos comunitários rurais — envolvidos no Programa de Implantação de Micro e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano — a oportunidade de provarem o sabor do sucesso é o traço maior que sublinha esta experiência. Trabalhar com a agricultura familiar de forma que ela seja o principal instrumento de inclusão social dessas comunidades é o maior desafio. Um desafio que derruba todas as práticas paternalistas criadas até então. E que, mesmo sem o apoio de políticas de C & T voltadas para o setor, não invalida a implantação dessas agroindústrias. Um desafio que devolve a dignidade e cidadania às populações rurais rodeadas pelo fantasma da seca, à medida que começam a colher os frutos do seu trabalho através dos pequenos confortos que a renda gerada — com a comercialização dos produtos — pode lhes proporcionar.

Frutos intangíveis, valores incalculáveis se aferidos, apenas, pelas lentes dos economistas. Tais valores são mensurados através do resgate da auto-estima dessas comunidades e podem ser comprovados apenas nos sorrisos de satisfação demonstrados por eles mesmos a cada conquista.

São esses aspectos o combustível que o Programa de Implantação de Micro e Pequenas Agroindústrias no Semi-Árido Paraibano recebe para continuar acreditando nos ideais para os quais foi criado. São esses aspectos os responsáveis para continuar lutando por este desafio. É a capacidade de enxergar a importância de pequenas conquistas — como a de dona Deusa

(artesã), em ter conseguido comprar uma estante para sua sala, de dona DaPaz (agricultora) ter comprado seus aparelhos de som e televisão, de Fátima (artesã) poder se casar porque conseguiu mobiliar sua casa — a grande causa pela qual deve-se continuar lutando.

A implantação das micro e pequenas agroindústrias no semi-árido paraibano aponta para uma questão muito simples: a de que as populações oriundas do meio rural nordestino não querem mais as políticas paternalistas, em vigor há mais de 50 anos, para sobreviverem. O que essas populações precisam é tão-somente de programas que identifiquem suas demandas, para que, em torno delas possam proporcionar a dignidade que a oportunidade de trabalhar possibilita a qualquer homem.

Referências bibliográficas

ABAG. *Segurança alimentar*. uma abordagem de agribusiness. São Paulo: Edições Abag, 1993.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. *A concept of agribusiness*. Cambridge, MA: Harvard University, 1957.

EGLER, C. A. G.; MOREIRA, E. R. F. de. Ocupação territorial. In: PARAÍBA. Secretaria De Educação. *Atlas geográfico do estado da Paraíba*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba, 1985.

EMBRAPA. Estudo dos circuitos de comercialização de produtos da agricultura familiar no semi-árido nordestino. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Apostila da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa*. 2º Curso de Especialização em Agribusiness. Campina Grande, PB: UFPB/PENSA, [s.d.]. (Relatório metodológico).

FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. *Competitividade e organização de cadeias agroindustriais*. Costa Rica: IICA, 1994. 63 p.

GIORDANO, S. R. *Introdução ao agribusiness do semi-árido*. Campina Grande: 1997. (Mimeografado).

MOREIRA, E. R. F. de. *Mesorregiões e microrregiões da Paraíba, delimitação e caracterização*. João Pessoa: Gabinete do Planejamento e Ação Governamental, 1989.

SAUTIER, D. et al. *O diagnóstico rápido dos circuitos de comercialização dos produtos da agricultura familiar*. Petrolina: CPATSA. 1997.

- **Programa de incubadora tecnológica de economia solidária (Empreendimentos Solidários – ES) UFMG**

Ricardo Augusto Alves de Carvalho, Professor Doutor, Coordenador

Ana Rita Trajano, Sub-coordenadora

Gláucia Lúcia Pereira de Oliveira, Colaboradora

Patrizze Janssen de Miranda, Colaboradora

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/Fafich

Resumo

O Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Autogestão e Processos Psicossociais tem por objetivo analisar como se configuram as relações entre a organização autogestionária do trabalho e processos de construção identitária de sujeitos-trabalhadores em empreendimentos solidários. Busca-se construir uma abordagem metodológica, essencialmente qualitativa, orientando-se pelos pressupostos da Psicossociologia do Trabalho, articulando-se “conversas ao pé da máquina” (individuais) e “Oficinas de Autogestão” (grupos). A análise dos dados em pesquisas já concluídas, em nível de iniciação científica e mestrado, realizadas junto aos trabalhadores do ramo metalúrgico, nos aponta mudanças em processos identitários, afetando a subjetividade de trabalhadores implicados com a criação destes empreendimentos. Estas pesquisas têm nos revelado a dificuldade de adaptação de processos autônomos para indivíduos que vêm de experiências heterônomas, bem como dificuldades de se estabelecer um diálogo criativo entre estes trabalhadores e os demais do movimento sindical metalúrgico.

Visando à ampliação das pesquisas-ações com trabalhadores em outros ramos produtivos (reciclagem e outros) o NESTH (Núcleo de Estudos sobre Trabalho Humano), através da Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Pesquisas e Estudos sobre Trabalho), propõe a Incubadora Tecnológica de Socioeconomia Solidária, implicando professores e alunos (graduação e pós-graduação) de vários cursos/unidades.

Palavras-chave: autogestão e economia solidária

Introdução e objetivos

O Nesth foi fundado em 1984, como programa interdisciplinar vinculado ao Conselho de Extensão, visando dois objetivos principais: possibilitar a interdisciplinaridade das pesquisas e atividades de extensão relacionadas com o mundo do trabalho e estabelecer intercâmbio com instituições afins. A proposta do Nesth amplia-se no âmbito da UFMG, envolvendo, além de professores, diversos funcionários e alunos interessados em projetos que privilegiam o trabalho como eixo central de análise. O Nesth vem realizando pesquisas de abrangência local e nacional, cursos de extensão, seminários internacionais, consultorias, conferências, contatos interinstitucionais com órgãos públicos, associações e sindicatos, para promoção conjunta de atividades formativas, publicações, pesquisas.

O Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Autogestão e Processos Psicossociais do Nesth/UFGM, coordenação Prof. Dr. Ricardo Augusto Alves de Carvalho (Departamento de Psicologia), tem atuado em pesquisas, estudos e formação de trabalhadores e técnicos, com participação de estudantes em nível de graduação e mestrado/doutorado.

Ao longo da experiência desenvolveu-se uma metodologia de intervenção psicossocial em processos autogestionários e solidários, o que vem possibilitando uma atuação no sentido de construção de uma nova cultura do trabalho.

Atualmente o Nesth sedia, na UFGM, a coordenação da Unitrabalho em Minas Gerais. A Unitrabalho é uma rede universitária nacional que agrega cerca de 80 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Criada em 1995, sua missão é contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm para com os trabalhadores, compromisso este concretizado por meio de parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação.

Outras práticas (extensão/pesquisa) vêm sendo desenvolvidas, no âmbito da UFGM, objetivando oferecer apoio às necessidades dos empreendimentos solidários, referentes às diferentes dimensões do processo em andamento. Propõe-se, para análise de experiência de autogestão, a descrição dessas dimensões ou perspectivas enfatizando a interdependência e a complementaridade entre elas:

Dimensão jurídico-econômica

Refere-se às leis, tanto criadas pelos trabalhadores como as leis gerais do país; considera também as questões econômicas como acesso ao crédito, mercado, parcerias, bens de produção material e intelectual, situação dentro da economia de uma forma mais ampla.

Dimensão político-administrativa

Engloba as diversas formas de exercício do poder e do controle, assim como os mecanismos gestonários e suas implicações. Inclui as diferentes estruturas de gestão, as formas de dominação e resistências, as formas de acesso às instâncias decisórias, os mecanismos de informação e formação, assim como as diversas formas de exercício e luta pelo poder na comunidade local e na sociedade em geral.

Dimensão sociopsicológica ou psicossocial

Considera-se aqui todo o grupo de relações e interações intersubjetivas que se estabelecem entre os trabalhadores e entre estes e o empreendimento e o movimento autogestionários. Engloba também as construções intersubjetivas dos significados e identificações coletivas — a compreensão coletiva sobre o trabalho e a gestão do empreendimento, as identificações e as identidades coletivas dos trabalhadores e ainda:

Os choques que podem existir entre estas identidades/identificações e as formas de expressão intersubjetiva deste choque, bem como os medos e fantasias que povoam o imaginário destes trabalhadores, tendo em vista o sofrimento psíquico que se estabelece neste processo. (CARVALHO; PIRES, 2001)

Assim, temos ações isoladas, sem articulação/diálogo entre diferentes equipes de pesquisa/professores. Com o presente projeto, buscar-se-á esta interdisciplinaridade/interlocução, no sentido de construção de uma REDE de apoio aos ESs, o que se realizará através da Incubadora Universitária de ES.

Neste atual momento de globalização da economia capitalista, em que se observa o crescimento do desemprego de longa duração, com a destruição de postos de trabalho e a “expulsão”/exclusão de trabalhadores do mercado de trabalho, a Economia Solidária surge como uma alternativa de geração de trabalho e renda, possibilitando a recuperação destes trabalhadores, em sentido amplo — econômica, social e psiquicamente.

Reafirmamos nossa convicção de que uma outra globalização é possível e desejável, fundada na cultura da cooperação e na ética da solidariedade; na participação ativa de todas as cidadãs e cidadãos do país e do Planeta, no controle e na gestão dos meios para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo. Uma globalização que seja cooperativa e solidária (...). Na perspectiva solidária, a relação entre quem consome e quem produz vai muito além de comprar e vender o produto, envolve uma consciência e um compromisso comum em prol do Bem-Viver de todos no presente e no futuro, que implica no cuidado com a natureza e a biodiversidade, na equidade entre mulheres e homens e entre etnias, numa concepção de trabalho que realiza, e numa forma de produzir orientada para satisfazer às necessidades de cada ser humano e de toda a humanidade. (CARTA DE MENDES, RJ, Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias, junho/2000)

No decorrer da prática com os(as) trabalhadores(as) do “Projeto Cenafofo” (convênio PBH e Escola Sindical), a maioria dos grupos decidiu aplicar os recursos disponíveis para capacitação em Economia Solidária, com vistas à formação de Empreendimentos Solidários, numa tentativa de enfrentar o problema do desemprego e exclusão.

Em contatos e debates com professores, pesquisadores e funcionários da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, a proposta de criação de Incubadora Universitária de ES foi se desenvolvendo, tendo como uma primeira ação o “Projeto de Capacitação de Trabalhadores” em processo de construção de Empreendimentos Solidários, sob a responsabilidade do Grupo de Pesquisa ECO SOL e Autogestão — Nesth/UFMG. As próximas etapas do processo de incubação serão realizadas através de ações conjuntas/interdisciplinares (envolvendo os departamentos de Ciência Política e de Psicologia da UFMG), considerando as diferentes realidades dos empreendimentos em formação.

Desse modo, o objetivo principal consiste em coordenar processos de formação (capacitação e qualificação profissional) de trabalhadores envolvidos com a criação de ES (seja cooperativa, associação, ou outra); prestar assessoria técnica e administrativa, de forma interdisciplinar, aos grupos de “agentes sociais”, participantes de programas/projetos específicos da PBH, como também a outros grupos de trabalhadores, que apresentem suas demandas conforme critérios estabelecidos pela Incubadora Universitária; produzir e disseminar conhecimentos sobre

Economia Solidária, de forma interdisciplinar, tornando-o acessível à sociedade; introduzir nos programas institucionais da universidade, de forma indissociada, em nível de pesquisa, ensino e extensão, os princípios e objetivos da Economia Solidária; contribuir para o fortalecimento e a criação de redes e fóruns de Economia Solidária e Autogestão, nos diferentes níveis: municipal, estadual, nacional e internacional; além de buscar interlocução com outras incubadoras universitárias, podendo contribuir para a formação de novas incubadoras.

Metodologia

Inicialmente, o processo de incubação de empreendimentos solidários de trabalhadores partiu de uma demanda da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte– PBH, através da Secretaria de Assistência Social/Projeto Cenafoco – Centro Nacional de Formação Comunitária. Cada grupo/empreendimento, depois de 5 meses de capacitação pela PBH, elaborou projeto de ação social, tendo estes, optado pela criação de empreendimentos solidários, com aplicação de recursos em formação/assessoria pela UFMG. Buscou-se uma prática interdisciplinar, incluindo Psicologia, Ciências Políticas; sendo coordenado pelo Nesth – Núcleo de Estudos sobre Trabalho Humano. Assim, tivemos recursos financeiros para formação dos próprios trabalhadores, com apoio da PBH e da Universidade/Nesth.

Buscando-se construir uma ação inter/transdisciplinar, organizamos o processo de incubação através de atividades, tomando-se como referência as diferentes dimensões (econômico-jurídica; político-administrativa; psicossocial), que apontam diferentes demandas de apoio/assessoria. Dessa forma, as atividades e os diferentes saberes (acadêmicos ou não) se articulam e se relacionam com as diferentes “disciplinas”, faculdades e departamentos da universidade.

A metodologia de formação parte do princípio de valorização do “saber do educando”, buscando-se construir junto com os trabalhadores formas mais elaboradas de conhecimento sobre as temáticas em foco, num exercício permanente de diálogo e confronto de diferentes saberes e experiências.

A partir da realidade dos grupos do Cenafoco elegemos um conjunto de questões a serem abordadas em momentos de Oficinas de Autogestão, o que consideramos “pontos de impasse” dos grupos em processo de emancipação via trabalho cooperado. As Oficinas de Autogestão – OAG’s assim se denominaram a partir da formação de grupos de trabalhadores, estratégia adotada como forma de favorecer a discussão e reflexão em torno dos principais problemas enfrentados na prática de construção da autogestão e socioeconomia solidária, instaurando, dessa forma, a Pesquisa-Ação ou Ação-Investigativa. Sublinhamos que esta proposta poderá se modificar e/ou se ampliar, conforme diferentes realidades/demandas dos trabalhadores.

A autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão. Autogestão também significa autonomia. Assim, as decisões e o controle pertencem aos próprios profissionais que integram diretamente a empresa. Isso quer dizer que contratar profis-

sionais para administrar o negócio ou mão-de-obra para atender às necessidades do aumento temporário de produção deve ser considerada uma exceção que requer critérios previstos nos estatutos elou nos contratos sociais internos. Os trabalhadores devem ter a capacidade e o poder de decisão sobre tudo o que acontece na empresa: metas de produção, políticas de investimentos e modernização, política de pessoal, etc. Isso quer dizer que as atividades educativas e o incentivo à inteligência coletiva constituem a vida das empresas autogestionárias. Valorizar e incentivar a criatividade do conjunto dos trabalhadores implica em:

- democratizar as tarefas que envolvem conhecimento, dando oportunidade para que o “saber fazer” chegue ao conjunto dos trabalhadores;*
- superar os entraves ao acesso às informações e conhecimento;*
- envolver o conjunto dos trabalhadores nas áreas de pesquisa e desenvolvimento;*
- promover regularmente atividades de desenvolvimento do trabalho em equipe e de relacionamento entre as pessoas.*

As OAGs – Oficinas de Autogestão ainda poderão se realizar nos momentos finais do processo de incubação, a saber: assessoria para inserção do EES – Empreendimentos de Economia Solidária no mercado, conquista da autonomia e fim do processo de incubação, este representado pela articulação com redes de economia solidária e autogestão, ampliação da democracia interna, avaliação do grau de autonomia do grupo e por fim, conquista da autonomia pelo grupo. Dessa forma, converge com a nossa proposta de Oficinas de Autogestão, articulando o racional e o afetivo, o consciente e o inconsciente, o pensar e o sentir na construção de grupos e empreendimentos de autogestão. Ressalta-se, ainda, a questão de se “mexer, de alguma forma, em escalas de valores”, o que também se encontra com nossa prática de ação-investigativa, provocando mudanças nas diferentes dimensões do sujeito trabalhador.

Resultados e discussão

O tema desta investigação aborda a relação entre trabalho e identidade. Interessa-nos particularmente focar os processos de construção identitária em Empreendimentos Solidários de Autogestão. Esses se diferenciam de empresas capitalistas típicas por serem construídos por trabalhadores como resposta à ameaça de perda de trabalho ou desemprego.

Num primeiro momento, logo que se iniciou o trabalho de assessoria junto com os grupos de trabalhadores(as) do Cenafoco, dividimos o processo de incubação em etapas, de acordo com as demandas de assessoria já vivenciadas em diferentes experiências de incubação. No entanto, tendo em vista que o projeto vem sendo realizado a pouco tempo, não é possível o levantamento de resultados, mesmo que parciais, que relatem com fidedignidade o desenvolvimento dos grupos incubados. Apesar disso, outra atividade, que foi realizada com o mesmo foco, nos permite a sinalização de um possível resultado, lembrando que esta é uma investigação qualitativa. O programa em questão se refere à Cooperação – Cooperativa de Trabalhadores em Caldeiraria e Estruturas de Aço.

A construção dessa cooperativa deu-se após a iniciativa dos atuais diretor-presidente e diretor-administrativo, contando também com a participação de outros trabalhadores da Superaço. Diante da impossibilidade de terem seus direitos trabalhistas preservados e diante da ameaça de perda de seu posto de trabalho, sem perspectivas de (re)inserção no mercado de trabalho, os trabalhadores decidiram criar a cooperativa. Inicialmente, tinham algumas noções sobre o movimento cooperativista, buscaram apoio do Sebrae/MG, e assim aconteceu a fundação da Cooperaço.

A Cooperaço iniciou suas atividades com um quadro de 24 trabalhadores oriundos da antiga empresa, tendo um Estatuto (que define normas, regras, deveres e direitos dos cooperados) elaborado pelos diretores e apresentado em Assembléia, na época de sua fundação. Atualmente há uma variação desse número devido tanto a adesões quanto a desligamentos, sendo que a média atual é em torno de 27 cooperados. O objetivo da Cooperaço é a prestação de serviços em comum, de logística, consultoria, mão-de-obra na fabricação, manutenção e montagem de caldeiraria e estruturas de aço, além do fornecimento de manutenção mecânica e elétrica.

A criação da Cooperaço insere-se no movimento mais amplo de construção de uma outra socioeconomia, referenciada nos princípios da autogestão, da solidariedade e da autonomia dos trabalhadores. As Cooperativas estão baseadas nos valores da auto-ajuda, auto-responsabilidade (responsabilidade pessoal), democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição de seus fundadores, os sócios cooperativos fazem seus os valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e a vocação social (interesse pelos demais). Esse movimento surge como resposta à situação de ameaça de perda do trabalho ou desemprego, buscando construir alternativas socioprodutivas a partir de diferentes situações, seja a partir da massa falida de empresas capitalistas, seja a partir de grupos de produção que se auto-organizam e constroem associações ou cooperativas.

Pode-se concluir, a partir da análise e interpretação do material colhido nessas diferentes situações, que a história da Cooperaço apenas começou. Muitos são os desafios numa trajetória de avanços e recuos, de esforços coletivos de construção de uma outra maneira de trabalhar e produzir. Fazendo parte desta história, como sujeitos-pesquisadores-psicólogos, inseridos no movimento da socioeconomia solidária e autogestão, participamos de momentos de “vitórias e derrotas”, de troca de experiências e conhecimentos e dificuldades de diálogo e comunicação. Atualmente, pode-se dizer que se vive um momento de “definição de rumos”, na linguagem de um cooperado. Ao mesmo tempo em que a Cooperaço procura romper o isolamento, buscando inserir-se em redes e fóruns, participando do Núcleo Sindical de Apoio às Empresas Metalúrgicas Autogestionárias; a época não é das melhores em termos de serviços de caldeiraria e entrada de dinheiro.

Nesta perspectiva de, procura-se sistematizar os princípios do cooperativismo e os princípios da autogestão, numa tentativa de conhecer os fundamentos desta nova configuração socioprodutiva, articulando-os com a experiência vivida pelos sujeitos trabalhadores inseridos neste processo de construção de novas relações de trabalho.

Conclusões

A partir do que foi dito, conclui-se que este projeto tem como principal objetivo a incubação de cooperativas em Economia Solidária, ou seja, uma organização de pessoas que está diretamente ligada à solução de necessidades comuns para que dessa forma possa alcançar melhores condições de vida. De certa forma, isso faz referência às origens e aos princípios do “trabalhar juntos”, de maneira solidária e fraterna. Os trabalhadores, então, têm suas necessidades como centro do sistema de produção. E ainda, devem se ver como sujeitos ativos de ações coletivas, na busca de saídas criativas para o momento em que vivemos, negando práticas de precarização do trabalho através de cooperativas falsas.

Esta incubadora tem a pretensão de promover a recuperação, tanto individual como coletiva, do sentido do trabalho no interior das empresas, o que poderá trazer um novo sentido à própria vida dos trabalhadores. “Os trabalhadores das empresas autogestionárias podem fazer a mudança nas condições e no sentido do trabalho por inteiro. Para mudar é preciso conhecer, pensar e agir coletivamente”. Nesse contexto, encontra-se uma recusa à lógica economista que reduz o fazer humano à busca racional do interesse próprio, isso significa que a cooperação é um agir diferenciado do comportamento habitual de uma comunidade ou grupo diante de uma realidade.

Neste cenário, sob diversos títulos: economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humano economia, economia popular, economia de proximidade, etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes. Cabe considerar que essa prática apreende horizontes com maior alcance. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital.

Enfim, nascida sobretudo entre os “excluídos” dos Estados de Bem-Estar Material, sem acesso aos bens produtivos, aos mercados, à tecnologia e ao crédito, a Economia Solidária revela seu potencial de ser um paradigma de outra globalização, de outra economia, que demonstra que um mundo transformado é possível. Ao mesmo tempo em que reconhecemos todas estas capacidades propositivas de Economia Solidária, entendemos que é necessário unificar esforços e articular ações conjuntas para que este projeto não permaneça no plano da idealização.

Referências bibliográficas

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO. São Paulo: CUT/ UNITRABALHO/ DIEESE, 2000. (Relatório de atividades).
- AFONSO, L. (Org.). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.
- ALBORNOZ, S. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos).
- ARRUDA, A. (Org.). O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro. In: REPRESENTANDO a alteridade. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998

AUTOGESTÃO: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. São Paulo: Anteag, 2000.

_____. *Jornal da ANTEAG*, n. 4, out./nov. 2000.

_____. *Jornal da ANTEAG*, n. 5, dez./jan. 2001.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. São Paulo: Cortez, Unicamp, 1997.

_____. Material e imaterial. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2000. Caderno Mais!

_____. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BAREMBLITT, G. (Org.). *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. *Grupos*: teoria e técnica. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *Introdução à esquizoanálise*. Belo Horizonte: Biblioteca do Instituto Félix Guattari, 1998. (Coleção Esquizoanálise e Esquizodrama; 1).

_____. Por que trans-disciplinariedade? In: III SEMANA DE PSICOLOGIA POLÍTICA, , Belo Horizonte, 1995. *Anais*. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

BLEGER, J. *Temas de psicologia*: entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

- **Trabalho, solidariedade e autonomia: a Associação de Catadores de Material Reciclável de São João del-Rei – ASCAS**

Valéria Heloisa Kemp, Doutora. Docente do Curso de Psicologia

Edinan Aparecido da Silva, Acadêmico do Curso de Psicologia

Jorge Luís Gonçalves dos Santos, Acadêmico do Curso de Psicologia

Luisa Catizane Ramos, Acadêmica do Curso de Psicologia

Thaís Regina Castro Alves, Acadêmica do Curso de Psicologia

Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ

Resumo

Trata-se de trabalho de extensão/investigação realizado por professores e alunos da UFSJ junto a um grupo de catadores de material reciclável da cidade. O objetivo geral do trabalho é a organização desse grupo de catadores em um empreendimento solidário. Adotam-se, articuladamente, os pressupostos teórico-metodológicos sistematizados pela pesquisa-ação-participante, desenvolvida nos campos da educação popular, da sociologia, da psicossociologia e da psicologia social. Como resultados destacam-se as parcerias estabelecidas, por meio de convênio, entre a Universidade, a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, a Diocese, a Associação Comercial e a Prefeitura Municipal de São João del-Rei, para atuação conjunta no projeto. Têm ocorrido duas reuniões semanais: uma do grupo de catadores e outra denominada Fórum Lixo e Cidadania, reunindo entidades parceiras. Em setembro de 2003, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São João del-Rei — Ascas —, foi constituída e registrada e, em maio de 2004, a Prefeitura Municipal de São João del-Rei se incumbiu de subsidiar o empreendimento, arcando com o aluguel de um galpão para o funcionamento da Associação. Preocupou-se com a promoção de alianças entre a sociedade civil e o Poder Público, para que as políticas públicas pudessem realmente contemplar as necessidades sociais.

Palavras-chave: práticas associativas, economia solidária, laço social, material

Introdução e objetivos

A maioria das cidades brasileiras de médio e grande porte convive hoje com inúmeros problemas provocados pelas freqüentes crises econômicas e políticas.

Nas últimas décadas, com a queda na oferta de postos de trabalho, o número de pessoas que passaram a ocupar as ruas e delas retirar seu sustento começou a crescer. A atividade de catar papéis e material reciclável existente nas cidades há várias décadas começou a agregar um número cada vez maior de homens e mulheres que passaram a fazer parte dessa “economia marginal” da cidade.

Na cidade de São João del-Rei, essa realidade se repete. Com a redução do parque industrial, principalmente o têxtil, com o fechamento de fábricas e a redução de postos de trabalho, houve um significativo contingente de pessoas, que, sem perspectiva de conseguir emprego

no mercado formal, buscou estratégias para realizar suas atividades no mercado informal, inserindo-se como catadores de materiais recicláveis.

A maioria dessas pessoas adotou a cata do papel e do material reciclável como a possibilidade que se apresentou para garantir sua sobrevivência e de sua família. Para tanto, submetem-se a situações de muita exploração em suas rotinas de trabalho. Os donos dos depósitos que comercializam o material recolhido pagam quantias irrisórias aos catadores. Na maioria das cidades brasileiras, não existe qualquer tipo de suporte para o exercício da atividade, tais como coleta seletiva de lixo ou galpões para separação e armazenamento do material. Esse fato exige que o armazenamento do material reciclável seja feito nas casas ou quintais dos catadores até obterem volume suficiente para a venda, o que constitui um risco para a saúde pública. O estresse, o alcoolismo e a violência, em geral, atingem altos índices no seio dessa população, numa demonstração clara da deterioração de sua saúde mental.

Diante desse quadro, um grupo de professores e alunos dos Cursos de Psicologia, de Administração e de Biologia da Universidade Federal de São João del-Rei, reunidos nos Laboratórios de Estudos do Meio Ambiente — Lema — e de Pesquisa e Intervenção Psicossocial — LAPIP —, da UFSJ, resolveram desenvolver um projeto de extensão/investigação junto à população dos catadores de papel da cidade. Como uma das coordenadoras do presente projeto havia realizado estudo de caso da Associação de Catadores de Papel e Material Reaproveitável de Belo Horizonte – Asmare, elaborado para composição de tese de doutorado defendida em 2001 na PUC-SP, conseguiu-se estabelecer parcerias entre a Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ e a Pastoral de Rua de Belo Horizonte — uma das principais entidades responsáveis pela criação e consolidação da Asmare. Em seguida, as parcerias foram estendidas para a Diocese, a Associação Comercial e a Prefeitura Municipal de São João del-Rei, para o desenvolvimento de um trabalho de organização dos catadores de material reciclável da cidade. Considera-se, então, imprescindível que o Município conheça a realidade e o perfil desses trabalhadores e que contribua para sua organização.

O trabalho começou a ser desenvolvido no final do ano de 2002 e tem como objetivo geral a organização dos catadores de material reciclável da cidade em um empreendimento solidário (associação ou cooperativa). Tal objetivo desdobra-se: no cadastramento dos catadores, na realização de diagnósticos (tanto socioeconômico desses trabalhadores quanto do lixo da cidade), na colaboração para identificação e aquisição de galpão para funcionamento das atividades de triagem e armazenamento do material reciclável recolhido, na orientação para a organização e registro do empreendimento solidário dos catadores, na realização de capacitações tanto para esclarecimento das alternativas para constituição de empreendimentos solidários possíveis (as vantagens e desvantagens de cada um) quanto para sua administração pelos próprios catadores e, ainda, no acompanhamento psicossocial dos catadores no seu processo de inserção concreta e cotidiana nessas novas práticas coletivas.

A professora e os alunos do Curso de Psicologia têm se interessado em realizar uma ação de extensão/investigação participante de cunho psicossocial junto à associação de catadores de material reciclável nascente.

Compreende-se que essas iniciativas da economia solidária têm como categoria norteadora de todo o processo produtivo o trabalho de gestão coletiva do próprio empreendimento. Nesse sentido, as associações e as cooperativas podem representar tanto uma estratégia de vida, compreendida como uma alternativa para a satisfação imediata das necessidades econômicas, como podem significar uma nova forma de construção de vínculos sociais ou mesmo da reconstituição do laço social sustentado por um novo contrato social.

Kemp (2001) identificou, nas práticas associativas da economia solidária estudadas, que na reconstrução da lógica, na qual os atores coletivos inserem-se em projetos econômicos, não se adota como finalidade principal a criação de emprego, mas a reconstituição do pertencimento social e a recuperação do sentido de coletividade. O econômico como projeto e atividade passa a ser suporte de algo mais essencial, que é a participação efetiva, o exercício de uma solidariedade pública, o engajamento expressivo e a recriação do laço social. O enlaçamento social e o sentido de coletividade destruídos pelos processos de marginalização e exclusão social, provocados pela crise econômica, são recuperados nos processos associativos da economia solidária. Nesse cenário, o que se coloca é a capacidade de cada um tornar-se ator e contribuir para a produção de um bem e de um sentido comum. Trata-se, portanto, de uma ação coletiva pela qual se resgata uma realidade econômica que aparece como suporte da produção de atores. Estes não se situam fundamentalmente como “atores de poder”, que lutam por seus interesses imediatos, mas como “atores de sentido”, que buscam imprimir de diversas formas a sua identidade, preservando ou resgatando sua saúde mental (EME; LAVILLE, 1994).

As populações de rua que compõem os grupos dos catadores de papel representam um dos efeitos mais contundentes dos processos de exclusão social e de quebra dos laços sociais. Acredita-se que um trabalho de pesquisa-intervenção possa aprofundar os conhecimentos e, assim, ampliar as possibilidades de promoção da reconstituição do laço social, do sentido de solidariedade pública, da identidade e da saúde mental, recuperando uma propriedade que é do mundo vivido: a propriedade do agir coletivo.

Metodologia

As ações de extensão/investigação participante envolvem o processo de mobilização e de construção coletiva da identidade do empreendimento social dos catadores. Esse processo é desenvolvido em encontros semanais, conforme descrito abaixo. As ações são complementadas com o estudo do tema das iniciativas da economia solidária e das novas formas de regulação do laço social, buscando compreender a produção de sentidos que sustentam novas formas de posicionar-se diante da realidade de trabalho constituída por essas iniciativas. A investigação situa-se, portanto, no campo de estudos do conhecimento social, partindo-se do pressuposto de que conhecer é dar sentido ao mundo e de que a produção de sentido é um processo de negociação continuada de identidades sociais (SPINK, 1994).

As iniciativas associativas da economia solidária têm, em geral, congregado as populações excluídas do mercado de trabalho, não se constituindo como um conjunto homogêneo. Nesses empreendimentos, os projetos e atividades econômicas passam a ser suporte de algo

essencial para a vida dos excluídos: a participação efetiva, a criação dos vínculos sociais e a reconstituição do laço social sobre novas bases. Além disso, o surgimento e a continuidade dos empreendimentos da economia solidária só podem se realizar se as lógicas de solidariedade que mobilizam atenção e legitimam apoios e alianças exteriores se articularem com as estratégias de sobrevivência (determinadas ou determinantes de diferentes formas de reconhecimento social e individual) e que se concretizam no cotidiano a partir do estabelecimento do laço social, reconstituído sobre outras bases. Para compreender a situação desses empreendimentos, é necessário estar atento ao complexo que mobiliza os vínculos constituídos internamente e às alianças estabelecidas externamente.

De acordo com essas indicações, escolhe-se o método para abordar as iniciativas associativas de economia solidária como fenômeno psicossocial. Focalizam-se as práticas sociais desenvolvidas em microcontextos, tomando-se para investigação/intervenção o particular, a instância local e o cotidiano de trabalho, porém, sem perder de vista que essa perspectiva está inserida no campo mais abrangente da sociedade historicamente situada.

Nesse sentido, ao realizar ações de extensão em uma dada realidade social, adota-se, articuladamente, os pressupostos teórico-metodológicos sistematizados pela pesquisa-ação-participante, desenvolvida nos campos da educação popular, da sociologia (FREIRE, 1988, 2002; THIOLENT, 1981) e, também, conhecimentos sistematizados por pesquisa-ação realizada no campo do trabalho pela psicossociologia e pela psicologia social (ENRIQUEZ, 1994a, 1994b, 1997; SPINK, 1991, 1994).

Não entrando em detalhes a respeito de cada um desses pressupostos, ressalta-se, no entanto, que se trata de uma abordagem inter, multi e transdisciplinar, caracterizada como uma intervenção/investigação qualitativa, por buscar compreender os aspectos fundamentalmente qualitativos do objeto das ciências sociais. Segundo indicações de Minayo (1994), a investigação qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que equivale a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Essa abordagem investiga a fundo o mundo dos significados das ações e relações humanas, ou seja, um nível de realidade que não pode ser quantificado ou reduzido à operacionalização de variáveis. Dessa forma, considera-se que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos, e é nessa perspectiva que tomamos essa posição como condutora do nosso trabalho. Sendo assim, a intervenção/investigação está sendo organizada como um processo no qual apresentam-se etapas que não se desenvolvem separadamente, mas que mantêm relação umas com as outras, num movimento dialético e em processo de transformações constantes.

Resultados e discussões

Partindo-se do pressuposto de que “não existe conhecimento de um objeto social sem a intervenção sobre esse objeto e sem a sua colaboração ativa” (ENRIQUEZ, 1997), as estratégias metodológicas específicas resultaram nas seguintes ações no decorrer do projeto:

1ª etapa: exploração do campo e construção do projeto de intervenção/investigação

- contato com a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, responsável pelo projeto de interiorização da experiência de organização dos catadores de material reciclável, desenvolvido em Belo Horizonte há 14 anos e que tem como resultado a criação da ASMARE. Inclusão da cidade de São João del-Rei no rol de municípios a serem assessorados pela Pastoral de Rua;
- contato e estabelecimento de parcerias com a Diocese de São João del-Rei, com a Prefeitura Municipal de São João del-Rei e com a Associação Comercial de São João del-Rei, para atuação conjunta no projeto;
- assinatura de convênio com os parceiros acima citados, no qual estão estabelecidas as responsabilidades de cada um deles no processo de organização dos catadores de material reciclável da cidade para a constituição de um empreendimento solidário e para a implantação da coleta seletiva no Município;
- convite ao professor-coordenador do Laboratório de Estudos do Meio Ambiente – Lema, da UFSJ, para co-coordenar esse projeto de organização dos catadores e de implantação do processo de coleta seletiva na cidade;
- contato com os catadores nas ruas e no lixão, visando ao seu cadastramento;
- realização de duas reuniões semanais: uma delas envolvendo somente o grupo de catadores e a outra contando com a participação de um grupo mais amplo, denominado Fórum Lixo e Cidadania, que reúne representantes das entidades parceiras e de outras entidades da sociedade civil organizada do Município, para planejamento, acompanhamento e avaliação das ações do projeto;
- constituição, registro e lançamento público da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São João del-Rei – Ascas, em setembro de 2003;
- realização de sessões de orientação semanal, de cunho psicossocial, com o grupo de alunos do Curso de Psicologia envolvidos no projeto;
- apresentação da proposta de intervenção/investigação aos membros da associação e, após aceno positivo, estabelecimento de contato entre o grupo de extensionistas/pesquisadores e os atores.

2ª etapa: processo de intervenção/investigação – momento inicial e ações realizadas

- os primeiros contatos, realizados em 2002, concentraram-se em ações de mobilização e estruturação do grupo dos catadores. Foram realizados contatos e convites aos catadores para reuniões preliminares, nas quais se discutiu a situação de vida e trabalho do grupo, sendo feito um levantamento de necessidades e de possibilidades de organização. Com um grupo inicialmente constituído, tomou-se como instrumento a metodologia proposta pela equipe da Asmare, denominada Diagnóstico Rápido Participativo Urbano – DRPU, para compreender as características dos catadores de materiais recicláveis de São João del-Rei e, paralelamente, fazer seu cadastramento. Esse diagnóstico incluía levantamento de dados como idade, número de familiares e dependentes, interesses, história de vida,

condição sociocultural, etc. A partir do DRPU, observou-se que os catadores de materiais recicláveis de São João del-Rei são um grupo de pessoas que trabalham em média de 10 a 12 horas diárias, percorrendo centros comerciais e residenciais em busca de materiais. A idade dos catadores varia de 19 a 72 anos, e a renda mensal é de meio a três salários mínimos. O grau de escolaridade é baixo, e grande parte deles nunca esteve no mercado formal de trabalho. Após essas primeiras reuniões, ficou estabelecido que seriam realizados encontros semanais do grupo de catadores, a serem coordenados pelos alunos do Curso de Psicologia. Foram utilizadas técnicas de dinâmica de grupo, com o intuito de propiciar reflexões acerca: dos temores e ansiedades diante da tarefa de construção coletiva de um empreendimento solidário, da definição dos papéis de cada membro do grupo e dos novos sentidos produzidos pelos catadores, essenciais para se reposicionarem nessa nova realidade de trabalho e de vida. Atualmente, esses encontros semanais se mantêm e, além do trabalho que enfoca a inserção subjetiva dos catadores no projeto, ocorrem, também, cursos de contabilidade e de noções de administração cooperativa, ministrados por alunos do curso de Administração de Empresas da UFSJ;

- em maio de 2004, após alguns meses de negociação com a intermediação da UFSJ, a Prefeitura Municipal de São João del-Rei se incumbiu, por meio de convênio estabelecido com a ASCAS, de subsidiar o empreendimento, arcando com o aluguel de um galpão para o funcionamento da Associação. No momento atual, organiza-se a inauguração desse espaço, para que os catadores possam iniciar, efetivamente, as atividades da Associação (triagem, armazenamento, prensagem e venda do material reciclável) e, também, para que ali ocorram suas reuniões semanais;
- prevê-se, ainda, elaborar a memória histórica do processo de organização do empreendimento solidário. Pretende-se compreender a visão do sujeito sobre o fenômeno no qual ele está implicado: sua percepção do fato do qual ele tomou parte e sua versão sobre a história vivida. A relação entre o que foi vivido e o que é vivido é elaborada no momento do discurso e é construída na relação intersubjetiva entre os membros do grupo. Destacam-se as relações entre o passado sem trabalho, ou como trabalhador informal e marginalizado, e a prática atual de construção de formas associativas e autogestionárias de trabalho, por meio da compreensão do sentido atribuído ao vivido pelos sujeitos em sua história de vida e de trabalho;
- intervenção/investigação propriamente dita – interessa, para além do estudo do fenômeno, a construção de estratégias práticas para a solução de questões que podem emergir no processo de intervenção/investigação. Em especial, no contexto brasileiro, os empreendimentos da economia solidária encontram-se numa competição desigual no mercado, apresentando-se, ainda, como iniciativas minoritárias/desviantes. A proposta da intervenção/investigação abre possibilidades para a discussão e reflexão sobre os problemas vividos pelo grupo e a construção de perspectivas de ação no sentido de constituição de redes de solidariedade que viabilizem o empreendimento.

3ª etapa: análise dos dados

- por se tratar de intervenção/investigação qualitativa, a análise dos dados não irá se restringir a qualquer uma das etapas especificamente; pelo contrário, esteve e estará presente em todas as fases de levantamento de dados, que ocorre em intervalos definidos, durante todo o processo de construção da tarefa em desenvolvimento;
- compreende-se que a construção conjunta do conhecimento é um caminho que nos interessa, mantendo o ator como sujeito ativo do processo em interação com o extensionista/pesquisador, o qual não se esconde e não se nega, mas não intervém no conteúdo da ação. Busca-se, com isso, a contínua análise interpretativa dos registros dos movimentos do grupo, com vistas a compreender os elementos que contribuem e interferem no surgimento e na continuidade do empreendimento cooperativo, bem como procurar identificar a existência e caracterização do estabelecimento de novos vínculos sociais;
- procura-se, ainda, analisar as lógicas de ação que revelem estratégias de sobrevivência e solidariedade, considerando seu duplo desdobramento: (1) ligado ao complexo que mobiliza os vínculos constituídos internamente; e (2) voltado para alianças estabelecidas externamente. Além disso, a partir da análise das falas, procurar-se-ão informações sobre a dinâmica de organização da cooperativa, destacando-se as facilidades e dificuldades de realização de formas de funcionamento condizentes com uma gestão cooperativa.

Conclusões

A implantação de uma organização dos catadores de materiais recicláveis em São João del-Rei ocorre em meio a uma visibilidade e organização maiores do que as práticas associativas da economia solidária têm alcançado. Ainda assim, essas práticas se apresentam como alternativas contra-hegemônicas em relação ao sistema econômico vigente. Nessa perspectiva, as práticas associativas têm que ser compreendidas tanto em seu potencial e em suas ações de confronto e influência sobre o sistema político e sobre o Estado, como também em sua possibilidade de afetar o modo de produção e de vida das pessoas envolvidas na ação coletiva. Nesse sentido, desde as primeiras etapas deste trabalho, preocupou-se em promover o estabelecimento de alianças entre a sociedade civil e o Poder Público, de maneira a unir as práticas e os saberes governamentais e não-governamentais, tendo em vista a criação de possibilidades para que as políticas públicas pudessem realmente contemplar as necessidades sociais. Contribui-se, assim, para a abertura de um diálogo sobre a divisão de responsabilidades entre a sociedade civil e o Estado, repensando a possibilidade de um novo contrato social e o conseqüente estabelecimento de novas formas de regulação do laço social. Dessa forma, o Estado não se eximiria de seu papel, desenvolvendo políticas alternativas voltadas para a promoção do trabalho, da melhoria de condições de vida e do maior acesso dos trabalhadores a bens e serviços que se concretizam no apoio a projetos comunitários oriundos de camadas da população que se encontram em parte, ou mesmo totalmente excluídas do mercado de trabalho.

Considerando que estamos finalizando uma primeira etapa do processo de constituição da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São João del-Rei, pode-se ressaltar que

já tem sido alcançado algum avanço na promoção de uma consciência e comportamento ambiental adequado por parte da população da cidade e que já se conquistou uma pequena melhoria das condições de vida dos indivíduos envolvidos, mediante o aumento de material reciclável destinado aos catadores. No entanto, é importante que consideremos o aspecto da dinâmica interna dessa prática associativa que vem se solidificando. O grupo, como tal, vem, pouco a pouco, construindo suas próprias condições para poder exercer pressão e influir na elaboração de políticas públicas que contemplem suas necessidades, como também para modificar suas posições subjetivas frente à atividade que exercem, no momento em que essa atividade vai se tornando reconhecida e valorizada na sociedade. Se escolhermos uma metodologia de cunho psicossocial, é por reconhecermos a possibilidade de reinserção social, da reconstituição do pertencimento social e da recuperação do sentido de coletividade.

Como a Ascas ainda não está totalmente implantada e o processo de intervenção/investigação não está finalizado, as conclusões apresentadas são parciais. Mas o que se tem observado é que essa prática coletiva desenvolvida pelos catadores de materiais recicláveis tem provocado mudanças em seus cotidianos e em seus hábitos de vida e, no momento em que eles engajam no projeto, abrem-se novas possibilidades de reconstrução dos vínculos sociais. As repercussões das transformações ocorridas na identidade coletiva dos catadores sobre a identidade pessoal de cada um dos indivíduos envolvidos têm sido acompanhadas pela universidade. Embora não se tenha, ainda, resultados conclusivos, pode-se dizer que, ao viabilizar a produção de conhecimentos na interface universidade/comunidade, por meio de projeto de intervenção/investigação realizado através de metodologias participativas, reafirma-se o compromisso social da universidade — em especial da pública —, viabilizando sua inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e de desenvolvimento social.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, N. V. *Autogestão: o nascimento das ONGs*. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- EME, B.; LAVILLE, J. L. (Org.). *Cohésion sociale et emploi*. Paris: Desclée de Brower, 1994.
- ENRIQUEZ, E. *A organização em análise*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: LEVY, A. et al. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- _____. O vínculo grupal. In: LEVY, A. et al. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. 23.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 18.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KEMP, V. *Práticas associativas da economia solidária e laço social*. São Paulo: PUC-SP, 2001.

MINAYO, M. C. S. et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SPINK, P. K. Cidadania na organização e cidadania da organização: notas para desconstrução de recursos humanos. In: SPINK, M. J. P. (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. O resgate da parte. *Revista de Administração*, São Paulo: v. 26, n. 2. p. 22-30, abr./jun. 1991.

THIOLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981.